



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2024
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

VOLUME I

Anexos do Projeto de Lei
Quadros Orçamentários Consolidados
Detalhamento da Receita
Legislação da Receita e da Despesa

Brasília, DF
2023

Ministério do Planejamento e Orçamento
Secretaria de Orçamento Federal (SOF)
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-724 - Brasília, DF
Telefone: + 55 61 2020 2000

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento

Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamentos da União exercício financeiro 2024: projeto de lei
orçamentária. - Brasília, 2023.

6v. em 7.

Conteúdo: v.1 Anexos do projeto de lei, quadros consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa - v.2 Consolidação dos programas de governo - v.3 Detalhamento das ações: Órgãos do Poder Legislativo, Órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Defensoria Pública da União, Ministério Público da União - v.4 t.1 e 2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) - v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação - v.6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento de programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2024. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2024"

CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Brasília - DF

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Rui Costa dos Santos

Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República

Márcio Costa Macêdo

Ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Paulo Roberto Severo Pimenta

Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Marcos Antonio Amaro dos Santos

Advogado-Geral da União

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Controladoria-Geral da União

Vinícius Marques de Carvalho

Ministro da Agricultura e Pecuária

Carlos Henrique Baqueta Fávaro

Ministro das Cidades

Jader Fontenelle Barbalho Filho

Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Ministro das Comunicações

Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

Ministra da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

Ministro da Defesa

José Mucio Monteiro Filho

Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

José Wellington Barroso de Araujo Dias

Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania

Silvio Luiz de Almeida

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Ministra do Esporte

Ana Beatriz Moser

Ministro da Fazenda

Fernando Haddad

Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck

Ministra da Igualdade Racial

Anielle Francisco da Silva

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional

Antônio Waldez Góes da Silva

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Flávio Dino de Castro e Costa

Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministro de Minas e Energia

Alexandre Silveira de Oliveira

Ministra das Mulheres

Aparecida Gonçalves

Ministro da Pesca e Aquicultura

André Carlos Alves de Paula Filho

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Ministro de Portos e Aeroportos

Márcio Luiz França Gomes

Ministro dos Povos Indígenas

Sonia Bone de Sousa Silva Santos

Ministro da Previdência Social

Carlos Roberto Lupi

Ministro das Relações Exteriores

Mauro Luiz Iecker Vieira

Ministra de Saúde

Nísia Verônica Trindade Lima

Ministro do Trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Ministro dos Transportes

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Ministro do Turismo

Celso Sabino de Oliveira

Presidente do Banco Central do Brasil

Roberto Campos Neto

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Ministra de Estado

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário-Executivo Adjunto

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretário de Orçamento Federal

Paulo Roberto Simão Bijos

Secretário Adjunto

Daniel Veloso Couri

Diretor de Programa

Clayton Luiz Montes

Diretor de Gestão Orçamentária

Gláucio Rafael da Rocha Charão

Diretor de Assuntos Fiscais

Fábio Pifano Pontes

Diretora de Programas Sociais

Augusta Aiko Umeda Kuhn

Diretora de Programas das Áreas Econômicas e Especiais

Michelle Feversani Prolo

Diretor de Programas de Infraestrutura

Zarak de Oliveira Ferreira

Diretora de Temas Transversais

Elaine de Melo Xavier

Diretor de Assuntos Corporativos

Felipe Cesar Araújo da Silva

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

VOLUME I

ANEXOS DO PROJETO DE LEI QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

SUMÁRIO GERAL

VOLUME I - ANEXOS DO PROJETO DE LEI, QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

I - ANEXOS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA

2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA

3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA

4 - APLICAÇÃO MÍNIMA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

5 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

6 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

7 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA

8 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

9 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL

10 - PROGRAMAS CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA NO INCISO III ART. 167 CONSTITUIÇÃO

III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

VOLUME II - CONSOLIDAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

VOLUME III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - PODER LEGISLATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO -

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ÓRGÃOS DO PODER LEGISLATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

VOLUME IV - TOMO I - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO - (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E MINISTÉRIOS

VOLUME IV - TOMO II - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO - (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E MINISTÉRIOS

VOLUME V - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VOLUME VI - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

I - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

II - DETALHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO

III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES

VOLUME I

ANEXOS DO PROJETO DE LEI - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

I - ANEXOS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA.....	1
II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS.....	1
1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA.....	3
<i>Quadro 1A - Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica</i>	<i>7</i>
<i>Quadro 1B - Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica</i>	<i>9</i>
<i>Quadro 1C - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica</i>	<i>11</i>
2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA.....	13
<i>Quadro 2 - Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</i>	<i>17</i>
<i>Quadro 3 - Recursos Próprios e Vinculados de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária</i>	<i>21</i>
3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA.....	77
<i>Quadro 4 - Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza de Despesa</i>	<i>81</i>
<i>Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa</i>	<i>85</i>
<i>Quadro 6A - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção</i>	<i>159</i>
<i>Quadro 6B - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção</i>	<i>161</i>
<i>Quadro 6C - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção</i>	<i>166</i>
<i>Quadro 7A - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa</i>	<i>171</i>
<i>Quadro 7B - Fontes de Recursos do Orçamento da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa</i>	<i>173</i>
<i>Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa</i>	<i>174</i>
<i>Legenda de Fontes</i>	<i>179</i>
4 - APLICAÇÃO MÍNIMA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.....	187
<i>Quadro 8A - Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde</i>	<i>191</i>
<i>Quadro 8B - Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária</i>	<i>193</i>
5 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (CF Art. 212).....	197
<i>Quadro 9A - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)</i>	<i>201</i>
<i>Quadro 9B - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212) por Programa, Fonte e Órgão</i>	<i>203</i>
<i>Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)</i>	<i>205</i>
6 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL.....	235
<i>Quadro 10A - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central</i>	<i>239</i>
<i>Quadro 10B - Demonstrativo da Compatibilidade das Despesas Primárias Orçamentárias com NFGC e EC95</i>	<i>241</i>
7 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA.....	243
<i>Quadro 11 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária</i>	<i>247</i>
8 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	249
<i>Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social</i>	<i>253</i>
9 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....	257
<i>Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário</i>	<i>261</i>
10 - PROGRAMAÇÕES CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA INCISO III ART. 167 CONSTITUIÇÃO....	273
<i>Quadro 14A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND</i>	<i>277</i>
<i>Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO</i>	<i>278</i>
III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.....	281
<i>Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera.....</i>	<i>283</i>
IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA.....	319
Legislação da Receita e da Despesa.....	321
<i>Legislação da Receita</i>	<i>323</i>
<i>Legislação da Despesa</i>	<i>342</i>

I - ANEXOS DO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA

ANEXO I

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.799.167.976.791
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	1.029.861.142.352
Contribuições (1)	1.405.478.625.583
Receita Patrimonial (1)	225.556.639.269
Receita Agropecuária (1)	28.620.697
Receita Industrial (1)	9.170.563.956
Receita de Serviços (1)	52.883.979.705
Transferências Correntes (1)	169.894.522
Outras Receitas Correntes (1)	76.018.510.707
2. RECEITAS DE CAPITAL	856.211.858.542
Operações de Crédito (2)	694.645.275.810
Alienação de Bens	505.738.181
Amortização de Empréstimos	34.515.530.820
Transferências de Capital	113.414.947
Outras Receitas de Capital	126.431.898.784
SUBTOTAL (1+2)	3.655.379.835.333
3. REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	1.736.506.931.081
TOTAL (1+2+3)	5.391.886.766.414

OBSERVAÇÕES:

- (1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.
(2) Exclui: Fonte de Recursos "1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal"

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

1. Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11" + Códigos iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12" + Códigos iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13" + Códigos iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14" + Códigos iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15" + Códigos iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16" + Códigos iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17" + Códigos iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19" + Códigos iniciados por "79", excluídos os que estejam associados à Fonte de Recursos "1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal".

2. Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21" ou por "81", excluídos os que estejam associados à Fonte de Recursos "1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22" ou por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23" ou por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24" ou por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29" ou por "89".

3. Refinanciamento da Dívida Pública Federal: valor integral da Fonte de Recursos "1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal".

Anexo II -Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão Orçamentário

R\$ 1,00
Valores Correntes

Discriminação	Valor (A)	(%)			
		A/B	A/C	A/D	A/E
CAMARA DOS DEPUTADOS	8.035.444.749	0,35	0,28	0,28	0,15
SENADO FEDERAL	5.916.476.877	0,26	0,21	0,20	0,11
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	2.850.088.964	0,12	0,10	0,10	0,05
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	897.618.717	0,04	0,03	0,03	0,02
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.104.718.497	0,09	0,07	0,07	0,04
JUSTIÇA FEDERAL	16.156.788.503	0,71	0,57	0,55	0,30
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	758.713.265	0,03	0,03	0,03	0,01
JUSTIÇA ELEITORAL	11.806.931.675	0,52	0,42	0,41	0,22
JUSTIÇA DO TRABALHO	26.974.930.581	1,18	0,95	0,93	0,50
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	3.844.766.122	0,17	0,14	0,13	0,07
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	297.751.922	0,01	0,01	0,01	0,01
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	3.360.038.012	0,15	0,12	0,12	0,06
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	10.501.528.076	0,46	0,37	0,36	0,19
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	12.420.877.689	0,54	0,44	0,43	0,23
MINISTÉRIO DA FAZENDA	33.578.005.719	1,47	1,19	1,15	0,62
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	180.580.577.290	7,91	6,38	6,20	3,35
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.889.937.199	0,13	0,10	0,10	0,05
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	761.837.649	0,03	0,03	0,03	0,01
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	20.417.124.563	0,89	0,72	0,70	0,38
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	8.860.847.456	0,39	0,31	0,30	0,16
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	935.203.413.339	40,98	33,06	32,09	17,34
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	9.369.187.232	0,41	0,33	0,32	0,17
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	4.772.211.955	0,21	0,17	0,16	0,09
MINISTÉRIO DA SAÚDE	231.331.062.666	10,14	8,18	7,94	4,29
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	1.392.216.723	0,06	0,05	0,05	0,03
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	57.406.035.111	2,52	2,03	1,97	1,06
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	111.454.684.684	4,88	3,94	3,82	2,07
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	1.983.237.387	0,09	0,07	0,07	0,04
MINISTÉRIO DA CULTURA	3.310.047.717	0,15	0,12	0,11	0,06
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA	3.646.211.079	0,16	0,13	0,13	0,07
MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS	6.614.387.043	0,29	0,23	0,23	0,12
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	3.389.533.692	0,15	0,12	0,12	0,06
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	5.680.171.541	0,25	0,20	0,19	0,11
MINISTÉRIO DO ESPORTE	607.781.143	0,03	0,02	0,02	0,01
MINISTÉRIO DA DEFESA	126.146.785.781	5,53	4,46	4,33	2,34
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	5.448.448.675	0,24	0,19	0,19	0,10
MINISTÉRIO DO TURISMO	270.873.951	0,01	0,01	0,01	0,01
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME	281.764.531.229	12,35	9,96	9,67	5,23
MINISTÉRIO DAS CIDADES	20.986.087.554	0,92	0,74	0,72	0,39
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	300.721.935	0,01	0,01	0,01	0,01
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	115.754.984	0,01	0,00	0,00	0,00
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	15.522.512	0,00	0,00	0,00	0,00
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	4.457.517.267	0,20	0,16	0,15	0,08
MINISTÉRIO DAS MULHERES	208.081.100	0,01	0,01	0,01	0,00
MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL	163.391.185	0,01	0,01	0,01	0,00
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS	5.415.924.510	0,24	0,19	0,19	0,10
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	72.738.289.726	3,19	2,57	2,50	1,35
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA	412.220.295	0,02	0,01	0,01	0,01
BANCO CENTRAL DO BRASIL	4.151.467.452	0,18	0,15	0,14	0,08
MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS	856.258.446	0,04	0,03	0,03	0,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29.630.968.168	1,30	1,05	1,02	0,55
SUBTOTAL (B)	2.282.258.029.607	100,00	81,00	78,00	42,00
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	546.230.755.639	0,00	19,31	18,74	10,13
SUBTOTAL (C)	2.828.488.785.246	0,00	100,00	97,00	52,00
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	85.991.804.847	0,00	0,00	2,95	1,59
SUBTOTAL (D)	2.914.480.590.093	0,00	0,00	100,00	54,00
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	2.477.406.176.321	0,00	0,00	0,00	45,95
TOTAL (E)	5.391.886.766.414	0,00	0,00	0,00	100,00

ANEXO III

FONTES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECURSOS PRÓPRIOS	143.342.695.755
GERAÇÃO PRÓPRIA	143.342.695.755
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.500.809.629
DIRETO	458.664.442
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.042.145.187
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	4.495.812.003
INTERNAS	3.713.812.003
EXTERNAS	782.000.000
TOTAL	151.339.317.387

ANEXO IV

DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	10.722.070
25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	9.696.934.787
28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	107.589.331
32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	135.210.136.564
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	162.131.567
41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	1.342.270.395
46000 - MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS	152.000.000
49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	32.426.812
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	2.993.193.942
68000 - MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS	1.631.911.919
TOTAL	151.339.317.387

ANEXO V

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, E O ART. 116, INCISO IV, DO PLN Nº 04, DE 14 DE ABRIL DE 2023, PLDO-2024, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2024

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	Q/TDE	PROVIMENTO															
			NO EXERCÍCIO			DESPESA												
			PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL										
1. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, FUNÇÕES e GRATIFICAÇÕES exceto reposição (1):																		
1. Poder Legislativo																		
1.1. Câmara dos Deputados																		
1.1.1. Cargos e funções vagos	-	570	188.206.624	13.003.223	201.209.847	201.209.847	230.271.319	15.576.540	245.847.859									
1.2. Senado Federal																		
1.2.1. Cargos e funções vagos	-	185	76.933.066	5.055.544	81.988.610	81.988.610	78.768.895	5.055.544	83.824.439									
1.3. Tribunal de Contas da União																		
1.3.1. Cargos e funções vagos	-	270	85.251.252	5.852.589	91.103.841	91.103.841	111.533.419	7.378.361	118.911.780									
1.3.1. Cargos e funções vagos	-	270	85.251.252	5.852.589	91.103.841	91.103.841	111.533.419	7.378.361	118.911.780									
1.3.1. Cargos e funções vagos	-	115	26.022.306	2.095.090	28.117.396	28.117.396	39.969.005	3.142.635	43.111.640									
1.3.1. Cargos e funções vagos	-	115	26.022.306	2.095.090	28.117.396	28.117.396	39.969.005	3.142.635	43.111.640									
2. Poder Judiciário																		
2.1. Supremo Tribunal Federal																		
2.1.1. Cargos e funções vagos	-	64	5.459.632	978.338	6.437.970	6.437.970	8.027.854	1.354.088	9.381.942									
2.1.1. Cargos e funções vagos	-	64	5.459.632	978.338	6.437.970	6.437.970	8.027.854	1.354.088	9.381.942									
2.2. Superior Tribunal de Justiça																		
2.2.1. Cargos e funções vagos	-	138	11.850.100	2.199.845	14.049.945	14.049.945	20.816.518	3.771.162	24.587.680									
2.2.1. Cargos e funções vagos	-	138	11.850.100	2.199.845	14.049.945	14.049.945	20.816.518	3.771.162	24.587.680									
2.3. Justiça Federal																		
2.3.1. Cargos e funções vagos	-	850	85.000.000	12.750.000	97.750.000	97.750.000	162.194.843	23.228.174	185.423.017									
2.3.1. Cargos e funções vagos	-	850	85.000.000	12.750.000	97.750.000	97.750.000	162.194.843	23.228.174	185.423.017									
2.3.2. PL nº 625/2011 (2)	-	625	-	-	-	-	-	-	-									
2.4. Justiça Militar da União																		
2.4.1. Cargos e funções vagos	-	655	36.978.495	8.033.009	45.011.504	45.011.504	47.457.956	9.832.054	57.290.010									
2.4.1. Cargos e funções vagos	-	35	4.161.641	797.045	4.958.686	4.958.686	5.117.601	956.454	6.074.055									
2.4.2. PL nº 1184/2015	740	620	32.816.854	7.235.964	40.052.818	40.052.818	42.340.355	8.875.600	51.215.955									
2.5. Justiça Eleitoral																		
2.5.1. Cargos e funções vagos	-	458	58.874.816	10.451.181	69.325.997	69.325.997	60.341.132	10.451.181	70.792.313									
2.5.2. PL nº 1761/2015	10	10	1.929.874	-	1.929.874	1.929.874	1.938.104	-	1.938.104									
2.5.3. AntePL	794	794	68.956.831	7.487.903	76.444.734	76.444.734	98.541.389	10.815.859	109.357.248									
2.6. Justiça do Trabalho																		
2.6.1. Cargos e funções vagos	-	1.761	228.759.356	38.756.892	267.516.248	267.516.248	357.272.571	48.123.312	405.395.883									
2.6.2. PLC nº 190/2015 - TRT 5º Rg.	-	1.698	221.895.424	37.752.615	259.648.039	259.648.039	345.221.161	46.401.694	391.622.855									
2.6.3. PLC nº 194/2015 - TRT 19ª Rg.	49	49	5.405.125	781.104	6.186.229	6.186.229	9.492.224	1.339.036	10.831.260									
2.6.4. PLC nº 112/2017 - TRT 22ª Rg. (2)	14	14	1.458.807	223.173	1.681.980	1.681.980	2.559.186	382.582	2.941.768									
2.7. Justiça do Distrito Federal e dos Territórios																		
2.7.1. Cargos e funções vagos	-	52	-	-	-	-	-	-	-									
2.7.1. Cargos e funções vagos	-	52	-	-	-	-	-	-	-									
2.7.2. Cargos e funções vagos	771	919	58.197.486	8.065.311	66.262.797	66.262.797	79.503.590	15.980.889	95.484.479									

2.7.1. Cargos e funções vagos	-	148	22.404.802	4.044.435	26.449.237	22.957.696	4.044.435	27.002.131
2.7.2. PL nº 1987/2023 - Criação de Funções Comissionadas	484	484	14.619.745	-	14.619.745	14.990.862	4.093.529	19.084.391
2.7.3. AntePL Criação de Cargos Efetivos	287	287	21.172.939	4.020.876	25.193.815	41.555.032	7.842.925	49.397.957
2.8. Conselho Nacional de Justiça	90	55	3.243.236	478.227	3.721.463	5.728.261	956.454	6.684.715
2.8.1. PL nº 2342/2022 - cargos	90	55	3.243.236	478.227	3.721.463	5.728.261	956.454	6.684.715
3. Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público	-	355	42.758.686	6.285.272	49.043.958	66.923.939	8.280.160	75.204.099
3.1. Ministério Público Federal	-	223	31.284.386	4.691.180	35.975.566	48.576.964	6.093.979	54.670.943
3.1.1. Cargos e funções vagos	-	223	31.284.386	4.691.180	35.975.566	48.576.964	6.093.979	54.670.943
3.2. Ministério Público do Militar	-	20	1.439.497	318.819	1.758.316	2.529.948	546.545	3.076.493
3.2.1. Cargos e funções vagos	-	20	1.439.497	318.819	1.758.316	2.529.948	546.545	3.076.493
3.3. Ministério Público do Trabalho	-	65	7.563.760	1.161.409	8.725.169	11.790.866	1.503.000	13.293.866
3.3.1. Cargos e funções vagos	-	55	7.331.214	1.161.409	8.492.623	11.481.034	1.503.000	12.984.034
3.3.2. Lei nº 14.561/2023	-	10	232.546	-	232.546	309.832	-	309.832
3.4. Escola Superior do Ministério Público da União	-	5	438.354	113.864	552.218	539.436	136.636	676.072
3.4.1. Lei nº 13.032/2014	-	5	438.354	113.864	552.218	539.436	136.636	676.072
3.5. Conselho Nacional do Ministério Público	-	42	2.032.689	-	2.032.689	3.486.725	-	3.486.725
3.5.1. PL nº 2073/2022 (3)	-	42	2.032.689	-	2.032.689	3.486.725	-	3.486.725
4. Defensoria Pública da União	91	43	2.868.850	-	2.868.850	4.098.797	-	4.098.797
4.1. Defensoria Pública da União	91	43	2.868.850	-	2.868.850	4.098.797	-	4.098.797
4.1.1. PL nº 7.923, de 2014 - Criação de cargos em comissão e funções de confiança	91	43	2.868.850	-	2.868.850	4.098.797	-	4.098.797
5. Poder Executivo	197	40.555	3.033.848.131	505.494.309	3.539.342.440	4.090.643.830	682.649.674	4.773.293.504
5.1. Criação e provimentos de cargos e funções, exclusive substituição de terceirizados - Cíveis	197	30.966	2.778.246.402	505.494.309	3.283.740.711	3.619.937.912	682.649.674	4.302.587.586
5.1.1. Cargos e funções vagos	149	15.118	1.823.120.900	308.759.627	2.131.880.527	2.140.342.048	377.178.223	2.517.520.271
5.1.1.1. Provimento Poder Executivo, exceto BPEQ e QRTAE	-	14.969	1.816.144.610	306.806.266	2.122.950.876	2.126.557.463	373.318.539	2.499.876.002
5.1.1.2. Criação/Provimento de Cargos Efetivos	149	149	6.976.290	1.953.361	8.929.651	13.784.585	3.859.684	17.644.269
5.1.1.2.1. Anteprojeto de Lei - ANPD	48	48	3.948.913	-	3.948.913	4.049.155	-	4.049.155
5.1.1.2.2. Banco de Professor-Equivalente e Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação (4)	-	15.773	949.776.863	196.342.759	1.146.119.622	1.474.146.983	305.079.528	1.779.226.511
5.1.1.2.3. Banco de Professor-Equivalente e Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação (4)	-	15.773	949.776.863	196.342.759	1.146.119.622	1.474.146.983	305.079.528	1.779.226.511
5.1.4. Lei nº 12.601/2012 - Cargos MRE	-	27	1.399.726	391.923	1.791.649	1.399.726	391.923	1.791.649
5.2. Fixação de efetivos - Militares	-	9.589	255.601.729	-	255.601.729	470.705.918	-	470.705.918
5.2.1. Fixação de Efetivos - Aeronáutica, Exército e Marinha	-	9.589	255.601.729	-	255.601.729	470.705.918	-	470.705.918
TOTAL DO ITEM I	3.343	47.227	3.826.932.117	613.983.510	4.440.915.627	5.233.760.103	831.019.547	6.064.779.650
II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARRERAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO:								
1. Poder Legislativo			321.322.044	17.274.158	338.596.202	321.322.044	17.274.158	338.596.202
1.1. Senado Federal			279.722.044	10.147.158	289.869.202	279.722.044	10.147.158	289.869.202
1.1.1. Regulamentação da Gratificação de Desempenho instituída pela Lei nº 12.300/2010.			279.722.044	10.147.158	289.869.202	279.722.044	10.147.158	289.869.202
1.2. Tribunal de Contas da União			41.600.000	7.127.000	48.727.000	41.600.000	7.127.000	48.727.000
1.2.1. Adicional de Especialização e Qualificação - PL nº 7926/2014.			41.600.000	7.127.000	48.727.000	41.600.000	7.127.000	48.727.000
2. Poder Judiciário			282.810.935	40.051.522	322.862.457	306.082.065	43.389.149	349.471.214

2.1. Justiça Eleitoral	282.810.935	40.051.522	322.862.457	306.082.065	43.389.149	349.471.214
2.1.1. Implementação da Lei nº 14.520/2023: Impacto decorrente do reajuste do subsídio dos Magistrados.	22.658.720	-	22.658.720	24.718.604	-	24.718.604
2.1.2. Implementação da Lei nº 14.523/2023: Reajuste remuneratório dos servidores.	260.152.215	40.051.522	300.203.737	281.363.461	43.389.149	324.752.610
3. Ministério Público Federal	315.292.147	38.161.450	353.453.597	345.484.077	41.167.491	386.651.568
3.1. Ministério Público Federal	175.457.883	19.834.259	195.292.142	192.216.006	21.486.299	213.702.305
3.1.1. Lei nº 14.521/2023 (Membros)	47.646.685	4.248.331	51.895.016	53.040.468	4.599.422	57.639.890
3.1.2. Lei nº 14.524/2023 (Cargos e Funções)	127.811.198	15.585.928	143.397.126	139.175.538	16.886.877	156.062.415
3.2. Ministério Público Militar	11.211.198	1.737.965	12.949.163	12.188.947	1.885.865	14.074.812
3.2.1. Lei nº 14.521/2023 (Membros)	4.148.969	624.340	4.773.309	4.493.569	670.398	5.163.967
3.2.2. Lei nº 14.524/2023 (Cargos e Funções)	7.062.229	1.113.625	8.175.854	7.695.378	1.215.467	8.910.845
3.3. Ministério Público do Distrito Federal de Territórios	41.123.606	6.843.749	47.967.355	44.477.113	7.381.003	51.858.116
3.3.1. Lei nº 14.521/2023 (Membros)	15.267.744	2.413.527	17.681.271	16.480.493	2.591.574	19.072.067
3.3.2. Lei nº 14.524/2023 (Cargos e Funções)	25.855.862	4.430.222	30.286.084	27.996.620	4.789.429	32.786.049
3.4. Ministério Público do Trabalho	82.826.775	9.321.073	92.147.848	89.915.064	10.056.804	99.971.868
3.4.1. Lei nº 14.521/2023 (Membros)	32.719.986	2.739.960	35.459.946	35.651.503	2.942.088	38.593.591
3.4.2. Lei nº 14.524/2023 (Cargos e Funções)	50.106.789	6.581.113	56.687.902	54.263.561	7.114.716	61.378.277
3.5. Escola Superior do Ministério Público da União	757.521	48.791	806.312	823.851	54.539	878.390
3.5.1. Lei nº 14.524/2023 (Cargos e Funções)	757.521	48.791	806.312	823.851	54.539	878.390
3.6. Conselho Nacional do Ministério Público da União	3.915.164	375.613	4.290.777	5.863.096	302.981	6.166.077
3.6.1. Lei nº 14.524/2023 - Servidores Ativos e Inativos (Aposentadorias e Pensões)	3.346.781	375.613	3.722.394	2.835.869	302.981	3.138.850
3.6.2. Lei nº 14.524/2023 - Funções e Cargos Comissionados	568.383	-	568.383	3.027.227	-	3.027.227
4. Defensoria Pública da União	16.065.749	3.842.894	19.908.643	18.639.365	4.485.558	23.124.923
4.1. Defensoria Pública da União	16.065.749	3.842.894	19.908.643	18.639.365	4.485.558	23.124.923
4.1. Ante PL - Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Provedimento Efetivo dos Servidores da Defensoria Pública da União para alterar os Anexos I, II e III da Lei nº 14.377, de 22 de junho de 2022.	3.127.358	781.839	3.909.197	5.687.268	1.421.817	7.109.085
4.2. PL nº 7.836/2014 - Institui a Gratificação por Exercício Cumulativo de Ofícios e de Função Administrativa dos membros da Defensoria Pública da União.	9.724.623	2.431.156	12.155.779	9.724.623	2.431.156	12.155.779
4.3. Lei nº 14.525/2023 - referente ao reajuste dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da DPU.	3.213.768	629.899	3.843.667	3.227.474	632.585	3.860.059
5. Poder Executivo	1.233.680.980	55.474.926	1.289.155.906	1.233.680.980	55.474.926	1.289.155.906
5.1. Limite destinado ao atendimento de PLs relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo	368.266.600	55.474.926	423.741.526	368.266.600	55.474.926	423.741.526
5.2. Decreto nº 11.545/2023 - Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira	734.555.856	-	734.555.856	734.555.856	-	734.555.856
5.3. Limite destinado à regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria-Fiscal do Trabalho	130.858.524	-	130.858.524	130.858.524	-	130.858.524
TOTAL DO ITEM II	2.169.171.855	154.804.950	2.323.976.805	2.225.208.531	161.791.282	2.386.999.813
TOTAL ANEXO V	5.996.103.972	768.788.460	6.764.892.432	7.459.968.634	992.810.829	8.451.779.463

(1) Para fins de reposição, considera-se exclusivamente o preenchimento de cargos efetivos e cargos/funções comissionadas ocupadas em março de 2023, cujas despesas compunham a base de projeção para definição dos limites de "Pessoal e Encargos Sociais" para 2024 e que venham a vagar *a posteriori*, não gerando, impacto orçamentário. Neste contexto, excluem-se as vagas originadas de aposentadorias e falecimentos que acarretem pagamento de pensões, por se tratarem de mera reclassificação orçamentária, ou seja, não geram economia em termos de impactos orçamentários.

(2) Refere-se a Projeto de Lei de ratificação da criação de cargos e funções comissionadas efetivada por ato administrativo, cujas despesas já vêm compondo a folha de pagamento do Órgão ao longo dos últimos anos, não implicando em acréscimos de despesas.

(3) Projeto de Lei nº 2073/2022, que dispõe sobre a transformação de cargos efetivos do quadro do CNMP, sem aumento de despesas, sendo 5 (cinco) cargos vagos de Analista e 7 (sete) cargos vagos de Técnico do quadro do CNMP em 10 (dez) cargos em Comissão; bem como sobre a criação de 32 (trinta e dois) cargos em Comissão por economia de despesa.

(4) Limite físico e financeiro destinado a provimentos de cargos efetivos que compõem o Banco de Professor-Equivalente e o Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação, nos termos dos Decretos nºs 7.232, de 19 de julho de 2010; 7.311 e 7.312, ambos de 22 de setembro de 2010; 7.485, de 18 de maio de 2011 e 8.260, de 29 de maio de 2014.

(5) Detalhamento das programações orçamentárias em nível de Esfera/Orgão/Unidade/Funcional Programática/Ação/Subtítulo:

Esfera/Orgão/Unidade/Funcional Programática/Ação/Localizador de Gasto		VALOR
Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição		5.996.103.972
10.01101.99.999.0999.0Z01.6499 - Câmara dos Deputados		76.933.066
10.02101.99.999.0999.0Z01.6499 - Senado Federal		364.973.296
10.03101.99.999.0999.0Z01.6499 - Tribunal de Contas da União		67.622.306
10.10101.99.999.0999.0Z01.6499 - Supremo Tribunal Federal		5.459.632
10.11101.99.999.0999.0Z01.6499 - Superior Tribunal de Justiça		11.850.100
10.12101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça Federal de Primeiro Grau		85.000.000
10.13101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça Militar da União		36.978.495
10.14101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça Eleitoral		412.572.456
10.15126.99.999.0999.0Z01.6499 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho		228.759.356
10.16101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça do DF e Territórios		58.197.486
10.17101.99.999.0999.0Z01.6499 - Conselho Nacional de Justiça		3.243.236
10.34101.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério Público Federal		206.742.269
10.34102.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério Público Militar		12.650.695
10.34103.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério Público do DF e Territórios		41.123.606
10.34104.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério Público do Trabalho		90.390.535
10.34105.99.999.0999.0Z01.6499 - Escola Superior do MPU		1.195.875
10.59101.99.999.0999.0Z01.6499 - Conselho Nacional do Ministério Público		5.947.853
10.29101.99.999.0999.0Z01.6499 - Defensoria Pública da União		18.934.599
10.25103.04.122.0032.21BW.0001 - Receita Federal do Brasil		342.755.592
10.25103.04.122.0032.21BX.0001 - Receita Federal do Brasil		391.800.264
10.26101.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério da Educação		949.776.863
10.40101.11.122.0032.21BW.0001 - Ministério do Trabalho e Emprego		61.096.548
10.40101.11.122.0032.21BX.0001 - Ministério do Trabalho e Emprego		69.761.976
10.52101.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério da Defesa		255.601.729
10.71102.99.999.0999.0Z01.6499 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento		2.099.595.274
20.36901.99.999.0999.0Z01.6499 - Fundo Nacional de Saúde		97.140.865
Reserva de Contingência - Financeira / CPSS Decorrente do Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição		768.788.460
10.01101.99.999.0999.0Z00.6499 - Câmara dos Deputados		5.055.544
10.02101.99.999.0999.0Z00.6499 - Senado Federal		15.999.747
10.03101.99.999.0999.0Z00.6499 - Tribunal de Contas da União		9.222.090
10.10101.99.999.0999.0Z00.6499 - Supremo Tribunal Federal		978.338
10.11101.99.999.0999.0Z00.6499 - Superior Tribunal de Justiça		2.199.845
10.12101.99.999.0999.0Z00.6499 - Justiça Federal de Primeiro Grau		12.750.000

10.13101.99.999.0999.0Z00.6499 - Justiça Militar da União	8.033.009
10.14101.99.999.0999.0Z00.6499 - Justiça Eleitoral	57.990.606
10.15126.99.999.0999.0Z00.6499 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	38.756.892
10.16101.99.999.0999.0Z00.6499 - Justiça do DF e Territórios	8.065.311
10.17101.99.999.0999.0Z00.6499 - Conselho Nacional de Justiça	478.227
10.34101.99.999.0999.0Z00.6499 - Ministério Público Federal	24.525.439
10.34102.99.999.0999.0Z00.6499 - Ministério Público Militar	2.056.784
10.34103.99.999.0999.0Z00.6499 - Ministério Público do DF e Territórios	6.843.749
10.34104.99.999.0999.0Z00.6499 - Ministério Público do Trabalho	10.482.482
10.34105.99.999.0999.0Z00.6499 - Escola Superior do MPU	162.655
10.59101.99.999.0999.0Z00.6499 - Conselho Nacional do Ministério Público	375.613
10.29101.99.999.0999.0Z00.6499 - Defensoria Pública da União	3.842.894
10.26101.99.999.0999.0Z00.6499 - Ministério da Educação	196.342.759
10.71102.99.999.0999.0Z00.6499 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento	342.090.900
20.36901.99.999.0999.0Z00.6499 - Fundo Nacional de Saúde	22.535.576
Total Geral	6.764.892.432
Despesas Primárias	5.996.103.972
Despesas Financeiras	768.788.460



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 146, inciso I da Lei 14.436/2022 (LDO/2023).

Anexo VI - Ofício 0001/2023-TCU/SecexInfra, de 31/07/2023.

Dados atualizados até: 26/07/2023

39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

RJ

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
26.846.2126.0007.0030 / 2015 - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE	Obras de construção da BR-040/RJ (IGP)	35,13	16/10/2015	297.139.743,40	01/04/1995

26.846.2126.0007.0030 / 2014 - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE

X

Contrato PG-138/95-00 - Obras de implantação de novo trecho da BR-040-RJ para a subida da Serra de Petrópolis. Valor: 291.244.036,80 Data base: 01/04/1995
-> Sobrepreço no orçamento da obra
-> Projeto básico e executivo desatualizados e deficientes
-> Sobrepreço no Fluxo de Caixa Marginal decorrente de superestimativa de alíquota de IRPJ e CSSL e da base de cálculo do IRPJ e CSSL



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves - art. 146, inciso I da Lei 14.436/2022 (LDO/2023).

Anexo VI - Ofício 0001/2023-TCU/SecexInfra, de 31/07/2023.

Dados atualizados até: 26/07/2023

39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

RS

<u>Programa de trabalho</u>	<u>Obra / Serviço</u>	<u>%Exec</u>	<u>Data da vistoria</u>	<u>Custo global estimado</u>	<u>Data base</u>
26.846.2126.00P5.0043 / 2016 - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-290/RS - OSÓRIO - PORTO ALEGRE - ENTRONCAMENTO BR-116/RS (ENTRADA P/ GUAÍBA) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS (IGP)	88,12	18/05/2017	192.765.219,04	01/11/2013
Contrato PG-016/97-00 - Termo Aditivo 13 ao Contrato PG-016/97-00, que inseriu conjunto de obras na BR-290/RS -> Superfaturamento no cálculo da remuneração das obras			Valor: 241.686.367,00		Data base: 01/12/2015
Projeto Básico - Projetos executivos referentes às seguintes obras entre o km 75 e o km 94,3: 1. construção da 4ª faixa; 2. Alça de acesso ao bairro São Geraldo; 3. Reconfiguração das alças de acesso com a ERS-118; 4. Viaduto João Moreira Maciel; 5. Melhoria no acesso Canoas e bairro Humaitá; e 6. Implantação da alça de acesso ao bairro Humaitá.			Valor: 192.765.219,04		Data base: 01/11/2013

Anexo VII
Ações Orçamentárias que Contribuem para as
Metas e Prioridades de 2024

Valores por Prioridade (R\$ 1,00)

Prioridade	Proposta de 2024 - PLOA 2024	Projeção Plurianual 2025	Projeção Plurianual 2026	Projeção Plurianual 2027
Combate à Fome e Redução das Desigualdades	298.749.152.268,00	314.467.284.131,00	323.708.666.916,00	335.968.789.957,00
Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática	13.538.112.956,00	14.171.135.010,00	15.311.776.232,00	15.929.118.600,00
Educação Básica	69.338.863.738,00	70.649.051.993,00	80.169.384.379,00	84.973.825.601,00
Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda	91.358.987.634,00	97.526.286.591,00	103.802.152.529,00	110.069.608.091,00
Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC	61.728.560.625,00	58.730.931.751,00	62.184.270.374,00	63.856.204.453,00
Saúde: Atenção Primária e Atenção Especializada	166.504.066.542,00	174.012.129.428,00	182.788.481.842,00	196.676.686.461,00

* Dado o caráter transversal e o impacto multissetorial das políticas públicas, uma mesma despesa pode contribuir para uma ou mais prioridades. Portanto, os valores por prioridade não podem ser somados, sob pena de contagem em duplicidade.

Anexo VII

Ações Orçamentárias que Contribuem para as Metas e Prioridades de 2024

Prioridade	Combate à Fome e Redução das Desigualdades
Programa - título	1144 - Agropecuária Sustentável
Órgão:	22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária
Unidade Orçamentária:	22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta
Ação - título	
21DU - Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário no Nordeste – AgroNordeste	
8593 - Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável	
21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural	
2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	
215A - Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária	
214Z - Fomento à Tecnologia Agropecuária e Recursos Genéticos	
20ZY - Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau	
20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	
20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	
20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	
20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais	
147S - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico	
099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	
0300 - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)	
0299 - Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)	
8622 - Promoção do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para o Desenvolvimento Agropecuário e da Agricultura Familiar	
Unidade Orçamentária:	22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Ação - título	
20Y8 - Desenvolvimento da Cafeicultura	
Órgão:	74000 - Operações Oficiais de Crédito
Unidade Orçamentária:	74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
Ação - título	
0301 - Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)	
0611 - Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 10.437, de 2002)	
0298 - Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)	
0297 - Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995)	
0294 - Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)	
00RW - Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Lei nº 13.986, de 2020)	
Unidade Orçamentária:	74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê - M. Agric. e Pec.
Ação - título	
0A27 - Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)	
0012 - Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)	
Programa - título	1149 - Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia
Órgão:	20000 - Presidência da República

Prioridade**Combate à Fome e Redução das Desigualdades****Unidade Orçamentária:** 20101 - Presidência da República**Ação - título**

20D5 - Gerenciamento das Relações Institucionais do Governo

216X - Funcionamento dos Conselhos e Comissões da Presidência da República

2E24 - Gestão e Fomento da Participação e do Diálogo Social

Programa - título **1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade****Órgão:** 44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**Unidade Orçamentária:** 44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta**Ação - título**

21F2 - Gestão Socioambiental dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

20VP - Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde

Programa - título **1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia****Órgão:** 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**Unidade Orçamentária:** 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta**Ação - título**

21GB - Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento e Acesso à Terra e ao Território dos Povos e Comunidades Tradicionais e Quilombolas

210W - Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais

00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)

21GC - Fortalecimento da Agricultura Familiar Brasileira no Cenário Internacional

21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural

0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)

210V - Estruturação Produtiva, Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia

Programa - título **2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social****Órgão:** 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**Unidade Orçamentária:** 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta**Ação - título**

6702 - Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica

4210 - Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações

20UP - Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva

Unidade Orçamentária: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**Ação - título**

4210 - Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações

6702 - Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica

Unidade Orçamentária: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**Ação - título**

4043 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Agronegócio (CT-Agronegócio)

21FA - Fomento a Ciência, Tecnologia & Inovação para o Desenvolvimento Social

Programa - título **5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade****Órgão:** 26000 - Ministério da Educação

Prioridade**Combate à Fome e Redução das Desigualdades**

Unidade Orçamentária: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Ação - título

00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)

Programa - título**5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas****Órgão:**

55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Unidade Orçamentária:

55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta

Ação - título

00US - Apoio aos Entes Federados por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – IGD

21CP - Operacionalização do Auxílio Emergencial para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19)

21EL - Gestão, Administração e Operacionalização do Programa Bolsa Família

8442 - Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família

Programa - título**5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)****Órgão:**

55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Unidade Orçamentária:

55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta

Ação - título

8249 - Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social

8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Unidade Orçamentária:

55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

Ação - título

219G - Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

00H5 - Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade

21DT - Operacionalização do Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência

8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

219F - Ações de Proteção Social Especial

219E - Ações de Proteção Social Básica

217M - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz

00TZ - Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência (Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021)

00IN - Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez

2589 - Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)

2583 - Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)

Programa - título**5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome****Órgão:**

55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Unidade Orçamentária:

55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta

Ação - título

20GD - Inclusão Produtiva Rural

215I - Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN

21DV - Auxílio Gás dos Brasileiros

2784 - Promoção do Consumo e de Ações de Alimentação Adequada e Saudável

2792 - Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e a Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Advindas de Situações de Emergência ou Calamidade Pública

2798 - Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional

Prioridade**Combate à Fome e Redução das Desigualdades**

8458 - Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

8948 - Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural

8929 - Apoio aos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

Programa - título**5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar****Órgão:**

49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Unidade Orçamentária:

49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta

Ação - título

21B9 - Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, e do Acesso aos Mercados para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

8622 - Promoção do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para o Desenvolvimento Agropecuário e da Agricultura Familiar

Unidade Orçamentária:

49202 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Ação - título

21B9 - Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, e do Acesso aos Mercados para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

2130 - Formação de Estoques Públicos - AGF

20Y7 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar

Programa - título**5663 - Autonomia Econômica das Mulheres****Órgão:**

65000 - Ministério das Mulheres

Unidade Orçamentária:

65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta

Ação - título

21GG - Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres

Programa - título**5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos****Órgão:**

67000 - Ministério da Igualdade Racial

Unidade Orçamentária:

67101 - Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta

Ação - título

21FE - Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos

Programa - título**5803 - Juventude Negra Viva****Órgão:**

67000 - Ministério da Igualdade Racial

Unidade Orçamentária:

67101 - Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta

Ação - título

21FF - Fortalecimento de Políticas em prol da Vida e do Bem Viver da Juventude Negra

Programa - título**5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo****Órgão:**

67000 - Ministério da Igualdade Racial

Unidade Orçamentária:

67101 - Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta

Ação - título

21FB - Fomento das políticas de Ações Afirmativas

21FC - Monitoramento, aperfeiçoamento, articulação e estruturação de políticas de promoção da igualdade racial no âmbito do SINAPIR

21FD - Fortalecimento e Desenvolvimento de Políticas para o Enfrentamento ao Racismo

Prioridade **Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática**

Prioridade **Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática**

Programa - título **1158 - Enfrentamento da Emergência Climática**

Órgão: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Unidade Orçamentária: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta

Ação - título

216W - Pesquisa e Desenvolvimento para Estudos de Tempo, Clima, Observação e Modelagem do Sistema Terrestre

20VA - Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Unidade Orçamentária: 44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta

Ação - título

20VY - Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental

21E4 - Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima

Unidade Orçamentária: 44902 - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

Ação - título

20G4 - Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima

Órgão: 74000 - Operações Oficiais de Crédito

Unidade Orçamentária: 74916 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - MMA

Ação - título

00J4 - Financiamento Reembolsável de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima

Programa - título **5116 - Segurança Pública com Cidadania**

Órgão: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

Unidade Orçamentária: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública

Ação - título

00V0 - Implantação de Centros Comunitário da Paz - COMPAZ

00UZ - Implementação de Iniciativas Voltadas ao Enfrentamento à Violência Contra Mulheres

00U1 - Subvenção Econômica destinada à Aquisição e/ou Construção de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro

00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

2B00 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública

00CA - Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

15P9 - Construção de Imóvel da Força Nacional de Segurança Pública

21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade

Programa - título **6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios**

Órgão: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Unidade Orçamentária: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta

Ação - título

20V9 - Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)

Órgão: 44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Unidade Orçamentária: 44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta

Ação - título

21F3 - Implementação de Políticas para Biodiversidade, Vegetação Nativa e Áreas Protegidas

Prioridade**Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática**

21F4 - Formulação e Implementação de Políticas, Estratégias e Iniciativas para o Controle do Desmatamento, Incêndios Florestais e o Ordenamento Ambiental Territorial

2E87 - Implementação da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-Estar e Direitos Animais

20W2 - Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca

Unidade Orçamentária: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

Ação - título

21F5 - Gestão de Florestas

Unidade Orçamentária: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ação - título

218R - Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental

214O - Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental

214M - Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias

214N - Controle e Fiscalização Ambiental

Unidade Orçamentária: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

Ação - título

219K - Gestão da Coleção Viva, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro

20WK - Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira

Unidade Orçamentária: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Ação - título

214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

20WN - Execução de Pesquisa, Monitoramento e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico

20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Prioridade**Educação Básica****Programa - título****5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação

Unidade Orçamentária: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta

Ação - título

20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos

Ação - título

21CO - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial

Unidade Orçamentária: 26105 - Instituto Benjamin Constant

Ação - título

21CO - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial

Unidade Orçamentária: 26201 - Colégio Pedro II

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26231 - Universidade Federal de Alagoas

Ação - título

Prioridade**Educação Básica**

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26233 - Universidade Federal do Ceará

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26235 - Universidade Federal de Goiás

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26236 - Universidade Federal Fluminense

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26239 - Universidade Federal do Pará

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

Ação - título

Prioridade**Educação Básica**

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26263 - Universidade Federal de Lavras

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa

Ação - título

20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ação - título

20RM - Exames e Avaliações da Educação Básica

4014 - Censo Escolar da Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Ação - título

0000 - Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica

20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica

Unidade Orçamentária: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Ação - título

0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

Prioridade**Educação Básica**

213M - Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão

00SB - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb

20RQ - Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica

20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica

0E53 - Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola

0000 - Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica

0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica

00VI - Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral

00SU - Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil

00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)

00PH - Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro para Promover a Alfabetização, a Elevação da Escolaridade e a Integração à Qualificação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos

00OW - Apoio à Manutenção da Educação Infantil

214V - Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos

0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda****Programa - título****1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade****Órgão:**

44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Unidade Orçamentária:

44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta

Ação - título

20VP - Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde

21F2 - Gestão Socioambiental dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

21F1 - Desenvolvimento da Bioeconomia

Unidade Orçamentária:

44901 - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA

Ação - título

00UD - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente

Programa - título**1190 - Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo****Órgão:**

44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Unidade Orçamentária:

44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta

Ação - título

21A9 - Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental

Programa - título**2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda****Órgão:**

40000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade Orçamentária:

40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta

Ação - título

2A95 - Qualificação Social e Profissional – Projovem Trabalhador

21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial

20YV - Democratização das Relações de Trabalho

20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho

0A26 - Concessão de Auxílio-Financeiro

Unidade Orçamentária:

40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

Ação - título

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda**

20JT - Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine
20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores
20YY - Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda
4741 - Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego
0581 - Abono Salarial
2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva
21FU - Gestão e Apoio Operacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
00H4 - Seguro Desemprego
4245 - Classificação Brasileira de Ocupações - CBO

Programa - título **2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização**

Órgão: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Unidade Orçamentária: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta

Ação - título

20V6 - Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias produtivas
20UT - Promoção da Pesquisa, Desenvolvimento Inovação (PD&I) em Tecnologias Digitais

Unidade Orçamentária: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ação - título

21AF - Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Difusão Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação
00RL - Formação e Expansão da Capacitação de Recursos Humanos em Atividades de Pesquisa Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação

Unidade Orçamentária: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC

Ação - título

6432 - Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores

Unidade Orçamentária: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ação - título

2191 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte)
8563 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e de Construção Naval (CT-Aquaviário)
4949 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazônia)
4185 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)
4156 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)
4053 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico)
4031 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia)
2997 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)
2223 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)
2189 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)
2119 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral)
2113 - Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)
0A29 - Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)
0748 - Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez
0745 - Investimento em Empresas Inovadoras
0741 - Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (Lei nº 10.332, de 2001)

Programa - título **2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional**

Órgão: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda**

Unidade Orçamentária: 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta

Ação - título

20TU - Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior

21B0 - Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória

20TT - Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços

20ZO - Promoção, Fiscalização e Gestão do Comércio Exterior

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato

210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

21FH - Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria

Unidade Orçamentária: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Ação - título

00PN - Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

214I - Gestão da Metrologia Legal e de Avaliação da Conformidade

214J - Fiscalização em Metrologia e Qualidade

Unidade Orçamentária: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

Ação - título

21FI - Proteção dos Direitos de Propriedade Industrial

Unidade Orçamentária: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ação - título

210L - Promoção do Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação na área de atuação da Suframa

Programa - título **3101 - Energia Elétrica**

Órgão: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Unidade Orçamentária: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

Ação - título

21BA - Coordenação das Ações de Gestão e Monitoramento do Setor Elétrico

Unidade Orçamentária: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE

Ação - título

20LI - Estudos para o Planejamento do Setor Energético

Programa - título **3102 - Mineração Segura e Sustentável**

Órgão: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Unidade Orçamentária: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

Ação - título

4887 - Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Unidade Orçamentária: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Ação - título

2D62 - Levantamentos Geológico-Ambientais Aplicados ao Ordenamento Territorial

213Y - Mapeamento Geológico do Brasil

2399 - Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda**

2B51 - Gestão e Disseminação da Informação Geocientífica

2B53 - Produção Laboratorial de Análises Mineraias - Rede LAMIN

21BB - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Unidade Orçamentária: 32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM

Ação - título

215Z - Regulação, Outorga e Fiscalização da Mineração

Programa - título**4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis**

Órgão: 40000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade Orçamentária: 40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta

Ação - título

215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo

Programa - título**5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação

Unidade Orçamentária: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta

Ação - título

15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

219U - Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26201 - Colégio Pedro II

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26231 - Universidade Federal de Alagoas

Ação - título

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

Ação - título

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26239 - Universidade Federal do Pará

Ação - título

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ação - título

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda**

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ação - título

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

Ação - título

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Ação - título

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Ação - título

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

Ação - título

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ação - título

21B5 - Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Ação - título

21B4 - Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26402 - Instituto Federal de Alagoas

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26404 - Instituto Federal Baiano

Ação - título

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26405 - Instituto Federal do Ceará

Ação - título

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda**

Unidade Orçamentária: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo

Ação - título

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26407 - Instituto Federal Goiano

Ação - título

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26408 - Instituto Federal do Maranhão

Ação - título

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

Ação - título

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda****Unidade Orçamentária:** 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro**Ação - título**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso**Ação - título**

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul**Ação - título**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26416 - Instituto Federal do Pará**Ação - título**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26417 - Instituto Federal da Paraíba**Ação - título**

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco**Ação - título**

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul**Ação - título**

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda****Unidade Orçamentária:** 26420 - Instituto Federal Farroupilha**Ação - título**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26421 - Instituto Federal de Rondônia**Ação - título**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26422 - Instituto Federal Catarinense**Ação - título**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26423 - Instituto Federal de Sergipe**Ação - título**

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26424 - Instituto Federal do Tocantins**Ação - título**

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26425 - Instituto Federal do Acre**Ação - título**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26426 - Instituto Federal do Amapá**Ação - título**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda****Unidade Orçamentária:** 26427 - Instituto Federal da Bahia**Ação - título**

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26428 - Instituto Federal de Brasília**Ação - título**

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26429 - Instituto Federal de Goiás**Ação - título**

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano**Ação - título**

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26431 - Instituto Federal do Piauí**Ação - título**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26432 - Instituto Federal do Paraná**Ação - título**

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro**Ação - título**

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda****Unidade Orçamentária:** 26434 - Instituto Federal Fluminense**Ação - título**

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte**Ação - título**

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense**Ação - título**

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26437 - Instituto Federal de Roraima**Ação - título**

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina**Ação - título**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Unidade Orçamentária: 26439 - Instituto Federal de São Paulo**Ação - título**

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Programa - título 5127 - Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único**Órgão:** 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**Unidade Orçamentária:** 55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta**Ação - título**

20GG - Promoção da Inclusão Socioeconômica de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade

Prioridade **Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda**

Programa - título **5663 - Autonomia Econômica das Mulheres**

Órgão: 65000 - Ministério das Mulheres

Unidade Orçamentária: 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta

Ação - título

21GG - Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres

Programa - título **5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo**

Órgão: 67000 - Ministério da Igualdade Racial

Unidade Orçamentária: 67101 - Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta

Ação - título

21FB - Fomento das políticas de Ações Afirmativas

Programa - título **6112 - Defesa Nacional**

Órgão: 52000 - Ministério da Defesa

Unidade Orçamentária: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta

Ação - título

15W4 - Aquisição de Helicópteros Leves (Projeto TH-X)

123J - Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas

Unidade Orçamentária: 52111 - Comando da Aeronáutica

Ação - título

162M - Conversão das aeronaves AIRBUS 330-200

14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2

14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390

Unidade Orçamentária: 52121 - Comando do Exército

Ação - título

3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército

14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON

14T4 - Implantação do Projeto Forças Blindadas

14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS

Unidade Orçamentária: 52131 - Comando da Marinha

Ação - título

123I - Construção de Submarinos Convencionais

14T7 - Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha

123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear

123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

Unidade Orçamentária: 52931 - Fundo Naval

Ação - título

1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NP 500t) - Classe Macaé

Programa - título **6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica**

Órgão: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Unidade Orçamentária: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Ação - título

Prioridade**Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda**

20LC - Geologia do Espaço Marinho e Costeiro

Prioridade**Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC****Programa - título****0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo****Órgão:**

32000 - Ministério de Minas e Energia

Unidade Orçamentária:

32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Ação - título

125F - Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

Órgão:

39000 - Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária:

39101 - Ministério dos Transportes - Administração Direta

Ação - título

20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Unidade Orçamentária:

39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Ação - título

20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Unidade Orçamentária:

39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Ação - título

20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

218S - Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura

Órgão:

68000 - Ministério de Portos e Aeroportos

Unidade Orçamentária:

68101 - Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta

Ação - título

20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

218T - Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Programa - título**0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica****Órgão:**

73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

Unidade Orçamentária:

73120 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

Ação - título

00UV - Implementação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura

Programa - título**0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais****Órgão:**

20000 - Presidência da República

Unidade Orçamentária:

20101 - Presidência da República

Ação - título

00QF - Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Órgão:

68000 - Ministério de Portos e Aeroportos

Unidade Orçamentária:

68101 - Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta

Ação - título

00V4 - Participação da União no Capital da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CODERN

00V6 - Participação da União no Capital da Portos Rio - CDRJ - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos

Prioridade**Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC**

00T5 - Apoio à Realização de Estudos, Projetos e Obras dos Entes Federados para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

Órgão: 56000 - Ministério das Cidades

Unidade Orçamentária: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta

Ação - título

8865 - Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas

00TK - Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos

Programa - título **2319 - Mobilidade Urbana**

Órgão: 56000 - Ministério das Cidades

Unidade Orçamentária: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta

Ação - título

00T3 - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano

Programa - título **2320 - Moradia Digna**

Órgão: 56000 - Ministério das Cidades

Unidade Orçamentária: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta

Ação - título

00CX - Subvenção econômica destinada a Implementação de projetos de Interesse social em áreas rurais

00AF - Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR

00CW - Subvenção econômica destinada à ampliação do acesso ao financiamento habitacional

00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS

Unidade Orçamentária: 56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS

Ação - título

8873 - Apoio ao fortalecimento Institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS

00TI - Apoio à produção habitacional de interesse social

00VM - Subvenção econômica destinada à habitação de interesse social em cidades com menos de 80.000 Habitantes – Oferta Pública (Lei nº 14.620, de 2023)

Programa - título **2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre**

Órgão: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Unidade Orçamentária: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Ação - título

2397 - Levantamentos e Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica

Órgão: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

Ação - título

12EP - Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)

00T6 - Apoio à Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano

00T7 - Apoio à Implantação da Adutora do Agreste

00T8 - Apoio à Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea

00T9 - Apoio à Implantação do Cinturão das Águas do Ceará

00TB - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica

21DD - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas

15DX - Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó

Prioridade**Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC**

15ZK - Implantação do Projeto Seridó

214T - Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF

21DE - Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica

5900 - Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)

00TA - Apoio à Gestão e Implantação de Sistemas de Purificação e de Dessalinização de Águas Continentais e Marinhas e Rede de Distribuição Associada

21DF - Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco

Unidade Orçamentária:

53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

Ação - título

21DD - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas

7X91 - Implantação do Canal do Xingó

21DE - Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica

214T - Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF

162K - Implantação do Canal do Sertão Baiano

15XW - Implantação da Barragem Tinguis

15XV - Construção de Sistema Integrado de Abastecimento de Água - Adutora da Fé

5308 - Construção da Barragem Jequitaiá

Unidade Orçamentária:

53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

Ação - título

00TG - Apoio à Construção da Barragem Oiticica

21DD - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas

11AA - Construção da Barragem Fronteiras

1N64 - Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba

Programa - título**2322 - Saneamento Básico****Órgão:**

56000 - Ministério das Cidades

Unidade Orçamentária:

56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta

Ação - título

00TN - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água

00TO - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário

00TP - Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento Básico

00TQ - Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

00VJ - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços de Saneamento Básico em Áreas Rurais

00VK - Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos para Melhorias da Cadeia Produtiva de Apoio aos Catadores de Materiais Recicláveis

00TM - Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado

Programa - título**3102 - Mineração Segura e Sustentável****Órgão:**

32000 - Ministério de Minas e Energia

Unidade Orçamentária:

32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Ação - título

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

2B53 - Produção Laboratorial de Análises Minerais - Rede LAMIN

2B51 - Gestão e Disseminação da Informação Geocientífica

2399 - Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil

213Y - Mapeamento Geológico do Brasil

Prioridade**Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC**

2D62 - Levantamentos Geológico-Ambientais Aplicados ao Ordenamento Territorial

21BB - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral

Programa - título**3104 - Aviação Civil**

Órgão: 68000 - Ministério de Portos e Aeroportos

Unidade Orçamentária: 68902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

Ação - título

15YT - Reforma e Reparcelamento do Aeroporto de Dourados/MS, de Propriedade da União

210F - Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão)

15V1 - Instalação de equipamentos de auxílios à navegação Aérea

15UX - Reforma e Reparcelamento do Aeroporto de Coari/AM, de Propriedade da União

14UB - Reforma e Reparcelamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União

15UW - Reforma e Reparcelamento do Aeroporto de Maringá/PR, de Propriedade da União

Programa - título**3105 - Portos e Transporte Aquaviário**

Órgão: 68000 - Ministério de Portos e Aeroportos

Unidade Orçamentária: 68101 - Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta

Ação - título

00TV - Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP

123M - Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins

127G - Construção de Terminais Fluviais

13LO - Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas

161Y - Manutenção e Reforço do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba/SC

161Z - Dragagem e Readequação da Infraestrutura Aquaviária do Porto do Recife/PE

162C - Modernização - Recuperação e Ampliação da Capacidade – Porto de Suape/PE - Recuperação do Molhe 4

162D - Execução dos Serviços de Dragagem e Sinalização Náutica da Lagoa Mirim

1C93 - Construção de Terminal Fluvial - no Município de São Raimundo - no Estado do Amazonas

20LN - Operação de Terminais Hidroviários

20LO - Operação de Eclusas

219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

162A - Adequação e Ampliação da Capacidade do Porto de Santana/AP

162B - Modernização - Recuperação e Ampliação da Capacidade – Porto de Suape/PE - Dragagem do Canal Interno

Programa - título**3106 - Transporte Rodoviário**

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária: 39101 - Ministério dos Transportes - Administração Direta

Ação - título

00VR - Participação da União em projetos de concessões rodoviárias outorgadas a iniciativa privada

Unidade Orçamentária: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Ação - título

1418 - Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP

15ZW - Construção de Trecho Rodoviário - Paraná - Príncipe - na BR-010/TO

15ZV - Construção de Pontes - Trecho Rococó - São Francisco - na BR-210/RR

14X0 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE

14PC - Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS

Prioridade**Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC**

161N - Construção do Arco Metropolitano de Maceió - na BR-316/424/AL

1490 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA

163F - Adequação de Trecho Rodoviário – Barreiras – Luís Eduardo Magalhães - na BR-242/BA

13YK - Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP

14LV - Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA

161O - Adequação de Trecho Rodoviário - Div. PE/AL - Praça Centenário (Maceió) - na BR-104/AL

161S - Adequação de Trecho Rodoviário - Div. CE/RN - Entr. BR-226(A) - na BR-304/RN

163E - Adequação de Trecho Rodoviário - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - Entr. BR-343(B) (Estaca Zero) - na BR-316/PI

163G - Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PA/MA – Div MA/PI (Timon) – na BR-316/MA

163I - Construção de Contorno Rodoviário em Guaira - na BR-163/PR

163J - Construção de Trecho Rodoviário - Cocos – Div BA/GO – na BR-030/BA

163K - Construção de Trecho Rodoviário – Div MA/PI – Entr. BR-135(A)/235(A) (Bom Jesus) - na BR-330/PI

163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais

1C09 - Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA

161U - Construção da Ponte sobre o Rio Xingu e Acessos - na BR-230/PA

7XG6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR-267/MS

7XX5 - Prolongamento da Ponte sobre o Rio Tarauacá - na BR-364/AC

105S - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA

7XX3 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MT/RO - Divisa RO/AC - na BR-364/RO

7XW7 - Adequação de Contorno Rodoviário em Araranguá - na BR-101/SC

7XW5 - Construção de Trevo de Acesso a Baixo Guandu - na BR-259/ES

7XT1 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento DF-001/240 - Entroncamento DF-180 - na BR-080/DF

7XM5 - Construção de Ponte sobre o rio Parnaíba na Divisa PI/MA - na BR-330/PI

7XM0 - Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - na BR-324/BA

7XJ5 - Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC

7XJ4 - Construção de Trecho Rodoviário - Maraú - Entroncamento BR-101 - na BR-030/BA

7XJ0 - Construção de Trecho Rodoviário - Jacuí - Alpinópolis - na BR-265/MG

7U07 - Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibateguara - na BR-416/AL

7X16 - Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Novo Hamburgo - na BR-116/RS

7K23 - Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - Na BR-487/PR

7X96 - Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS

7X78 - Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS

7X64 - Construção de Pontes na BR-425/RO

7X42 - Adequação da Travessia Urbana de Petrolina nas BR's-407/428/PE

7X34 - Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS

7W95 - Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI

7W84 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) - na BR-135/MA

7W67 - Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN

7W07 - Adequação de Trecho Rodoviário - Castanhal - Santa Maria do Pará - Trevo de Salinópolis - Divisa PA/MA - na BR-316/PA

7V99 - Construção de Trecho Rodoviário - Bonfim - Normandia - na BR-401/RR

7V83 - Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso a Rodrigues Alves - na BR-364/AC

7V19 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Caririnha - na BR-030/BA

7XI8 - Adequação de Ponte sobre o rio Ibicuí - na BR-472/RS

7T98 - Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitizeiro) - na BR-230/PB

7V18 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/BA - Divisa BA/PI - na BR-020/BA

7V00 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-

Prioridade

Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC

226/MA

7U06 - Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES

7E79 - Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO

7624 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL

7530 - Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC

7F51 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA

7242 - Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR

5E15 - Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO

2325 - Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos

1K23 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG

7S97 - Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Brasília - na BR-317/AC

13YE - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB

7S75 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN

7G16 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG

7S62 - Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA

7S61 - Construção de Trecho Rodoviário - Novo Repartimento - Tucuruí - na BR-422/PA

7S57 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS

7S51 - Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES

7R82 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO

7P87 - Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO

7N22 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI

7M91 - Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR

7M88 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE

7L92 - Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO

7L04 - Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS

7U22 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR

7S80 - Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT

110I - Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA

10IW - Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG

108X - Implantação de Postos de Pesagem

13XG - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG

10IX - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG

10JQ - Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC

10KK - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT

10L3 - Adequação de Trecho Rodoviário - Cauaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE

110Q - Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE

110R - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE

12KY - Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT

13X7 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA

10KR - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA

13X5 - Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA

112N - Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS

12KF - Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC

12JL - Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR

Prioridade**Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC**

123U - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS

11VA - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT

13X6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE

Programa - título **3108 - Segurança Viária**

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Ação - título

11H1 - Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ

14TL - Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG

Unidade Orçamentária: 39905 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET

Ação - título

20YZ - Promoção do Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito

Programa - título **3901 - Transporte Ferroviário**

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária: 39101 - Ministério dos Transportes - Administração Direta

Ação - título

00VS - Participação da União em projetos de concessões ferroviárias outorgadas à iniciativa privada

Unidade Orçamentária: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Ação - título

15V3 - Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354

161K - Construção da Ferrovia Transnordestina - trecho entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE - EF-232

124G - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334

Unidade Orçamentária: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Ação - título

14MM - Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária

15SP - Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas em São Félix/BA

10MK - Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina - EF-232

Programa - título **5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação

Unidade Orçamentária: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Ação - título

00SU - Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil

0E53 - Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola

20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica

Programa - título **5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma**

Órgão: 26000 - Ministério da Educação

Unidade Orçamentária: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta

Ação - título

15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Prioridade**Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC****Programa - título** **5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade****Órgão:** 26000 - Ministério da Educação**Unidade Orçamentária:** 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta**Ação - título**

15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Unidade Orçamentária: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares**Ação - título**

20RX - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF

Programa - título **5116 - Segurança Pública com Cidadania****Órgão:** 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública**Unidade Orçamentária:** 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública**Ação - título**

00V0 - Implantação de Centros Comunitário da Paz - COMPAZ

Programa - título **5118 - Atenção Especializada à Saúde****Órgão:** 36000 - Ministério da Saúde**Unidade Orçamentária:** 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO**Ação - título**

163C - Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC

163D - Estruturação do Centro de Atendimento ao Paciente Crítico e Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A (GHC) - PAC

Unidade Orçamentária: 36901 - Fundo Nacional de Saúde**Ação - título**

125H - Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA

21D9 - Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia

8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

00VQ - Apoio à Implantação de Infraestrutura Hospitalar e Ambulatorial

Programa - título **5119 - Atenção Primária à Saúde****Órgão:** 36000 - Ministério da Saúde**Unidade Orçamentária:** 36901 - Fundo Nacional de Saúde**Ação - título**

8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde

Programa - título **5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde****Órgão:** 36000 - Ministério da Saúde**Unidade Orçamentária:** 36201 - Fundação Oswaldo Cruz**Ação - título**

13DW - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos

Unidade Orçamentária: 36901 - Fundo Nacional de Saúde**Ação - título**

20K7 - Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde

Prioridade**Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC****Programa - título** **5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde****Órgão:** 36000 - Ministério da Saúde**Unidade Orçamentária:** 36901 - Fundo Nacional de Saúde**Ação - título**

8715 - Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde

21CF - Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS

Programa - título **5122 - Saúde Indígena****Órgão:** 36000 - Ministério da Saúde**Unidade Orçamentária:** 36901 - Fundo Nacional de Saúde**Ação - título**

20YP - Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena

21CJ - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos

Programa - título **5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente****Órgão:** 36000 - Ministério da Saúde**Unidade Orçamentária:** 36901 - Fundo Nacional de Saúde**Ação - título**

20YJ - Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Ambiente

Programa - título **5125 - Direito à Cultura****Órgão:** 42000 - Ministério da Cultura**Unidade Orçamentária:** 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta**Ação - título**

163A - Construção do Museu Nacional da Democracia Brasileira

Unidade Orçamentária: 42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN**Ação - título**

211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Unidade Orçamentária: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**Ação - título**

5538 - Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados

Programa - título **5126 - Esporte para a Vida****Órgão:** 51000 - Ministério do Esporte**Unidade Orçamentária:** 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta**Ação - título**

00SL - Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer

Programa - título **5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome****Órgão:** 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**Unidade Orçamentária:** 55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta**Ação - título**

8948 - Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural

Programa - título **5602 - Periferia Viva**

Prioridade**Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC****Órgão:** 56000 - Ministério das Cidades**Unidade Orçamentária:** 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta**Ação - título**

00VD - Apoio ao Desenvolvimento e Implementação de Ações Estratégicas do Programa Periferia Viva

00T2 - Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários

00VC - Apoio à Implementação de Soluções Baseadas Natureza (SbN) para Adaptação Inclusiva das Periferias Urbanas às Mudanças Climáticas

00SW - Apoio à Regularização Fundiária Urbana

Unidade Orçamentária: 56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS**Ação - título**

00TH - Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

00TJ - Apoio à Melhoria Habitacional e Urbana

Programa - título**6112 - Defesa Nacional****Órgão:** 52000 - Ministério da Defesa**Unidade Orçamentária:** 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta**Ação - título**

123J - Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas

15W4 - Aquisição de Helicópteros Leves (Projeto TH-X)

Unidade Orçamentária: 52111 - Comando da Aeronáutica**Ação - título**

14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2

14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390

162M - Conversão das aeronaves AIRBUS 330-200

Unidade Orçamentária: 52121 - Comando do Exército**Ação - título**

14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS

14T4 - Implantação do Projeto Forças Blindadas

14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON

3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército

Unidade Orçamentária: 52131 - Comando da Marinha**Ação - título**

14T7 - Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha

123I - Construção de Submarinos Convencionais

123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear

123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

Unidade Orçamentária: 52931 - Fundo Naval**Ação - título**

1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé

Programa - título**6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica****Órgão:** 32000 - Ministério de Minas e Energia

Prioridade**Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC****Unidade Orçamentária:** 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**Ação - título**

20LC - Geologia do Espaço Marinho e Costeiro

Prioridade**Saúde: Atenção Primária e Atenção Especializada****Programa - título****5117 - Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde****Órgão:** 36000 - Ministério da Saúde**Unidade Orçamentária:** 36901 - Fundo Nacional de Saúde**Ação - título**

4370 - Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais

4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico

4705 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado

20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde

20AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS

20K5 - Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS

20YR - Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade

20YS - Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento

4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas

Programa - título**5118 - Atenção Especializada à Saúde****Órgão:** 36000 - Ministério da Saúde**Unidade Orçamentária:** 36201 - Fundação Oswaldo Cruz**Ação - título**

6516 - Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia

20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes

Unidade Orçamentária: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO**Ação - título**

163D - Estruturação do Centro de Atendimento ao Paciente Crítico e Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A (GHC) - PAC

6217 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde

163C - Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC

Unidade Orçamentária: 36901 - Fundo Nacional de Saúde**Ação - título**

20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes

6516 - Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia

00VQ - Apoio à Implantação de Infraestrutura Hospitalar e Ambulatorial

15W2 - Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS

8759 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO

8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA

8755 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC

8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde

8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

6217 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde

Prioridade**Saúde: Atenção Primária e Atenção Especializada**

6148 - Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAHA de Hospitais de Reabilitação

21D9 - Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia

21CD - Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde

20QI - Implantação e Manutenção da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS)

15EG - Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC

125H - Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

Programa - título**5119 - Atenção Primária à Saúde**

Órgão: 36000 - Ministério da Saúde

Unidade Orçamentária: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

Ação - título

21CE - Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde

21BG - Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde

4324 - Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro

217U - Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde

20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)

00UC - Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde

219A - Piso de Atenção Primária à Saúde

8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde

Programa - título**5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde**

Órgão: 36000 - Ministério da Saúde

Unidade Orçamentária: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

Ação - título

212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

8753 - Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde

8715 - Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde

8708 - Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde

8287 - Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde

6182 - Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS

2B52 - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde

21GM - Transformação Digital no SUS

21EC - Gestão de Programas e Projetos de Cooperação Técnica e Contratos de Gestão

21DX - Manutenção de Contratos de Gestão com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS)

218U - Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems

20YQ - Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS

20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)

20YD - Educação e Trabalho na Saúde

20QG - Atuação Internacional do Ministério da Saúde

2016 - Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde

00UW - Assistência Financeira Complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem

21CF - Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS

II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

**1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E
DA DESPESA**

Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da
Seguridade Social segundo Categorias Econômicas

Quadro 1A - Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso I

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	1.450.013.396.621	Despesas Correntes	1.402.052.105.415
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)</i>	1.029.243.883.771	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	242.713.058.131
<i>Contribuições (1)</i>	94.440.108.805	<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	436.129.368.751
<i>Receita Patrimonial (1)</i>	213.971.972.334	<i>Outras Despesas Correntes</i>	723.209.678.533
<i>Receita Agropecuária (1)</i>	28.620.697		
<i>Receita Industrial (1)</i>	9.116.530.824		
<i>Receita de Serviços (1)</i>	30.871.434.487		
<i>Transferências Correntes (1)</i>	163.926.551		
<i>Outras Receitas Correntes (1)</i>	72.176.919.152		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	615.511.835		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	3.264.753		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	870.326		
<i>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	425.527		
<i>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	53.642.052		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	296.048.368		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	261.260.809		
Superávit do Orçamento Corrente - Fiscal	48.576.803.041		
Total	1.450.628.908.456	Total	1.402.052.105.415
		Superávit do Orçamento Corrente - Fiscal	48.576.803.041
Receitas de Capital	2.592.715.993.979	Despesas de Capital	2.219.211.741.845
<i>Operações de Crédito (2)</i>	2.431.152.206.891	<i>Investimentos</i>	47.220.918.436
<i>Alienação de Bens (2)</i>	502.942.537	<i>Inversões Financeiras</i>	128.420.105.615
<i>Amortização de Empréstimos (2)</i>	34.515.530.820	<i>Amortização da Dívida</i>	2.043.570.717.794
<i>Transferências de Capital (2)</i>	113.414.947	Reserva de Contingência	98.370.653.737
<i>Outras Receitas de Capital (2)</i>	126.431.898.784	<i>Reserva de Contingência</i>	29.630.968.168
Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	-323.710.401.438	<i>Outras</i>	68.739.685.569
Total	2.269.005.592.541	Total	2.269.005.592.541

Resumo

Receitas Correntes	1.450.013.396.621	Despesas Correntes	1.402.052.105.415
Receitas Correntes - Op. Intraorçamentárias	615.511.835	Despesas de Capital	2.219.211.741.845
Receitas de Capital	2.592.715.993.979	Reservas	98.370.653.737
Receitas de Capital - Op. Intraorçamentárias	0		
Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	-323.710.401.438		
Total	3.719.634.500.997	Total	3.719.634.500.997

OBSERVAÇÕES:

- (1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.
 (2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19"

Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79"

Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".

Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

Quadro 1B - Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso I

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	1.324.943.089.807	Despesas Correntes	1.641.503.832.504
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)</i>	613.756.226	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	164.404.837.139
<i>Contribuições (1)</i>	1.287.516.725.026	<i>Outras Despesas Correntes</i>	1.477.098.995.365
<i>Receita Patrimonial (1)</i>	11.584.241.408		
<i>Receita Industrial (1)</i>	391.080		
<i>Receita de Serviços (1)</i>	21.716.439.415		
<i>Transferências Correntes (1)</i>	5.967.971		
<i>Outras Receitas Correntes (1)</i>	3.505.568.681		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	23.595.978.528		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	237.602		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	23.520.921.426		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	57.435		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	74.762.065		
		Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	292.964.764.169
Total	1.348.539.068.335	Total	1.641.503.832.504
Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	292.964.764.169		
Receitas de Capital	2.795.644	Despesas de Capital	11.665.481.457
<i>Alienação de Bens (2)</i>	2.795.644	<i>Investimentos</i>	11.661.981.457
Transferência do Orçamento Fiscal	323.710.401.438	<i>Inversões Financeiras</i>	3.500.000
		Reserva de Contingência	19.082.951.456
		<i>Outras</i>	19.082.951.456
Total	323.713.197.082	Total	323.713.197.082

Resumo

Receitas Correntes	1.324.943.089.807	Despesas Correntes	1.641.503.832.504
Receitas Correntes - Op. Intraorçamentárias	23.595.978.528	Despesas de Capital	11.665.481.457
Receitas de Capital	2.795.644	Reservas	19.082.951.456
Transferência do Orçamento Fiscal	323.710.401.438		
Total	1.672.252.265.417	Total	1.672.252.265.417

OBSERVAÇÕES:

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19"

Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79"

Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".

Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

Quadro 1C - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso I

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	2.774.956.486.428	Despesas Correntes	3.043.555.937.919
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)</i>	1.029.857.639.997	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	407.117.895.270
<i>Contribuições (1)</i>	1.381.956.833.831	<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	436.129.368.751
<i>Receita Patrimonial (1)</i>	225.556.213.742	<i>Outras Despesas Correntes</i>	2.200.308.673.898
<i>Receita Agropecuária (1)</i>	28.620.697		
<i>Receita Industrial (1)</i>	9.116.921.904		
<i>Receita de Serviços (1)</i>	52.587.873.902		
<i>Transferências Correntes (1)</i>	169.894.522		
<i>Outras Receitas Correntes (1)</i>	75.682.487.833		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	24.211.490.363		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	3.502.355		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	23.521.791.752		
<i>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	425.527		
<i>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	53.642.052		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	296.105.803		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	336.022.874		
		Déficit do Orçamento Corrente	244.387.961.128
Total	2.799.167.976.791	Total	3.043.555.937.919
Déficit do Orçamento Corrente	244.387.961.128		
Receitas de Capital	2.592.718.789.623	Despesas de Capital	2.230.877.223.302
<i>Operações de Crédito (2)</i>	2.431.152.206.891	<i>Investimentos</i>	58.882.899.893
<i>Alienação de Bens (2)</i>	505.738.181	<i>Inversões Financeiras</i>	128.423.605.615
<i>Amortização de Empréstimos (2)</i>	34.515.530.820	<i>Amortização da Dívida</i>	2.043.570.717.794
<i>Transferências de Capital (2)</i>	113.414.947	Reserva de Contingência	117.453.605.193
<i>Outras Receitas de Capital (2)</i>	126.431.898.784	<i>Outras</i>	87.822.637.025
		<i>Reserva de Contingência</i>	29.630.968.168
Total	2.592.718.789.623	Total	2.592.718.789.623

Resumo

Receitas Correntes	2.774.956.486.428	Despesas Correntes	3.043.555.937.919
Receitas Correntes - Op. Intraorçamentárias	24.211.490.363	Despesas de Capital	2.230.877.223.302
Receitas de Capital	2.592.718.789.623	Reservas	117.453.605.193
Receitas de Capital - Op. Intraorçamentárias	0		
Total	5.391.886.766.414	Total	5.391.886.766.414

OBSERVAÇÕES:

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19"

Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79"

Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".

Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA

Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadro 2 - Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso II

Recursos de Todas as Fontes

Código	Categoria Econômica e Origem	Fiscal	Seguridade	Total
	Receitas Correntes	1.450.013.396.621	1.324.943.089.807	2.774.956.486.428
1. 1. 0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	1.029.243.883.771	613.756.226	1.029.857.639.997
1. 2. 0.0.00.0.0	Contribuições (1)	94.440.108.805	1.287.516.725.026	1.381.956.833.831
1. 3. 0.0.00.0.0	Receita Patrimonial (1)	213.971.972.334	11.584.241.408	225.556.213.742
1. 4. 0.0.00.0.0	Receita Agropecuária (1)	28.620.697		28.620.697
1. 5. 0.0.00.0.0	Receita Industrial (1)	9.116.530.824	391.080	9.116.921.904
1. 6. 0.0.00.0.0	Receita de Serviços (1)	30.871.434.487	21.716.439.415	52.587.873.902
1. 7. 0.0.00.0.0	Transferências Correntes (1)	163.926.551	5.967.971	169.894.522
1. 9. 0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes (1)	72.176.919.152	3.505.568.681	75.682.487.833
	Receitas de Capital	2.592.715.993.979	2.795.644	2.592.718.789.623
2. 1. 0.0.00.0.0	Operações de Crédito (2)	2.431.152.206.891		2.431.152.206.891
2. 2. 0.0.00.0.0	Alienação de Bens (2)	502.942.537	2.795.644	505.738.181
2. 3. 0.0.00.0.0	Amortização de Empréstimos (2)	34.515.530.820		34.515.530.820
2. 4. 0.0.00.0.0	Transferências de Capital (2)	113.414.947		113.414.947
2. 9. 0.0.00.0.0	Outras Receitas de Capital (2)	126.431.898.784		126.431.898.784
	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	615.511.835	23.595.978.528	24.211.490.363
7. 1. 0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias (1)	3.264.753	237.602	3.502.355
7. 2. 0.0.00.0.0	Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)	870.326	23.520.921.426	23.521.791.752
7. 3. 0.0.00.0.0	Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias (1)	425.527		425.527
7. 5. 0.0.00.0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias (1)	53.642.052		53.642.052
7. 6. 0.0.00.0.0	Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)	296.048.368	57.435	296.105.803
7. 9. 0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)	261.260.809	74.762.065	336.022.874
	Total	4.043.344.902.435	1.348.541.863.979	5.391.886.766.414

OBSERVAÇÕES:

- (1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.
 (2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19".

Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79".

Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".

Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
01.000	Camara dos Deputados	122.599.167
1050	Recursos Próprios Livres da UO	122.113.927
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	485.240
01.901	Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	122.599.167
1050	Recursos Próprios Livres da UO	122.113.927
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.210.718
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	84.275.844
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	32.714.294
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	288.161
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	991.940
1.9.1.1.09.0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	16.296
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	5.902
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	2.600.925
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	9.847
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	485.240
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	485.240
02.000	Senado Federal	23.485.851
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	4.981.829
1050	Recursos Próprios Livres da UO	18.504.022
02.101	Senado Federal	23.485.851
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	4.981.829
1.6.3.2.01.0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cívics - Principal	4.981.829
1050	Recursos Próprios Livres da UO	18.504.022
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.240
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.646.341
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	16.601.086
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	115.291
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	31.605
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	88.807
7.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	17.652
03.000	Tribunal de Contas da União	12.290.589
1050	Recursos Próprios Livres da UO	12.290.589
03.101	Tribunal de Contas da União	12.290.589
1050	Recursos Próprios Livres da UO	12.290.589
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	12.290.589
10.000	Supremo Tribunal Federal	186.123
1050	Recursos Próprios Livres da UO	50.226
1052	Recursos Livres da UO	135.897
10.101	Supremo Tribunal Federal	186.123
1050	Recursos Próprios Livres da UO	50.226
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	50.226
1052	Recursos Livres da UO	135.897
1.9.2.3.02.0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	135.897
11.000	Superior Tribunal de Justiça	444.948
1050	Recursos Próprios Livres da UO	16.342
1052	Recursos Livres da UO	428.606
11.101	Superior Tribunal de Justiça	444.948
1050	Recursos Próprios Livres da UO	16.342
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	16.342
1052	Recursos Livres da UO	428.606
1.9.2.3.02.0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	428.606
13.000	Justiça Militar da União	105.608
1050	Recursos Próprios Livres da UO	105.608
13.101	Justiça Militar da União	105.608
1050	Recursos Próprios Livres da UO	105.608
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	27.817
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	77.791
14.000	Justiça Eleitoral	97.931.232
1052	Recursos Livres da UO	97.931.232
14.901	Fundo Partidário	97.931.232
1052	Recursos Livres da UO	97.931.232
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	61.476.043
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	124.329
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	32.400.128

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.930.732
15.000	Justiça do Trabalho	329.644.395
1050	Recursos Próprios Livres da UO	16.056.226
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	313.588.169
15.101	Tribunal Superior do Trabalho	683.086
1050	Recursos Próprios Livres da UO	683.086
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	683.086
15.102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	43.455.126
1050	Recursos Próprios Livres da UO	82.548
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	82.548
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	43.372.578
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	43.372.578
15.103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	55.941.294
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.648.610
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.648.610
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	54.292.684
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	54.292.684
15.104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	29.094.261
1050	Recursos Próprios Livres da UO	948.205
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	948.205
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	28.146.056
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	28.146.056
15.105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	35.930.775
1050	Recursos Próprios Livres da UO	386.834
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	386.834
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	35.543.941
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	35.543.941
15.106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	27.878.339
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.970.636
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.970.636
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	25.907.703
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	25.907.703
15.107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	11.774.362
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.368.421
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	372.705
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	2.995.716
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	8.405.941
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	8.405.941
15.108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	6.450.101
1050	Recursos Próprios Livres da UO	622.179
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	622.179
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	5.827.922
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	5.827.922
15.109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	3.654.098
1050	Recursos Próprios Livres da UO	292.257
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	292.257
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	3.361.841
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.361.841
15.110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	21.099.546
1050	Recursos Próprios Livres da UO	505.610
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	505.610
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	20.593.936
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	20.593.936
15.111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	13.018.391
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.007.906
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.007.906
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	12.010.485
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	12.010.485
15.112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	4.192.899
1050	Recursos Próprios Livres da UO	355.896
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	355.896
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	3.837.003
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.837.003
15.113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	6.101.246
1050	Recursos Próprios Livres da UO	32.180
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	32.180

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.069.066
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	6.069.066
15.114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	1.769.250
1050	Recursos Próprios Livres da UO	159.891
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	159.891
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.609.359
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.609.359
15.115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	3.592.769
1050	Recursos Próprios Livres da UO	32.149
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	32.149
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	3.560.620
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.560.620
15.116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	32.191.289
1050	Recursos Próprios Livres da UO	580.535
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	580.535
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	31.610.754
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	31.610.754
15.117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	2.314.943
1050	Recursos Próprios Livres da UO	84.161
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	84.161
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.230.782
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.230.782
15.118	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	8.415.142
1050	Recursos Próprios Livres da UO	445.199
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	445.199
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.969.943
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	7.969.943
15.119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	4.543.812
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.375.933
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.375.933
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	3.167.879
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.167.879
15.120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	3.660.252
1050	Recursos Próprios Livres da UO	476.977
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	476.977
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	3.183.275
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.183.275
15.121	Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	4.970.133
1050	Recursos Próprios Livres da UO	160.431
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	160.431
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	4.809.702
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	4.809.702
15.122	Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	3.048.960
1050	Recursos Próprios Livres da UO	257.592
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	257.592
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.791.368
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.791.368
15.123	Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	1.811.744
1050	Recursos Próprios Livres da UO	242.160
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	242.160
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.569.584
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.569.584
15.124	Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	1.569.379
1050	Recursos Próprios Livres da UO	52.635
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	52.635
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.516.744
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1.516.744
15.125	Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	2.483.198
1050	Recursos Próprios Livres da UO	284.195
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	284.195
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.199.003
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	2.199.003
16.000	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	85.409.034
1050	Recursos Próprios Livres da UO	49.364.394
1052	Recursos Livres da UO	1.812.321
1081	Convênios	22.400.000

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	11.832.319
16.101	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	85.409.034
1050	Recursos Próprios Livres da UO	49.364.394
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	422.152
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	48.165.431
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	306.655
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	424.940
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	45.216
1052	Recursos Livres da UO	1.812.321
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.812.321
1081	Convênios	22.400.000
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	6.797.146
	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	15.602.854
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	11.832.319
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	11.832.319
20.000	Presidência da República	458.696.489
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	229.633.147
1050	Recursos Próprios Livres da UO	228.691.140
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	333.606
1052	Recursos Livres da UO	38.596
20.118	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	333.606
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	333.606
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	333.606
20.204	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	720.073
1050	Recursos Próprios Livres da UO	681.477
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	681.477
1052	Recursos Livres da UO	38.596
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	38.596
20.415	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	332.844.701
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	229.633.147
	1.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	229.221.024
	1.2.2.1.10.0.3 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	295.979
	7.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	116.144
1050	Recursos Próprios Livres da UO	103.211.554
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	28.161.554
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	75.050.000
20.927	Fundo de Imprensa Nacional	124.798.109
1050	Recursos Próprios Livres da UO	124.798.109
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	123.602.375
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	18.393
	7.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.177.341
22.000	Ministério da Agricultura e Pecuária	220.186.067
1050	Recursos Próprios Livres da UO	140.853.338
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.449.995
1052	Recursos Livres da UO	58.601.303
1059	Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	2.777.409
1075	CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional	118.016
1081	Convênios	3.210.154
1116	Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM	8.642.616
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	533.236
22.101	Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	72.648.479
1050	Recursos Próprios Livres da UO	100.000
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	100.000
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	2.000.000
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.000.000
1052	Recursos Livres da UO	58.477.202
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	2.740.685
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	55.733.997
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	2.520
1059	Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	2.777.409
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.777.409
1075	CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional	118.016
	1.2.2.1.03.0.1 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	105.309
	1.2.2.1.03.0.2 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	1.466
	1.2.2.1.03.0.4 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	11.241

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1116	Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM	8.642.616
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	8.642.616
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	533.236
2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	533.236
22.202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	72.036.048
1050	Recursos Próprios Livres da UO	65.375.899
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.832.962
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	16.489
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	7.861.209
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	10.924.355
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	79.694
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	368.011
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	28.131.156
1.6.1.1.03.0.2	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Multas e Juros	260.508
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	74.355
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	816.782
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	49.991
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	10.396.656
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	29.076
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	4.534.655
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	3.449.995
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	3.449.995
1081	Convênios	3.210.154
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.260.960
1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	115.000
2.4.2.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	834.194
22.906	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	75.501.540
1050	Recursos Próprios Livres da UO	75.377.439
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	75.233.130
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	144.309
1052	Recursos Livres da UO	124.101
2.2.1.2.04.0.3	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa	124.101
24.000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	12.280.769.303
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.156.479.486
1052	Recursos Livres da UO	278.732.777
1058	Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	18.855.424
1065	Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	47.062.704
1081	Convênios	10.000.000
1097	CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	389.650.334
1098	CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	909.184.112
1099	CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	389.650.334
1100	CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	909.184.112
1101	CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	2.078.135.113
1102	CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	519.533.778
1103	CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	109.317.515
1104	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	457.652.269
1105	CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	54.311.781
1106	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	1.567.368
1107	CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	1.134.023.254
1108	CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	486.021.093
1109	CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	104.603.129
1110	CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	34.251.968
1112	CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	17.373.326
1113	Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	122.201.506
1118	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.391.829.138
1119	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	2.004
1136	CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	24.528
9097	CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	39.667.335
9098	CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	92.557.115

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
9099	CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	39.667.335
9100	CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	92.557.115
9101	CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	211.559.120
9102	CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	52.889.780
9118	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	132.224.450
24.101	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta	123.821.529
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.620.023
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	402.471
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	112.337
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	987.228
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	117.987
1113	Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	122.201.506
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	121.875.705
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	325.801
24.201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	57.680.077
1050	Recursos Próprios Livres da UO	617.373
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	294.261
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	323.112
1065	Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	47.062.704
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	47.062.704
1081	Convênios	10.000.000
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	10.000.000
24.204	Comissão Nacional de Energia Nuclear	139.532.896
1050	Recursos Próprios Livres da UO	120.677.472
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	534.905
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.335.861
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	107.495.919
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	46.042
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	486.651
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	828.834
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	27.493
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	7.730
	7.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	4.908.046
	7.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.991
1058	Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	18.855.424
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	18.854.639
	7.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	785
24.209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	117.571
1050	Recursos Próprios Livres da UO	117.571
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	117.571
24.901	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	11.959.617.230
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.033.447.047
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.567.496.460
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	465.950.587
1052	Recursos Livres da UO	278.732.777
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	278.732.777
1097	CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	389.650.334
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	389.592.371
	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	57.963
1098	CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	909.184.112
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	909.048.865
	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	135.247
1099	CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	389.650.334
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	389.592.371
	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	57.963
1100	CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	909.184.112
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	909.048.865
	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	135.247
1101	CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos	2.078.135.113

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	2.077.825.977
	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	309.136
1102	CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas	519.533.778
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	519.456.494
	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	77.284
1103	CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	109.317.515
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	109.317.515
1104	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	457.652.269
	1.2.2.1.06.0.1 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	121.505.273
	1.2.2.1.11.1.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	4.253.054
	1.2.2.1.11.1.2 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e	90.277
	1.2.2.1.11.2.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões -	8.562.992
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.132
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	283.505.814
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	13.541.745
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	36.200
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	9.882.712
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	16.268.070
1105	CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	54.311.781
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	54.166.980
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	144.801
1106	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	1.567.368
	1.1.2.1.02.3.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	520.724
	1.1.2.1.02.4.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	1.034.582
	1.3.3.3.05.0.1 Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	4.045
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	8.017
1107	CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	1.134.023.254
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1.134.023.254
1108	CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	486.021.093
	1.2.2.1.06.0.1 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	486.021.093
1109	CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	104.603.129
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	39.530.849
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	65.072.280
1110	CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações	34.251.968
	1.2.2.1.11.2.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões -	34.251.968
1112	CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	17.373.326
	1.2.2.1.11.1.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	17.012.218
	1.2.2.1.11.1.2 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e	361.108
1118	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.391.829.138
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	27.329.379
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1.298.641.236
	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	193.210
	1.2.2.1.09.2.1 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	64.926.570
	1.2.2.1.09.2.2 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	264.856
	1.2.2.1.09.2.3 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	473.887
1119	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	2.004
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	2.004
1136	CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	24.528
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	24.528
9097	CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	39.667.335
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	39.667.335
9098	CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	92.557.115
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	92.557.115
9099	CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	39.667.335

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
9100	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	39.667.335
9100	CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	92.557.115
9101	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	92.557.115
9101	CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	211.559.120
9102	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	211.559.120
9102	CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas	52.889.780
9118	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	52.889.780
9118	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	132.224.450
9118	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	132.224.450
25.000	Ministério da Fazenda	22.055.474.574
1015	Casa da Moeda	165.866.108
1018	Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	29.011.687
1031	FUNDAF - PGFN	4.275.958.810
1032	FUNDAF - RFB	14.398.082.497
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.460.539.400
1052	Recursos Livres da UO	1.082.152.392
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	800.000
9018	Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição Gratuita de Prêmios	643.063.680
25.101	Ministério da Fazenda - Administração Direta	672.875.367
1018	Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	29.011.687
1018	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	29.011.687
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	800.000
1448	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	800.000
9018	Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição Gratuita de Prêmios	643.063.680
9018	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	643.063.680
25.103	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	14.564.210.677
1015	Casa da Moeda	165.866.108
1015	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	165.866.108
1032	FUNDAF - RFB	14.398.082.497
1032	1.1.1.1.01.0.2 Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	116.842.479
1032	1.1.1.1.01.0.7 Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	379.016
1032	1.1.1.1.02.0.7 Imposto sobre a Exportação - Multas da Dívida Ativa	5.010.982
1032	1.1.1.2.01.2.2 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	10.382.412
1032	1.1.1.2.01.2.7 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	699.611
1032	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	1.700.820.405
1032	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	196.676.725
1032	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	2.777.324.731
1032	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	246.523.118
1032	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	702.317.694
1032	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	46.809.918
1032	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	1.716.963
1032	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	11.960.770
1032	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	289.836.704
1032	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	41.221.193
1032	1.1.1.5.02.0.2 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	100.938.783
1032	1.1.1.5.02.0.7 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	5.690.507
1032	1.1.2.1.06.0.1 Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - Principal	454.352.518
1032	1.1.2.1.07.0.1 Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal	14.962.902
1032	1.2.1.1.01.0.6 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	2.184.047.182
1032	1.2.1.1.02.0.6 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1.072.570
1032	1.2.1.1.49.0.6 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros do Principal	802.405.484
1032	1.2.1.2.01.0.6 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	781.942.278
1032	1.2.1.2.02.0.6 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	56.842.758
1032	1.2.1.2.49.0.6 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros do Principal	303.108.626
1032	1.2.1.3.01.0.6 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	990.799.360
1032	1.2.1.3.02.0.6 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	73.742.019
1032	1.2.1.3.49.0.6 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros do Principal	240.113.863
1032	1.2.1.5.01.1.6 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Juros do Principal	465.920
1032	1.2.2.1.02.0.1 Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	236.491.604

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
1. Recursos Vinculados a Órgãos			
	1.2.2.1.05.0.2	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	16.753.935
	1.2.2.1.07.0.2	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	9.088.716
	1.2.2.1.07.0.4	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	155.951
	1.2.2.1.08.2.7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	145.577
	1.2.2.1.99.1.2	Outras Contribuições Econômicas – Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Multas e Juros	21.506
	1.2.2.1.99.2.4	Outras Contribuições Econômicas – Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	370.368
	1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	6.032.949
	1.9.3.1.02.0.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	155.273.566
	1.9.3.1.02.0.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros	376.520
	1.9.9.9.20.0.1	Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros - Principal	1.363.971.905
	1.9.9.9.99.1.2	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Multas e Juros	69.485.837
	1.9.9.9.99.1.3	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa	379.860.563
	7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	844.218
	7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	11.136
	7.2.1.5.02.1.6	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Juros do Principal - Operações Intraorçamentárias	190.655
1050	Recursos Próprios Livres da UO		262.072
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	20.950
	1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	241.122
25.104	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional		4.275.958.810
1031	FUNDAF - PGFN		4.275.958.810
	1.1.1.1.01.0.8	Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	4.089.371
	1.1.1.1.02.0.8	Imposto sobre a Exportação - Juros da Dívida Ativa	13.882.268
	1.1.1.2.01.2.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1.234.967
	1.1.1.3.01.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	329.503.647
	1.1.1.3.02.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	519.282.324
	1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	133.582.777
	1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	124.083.795
	1.1.1.5.02.0.8	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	27.929.713
	1.2.1.1.01.0.8	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	263.689.651
	1.2.1.1.49.0.8	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	1.037.895.893
	1.2.1.2.01.0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	52.247.930
	1.2.1.2.02.0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	10.912.669
	1.2.1.2.49.0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	264.188.936
	1.2.1.3.01.0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	72.290.112
	1.2.1.3.02.0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	262.335
	1.2.1.3.49.0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	500.650.682
	1.2.2.1.07.0.4	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	937.778
	1.2.2.1.08.2.8	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	1.277.702
	1.2.2.1.99.2.4	Outras Contribuições Econômicas – Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	19.742.863
	1.9.9.9.12.1.1	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	898.273.397
25.203	Comissão de Valores Mobiliários		842.546.277
1050	Recursos Próprios Livres da UO		789.768
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	28.993
	1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	760.775
1052	Recursos Livres da UO		841.756.509
	1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	734.593.359
	1.1.2.1.01.0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	350.695
	1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	8.835.863
	1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	90.127.668
	1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	6.985
	1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	7.841.939
25.208	Superintendência de Seguros Privados		286.249.793
1050	Recursos Próprios Livres da UO		45.853.910
	1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	45.553.115
	1.3.9.9.99.0.1	Outras Receitas Patrimoniais - Principal	295.740
	1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	5.055
1052	Recursos Livres da UO		240.395.883
	1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	213.820.372
	1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	25.939.995
	1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	635.516

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
25.903	Fundo de Compensação e Variações Salariais	1.413.633.650
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.413.633.650
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.333.406.184
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	80.227.466
26.000	Ministério da Educação	16.668.247.890
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	32.540.980
1008	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	2.109.889.483
1012	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	315.170.803
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	2.047.552
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	291.644.850
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.017.640.504
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	11.160.543
1052	Recursos Livres da UO	20.129
1081	Convênios	32.948.698
1095	Doações Estrangeiras	38.400
1096	Doações Nacionais	1.105.570
1128	Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	26.214.023
1133	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	12.681.902.986
1134	Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	145.923.369
26.101	Ministério da Educação - Administração Direta	2.425.060.286
1008	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	2.109.889.483
1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	633.378.415
1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1.266.756.821
1.3.4.1.04.4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	209.754.247
1012	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	315.170.803
1.9.2.2.01.1.1	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	311.354.388
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	3.816.415
26.201	Colégio Pedro II	2.117.385
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.117.385
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	118.917
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.388
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.972.044
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	22.036
26.230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	238.427
1050	Recursos Próprios Livres da UO	238.427
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	169.417
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.390
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	19.175
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	48.445
26.231	Universidade Federal de Alagoas	8.958.156
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.950.164
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	534.501
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	7.789.971
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	625.692
1052	Recursos Livres da UO	7.992
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	7.992
26.232	Universidade Federal da Bahia	26.045.796
1050	Recursos Próprios Livres da UO	26.045.796
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.901.445
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	46.753
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	22.449.226
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.566.600
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	81.772
26.233	Universidade Federal do Ceará	9.014.668
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.225.952
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.838.711
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.443
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	7.075
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.551.303
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	191.942
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	3.500
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.631.978
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	788.716

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.234	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	788.716
1050	Universidade Federal do Espírito Santo	23.729.821
	Recursos Próprios Livres da UO	23.729.821
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.564.315
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	40.511
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	19.118.808
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.810.000
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	145.968
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	33.222
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	16.997
26.235	Universidade Federal de Goiás	17.184.909
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.184.909
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	672.816
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	16.489.671
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	22.422
26.236	Universidade Federal Fluminense	25.265.004
1050	Recursos Próprios Livres da UO	25.265.004
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.430.353
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	34.043
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	22.262.259
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	486.816
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.539
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	36.222
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.772
26.237	Universidade Federal de Juiz de Fora	146.590.587
1050	Recursos Próprios Livres da UO	146.590.587
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	809.304
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.665
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.887.889
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	130.011.347
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.493.417
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	4.038.387
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.187
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	184.185
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	132.318
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	12.888
26.238	Universidade Federal de Minas Gerais	28.295.809
1050	Recursos Próprios Livres da UO	28.295.809
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	10.106.246
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	786.874
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	929.942
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	27.754
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	74.826
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	14.661.288
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.687.559
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.232
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	4.088
26.239	Universidade Federal do Pará	21.535.864
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.734.800
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	877.101
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	464.237
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	1.045
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	12.979.714
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.694.000
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	67.986
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	650.717
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	699.981
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	699.981
1081	Convênios	3.101.083
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	3.101.083
26.240	Universidade Federal da Paraíba	9.320.838
1050	Recursos Próprios Livres da UO	9.117.638
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.318.213
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	2.301
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.271.635

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1051	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.525.489
	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	203.200
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	203.200
26.241	Universidade Federal do Paraná	23.463.905
1050	Recursos Próprios Livres da UO	18.037.246
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.261.679
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.190
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.709.232
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	112.230
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.907.988
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	339.492
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.136.000
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	65.463
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	699.791
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.804.181
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	534.241
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	532.590
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1.651
1081	Convênios	4.892.418
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	4.199.780
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	86.995
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	605.643
26.242	Universidade Federal de Pernambuco	21.264.854
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.624.154
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.563.191
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	110.203
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	9.607.161
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	369.209
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	393.880
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.016
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	25.810
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	4.552.684
1081	Convênios	3.640.700
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	3.640.700
26.243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	23.500.731
1050	Recursos Próprios Livres da UO	23.500.731
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.762.342
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	15.785.650
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.462.500
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	79.250
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	234.533
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	647.646
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	155.300
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.373.510
26.244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	28.138.216
1050	Recursos Próprios Livres da UO	28.138.216
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.570.568
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	719.472
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	24.625.048
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	223.128
26.245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	64.583.301
1050	Recursos Próprios Livres da UO	64.583.301
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	57.516.051
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	15.999
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.168.492
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.761.924
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	38.701
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	2.025.158
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	56.976
26.246	Universidade Federal de Santa Catarina	47.380.590
1050	Recursos Próprios Livres da UO	47.380.590
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.658.053
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.018.141
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	2.632.368

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 100

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
1. Recursos Vinculados a Órgãos			
	1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	170.035
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	28.575.777
	1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	7.298.460
	1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	791.544
	1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	2.139.713
	1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	96.499
26.247	Universidade Federal de Santa Maria		4.247.714
1050	Recursos Próprios Livres da UO		4.247.714
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.360.437
	1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	129.068
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.596.975
	1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	4.298
	1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	156.936
26.248	Universidade Federal Rural de Pernambuco		1.606.368
1050	Recursos Próprios Livres da UO		1.606.368
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	536.208
	1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	15.488
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	547.404
	1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	186.204
	1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	144.650
	1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	176.414
26.249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro		3.091.609
1050	Recursos Próprios Livres da UO		3.091.609
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.133.233
	1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	1.512
	1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	1.115
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	781.537
	1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.210
	1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	133.677
	7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	36.325
26.250	Fundação Universidade Federal de Roraima		2.234.235
1050	Recursos Próprios Livres da UO		2.234.235
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	157.929
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	224.383
	1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.810.700
	1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	36.434
	1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	4.789
26.251	Fundação Universidade Federal do Tocantins		6.975.335
1050	Recursos Próprios Livres da UO		6.975.335
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	125.824
	1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	27.648
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.158.181
	1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.572.040
	1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	91.642
26.252	Universidade Federal de Campina Grande		477.052
1050	Recursos Próprios Livres da UO		474.408
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	400.809
	1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	1.527
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	72.072
1052	Recursos Livres da UO		2.644
	1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.644
26.253	Universidade Federal Rural da Amazônia		635.154
1050	Recursos Próprios Livres da UO		635.154
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	77.449
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	557.705
26.254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro		1.409.270
1050	Recursos Próprios Livres da UO		1.409.270
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	208.993
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	165.600
	1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	841.600
	1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	91.440
	1.9.2.1.01.0.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	27.196
	1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	74.441
26.255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri		2.046.283
1050	Recursos Próprios Livres da UO		2.040.713
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	45.484

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.098
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	193.660
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	193.307
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	3.517
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.603.647
1096	Doações Nacionais	5.570
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	5.570
26.256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	3.867.657
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.053.531
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	148.783
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	267.397
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	168.602
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	467.546
	1.9.2.1.01.0.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1.203
1081	Convênios	2.814.126
	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.814.126
26.257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	4.377.834
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.377.834
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	459.361
	1.3.5.1.02.0.1 Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal	8.087
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.058.411
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.851.975
26.258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	5.350.475
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.350.475
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	526.649
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	68.232
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	37.200
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.087.875
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	229.896
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	196.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	79.008
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	125.615
26.260	Universidade Federal de Alfenas	2.812.237
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.812.237
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	175.420
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.060.796
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	175.524
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	400.497
26.261	Universidade Federal de Itajubá	1.493.232
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.493.232
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	123.289
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	617.991
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	190.000
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	492.456
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	69.496
26.262	Universidade Federal de São Paulo	6.028.532
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.028.532
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	178.955
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	3.668.585
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.440.478
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	638.507
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	8.736
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	93.271
26.263	Universidade Federal de Lavras	8.145.716
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.145.716
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	682.830
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.537.337
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	6.283
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.863.716
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	1.285
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.889.071
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	105.423
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	14.627
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	45.144
26.264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	658.667
1050	Recursos Próprios Livres da UO	640.667
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	268.596

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	13.476
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	41.664
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	165.894
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	63.750
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	63.459
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	23.828
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	18.000
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	18.000
26.266	Fundação Universidade Federal do Pampa	674.672
1050	Recursos Próprios Livres da UO	582.172
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	200.435
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	39.023
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	285.438
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	51.660
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	5.616
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	92.500
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	92.500
26.267	Universidade Federal da Integração Latino Americana	1.612.311
1050	Recursos Próprios Livres da UO	256.608
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	164.932
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.303
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	26.900
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	60.473
1081	Convênios	1.355.703
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.355.703
26.268	Fundação Universidade Federal de Rondônia	1.969.665
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.960.172
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	32.496
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.845
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	313.146
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.594.402
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	17.283
1052	Recursos Livres da UO	9.493
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	9.493
26.269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro	620.808
1050	Recursos Próprios Livres da UO	620.808
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	132.253
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	446.105
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	42.450
26.270	Fundação Universidade do Amazonas	6.482.138
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.270.424
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	485.133
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	108.237
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	2.268
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.494.600
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.154.869
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	25.317
1081	Convênios	2.211.714
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	181.350
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	637.500
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	800.000
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	45.364
	2.4.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	487.500
	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	60.000
26.271	Fundação Universidade de Brasília	80.376.526
1050	Recursos Próprios Livres da UO	79.897.120
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	56.838.131
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	468.710
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	580.510
	1.3.9.9.99.0.1 Outras Receitas Patrimoniais - Principal	6.730.230
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	562.827
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	14.218.836
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	265.920
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	53.583

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	1.512
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	176.861
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	479.406
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	479.406
26.272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	8.071.561
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.798.548
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	669.974
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	157.688
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	976.500
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.956.000
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.038.386
1081	Convênios	3.273.013
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	138.080
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	383.236
	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.751.697
26.273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	2.010.901
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.010.901
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	302.989
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	232.262
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	5.123
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.470.527
26.274	Universidade Federal de Uberlândia	12.242.971
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.993.987
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.083.104
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	28.996
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	2.307
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.363.435
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.598.338
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	16.871
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	900.936
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	200.984
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	200.984
1081	Convênios	3.048.000
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	3.048.000
26.275	Fundação Universidade Federal do Acre	1.027.852
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.027.852
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	206.567
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	489.884
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	314.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.401
26.276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	7.753.424
1050	Recursos Próprios Livres da UO	7.753.424
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	910.111
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.456.296
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	600.723
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.578.935
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	207.359
26.277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	5.637.909
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.637.909
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.344.799
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.698.073
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	534.449
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	60.588
26.278	Fundação Universidade Federal de Pelotas	3.590.560
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.486.024
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	189.004
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	15.759
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	10.908
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	320.464
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	860.652
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	3.288
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	85.949
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	821.017
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	821.017
1081	Convênios	183.519

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	134.319
1096	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	49.200
	Doações Nacionais	1.100.000
	2.4.9.1.01.0.1 Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.100.000
26.279	Fundação Universidade Federal do Piauí	6.008.212
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.008.212
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	315.946
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.700.541
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.688.186
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	23.059
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	267.372
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	13.108
26.280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	4.301.331
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.301.331
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.645.331
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	656.000
26.281	Fundação Universidade Federal de Sergipe	4.609.021
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.609.021
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.828.218
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	508.538
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.003.605
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.483
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	262.177
26.282	Fundação Universidade Federal de Viçosa	16.872.949
1050	Recursos Próprios Livres da UO	16.872.949
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.175.247
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.176.177
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	13.624.583
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	534.474
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	112.468
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	250.000
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	250.000
26.283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	37.628.966
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	32.540.980
	1.6.3.2.01.0.1 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	32.540.980
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.831.672
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.753.598
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	14.521
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.447.427
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	435.000
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	3.936
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	177.190
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	256.314
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	256.314
26.284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	78.196
1050	Recursos Próprios Livres da UO	78.196
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	18.911
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	59.285
26.285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	895.485
1050	Recursos Próprios Livres da UO	895.485
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	203.118
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	442.942
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	89.440
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	159.985
26.286	Fundação Universidade Federal do Amapá	1.711.968
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.711.968
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	186.445
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.525.523
26.290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	230.910.611
1050	Recursos Próprios Livres da UO	204.696.588
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	204.693.048
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	3.540
1128	Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	26.214.023
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	26.214.023
26.291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	15.880.878
1050	Recursos Próprios Livres da UO	15.880.878

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	15.880.878
26.292	Fundação Joaquim Nabuco	379.008
1050	Recursos Próprios Livres da UO	379.008
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	27.738
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	346.578
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.692
26.294	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	100.738.889
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	2.047.552
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	427.552
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1.620.000
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	94.940.941
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.143.248
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.722.457
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	784.975
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	5.792.528
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	518.352
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	78.487.390
	1.6.3.1.01.0.2 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros	1.896
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	173.568
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	259.092
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.682
	7.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações	51.753
1081	Convênios	3.711.996
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	3.711.996
1095	Doações Estrangeiras	38.400
	1.7.6.1.01.0.1 Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	38.400
26.298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	12.827.826.355
1133	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	12.681.902.986
	1.2.1.9.04.1.1 Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	12.390.300.086
	1.2.1.9.04.1.2 Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	64.116.228
	1.2.1.9.04.1.3 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	179.818.286
	1.2.1.9.04.1.4 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	47.668.386
1134	Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	145.923.369
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	145.923.369
26.350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	3.022.962
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.759.932
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	288.602
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	445.356
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	839.499
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.121.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	65.475
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	263.030
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	263.030
26.351	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	1.347.010
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.347.010
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	61.107
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	32.316
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	972.798
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	195.800
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	14.163
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	70.826
26.352	Fundação Universidade Federal do ABC	3.372.151
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.372.151
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	380.688
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.226.310
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	121.738
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	643.415
26.402	Instituto Federal de Alagoas	2.307.022
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.307.022
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	71.813
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	237.687
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	53.890
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.874.460
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	69.172
26.403	Instituto Federal do Amazonas	93.605
1050	Recursos Próprios Livres da UO	93.605

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.404	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	15.515
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	62.935
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	15.155
26.404	Instituto Federal Baiano	534.973
1050	Recursos Próprios Livres da UO	534.973
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	94.853
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	3.857
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	367.463
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	61.398
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	7.402
26.405	Instituto Federal do Ceará	1.140.452
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.140.452
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	243.026
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	583.836
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	179.578
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	109.944
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	9.321
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	14.747
26.406	Instituto Federal do Espírito Santo	4.078.716
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.078.716
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	986.168
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	416.978
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	680.172
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.843.307
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	152.091
26.407	Instituto Federal Goiano	2.143.321
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.143.321
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	105.435
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.046.268
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	82.919
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	885.336
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.154
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	22.209
26.408	Instituto Federal do Maranhão	1.599.725
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.599.725
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	320.200
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	14.029
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	46.242
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	900.200
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	51.619
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	267.435
26.409	Instituto Federal de Minas Gerais	11.790.399
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.975.599
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	377.500
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	20.654
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.519.298
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	827.064
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.316.171
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	913.841
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.071
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.350.000
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	5.350.000
1081	Convênios	464.800
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	464.800
26.410	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	1.741.021
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.670.371
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	18.576
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	116.940
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	295.123
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	151.780
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	141.852
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	946.100
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	70.650
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	70.650
26.411	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	3.629.616
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.629.616

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	142.797
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	715.226
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	525.791
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	163.806
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.046.760
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	35.236
26.412	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	5.217.334
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.688.556
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	39.239
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	81.204
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.350.238
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	2.178.320
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	441.777
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	375.451
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	143.407
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	42.513
	1.9.2.1.03.0.1 Indenização por Sinistro - Principal	36.407
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	528.778
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	528.778
26.413	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	1.180.686
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.180.686
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.824
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	8.382
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	674.925
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	25.107
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	406.158
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	62.290
26.414	Instituto Federal do Mato Grosso	3.834.940
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.599.650
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.658.636
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	48.352
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	319.045
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.493.000
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	21.079
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.216
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	35.322
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	235.290
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	235.290
26.415	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	238.676
1050	Recursos Próprios Livres da UO	238.676
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	40.372
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	143.484
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	54.820
26.416	Instituto Federal do Pará	1.410.060
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.410.060
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	93.565
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	61.745
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.254.750
26.417	Instituto Federal da Paraíba	185.398
1050	Recursos Próprios Livres da UO	185.398
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	104.053
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.843
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.485
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	75.017
26.418	Instituto Federal de Pernambuco	328.528
1050	Recursos Próprios Livres da UO	328.528
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	105.819
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	64.249
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	37.669
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	120.791
26.419	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2.378.078
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.378.078
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	96.803
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.165.307
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	126.815
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	299.761
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	7.673

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	674.735
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.984
26.420	Instituto Federal Farroupilha	2.117.938
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.117.938
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	224.393
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	717.650
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	3.972
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	177.988
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	970.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	15.469
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	8.466
26.421	Instituto Federal de Rondônia	590.811
1050	Recursos Próprios Livres da UO	464.211
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	38.437
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	203.580
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	166.852
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	42.756
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	8.175
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	4.411
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	126.600
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	126.600
26.422	Instituto Federal Catarinense	1.895.362
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.895.362
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	182.307
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	616.804
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	651.214
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	188.518
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	256.519
26.423	Instituto Federal de Sergipe	312.543
1050	Recursos Próprios Livres da UO	312.543
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	202.340
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	11.843
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	98.360
26.424	Instituto Federal do Tocantins	931.637
1050	Recursos Próprios Livres da UO	784.151
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	36.034
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.404
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	66.252
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	13.139
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	73.822
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	593.500
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	147.486
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	147.486
26.425	Instituto Federal do Acre	17.698
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.698
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.698
26.426	Instituto Federal do Amapá	421.405
1050	Recursos Próprios Livres da UO	421.405
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	25.284
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.121
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	393.000
26.427	Instituto Federal da Bahia	1.207.251
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.207.251
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	604.114
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.137
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	600.000
26.428	Instituto Federal de Brasília	639.807
1050	Recursos Próprios Livres da UO	639.807
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	138.070
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	34.169
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	15.888
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	450.000
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	1.680
26.429	Instituto Federal de Goiás	849.072
1050	Recursos Próprios Livres da UO	849.072
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	162.249
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	581.364

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	65.901
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	39.558
26.430	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	51.591
1050	Recursos Próprios Livres da UO	51.591
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	48.975
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	2.616
26.431	Instituto Federal do Piauí	137.227
1050	Recursos Próprios Livres da UO	137.227
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	52.068
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	85.159
26.432	Instituto Federal do Paraná	4.332.348
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.247.802
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	19.248
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	77.073
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	115.947
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.917.005
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	118.529
1081	Convênios	1.084.546
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.084.546
26.433	Instituto Federal do Rio de Janeiro	2.041.501
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.041.501
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	907.495
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	61.865
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	209.808
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	19.843
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	829.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	13.490
26.434	Instituto Federal Fluminense	3.535.988
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.535.988
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	89.870
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	114.343
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	136.940
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	15.214
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.175.800
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	3.821
26.435	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	2.213.746
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.213.746
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	715.331
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	60.871
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	400.000
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.000.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	21.720
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	13.501
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	2.323
26.436	Instituto Federal Sul-rio-grandense	431.892
1050	Recursos Próprios Livres da UO	431.892
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	277.839
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.512
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	151.541
26.437	Instituto Federal de Roraima	56.696
1050	Recursos Próprios Livres da UO	56.696
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	54.908
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.788
26.438	Instituto Federal de Santa Catarina	5.342
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.342
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.342
26.439	Instituto Federal de São Paulo	3.063.109
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.063.109
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	201.213
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	164.988
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.510.350
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	185.421
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.137
26.440	Universidade Federal da Fronteira Sul	1.205.798
1050	Recursos Próprios Livres da UO	476.798
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	72.035

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1081	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	24.488
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	29.526
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	280.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	70.749
	Convênios	729.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	729.000
26.441	Universidade Federal do Oeste do Pará	189.311
1050	Recursos Próprios Livres da UO	189.311
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	49.770
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	57.989
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	60.300
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	21.252
26.442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	537.730
1050	Recursos Próprios Livres da UO	537.730
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	36.190
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	42.980
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	458.560
26.443	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	196.703.909
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	196.703.909
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	202.314
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	14.949.312
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	495.072
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	38.430.000
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	140.184.492
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.510.393
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	932.326
26.447	Universidade Federal do Oeste da Bahia	150.857
1050	Recursos Próprios Livres da UO	150.857
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	38.483
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.589
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	52.785
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	50.000
26.448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	2.569.862
1050	Recursos Próprios Livres da UO	131.782
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	126.520
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.610
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.652
1081	Convênios	2.438.080
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.382.759
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	60.000
	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	995.321
26.449	Universidade Federal do Cariri	959.406
1050	Recursos Próprios Livres da UO	959.406
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	41.022
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	885.264
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	33.120
26.450	Universidade Federal do Sul da Bahia	53.331
1050	Recursos Próprios Livres da UO	53.331
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	18.115
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	35.216
26.452	Universidade Federal de Catalão	237.680
1050	Recursos Próprios Livres da UO	237.680
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	13.213
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	197.159
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	27.308
26.453	Universidade Federal de Jataí	589.726
1050	Recursos Próprios Livres da UO	589.726
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	197.078
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.044
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	48.924
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	342.680
26.454	Universidade Federal de Rondonópolis	397.200
1050	Recursos Próprios Livres da UO	397.200
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	195.600
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	201.600

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	516.262
1050	Recursos Próprios Livres da UO	516.262
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.333
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	366.929
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	140.000
26.456	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	19.950
1050	Recursos Próprios Livres da UO	19.950
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	14.238
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	5.712
26.457	Universidade Federal do Norte do Tocantins	629.547
1050	Recursos Próprios Livres da UO	535.197
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	107.922
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	24.150
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	10.025
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	393.100
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	94.350
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	94.350
28.000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	2.248.994.571
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.017.515.468
1052	Recursos Livres da UO	704.703.662
1086	Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	526.775.441
28.101	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	554.374.526
1050	Recursos Próprios Livres da UO	27.599.085
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	27.594.705
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	4.380
1086	Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	526.775.441
	1.9.9.9.05.0.1 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	521.699.705
	1.9.9.9.05.0.2 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	5.075.736
28.202	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	584.741.567
1050	Recursos Próprios Livres da UO	134.700.983
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	138.138
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	133.114.873
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.255.811
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.318
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	188.484
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.359
1052	Recursos Livres da UO	450.040.584
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	296.800.000
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	5.794.600
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	86.000.000
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	57.591.780
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.092.184
	7.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	762.020
28.203	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	849.667.292
1050	Recursos Próprios Livres da UO	849.620.751
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	15.898
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	294.474.579
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.948.476
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	548.451.775
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	74.653
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	614.552
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.775
	7.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.039.043
1052	Recursos Livres da UO	46.541
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	46.541
28.233	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	257.704.250
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.087.713
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.010
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.085.703
1052	Recursos Livres da UO	254.616.537
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	253.652.832
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	963.705
28.904	Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	2.506.936
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.506.936
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.156.173

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.317.625
	1.6.4.1.01.0.2 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	33.138
30.000	Ministério da Justiça e Segurança Pública	5.368.323.674
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	57.132.090
1019	FUNAPOL	670.553.321
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	1.153.022.953
1025	Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas	23.651.248
1050	Recursos Próprios Livres da UO	341.200.527
1052	Recursos Livres da UO	106.612.605
1083	Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	610.867.332
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	1.321.234.604
1251	Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	1.084.048.994
30.101	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	3.278.439
1052	Recursos Livres da UO	3.278.439
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	3.276.434
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	2.005
30.107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	1.179.597.602
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	1.153.022.953
	1.9.1.1.14.0.1 Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal	1.153.022.953
1050	Recursos Próprios Livres da UO	20.204.659
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	18.695.025
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.509.634
1052	Recursos Livres da UO	6.369.990
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	6.368.042
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.948
30.108	Departamento de Polícia Federal	695.039.736
1019	FUNAPOL	670.553.321
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	557.550.660
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	81.028.988
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	31.973.673
1025	Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas	23.651.248
	1.1.2.1.03.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	23.496.102
	1.9.1.1.12.0.1 Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal	155.146
1050	Recursos Próprios Livres da UO	835.167
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	199.439
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	595.959
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	20.900
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	18.869
30.211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade(**)	46.288.950
1050	Recursos Próprios Livres da UO	46.288.950
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	46.286.402
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	2.548
30.905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos	610.867.332
1083	Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	610.867.332
	1.2.1.9.01.1.1 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	221.006
	1.2.1.9.01.1.2 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	1.935
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	190.836.212
	1.9.1.1.04.0.1 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	365.267.880
	1.9.1.1.04.0.2 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	8.269.204
	1.9.1.1.04.0.3 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	39.746.244
	1.9.1.1.04.0.4 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa – Multas e Juros	6.482.076
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	42.775
30.907	Fundo Penitenciário Nacional	361.469.043
1050	Recursos Próprios Livres da UO	101.646.585
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	90.075.979
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	9.266.256
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	20.284
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1.426.505
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	857.561
1052	Recursos Livres da UO	22.636.851
	1.9.1.1.08.0.1 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	22.636.851
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	237.185.607
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	2.326.391
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	814.689

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	228.674.682
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	5.369.845
30.911	Fundo Nacional de Segurança Pública	2.268.648.122
1050	Recursos Próprios Livres da UO	99.906.176
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	99.906.176
1052	Recursos Livres da UO	643.955
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	620.371
	1.9.3.1.01.0.1 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal	23.584
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	1.084.048.997
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	7.180.221
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	4.680.388
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1.058.763.777
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	13.424.611
1251	Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	1.084.048.994
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	7.180.220
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	4.680.388
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1.058.763.776
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	13.424.610
30.912	Fundo Nacional Antidrogas	203.134.450
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	57.132.090
	1.9.3.1.08.0.1 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal	57.132.090
1050	Recursos Próprios Livres da UO	72.318.990
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	72.237.512
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	81.478
1052	Recursos Livres da UO	73.683.370
	1.1.2.1.03.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	5.874.025
	1.9.1.1.12.0.1 Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal	38.787
	1.9.3.1.08.0.1 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal	57.132.090
	1.9.3.1.99.0.1 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público por Demais Infrações ou Crimes Previstos em Legislação Especial - Principal	10.638.468
32.000	Ministério de Minas e Energia	7.225.205.184
1028	Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	1.379.367.740
1045	Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	295.578.801
1046	Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	295.578.801
1050	Recursos Próprios Livres da UO	171.286.378
1052	Recursos Livres da UO	1.763.993.969
1053	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	573.293.513
1080	Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	326.348.444
1081	Convênios	1.500.000
1087	CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	2.398.257.538
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	20.000.000
32.101	Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	739.992.678
1046	Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	295.578.801
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	5.334.983
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	290.243.818
1053	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	98.065.433
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	37.060.171
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	61.005.262
1080	Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	326.348.444
	1.2.2.1.06.0.1 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	303.763.183
	1.9.9.9.10.0.1 Reserva Global de Reversão - Principal	22.585.261
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	20.000.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	20.000.000
32.202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	299.627.809
1045	Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	295.578.801
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	5.334.983
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	290.243.818
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.549.008
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	52.868
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	71.140
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.425.000

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1081	Convênios	1.500.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.500.000
32.265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP(*)	2.319.418.819
1028	Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	1.379.367.740
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	24.896.588
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1.354.471.152
1050	Recursos Próprios Livres da UO	126.488.312
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	126.363.948
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	124.364
1052	Recursos Livres da UO	813.562.767
	1.3.4.1.01.2.1 Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	483.440.379
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	251.109.576
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	9.155.001
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	60.365.361
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	9.492.450
32.266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL(*)	3.249.103.354
1052	Recursos Livres da UO	850.845.816
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	850.804.625
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	20.208
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	20.983
1087	CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	2.398.257.538
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.980.600.000
	1.9.1.1.05.0.1 Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal	410.881.683
	1.9.1.1.05.0.2 Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros	2.640.731
	1.9.1.1.05.0.3 Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	4.135.124
32.314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	3.000.000
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.000.000
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	3.000.000
32.396	Agência Nacional de Mineração - ANM(*)	574.889.935
1050	Recursos Próprios Livres da UO	76.469
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	76.469
1052	Recursos Livres da UO	99.585.386
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	22.105.841
	1.3.4.4.01.0.1 Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	56.213.778
	1.3.4.4.01.0.3 Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	2.542.622
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	10.597.174
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	8.125.971
1053	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	475.228.080
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	473.961.076
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	1.267.004
32.398	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	39.172.589
1050	Recursos Próprios Livres da UO	39.172.589
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	38.324.691
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	847.898
33.000	Ministério da Previdência Social	838.285.536.680
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	60.812.363
1039	Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	925.106
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	6.721.735.164
1054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	629.933.992.666
9054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	2.301.675.769
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	199.266.395.612
33.201	Instituto Nacional do Seguro Social	6.094.176.711
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	6.094.176.711
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.382.197
	1.3.2.1.03.0.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	124.305
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	6.051.754.539
	1.3.6.1.01.1.2 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Multas e	565.255
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	21.003.510
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	14.647.461
	1.9.2.1.01.0.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	46.598
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	101.000
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	358.549
	1.9.2.3.03.0.1 Reversão de Garantias - Principal	73.625
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	50.265

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	65.936
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	3.471
33.206	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	61.822.133
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	60.812.363
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	60.800.603
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	11.760
1039	Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	925.106
	1.9.1.1.10.0.3 Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	925.106
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	84.664
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	84.664
33.904	Fundo do Regime Geral de Previdência Social	832.129.537.836
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	627.473.789
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.650.590
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	294.943.034
	1.3.2.1.03.0.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	153.962.332
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	146.353.308
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	47.359
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	3.930.826
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	213.446
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	17.816.550
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	556.344
1054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	629.933.992.666
	1.2.1.4.01.1.1 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	342.086.215.317
	1.2.1.4.01.1.2 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	4.072.355.008
	1.2.1.4.01.1.3 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	3.375.164.786
	1.2.1.4.01.1.4 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.054.328.722
	1.2.1.4.01.2.1 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	84.424.148.645
	1.2.1.4.01.2.2 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	2.302.508.626
	1.2.1.4.01.2.3 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1.349.152.552
	1.2.1.4.01.2.4 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	432.302.433
	1.2.1.4.02.0.1 Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	185.472.608.725
	1.2.1.4.02.0.2 Contribuição Previdenciária do Segurado - Multas e Juros	2.048.684.579
	1.2.1.4.02.0.3 Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	1.612.832.027
	1.2.1.4.02.0.4 Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	469.905.045
	1.2.1.9.99.1.1 Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal	51.176.291
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	11.932.762
	1.9.1.1.11.0.1 Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	62.257.550
	1.9.2.2.03.0.1 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	39.616.483
	1.9.2.2.03.0.2 Restituição de Benefícios Previdenciários - Multas e Juros	1.206.152
	1.9.2.3.04.0.1 Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	66.300.171
	1.9.9.9.03.0.1 Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	985.921.293
	1.9.9.9.03.0.2 Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Multas e Juros	165.868
	1.9.9.9.99.1.4 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	15.209.631
9054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	2.301.675.769
	1.2.1.4.01.1.1 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	2.301.675.769
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	199.266.395.612
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	199.266.395.612
34.000	Ministério Público da União	15.992.900
1050	Recursos Próprios Livres da UO	15.626.252
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	366.648
34.101	Ministério Público Federal	15.532.079
1050	Recursos Próprios Livres da UO	15.532.079
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	540.683
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	14.940.270
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	51.126
34.103	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	426.733
1050	Recursos Próprios Livres da UO	60.085
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	60.085
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	366.648
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	366.648

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
34.105	Escola Superior do Ministério Público da União	34.088
1050	Recursos Próprios Livres da UO	34.088
1.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	34.088
35.000	Ministério das Relações Exteriores	147.899.193
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.523.240
1052	Recursos Livres da UO	142.375.953
35.101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	147.825.362
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.449.409
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.833.847
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.615.562
1052	Recursos Livres da UO	142.375.953
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	142.375.953
35.201	Fundação Alexandre de Gusmão	73.831
1050	Recursos Próprios Livres da UO	73.831
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	73.831
36.000	Ministério da Saúde	2.974.342.686
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	1.901.394.705
1010	Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito	117.000
1035	Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	703.296.494
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	191.748
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	359.937.884
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	9.404.855
36.201	Fundação Oswaldo Cruz	21.262.521
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	21.262.521
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.258.207
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	18.868.253
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	391.080
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	351.900
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	89.836
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	283.850
1.9.2.1.01.0.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	19.395
36.210	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	18.089.306
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	18.089.306
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	152.357
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.588.890
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	9.500.755
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.443.684
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.614.008
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	789.612
36.211	Fundação Nacional de Saúde	7.045.034
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	191.748
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	191.748
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	6.853.286
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.822.779
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	30.507
36.212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)	464.898.298
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	460.946.596
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	426.415.709
1.1.2.1.01.0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	530.591
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	33.660.215
7.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	237.602
7.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias	102.479
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	3.951.702
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.781.501
1.9.2.1.01.0.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	170.201
36.213	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS(*)	507.111.948
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	506.574.197
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	20.826.880
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	105.063.960
1.1.2.1.01.0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	106.723
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	232.404.947
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	148.171.687
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	537.751
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	537.751
36.901	Fundo Nacional de Saúde	1.955.935.579

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	933.873.912
1.9.2.3.01.0.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	933.873.912
1010	Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito	117.000
1.9.9.9.08.1.1	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	117.000
1035	Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	703.296.494
1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	211.126.138
1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	422.252.274
1.3.4.1.04.4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	69.918.082
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	309.243.318
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	63.324
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	74.325.310
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.109.964
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	3.805.230
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	211.512.361
1.9.2.2.99.0.2	Outras Restituições - Multas e Juros	12.433.440
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	328.785
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1.863.658
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	801.246
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	9.404.855
1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	9.404.855
39.000	Ministério dos Transportes	37.516.101.202
1007	Prevenção de Acidentes de Trânsito	13.000
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	1.644.645.307
1043	Acordo FCA para Estudos, Obras, Recuperação, Desenvolvimento ou Implantação de Infraestrutura Ligada ao Aperfeiçoamento da Política de Transportes Ferroviários, Inclusive Modalidade Urbana	120.385.983
1050	Recursos Próprios Livres da UO	627.602.062
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.357.754
1052	Recursos Livres da UO	35.122.097.096
39.101	Ministério dos Transportes - Administração Direta	197.821.417
1007	Prevenção de Acidentes de Trânsito	13.000
1.9.9.9.08.1.1	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	13.000
1043	Acordo FCA para Estudos, Obras, Recuperação, Desenvolvimento ou Implantação de Infraestrutura Ligada ao Aperfeiçoamento da Política de Transportes Ferroviários, Inclusive Modalidade Urbana	120.385.983
1.9.3.1.05.0.1	Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal	120.385.983
1050	Recursos Próprios Livres da UO	77.422.434
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	74.096.877
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	3.325.557
39.207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	15.967.025
1050	Recursos Próprios Livres da UO	15.967.025
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.728.908
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	428.006
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	11.810.111
39.250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT(*)	35.545.658.515
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	47.458.053
1.9.1.1.14.0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	43.206.840
1.9.1.1.14.0.3	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Dívida Ativa	4.251.213
1050	Recursos Próprios Livres da UO	376.103.366
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.352.958
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	365.855.918
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	7.876.594
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	17.896
1052	Recursos Livres da UO	35.122.097.096
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.224.546
1.3.3.1.01.0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	2.331.889
1.3.3.1.02.0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	455.872.631
1.3.3.2.02.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal	34.500.000.000
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	76.882.306
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	15.445
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	85.770.279
39.252	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	946.636.882
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	876.312.767
1.9.1.1.14.0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	872.431.571
1.9.1.1.14.0.2	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Multas e Juros	5.112
1.9.1.1.14.0.3	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Dívida Ativa	3.876.084

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	68.966.361
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.946.310
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	57.298.273
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.984.598
1.9.1.1.09.0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	189.876
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	547.304
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.357.754
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.357.754
39.905	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	810.017.363
1020	Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	720.874.487
1.9.1.1.14.0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal	720.142.847
1.9.1.1.14.0.3	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Dívida Ativa	731.640
1050	Recursos Próprios Livres da UO	89.142.876
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	89.142.876
40.000	Ministério do Trabalho e Emprego	54.352.488.657
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	109.126.166
1040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social	15.167.448
1041	Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	27.090.465.381
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	25.678.089.258
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.009.369
1052	Recursos Livres da UO	684.474.772
1084	FGTS	36.696.219
9041	Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	734.460.044
40.101	Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	721.170.991
1052	Recursos Livres da UO	684.474.772
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	323.322.255
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	310.111.327
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	51.041.190
1084	FGTS	36.696.219
1.2.1.9.03.1.1	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	33.797.218
1.2.1.9.03.2.1	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	2.899.001
40.203	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	4.009.369
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.009.369
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.973.165
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	36.204
40.901	Fundo de Amparo ao Trabalhador	53.627.308.297
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	109.126.166
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	182.054
1.9.1.1.03.0.1	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	108.944.112
1040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social	15.167.448
1.9.2.2.02.0.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	6.917
1.9.2.2.07.0.1	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	15.160.531
1041	Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	27.090.465.381
1.2.1.2.01.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	25.184.798.246
1.2.1.2.01.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	30.693.512
1.2.1.2.01.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do	135.459.442
1.2.1.2.01.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	2.152.956
1.2.1.2.02.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1.623.524.170
1.2.1.2.02.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	57.296.439
1.2.1.2.02.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	23.365.764
1.2.1.2.02.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida	4.384.799
1.2.1.2.49.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal	2.119.426
1.2.1.2.49.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	26.670.627
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	25.678.089.258
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.430.664.952
1.3.2.1.02.0.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	511.639.269
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	117.008.997
1.6.4.1.03.0.1	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	21.382.752.528
1.9.2.2.02.0.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	235.726.272
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	297.240
9041	Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	734.460.044
1.2.1.2.01.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	734.460.044
41.000	Ministério das Comunicações	1.922.990.206
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	5.888.029
1044	Recursos do FISTEL destinados ao FUST	229.037.277

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	640.413.781
1052	Recursos Livres da UO	710.665.898
1120	Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	336.985.221
41.231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL(*)	346.007.438
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	5.888.029
	1.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	5.877.462
	1.2.2.1.10.0.3 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	7.589
	7.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.978
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.134.188
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.054.231
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	79.957
1120	Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	336.985.221
	1.1.2.1.02.1.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	98.283.497
	1.1.2.1.02.1.3 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.453.995
	1.1.2.1.02.1.4 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa - Multas e Juros	29.662
	1.1.2.1.02.2.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	24.047.868
	1.1.2.1.02.2.3 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	2.368.866
	1.1.2.1.02.3.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.562.174
	1.1.2.1.02.4.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	3.103.745
	1.3.3.3.01.1.1 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	150.399.531
	1.3.3.3.01.1.3 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	82.010
	1.3.3.3.03.1.1 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	408.272
	1.3.3.3.04.1.1 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	168.726
	1.3.3.3.05.0.1 Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	12.134
	1.3.3.3.99.1.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	3.618
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	8.017
	1.9.1.1.02.1.1 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	28.735.652
	1.9.1.1.02.1.3 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	26.317.454
41.260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	637.199.535
1050	Recursos Próprios Livres da UO	637.199.535
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	100.610.116
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	178.198.609
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	70.474
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	74.704.778
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	283.446.166
	7.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias	169.392
41.902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST(****)	606.784.480
1044	Recursos do FISTEL destinados ao FUST	229.037.277
	1.3.3.3.01.1.1 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	167.110.591
	1.3.3.3.01.1.3 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	91.122
	1.3.3.3.03.1.1 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	453.634
	1.3.3.3.04.1.1 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	187.474
	1.3.3.3.06.1.1 Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	279
	1.3.3.3.99.1.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	4.020
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	20.041
	1.9.1.1.02.1.1 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	31.928.502
	1.9.1.1.02.1.3 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	29.241.614
1052	Recursos Livres da UO	377.747.203
	1.2.2.1.09.1.1 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	373.905.642
	1.2.2.1.09.1.3 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	3.484.914
	7.2.2.1.09.1.1 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias	356.647
41.903	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL	332.998.753
1050	Recursos Próprios Livres da UO	80.058
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	80.058
1052	Recursos Livres da UO	332.918.695

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
1. Recursos Vinculados a Órgãos			
	1.2.2.1.09.2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	259.706.280
	1.2.2.1.09.2.2	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	1.059.423
	1.2.2.1.09.2.3	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	1.895.549
	2.3.1.1.06.0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	70.257.443
42.000	Ministério da Cultura		1.925.550.084
1029	Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais		887.309.604
1050	Recursos Próprios Livres da UO		362.009.573
1052	Recursos Livres da UO		3.378.014
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		672.852.893
42.202	Fundação Biblioteca Nacional - BN		505.590
1050	Recursos Próprios Livres da UO		505.590
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	453.695
	1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	51.895
42.204	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional		1.155.328
1050	Recursos Próprios Livres da UO		801.747
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	89.731
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	712.016
1052	Recursos Livres da UO		353.581
	1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	265.738
	1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	2.335
	1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	85.508
42.205	Fundação Nacional de Artes		58.029
1050	Recursos Próprios Livres da UO		58.029
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	58.029
42.206	Agência Nacional do Cinema - ANCINE		2.539.856
1052	Recursos Livres da UO		2.539.856
	1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.163.187
	1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	4.024
	1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1.372.645
42.207	Instituto Brasileiro de Museus		1.801.636
1050	Recursos Próprios Livres da UO		1.801.636
	1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	54.824
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.746.812
42.902	Fundo Nacional de Cultura		1.919.489.645
1029	Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais		887.309.604
	1.2.2.1.04.0.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	817.664.764
	1.2.2.1.04.0.2	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e	1.373
	1.2.2.1.04.0.3	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida	1.061.319
	1.3.3.3.01.1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	16.711.059
	1.3.3.3.01.1.3	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	9.112
	1.3.3.3.03.1.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	45.364
	1.3.3.3.04.1.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	18.747
	1.3.3.3.99.1.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	402
	1.3.3.3.99.2.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	2.004
	1.9.1.1.02.1.1	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	3.192.850
	1.9.1.1.02.1.3	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	2.924.162
	1.9.2.2.10.2.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	16.470.615
	2.3.1.1.06.0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	29.207.833
1050	Recursos Próprios Livres da UO		358.842.571
	1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	305.162.049
	1.9.2.2.10.1.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	36.154.286
	1.9.2.2.10.2.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	44.172
	1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	715.921
	1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	16.766.143
1052	Recursos Livres da UO		484.577
	1.2.1.9.07.1.1	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	484.577
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		672.852.893
	1.3.9.1.01.1.1	Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	4.308.133
	1.3.9.1.01.2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	814.689
	1.3.9.1.01.4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	667.730.071
44.000	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		1.574.403.594

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1038	Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	116.827.296
1050	Recursos Próprios Livres da UO	404.370.103
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	105.700
1052	Recursos Livres da UO	120.948.145
1067	Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	13.817.583
1068	FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	6.908.791
1069	Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	64.563.647
1070	Controle e Fiscalização Ambiental	297.544.150
1072	Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	295.578.801
1078	Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo	197.052.534
1092	Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	13.577.945
1095	Doações Estrangeiras	31.108.899
1096	Doações Nacionais	12.000.000
44.101	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta	197.052.534
1078	Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo	197.052.534
1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	3.556.655
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	193.495.879
44.102	Serviço Florestal Brasileiro - SFB	50.119.834
1050	Recursos Próprios Livres da UO	60.000
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	60.000
1052	Recursos Livres da UO	18.651.043
1.3.4.6.01.1.1	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	18.253.545
1.3.4.6.01.1.2	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Multas e Juros	397.498
1068	FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	6.908.791
1.3.4.6.01.2.1	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	6.722.251
1.3.4.6.01.2.2	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	186.540
1095	Doações Estrangeiras	12.500.000
1.7.6.1.01.0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	12.500.000
1096	Doações Nacionais	12.000.000
1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	12.000.000
44.201	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	600.691.877
1050	Recursos Próprios Livres da UO	192.280.618
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	22.951
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	190.884.866
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	2.823
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	10.048
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	1.192.173
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	84.245
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	83.512
1052	Recursos Livres da UO	97.289.164
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	477.223
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	48.079.689
1.9.1.1.06.1.1	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	48.732.252
1070	Controle e Fiscalização Ambiental	297.544.150
1.1.2.1.04.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	288.407.638
1.1.2.1.04.0.3	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	9.136.512
1092	Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	13.577.945
1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	13.541.745
1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	36.200
44.206	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	14.813.546
1050	Recursos Próprios Livres da UO	14.707.846
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	807.470
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	4.895
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	13.895.481
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	105.700
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	105.700
44.207	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	217.168.722
1038	Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	116.827.296
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.106.537
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	13.145.239
1.3.1.1.02.0.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e	1.877
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	357.057

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	93.656.271
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	489.756
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	70.559
1050	Recursos Próprios Livres da UO	62.907.006
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.903.520
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	7.078.206
	1.3.1.1.02.0.2 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e	1.010
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	192.262
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	50.430.300
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	263.715
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	37.993
1052	Recursos Livres da UO	5.007.938
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	2.414.862
	1.9.1.1.06.1.1 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	2.593.076
1067	Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	13.817.583
	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	13.444.502
	1.3.4.6.01.2.2 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	373.081
1095	Doações Estrangeiras	18.608.899
	1.7.6.1.01.0.1 Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	11.820.651
	2.4.6.1.01.0.1 Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	6.788.248
44.901	Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	64.578.280
1050	Recursos Próprios Livres da UO	14.633
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	14.633
1069	Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	64.563.647
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	13.125.573
	1.9.1.1.06.1.1 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	51.325.330
	1.9.1.1.06.2.1 Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	112.744
44.902	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	429.978.801
1050	Recursos Próprios Livres da UO	134.400.000
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	96.000.000
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	2.400.000
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	36.000.000
1072	Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	295.578.801
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	5.334.983
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	290.243.818
46.000	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	418.793.703
1013	Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP	300.512.379
1033	PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	118.097.301
1050	Recursos Próprios Livres da UO	184.023
46.101	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - Administração Direta	418.636.488
1013	Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP	300.512.379
	2.2.2.1.02.0.1 Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal	300.512.379
1033	PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	118.097.301
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	60.653
	1.3.1.1.01.2.1 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	18.915.191
	1.3.1.1.01.2.2 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	23.663.406
	1.3.1.1.01.2.3 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	2.622.847
	1.3.1.1.02.0.2 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e	259.172
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	51.177.402
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	109.441
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	9.062.808
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	12.226.381
1050	Recursos Próprios Livres da UO	26.808
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	26.808
46.102	Arquivo Nacional	144.325
1050	Recursos Próprios Livres da UO	144.325
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	144.325
46.201	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	12.890
1050	Recursos Próprios Livres da UO	12.890
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.826
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	11.064
47.000	Ministério do Planejamento e Orçamento	1.809.966
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.809.966
47.205	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	1.809.966

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.809.966
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	248.325
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.469.498
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	89.933
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	2.210
49.000	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	2.357.544.177
1050	Recursos Próprios Livres da UO	73.484.745
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	135.216.896
1052	Recursos Livres da UO	1.651.784.265
1057	Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	130.544.107
1060	Política de Garantia de Preços Mínimos	92.514.164
1062	Cobertura de Déficit nas Operações da PGPM	252.000.000
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	22.000.000
49.101	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta	22.000.000
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	22.000.000
2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	22.000.000
49.201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1.909.758.450
1050	Recursos Próprios Livres da UO	694.423
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	16.838
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	677.585
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	126.735.655
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	126.735.655
1052	Recursos Livres da UO	1.651.784.265
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	60.670.710
1.1.2.1.01.0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	5.609
1.2.2.1.12.1.1	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Principal	1.518.115.932
1.2.2.1.12.1.2	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Multas e Juros	13.842.494
1.2.2.1.12.1.3	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	30.164.890
1.2.2.1.12.1.4	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e	7.437.789
1.2.2.1.13.0.1	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária - Principal	21.546.841
1057	Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	130.544.107
2.1.1.1.03.0.1	Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	130.544.107
49.202	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	425.785.727
1050	Recursos Próprios Livres da UO	72.790.322
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	10.761.293
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	88.822
1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	81.542
1.3.2.2.01.0.2	Dividendos - Multas e Juros	1.980
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	30.143.181
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	55.388
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.859.054
1.9.1.1.09.0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	15.384
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	6.793.248
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	22.551.339
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	414.300
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	24.791
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	8.481.241
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	117.001
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	8.364.240
1060	Política de Garantia de Preços Mínimos	92.514.164
1.9.9.9.17.0.1	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	92.514.164
1062	Cobertura de Déficit nas Operações da PGPM	252.000.000
7.9.9.9.19.0.1	Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias - Principal	252.000.000
51.000	Ministério do Esporte	574.713.991
1034	Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	574.713.991
51.101	Ministério do Esporte - Administração Direta	574.713.991
1034	Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública	574.713.991
1.3.9.1.01.2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	8.146.890
1.3.9.1.01.4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	562.539.717
1.3.9.1.01.6.1	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	4.027.384
52.000	Ministério da Defesa	21.436.278.339
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	2.355.281.622
1009	Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	12.074.829
1021	Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	85.952.932
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	9.322.426.222

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	17.425.316
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.864.395.058
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	24.774.241
1052	Recursos Livres da UO	227.886.492
1063	Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	223.536.149
1077	Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	2.029.420.613
1081	Convênios	91.820.000
1090	Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO	18.219.586
1115	Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	455.489.647
1449	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.707.575.632
52.101	Ministério da Defesa - Administração Direta	9.541.626.222
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	9.322.426.222
	1.2.1.5.04.1.1 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	9.322.426.222
1081	Convênios	2.500.000
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.500.000
1449	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	216.700.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	216.700.000
52.111	Comando da Aeronáutica	1.029.981.013
1052	Recursos Livres da UO	1.801.343
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.801.343
1449	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.028.179.670
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1.028.179.670
52.121	Comando do Exército	86.220.000
1081	Convênios	86.220.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	4.700.000
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	250.000
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	50.500.000
	2.4.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	30.770.000
52.131	Comando da Marinha	2.492.116.575
1077	Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	2.029.420.613
	1.3.4.1.02.3.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1.178.903.172
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	850.517.441
1449	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	462.695.962
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	462.695.962
52.211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	14.063.900
1050	Recursos Próprios Livres da UO	14.013.900
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	14.013.900
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	50.000
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	50.000
52.221	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	165.650.569
1050	Recursos Próprios Livres da UO	165.355.019
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.391.401
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	27.187.974
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	196.413
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	88.872.407
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	37.080
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	113.079
	7.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	47.556.665
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	295.550
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	295.550
52.222	Fundação Osório	384.446
1050	Recursos Próprios Livres da UO	384.446
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	379.636
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	4.810
52.232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	75.648.844
1050	Recursos Próprios Livres da UO	75.648.844
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	10.978.474
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	31.513.217
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	22.866.000
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	10.291.153
52.901	Fundo do Ministério da Defesa	5.483.080
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.483.080

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.993.919
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	188.855
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.300.306
52.902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	17.425.316
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	17.425.316
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.185.748
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	87.455
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	882.560
	1.6.3.2.01.0.1 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis - Principal	6.585.000
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	8.684.553
52.903	Fundo do Serviço Militar	20.364.277
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.770.445
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.770.445
1052	Recursos Livres da UO	18.593.832
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	6.307.335
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	12.286.497
52.911	Fundo Aeronáutico	3.715.699.475
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	380.542.583
	1.2.1.6.05.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	316.428.413
	1.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	64.096.467
	7.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias	17.703
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.328.750.571
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	79.015.196
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	236.845
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	801.796.248
	1.3.5.1.04.0.1 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	72.887
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	93.044.312
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	48.170.237
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	9.834.480
	1.6.2.1.01.1.1 Serviços de Navegação Aérea - Principal	2.244.761.157
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	518.736
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	17.415.633
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	33.877.082
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.758
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	6.406.321
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	6.406.321
52.921	Fundo do Exército	2.194.103.878
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	1.454.518.394
	1.2.1.6.05.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	1.375.716.826
	1.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	4.159.685
	7.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias	74.641.883
1021	Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	85.952.932
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	84.197.551
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.598.485
	7.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	156.896
1050	Recursos Próprios Livres da UO	644.839.587
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	107.440.937
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	33.484
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	203.398.322
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	235.022.955
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	52.033.260
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	8.988
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	16.739.856
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	8.831.854
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	664.012
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	48.069
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	389.259
	1.9.1.1.09.0.2 Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	1.092
	1.9.2.1.01.0.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	507.020
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	15.025.436
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.790.132
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	2.903.366
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	1.545
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	8.792.965
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	8.792.965
52.931	Fundo Naval	1.816.224.057

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	520.220.645
	1.2.1.6.05.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	421.214.651
	1.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	99.005.994
1009	Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	12.074.829
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	12.074.829
1050	Recursos Próprios Livres da UO	574.238.642
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	27.799.756
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.623
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	359.914.040
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	119.522.081
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	42.379.801
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	10.583.520
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	9.213.014
	1.6.2.1.03.0.1 Serviços Portuários - Principal	41.632
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	11.928
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	213.840
	1.9.2.1.03.0.1 Indenização por Sinistro - Principal	1.326.234
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	3.209.270
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	21.903
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	9.229.405
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	7.583.952
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1.645.453
1052	Recursos Livres da UO	115.154
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	115.154
1063	Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	223.536.149
	1.6.2.1.01.2.1 Serviços de Navegação Naval - Principal	223.536.149
1081	Convênios	3.100.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.600.000
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.500.000
1090	Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional -	18.219.586
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	18.219.586
1115	Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	455.489.647
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	455.489.647
52.932	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	261.286.687
1050	Recursos Próprios Livres da UO	53.910.524
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	52.612.037
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.298.487
1052	Recursos Livres da UO	207.376.163
	1.2.1.9.06.1.1 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	133.002.610
	1.2.1.9.06.1.2 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Multas e Juros	820.813
	1.2.1.9.06.1.3 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	3.106.146
	1.2.1.9.06.1.4 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.123.147
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	68.323.447
53.000	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	608.019.843
1016	Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União	151.360.841
1050	Recursos Próprios Livres da UO	89.132.610
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	15.427.931
1052	Recursos Livres da UO	9.820.315
1066	Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	98.065.433
1071	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	244.021.049
1082	Atividades de Avaliação dos Impactos Econômicos e Sociais da Aplicação dos Recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regionais	191.664
53.101	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	123.357.037
1050	Recursos Próprios Livres da UO	25.291.604
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	25.291.604
1066	Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	98.065.433
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	37.060.171
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	61.005.262
53.201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	39.601.222
1050	Recursos Próprios Livres da UO	29.033.842
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	535.741
	1.3.1.1.02.0.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.960.000
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	10.969.477
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	10.646.072
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	579.972

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	208.632
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	5.152
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	4.128.796
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	10.567.380
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	10.567.380
53.202	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	11.369.915
1050	Recursos Próprios Livres da UO	11.178.251
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.740.324
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.429.524
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	8.403
1082	Atividades de Avaliação dos Impactos Econômicos e Sociais da Aplicação dos Recursos dos Fundos de Desenvolvimento	191.664
	1.9.9.9.13.1.1 Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal	191.664
53.203	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	27.033.530
1050	Recursos Próprios Livres da UO	18.015.043
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	14.561.163
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.227.928
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	225.952
1052	Recursos Livres da UO	9.018.487
	7.9.9.9.13.1.1 Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações	9.018.487
53.204	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	7.797.478
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.905.956
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.231.206
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.839
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	43.400
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.619.978
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	7.194
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.339
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.860.551
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	3.249.540
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1.611.011
1052	Recursos Livres da UO	30.971
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	30.971
53.207	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	2.950.236
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.707.914
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.707.914
1052	Recursos Livres da UO	242.322
	7.9.9.9.13.1.1 Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações	242.322
53.210	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA(*)	395.910.425
1016	Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União	151.360.841
	1.3.4.5.01.0.1 Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	151.360.841
1052	Recursos Livres da UO	528.535
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	528.535
1071	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	244.021.049
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	244.021.049
54.000	Ministério do Turismo	636.459
1050	Recursos Próprios Livres da UO	635.273
1052	Recursos Livres da UO	1.186
54.101	Ministério do Turismo - Administração Direta	636.459
1050	Recursos Próprios Livres da UO	635.273
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	635.273
1052	Recursos Livres da UO	1.186
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.186
55.000	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	1.008.593.495
1094	Combate à Fome	5.518
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	1.008.587.977
55.101	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta	5.518
1094	Combate à Fome	5.518
	1.7.9.2.01.0.1 Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	5.518
55.901	Fundo Nacional de Assistência Social	1.008.587.977
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	1.008.587.977
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	1.008.587.977
56.000	Ministério das Cidades	284.756.327
1050	Recursos Próprios Livres da UO	261.107.756
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	2.393.176
1081	Convênios	255.395

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	21.000.000
56.101	Ministério das Cidades - Administração Direta	21.000.000
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	21.000.000
2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	21.000.000
56.201	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	160.788.632
1050	Recursos Próprios Livres da UO	160.788.632
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.382.930
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	16.980
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.615.276
1.6.2.1.02.0.1	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	144.517.210
1.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	256.236
56.202	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	98.811.383
1050	Recursos Próprios Livres da UO	96.162.812
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.683.216
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	21.653
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	556.881
1.6.2.1.02.0.1	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	91.896.059
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.611
1.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	1.392
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	2.393.176
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.393.176
1081	Convênios	255.395
1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	255.395
56.902	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	4.156.312
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.156.312
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.156.312
58.000	Ministério da Pesca e Aquicultura	12.586.597
1052	Recursos Livres da UO	12.586.597
58.101	Ministério da Pesca e Aquicultura- Administração Direta	12.586.597
1052	Recursos Livres da UO	12.586.597
1.1.2.1.05.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	12.586.597
59.000	Conselho Nacional do Ministério Público	26.537
1050	Recursos Próprios Livres da UO	26.537
59.101	Conselho Nacional do Ministério Público	26.537
1050	Recursos Próprios Livres da UO	26.537
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	26.537
68.000	Ministério de Portos e Aeroportos	11.133.022.544
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.696.508.360
1052	Recursos Livres da UO	5.328.167.627
1088	Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	21.124.591
1089	Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	211.005.072
1091	Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras	3.876.216.894
68.201	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	173.350.832
1052	Recursos Livres da UO	173.350.832
1.3.3.2.03.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	169.170.000
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	3.899.677
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	281.155
68.213	Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	471.560.725
1050	Recursos Próprios Livres da UO	223.795.004
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	222.218.161
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.548.410
1.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	28.433
1052	Recursos Livres da UO	15.636.058
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	15.224.877
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	146.017
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	210.612
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	54.552
1088	Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	21.124.591
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	12.402.973
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	4.162
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	8.703.023
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	14.433
1089	Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	211.005.072
1.2.1.9.05.1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	207.332.576
1.2.1.9.05.1.2	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Multas e Juros	2.808.923

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.2.1.9.05.1.3 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	654.107
	1.2.1.9.05.1.4 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa - Multas e Juros	209.466
68.901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	7.609.560.147
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.053.415.600
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	506.222.704
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	547.192.896
1052	Recursos Livres da UO	2.679.927.653
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	2.679.927.653
1091	Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras	3.876.216.894
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	3.876.216.894
68.902	Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	2.878.550.840
1050	Recursos Próprios Livres da UO	419.297.756
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	419.297.756
1052	Recursos Livres da UO	2.459.253.084
	1.3.3.2.04.0.1 Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	2.459.253.084
71.000	Encargos Financeiros da União	20.909.042.892
1042	Capitalização do Fundo Social	13.786.304.405
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.280.300.069
1052	Recursos Livres da UO	148.202.244
1074	Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	694.236.174
71.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	694.236.174
1074	Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	694.236.174
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	694.236.174
71.903	Fundo Social - FS	15.593.725.997
1042	Capitalização do Fundo Social	13.786.304.405
	1.3.4.1.02.2.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	732.495.863
	1.3.4.1.03.1.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	117.417.223
	1.3.4.1.03.2.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1.463.219.080
	1.3.4.1.04.2.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	7.180.655.126
	1.5.1.1.02.1.1 Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União - Contratos de Partilha de Produção - Principal	4.292.517.113
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.807.421.592
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.807.421.592
71.904	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	73.334.251
1050	Recursos Próprios Livres da UO	14.970.328
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.724.786
	1.3.2.1.05.0.1 Juros de Títulos de Renda - Principal	10.245.542
1052	Recursos Livres da UO	58.363.923
	1.6.4.1.02.0.1 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	58.363.923
71.905	Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	4.547.746.470
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.457.908.149
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.066.294.203
	1.3.2.1.05.0.1 Juros de Títulos de Renda - Principal	1.362.141.982
	1.9.2.2.08.0.1 Restituição de Garantias Prestadas - Principal	29.471.964
1052	Recursos Livres da UO	89.838.321
	1.6.4.1.02.0.1 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	68.433.657
	1.6.4.1.02.0.2 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros	21.404.664
73.000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	508.020.429.528
1006	Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	32.335.685
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	174.766.878
1024	Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF	547.050.679
1055	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição do Segurado	201.664.695
1125	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição Patronal	235.500.632
1126	Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	23.803.118
1201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	197.686.171.932
1202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	170.010.107.857
1203	Transferência Constitucional do IPI Exportação	6.451.192.620
1206	Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.043.991.771
1211	Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	881.056.820
1213	Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	19.022.854.482
1219	Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	63.663.885
1229	Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	13.817.583

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1234	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas	1.830.157.868
1235	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu	1.111.805.125
1241	Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios	6.110.075.328
1242	Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios	58.982.875.901
1286	Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	172.304.305
9201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	21.972.200.455
9202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	18.896.092.392
9203	Transferência Constitucional do IPI Exportação	456.220.160
9206	Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	100.719.357
73.107	Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	19.022.854.482
1213	Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	19.022.854.482
1.2.1.9.04.1.1	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	18.585.450.129
1.2.1.9.04.1.2	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	96.174.343
1.2.1.9.04.1.3	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	269.727.430
1.2.1.9.04.1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	71.502.580
73.108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	419.561.417.249
1201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	197.686.171.932
1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	14.026.903.596
1.1.1.3.01.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	841.990.299
1.1.1.3.01.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	56.793.225
1.1.1.3.01.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	97.364.716
1.1.1.3.01.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	163.120.618
1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	70.705.360.744
1.1.1.3.02.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.374.913.234
1.1.1.3.02.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	268.246.596
1.1.1.3.02.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	122.041.148
1.1.1.3.02.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	257.070.457
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	43.798.473.325
1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	347.682.027
1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	166.151.027
1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	23.173.226
1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	66.130.087
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	29.758.309.386
1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	14.783.567.418
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	4.700.452.396
1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	1.286.999.685
1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	1.059.854
1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	651.712.157
1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	1.199.662.983
1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	7.129.496.065
1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	7.383.193
1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	5.498.803.889
1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	178.911.547
1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	71.903.292
1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	25.445.182
1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	76.594.936
7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	417.929
7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	16.492
7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	12.437
7.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.892
7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	6.874
1202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	170.010.107.857
1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	12.063.137.092
1.1.1.3.01.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	724.111.657
1.1.1.3.01.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	48.842.174
1.1.1.3.01.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	83.733.655
1.1.1.3.01.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	140.283.731
1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	60.806.610.240
1.1.1.3.02.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.182.425.381
1.1.1.3.02.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	230.692.072
1.1.1.3.02.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	104.955.387
1.1.1.3.02.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	221.080.593
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	37.666.687.059
1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	299.006.543
1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	142.889.883

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
1. Recursos Vinculados a Órgãos			
	1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	19.928.975
	1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	56.871.875
	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	25.592.146.072
	1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	12.713.867.979
	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	4.042.389.060
	1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	1.106.819.729
	1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	911.474
	1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	560.472.455
	1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	1.031.710.165
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	6.131.366.616
	1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	6.349.546
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	4.728.971.345
	1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	153.863.930
	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	61.836.831
	1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	21.882.856
	1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	65.871.645
	7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	359.419
	7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	14.183
	7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	10.696
	7.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações	1.627
	7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	5.912
1203	Transferência Constitucional do IPI Exportação		6.451.192.620
	1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	514.799.874
	1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	423.941
	1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	260.684.863
	1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	479.865.193
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	2.851.798.426
	1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	2.953.277
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	2.199.521.556
	1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	71.564.619
	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	28.761.317
	1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	10.178.073
	1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	30.637.974
	7.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações	757
	7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	2.750
1206	Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios		3.043.991.771
	1.1.1.2.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	2.646.487.662
	1.1.1.2.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	186.883.424
	1.1.1.2.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	15.588.193
	1.1.1.2.01.1.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas da Dívida Ativa	12.592.989
	1.1.1.2.01.1.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Juros da Dívida Ativa	22.229.409
	1.1.1.2.01.2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	147.027.093
	1.1.1.2.01.2.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	10.382.413
	1.1.1.2.01.2.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	866.011
	1.1.1.2.01.2.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	699.610
	1.1.1.2.01.2.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1.234.967
1211	Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF		881.056.820
	1.2.2.1.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	6.578.290
	1.2.2.1.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	873.606.501
	1.2.2.1.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida	290.690
	1.2.2.1.08.2.7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	59.461
	1.2.2.1.08.2.8	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	521.878
1219	Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios		63.663.885
	1.1.1.5.01.0.1	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro - IOF-Ouro - Principal	63.479.992
	1.1.1.5.01.0.2	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro - IOF-Ouro - Multas e Juros	183.893
9201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios		21.972.200.455
	1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	2.118.011.603
	1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	14.281.732.797
	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	354.291.298
	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	3.539.721.907
	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	537.892.450
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	106.110.884
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	1.034.439.516
9202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal		18.896.092.392
	1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	1.821.489.978

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
1. Recursos Vinculados a Órgãos			
	1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	12.282.290.206
	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	304.690.516
	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	3.044.160.840
	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	462.587.507
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	91.255.361
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	889.617.984
9203	Transferência Constitucional do IPI Exportação		456.220.160
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	42.444.354
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	413.775.806
9206	Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios		100.719.357
	1.1.1.2.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	95.418.338
	1.1.1.2.01.2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	5.301.019
73.113	Recursos sob Supervisão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos		347.071.183
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		174.766.878
	1.2.1.5.04.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	174.766.878
1286	Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF		172.304.305
	1.3.1.1.01.2.1	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	151.321.527
	1.3.1.1.01.2.3	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	20.982.778
73.115	Recursos sob Supervisão do Ministério da Agricultura e Pecuária		13.817.583
1229	Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios		13.817.583
	1.3.4.6.01.2.1	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	13.444.502
	1.3.4.6.01.2.2	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	373.081
73.116	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP		58.982.875.901
1242	Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e		58.982.875.901
	1.3.4.1.02.1.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	1.106.333.040
	1.3.4.1.02.2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	5.859.966.901
	1.3.4.1.02.3.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	4.715.612.686
	1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	3.378.018.215
	1.3.4.1.03.1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	704.503.339
	1.3.4.1.03.2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	4.389.657.240
	1.3.4.1.03.3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	3.402.069.762
	1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	2.533.513.643
	1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	44.458.192
	1.3.4.1.04.2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	14.361.310.251
	1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	2.418.698.486
	1.3.4.1.04.4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	279.672.329
	1.3.4.3.02.4.1	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	15.789.061.817
73.118	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL		2.941.962.993
1234	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas		1.830.157.868
	1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	1.830.157.868
1235	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e		1.111.805.125
	1.3.4.5.03.1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	1.111.805.125
73.119	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Mineração - ANM		6.110.075.328
1241	Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e		6.110.075.328
	1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	6.093.785.270
	1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	16.290.058
73.901	Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF		1.040.354.809
1006	Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		32.335.685
	1.2.1.6.01.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	32.335.685
1024	Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF		547.050.679
	1.2.1.5.04.2.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal	370.068.046
	1.2.1.5.04.3.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal	176.982.633
1055	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição do Segurado		201.664.695
	1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	105.829.130
	1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	95.835.565
1125	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição Patronal		235.500.632
	7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	235.500.632
1126	Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		23.803.118

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.2.1.6.02.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	23.803.118
74.000	Operações Oficiais de Crédito	44.205.196.274
1050	Recursos Próprios Livres da UO	11.451.406.536
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.696
1052	Recursos Livres da UO	4.382.070.922
1061	Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	837.185.154
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	16.513.748
1124	Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	557.009.536
1207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	4.744.468.124
1208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste	4.744.468.124
1209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	7.116.702.189
1210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido	7.116.702.189
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	602.000.000
9207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	527.332.810
9208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste	527.332.810
9209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	790.999.218
9210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido	790.999.218
74.101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	837.185.154
1061	Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	837.185.154
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	26.726.128
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	4.243
	2.3.1.1.05.0.1 Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	810.454.783
74.102	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	100.000.000
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	100.000.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	100.000.000
74.203	Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-MDA	9.496.252
1050	Recursos Próprios Livres da UO	9.496.252
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	9.496.252
74.204	Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	209.593.867
1050	Recursos Próprios Livres da UO	209.588.171
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.772.490
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	253.563
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	48.484.209
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	400.854
	1.9.4.4.06.0.2 Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais - Multas e Juros	82.682
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	355.628
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	147.238.745
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.696
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	5.696
74.205	Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	7.194.886
1050	Recursos Próprios Livres da UO	7.194.886
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	6.485.585
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	709.301
74.901	Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê - M. Agric. e Pec.	6.887.105.753
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.887.105.753
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	434.691.861
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	229.211.091
	1.9.9.9.99.3.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa	5.289.245
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	6.217.913.556
74.902	Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação	6.174.239.212
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.664.435.554
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	427.181.008
	1.3.2.1.05.0.1 Juros de Títulos de Renda - Principal	1.227.740
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	2.236.026.806
1052	Recursos Livres da UO	2.952.794.122
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	52.829.352
	2.3.1.1.07.2.1 Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES -	2.425.820.833
	2.3.1.1.07.3.1 Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal	474.143.937
1124	Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	557.009.536
	1.9.3.1.04.0.1 Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	557.009.536
74.906	Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MDA	264.290.860
1050	Recursos Próprios Livres da UO	216.134.213
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	158.538.298
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	22.525.866
	1.9.9.9.99.3.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa	35.070.049

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1052	Recursos Livres da UO	48.156.647
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	48.156.647
74.908	Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo	650.653.403
1050	Recursos Próprios Livres da UO	244.059.864
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	71.505.978
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	172.553.886
1052	Recursos Livres da UO	406.593.539
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	406.593.539
74.913	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - MDR	5.271.800.934
1207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	4.744.468.124
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	336.645.686
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	20.207.767
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	1.363.037
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	2.336.753
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	3.914.895
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	1.696.928.658
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	32.997.918
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	6.437.918
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	2.928.988
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	6.169.691
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.051.163.360
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	8.344.369
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	3.987.625
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	556.157
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.587.122
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	714.199.425
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	354.805.618
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	112.810.857
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	30.887.992
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	25.436
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	15.641.092
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	28.791.912
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	171.107.906
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	177.197
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	131.971.293
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	4.293.877
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1.725.679
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	610.684
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.838.278
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	10.030
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	396
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	298
	7.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações	45
	7.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	165
9207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	527.332.810
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	50.832.278
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	342.761.587
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	8.502.991
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	84.953.326
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	12.909.419
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	2.546.661
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	24.826.548
74.914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - MDR	5.271.800.934
1208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste	4.744.468.124
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	336.645.686
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	20.207.767
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	1.363.037
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	2.336.753
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	3.914.895
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	1.696.928.658
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	32.997.918
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	6.437.918
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	2.928.988
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	6.169.691
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.051.163.360
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	8.344.369

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 100

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
1. Recursos Vinculados a Órgãos			
	1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	3.987.625
	1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	556.157
	1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.587.122
	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	714.199.425
	1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	354.805.618
	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	112.810.857
	1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	30.887.992
	1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	25.436
	1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	15.641.092
	1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	28.791.912
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	171.107.906
	1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	177.197
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	131.971.293
	1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	4.293.877
	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1.725.679
	1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	610.684
	1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.838.278
	7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	10.030
	7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	396
	7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	298
	7.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações	45
	7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	165
9208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste		527.332.810
	1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	50.832.278
	1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	342.761.587
	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	8.502.991
	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	84.953.326
	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	12.909.419
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	2.546.661
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	24.826.548
74.915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - MDR		15.815.402.814
1209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste		7.116.702.189
	1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	504.968.529
	1.1.1.3.01.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	30.311.651
	1.1.1.3.01.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	2.044.556
	1.1.1.3.01.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	3.505.130
	1.1.1.3.01.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	5.872.342
	1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	2.545.392.987
	1.1.1.3.02.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	49.496.876
	1.1.1.3.02.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	9.656.877
	1.1.1.3.02.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	4.393.481
	1.1.1.3.02.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	9.254.536
	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.576.745.040
	1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	12.516.553
	1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	5.981.437
	1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	834.236
	1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	2.380.683
	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.071.299.138
	1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	532.208.427
	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	169.216.286
	1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	46.331.989
	1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	38.155
	1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	23.461.638
	1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	43.187.867
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	256.661.858
	1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	265.795
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	197.956.940
	1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	6.440.816
	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	2.588.519
	1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	916.027
	1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	2.757.418
	7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	15.045
	7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	594
	7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	448
	7.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações	68
	7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	247

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste -	7.116.702.189
1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	504.968.529
1.1.1.3.01.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	30.311.651
1.1.1.3.01.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	2.044.556
1.1.1.3.01.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	3.505.130
1.1.1.3.01.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	5.872.342
1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	2.545.392.987
1.1.1.3.02.0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	49.496.876
1.1.1.3.02.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	9.656.877
1.1.1.3.02.0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	4.393.481
1.1.1.3.02.0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	9.254.536
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.576.745.040
1.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	12.516.553
1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	5.981.437
1.1.1.3.03.1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	834.236
1.1.1.3.03.1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	2.380.683
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.071.299.138
1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	532.208.427
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	169.216.286
1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	46.331.989
1.1.1.4.01.1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	38.155
1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	23.461.638
1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	43.187.867
1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	256.661.858
1.1.1.4.01.4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	265.795
1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	197.956.940
1.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	6.440.816
1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	2.588.519
1.1.1.4.01.5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	916.027
1.1.1.4.01.5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	2.757.418
7.1.1.3.03.1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	15.045
7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	594
7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	448
7.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações Intraorçamentárias	68
7.1.1.4.01.5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	247
9209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	790.999.218
1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	76.248.418
1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	514.142.381
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	12.754.487
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	127.429.989
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	19.364.128
1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	3.819.992
1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	37.239.823
9210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste -	790.999.218
1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	76.248.418
1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	514.142.381
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	12.754.487
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	127.429.989
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	19.364.128
1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	3.819.992
1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	37.239.823
74.917	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - MDR	896.345.069
1050	Recursos Próprios Livres da UO	457.559.696
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	456.298.508
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.261.188
1052	Recursos Livres da UO	432.203.592
2.3.1.1.07.1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	432.203.592
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	6.581.781
2.3.1.1.07.1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	6.581.781
74.918	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - MDR	1.027.130.855
1050	Recursos Próprios Livres da UO	539.944.196
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	326.456.578
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	213.487.618
1052	Recursos Livres da UO	478.579.048
2.3.1.1.07.1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	478.579.048
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	8.607.611

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.914.116
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	6.693.495
74.919	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - MDR	280.956.281
1050	Recursos Próprios Livres da UO	215.887.951
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	192.665.826
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	23.222.125
1052	Recursos Livres da UO	63.743.974
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	63.743.974
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	1.324.356
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	353.636
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	970.720
74.920	Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST – M. Comunicações	502.000.000
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	502.000.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	502.000.000
75.000	Dívida Pública Federal	2.311.260.207.949
1400	Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	37.230.997.267
1401	Amortização da Dívida Pública Federal	45.656.440.355
1443	Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.736.506.931.081
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	484.144.904.197
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	7.720.935.049
75.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	2.311.260.207.949
1400	Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	37.230.997.267
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	19.697.515.757
	2.3.1.1.03.0.1 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	12.468.512.812
	2.3.1.1.04.0.1 Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal	3.960.968.698
	2.9.2.1.02.0.1 Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal	1.104.000.000
1401	Amortização da Dívida Pública Federal	45.656.440.355
	1.3.2.1.06.0.1 Juros sobre o Capital Próprio - Principal	7.737.514.528
	1.3.2.2.01.0.1 Dividendos - Principal	33.680.703.897
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	785.226.922
	2.3.1.1.03.0.1 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	26.500.910
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	3.426.494.098
1443	Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.736.506.931.081
	2.1.1.1.02.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	1.736.506.931.081
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	484.144.904.197
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	484.144.904.197
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	7.720.935.049
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	7.720.935.049
81.000	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	18.053.651
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	317.656
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	12.836.836
1096	Doações Nacionais	2.212.057
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	2.687.102
81.901	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	17.343.812
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	317.656
	1.2.1.9.01.1.1 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	315.722
	1.2.1.9.01.1.2 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	1.934
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	12.126.997
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.126.997
1096	Doações Nacionais	2.212.057
	1.7.9.1.01.0.1 Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.212.057
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	2.687.102
	1.2.1.7.06.1.1 Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	2.687.102
81.902	Fundo Nacional do Idoso - FNI	709.839
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	709.839
	1.3.2.1.01.0.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	709.839
83.000	Banco Central do Brasil	608.576.380
1050	Recursos Próprios Livres da UO	579.346.372
1131	Recursos Livres do Banco Central do Brasil	29.230.008
83.201	Banco Central do Brasil - BACEN	608.576.380
1050	Recursos Próprios Livres da UO	579.346.372
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	39.334

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
1. Recursos Vinculados a Órgãos			
	1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	5.645.210
	1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	8.024.532
	1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	426.536.230
	1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	10.177.190
	1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	612.618
	1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	2.264.894
	1.9.9.9.12.1.1	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	41.554
	1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	92.568.922
	1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	10.473.648
	1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	22.962.240
1131	Recursos Livres do Banco Central do Brasil		29.230.008
	1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	29.230.008
84.000	Ministério dos Povos Indígenas		315.313
1050	Recursos Próprios Livres da UO		315.313
84.201	Fundação Nacional do Índio - FUNAI		315.313
1050	Recursos Próprios Livres da UO		315.313
	1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.942
	1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	231.796
	1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	65.575
90.000	Reserva de Contingência		7.894.530.909
1076	Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrência da Suspensão Imposta pela Liminar do STF		7.894.530.909
90.000	Reserva de Contingência		7.894.530.909
1076	Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrência da Suspensão Imposta pela Liminar do STF		7.894.530.909
	1.3.4.3.02.4.1	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	7.894.530.909
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos			
1000	Recursos Livres da União		683.585.444.307
	1.1.1.1.01.0.1	Imposto sobre a Importação - Principal	68.836.958.600
	1.1.1.1.01.0.3	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	1.159.574
	1.1.1.1.02.0.1	Imposto sobre a Exportação - Principal	26.471.253
	1.1.1.1.02.0.3	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa	7.583.549
	1.1.1.2.01.2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	147.027.092
	1.1.1.2.01.2.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	866.010
	1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	28.334.345.265
	1.1.1.3.01.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	114.722.316
	1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	142.824.828.702
	1.1.1.3.02.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	541.858.125
	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	88.472.916.115
	1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	335.625.073
	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	60.111.784.959
	1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	29.862.806.184
	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	9.494.913.841
	1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	2.084.939.488
	1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	1.055.773.692
	1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	1.943.454.033
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	11.549.783.625
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	8.908.062.302
	1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	116.483.331
	1.1.1.5.02.0.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	64.883.636.275
	1.1.1.5.02.0.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	9.928.301
	1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.637.640.854
	1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	51.369.182
	1.1.2.1.02.1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	42.121.499
	1.1.2.1.02.1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida	623.141
	1.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	10.306.229
	1.1.2.1.02.2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.015.229
	1.1.2.1.02.3.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	892.670
	1.1.2.1.02.4.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	1.773.569
	1.1.2.1.03.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	12.587.197
	1.1.2.1.04.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	123.603.273
	1.1.2.1.04.0.3	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	3.915.648
	1.1.2.1.05.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	5.394.256
	1.1.2.1.06.0.1	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - Principal	194.722.508
	1.1.2.1.07.0.1	Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal	6.412.673
	1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	74.250.988
	1.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	305.401.724

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1.1.2.2.02.0.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	462.882
1.2.1.9.01.1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	94.717
1.2.1.9.03.1.1	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	14.484.522
1.2.1.9.03.2.1	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	1.242.429
1.2.1.9.05.1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	88.856.819
1.2.1.9.05.1.3	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	280.331
1.2.1.9.06.1.1	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	57.001.119
1.2.1.9.06.1.3	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	1.331.205
1.2.1.9.07.1.1	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	207.676
1.2.2.1.02.0.1	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	101.353.544
1.2.2.1.03.0.1	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	45.133
1.2.2.1.04.0.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	350.427.756
1.2.2.1.04.0.3	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida	454.851
1.2.2.1.05.0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	1.952.098.487
1.2.2.1.06.0.1	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	390.552.664
1.2.2.1.07.0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	2.782.802.646
1.2.2.1.07.0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	414.022
1.2.2.1.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	4.831.640
1.2.2.1.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	641.648.913
1.2.2.1.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida	213.507
1.2.2.1.09.1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	160.245.275
1.2.2.1.09.1.3	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	1.493.534
1.2.2.1.09.2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	139.128.364
1.2.2.1.09.2.3	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	1.015.473
1.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	100.756.494
1.2.2.1.10.0.3	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	130.101
1.2.2.1.11.1.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	9.113.688
1.2.2.1.11.2.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões -	18.349.269
1.2.2.1.12.1.1	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Principal	765.436.604
1.2.2.1.12.1.3	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	15.209.188
1.2.2.1.13.0.1	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária - Principal	10.863.953
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	55.990.873
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	47.551
1.3.1.1.01.2.1	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	586.370.917
1.3.1.1.01.2.3	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	81.308.267
1.3.1.1.02.0.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e	70.152
1.3.1.1.99.0.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	1.619.733
1.3.3.4.01.0.1	Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica - Principal	3.719.428.215
1.3.4.1.05.0.1	Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão - Principal	48.209
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	1.142.639.622
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	150.000.000
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.418.070
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	3.284.925
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	316.056
1.9.1.1.07.0.1	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	16.677.414
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	25.053.516
1.9.1.1.13.1.1	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização -	22.445.202
1.9.1.1.13.2.1	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal	572.836.295
1.9.2.1.02.0.1	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	102.691
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	240.381.960
1.9.2.2.01.1.1	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	1.003.742.436
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	2.639.393.817
1.9.2.2.09.0.1	Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal	5.403.760
1.9.2.2.13.0.1	Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal	2.450.931
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	69.764.973
1.9.2.3.02.0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	43.532.871
1.9.2.3.99.0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	284.915.064
1.9.2.3.99.0.3	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	5.171.819
1.9.3.1.03.0.1	Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal	5.859.538
1.9.9.9.06.0.1	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	2.619.565
1.9.9.9.12.2.1	Ônus de Sucumbência - Principal	18.182.109
1.9.9.9.15.0.1	Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal	643.136.285
1.9.9.9.99.1.1	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal	3.608.247.556
1.9.9.9.99.1.2	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Multas e Juros	5.499.470
1.9.9.9.99.1.3	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa	6.592.416.811

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos			
	1.9.9.9.99.1.4	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	989.297
	1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	3.290.544
	1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	6.450.452.722
	1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	503.161.776
	2.9.3.1.01.0.1	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	125.327.898.784
	7.1.1.3.03.3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	33.314
	7.1.1.3.03.4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	25.122
	7.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações	3.064
	7.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	495.986
	7.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.972
	7.2.2.1.09.1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias	152.849
	7.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	51.053
1001	Recursos Livres da Seguridade Social		161.466.358.816
	1.2.1.3.01.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	150.032.825.253
	1.2.1.3.01.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	422.356.264
	1.2.1.3.01.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	847.426.663
	1.2.1.3.01.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	22.588.491
	1.2.1.3.02.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9.534.807.908
	1.2.1.3.02.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	143.427.338
	1.2.1.3.02.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	130.246.527
	1.2.1.3.02.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	30.415.024
	1.2.1.3.49.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal	6.980.672
	1.2.1.3.49.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	191.517.952
	1.9.3.1.02.0.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	103.515.711
	1.9.3.1.02.0.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros	251.013
1002	Atividades-fim da Seguridade Social		358.693.836.674
	1.2.1.1.01.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	354.816.053.170
	1.2.1.1.01.0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1.292.865.690
	1.2.1.1.01.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	2.177.224.598
	1.2.1.1.01.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	116.218.171
	1.2.1.1.02.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1.251.287
	1.2.1.1.02.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	395.737
	1.2.1.1.49.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal	20.053.475
	1.2.1.1.49.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	269.226.145
	1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	28.204
	1.9.2.2.04.0.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	520.197
1011	Destinações da Cide-Combustíveis		1.508.952.806
	1.2.2.1.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	11.273.827
	1.2.2.1.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	1.497.180.795
	1.2.2.1.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida	498.184
1014	Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde		13.786.304.404
	1.3.4.1.02.2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	732.495.863
	1.3.4.1.03.1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	117.417.223
	1.3.4.1.03.2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1.463.219.080
	1.3.4.1.04.2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	7.180.655.126
	1.5.1.1.02.1.1	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluídos da União - Contratos de Partilha de Produção - Principal	4.292.517.112
1026	Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas		280.783.756
	1.2.2.1.12.1.1	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Principal	267.902.812
	1.2.2.1.12.1.2	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Multas e Juros	2.442.793
	1.2.2.1.12.1.3	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	5.323.216
	1.2.2.1.12.1.4	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e	1.312.551
	1.2.2.1.13.0.1	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária - Principal	3.802.384
1027	Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		714.213.260
	1.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	712.604.024

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total	
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos			
	1.1.2.2.02.0.2	Emolumentos e Custas Judiciais - Multas e Juros	141.314
	1.1.2.2.02.0.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	1.080.059
	1.1.2.2.02.0.4	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multas e Juros	369.263
	7.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	18.600
1040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		69.661.196.695
	1.2.1.2.01.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	64.760.909.777
	1.2.1.2.01.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	78.926.174
	1.2.1.2.01.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do	348.324.279
	1.2.1.2.01.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	5.536.171
	1.2.1.2.02.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	4.174.776.436
	1.2.1.2.02.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	147.333.700
	1.2.1.2.02.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	60.083.394
	1.2.1.2.02.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida	11.275.197
	1.2.1.2.49.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal	5.449.953
	1.2.1.2.49.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	68.581.614
1056	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		41.214.075.297
	1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	11.681.074.459
	1.2.1.5.01.1.5	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal	512.586
	1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	4.731.205.714
	1.2.1.5.01.3.1	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1.212.560.881
	1.2.1.5.01.4.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	181.698.026
	1.2.1.5.01.5.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	109.527.335
	1.2.1.5.01.6.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	12.075.502
	7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	22.883.884.109
	7.2.1.5.02.1.5	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias	387.433
	7.2.1.5.02.2.1	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	401.149.252
1085	Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social		5.228.631
	2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	5.228.631
1123	Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		4.021.054.216
	1.2.1.7.01.1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	48.940.394
	1.2.1.7.02.1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	6.102.639
	1.2.1.7.04.1.1	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	3.960.636.979
	1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	5.374.204
1130	Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde		167.764.407
	1.5.1.1.02.2.1	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Principal	167.764.407
9000	Recursos Livres da União		87.746.054.428
	1.1.1.1.01.0.1	Imposto sobre a Importação - Principal	3.983.623.052
	1.1.1.2.01.2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	5.301.019
	1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	4.278.383.438
	1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	28.849.100.251
	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	715.668.422
	1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	7.150.238.251
	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	1.086.542.748
	1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	171.899.633
	1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	1.675.792.016
	1.1.1.5.02.0.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	664.489.342
	1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	275.598.720
	1.2.2.1.07.0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	283.338.107
	1.9.9.9.99.1.1	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal	38.606.079.429
9001	Recursos Livres da Seguridade Social		15.450.876.228
	1.2.1.3.01.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	15.450.876.228
9002	Atividades-fim da Seguridade Social		15.029.576.173
	1.2.1.1.01.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	15.029.576.173
9040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		1.888.611.541
	1.2.1.2.01.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1.888.611.541

TOTAL

5.391.886.766.414

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(***) Vinculado ao Ministério das Comunicações.

3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA

Resumo Geral da Despesa dos Orçamentos Fiscal e
da Seguridade Social, por Categoria Econômica e
Grupo de Despesa

Quadro 4 - Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IV

Recursos de Todas as Fontes

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Fiscal	Seguridade Social	Total
Despesas Correntes	1.402.052.105.415	1.641.503.832.504	3.043.555.937.919
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	242.713.058.131	164.404.837.139	407.117.895.270
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	436.129.368.751		436.129.368.751
<i>Outras Despesas Correntes</i>	723.209.678.533	1.477.098.995.365	2.200.308.673.898
Despesas de Capital	2.219.211.741.845	11.665.481.457	2.230.877.223.302
<i>Investimentos</i>	47.220.918.436	11.661.981.457	58.882.899.893
<i>Inversões Financeiras</i>	128.420.105.615	3.500.000	128.423.605.615
<i>Amortização da Dívida</i>	2.043.570.717.794		2.043.570.717.794
Reserva de Contingência	98.370.653.737	19.082.951.456	117.453.605.193
<i>Contingência</i>	29.630.968.168		29.630.968.168
<i>Outros</i>	68.739.685.569	19.082.951.456	87.822.637.025
Total	3.719.634.500.997	1.672.252.265.417	5.391.886.766.414

Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e
da Seguridade Social por Poder e Órgão

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
PODER LEGISLATIVO	11.299.618.733	5.502.391.857	16.802.010.590
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.719.802.163	5.219.852.908	12.939.655.071
1000 - Recursos Livres da União	7.719.802.163		7.719.802.163
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.370.537.313	4.370.537.313
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		849.315.595	849.315.595
3 - Outras Despesas Correntes	2.932.324.472	282.351.429	3.214.675.901
1000 - Recursos Livres da União	2.853.982.677	277.369.600	3.131.352.277
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		4.981.829	4.981.829
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	78.341.795		78.341.795
4 - Investimentos	430.286.031	187.520	430.473.551
1000 - Recursos Livres da União	355.234.048	187.520	355.421.568
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	74.566.743		74.566.743
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	485.240		485.240
9 - Reserva de Contingência	217.206.067		217.206.067
1000 - Recursos Livres da União	217.206.067		217.206.067
01000 - Câmara dos Deputados	5.939.849.054	2.095.595.695	8.035.444.749
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.102.952.427	2.095.440.000	6.198.392.427
1000 - Recursos Livres da União	4.102.952.427		4.102.952.427
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.733.446.989	1.733.446.989
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		361.993.011	361.993.011
3 - Outras Despesas Correntes	1.597.561.966	155.695	1.597.717.661
1000 - Recursos Livres da União	1.537.061.966	155.695	1.537.217.661
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	60.500.000		60.500.000
4 - Investimentos	239.334.661		239.334.661
1000 - Recursos Livres da União	177.235.494		177.235.494
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	61.613.927		61.613.927
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	485.240		485.240
01101 - Câmara dos Deputados	5.817.249.887	2.095.595.695	7.912.845.582
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.102.952.427	2.095.440.000	6.198.392.427
1000 - Recursos Livres da União	4.102.952.427		4.102.952.427
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.733.446.989	1.733.446.989
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		361.993.011	361.993.011
3 - Outras Despesas Correntes	1.537.061.966	155.695	1.537.217.661
1000 - Recursos Livres da União	1.537.061.966	155.695	1.537.217.661
4 - Investimentos	177.235.494		177.235.494
1000 - Recursos Livres da União	177.235.494		177.235.494
01901 - Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	122.599.167		122.599.167
3 - Outras Despesas Correntes	60.500.000		60.500.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	60.500.000		60.500.000
4 - Investimentos	62.099.167		62.099.167
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	61.613.927		61.613.927
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	485.240		485.240
02000 - Senado Federal	3.407.447.057	2.509.029.820	5.916.476.877
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.320.591.746	2.226.646.566	4.547.238.312
1000 - Recursos Livres da União	2.320.591.746		2.320.591.746
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.979.273.275	1.979.273.275
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		247.373.291	247.373.291
3 - Outras Despesas Correntes	772.018.301	282.195.734	1.054.214.035
1000 - Recursos Livres da União	766.467.095	277.213.905	1.043.681.000
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		4.981.829	4.981.829
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.551.206		5.551.206
4 - Investimentos	97.630.943	187.520	97.818.463
1000 - Recursos Livres da União	84.678.127	187.520	84.865.647
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	12.952.816		12.952.816
9 - Reserva de Contingência	217.206.067		217.206.067
1000 - Recursos Livres da União	217.206.067		217.206.067
02101 - Senado Federal	3.407.447.057	2.509.029.820	5.916.476.877
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.320.591.746	2.226.646.566	4.547.238.312
1000 - Recursos Livres da União	2.320.591.746		2.320.591.746
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.979.273.275	1.979.273.275
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		247.373.291	247.373.291
3 - Outras Despesas Correntes	772.018.301	282.195.734	1.054.214.035
1000 - Recursos Livres da União	766.467.095	277.213.905	1.043.681.000
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		4.981.829	4.981.829
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.551.206		5.551.206
4 - Investimentos	97.630.943	187.520	97.818.463
1000 - Recursos Livres da União	84.678.127	187.520	84.865.647
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	12.952.816		12.952.816
9 - Reserva de Contingência	217.206.067		217.206.067
1000 - Recursos Livres da União	217.206.067		217.206.067
03000 - Tribunal de Contas da União	1.952.322.622	897.766.342	2.850.088.964
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.296.257.990	897.766.342	2.194.024.332
1000 - Recursos Livres da União	1.296.257.990		1.296.257.990
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		657.817.049	657.817.049
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		239.949.293	239.949.293
3 - Outras Despesas Correntes	562.744.205		562.744.205
1000 - Recursos Livres da União	550.453.616		550.453.616
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	12.290.589		12.290.589
4 - Investimentos	93.320.427		93.320.427

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	93.320.427		93.320.427
03101 - Tribunal de Contas da União	1.952.322.622	897.766.342	2.850.088.964
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.296.257.990	897.766.342	2.194.024.332
1000 - Recursos Livres da União	1.296.257.990		1.296.257.990
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		657.817.049	657.817.049
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		239.949.293	239.949.293
3 - Outras Despesas Correntes	562.744.205		562.744.205
1000 - Recursos Livres da União	550.453.616		550.453.616
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	12.290.589		12.290.589
4 - Investimentos	93.320.427		93.320.427
1000 - Recursos Livres da União	93.320.427		93.320.427
PODER JUDICIÁRIO	52.031.780.488	10.810.438.794	62.842.219.282
1 - Pessoal e Encargos Sociais	36.955.861.370	10.809.626.940	47.765.488.310
1000 - Recursos Livres da União	36.955.861.370	65.503	36.955.926.873
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.988.789.964	1.988.789.964
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		8.820.771.473	8.820.771.473
3 - Outras Despesas Correntes	13.889.369.323	811.854	13.890.181.177
1000 - Recursos Livres da União	12.704.231.050	811.854	12.705.042.904
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	714.213.260		714.213.260
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	65.508.635		65.508.635
1052 - Recursos Livres da UO	100.308.056		100.308.056
1081 - Convênios	6.797.146		6.797.146
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	298.311.176		298.311.176
4 - Investimentos	1.186.549.795		1.186.549.795
1000 - Recursos Livres da União	1.143.753.468		1.143.753.468
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	84.161		84.161
1081 - Convênios	15.602.854		15.602.854
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	27.109.312		27.109.312
10000 - Supremo Tribunal Federal	714.571.279	183.047.438	897.618.717
1 - Pessoal e Encargos Sociais	410.002.884	183.047.438	593.050.322
1000 - Recursos Livres da União	410.002.884		410.002.884
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		56.271.726	56.271.726
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		126.775.712	126.775.712
3 - Outras Despesas Correntes	287.104.420		287.104.420
1000 - Recursos Livres da União	259.772.707		259.772.707
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	27.145.590		27.145.590
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	50.226		50.226
1052 - Recursos Livres da UO	135.897		135.897
4 - Investimentos	17.463.975		17.463.975
1000 - Recursos Livres da União	17.463.975		17.463.975
10101 - Supremo Tribunal Federal	714.571.279	183.047.438	897.618.717
1 - Pessoal e Encargos Sociais	410.002.884	183.047.438	593.050.322
1000 - Recursos Livres da União	410.002.884		410.002.884
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		56.271.726	56.271.726
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		126.775.712	126.775.712
3 - Outras Despesas Correntes	287.104.420		287.104.420
1000 - Recursos Livres da União	259.772.707		259.772.707
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	27.145.590		27.145.590
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	50.226		50.226
1052 - Recursos Livres da UO	135.897		135.897
4 - Investimentos	17.463.975		17.463.975
1000 - Recursos Livres da União	17.463.975		17.463.975
11000 - Superior Tribunal de Justiça	1.644.088.639	460.629.858	2.104.718.497
1 - Pessoal e Encargos Sociais	978.271.945	460.564.058	1.438.836.003
1000 - Recursos Livres da União	978.271.945		978.271.945
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		173.313.328	173.313.328
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		287.250.730	287.250.730
3 - Outras Despesas Correntes	544.732.768	65.800	544.798.568
1000 - Recursos Livres da União	490.806.834	65.800	490.872.634
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	53.480.986		53.480.986
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.342		16.342
1052 - Recursos Livres da UO	428.606		428.606
4 - Investimentos	121.083.926		121.083.926
1000 - Recursos Livres da União	121.083.926		121.083.926
11101 - Superior Tribunal de Justiça	1.644.088.639	460.629.858	2.104.718.497
1 - Pessoal e Encargos Sociais	978.271.945	460.564.058	1.438.836.003
1000 - Recursos Livres da União	978.271.945		978.271.945
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		173.313.328	173.313.328
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		287.250.730	287.250.730
3 - Outras Despesas Correntes	544.732.768	65.800	544.798.568
1000 - Recursos Livres da União	490.806.834	65.800	490.872.634
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	53.480.986		53.480.986
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.342		16.342
1052 - Recursos Livres da UO	428.606		428.606
4 - Investimentos	121.083.926		121.083.926
1000 - Recursos Livres da União	121.083.926		121.083.926
12000 - Justiça Federal	14.015.848.469	2.140.940.034	16.156.788.503
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.427.735.818	2.140.910.034	12.568.645.852
1000 - Recursos Livres da União	10.427.735.818		10.427.735.818
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.140.910.034	2.140.910.034
3 - Outras Despesas Correntes	3.077.609.348	30.000	3.077.639.348
1000 - Recursos Livres da União	2.862.362.077	30.000	2.862.392.077

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		215.247.271		215.247.271
4 - Investimentos		510.503.303		510.503.303
1000 - Recursos Livres da União		510.503.303		510.503.303
12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau		11.342.947.775	1.563.594.034	12.906.541.809
1 - Pessoal e Encargos Sociais		8.558.350.818	1.563.594.034	10.121.944.852
1000 - Recursos Livres da União		8.558.350.818		8.558.350.818
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			1.563.594.034	1.563.594.034
3 - Outras Despesas Correntes		2.488.802.609		2.488.802.609
1000 - Recursos Livres da União		2.324.210.577		2.324.210.577
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		164.592.032		164.592.032
4 - Investimentos		295.794.348		295.794.348
1000 - Recursos Livres da União		295.794.348		295.794.348
12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região		600.521.547	120.600.000	721.121.547
1 - Pessoal e Encargos Sociais		345.700.000	120.600.000	466.300.000
1000 - Recursos Livres da União		345.700.000		345.700.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			120.600.000	120.600.000
3 - Outras Despesas Correntes		161.803.229		161.803.229
1000 - Recursos Livres da União		148.532.894		148.532.894
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		13.270.335		13.270.335
4 - Investimentos		93.018.318		93.018.318
1000 - Recursos Livres da União		93.018.318		93.018.318
12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região		494.256.983	112.200.000	606.456.983
1 - Pessoal e Encargos Sociais		361.185.000	112.200.000	473.385.000
1000 - Recursos Livres da União		361.185.000		361.185.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			112.200.000	112.200.000
3 - Outras Despesas Correntes		112.084.156		112.084.156
1000 - Recursos Livres da União		102.591.233		102.591.233
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		9.492.923		9.492.923
4 - Investimentos		20.987.827		20.987.827
1000 - Recursos Livres da União		20.987.827		20.987.827
12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região		690.405.104	172.430.000	862.835.104
1 - Pessoal e Encargos Sociais		532.300.000	172.400.000	704.700.000
1000 - Recursos Livres da União		532.300.000		532.300.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			172.400.000	172.400.000
3 - Outras Despesas Correntes		118.178.728	30.000	118.208.728
1000 - Recursos Livres da União		108.917.542	30.000	108.947.542
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		9.261.186		9.261.186
4 - Investimentos		39.926.376		39.926.376
1000 - Recursos Livres da União		39.926.376		39.926.376
12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região		414.952.007	120.300.000	535.252.007
1 - Pessoal e Encargos Sociais		320.300.000	120.300.000	440.600.000
1000 - Recursos Livres da União		320.300.000		320.300.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			120.300.000	120.300.000
3 - Outras Despesas Correntes		77.373.469		77.373.469
1000 - Recursos Livres da União		70.995.923		70.995.923
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		6.377.546		6.377.546
4 - Investimentos		17.278.538		17.278.538
1000 - Recursos Livres da União		17.278.538		17.278.538
12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região		301.000.842	51.500.000	352.500.842
1 - Pessoal e Encargos Sociais		197.200.000	51.500.000	248.700.000
1000 - Recursos Livres da União		197.200.000		197.200.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			51.500.000	51.500.000
3 - Outras Despesas Correntes		78.349.200		78.349.200
1000 - Recursos Livres da União		71.141.226		71.141.226
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		7.207.974		7.207.974
4 - Investimentos		25.451.642		25.451.642
1000 - Recursos Livres da União		25.451.642		25.451.642
12107 - Tribunal Regional Federal da 6ª Região		171.764.211	316.000	172.080.211
1 - Pessoal e Encargos Sociais		112.700.000	316.000	113.016.000
1000 - Recursos Livres da União		112.700.000		112.700.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			316.000	316.000
3 - Outras Despesas Correntes		41.017.957		41.017.957
1000 - Recursos Livres da União		35.972.682		35.972.682
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		5.045.275		5.045.275
4 - Investimentos		18.046.254		18.046.254
1000 - Recursos Livres da União		18.046.254		18.046.254
13000 - Justiça Militar da União		514.477.353	244.235.912	758.713.265
1 - Pessoal e Encargos Sociais		330.007.474	244.235.912	574.243.386
1000 - Recursos Livres da União		330.007.474		330.007.474
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			151.795.730	151.795.730
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			92.440.182	92.440.182
3 - Outras Despesas Correntes		178.770.040		178.770.040
1000 - Recursos Livres da União		164.166.032		164.166.032
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		14.498.400		14.498.400
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		105.608		105.608
4 - Investimentos		5.699.839		5.699.839
1000 - Recursos Livres da União		5.699.839		5.699.839
13101 - Justiça Militar da União		514.477.353	244.235.912	758.713.265
1 - Pessoal e Encargos Sociais		330.007.474	244.235.912	574.243.386
1000 - Recursos Livres da União		330.007.474		330.007.474
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			151.795.730	151.795.730

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		92.440.182	92.440.182
3 - Outras Despesas Correntes	178.770.040		178.770.040
1000 - Recursos Livres da União	164.166.032		164.166.032
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	14.498.400		14.498.400
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	105.608		105.608
4 - Investimentos	5.699.839		5.699.839
1000 - Recursos Livres da União	5.699.839		5.699.839
14000 - Justiça Eleitoral	10.644.727.553	1.162.204.122	11.806.931.675
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.940.287.374	1.162.091.908	7.102.379.282
1000 - Recursos Livres da União	5.940.287.374	65.503	5.940.352.877
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		73.047	73.047
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.161.953.358	1.161.953.358
3 - Outras Despesas Correntes	4.382.457.079	112.214	4.382.569.293
1000 - Recursos Livres da União	4.126.404.262	112.214	4.126.516.476
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	158.121.585		158.121.585
1052 - Recursos Livres da UO	97.931.232		97.931.232
4 - Investimentos	321.983.100		321.983.100
1000 - Recursos Livres da União	321.983.100		321.983.100
14101 - Tribunal Superior Eleitoral	3.174.346.291	70.126.326	3.244.472.617
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.319.051.830	70.100.657	1.389.152.487
1000 - Recursos Livres da União	1.319.051.830		1.319.051.830
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		70.100.657	70.100.657
3 - Outras Despesas Correntes	1.644.649.981	25.669	1.644.675.650
1000 - Recursos Livres da União	1.593.728.285	25.669	1.593.753.954
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	50.921.696		50.921.696
4 - Investimentos	210.644.480		210.644.480
1000 - Recursos Livres da União	210.644.480		210.644.480
14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre	57.575.980	6.391.689	63.967.669
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.153.776	6.391.689	44.545.465
1000 - Recursos Livres da União	38.153.776		38.153.776
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		6.391.689	6.391.689
3 - Outras Despesas Correntes	16.280.388		16.280.388
1000 - Recursos Livres da União	14.712.474		14.712.474
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	1.567.914		1.567.914
4 - Investimentos	3.141.816		3.141.816
1000 - Recursos Livres da União	3.141.816		3.141.816
14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	128.732.907	13.066.213	141.799.120
1 - Pessoal e Encargos Sociais	96.483.989	13.066.213	109.550.202
1000 - Recursos Livres da União	96.483.989		96.483.989
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.066.213	13.066.213
3 - Outras Despesas Correntes	29.666.002		29.666.002
1000 - Recursos Livres da União	27.540.223		27.540.223
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.125.779		2.125.779
4 - Investimentos	2.582.916		2.582.916
1000 - Recursos Livres da União	2.582.916		2.582.916
14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	149.665.137	11.517.620	161.182.757
1 - Pessoal e Encargos Sociais	102.443.462	11.517.620	113.961.082
1000 - Recursos Livres da União	102.443.462		102.443.462
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		11.517.620	11.517.620
3 - Outras Despesas Correntes	46.329.842		46.329.842
1000 - Recursos Livres da União	42.947.802		42.947.802
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.382.040		3.382.040
4 - Investimentos	891.833		891.833
1000 - Recursos Livres da União	891.833		891.833
14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	378.968.568	58.304.608	437.273.176
1 - Pessoal e Encargos Sociais	282.927.413	58.304.608	341.232.021
1000 - Recursos Livres da União	282.927.413		282.927.413
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		58.304.608	58.304.608
3 - Outras Despesas Correntes	90.103.648		90.103.648
1000 - Recursos Livres da União	83.484.021		83.484.021
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	6.619.627		6.619.627
4 - Investimentos	5.937.507		5.937.507
1000 - Recursos Livres da União	5.937.507		5.937.507
14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	256.127.969	43.143.459	299.271.428
1 - Pessoal e Encargos Sociais	195.413.083	43.143.459	238.556.542
1000 - Recursos Livres da União	195.413.083		195.413.083
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		43.143.459	43.143.459
3 - Outras Despesas Correntes	58.785.550		58.785.550
1000 - Recursos Livres da União	54.564.066		54.564.066
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	4.221.484		4.221.484
4 - Investimentos	1.929.336		1.929.336
1000 - Recursos Livres da União	1.929.336		1.929.336
14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	104.307.827	27.820.256	132.128.083
1 - Pessoal e Encargos Sociais	68.823.372	27.820.256	96.643.628
1000 - Recursos Livres da União	68.823.372		68.823.372
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		73.047	73.047
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		27.747.209	27.747.209
3 - Outras Despesas Correntes	32.589.075		32.589.075
1000 - Recursos Livres da União	30.034.213		30.034.213
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.554.862		2.554.862
4 - Investimentos	2.895.380		2.895.380

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		2.895.380		2.895.380
14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo		145.934.153	15.251.054	161.185.207
1 - Pessoal e Encargos Sociais		106.975.320	15.251.054	122.226.374
1000 - Recursos Livres da União		106.975.320		106.975.320
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			15.251.054	15.251.054
3 - Outras Despesas Correntes		34.695.293		34.695.293
1000 - Recursos Livres da União		31.680.919		31.680.919
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		3.014.374		3.014.374
4 - Investimentos		4.263.540		4.263.540
1000 - Recursos Livres da União		4.263.540		4.263.540
14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás		217.187.258	24.056.978	241.244.236
1 - Pessoal e Encargos Sociais		160.847.564	24.056.978	184.904.542
1000 - Recursos Livres da União		160.847.564		160.847.564
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			24.056.978	24.056.978
3 - Outras Despesas Correntes		51.664.041		51.664.041
1000 - Recursos Livres da União		47.681.001		47.681.001
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		3.983.040		3.983.040
4 - Investimentos		4.675.653		4.675.653
1000 - Recursos Livres da União		4.675.653		4.675.653
14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão		220.284.647	19.464.446	239.749.093
1 - Pessoal e Encargos Sociais		156.974.403	19.447.778	176.422.181
1000 - Recursos Livres da União		156.974.403		156.974.403
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			19.447.778	19.447.778
3 - Outras Despesas Correntes		53.869.175	16.668	53.885.843
1000 - Recursos Livres da União		49.870.659	16.668	49.887.327
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		3.998.516		3.998.516
4 - Investimentos		9.441.069		9.441.069
1000 - Recursos Livres da União		9.441.069		9.441.069
14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso		143.086.581	18.295.679	161.382.260
1 - Pessoal e Encargos Sociais		96.083.664	18.295.679	114.379.343
1000 - Recursos Livres da União		96.083.664		96.083.664
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			18.295.679	18.295.679
3 - Outras Despesas Correntes		43.809.223		43.809.223
1000 - Recursos Livres da União		40.184.926		40.184.926
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		3.624.297		3.624.297
4 - Investimentos		3.193.694		3.193.694
1000 - Recursos Livres da União		3.193.694		3.193.694
14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul		122.855.189	20.316.856	143.172.045
1 - Pessoal e Encargos Sociais		89.758.522	20.316.856	110.075.378
1000 - Recursos Livres da União		89.758.522		89.758.522
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			20.316.856	20.316.856
3 - Outras Despesas Correntes		32.157.896		32.157.896
1000 - Recursos Livres da União		29.787.601		29.787.601
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		2.370.295		2.370.295
4 - Investimentos		938.771		938.771
1000 - Recursos Livres da União		938.771		938.771
14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais		663.820.710	128.401.587	792.222.297
1 - Pessoal e Encargos Sociais		522.108.012	128.401.587	650.509.599
1000 - Recursos Livres da União		522.108.012		522.108.012
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			128.401.587	128.401.587
3 - Outras Despesas Correntes		136.933.860		136.933.860
1000 - Recursos Livres da União		128.183.425		128.183.425
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		8.750.435		8.750.435
4 - Investimentos		4.778.838		4.778.838
1000 - Recursos Livres da União		4.778.838		4.778.838
14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará		216.775.402	29.646.733	246.422.135
1 - Pessoal e Encargos Sociais		148.150.263	29.646.733	177.796.996
1000 - Recursos Livres da União		148.150.263		148.150.263
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			29.646.733	29.646.733
3 - Outras Despesas Correntes		60.387.451		60.387.451
1000 - Recursos Livres da União		55.794.145		55.794.145
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		4.593.306		4.593.306
4 - Investimentos		8.237.688		8.237.688
1000 - Recursos Livres da União		8.237.688		8.237.688
14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba		169.385.764	22.986.551	192.372.315
1 - Pessoal e Encargos Sociais		127.839.499	22.986.551	150.826.050
1000 - Recursos Livres da União		127.839.499		127.839.499
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			22.986.551	22.986.551
3 - Outras Despesas Correntes		39.283.531		39.283.531
1000 - Recursos Livres da União		36.389.564		36.389.564
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		2.893.967		2.893.967
4 - Investimentos		2.262.734		2.262.734
1000 - Recursos Livres da União		2.262.734		2.262.734
14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná		347.653.656	58.197.068	405.850.724
1 - Pessoal e Encargos Sociais		266.119.119	58.197.068	324.316.187
1000 - Recursos Livres da União		266.119.119	65.503	266.184.622
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			58.131.565	58.131.565
3 - Outras Despesas Correntes		77.581.818		77.581.818
1000 - Recursos Livres da União		72.240.263		72.240.263
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		5.341.555		5.341.555
4 - Investimentos		3.952.719		3.952.719

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	3.952.719		3.952.719
14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	287.460.735	52.895.753	340.356.488
1 - Pessoal e Encargos Sociais	215.401.098	52.895.753	268.296.851
1000 - Recursos Livres da União	215.401.098		215.401.098
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		52.895.753	52.895.753
3 - Outras Despesas Correntes	64.493.939		64.493.939
1000 - Recursos Livres da União	59.712.547		59.712.547
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	4.781.392		4.781.392
4 - Investimentos	7.565.698		7.565.698
1000 - Recursos Livres da União	7.565.698		7.565.698
14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	179.135.042	24.862.738	203.997.780
1 - Pessoal e Encargos Sociais	131.692.297	24.862.738	156.555.035
1000 - Recursos Livres da União	131.692.297		131.692.297
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		24.862.738	24.862.738
3 - Outras Despesas Correntes	44.904.242		44.904.242
1000 - Recursos Livres da União	41.751.398		41.751.398
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.152.844		3.152.844
4 - Investimentos	2.538.503		2.538.503
1000 - Recursos Livres da União	2.538.503		2.538.503
14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	488.715.861	147.704.779	636.420.640
1 - Pessoal e Encargos Sociais	368.317.638	147.677.776	515.995.414
1000 - Recursos Livres da União	368.317.638		368.317.638
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		147.677.776	147.677.776
3 - Outras Despesas Correntes	116.099.640	27.003	116.126.643
1000 - Recursos Livres da União	108.728.341	27.003	108.755.344
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	7.371.299		7.371.299
4 - Investimentos	4.298.583		4.298.583
1000 - Recursos Livres da União	4.298.583		4.298.583
14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	156.833.248	26.508.152	183.341.400
1 - Pessoal e Encargos Sociais	115.211.274	26.508.152	141.719.426
1000 - Recursos Livres da União	115.211.274		115.211.274
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		26.508.152	26.508.152
3 - Outras Despesas Correntes	37.583.600		37.583.600
1000 - Recursos Livres da União	34.771.478		34.771.478
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.812.122		2.812.122
4 - Investimentos	4.038.374		4.038.374
1000 - Recursos Livres da União	4.038.374		4.038.374
14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	319.134.079	64.002.921	383.137.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais	247.798.394	64.002.921	311.801.315
1000 - Recursos Livres da União	247.798.394		247.798.394
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		64.002.921	64.002.921
3 - Outras Despesas Correntes	69.289.651		69.289.651
1000 - Recursos Livres da União	64.413.846		64.413.846
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	4.875.805		4.875.805
4 - Investimentos	2.046.034		2.046.034
1000 - Recursos Livres da União	2.046.034		2.046.034
14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	104.185.365	10.939.505	115.124.870
1 - Pessoal e Encargos Sociais	64.026.768	10.939.505	74.966.273
1000 - Recursos Livres da União	64.026.768		64.026.768
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		10.939.505	10.939.505
3 - Outras Despesas Correntes	27.019.757		27.019.757
1000 - Recursos Livres da União	24.900.004		24.900.004
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.119.753		2.119.753
4 - Investimentos	13.138.840		13.138.840
1000 - Recursos Livres da União	13.138.840		13.138.840
14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	209.664.391	42.186.560	251.850.951
1 - Pessoal e Encargos Sociais	154.717.824	42.186.560	196.904.384
1000 - Recursos Livres da União	154.717.824		154.717.824
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		42.186.560	42.186.560
3 - Outras Despesas Correntes	51.268.030		51.268.030
1000 - Recursos Livres da União	47.242.096		47.242.096
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	4.025.934		4.025.934
4 - Investimentos	3.678.537		3.678.537
1000 - Recursos Livres da União	3.678.537		3.678.537
14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	814.826.644	192.754.501	1.007.581.145
1 - Pessoal e Encargos Sociais	635.776.131	192.754.501	828.530.632
1000 - Recursos Livres da União	635.776.131		635.776.131
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		192.754.501	192.754.501
3 - Outras Despesas Correntes	177.541.231		177.541.231
1000 - Recursos Livres da União	166.869.205		166.869.205
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	10.672.026		10.672.026
4 - Investimentos	1.509.282		1.509.282
1000 - Recursos Livres da União	1.509.282		1.509.282
14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	104.759.689	14.394.382	119.154.071
1 - Pessoal e Encargos Sociais	76.159.002	14.394.382	90.553.384
1000 - Recursos Livres da União	76.159.002		76.159.002
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		14.394.382	14.394.382
3 - Outras Despesas Correntes	26.684.304		26.684.304
1000 - Recursos Livres da União	24.493.321		24.493.321
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.190.983		2.190.983
4 - Investimentos	1.916.383		1.916.383

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	1.916.383		1.916.383
14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	120.101.112	7.702.714	127.803.826
1 - Pessoal e Encargos Sociais	71.017.756	7.702.714	78.720.470
1000 - Recursos Livres da União	71.017.756		71.017.756
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.702.714	7.702.714
3 - Outras Despesas Correntes	38.087.087		38.087.087
1000 - Recursos Livres da União	34.808.807		34.808.807
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.278.280		3.278.280
4 - Investimentos	10.996.269		10.996.269
1000 - Recursos Livres da União	10.996.269		10.996.269
14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	58.634.491	7.221.004	65.855.495
1 - Pessoal e Encargos Sociais	42.449.769	7.178.130	49.627.899
1000 - Recursos Livres da União	42.449.769		42.449.769
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.178.130	7.178.130
3 - Outras Despesas Correntes	16.067.655	42.874	16.110.529
1000 - Recursos Livres da União	14.909.997	42.874	14.952.871
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	1.157.658		1.157.658
4 - Investimentos	117.067		117.067
1000 - Recursos Livres da União	117.067		117.067
14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	60.823.461	4.043.990	64.867.451
1 - Pessoal e Encargos Sociais	39.566.132	4.043.990	43.610.122
1000 - Recursos Livres da União	39.566.132		39.566.132
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.043.990	4.043.990
3 - Outras Despesas Correntes	20.885.773		20.885.773
1000 - Recursos Livres da União	19.165.471		19.165.471
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	1.720.302		1.720.302
4 - Investimentos	371.556		371.556
1000 - Recursos Livres da União	371.556		371.556
14901 - Fundo Partidário	1.243.745.396		1.243.745.396
3 - Outras Despesas Correntes	1.243.745.396		1.243.745.396
1000 - Recursos Livres da União	1.145.814.164		1.145.814.164
1052 - Recursos Livres da UO	97.931.232		97.931.232
15000 - Justiça do Trabalho	20.942.459.038	6.032.471.543	26.974.930.581
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.264.831.111	6.031.867.703	22.296.698.814
1000 - Recursos Livres da União	16.264.831.111		16.264.831.111
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.607.336.133	1.607.336.133
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.424.531.570	4.424.531.570
3 - Outras Despesas Correntes	4.491.556.051	603.840	4.492.159.891
1000 - Recursos Livres da União	3.981.719.206	603.840	3.982.323.046
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	206.040.134		206.040.134
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	15.972.065		15.972.065
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	287.824.646		287.824.646
4 - Investimentos	186.071.876		186.071.876
1000 - Recursos Livres da União	160.224.192		160.224.192
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	84.161		84.161
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	25.763.523		25.763.523
15101 - Tribunal Superior do Trabalho	2.253.522.881	361.754.572	2.615.277.453
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.616.195.950	361.754.572	1.977.950.522
1000 - Recursos Livres da União	1.616.195.950		1.616.195.950
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.716.299	5.716.299
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		356.038.273	356.038.273
3 - Outras Despesas Correntes	629.279.471		629.279.471
1000 - Recursos Livres da União	604.781.782		604.781.782
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	23.814.603		23.814.603
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	683.086		683.086
4 - Investimentos	8.047.460		8.047.460
1000 - Recursos Livres da União	8.047.460		8.047.460
15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	1.590.068.750	753.402.440	2.343.471.190
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.274.123.746	752.798.600	2.026.922.346
1000 - Recursos Livres da União	1.274.123.746		1.274.123.746
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		345.401.120	345.401.120
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		407.397.480	407.397.480
3 - Outras Despesas Correntes	310.550.254	603.840	311.154.094
1000 - Recursos Livres da União	251.967.765	603.840	252.571.605
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	15.127.363		15.127.363
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	82.548		82.548
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	43.372.578		43.372.578
4 - Investimentos	5.394.750		5.394.750
1000 - Recursos Livres da União	5.394.750		5.394.750
15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	2.445.711.680	761.167.318	3.206.878.998
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.969.329.578	761.167.318	2.730.496.896
1000 - Recursos Livres da União	1.969.329.578		1.969.329.578
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		60.834.552	60.834.552
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		700.332.766	700.332.766
3 - Outras Despesas Correntes	466.251.043		466.251.043
1000 - Recursos Livres da União	385.081.795		385.081.795
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	25.227.954		25.227.954
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.648.610		1.648.610
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	54.292.684		54.292.684
4 - Investimentos	10.131.059		10.131.059
1000 - Recursos Livres da União	10.131.059		10.131.059

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	1.556.797.524	683.595.802	2.240.393.326
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	1.259.093.912	683.595.802	1.942.689.714
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	1.259.093.912	302.798.614	1.259.093.912
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		380.797.188	302.798.614
1050 - Recursos Próprios Livres da UO			380.797.188
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional			
3 - Outras Despesas Correntes	289.615.298		289.615.298
1000 - Recursos Livres da União	253.113.170		253.113.170
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	15.496.181		15.496.181
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	948.205		948.205
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	20.057.742		20.057.742
4 - Investimentos	8.088.314		8.088.314
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	8.088.314		8.088.314
15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	1.360.059.097	587.894.475	1.947.953.572
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	1.092.163.663	587.894.475	1.680.058.138
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social	1.092.163.663		1.092.163.663
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		229.372.537	229.372.537
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		358.521.938	358.521.938
1050 - Recursos Próprios Livres da UO			
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional			
3 - Outras Despesas Correntes	232.611.813		232.611.813
1000 - Recursos Livres da União	195.367.943		195.367.943
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	13.196.902		13.196.902
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	386.834		386.834
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	23.660.134		23.660.134
4 - Investimentos	35.283.621		35.283.621
1000 - Recursos Livres da União	23.399.814		23.399.814
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	11.883.807		11.883.807
15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	985.259.569	318.443.125	1.303.702.694
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	778.301.346	318.443.125	1.096.744.471
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social	778.301.346		778.301.346
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		84.666.766	84.666.766
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		233.776.359	233.776.359
1050 - Recursos Próprios Livres da UO			
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional			
3 - Outras Despesas Correntes	173.505.760		173.505.760
1000 - Recursos Livres da União	136.278.527		136.278.527
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	9.348.894		9.348.894
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.970.636		1.970.636
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	25.907.703		25.907.703
4 - Investimentos	33.452.463		33.452.463
1000 - Recursos Livres da União	33.452.463		33.452.463
15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	735.966.430	241.519.739	977.486.169
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	591.765.517	241.519.739	833.285.256
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social	591.765.517		591.765.517
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		35.092.534	35.092.534
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		206.427.205	206.427.205
1050 - Recursos Próprios Livres da UO			
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional			
3 - Outras Despesas Correntes	133.500.187		133.500.187
1000 - Recursos Livres da União	114.342.580		114.342.580
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	7.383.245		7.383.245
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.368.421		3.368.421
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	8.405.941		8.405.941
4 - Investimentos	10.700.726		10.700.726
1000 - Recursos Livres da União	10.700.726		10.700.726
15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	406.212.754	124.211.162	530.423.916
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	318.097.264	124.211.162	442.308.426
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social	318.097.264		318.097.264
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		20.395.675	20.395.675
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		103.815.487	103.815.487
1050 - Recursos Próprios Livres da UO			
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional			
3 - Outras Despesas Correntes	76.723.206		76.723.206
1000 - Recursos Livres da União	64.882.503		64.882.503
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.390.602		5.390.602
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	622.179		622.179
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	5.827.922		5.827.922
4 - Investimentos	11.392.284		11.392.284
1000 - Recursos Livres da União	11.392.284		11.392.284
15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	528.241.054	193.700.914	721.941.968
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	406.663.724	193.700.914	600.364.638
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social	406.663.724		406.663.724
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		88.746.337	88.746.337
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		104.954.577	104.954.577
1050 - Recursos Próprios Livres da UO			
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional			
3 - Outras Despesas Correntes	115.517.845		115.517.845
1000 - Recursos Livres da União	105.578.939		105.578.939
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	6.284.808		6.284.808
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	292.257		292.257
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	3.361.841		3.361.841
4 - Investimentos	6.059.485		6.059.485
1000 - Recursos Livres da União	6.059.485		6.059.485
15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	981.154.681	246.379.231	1.227.533.912
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	812.293.898	246.379.231	1.058.673.129
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social	812.293.898		812.293.898
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		5.956.186	5.956.186
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		240.423.045	240.423.045
1050 - Recursos Próprios Livres da UO			
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional			
3 - Outras Despesas Correntes	167.234.634		167.234.634
1000 - Recursos Livres da União	137.732.031		137.732.031
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	8.403.057		8.403.057

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		505.610		505.610
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		20.593.936		20.593.936
4 - Investimentos		1.626.149		1.626.149
1000 - Recursos Livres da União		1.626.149		1.626.149
15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins		499.268.245	222.162.843	721.431.088
1 - Pessoal e Encargos Sociais		367.417.557	222.162.843	589.580.400
1000 - Recursos Livres da União		367.417.557		367.417.557
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			119.021.315	119.021.315
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			103.141.528	103.141.528
3 - Outras Despesas Correntes		124.568.785		124.568.785
1000 - Recursos Livres da União		102.815.110		102.815.110
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		8.735.284		8.735.284
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.007.906		1.007.906
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		12.010.485		12.010.485
4 - Investimentos		7.281.903		7.281.903
1000 - Recursos Livres da União		7.281.903		7.281.903
15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima		387.777.104	175.387.671	563.164.775
1 - Pessoal e Encargos Sociais		295.912.302	175.387.671	471.299.973
1000 - Recursos Livres da União		295.912.302		295.912.302
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			74.261.694	74.261.694
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			101.125.977	101.125.977
3 - Outras Despesas Correntes		90.178.634		90.178.634
1000 - Recursos Livres da União		79.692.291		79.692.291
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		6.293.444		6.293.444
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		355.896		355.896
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		3.837.003		3.837.003
4 - Investimentos		1.686.168		1.686.168
1000 - Recursos Livres da União		1.686.168		1.686.168
15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina		637.941.161	269.224.565	907.165.726
1 - Pessoal e Encargos Sociais		518.541.331	269.224.565	787.765.896
1000 - Recursos Livres da União		518.541.331		518.541.331
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			109.578.182	109.578.182
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			159.646.383	159.646.383
3 - Outras Despesas Correntes		109.493.431		109.493.431
1000 - Recursos Livres da União		98.371.306		98.371.306
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		5.020.879		5.020.879
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		32.180		32.180
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		6.069.066		6.069.066
4 - Investimentos		9.906.399		9.906.399
1000 - Recursos Livres da União		9.906.399		9.906.399
15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba		377.329.024	130.135.947	507.464.971
1 - Pessoal e Encargos Sociais		317.862.730	130.135.947	447.998.677
1000 - Recursos Livres da União		317.862.730		317.862.730
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			14.713.635	14.713.635
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			115.422.312	115.422.312
3 - Outras Despesas Correntes		57.062.018		57.062.018
1000 - Recursos Livres da União		52.372.505		52.372.505
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		2.920.263		2.920.263
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		159.891		159.891
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		1.609.359		1.609.359
4 - Investimentos		2.404.276		2.404.276
1000 - Recursos Livres da União		2.404.276		2.404.276
15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre		314.180.431	98.032.059	412.212.490
1 - Pessoal e Encargos Sociais		245.369.406	98.032.059	343.401.465
1000 - Recursos Livres da União		245.369.406		245.369.406
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			18.828.629	18.828.629
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			79.203.430	79.203.430
3 - Outras Despesas Correntes		63.691.096		63.691.096
1000 - Recursos Livres da União		60.026.135		60.026.135
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		3.632.812		3.632.812
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		32.149		32.149
4 - Investimentos		5.119.929		5.119.929
1000 - Recursos Livres da União		1.559.309		1.559.309
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		3.560.620		3.560.620
15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP		1.522.168.138	453.264.211	1.975.432.349
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.152.664.072	453.264.211	1.605.928.283
1000 - Recursos Livres da União		1.152.664.072		1.152.664.072
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			91.952.058	91.952.058
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			361.312.153	361.312.153
3 - Outras Despesas Correntes		361.029.588		361.029.588
1000 - Recursos Livres da União		309.824.628		309.824.628
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		19.013.671		19.013.671
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		580.535		580.535
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		31.610.754		31.610.754
4 - Investimentos		8.474.478		8.474.478
1000 - Recursos Livres da União		8.474.478		8.474.478
15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão		242.698.761	29.178.719	271.877.480
1 - Pessoal e Encargos Sociais		191.799.373	29.178.719	220.978.092
1000 - Recursos Livres da União		191.799.373		191.799.373
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			29.178.719	29.178.719
3 - Outras Despesas Correntes		48.028.154		48.028.154

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		44.625.425		44.625.425
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		3.402.729		3.402.729
4 - Investimentos		2.871.234		2.871.234
1000 - Recursos Livres da União		556.291		556.291
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		84.161		84.161
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		2.230.782		2.230.782
15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo		314.955.747	58.857.968	373.813.715
1 - Pessoal e Encargos Sociais		253.692.787	58.857.968	312.550.755
1000 - Recursos Livres da União		253.692.787		253.692.787
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			58.857.968	58.857.968
3 - Outras Despesas Correntes		60.265.996		60.265.996
1000 - Recursos Livres da União		48.395.730		48.395.730
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		3.455.124		3.455.124
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		445.199		445.199
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		7.969.943		7.969.943
4 - Investimentos		996.964		996.964
1000 - Recursos Livres da União		996.964		996.964
15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás		575.006.345	80.737.201	655.743.546
1 - Pessoal e Encargos Sociais		464.111.758	80.737.201	544.848.959
1000 - Recursos Livres da União		464.111.758		464.111.758
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			80.737.201	80.737.201
3 - Outras Despesas Correntes		107.582.180		107.582.180
1000 - Recursos Livres da União		97.117.852		97.117.852
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		5.920.516		5.920.516
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.375.933		1.375.933
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		3.167.879		3.167.879
4 - Investimentos		3.312.407		3.312.407
1000 - Recursos Livres da União		3.312.407		3.312.407
15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas		247.525.137	33.280.000	280.805.137
1 - Pessoal e Encargos Sociais		194.807.270	33.280.000	228.087.270
1000 - Recursos Livres da União		194.807.270		194.807.270
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			33.280.000	33.280.000
3 - Outras Despesas Correntes		49.058.581		49.058.581
1000 - Recursos Livres da União		42.651.809		42.651.809
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		2.746.520		2.746.520
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		476.977		476.977
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		3.183.275		3.183.275
4 - Investimentos		3.659.286		3.659.286
1000 - Recursos Livres da União		3.659.286		3.659.286
15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe		191.012.411	32.766.020	223.778.431
1 - Pessoal e Encargos Sociais		149.416.386	32.766.020	182.182.406
1000 - Recursos Livres da União		149.416.386		149.416.386
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			32.766.020	32.766.020
3 - Outras Despesas Correntes		40.490.649		40.490.649
1000 - Recursos Livres da União		32.642.021		32.642.021
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		2.878.495		2.878.495
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		160.431		160.431
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		4.809.702		4.809.702
4 - Investimentos		1.105.376		1.105.376
1000 - Recursos Livres da União		1.105.376		1.105.376
15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte		280.439.376	66.625.352	347.064.728
1 - Pessoal e Encargos Sociais		224.544.547	66.625.352	291.169.899
1000 - Recursos Livres da União		224.544.547		224.544.547
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			66.625.352	66.625.352
3 - Outras Despesas Correntes		53.464.769		53.464.769
1000 - Recursos Livres da União		47.317.492		47.317.492
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		3.098.317		3.098.317
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		257.592		257.592
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		2.791.368		2.791.368
4 - Investimentos		2.430.060		2.430.060
1000 - Recursos Livres da União		2.430.060		2.430.060
15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí		170.993.861	16.615.666	187.609.527
1 - Pessoal e Encargos Sociais		132.948.551	16.615.666	149.564.217
1000 - Recursos Livres da União		132.948.551		132.948.551
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			16.615.666	16.615.666
3 - Outras Despesas Correntes		34.685.380		34.685.380
1000 - Recursos Livres da União		30.754.063		30.754.063
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		2.119.573		2.119.573
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		242.160		242.160
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		1.569.584		1.569.584
4 - Investimentos		3.359.930		3.359.930
1000 - Recursos Livres da União		3.359.930		3.359.930
15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso		342.677.965	45.034.543	387.712.508
1 - Pessoal e Encargos Sociais		277.723.702	45.034.543	322.758.245
1000 - Recursos Livres da União		277.723.702		277.723.702
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			45.034.543	45.034.543
3 - Outras Despesas Correntes		61.888.647		61.888.647
1000 - Recursos Livres da União		56.612.899		56.612.899
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		3.706.369		3.706.369
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		52.635		52.635
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		1.516.744		1.516.744

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	3.065.616		3.065.616
1000 - Recursos Livres da União	3.065.616		3.065.616
15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	254.286.361	49.100.000	303.386.361
1 - Pessoal e Encargos Sociais	198.648.260	49.100.000	247.748.260
1000 - Recursos Livres da União	198.648.260		198.648.260
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		49.100.000	49.100.000
3 - Outras Despesas Correntes	55.416.562		55.416.562
1000 - Recursos Livres da União	49.510.835		49.510.835
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.422.529		3.422.529
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	284.195		284.195
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.199.003		2.199.003
4 - Investimentos	221.539		221.539
1000 - Recursos Livres da União	221.539		221.539
15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	1.741.204.551		1.741.204.551
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.161.342.481		1.161.342.481
1000 - Recursos Livres da União	1.161.342.481		1.161.342.481
3 - Outras Despesas Correntes	579.862.070		579.862.070
1000 - Recursos Livres da União	579.862.070		579.862.070
16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	3.257.935.361	586.830.761	3.844.766.122
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.499.230.376	586.830.761	3.086.061.137
1000 - Recursos Livres da União	2.499.230.376		2.499.230.376
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		586.830.761	586.830.761
3 - Outras Despesas Correntes	741.205.013		741.205.013
1000 - Recursos Livres da União	633.065.328		633.065.328
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	39.679.294		39.679.294
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	49.364.394		49.364.394
1052 - Recursos Livres da UO	1.812.321		1.812.321
1081 - Convênios	6.797.146		6.797.146
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	10.486.530		10.486.530
4 - Investimentos	17.499.972		17.499.972
1000 - Recursos Livres da União	551.329		551.329
1081 - Convênios	15.602.854		15.602.854
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.345.789		1.345.789
16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal	3.257.935.361	586.830.761	3.844.766.122
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.499.230.376	586.830.761	3.086.061.137
1000 - Recursos Livres da União	2.499.230.376		2.499.230.376
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		586.830.761	586.830.761
3 - Outras Despesas Correntes	741.205.013		741.205.013
1000 - Recursos Livres da União	633.065.328		633.065.328
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	39.679.294		39.679.294
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	49.364.394		49.364.394
1052 - Recursos Livres da UO	1.812.321		1.812.321
1081 - Convênios	6.797.146		6.797.146
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	10.486.530		10.486.530
4 - Investimentos	17.499.972		17.499.972
1000 - Recursos Livres da União	551.329		551.329
1081 - Convênios	15.602.854		15.602.854
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.345.789		1.345.789
17000 - Conselho Nacional de Justiça	297.672.796	79.126	297.751.922
1 - Pessoal e Encargos Sociais	105.494.388	79.126	105.573.514
1000 - Recursos Livres da União	105.494.388		105.494.388
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		79.126	79.126
3 - Outras Despesas Correntes	185.934.604		185.934.604
1000 - Recursos Livres da União	185.934.604		185.934.604
4 - Investimentos	6.243.804		6.243.804
1000 - Recursos Livres da União	6.243.804		6.243.804
17101 - Conselho Nacional de Justiça	297.672.796	79.126	297.751.922
1 - Pessoal e Encargos Sociais	105.494.388	79.126	105.573.514
1000 - Recursos Livres da União	105.494.388		105.494.388
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		79.126	79.126
3 - Outras Despesas Correntes	185.934.604		185.934.604
1000 - Recursos Livres da União	185.934.604		185.934.604
4 - Investimentos	6.243.804		6.243.804
1000 - Recursos Livres da União	6.243.804		6.243.804
MINISTÉRIO PÚBLICO	8.564.173.381	920.768.835	9.484.942.216
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.593.296.781	920.749.016	7.514.045.797
1000 - Recursos Livres da União	6.593.296.781		6.593.296.781
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		920.749.016	920.749.016
3 - Outras Despesas Correntes	1.821.098.341	19.819	1.821.118.160
1000 - Recursos Livres da União	1.805.445.552	19.819	1.805.465.371
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	15.652.789		15.652.789
4 - Investimentos	149.778.259		149.778.259
1000 - Recursos Livres da União	149.411.611		149.411.611
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	366.648		366.648
34000 - Ministério Público da União	8.448.925.996	920.261.236	9.369.187.232
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.535.151.116	920.241.417	7.455.392.533
1000 - Recursos Livres da União	6.535.151.116		6.535.151.116
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		920.241.417	920.241.417
3 - Outras Despesas Correntes	1.766.683.823	19.819	1.766.703.642
1000 - Recursos Livres da União	1.751.057.571	19.819	1.751.077.390
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	15.626.252		15.626.252

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	147.091.057		147.091.057
1000 - Recursos Livres da União	146.724.409		146.724.409
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	366.648		366.648
34101 - Ministério Público Federal	4.900.326.995	494.069.328	5.394.396.323
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.814.212.250	494.049.509	4.308.261.759
1000 - Recursos Livres da União	3.814.212.250		3.814.212.250
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		494.049.509	494.049.509
3 - Outras Despesas Correntes	998.325.074	19.819	998.344.893
1000 - Recursos Livres da União	982.792.995	19.819	982.812.814
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	15.532.079		15.532.079
4 - Investimentos	87.789.671		87.789.671
1000 - Recursos Livres da União	87.789.671		87.789.671
34102 - Ministério Público Militar	293.022.860	59.110.380	352.133.240
1 - Pessoal e Encargos Sociais	213.325.763	59.110.380	272.436.143
1000 - Recursos Livres da União	213.325.763		213.325.763
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		59.110.380	59.110.380
3 - Outras Despesas Correntes	70.361.265		70.361.265
1000 - Recursos Livres da União	70.361.265		70.361.265
4 - Investimentos	9.335.832		9.335.832
1000 - Recursos Livres da União	9.335.832		9.335.832
34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	1.106.397.405	106.008.829	1.212.406.234
1 - Pessoal e Encargos Sociais	891.008.435	106.008.829	997.017.264
1000 - Recursos Livres da União	891.008.435		891.008.435
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		106.008.829	106.008.829
3 - Outras Despesas Correntes	198.830.021		198.830.021
1000 - Recursos Livres da União	198.769.936		198.769.936
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	60.085		60.085
4 - Investimentos	16.558.949		16.558.949
1000 - Recursos Livres da União	16.192.301		16.192.301
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	366.648		366.648
34104 - Ministério Público do Trabalho	2.110.944.088	260.774.056	2.371.718.144
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.601.052.066	260.774.056	1.861.826.122
1000 - Recursos Livres da União	1.601.052.066		1.601.052.066
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		260.774.056	260.774.056
3 - Outras Despesas Correntes	476.756.808		476.756.808
1000 - Recursos Livres da União	476.756.808		476.756.808
4 - Investimentos	33.135.214		33.135.214
1000 - Recursos Livres da União	33.135.214		33.135.214
34105 - Escola Superior do Ministério Público da União	38.234.648	298.643	38.533.291
1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.552.602	298.643	15.851.245
1000 - Recursos Livres da União	15.552.602		15.552.602
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		298.643	298.643
3 - Outras Despesas Correntes	22.410.655		22.410.655
1000 - Recursos Livres da União	22.376.567		22.376.567
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	34.088		34.088
4 - Investimentos	271.391		271.391
1000 - Recursos Livres da União	271.391		271.391
59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	115.247.385	507.599	115.754.984
1 - Pessoal e Encargos Sociais	58.145.665	507.599	58.653.264
1000 - Recursos Livres da União	58.145.665		58.145.665
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		507.599	507.599
3 - Outras Despesas Correntes	54.414.518		54.414.518
1000 - Recursos Livres da União	54.387.981		54.387.981
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	26.537		26.537
4 - Investimentos	2.687.202		2.687.202
1000 - Recursos Livres da União	2.687.202		2.687.202
59101 - Conselho Nacional do Ministério Público	115.247.385	507.599	115.754.984
1 - Pessoal e Encargos Sociais	58.145.665	507.599	58.653.264
1000 - Recursos Livres da União	58.145.665		58.145.665
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		507.599	507.599
3 - Outras Despesas Correntes	54.414.518		54.414.518
1000 - Recursos Livres da União	54.387.981		54.387.981
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	26.537		26.537
4 - Investimentos	2.687.202		2.687.202
1000 - Recursos Livres da União	2.687.202		2.687.202
PODER EXECUTIVO	451.334.947.303	1.639.424.652.322	2.090.759.599.625
1 - Pessoal e Encargos Sociais	164.175.798.527	133.434.463.053	297.610.261.580
1000 - Recursos Livres da União	153.982.873.965	59.246.405.483	213.229.279.448
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.710.520.945	16.710.520.945
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		11.300.137.148	11.300.137.148
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		466.618.177	466.618.177
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		9.322.426.222	9.322.426.222
1031 - FUNDAF - PGFN	1.025.454.589		1.025.454.589
1032 - FUNDAF - RFB	6.706.577.549		6.706.577.549
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		4.025.312.381	4.025.312.381
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	422.503.170	401.775.658	824.278.828
1052 - Recursos Livres da UO	2.038.389.254	116.279.142	2.154.668.396
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		29.580.896.564	29.580.896.564
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		2.234.861.325	2.234.861.325
1131 - Recursos Livres do Banco Central do Brasil		29.230.008	29.230.008
2 - Juros e Encargos da Dívida	854.416.887		854.416.887

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

Poder/Órgão/OU	Recursos de Todas as Fontes		
GND/Fonte	Fiscal	Seguridade Social	Total
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.454.932		5.454.932
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	848.961.955		848.961.955
3 - Outras Despesas Correntes			
1000 - Recursos Livres da União	135.750.484.190	1.475.264.823.876	1.611.015.308.066
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social	93.253.222.394	43.479.183.664	136.732.406.058
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		108.587.630.138	108.587.630.138
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		347.393.699.526	347.393.699.526
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		1.385.832.993	1.385.832.993
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		32.540.980	32.540.980
1008 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	2.109.889.483	2.267.086.510	2.267.086.510
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	1.031.612		1.031.612
1010 - Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito		117.000	117.000
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		315.170.803	315.170.803
1014 - Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde	13.786.304.404		13.786.304.404
1015 - Casa da Moeda	165.106.747		165.106.747
1016 - Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União	151.360.841		151.360.841
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	350.000		350.000
1019 - FUNAPOL	469.704.887		469.704.887
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	1.131.145.714		1.131.145.714
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	39.170.587		39.170.587
1025 - Reparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas	23.651.248		23.651.248
1031 - FUNDAF - PGFN	497.685.718		497.685.718
1032 - FUNDAF - RFB	2.289.101.384		2.289.101.384
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	57.010.900		57.010.900
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	314.856.671		314.856.671
1035 - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS		703.296.494	703.296.494
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	28.038.451		28.038.451
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	116.827.296		116.827.296
1039 - Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar		925.106	925.106
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		69.676.364.143	69.676.364.143
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST	18.543.758		18.543.758
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	116.604.636		116.604.636
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		28.969.583.478	28.969.583.478
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	9.793.410.749	331.145.234	10.124.555.983
1052 - Recursos Livres da UO	1.934.132.580	371.730	1.934.504.310
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	167.246.978		167.246.978
1054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		629.933.992.666	629.933.992.666
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	18.193.905		18.193.905
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	2.777.409		2.777.409
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	65.168.928		65.168.928
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	189.242.736		189.242.736
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	47.062.704		47.062.704
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	4.553.644		4.553.644
1067 - Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	13.817.583		13.817.583
1068 - FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	2.000.000		2.000.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	4.404.714		4.404.714
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	287.544.150		287.544.150
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	210.592.496		210.592.496
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	4.368.994		4.368.994
1075 - CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional	118.016		118.016
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	11.608.491		11.608.491
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	6.114.711		6.114.711
1081 - Convênios	40.571.483	3.711.996	44.283.479
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	40.412.168		40.412.168
1084 - FGTS	36.696.219		36.696.219
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	31.353.754		31.353.754
1087 - CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	2.398.257.538		2.398.257.538
1088 - Fundo Aeroaviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroaviário Nacional	6.020.000		6.020.000
1089 - Fundo Aeroaviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	7.470.654		7.470.654
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO	600.000		600.000
1094 - Combate à Fome		5.518	5.518
1095 - Doações Estrangeiras	8.000.000	38.400	8.038.400
1096 - Doações Nacionais	105.570	2.212.057	2.317.627
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e	10.400.000		10.400.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V	Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>Despesas Administrativas/Operacionais</i>			
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	32.500.000		32.500.000
<i>Despesas Administrativas/Operacionais</i>			
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	10.400.000		10.400.000
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	29.900.000		29.900.000
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	917.000.000		917.000.000
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	190.475.281		190.475.281
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	8.125.000		8.125.000
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	160.178.294		160.178.294
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	9.750.000		9.750.000
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	235.300.000		235.300.000
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	32.500.000		32.500.000
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	3.250.000		3.250.000
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	9.100.000		9.100.000
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	5.200.000		5.200.000
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	339.397		339.397
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	89.721.123		89.721.123
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM	8.642.616		8.642.616
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	486.721.368		486.721.368
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	310.929.354		310.929.354
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	897.761.748		897.761.748
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		12.091.957	12.091.957
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		1.762.192.891	1.762.192.891
1128 - Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	26.214.023		26.214.023
1130 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde	167.764.407		167.764.407
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	1.478.365.836	5.461.907.292	6.940.273.128
1134 - Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	145.923.369		145.923.369
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	346.895.676		346.895.676
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	126.000.000		126.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	63.033.236		63.033.236
9001 - Recursos Livres da Seguridade Social		15.450.876.228	15.450.876.228
9002 - Atividades-fim da Seguridade Social		15.029.576.173	15.029.576.173
9040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		1.888.611.541	1.888.611.541
9054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		2.301.675.769	2.301.675.769
9118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	46.640.557		46.640.557
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		200.274.983.589	200.274.983.589
4 - Investimentos			
1000 - Recursos Livres da União	45.024.304.351	11.642.413.937	56.666.718.288
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social	33.144.721.995	442.445.266	33.587.167.261
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		10.984.890.810	10.984.890.810
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		13.870.000	13.870.000
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário		88.195.112	88.195.112
1011 - Destinações da Cide-Combustíveis	101.763		101.763
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP	1.508.952.806		1.508.952.806
1019 - FUNAPOL	5.717.100		5.717.100
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	54.010.544		54.010.544
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	774.616.338		774.616.338
1031 - FUNDAF - PGFN	25.829.413		25.829.413
1032 - FUNDAF - RFB	8.091.820		8.091.820
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	385.000.000		385.000.000
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	72.345.312		72.345.312
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	30.150.000		30.150.000
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	12.452.171		12.452.171
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		2.239.300	2.239.300
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		86.773.449	86.773.449
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	2.255.728.365		2.255.728.365
1052 - Recursos Livres da UO	64.238.414		64.238.414
	123.617.739		123.617.739

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	50.026.010		50.026.010
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	661.519		661.519
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	27.345.236		27.345.236
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	20.757.264		20.757.264
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	200.000		200.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	638.679		638.679
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	10.000.000		10.000.000
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	19.792.041		19.792.041
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	657.249		657.249
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.132.341.904		1.132.341.904
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	593.650		593.650
1081 - Convênios	10.630.768		10.630.768
1082 - Atividades de Avaliação dos Impactos Econômicos e Sociais da Aplicação dos Recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regionais	191.664		191.664
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	29.362.152		29.362.152
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	4.340.246		4.340.246
1095 - Doações Estrangeiras	5.000.000		5.000.000
1096 - Doações Nacionais	1.100.000		1.100.000
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	5.600.000		5.600.000
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	17.500.000		17.500.000
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	5.600.000		5.600.000
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	16.100.000		16.100.000
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	63.000.000		63.000.000
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	4.375.000		4.375.000
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	297.473.975		297.473.975
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	5.250.000		5.250.000
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	126.700.000		126.700.000
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	17.500.000		17.500.000
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	1.750.000		1.750.000
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	4.900.000		4.900.000
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	2.800.000		2.800.000
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	42.679.547		42.679.547
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	903.911.112		903.911.112
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	26.055.867		26.055.867
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	423.472.856		423.472.856
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		24.000.000	24.000.000
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	748.810.989		748.810.989
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	737.153.318		737.153.318
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	1.300.000		1.300.000
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.707.575.632		1.707.575.632
9118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	85.583.893		85.583.893
5 - Inversões Financeiras	40.166.770.256		40.166.770.256
1000 - Recursos Livres da União	11.371.503.328		11.371.503.328
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais	600.000.000		600.000.000
1041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	27.090.465.381		27.090.465.381
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.156.082		10.156.082
1052 - Recursos Livres da UO	174.412.683		174.412.683
1057 - Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	130.544.107		130.544.107
1085 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	5.228.631		5.228.631
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	50.000.000		50.000.000
9041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	734.460.044		734.460.044
6 - Amortização da Dívida	1.333.493.337		1.333.493.337
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	40.199.027		40.199.027
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.293.294.310		1.293.294.310
9 - Reserva de Contingência	64.029.679.755	19.082.951.456	83.112.631.211

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.823.989.646	18.823.989.646
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		258.961.810	258.961.810
1007 - Prevenção de Acidentes de Trânsito	13.000		13.000
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	10.941.454		10.941.454
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP	294.795.279		294.795.279
1015 - Casa da Moeda	759.361		759.361
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	28.661.687		28.661.687
1019 - FUNAPOL	146.837.890		146.837.890
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	891.906.208		891.906.208
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	20.952.932		20.952.932
1026 - Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas	280.783.756		280.783.756
1028 - Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	1.379.367.740		1.379.367.740
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais	55.608.501		55.608.501
1031 - FUNDAF - PGFN	2.744.726.683		2.744.726.683
1032 - FUNDAF - RFB	5.017.403.564		5.017.403.564
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	61.086.401		61.086.401
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	187.512.008		187.512.008
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	177.332.725		177.332.725
1043 - Acordo FCA para Estudos, Obras, Recuperação, Desenvolvimento ou Implantação de Infraestrutura Ligada ao Aperfeiçoamento da Política de Transportes Ferroviários, Inclusive Modalidade Urbana	120.385.983		120.385.983
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	166.521.994		166.521.994
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	295.578.801		295.578.801
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.390.172.045		1.390.172.045
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	131.981.428		131.981.428
1052 - Recursos Livres da UO	40.280.727.040		40.280.727.040
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	356.020.525		356.020.525
1062 - Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM	252.000.000		252.000.000
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	13.536.149		13.536.149
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	93.311.789		93.311.789
1068 - FNDP - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	4.908.791		4.908.791
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	59.520.254		59.520.254
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	13.636.512		13.636.512
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	885.470.218		885.470.218
1078 - Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo	197.052.534		197.052.534
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	319.640.083		319.640.083
1081 - Convênios	84.820.000		84.820.000
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	541.093.012		541.093.012
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	491.081.441		491.081.441
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	15.104.591		15.104.591
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aero náutico	203.534.418		203.534.418
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO	17.619.586		17.619.586
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	13.577.945		13.577.945
1095 - Doações Estrangeiras	18.108.899		18.108.899
1096 - Doações Nacionais	11.900.000		11.900.000
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	121.862.109		121.862.109
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	323.088.977		323.088.977
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	672.852.893		672.852.893
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	4.992.818.869		4.992.818.869
9018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição Gratuita de Prêmios	643.063.680		643.063.680
20000 - Presidência da República	2.957.549.289	402.488.723	3.360.038.012
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.094.366.313	402.488.723	1.496.855.036
1000 - Recursos Livres da União	1.094.366.313	284.430.325	1.378.796.638
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		118.058.398	118.058.398
3 - Outras Despesas Correntes	1.446.360.169		1.446.360.169
1000 - Recursos Livres da União	1.265.949.091		1.265.949.091
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	28.038.451		28.038.451
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	152.334.031		152.334.031
1052 - Recursos Livres da UO	38.596		38.596
4 - Investimentos	139.104.002		139.104.002
1000 - Recursos Livres da União	88.537.396		88.537.396
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	30.150.000		30.150.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.083.000		20.083.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	333.606		333.606
5 - Inversões Financeiras	50.000.000		50.000.000
1000 - Recursos Livres da União	50.000.000		50.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
9 - Reserva de Contingência	227.718.805		227.718.805
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	171.444.696		171.444.696
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	56.274.109		56.274.109
20101 - Presidência da República	1.424.889.527	13.000	1.424.902.527
1 - Pessoal e Encargos Sociais	259.924.140	13.000	259.937.140
1000 - Recursos Livres da União	259.924.140		259.924.140
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.054.165.387		1.054.165.387
1000 - Recursos Livres da União	1.054.165.387		1.054.165.387
4 - Investimentos	60.800.000		60.800.000
1000 - Recursos Livres da União	60.800.000		60.800.000
5 - Inversões Financeiras	50.000.000		50.000.000
1000 - Recursos Livres da União	50.000.000		50.000.000
20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	531.811.955	283.244.741	815.056.696
1 - Pessoal e Encargos Sociais	394.078.699	283.244.741	677.323.440
1000 - Recursos Livres da União	394.078.699	168.042.765	562.121.464
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		115.201.976	115.201.976
3 - Outras Despesas Correntes	114.262.256		114.262.256
1000 - Recursos Livres da União	114.262.256		114.262.256
4 - Investimentos	23.471.000		23.471.000
1000 - Recursos Livres da União	23.137.394		23.137.394
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	333.606		333.606
20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	43.021.153	13.000	43.034.153
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.022.114	13.000	11.035.114
1000 - Recursos Livres da União	11.022.114		11.022.114
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	27.399.039		27.399.039
1000 - Recursos Livres da União	26.678.966		26.678.966
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	681.477		681.477
1052 - Recursos Livres da UO	38.596		38.596
4 - Investimentos	4.600.000		4.600.000
1000 - Recursos Livres da União	4.600.000		4.600.000
202415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	815.065.977		815.065.977
1 - Pessoal e Encargos Sociais	414.474.282		414.474.282
1000 - Recursos Livres da União	414.474.282		414.474.282
3 - Outras Despesas Correntes	198.996.997		198.996.997
1000 - Recursos Livres da União	67.746.992		67.746.992
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	28.038.451		28.038.451
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	103.211.554		103.211.554
4 - Investimentos	30.150.002		30.150.002
1000 - Recursos Livres da União	2		2
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	30.150.000		30.150.000
9 - Reserva de Contingência	171.444.696		171.444.696
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	171.444.696		171.444.696
202927 - Fundo de Imprensa Nacional	142.760.677	119.217.982	261.978.659
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.867.078	119.217.982	134.085.060
1000 - Recursos Livres da União	14.867.078	116.387.560	131.254.638
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.830.422	2.830.422
3 - Outras Despesas Correntes	51.536.490		51.536.490
1000 - Recursos Livres da União	3.095.490		3.095.490
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	48.441.000		48.441.000
4 - Investimentos	20.083.000		20.083.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.083.000		20.083.000
9 - Reserva de Contingência	56.274.109		56.274.109
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	56.274.109		56.274.109
22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	8.217.559.536	2.283.968.540	10.501.528.076
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.933.751.538	2.283.208.330	7.216.959.868
1000 - Recursos Livres da União	4.933.751.538	1.906.394.137	6.840.145.675
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		376.814.193	376.814.193
3 - Outras Despesas Correntes	2.850.072.062	760.210	2.850.832.272
1000 - Recursos Livres da União	2.678.879.243	760.210	2.679.639.453
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	100.375.899		100.375.899
1052 - Recursos Livres da UO	56.369.683		56.369.683
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	2.777.409		2.777.409
1075 - CCCCIN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	118.016		118.016
1081 - Convênios	2.375.960		2.375.960
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM	8.642.616		8.642.616
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	533.236		533.236
4 - Investimentos	257.842.518		257.842.518
1000 - Recursos Livres da União	244.350.810		244.350.810
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.100.000		5.100.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.449.995		5.449.995
1052 - Recursos Livres da UO	2.107.519		2.107.519
1081 - Convênios	834.194		834.194
9 - Reserva de Contingência	175.893.418		175.893.418
1026 - Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas	140.391.878		140.391.878
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	35.377.439		35.377.439
1052 - Recursos Livres da UO	124.101		124.101
22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	4.079.576.430	2.283.245.351	6.362.821.781
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.443.358.155	2.283.208.330	3.726.566.485
1000 - Recursos Livres da União	1.443.358.155	1.906.394.137	3.349.752.292

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			376.814.193	376.814.193
3 - Outras Despesas Correntes		2.452.983.878	37.021	2.453.020.899
1000 - Recursos Livres da União		2.384.542.918	37.021	2.384.579.939
1052 - Recursos Livres da UO		56.369.683		56.369.683
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares		2.777.409		2.777.409
1075 - CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional		118.016		118.016
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM		8.642.616		8.642.616
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		533.236		533.236
4 - Investimentos		42.842.519		42.842.519
1000 - Recursos Livres da União		38.635.000		38.635.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		100.000		100.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		2.000.000		2.000.000
1052 - Recursos Livres da UO		2.107.519		2.107.519
9 - Reserva de Contingência		140.391.878		140.391.878
1026 - Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas		140.391.878		140.391.878
22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA		4.062.481.566	723.189	4.063.204.755
1 - Pessoal e Encargos Sociais		3.490.393.383		3.490.393.383
1000 - Recursos Livres da União		3.490.393.383		3.490.393.383
3 - Outras Despesas Correntes		362.088.184	723.189	362.811.373
1000 - Recursos Livres da União		294.336.325	723.189	295.059.514
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		65.375.899		65.375.899
1081 - Convênios		2.375.960		2.375.960
4 - Investimentos		209.999.999		209.999.999
1000 - Recursos Livres da União		205.715.810		205.715.810
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		3.449.995		3.449.995
1081 - Convênios		834.194		834.194
22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira		75.501.540		75.501.540
3 - Outras Despesas Correntes		35.000.000		35.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		35.000.000		35.000.000
4 - Investimentos		5.000.000		5.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		5.000.000		5.000.000
9 - Reserva de Contingência		35.501.540		35.501.540
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		35.377.439		35.377.439
1052 - Recursos Livres da UO		124.101		124.101
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		10.516.868.746	1.904.008.943	12.420.877.689
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.161.424.165	1.903.940.935	3.065.365.100
1000 - Recursos Livres da União		1.161.424.165	622.948	1.162.047.113
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			374.260.876	374.260.876
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal			1.529.057.111	1.529.057.111
3 - Outras Despesas Correntes		7.214.636.104	68.008	7.214.704.112
1000 - Recursos Livres da União		2.861.572.188	68.008	2.861.640.196
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.811.360.800		1.811.360.800
1052 - Recursos Livres da UO		278.666.610		278.666.610
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos		18.193.905		18.193.905
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas		47.062.704		47.062.704
1081 - Convênios		10.000.000		10.000.000
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		10.400.000		10.400.000
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		32.500.000		32.500.000
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		10.400.000		10.400.000
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		29.900.000		29.900.000
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		917.000.000		917.000.000
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras		190.475.281		190.475.281
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		8.125.000		8.125.000
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		160.178.294		160.178.294
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		9.750.000		9.750.000
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		235.300.000		235.300.000
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		32.500.000		32.500.000
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		3.250.000		3.250.000
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		9.100.000		9.100.000
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		5.200.000		5.200.000
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM		339.397		339.397
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		486.721.368		486.721.368
9118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas		46.640.557		46.640.557

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V	Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>Administrativas/Operacionais</i>			
4 - Investimentos	1.968.946.368		1.968.946.368
1000 - Recursos Livres da União	192.911.705		192.911.705
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	217.329.164		217.329.164
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	661.519		661.519
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	5.600.000		5.600.000
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	17.500.000		17.500.000
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	5.600.000		5.600.000
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	16.100.000		16.100.000
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	63.000.000		63.000.000
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	4.375.000		4.375.000
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	297.473.975		297.473.975
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	5.250.000		5.250.000
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	126.700.000		126.700.000
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	17.500.000		17.500.000
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	1.750.000		1.750.000
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	4.900.000		4.900.000
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	2.800.000		2.800.000
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	903.911.112		903.911.112
9118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	85.583.893		85.583.893
5 - Inversões Financeiras	50.000.000		50.000.000
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	50.000.000		50.000.000
9 - Reserva de Contingência	121.862.109		121.862.109
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	121.862.109		121.862.109
24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta	1.658.841.168	1.358.909.071	3.017.750.239
1 - Pessoal e Encargos Sociais	627.178.421	1.358.909.071	1.986.087.492
1000 - Recursos Livres da União	627.178.421		627.178.421
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		211.566.415	211.566.415
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		1.147.342.656	1.147.342.656
3 - Outras Despesas Correntes	855.063.553		855.063.553
1000 - Recursos Livres da União	853.104.133		853.104.133
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.620.023		1.620.023
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	339.397		339.397
4 - Investimentos	54.737.085		54.737.085
1000 - Recursos Livres da União	54.737.085		54.737.085
9 - Reserva de Contingência	121.862.109		121.862.109
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	121.862.109		121.862.109
24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	1.925.035.836	142.497.147	2.067.532.983
1 - Pessoal e Encargos Sociais	80.970.935	142.497.147	223.468.082
1000 - Recursos Livres da União	80.970.935		80.970.935
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		25.485.948	25.485.948
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		117.011.199	117.011.199
3 - Outras Despesas Correntes	1.786.377.647		1.786.377.647
1000 - Recursos Livres da União	1.728.697.570		1.728.697.570
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	617.373		617.373
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	47.062.704		47.062.704
1081 - Convênios	10.000.000		10.000.000
4 - Investimentos	57.687.254		57.687.254
1000 - Recursos Livres da União	57.687.254		57.687.254
24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear	755.374.736	401.972.628	1.157.347.364
1 - Pessoal e Encargos Sociais	417.372.405	401.904.620	819.277.025
1000 - Recursos Livres da União	417.372.405	622.948	417.995.353
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		136.578.416	136.578.416
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		264.703.256	264.703.256
3 - Outras Despesas Correntes	302.494.150	68.008	302.562.158
1000 - Recursos Livres da União	178.019.770	68.008	178.087.778
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	106.280.475		106.280.475
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	18.193.905		18.193.905

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
4 - Investimentos		35.508.181		35.508.181
1000 - Recursos Livres da União		20.449.665		20.449.665
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		14.396.997		14.396.997
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos		661.519		661.519
24205 - Agência Espacial Brasileira		151.575.212	630.097	152.205.309
1 - Pessoal e Encargos Sociais		13.937.150	630.097	14.567.247
1000 - Recursos Livres da União		13.937.150		13.937.150
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			630.097	630.097
3 - Outras Despesas Correntes		82.534.679		82.534.679
1000 - Recursos Livres da União		82.534.679		82.534.679
4 - Investimentos		55.103.383		55.103.383
1000 - Recursos Livres da União		55.103.383		55.103.383
24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC		46.233.179		46.233.179
1 - Pessoal e Encargos Sociais		21.965.254		21.965.254
1000 - Recursos Livres da União		21.965.254		21.965.254
3 - Outras Despesas Correntes		19.333.607		19.333.607
1000 - Recursos Livres da União		19.216.036		19.216.036
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		117.571		117.571
4 - Investimentos		4.934.318		4.934.318
1000 - Recursos Livres da União		4.934.318		4.934.318
24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		5.979.808.615		5.979.808.615
3 - Outras Despesas Correntes		4.168.832.468		4.168.832.468
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.702.725.358		1.702.725.358
1052 - Recursos Livres da UO		278.666.610		278.666.610
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		10.400.000		10.400.000
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		32.500.000		32.500.000
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		10.400.000		10.400.000
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		29.900.000		29.900.000
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		917.000.000		917.000.000
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras		190.475.281		190.475.281
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		8.125.000		8.125.000
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		160.178.294		160.178.294
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		9.750.000		9.750.000
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		235.300.000		235.300.000
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		32.500.000		32.500.000
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		3.250.000		3.250.000
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		9.100.000		9.100.000
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		5.200.000		5.200.000
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		486.721.368		486.721.368
9118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		46.640.557		46.640.557
4 - Investimentos		1.760.976.147		1.760.976.147
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		202.932.167		202.932.167
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		5.600.000		5.600.000
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		17.500.000		17.500.000
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		5.600.000		5.600.000
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		16.100.000		16.100.000
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		63.000.000		63.000.000
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		4.375.000		4.375.000
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		297.473.975		297.473.975
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		5.250.000		5.250.000
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		126.700.000		126.700.000
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		17.500.000		17.500.000
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		1.750.000		1.750.000
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		4.900.000		4.900.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	2.800.000		2.800.000
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	903.911.112		903.911.112
9118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	85.583.893		85.583.893
5 - Inversões Financeiras	50.000.000		50.000.000
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	50.000.000		50.000.000
25000 - Ministério da Fazenda	23.039.676.378	10.538.329.341	33.578.005.719
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.503.045.084	10.537.956.611	19.041.001.695
1000 - Recursos Livres da União	426.968.743	1.089.329.257	1.516.298.000
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		6.694.795.680	6.694.795.680
1031 - FUNDAF - PGFN	1.025.454.589		1.025.454.589
1032 - FUNDAF - RFB	6.706.577.549		6.706.577.549
1052 - Recursos Livres da UO	344.044.203	92.894.655	436.938.858
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.955.132.805	1.955.132.805
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		705.804.214	705.804.214
3 - Outras Despesas Correntes	5.032.020.378	372.730	5.032.393.108
1000 - Recursos Livres da União	602.530.564	1.000	602.531.564
1015 - Casa da Moeda	165.106.747		165.106.747
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	350.000		350.000
1031 - FUNDAF - PGFN	497.685.718		497.685.718
1032 - FUNDAF - RFB	2.289.101.384		2.289.101.384
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.434.585.490		1.434.585.490
1052 - Recursos Livres da UO	42.660.475	371.730	43.032.205
4 - Investimentos	450.949.537		450.949.537
1000 - Recursos Livres da União	49.209.342		49.209.342
1031 - FUNDAF - PGFN	8.091.820		8.091.820
1032 - FUNDAF - RFB	385.000.000		385.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.100.000		2.100.000
1052 - Recursos Livres da UO	5.748.375		5.748.375
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	800.000		800.000
9 - Reserva de Contingência	9.053.661.379		9.053.661.379
1015 - Casa da Moeda	759.361		759.361
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	28.661.687		28.661.687
1031 - FUNDAF - PGFN	2.744.726.683		2.744.726.683
1032 - FUNDAF - RFB	5.017.403.564		5.017.403.564
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	22.613.450		22.613.450
1052 - Recursos Livres da UO	596.432.954		596.432.954
9018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição Gratuita de Prêmios	643.063.680		643.063.680
25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta	1.751.224.016	1.890.179.082	3.641.403.098
1 - Pessoal e Encargos Sociais	426.708.743	1.890.178.082	2.316.886.825
1000 - Recursos Livres da União	426.708.743	1.089.329.257	1.516.038.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		95.044.611	95.044.611
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		705.804.214	705.804.214
3 - Outras Despesas Correntes	602.780.564	1.000	602.781.564
1000 - Recursos Livres da União	602.430.564	1.000	602.431.564
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	350.000		350.000
4 - Investimentos	50.009.342		50.009.342
1000 - Recursos Livres da União	49.209.342		49.209.342
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	800.000		800.000
9 - Reserva de Contingência	671.725.367		671.725.367
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	28.661.687		28.661.687
9018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição Gratuita de Prêmios	643.063.680		643.063.680
25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	14.564.470.677	8.317.994.503	22.882.465.180
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.706.837.549	8.317.994.503	15.024.832.052
1000 - Recursos Livres da União	260.000		260.000
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		6.694.795.680	6.694.795.680
1032 - FUNDAF - RFB	6.706.577.549		6.706.577.549
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.623.198.823	1.623.198.823
3 - Outras Despesas Correntes	2.454.470.203		2.454.470.203
1015 - Casa da Moeda	165.106.747		165.106.747
1032 - FUNDAF - RFB	2.289.101.384		2.289.101.384
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	262.072		262.072
4 - Investimentos	385.000.000		385.000.000
1032 - FUNDAF - RFB	385.000.000		385.000.000
9 - Reserva de Contingência	5.018.162.925		5.018.162.925
1015 - Casa da Moeda	759.361		759.361
1032 - FUNDAF - RFB	5.017.403.564		5.017.403.564
25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	4.276.058.810	158.304.172	4.434.362.982
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.025.454.589	158.304.172	1.183.758.761
1031 - FUNDAF - PGFN	1.025.454.589		1.025.454.589
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		158.304.172	158.304.172

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	497.785.718		497.785.718
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
1031 - FUNDAF - PGFN	497.685.718		497.685.718
4 - Investimentos	8.091.820		8.091.820
1031 - FUNDAF - PGFN	8.091.820		8.091.820
9 - Reserva de Contingência	2.744.726.683		2.744.726.683
1031 - FUNDAF - PGFN	2.744.726.683		2.744.726.683
25203 - Comissão de Valores Mobiliários	805.408.953	81.903.276	887.312.229
1 - Pessoal e Encargos Sociais	194.798.568	81.903.276	276.701.844
1052 - Recursos Livres da UO	194.798.568	37.137.324	231.935.892
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		44.765.952	44.765.952
3 - Outras Despesas Correntes	38.870.310		38.870.310
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	789.768		789.768
1052 - Recursos Livres da UO	38.080.542		38.080.542
4 - Investimentos	5.748.375		5.748.375
1052 - Recursos Livres da UO	5.748.375		5.748.375
9 - Reserva de Contingência	565.991.700		565.991.700
1052 - Recursos Livres da UO	565.991.700		565.991.700
25208 - Superintendência de Seguros Privados	228.880.272	89.948.308	318.828.580
1 - Pessoal e Encargos Sociais	199.245.635	89.576.578	238.822.213
1052 - Recursos Livres da UO	149.245.635	55.757.331	205.002.966
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		33.819.247	33.819.247
3 - Outras Despesas Correntes	24.479.933	371.730	24.851.663
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	19.900.000		19.900.000
1052 - Recursos Livres da UO	4.579.933		4.579.933
4 - Investimentos	2.100.000	371.730	2.471.730
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.100.000		2.100.000
9 - Reserva de Contingência	53.054.704		53.054.704
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	22.613.450		22.613.450
1052 - Recursos Livres da UO	30.441.254		30.441.254
25903 - Fundo de Compensação e Variações Salariais	1.413.633.650		1.413.633.650
3 - Outras Despesas Correntes	1.413.633.650		1.413.633.650
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.413.633.650		1.413.633.650
26000 - Ministério da Educação	140.061.121.982	40.519.455.308	180.580.577.290
1 - Pessoal e Encargos Sociais	50.942.659.717	32.864.744.368	83.807.404.085
1000 - Recursos Livres da União	50.942.659.717	16.859.007.344	67.801.667.061
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		21.104.453	21.104.453
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		15.984.632.571	15.984.632.571
3 - Outras Despesas Correntes	78.139.208.594	7.569.910.933	85.709.119.527
1000 - Recursos Livres da União	59.360.548.402	1.480.249.060	60.840.797.462
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		32.540.980	32.540.980
1008 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	2.109.889.483		2.109.889.483
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		315.170.803	315.170.803
1014 - Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde	13.786.304.404		13.786.304.404
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		276.292.402	276.292.402
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	916.755.920		916.755.920
1052 - Recursos Livres da UO	20.129		20.129
1081 - Convênios	21.417.051	3.711.996	25.129.047
1095 - Doações Estrangeiras		38.400	38.400
1096 - Doações Nacionais	5.570		5.570
1128 - Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	26.214.023		26.214.023
1130 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde	167.764.407		167.764.407
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	1.478.365.836	5.461.907.292	6.940.273.128
1134 - Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	145.923.369		145.923.369
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	126.000.000		126.000.000
4 - Investimentos	5.986.434.802	84.800.007	6.071.234.809
1000 - Recursos Livres da União	5.116.659.035	67.400.007	5.184.059.042
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social		2.047.552	2.047.552
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		15.352.448	15.352.448
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	100.884.584		100.884.584
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	11.160.543		11.160.543
1081 - Convênios	7.819.651		7.819.651
1096 - Doações Nacionais	1.100.000		1.100.000
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	748.810.989		748.810.989
9 - Reserva de Contingência	4.992.818.869		4.992.818.869
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	4.992.818.869		4.992.818.869
26101 - Ministério da Educação - Administração Direta	4.064.466.868	1.179.736.526	5.244.203.394
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.301.912.466	249.140.363	1.551.052.829
1000 - Recursos Livres da União	1.301.912.466	214.761.876	1.516.674.342
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		34.378.487	34.378.487
3 - Outras Despesas Correntes	1.387.085.194	930.596.163	2.317.681.357
1000 - Recursos Livres da União	1.387.085.194	615.425.360	2.002.510.554
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		315.170.803	315.170.803
4 - Investimentos	1.375.469.208		1.375.469.208
1000 - Recursos Livres da União	1.375.469.208		1.375.469.208
26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos	93.157.150	61.689.264	154.846.414
1 - Pessoal e Encargos Sociais	64.196.592	61.689.264	125.885.856

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	64.196.592		64.196.592
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		61.689.264	61.689.264
3 - Outras Despesas Correntes	27.890.557		27.890.557
1000 - Recursos Livres da União	27.890.557		27.890.557
4 - Investimentos	1.070.001		1.070.001
1000 - Recursos Livres da União	1.070.001		1.070.001
26105 - Instituto Benjamin Constant	68.642.941	38.523.597	107.166.538
1 - Pessoal e Encargos Sociais	43.705.831	37.709.217	81.415.048
1000 - Recursos Livres da União	43.705.831		43.705.831
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		21.104.453	21.104.453
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		16.604.764	16.604.764
3 - Outras Despesas Correntes	23.010.460	814.380	23.824.840
1000 - Recursos Livres da União	23.010.460	814.380	23.824.840
4 - Investimentos	1.926.650		1.926.650
1000 - Recursos Livres da União	1.926.650		1.926.650
26201 - Colégio Pedro II	477.666.789	318.629.532	796.296.321
1 - Pessoal e Encargos Sociais	385.632.651	318.629.532	704.262.183
1000 - Recursos Livres da União	385.632.651	163.569.036	549.201.687
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		155.060.496	155.060.496
3 - Outras Despesas Correntes	91.853.636		91.853.636
1000 - Recursos Livres da União	89.916.753		89.916.753
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.936.883		1.936.883
4 - Investimentos	180.502		180.502
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	180.502		180.502
26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	239.490.130	4.898.101	244.388.231
1 - Pessoal e Encargos Sociais	188.318.381	4.898.101	193.216.482
1000 - Recursos Livres da União	188.318.381		188.318.381
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.898.101	4.898.101
3 - Outras Despesas Correntes	49.415.138		49.415.138
1000 - Recursos Livres da União	49.176.711		49.176.711
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	238.427		238.427
4 - Investimentos	1.756.611		1.756.611
1000 - Recursos Livres da União	1.756.611		1.756.611
26231 - Universidade Federal de Alagoas	718.768.409	275.022.788	993.791.197
1 - Pessoal e Encargos Sociais	575.184.603	274.993.537	850.178.140
1000 - Recursos Livres da União	575.184.603	17.147.743	592.332.346
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		257.845.794	257.845.794
3 - Outras Despesas Correntes	142.197.799	29.251	142.227.050
1000 - Recursos Livres da União	134.239.643	29.251	134.268.894
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.950.164		7.950.164
1052 - Recursos Livres da UO	7.992		7.992
4 - Investimentos	1.386.007		1.386.007
1000 - Recursos Livres da União	386.007		386.007
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
26232 - Universidade Federal da Bahia	1.216.990.129	692.622.441	1.909.612.570
1 - Pessoal e Encargos Sociais	956.909.737	692.589.534	1.649.499.271
1000 - Recursos Livres da União	956.909.737	264.778.954	1.221.688.691
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		427.810.580	427.810.580
3 - Outras Despesas Correntes	251.046.986	32.907	251.079.893
1000 - Recursos Livres da União	227.861.462	32.907	227.894.369
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	23.185.524		23.185.524
4 - Investimentos	9.033.406		9.033.406
1000 - Recursos Livres da União	6.173.134		6.173.134
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.860.272		2.860.272
26233 - Universidade Federal do Ceará	1.102.709.304	536.116.833	1.638.826.137
1 - Pessoal e Encargos Sociais	880.305.289	536.018.730	1.416.324.019
1000 - Recursos Livres da União	880.305.289	143.633.015	1.023.938.304
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		392.385.715	392.385.715
3 - Outras Despesas Correntes	218.043.827	98.103	218.141.930
1000 - Recursos Livres da União	210.527.556	98.103	210.625.659
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.516.271		7.516.271
4 - Investimentos	4.360.188		4.360.188
1000 - Recursos Livres da União	2.861.791		2.861.791
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	709.681		709.681
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	788.716		788.716
26234 - Universidade Federal do Espírito Santo	783.541.742	326.755.483	1.110.297.225
1 - Pessoal e Encargos Sociais	619.607.753	326.664.988	946.272.741
1000 - Recursos Livres da União	619.607.753	131.079.559	750.687.312
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		195.585.429	195.585.429
3 - Outras Despesas Correntes	157.751.988	90.495	157.842.483
1000 - Recursos Livres da União	140.172.167	90.495	140.262.662
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	17.579.821		17.579.821
4 - Investimentos	6.182.001		6.182.001
1000 - Recursos Livres da União	32.001		32.001
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.150.000		6.150.000
26235 - Universidade Federal de Goiás	903.266.986	460.680.475	1.363.947.461
1 - Pessoal e Encargos Sociais	728.811.616	460.661.279	1.189.472.895
1000 - Recursos Livres da União	728.811.616	123.464.031	852.275.647
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		337.197.248	337.197.248
3 - Outras Despesas Correntes	170.026.302	19.196	170.045.498
1000 - Recursos Livres da União	157.026.302	19.196	157.045.498

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	13.000.000		13.000.000
4 - Investimentos	4.429.068		4.429.068
1000 - Recursos Livres da União	244.159		244.159
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.184.909		4.184.909
26236 - Universidade Federal Fluminense	1.516.806.620	897.921.502	2.414.728.122
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.238.360.279	897.711.789	2.136.072.068
1000 - Recursos Livres da União	1.238.360.279	326.288.525	1.564.648.804
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		571.423.264	571.423.264
3 - Outras Despesas Correntes	271.197.447	209.713	271.407.160
1000 - Recursos Livres da União	247.932.443	209.713	248.142.156
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	23.265.004		23.265.004
4 - Investimentos	7.248.894		7.248.894
1000 - Recursos Livres da União	5.248.894		5.248.894
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.000.000		2.000.000
26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora	894.752.939	263.912.038	1.158.664.977
1 - Pessoal e Encargos Sociais	604.597.869	263.912.038	868.509.907
1000 - Recursos Livres da União	604.597.869		604.597.869
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		263.912.038	263.912.038
3 - Outras Despesas Correntes	283.298.383		283.298.383
1000 - Recursos Livres da União	143.534.482		143.534.482
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	139.763.901		139.763.901
4 - Investimentos	6.856.687		6.856.687
1000 - Recursos Livres da União	30.001		30.001
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.826.686		6.826.686
26238 - Universidade Federal de Minas Gerais	1.557.646.022	900.187.031	2.457.833.053
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.219.792.020	899.936.297	2.119.728.317
1000 - Recursos Livres da União	1.219.792.020	346.437.235	1.566.229.255
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		553.499.062	553.499.062
3 - Outras Despesas Correntes	336.353.940	250.734	336.604.674
1000 - Recursos Livres da União	308.558.131	250.734	308.808.865
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	27.795.809		27.795.809
4 - Investimentos	1.500.062		1.500.062
1000 - Recursos Livres da União	1.000.062		1.000.062
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	500.000		500.000
26239 - Universidade Federal do Pará	1.257.276.865	432.284.996	1.689.561.861
1 - Pessoal e Encargos Sociais	989.853.143	432.284.996	1.422.138.139
1000 - Recursos Livres da União	989.853.143		989.853.143
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		432.284.996	432.284.996
3 - Outras Despesas Correntes	255.245.582		255.245.582
1000 - Recursos Livres da União	237.409.699		237.409.699
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	14.734.800		14.734.800
1081 - Convênios	3.101.083		3.101.083
4 - Investimentos	12.178.140		12.178.140
1000 - Recursos Livres da União	8.478.159		8.478.159
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.000.000		3.000.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	699.981		699.981
26240 - Universidade Federal da Paraíba	1.258.778.505	711.343.541	1.970.122.046
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.038.371.735	711.342.541	1.749.714.276
1000 - Recursos Livres da União	1.038.371.735	226.594.196	1.264.965.931
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		484.748.345	484.748.345
3 - Outras Despesas Correntes	210.691.676	1.000	210.692.676
1000 - Recursos Livres da União	201.974.038	1.000	201.975.038
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.717.638		8.717.638
4 - Investimentos	9.715.094		9.715.094
1000 - Recursos Livres da União	9.111.894		9.111.894
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	400.000		400.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	203.200		203.200
26241 - Universidade Federal do Paraná	1.270.245.944	663.956.860	1.934.202.804
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.011.746.249	663.742.963	1.675.489.212
1000 - Recursos Livres da União	1.011.746.249	32.804.135	1.044.550.384
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		630.938.828	630.938.828
3 - Outras Despesas Correntes	250.559.810	213.897	250.773.707
1000 - Recursos Livres da União	229.935.789	213.897	230.149.686
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.337.246		16.337.246
1081 - Convênios	4.286.775		4.286.775
4 - Investimentos	7.939.885		7.939.885
1000 - Recursos Livres da União	5.100.001		5.100.001
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.700.000		1.700.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	534.241		534.241
1081 - Convênios	605.643		605.643
26242 - Universidade Federal de Pernambuco	1.276.313.239	551.191.945	1.827.505.184
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.026.719.673	551.161.312	1.577.880.985
1000 - Recursos Livres da União	1.026.719.673	85.899.151	1.112.618.824
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		465.262.161	465.262.161
3 - Outras Despesas Correntes	230.444.925	30.633	230.475.558
1000 - Recursos Livres da União	210.659.095	30.633	210.689.728
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.145.130		16.145.130
1081 - Convênios	3.640.700		3.640.700
4 - Investimentos	19.148.641		19.148.641
1000 - Recursos Livres da União	17.669.617		17.669.617
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.479.024		1.479.024

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1.246.421.219	685.362.851	1.931.784.070
1 - Pessoal e Encargos Sociais	984.258.418	685.329.944	1.669.588.362
1000 - Recursos Livres da União	984.258.418	246.793.530	1.231.051.948
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		438.536.414	438.536.414
3 - Outras Despesas Correntes	257.626.777	32.907	257.659.684
1000 - Recursos Livres da União	237.601.329	32.907	237.634.236
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.025.448		20.025.448
4 - Investimentos	4.536.024		4.536.024
1000 - Recursos Livres da União	1.060.741		1.060.741
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.475.283		3.475.283
26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.431.953.580	796.079.686	2.228.033.266
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.161.106.590	796.077.386	1.957.183.976
1000 - Recursos Livres da União	1.161.106.590	269.667.936	1.430.774.526
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		526.409.450	526.409.450
3 - Outras Despesas Correntes	262.836.990	2.300	262.839.290
1000 - Recursos Livres da União	238.698.774	2.300	238.701.074
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	24.138.216		24.138.216
4 - Investimentos	8.010.000		8.010.000
1000 - Recursos Livres da União	4.010.000		4.010.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.000.000		4.000.000
26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro	2.335.293.174	1.331.606.056	3.666.899.230
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.827.978.994	1.331.055.466	3.159.034.460
1000 - Recursos Livres da União	1.827.978.994	509.501.018	2.337.480.012
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		821.554.448	821.554.448
3 - Outras Despesas Correntes	492.076.065	550.590	492.626.655
1000 - Recursos Livres da União	428.492.764	550.590	429.043.354
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	63.583.301		63.583.301
4 - Investimentos	15.238.115		15.238.115
1000 - Recursos Livres da União	14.238.115		14.238.115
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
26246 - Universidade Federal de Santa Catarina	1.244.561.906	632.189.637	1.876.751.543
1 - Pessoal e Encargos Sociais	983.363.188	632.136.102	1.615.499.290
1000 - Recursos Livres da União	983.363.188	204.427.517	1.187.790.705
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		427.708.585	427.708.585
3 - Outras Despesas Correntes	250.145.518	53.535	250.199.053
1000 - Recursos Livres da União	207.264.928	53.535	207.318.463
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	42.880.590		42.880.590
4 - Investimentos	11.053.200		11.053.200
1000 - Recursos Livres da União	6.553.200		6.553.200
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.500.000		4.500.000
26247 - Universidade Federal de Santa Maria	989.713.671	449.809.574	1.439.523.245
1 - Pessoal e Encargos Sociais	807.152.769	449.590.193	1.256.742.962
1000 - Recursos Livres da União	807.152.769	85.817.413	892.970.182
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		363.772.780	363.772.780
3 - Outras Despesas Correntes	180.849.632	219.381	181.069.013
1000 - Recursos Livres da União	177.113.187	219.381	177.332.568
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.736.445		3.736.445
4 - Investimentos	1.711.270		1.711.270
1000 - Recursos Livres da União	1.200.001		1.200.001
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	511.269		511.269
26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco	539.584.080	197.989.168	737.573.248
1 - Pessoal e Encargos Sociais	441.220.792	197.989.168	639.209.960
1000 - Recursos Livres da União	441.220.792		441.220.792
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		197.989.168	197.989.168
3 - Outras Despesas Correntes	97.131.495		97.131.495
1000 - Recursos Livres da União	95.525.127		95.525.127
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.606.368		1.606.368
4 - Investimentos	1.231.793		1.231.793
1000 - Recursos Livres da União	1.231.793		1.231.793
26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	594.679.518	220.134.850	814.814.368
1 - Pessoal e Encargos Sociais	489.098.848	220.134.850	709.233.698
1000 - Recursos Livres da União	489.098.848	962.595	490.061.443
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		219.172.255	219.172.255
3 - Outras Despesas Correntes	101.806.782		101.806.782
1000 - Recursos Livres da União	99.202.553		99.202.553
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.604.229		2.604.229
4 - Investimentos	3.773.888		3.773.888
1000 - Recursos Livres da União	3.286.508		3.286.508
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	487.380		487.380
26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima	256.577.092	37.207.235	293.784.327
1 - Pessoal e Encargos Sociais	202.285.324	37.207.235	239.492.559
1000 - Recursos Livres da União	202.285.324		202.285.324
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		37.207.235	37.207.235
3 - Outras Despesas Correntes	49.682.672		49.682.672
1000 - Recursos Livres da União	47.448.437		47.448.437
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.234.235		2.234.235
4 - Investimentos	4.609.096		4.609.096
1000 - Recursos Livres da União	4.609.096		4.609.096
26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins	362.634.786	10.966.943	373.601.729
1 - Pessoal e Encargos Sociais	278.696.953	10.966.943	289.663.896
1000 - Recursos Livres da União	278.696.953		278.696.953

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		10.966.943	10.966.943
3 - Outras Despesas Correntes	83.060.398		83.060.398
1000 - Recursos Livres da União	76.085.063		76.085.063
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.975.335		6.975.335
4 - Investimentos	877.435		877.435
1000 - Recursos Livres da União	877.435		877.435
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	640.936.776	204.175.218	845.111.994
1 - Pessoal e Encargos Sociais	521.904.184	204.175.218	726.079.402
1000 - Recursos Livres da União	521.904.184		521.904.184
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		204.175.218	204.175.218
3 - Outras Despesas Correntes	115.808.876		115.808.876
1000 - Recursos Livres da União	115.331.824		115.331.824
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	474.408		474.408
1052 - Recursos Livres da UO	2.644		2.644
4 - Investimentos	3.223.716		3.223.716
1000 - Recursos Livres da União	3.223.716		3.223.716
26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia	257.111.497	51.459.369	308.570.866
1 - Pessoal e Encargos Sociais	197.318.558	51.459.369	248.777.927
1000 - Recursos Livres da União	197.318.558		197.318.558
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		51.459.369	51.459.369
3 - Outras Despesas Correntes	52.989.065		52.989.065
1000 - Recursos Livres da União	52.353.911		52.353.911
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	635.154		635.154
4 - Investimentos	6.803.874		6.803.874
1000 - Recursos Livres da União	6.803.874		6.803.874
26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	330.151.497	160.976.407	491.127.904
1 - Pessoal e Encargos Sociais	264.618.775	160.931.927	425.550.702
1000 - Recursos Livres da União	264.618.775		311.106.665
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		114.444.037	114.444.037
3 - Outras Despesas Correntes	61.883.804	44.480	61.928.284
1000 - Recursos Livres da União	60.874.534	44.480	60.919.014
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.009.270		1.009.270
4 - Investimentos	3.648.918		3.648.918
1000 - Recursos Livres da União	3.248.918		3.248.918
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	400.000		400.000
26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	339.084.482	16.701.334	355.785.816
1 - Pessoal e Encargos Sociais	275.354.259	16.701.334	292.055.593
1000 - Recursos Livres da União	275.354.259		275.354.259
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		16.701.334	16.701.334
3 - Outras Despesas Correntes	63.220.223		63.220.223
1000 - Recursos Livres da União	61.173.940		61.173.940
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.040.713		2.040.713
1096 - Doações Nacionais	5.570		5.570
4 - Investimentos	510.000		510.000
1000 - Recursos Livres da União	510.000		510.000
26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	356.686.793	129.765.168	486.451.961
1 - Pessoal e Encargos Sociais	290.164.308	129.765.168	419.929.476
1000 - Recursos Livres da União	290.164.308	495.319	290.659.627
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		129.269.849	129.269.849
3 - Outras Despesas Correntes	59.708.359		59.708.359
1000 - Recursos Livres da União	58.654.828		58.654.828
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.053.531		1.053.531
4 - Investimentos	6.814.126		6.814.126
1000 - Recursos Livres da União	4.000.000		4.000.000
1081 - Convênios	2.814.126		2.814.126
26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	445.029.865	125.437.260	570.467.125
1 - Pessoal e Encargos Sociais	363.399.619	125.437.260	488.836.879
1000 - Recursos Livres da União	363.399.619		363.399.619
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		125.437.260	125.437.260
3 - Outras Despesas Correntes	80.630.246		80.630.246
1000 - Recursos Livres da União	76.252.412		76.252.412
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.377.834		4.377.834
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	1.056.756.567	177.333.741	1.234.090.308
1 - Pessoal e Encargos Sociais	861.312.094	177.333.741	1.038.645.835
1000 - Recursos Livres da União	861.312.094		861.312.094
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		177.333.741	177.333.741
3 - Outras Despesas Correntes	190.821.249		190.821.249
1000 - Recursos Livres da União	190.083.998		190.083.998
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	737.251		737.251
4 - Investimentos	4.623.224		4.623.224
1000 - Recursos Livres da União	10.000		10.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.613.224		4.613.224
26260 - Universidade Federal de Alfenas	263.939.401	37.648.416	301.587.817
1 - Pessoal e Encargos Sociais	209.647.756	37.648.416	247.296.172
1000 - Recursos Livres da União	209.647.756		209.647.756
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		37.648.416	37.648.416
3 - Outras Despesas Correntes	52.978.245		52.978.245
1000 - Recursos Livres da União	50.166.008		50.166.008
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.812.237		2.812.237

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	1.313.400		1.313.400
1000 - Recursos Livres da União	1.313.400		1.313.400
26261 - Universidade Federal de Itajubá	232.434.892	60.422.999	292.857.891
1 - Pessoal e Encargos Sociais	181.895.760	60.422.999	242.318.759
1000 - Recursos Livres da União	181.895.760		181.895.760
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		60.422.999	60.422.999
3 - Outras Despesas Correntes	45.333.573		45.333.573
1000 - Recursos Livres da União	45.045.899		45.045.899
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	287.674		287.674
4 - Investimentos	5.205.559		5.205.559
1000 - Recursos Livres da União	4.000.001		4.000.001
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.205.558		1.205.558
26262 - Universidade Federal de São Paulo	758.537.819	406.517.460	1.165.055.279
1 - Pessoal e Encargos Sociais	631.342.267	406.509.233	1.037.851.500
1000 - Recursos Livres da União	631.342.267	127.286.225	758.628.492
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		279.223.008	279.223.008
3 - Outras Despesas Correntes	125.795.551	8.227	125.803.778
1000 - Recursos Livres da União	120.067.019	8.227	120.075.246
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.728.532		5.728.532
4 - Investimentos	1.400.001		1.400.001
1000 - Recursos Livres da União	1.100.001		1.100.001
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	300.000		300.000
26263 - Universidade Federal de Lavras	375.156.010	96.295.810	471.451.820
1 - Pessoal e Encargos Sociais	293.300.547	96.295.810	389.596.357
1000 - Recursos Livres da União	293.300.547		293.300.547
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		96.295.810	96.295.810
3 - Outras Despesas Correntes	77.855.462		77.855.462
1000 - Recursos Livres da União	72.709.746		72.709.746
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.145.716		5.145.716
4 - Investimentos	4.000.001		4.000.001
1000 - Recursos Livres da União	1.000.001		1.000.001
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.000.000		3.000.000
26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido	337.633.575	36.956.244	374.589.819
1 - Pessoal e Encargos Sociais	257.877.771	36.956.244	294.834.015
1000 - Recursos Livres da União	257.877.771		257.877.771
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		36.956.244	36.956.244
3 - Outras Despesas Correntes	73.505.119		73.505.119
1000 - Recursos Livres da União	72.864.452		72.864.452
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	640.667		640.667
4 - Investimentos	6.250.685		6.250.685
1000 - Recursos Livres da União	6.232.685		6.232.685
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	18.000		18.000
26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa	417.074.646	4.078.100	421.152.746
1 - Pessoal e Encargos Sociais	343.362.376	4.078.100	347.440.476
1000 - Recursos Livres da União	343.362.376		343.362.376
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.078.100	4.078.100
3 - Outras Despesas Correntes	72.578.457		72.578.457
1000 - Recursos Livres da União	71.996.285		71.996.285
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	582.172		582.172
4 - Investimentos	1.133.813		1.133.813
1000 - Recursos Livres da União	1.041.313		1.041.313
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	92.500		92.500
26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana	205.202.361	815.412	206.017.773
1 - Pessoal e Encargos Sociais	152.806.623	815.412	153.622.035
1000 - Recursos Livres da União	152.806.623		152.806.623
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		815.412	815.412
3 - Outras Despesas Correntes	50.895.738		50.895.738
1000 - Recursos Livres da União	49.283.427		49.283.427
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	256.608		256.608
1081 - Convênios	1.355.703		1.355.703
4 - Investimentos	1.500.000		1.500.000
1000 - Recursos Livres da União	1.500.000		1.500.000
26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia	303.698.740	53.658.527	357.357.267
1 - Pessoal e Encargos Sociais	245.740.339	53.658.527	299.398.866
1000 - Recursos Livres da União	245.740.339		245.740.339
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		53.658.527	53.658.527
3 - Outras Despesas Correntes	55.590.511		55.590.511
1000 - Recursos Livres da União	53.620.846		53.620.846
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.960.172		1.960.172
1052 - Recursos Livres da UO	9.493		9.493
4 - Investimentos	2.367.890		2.367.890
1000 - Recursos Livres da União	2.367.890		2.367.890
26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro	377.644.136	127.750.359	505.394.495
1 - Pessoal e Encargos Sociais	302.712.799	127.733.905	430.446.704
1000 - Recursos Livres da União	302.712.799		302.712.799
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		127.733.905	127.733.905
3 - Outras Despesas Correntes	74.931.336	16.454	74.947.790
1000 - Recursos Livres da União	74.310.528	16.454	74.326.982
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	620.808		620.808
4 - Investimentos	1		1
1000 - Recursos Livres da União	1		1

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
26270 - Fundação Universidade do Amazonas	704.049.187	180.339.926	884.389.113
1 - Pessoal e Encargos Sociais	543.933.578	180.339.926	724.273.504
1000 - Recursos Livres da União	543.933.578		543.933.578
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		180.339.926	180.339.926
3 - Outras Despesas Correntes	159.139.654		159.139.654
1000 - Recursos Livres da União	153.250.380		153.250.380
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.270.424		4.270.424
1081 - Convênios	1.618.850		1.618.850
4 - Investimentos	975.955		975.955
1000 - Recursos Livres da União	383.091		383.091
1081 - Convênios	592.864		592.864
26271 - Fundação Universidade de Brasília	1.564.080.020	521.059.538	2.085.139.558
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.247.080.993	521.054.053	1.768.135.046
1000 - Recursos Livres da União	1.247.080.993		1.247.080.993
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		521.054.053	521.054.053
3 - Outras Despesas Correntes	296.499.026	5.485	296.504.511
1000 - Recursos Livres da União	236.622.500	5.485	236.627.985
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	59.876.526		59.876.526
4 - Investimentos	20.500.001		20.500.001
1000 - Recursos Livres da União	1		1
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.020.594		20.020.594
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	479.406		479.406
26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão	735.733.792	244.569.793	980.303.585
1 - Pessoal e Encargos Sociais	570.727.232	244.569.793	815.297.025
1000 - Recursos Livres da União	570.727.232		570.727.232
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		244.569.793	244.569.793
3 - Outras Despesas Correntes	156.183.503		156.183.503
1000 - Recursos Livres da União	151.163.639		151.163.639
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.498.548		4.498.548
1081 - Convênios	521.316		521.316
4 - Investimentos	8.823.057		8.823.057
1000 - Recursos Livres da União	5.771.360		5.771.360
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	300.000		300.000
1081 - Convênios	2.751.697		2.751.697
26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande	433.525.991	167.034.283	600.560.274
1 - Pessoal e Encargos Sociais	343.737.831	166.897.003	510.634.834
1000 - Recursos Livres da União	343.737.831	17.837.938	361.575.769
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		149.059.065	149.059.065
3 - Outras Despesas Correntes	88.022.404	137.280	88.159.684
1000 - Recursos Livres da União	86.777.259	137.280	86.914.539
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.245.145		1.245.145
4 - Investimentos	1.765.756		1.765.756
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	765.756		765.756
26274 - Universidade Federal de Uberlândia	950.488.215	381.837.911	1.332.326.126
1 - Pessoal e Encargos Sociais	757.603.272	381.769.271	1.139.372.543
1000 - Recursos Livres da União	757.603.272	39.385.891	796.989.163
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		342.383.380	342.383.380
3 - Outras Despesas Correntes	184.627.841	68.640	184.696.481
1000 - Recursos Livres da União	172.585.854	68.640	172.654.494
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.993.987		8.993.987
1081 - Convênios	3.048.000		3.048.000
4 - Investimentos	8.257.102		8.257.102
1000 - Recursos Livres da União	8.056.118		8.056.118
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	200.984		200.984
26275 - Fundação Universidade Federal do Acre	330.642.192	94.697.460	425.339.652
1 - Pessoal e Encargos Sociais	260.446.407	94.697.460	355.143.867
1000 - Recursos Livres da União	260.446.407		260.446.407
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		94.697.460	94.697.460
3 - Outras Despesas Correntes	67.897.241		67.897.241
1000 - Recursos Livres da União	67.507.933		67.507.933
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	389.308		389.308
4 - Investimentos	2.298.544		2.298.544
1000 - Recursos Livres da União	1.660.000		1.660.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	638.544		638.544
26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	694.305.640	299.120.878	993.426.518
1 - Pessoal e Encargos Sociais	554.292.481	299.087.061	853.379.542
1000 - Recursos Livres da União	554.292.481	58.454.634	612.747.115
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		240.632.427	240.632.427
3 - Outras Despesas Correntes	139.154.528	33.817	139.188.345
1000 - Recursos Livres da União	131.401.104	33.817	131.434.921
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.753.424		7.753.424
4 - Investimentos	858.631		858.631
1000 - Recursos Livres da União	858.631		858.631
26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	421.189.960	121.327.904	542.517.864
1 - Pessoal e Encargos Sociais	332.643.956	121.313.712	453.957.668
1000 - Recursos Livres da União	332.643.956		332.643.956
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		121.313.712	121.313.712
3 - Outras Despesas Correntes	88.146.003	14.192	88.160.195
1000 - Recursos Livres da União	82.908.094	14.192	82.922.286
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.237.909		5.237.909

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	400.001		400.001
1000 - Recursos Livres da União	1		1
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	400.000		400.000
26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas	657.818.707	278.941.688	936.760.395
1 - Pessoal e Encargos Sociais	541.724.818	278.579.561	820.304.379
1000 - Recursos Livres da União	541.724.818	38.917.992	580.642.810
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		239.661.569	239.661.569
3 - Outras Despesas Correntes	111.991.521	362.127	112.353.648
1000 - Recursos Livres da União	110.588.487	362.127	110.950.614
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.219.515		1.219.515
1081 - Convênios	183.519		183.519
4 - Investimentos	4.102.368		4.102.368
1000 - Recursos Livres da União	1.914.842		1.914.842
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	266.509		266.509
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	821.017		821.017
1096 - Doações Nacionais	1.100.000		1.100.000
26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí	695.256.309	228.775.330	924.031.639
1 - Pessoal e Encargos Sociais	534.277.759	228.693.062	762.970.821
1000 - Recursos Livres da União	534.277.759		534.277.759
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		228.693.062	228.693.062
3 - Outras Despesas Correntes	158.978.549	82.268	159.060.817
1000 - Recursos Livres da União	152.970.337	82.268	153.052.605
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.008.212		6.008.212
4 - Investimentos	2.000.001		2.000.001
1000 - Recursos Livres da União	2.000.001		2.000.001
26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos	605.791.957	181.489.165	787.281.122
1 - Pessoal e Encargos Sociais	508.487.445	181.489.165	689.976.610
1000 - Recursos Livres da União	508.487.445		508.487.445
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		181.489.165	181.489.165
3 - Outras Despesas Correntes	97.304.511		97.304.511
1000 - Recursos Livres da União	93.003.180		93.003.180
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.301.331		4.301.331
4 - Investimentos	1		1
1000 - Recursos Livres da União	1		1
26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe	710.583.404	163.280.962	873.864.366
1 - Pessoal e Encargos Sociais	559.625.204	163.280.962	722.906.166
1000 - Recursos Livres da União	559.625.204		559.625.204
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		163.280.962	163.280.962
3 - Outras Despesas Correntes	147.979.329		147.979.329
1000 - Recursos Livres da União	143.370.308		143.370.308
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.609.021		4.609.021
4 - Investimentos	2.978.871		2.978.871
1000 - Recursos Livres da União	2.978.871		2.978.871
26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa	725.266.967	376.086.493	1.101.353.460
1 - Pessoal e Encargos Sociais	566.735.975	376.048.439	942.784.414
1000 - Recursos Livres da União	566.735.975	120.575.060	687.311.035
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		255.473.379	255.473.379
3 - Outras Despesas Correntes	153.180.992	38.054	153.219.046
1000 - Recursos Livres da União	141.558.042	38.054	141.596.096
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	11.622.950		11.622.950
4 - Investimentos	5.350.000		5.350.000
1000 - Recursos Livres da União	100.001		100.001
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.999.999		4.999.999
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	250.000		250.000
26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	759.462.143	310.509.834	1.069.971.977
1 - Pessoal e Encargos Sociais	621.824.758	267.693.673	889.518.431
1000 - Recursos Livres da União	621.824.758	1.287.077	623.111.835
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		266.406.596	266.406.596
3 - Outras Despesas Correntes	133.199.571	42.816.161	176.015.732
1000 - Recursos Livres da União	130.549.398	10.275.181	140.824.579
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		32.540.980	32.540.980
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.650.173		2.650.173
4 - Investimentos	4.437.814		4.437.814
1000 - Recursos Livres da União	2.000.001		2.000.001
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.181.499		2.181.499
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	256.314		256.314
26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	151.088.127	24.309.233	175.397.360
1 - Pessoal e Encargos Sociais	110.704.601	24.309.233	135.013.834
1000 - Recursos Livres da União	110.704.601		110.704.601
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		24.309.233	24.309.233
3 - Outras Despesas Correntes	38.383.525		38.383.525
1000 - Recursos Livres da União	38.305.329		38.305.329
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	78.196		78.196
4 - Investimentos	2.000.001		2.000.001
1000 - Recursos Livres da União	2.000.001		2.000.001
26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	374.149.137	46.086.664	420.235.801
1 - Pessoal e Encargos Sociais	293.838.552	46.086.664	339.925.216
1000 - Recursos Livres da União	293.838.552		293.838.552
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		46.086.664	46.086.664
3 - Outras Despesas Correntes	79.710.303		79.710.303

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		79.357.149		79.357.149
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		353.154		353.154
4 - Investimentos		600.282		600.282
1000 - Recursos Livres da União		57.951		57.951
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		542.331		542.331
26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá		252.213.124	11.219.455	263.432.579
1 - Pessoal e Encargos Sociais		193.944.341	11.219.455	205.163.796
1000 - Recursos Livres da União		193.944.341		193.944.341
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			11.219.455	11.219.455
3 - Outras Despesas Correntes		56.823.289		56.823.289
1000 - Recursos Livres da União		55.411.321		55.411.321
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.411.968		1.411.968
4 - Investimentos		1.445.494		1.445.494
1000 - Recursos Livres da União		1.145.494		1.145.494
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		300.000		300.000
26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira		1.403.003.509	10.999.534	1.414.003.043
1 - Pessoal e Encargos Sociais		80.062.580	10.999.534	91.062.114
1000 - Recursos Livres da União		80.062.580		80.062.580
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			10.999.534	10.999.534
3 - Outras Despesas Correntes		1.293.903.490		1.293.903.490
1000 - Recursos Livres da União		1.062.992.879		1.062.992.879
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		204.696.588		204.696.588
1128 - Custeio das Comissões de Avaliação - INEP		26.214.023		26.214.023
4 - Investimentos		29.037.439		29.037.439
1000 - Recursos Livres da União		29.037.439		29.037.439
26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior		5.378.456.738	25.514.489	5.403.971.227
1 - Pessoal e Encargos Sociais		82.008.341	25.514.489	107.522.830
1000 - Recursos Livres da União		82.008.341		82.008.341
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			25.514.489	25.514.489
3 - Outras Despesas Correntes		5.271.677.171		5.271.677.171
1000 - Recursos Livres da União		5.255.796.293		5.255.796.293
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		15.880.878		15.880.878
4 - Investimentos		24.771.226		24.771.226
1000 - Recursos Livres da União		24.771.226		24.771.226
26292 - Fundação Joaquim Nabuco		77.624.906	63.793.080	141.417.986
1 - Pessoal e Encargos Sociais		43.382.505	63.793.080	107.175.585
1000 - Recursos Livres da União		43.382.505		43.382.505
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			19.552.782	19.552.782
3 - Outras Despesas Correntes		31.722.160		31.722.160
1000 - Recursos Livres da União		31.343.152		31.343.152
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		379.008		379.008
4 - Investimentos		2.520.241		2.520.241
1000 - Recursos Livres da União		2.520.241		2.520.241
26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre			1.959.057.405	1.959.057.405
1 - Pessoal e Encargos Sociais			1.731.449.025	1.731.449.025
1000 - Recursos Livres da União			1.731.449.025	1.731.449.025
3 - Outras Despesas Correntes			192.808.380	192.808.380
1000 - Recursos Livres da União			109.469.491	109.469.491
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			79.588.493	79.588.493
1081 - Convênios			3.711.996	3.711.996
1095 - Doações Estrangeiras			38.400	38.400
4 - Investimentos			34.800.000	34.800.000
1000 - Recursos Livres da União			17.400.000	17.400.000
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social			2.047.552	2.047.552
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			15.352.448	15.352.448
26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação		67.313.099.377	5.541.829.732	72.854.929.109
1 - Pessoal e Encargos Sociais		85.122.133	79.922.440	165.044.573
1000 - Recursos Livres da União		85.122.133		85.122.133
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			32.677.406	32.677.406
3 - Outras Despesas Correntes		58.030.977.855	5.461.907.292	63.492.885.147
1000 - Recursos Livres da União		40.216.730.356		40.216.730.356
1008 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica		2.109.889.483		2.109.889.483
1014 - Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde		13.786.304.404		13.786.304.404
1130 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde		167.764.407		167.764.407
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		1.478.365.836	5.461.907.292	6.940.273.128
1134 - Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		145.923.369		145.923.369
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		126.000.000		126.000.000
4 - Investimentos		4.204.180.520		4.204.180.520
1000 - Recursos Livres da União		3.455.369.531		3.455.369.531
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		748.810.989		748.810.989
9 - Reserva de Contingência		4.992.818.869		4.992.818.869
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		4.992.818.869		4.992.818.869
26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados		289.720.361	21.289.216	311.009.577
1 - Pessoal e Encargos Sociais		230.710.072	21.289.216	251.999.288
1000 - Recursos Livres da União		230.710.072		230.710.072
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			21.289.216	21.289.216
3 - Outras Despesas Correntes		57.848.571		57.848.571
1000 - Recursos Livres da União		55.897.835		55.897.835

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.950.736		1.950.736
4 - Investimentos	1.161.718		1.161.718
1000 - Recursos Livres da União	89.492		89.492
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	809.196		809.196
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	263.030		263.030
26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	380.322.828	13.546.026	393.868.854
1 - Pessoal e Encargos Sociais	309.047.447	13.546.026	322.593.473
1000 - Recursos Livres da União	309.047.447		309.047.447
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.546.026	13.546.026
3 - Outras Despesas Correntes	70.483.274		70.483.274
1000 - Recursos Livres da União	69.136.264		69.136.264
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.347.010		1.347.010
4 - Investimentos	792.107		792.107
1000 - Recursos Livres da União	792.107		792.107
26352 - Fundação Universidade Federal do ABC	380.346.299	6.293.885	386.640.184
1 - Pessoal e Encargos Sociais	305.153.110	6.293.885	311.446.995
1000 - Recursos Livres da União	305.153.110		305.153.110
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		6.293.885	6.293.885
3 - Outras Despesas Correntes	72.193.189		72.193.189
1000 - Recursos Livres da União	69.821.038		69.821.038
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.372.151		2.372.151
4 - Investimentos	3.000.000		3.000.000
1000 - Recursos Livres da União	2.000.000		2.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes		131.081.129	131.081.129
1 - Pessoal e Encargos Sociais		126.674.655	126.674.655
1000 - Recursos Livres da União		88.557.173	88.557.173
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		38.117.482	38.117.482
3 - Outras Despesas Correntes		4.406.474	4.406.474
1000 - Recursos Livres da União		4.406.474	4.406.474
26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia		128.441.229	128.441.229
1 - Pessoal e Encargos Sociais		120.878.612	120.878.612
1000 - Recursos Livres da União		113.384.450	113.384.450
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.494.162	7.494.162
3 - Outras Despesas Correntes		7.562.617	7.562.617
1000 - Recursos Livres da União		7.562.617	7.562.617
26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio		170.012.715	170.012.715
1 - Pessoal e Encargos Sociais		163.809.720	163.809.720
1000 - Recursos Livres da União		112.122.279	112.122.279
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		51.687.441	51.687.441
3 - Outras Despesas Correntes		6.202.995	6.202.995
1000 - Recursos Livres da União		6.202.995	6.202.995
26363 - Maternidade-Escola Assis Chateaubriand		84.882.387	84.882.387
1 - Pessoal e Encargos Sociais		81.604.153	81.604.153
1000 - Recursos Livres da União		56.739.241	56.739.241
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		24.864.912	24.864.912
3 - Outras Despesas Correntes		3.278.234	3.278.234
1000 - Recursos Livres da União		3.278.234	3.278.234
26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes		132.299.350	132.299.350
1 - Pessoal e Encargos Sociais		127.264.140	127.264.140
1000 - Recursos Livres da União		92.945.818	92.945.818
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		34.318.322	34.318.322
3 - Outras Despesas Correntes		5.035.210	5.035.210
1000 - Recursos Livres da União		5.035.210	5.035.210
26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás		127.563.491	127.563.491
1 - Pessoal e Encargos Sociais		119.644.315	119.644.315
1000 - Recursos Livres da União		115.109.421	115.109.421
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.534.894	4.534.894
3 - Outras Despesas Correntes		7.919.176	7.919.176
1000 - Recursos Livres da União		7.919.176	7.919.176
26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro		180.791.534	180.791.534
1 - Pessoal e Encargos Sociais		170.348.473	170.348.473
1000 - Recursos Livres da União		170.348.473	170.348.473
3 - Outras Despesas Correntes		10.443.061	10.443.061
1000 - Recursos Livres da União		10.443.061	10.443.061
26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora		49.220.081	49.220.081
1 - Pessoal e Encargos Sociais		46.845.204	46.845.204
1000 - Recursos Livres da União		37.034.104	37.034.104
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.811.100	9.811.100
3 - Outras Despesas Correntes		2.374.877	2.374.877
1000 - Recursos Livres da União		2.374.877	2.374.877
26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais		262.902.279	262.902.279
1 - Pessoal e Encargos Sociais		249.334.631	249.334.631
1000 - Recursos Livres da União		185.724.403	185.724.403
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		63.610.228	63.610.228
3 - Outras Despesas Correntes		13.567.648	13.567.648
1000 - Recursos Livres da União		13.567.648	13.567.648
26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto		104.040.103	104.040.103
1 - Pessoal e Encargos Sociais		100.483.376	100.483.376
1000 - Recursos Livres da União		80.121.671	80.121.671
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		20.361.705	20.361.705

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
3 - Outras Despesas Correntes			3.556.727	3.556.727
1000 - Recursos Livres da União			3.556.727	3.556.727
26370 - Hospital Universitário Bettina Ferro Souza			15.153.302	15.153.302
1 - Pessoal e Encargos Sociais			14.470.952	14.470.952
1000 - Recursos Livres da União			11.152.234	11.152.234
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			3.318.718	3.318.718
3 - Outras Despesas Correntes			682.350	682.350
1000 - Recursos Livres da União			682.350	682.350
26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley			212.524.076	212.524.076
1 - Pessoal e Encargos Sociais			205.548.523	205.548.523
1000 - Recursos Livres da União			150.675.976	150.675.976
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			54.872.547	54.872.547
3 - Outras Despesas Correntes			6.975.553	6.975.553
1000 - Recursos Livres da União			6.975.553	6.975.553
26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná			187.349.677	187.349.677
1 - Pessoal e Encargos Sociais			173.722.186	173.722.186
1000 - Recursos Livres da União			171.451.463	171.451.463
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			2.270.723	2.270.723
3 - Outras Despesas Correntes			13.627.491	13.627.491
1000 - Recursos Livres da União			13.627.491	13.627.491
26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco			265.857.224	265.857.224
1 - Pessoal e Encargos Sociais			254.037.055	254.037.055
1000 - Recursos Livres da União			181.359.182	181.359.182
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			72.677.873	72.677.873
3 - Outras Despesas Correntes			11.820.169	11.820.169
1000 - Recursos Livres da União			11.820.169	11.820.169
26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte			125.453.044	125.453.044
1 - Pessoal e Encargos Sociais			119.392.752	119.392.752
1000 - Recursos Livres da União			117.728.609	117.728.609
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			1.664.143	1.664.143
3 - Outras Despesas Correntes			6.060.292	6.060.292
1000 - Recursos Livres da União			6.060.292	6.060.292
26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro			631.649.107	631.649.107
1 - Pessoal e Encargos Sociais			586.700.327	586.700.327
1000 - Recursos Livres da União			577.320.957	577.320.957
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			9.379.370	9.379.370
3 - Outras Despesas Correntes			44.948.780	44.948.780
1000 - Recursos Livres da União			44.948.780	44.948.780
26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados			38.652.402	38.652.402
1 - Pessoal e Encargos Sociais			35.118.786	35.118.786
1000 - Recursos Livres da União			34.325.110	34.325.110
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			793.676	793.676
3 - Outras Despesas Correntes			3.533.616	3.533.616
1000 - Recursos Livres da União			3.533.616	3.533.616
26386 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago			236.713.112	236.713.112
1 - Pessoal e Encargos Sociais			225.994.226	225.994.226
1000 - Recursos Livres da União			165.532.249	165.532.249
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			60.461.977	60.461.977
3 - Outras Despesas Correntes			10.718.886	10.718.886
1000 - Recursos Livres da União			10.718.886	10.718.886
26387 - Hospital Universitário de Santa Maria			218.906.175	218.906.175
1 - Pessoal e Encargos Sociais			211.002.359	211.002.359
1000 - Recursos Livres da União			151.032.620	151.032.620
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			59.969.739	59.969.739
3 - Outras Despesas Correntes			7.903.816	7.903.816
1000 - Recursos Livres da União			7.903.816	7.903.816
26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro			70.915.152	70.915.152
1 - Pessoal e Encargos Sociais			67.280.508	67.280.508
1000 - Recursos Livres da União			52.205.123	52.205.123
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			15.075.385	15.075.385
3 - Outras Despesas Correntes			3.634.644	3.634.644
1000 - Recursos Livres da União			3.634.644	3.634.644
26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro			112.646.229	112.646.229
1 - Pessoal e Encargos Sociais			107.162.542	107.162.542
1000 - Recursos Livres da União			107.162.542	107.162.542
3 - Outras Despesas Correntes			5.483.687	5.483.687
1000 - Recursos Livres da União			5.483.687	5.483.687
26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle			141.690.029	141.690.029
1 - Pessoal e Encargos Sociais			133.679.083	133.679.083
1000 - Recursos Livres da União			111.563.899	111.563.899
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			22.115.184	22.115.184
3 - Outras Despesas Correntes			8.010.946	8.010.946
1000 - Recursos Livres da União			8.010.946	8.010.946
26392 - Hospital Universitário Getúlio Vargas			86.336.879	86.336.879
1 - Pessoal e Encargos Sociais			82.835.238	82.835.238
1000 - Recursos Livres da União			59.071.751	59.071.751
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			23.763.487	23.763.487
3 - Outras Despesas Correntes			3.501.641	3.501.641
1000 - Recursos Livres da União			3.501.641	3.501.641
26393 - Hospital Universitário de Brasília			81.327.958	81.327.958
1 - Pessoal e Encargos Sociais			77.055.528	77.055.528

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União		75.445.764	75.445.764
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.609.764	1.609.764
3 - Outras Despesas Correntes		4.272.430	4.272.430
1000 - Recursos Livres da União		4.272.430	4.272.430
26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão		90.883.930	90.883.930
1 - Pessoal e Encargos Sociais		85.888.168	85.888.168
1000 - Recursos Livres da União		84.716.036	84.716.036
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.172.132	1.172.132
3 - Outras Despesas Correntes		4.995.762	4.995.762
1000 - Recursos Livres da União		4.995.762	4.995.762
26395 - Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.		74.504.066	74.504.066
1 - Pessoal e Encargos Sociais		70.974.906	70.974.906
1000 - Recursos Livres da União		49.973.783	49.973.783
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		21.001.123	21.001.123
3 - Outras Despesas Correntes		3.529.160	3.529.160
1000 - Recursos Livres da União		3.529.160	3.529.160
26396 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia		309.863.831	309.863.831
1 - Pessoal e Encargos Sociais		295.368.014	295.368.014
1000 - Recursos Livres da União		206.962.333	206.962.333
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		88.405.681	88.405.681
3 - Outras Despesas Correntes		14.495.817	14.495.817
1000 - Recursos Livres da União		14.495.817	14.495.817
26397 - Hospital Júlio Muller		30.146.932	30.146.932
1 - Pessoal e Encargos Sociais		28.310.352	28.310.352
1000 - Recursos Livres da União		28.310.352	28.310.352
3 - Outras Despesas Correntes		1.836.580	1.836.580
1000 - Recursos Livres da União		1.836.580	1.836.580
26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas		34.893.799	34.893.799
1 - Pessoal e Encargos Sociais		32.775.705	32.775.705
1000 - Recursos Livres da União		32.291.663	32.291.663
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		484.042	484.042
3 - Outras Despesas Correntes		2.118.094	2.118.094
1000 - Recursos Livres da União		2.118.094	2.118.094
26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí		5.617.116	5.617.116
1 - Pessoal e Encargos Sociais		5.346.501	5.346.501
1000 - Recursos Livres da União		3.684.139	3.684.139
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.662.362	1.662.362
3 - Outras Despesas Correntes		270.615	270.615
1000 - Recursos Livres da União		270.615	270.615
26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe		77.593.427	77.593.427
1 - Pessoal e Encargos Sociais		74.448.335	74.448.335
1000 - Recursos Livres da União		63.169.782	63.169.782
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		11.278.553	11.278.553
3 - Outras Despesas Correntes		3.145.092	3.145.092
1000 - Recursos Livres da União		3.145.092	3.145.092
26402 - Instituto Federal de Alagoas	464.524.943	74.219.964	538.744.907
1 - Pessoal e Encargos Sociais	369.042.381	74.219.964	443.262.345
1000 - Recursos Livres da União	369.042.381		369.042.381
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		74.219.964	74.219.964
3 - Outras Despesas Correntes	94.139.527		94.139.527
1000 - Recursos Livres da União	92.175.540		92.175.540
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.963.987		1.963.987
4 - Investimentos	1.343.035		1.343.035
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	343.035		343.035
26403 - Instituto Federal do Amazonas	406.605.346	55.014.531	461.619.877
1 - Pessoal e Encargos Sociais	317.301.784	55.014.531	372.316.315
1000 - Recursos Livres da União	317.301.784		317.301.784
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		55.014.531	55.014.531
3 - Outras Despesas Correntes	87.803.562		87.803.562
1000 - Recursos Livres da União	87.709.957		87.709.957
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	93.605		93.605
4 - Investimentos	1.500.000		1.500.000
1000 - Recursos Livres da União	1.500.000		1.500.000
26404 - Instituto Federal Baiano	410.514.551	16.165.825	426.680.376
1 - Pessoal e Encargos Sociais	323.882.466	16.165.825	340.048.291
1000 - Recursos Livres da União	323.882.466		323.882.466
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		16.165.825	16.165.825
3 - Outras Despesas Correntes	85.617.085		85.617.085
1000 - Recursos Livres da União	85.082.112		85.082.112
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	534.973		534.973
4 - Investimentos	1.015.000		1.015.000
1000 - Recursos Livres da União	1.015.000		1.015.000
26405 - Instituto Federal do Ceará	890.063.132	95.327.430	985.390.562
1 - Pessoal e Encargos Sociais	727.587.980	95.321.226	822.909.206
1000 - Recursos Livres da União	727.587.980		727.587.980
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		95.321.226	95.321.226
3 - Outras Despesas Correntes	162.275.152	6.204	162.281.356
1000 - Recursos Livres da União	161.134.700	6.204	161.140.904
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.140.452		1.140.452
4 - Investimentos	200.000		200.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	200.000		200.000
26406 - Instituto Federal do Espírito Santo	729.262.614	119.289.495	848.552.109
1 - Pessoal e Encargos Sociais	595.864.438	119.289.495	715.153.933
1000 - Recursos Livres da União	595.864.438		595.864.438
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		119.289.495	119.289.495
3 - Outras Despesas Correntes	132.398.176		132.398.176
1000 - Recursos Livres da União	128.319.460		128.319.460
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.078.716		4.078.716
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
26407 - Instituto Federal Goiano	393.354.214	28.182.817	421.537.031
1 - Pessoal e Encargos Sociais	309.646.706	28.182.817	337.829.523
1000 - Recursos Livres da União	309.646.706		309.646.706
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		28.182.817	28.182.817
3 - Outras Despesas Correntes	82.097.508		82.097.508
1000 - Recursos Livres da União	79.954.187		79.954.187
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.143.321		2.143.321
4 - Investimentos	1.610.000		1.610.000
1000 - Recursos Livres da União	1.610.000		1.610.000
26408 - Instituto Federal do Maranhão	740.824.715	61.011.327	801.836.042
1 - Pessoal e Encargos Sociais	593.652.853	61.011.327	654.664.180
1000 - Recursos Livres da União	593.652.853		593.652.853
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		61.011.327	61.011.327
3 - Outras Despesas Correntes	144.522.137		144.522.137
1000 - Recursos Livres da União	143.922.137		143.922.137
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	600.000		600.000
4 - Investimentos	2.649.725		2.649.725
1000 - Recursos Livres da União	1.650.000		1.650.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	999.725		999.725
26409 - Instituto Federal de Minas Gerais	484.085.723	55.578.458	539.664.181
1 - Pessoal e Encargos Sociais	380.794.482	55.578.458	436.372.940
1000 - Recursos Livres da União	380.794.482		380.794.482
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		55.578.458	55.578.458
3 - Outras Despesas Correntes	92.041.241		92.041.241
1000 - Recursos Livres da União	86.950.842		86.950.842
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.625.599		4.625.599
1081 - Convênios	464.800		464.800
4 - Investimentos	11.250.000		11.250.000
1000 - Recursos Livres da União	4.550.000		4.550.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.350.000		1.350.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.350.000		5.350.000
26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	331.196.269	20.594.171	351.790.440
1 - Pessoal e Encargos Sociais	258.557.353	20.594.171	279.151.524
1000 - Recursos Livres da União	258.557.353		258.557.353
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		20.594.171	20.594.171
3 - Outras Despesas Correntes	70.812.039		70.812.039
1000 - Recursos Livres da União	69.547.895		69.547.895
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.264.144		1.264.144
4 - Investimentos	1.826.877		1.826.877
1000 - Recursos Livres da União	1.350.000		1.350.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	406.227		406.227
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	70.650		70.650
26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	332.749.205	46.483.550	379.232.755
1 - Pessoal e Encargos Sociais	266.477.633	46.467.096	312.944.729
1000 - Recursos Livres da União	266.477.633		266.477.633
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		46.467.096	46.467.096
3 - Outras Despesas Correntes	65.141.572	16.454	65.158.026
1000 - Recursos Livres da União	61.511.956	16.454	61.528.410
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.629.616		3.629.616
4 - Investimentos	1.130.000		1.130.000
1000 - Recursos Livres da União	1.130.000		1.130.000
26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	304.316.800	44.456.464	348.773.264
1 - Pessoal e Encargos Sociais	229.384.819	44.456.464	273.841.283
1000 - Recursos Livres da União	229.384.819		229.384.819
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		44.456.464	44.456.464
3 - Outras Despesas Correntes	68.473.733		68.473.733
1000 - Recursos Livres da União	68.473.733		68.473.733
4 - Investimentos	6.458.248		6.458.248
1000 - Recursos Livres da União	1.240.914		1.240.914
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.688.556		4.688.556
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	528.778		528.778
26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro	279.669.390	33.746.596	313.415.986
1 - Pessoal e Encargos Sociais	226.416.645	33.746.596	260.163.241
1000 - Recursos Livres da União	226.416.645		226.416.645
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		33.746.596	33.746.596
3 - Outras Despesas Correntes	52.880.712		52.880.712
1000 - Recursos Livres da União	51.700.026		51.700.026
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.180.686		1.180.686
4 - Investimentos	372.033		372.033
1000 - Recursos Livres da União	372.033		372.033
26414 - Instituto Federal do Mato Grosso	504.809.974	71.401.590	576.211.564

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	392.677.075	71.401.590	464.078.665
1000 - Recursos Livres da União	392.677.075		392.677.075
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		71.401.590	71.401.590
3 - Outras Despesas Correntes	109.013.766		109.013.766
1000 - Recursos Livres da União	106.414.116		106.414.116
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.599.650		2.599.650
4 - Investimentos	3.119.133		3.119.133
1000 - Recursos Livres da União	1.883.843		1.883.843
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	235.290		235.290
26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	264.903.044	2.419.664	267.322.708
1 - Pessoal e Encargos Sociais	211.032.305	2.419.664	213.451.969
1000 - Recursos Livres da União	211.032.305		211.032.305
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.419.664	2.419.664
3 - Outras Despesas Correntes	51.232.129		51.232.129
1000 - Recursos Livres da União	50.993.453		50.993.453
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	238.676		238.676
4 - Investimentos	2.638.610		2.638.610
1000 - Recursos Livres da União	2.638.610		2.638.610
26416 - Instituto Federal do Pará	555.428.041	68.702.049	624.130.090
1 - Pessoal e Encargos Sociais	455.640.940	68.702.049	524.342.989
1000 - Recursos Livres da União	455.640.940		455.640.940
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		68.702.049	68.702.049
3 - Outras Despesas Correntes	98.044.804		98.044.804
1000 - Recursos Livres da União	96.835.244		96.835.244
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.209.560		1.209.560
4 - Investimentos	1.742.297		1.742.297
1000 - Recursos Livres da União	1.541.797		1.541.797
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	200.500		200.500
26417 - Instituto Federal da Paraíba	611.399.997	98.561.124	709.961.121
1 - Pessoal e Encargos Sociais	504.094.970	98.556.276	602.651.246
1000 - Recursos Livres da União	504.094.970		504.094.970
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		98.556.276	98.556.276
3 - Outras Despesas Correntes	105.888.707	4.848	105.893.555
1000 - Recursos Livres da União	105.703.309	4.848	105.708.157
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	185.398		185.398
4 - Investimentos	1.416.320		1.416.320
1000 - Recursos Livres da União	1.416.320		1.416.320
26418 - Instituto Federal de Pernambuco	564.615.837	135.622.760	700.238.597
1 - Pessoal e Encargos Sociais	456.620.414	135.622.760	592.243.174
1000 - Recursos Livres da União	456.620.414		456.620.414
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		135.622.760	135.622.760
3 - Outras Despesas Correntes	107.756.873		107.756.873
1000 - Recursos Livres da União	107.428.345		107.428.345
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	328.528		328.528
4 - Investimentos	238.550		238.550
1000 - Recursos Livres da União	238.550		238.550
26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul	548.600.329	37.400.757	586.001.086
1 - Pessoal e Encargos Sociais	452.543.573	37.365.107	489.908.680
1000 - Recursos Livres da União	452.543.573		452.543.573
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		37.365.107	37.365.107
3 - Outras Despesas Correntes	93.936.922	35.650	93.972.572
1000 - Recursos Livres da União	91.984.280	35.650	92.019.930
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.952.642		1.952.642
4 - Investimentos	2.119.834		2.119.834
1000 - Recursos Livres da União	1.694.398		1.694.398
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	425.436		425.436
26420 - Instituto Federal Farroupilha	365.821.706	23.337.665	389.159.371
1 - Pessoal e Encargos Sociais	293.641.451	23.337.665	316.979.116
1000 - Recursos Livres da União	293.641.451		293.641.451
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		23.337.665	23.337.665
3 - Outras Despesas Correntes	70.063.084		70.063.084
1000 - Recursos Livres da União	69.462.317		69.462.317
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	600.767		600.767
4 - Investimentos	2.117.171		2.117.171
1000 - Recursos Livres da União	600.000		600.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.517.171		1.517.171
26421 - Instituto Federal de Rondônia	280.451.736	7.736.391	288.188.127
1 - Pessoal e Encargos Sociais	218.119.521	7.736.391	225.855.912
1000 - Recursos Livres da União	218.119.521		218.119.521
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.736.391	7.736.391
3 - Outras Despesas Correntes	61.522.963		61.522.963
1000 - Recursos Livres da União	61.058.752		61.058.752
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	464.211		464.211
4 - Investimentos	809.252		809.252
1000 - Recursos Livres da União	682.652		682.652
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	126.600		126.600
26422 - Instituto Federal Catarinense	446.290.778	32.499.870	478.790.648
1 - Pessoal e Encargos Sociais	353.935.427	32.499.870	386.435.297
1000 - Recursos Livres da União	353.935.427		353.935.427
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		32.499.870	32.499.870

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	91.355.351		91.355.351
1000 - Recursos Livres da União	89.459.989		89.459.989
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.895.362		1.895.362
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
26423 - Instituto Federal de Sergipe	284.236.708	59.397.156	343.633.864
1 - Pessoal e Encargos Sociais	230.280.847	59.397.156	289.678.003
1000 - Recursos Livres da União	230.280.847		230.280.847
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		59.397.156	59.397.156
3 - Outras Despesas Correntes	53.345.861		53.345.861
1000 - Recursos Livres da União	53.033.318		53.033.318
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	312.543		312.543
4 - Investimentos	610.000		610.000
1000 - Recursos Livres da União	610.000		610.000
26424 - Instituto Federal do Tocantins	308.193.134	5.433.480	313.626.614
1 - Pessoal e Encargos Sociais	243.160.502	5.433.480	248.593.982
1000 - Recursos Livres da União	243.160.502		243.160.502
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		5.433.480	5.433.480
3 - Outras Despesas Correntes	64.585.146		64.585.146
1000 - Recursos Livres da União	63.800.995		63.800.995
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	784.151		784.151
4 - Investimentos	447.486		447.486
1000 - Recursos Livres da União	300.000		300.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	147.486		147.486
26425 - Instituto Federal do Acre	159.410.074	935.025	160.345.099
1 - Pessoal e Encargos Sociais	127.703.227	935.025	128.638.252
1000 - Recursos Livres da União	127.703.227		127.703.227
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		935.025	935.025
3 - Outras Despesas Correntes	31.205.847		31.205.847
1000 - Recursos Livres da União	31.188.149		31.188.149
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	17.698		17.698
4 - Investimentos	501.000		501.000
1000 - Recursos Livres da União	501.000		501.000
26426 - Instituto Federal do Amapá	127.896.831	1.317.771	129.214.602
1 - Pessoal e Encargos Sociais	97.905.754	1.317.771	99.223.525
1000 - Recursos Livres da União	97.905.754		97.905.754
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.317.771	1.317.771
3 - Outras Despesas Correntes	29.891.077		29.891.077
1000 - Recursos Livres da União	29.469.672		29.469.672
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	421.405		421.405
4 - Investimentos	100.000		100.000
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
26427 - Instituto Federal da Bahia	663.852.013	85.934.238	749.786.251
1 - Pessoal e Encargos Sociais	538.797.631	85.934.238	624.731.869
1000 - Recursos Livres da União	538.797.631		538.797.631
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		85.934.238	85.934.238
3 - Outras Despesas Correntes	124.414.382		124.414.382
1000 - Recursos Livres da União	123.207.131		123.207.131
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.207.251		1.207.251
4 - Investimentos	640.000		640.000
1000 - Recursos Livres da União	640.000		640.000
26428 - Instituto Federal de Brasília	300.684.703	4.852.796	305.537.499
1 - Pessoal e Encargos Sociais	243.685.818	4.852.796	248.538.614
1000 - Recursos Livres da União	243.685.818		243.685.818
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.852.796	4.852.796
3 - Outras Despesas Correntes	56.798.885		56.798.885
1000 - Recursos Livres da União	56.159.078		56.159.078
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	639.807		639.807
4 - Investimentos	200.000		200.000
1000 - Recursos Livres da União	200.000		200.000
26429 - Instituto Federal de Goiás	511.169.136	74.249.188	585.418.324
1 - Pessoal e Encargos Sociais	430.127.090	74.249.188	504.376.278
1000 - Recursos Livres da União	430.127.090		430.127.090
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		74.249.188	74.249.188
3 - Outras Despesas Correntes	80.542.046		80.542.046
1000 - Recursos Livres da União	79.692.974		79.692.974
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	849.072		849.072
4 - Investimentos	500.000		500.000
1000 - Recursos Livres da União	500.000		500.000
26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano	230.480.691	15.948.985	246.429.676
1 - Pessoal e Encargos Sociais	184.606.456	15.948.985	200.555.441
1000 - Recursos Livres da União	184.606.456		184.606.456
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		15.948.985	15.948.985
3 - Outras Despesas Correntes	45.864.235		45.864.235
1000 - Recursos Livres da União	45.822.644		45.822.644
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	41.591		41.591
4 - Investimentos	10.000		10.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.000		10.000
26431 - Instituto Federal do Piauí	555.551.544	55.619.395	611.170.939
1 - Pessoal e Encargos Sociais	456.414.270	55.619.395	512.033.665
1000 - Recursos Livres da União	456.414.270		456.414.270

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		55.619.395	55.619.395
3 - Outras Despesas Correntes	98.237.274		98.237.274
1000 - Recursos Livres da União	98.100.047		98.100.047
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	137.227		137.227
4 - Investimentos	900.000		900.000
1000 - Recursos Livres da União	900.000		900.000
26432 - Instituto Federal do Paraná	571.070.831	9.706.580	580.777.411
1 - Pessoal e Encargos Sociais	465.197.930	9.706.580	474.904.510
1000 - Recursos Livres da União	465.197.930		465.197.930
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.706.580	9.706.580
3 - Outras Despesas Correntes	103.172.901		103.172.901
1000 - Recursos Livres da União	98.840.553		98.840.553
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.247.802		3.247.802
1081 - Convênios	1.084.546		1.084.546
4 - Investimentos	2.700.000		2.700.000
1000 - Recursos Livres da União	2.700.000		2.700.000
26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro	487.221.682	62.638.862	549.860.544
1 - Pessoal e Encargos Sociais	408.303.125	62.638.862	470.941.987
1000 - Recursos Livres da União	408.303.125		408.303.125
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		62.638.862	62.638.862
3 - Outras Despesas Correntes	76.853.597		76.853.597
1000 - Recursos Livres da União	74.948.498		74.948.498
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.905.099		1.905.099
4 - Investimentos	2.064.960		2.064.960
1000 - Recursos Livres da União	1.928.558		1.928.558
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	136.402		136.402
26434 - Instituto Federal Fluminense	433.209.151	92.191.541	525.400.692
1 - Pessoal e Encargos Sociais	345.207.305	92.191.541	437.398.846
1000 - Recursos Livres da União	345.207.305		345.207.305
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		92.191.541	92.191.541
3 - Outras Despesas Correntes	87.981.846		87.981.846
1000 - Recursos Livres da União	84.445.858		84.445.858
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.535.988		3.535.988
4 - Investimentos	20.000		20.000
1000 - Recursos Livres da União	20.000		20.000
26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte	706.437.658	85.456.618	791.894.276
1 - Pessoal e Encargos Sociais	572.883.242	85.456.618	658.339.860
1000 - Recursos Livres da União	572.883.242		572.883.242
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		85.456.618	85.456.618
3 - Outras Despesas Correntes	129.594.416		129.594.416
1000 - Recursos Livres da União	128.380.670		128.380.670
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.213.746		1.213.746
4 - Investimentos	3.960.000		3.960.000
1000 - Recursos Livres da União	2.960.000		2.960.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense	484.283.963	87.330.776	571.614.739
1 - Pessoal e Encargos Sociais	398.002.741	87.330.776	485.333.517
1000 - Recursos Livres da União	398.002.741		398.002.741
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		87.330.776	87.330.776
3 - Outras Despesas Correntes	84.981.222		84.981.222
1000 - Recursos Livres da União	84.549.330		84.549.330
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	431.892		431.892
4 - Investimentos	1.300.000		1.300.000
1000 - Recursos Livres da União	1.300.000		1.300.000
26437 - Instituto Federal de Roraima	147.178.613	23.814.557	170.993.170
1 - Pessoal e Encargos Sociais	114.339.685	23.814.557	138.154.242
1000 - Recursos Livres da União	114.339.685		114.339.685
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		23.814.557	23.814.557
3 - Outras Despesas Correntes	32.598.928		32.598.928
1000 - Recursos Livres da União	32.542.232		32.542.232
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	56.696		56.696
4 - Investimentos	240.000		240.000
1000 - Recursos Livres da União	240.000		240.000
26438 - Instituto Federal de Santa Catarina	657.779.457	92.605.812	750.385.269
1 - Pessoal e Encargos Sociais	540.787.517	92.605.812	633.393.329
1000 - Recursos Livres da União	540.787.517		540.787.517
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		92.605.812	92.605.812
3 - Outras Despesas Correntes	113.984.878		113.984.878
1000 - Recursos Livres da União	113.979.536		113.979.536
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.342		5.342
4 - Investimentos	3.007.062		3.007.062
1000 - Recursos Livres da União	3.007.062		3.007.062
26439 - Instituto Federal de São Paulo	1.104.630.473	87.580.363	1.192.210.836
1 - Pessoal e Encargos Sociais	913.189.938	87.580.363	1.000.770.301
1000 - Recursos Livres da União	913.189.938		913.189.938
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		87.580.363	87.580.363
3 - Outras Despesas Correntes	189.918.949		189.918.949
1000 - Recursos Livres da União	188.377.426		188.377.426
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.541.523		1.541.523
4 - Investimentos	1.521.586		1.521.586
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.521.586		1.521.586

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul	330.947.679	2.165.124	333.112.803
1 - Pessoal e Encargos Sociais	258.714.653	2.165.124	260.879.777
1000 - Recursos Livres da União	258.714.653		258.714.653
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.165.124	2.165.124
3 - Outras Despesas Correntes	68.073.026		68.073.026
1000 - Recursos Livres da União	66.867.228		66.867.228
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	476.798		476.798
1081 - Convênios	729.000		729.000
4 - Investimentos	4.160.000		4.160.000
1000 - Recursos Livres da União	4.160.000		4.160.000
26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará	240.534.709	5.127.122	245.661.831
1 - Pessoal e Encargos Sociais	183.388.983	5.127.122	188.516.105
1000 - Recursos Livres da União	183.388.983		183.388.983
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		5.127.122	5.127.122
3 - Outras Despesas Correntes	57.045.726		57.045.726
1000 - Recursos Livres da União	56.856.415		56.856.415
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	189.311		189.311
4 - Investimentos	100.000		100.000
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	181.104.776	1.479.023	182.583.799
1 - Pessoal e Encargos Sociais	131.996.008	1.479.023	133.475.031
1000 - Recursos Livres da União	131.996.008		131.996.008
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.479.023	1.479.023
3 - Outras Despesas Correntes	48.571.038		48.571.038
1000 - Recursos Livres da União	48.561.038		48.561.038
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.000		10.000
4 - Investimentos	537.730		537.730
1000 - Recursos Livres da União	10.000		10.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	527.730		527.730
26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares		8.076.605.355	8.076.605.355
1 - Pessoal e Encargos Sociais		7.336.299.679	7.336.299.679
1000 - Recursos Livres da União		7.336.299.679	7.336.299.679
3 - Outras Despesas Correntes		690.305.669	690.305.669
1000 - Recursos Livres da União		493.601.760	493.601.760
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		196.703.909	196.703.909
4 - Investimentos		50.000.007	50.000.007
1000 - Recursos Livres da União		50.000.007	50.000.007
26445 - Hospital Universitário da UNIFESP		390.236.843	390.236.843
1 - Pessoal e Encargos Sociais		368.195.217	368.195.217
1000 - Recursos Livres da União		368.195.217	368.195.217
3 - Outras Despesas Correntes		22.041.626	22.041.626
1000 - Recursos Livres da União		22.041.626	22.041.626
26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia	140.108.703	696.436	140.805.139
1 - Pessoal e Encargos Sociais	105.923.402	696.436	106.619.838
1000 - Recursos Livres da União	105.923.402		105.923.402
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		696.436	696.436
3 - Outras Despesas Correntes	34.185.300		34.185.300
1000 - Recursos Livres da União	34.034.443		34.034.443
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	150.857		150.857
4 - Investimentos	1		1
1000 - Recursos Livres da União	1		1
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	169.975.397	970.593	170.945.990
1 - Pessoal e Encargos Sociais	134.494.223	970.593	135.464.816
1000 - Recursos Livres da União	134.494.223		134.494.223
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		970.593	970.593
3 - Outras Despesas Correntes	34.365.853		34.365.853
1000 - Recursos Livres da União	32.851.312		32.851.312
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	131.782		131.782
1081 - Convênios	1.382.759		1.382.759
4 - Investimentos	1.115.321		1.115.321
1000 - Recursos Livres da União	60.000		60.000
1081 - Convênios	1.055.321		1.055.321
26449 - Universidade Federal do Cariri	164.681.932	1.301.807	165.983.739
1 - Pessoal e Encargos Sociais	127.510.473	1.301.807	128.812.280
1000 - Recursos Livres da União	127.510.473		127.510.473
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.301.807	1.301.807
3 - Outras Despesas Correntes	37.171.458		37.171.458
1000 - Recursos Livres da União	36.212.052		36.212.052
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	959.406		959.406
4 - Investimentos	1		1
1000 - Recursos Livres da União	1		1
26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia	145.622.011	1.384.227	147.006.238
1 - Pessoal e Encargos Sociais	116.616.195	1.384.227	118.000.422
1000 - Recursos Livres da União	116.616.195		116.616.195
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.384.227	1.384.227
3 - Outras Despesas Correntes	25.106.822		25.106.822
1000 - Recursos Livres da União	25.053.491		25.053.491
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	53.331		53.331
4 - Investimentos	3.898.994		3.898.994
1000 - Recursos Livres da União	3.898.994		3.898.994
26452 - Universidade Federal de Catalão	121.622.736	879.775	122.502.511

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	100.240.378	879.775	101.120.153
1000 - Recursos Livres da União	100.240.378		100.240.378
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		879.775	879.775
3 - Outras Despesas Correntes	20.810.491		20.810.491
1000 - Recursos Livres da União	20.622.811		20.622.811
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	187.680		187.680
4 - Investimentos	571.867		571.867
1000 - Recursos Livres da União	521.867		521.867
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	50.000		50.000
26453 - Universidade Federal de Jataí	129.546.795	1.037.244	130.584.039
1 - Pessoal e Encargos Sociais	102.849.832	1.037.244	103.887.076
1000 - Recursos Livres da União	102.849.832		102.849.832
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.037.244	1.037.244
3 - Outras Despesas Correntes	26.696.962		26.696.962
1000 - Recursos Livres da União	26.107.236		26.107.236
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	589.726		589.726
4 - Investimentos	1		1
1000 - Recursos Livres da União	1		1
26454 - Universidade Federal de Rondonópolis	124.468.560	1.906.372	126.374.932
1 - Pessoal e Encargos Sociais	102.708.128	1.906.372	104.614.500
1000 - Recursos Livres da União	102.708.128		102.708.128
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.906.372	1.906.372
3 - Outras Despesas Correntes	19.993.019		19.993.019
1000 - Recursos Livres da União	19.595.819		19.595.819
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	397.200		397.200
4 - Investimentos	1.767.413		1.767.413
1000 - Recursos Livres da União	1.767.413		1.767.413
26455 - Universidade Federal do Delta do Parnaíba	96.496.657	1.072.097	97.568.754
1 - Pessoal e Encargos Sociais	71.731.925	1.072.097	72.804.022
1000 - Recursos Livres da União	71.731.925		71.731.925
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.072.097	1.072.097
3 - Outras Despesas Correntes	23.764.731		23.764.731
1000 - Recursos Livres da União	23.248.469		23.248.469
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	516.262		516.262
4 - Investimentos	1.000.001		1.000.001
1000 - Recursos Livres da União	1.000.001		1.000.001
26456 - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	70.936.118	991.263	71.927.381
1 - Pessoal e Encargos Sociais	53.139.953	991.263	54.131.216
1000 - Recursos Livres da União	53.139.953		53.139.953
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		991.263	991.263
3 - Outras Despesas Correntes	14.098.551		14.098.551
1000 - Recursos Livres da União	14.078.601		14.078.601
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	19.950		19.950
4 - Investimentos	3.697.614		3.697.614
1000 - Recursos Livres da União	3.697.614		3.697.614
26457 - Universidade Federal do Norte do Tocantins	115.063.348	1.103.960	116.167.308
1 - Pessoal e Encargos Sociais	86.776.081	1.103.960	87.880.041
1000 - Recursos Livres da União	86.776.081		86.776.081
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.103.960	1.103.960
3 - Outras Despesas Correntes	26.453.791		26.453.791
1000 - Recursos Livres da União	25.918.594		25.918.594
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	535.197		535.197
4 - Investimentos	1.833.476		1.833.476
1000 - Recursos Livres da União	1.739.126		1.739.126
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	94.350		94.350
28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	2.613.657.984	276.279.215	2.889.937.199
1 - Pessoal e Encargos Sociais	659.790.896	276.250.780	936.041.676
1000 - Recursos Livres da União	345.138.188	35.341.961	380.480.149
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	222.094.768	107.569.072	329.663.840
1052 - Recursos Livres da UO	92.557.940	17.616.270	110.174.210
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		115.723.477	115.723.477
3 - Outras Despesas Correntes	881.626.590	28.435	881.655.025
1000 - Recursos Livres da União	122.790.567	28.435	122.819.002
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	240.233.168		240.233.168
1052 - Recursos Livres da UO	487.249.101		487.249.101
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	31.353.754		31.353.754
4 - Investimentos	55.796.055		55.796.055
1000 - Recursos Livres da União	21.920.000		21.920.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.416.309		5.416.309
1052 - Recursos Livres da UO	24.119.500		24.119.500
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	4.340.246		4.340.246
9 - Reserva de Contingência	1.016.444.443		1.016.444.443
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	442.202.151		442.202.151
1052 - Recursos Livres da UO	83.160.851		83.160.851
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	491.081.441		491.081.441
28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	837.466.741	1.337.609	838.804.350
1 - Pessoal e Encargos Sociais	160.068.102	1.337.609	161.405.711
1000 - Recursos Livres da União	160.068.102		160.068.102

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.337.609	1.337.609
3 - Outras Despesas Correntes	160.056.952		160.056.952
1000 - Recursos Livres da União	101.104.113		101.104.113
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	27.599.085		27.599.085
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	31.353.754		31.353.754
4 - Investimentos	26.260.246		26.260.246
1000 - Recursos Livres da União	21.920.000		21.920.000
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	4.340.246		4.340.246
9 - Reserva de Contingência	491.081.441		491.081.441
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	491.081.441		491.081.441
28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	791.498.107	120.947.194	912.445.301
1 - Pessoal e Encargos Sociais	185.070.086	120.918.759	305.988.845
1000 - Recursos Livres da União	185.070.086	35.341.961	220.412.047
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		85.576.798	85.576.798
3 - Outras Despesas Correntes	589.428.021	28.435	589.456.456
1000 - Recursos Livres da União	21.686.454	28.435	21.714.889
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	134.700.983		134.700.983
1052 - Recursos Livres da UO	433.040.584		433.040.584
4 - Investimentos	17.000.000		17.000.000
1052 - Recursos Livres da UO	17.000.000		17.000.000
28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	742.098.220	107.569.072	849.667.292
1 - Pessoal e Encargos Sociais	222.094.768	107.569.072	329.663.840
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	222.094.768	107.569.072	329.663.840
3 - Outras Despesas Correntes	75.025.887		75.025.887
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	75.025.887		75.025.887
4 - Investimentos	5.135.809		5.135.809
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.135.809		5.135.809
9 - Reserva de Contingência	439.841.756		439.841.756
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	439.795.215		439.795.215
1052 - Recursos Livres da UO	46.541		46.541
28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	240.087.980	46.425.340	286.513.320
1 - Pessoal e Encargos Sociais	92.557.940	46.425.340	138.983.280
1052 - Recursos Livres da UO	92.557.940	17.616.270	110.174.210
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		28.809.070	28.809.070
3 - Outras Despesas Correntes	57.015.730		57.015.730
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.807.213		2.807.213
1052 - Recursos Livres da UO	54.208.517		54.208.517
4 - Investimentos	7.400.000		7.400.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	280.500		280.500
1052 - Recursos Livres da UO	7.119.500		7.119.500
9 - Reserva de Contingência	83.114.310		83.114.310
1052 - Recursos Livres da UO	83.114.310		83.114.310
28904 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	2.506.936		2.506.936
3 - Outras Despesas Correntes	100.000		100.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	100.000		100.000
9 - Reserva de Contingência	2.406.936		2.406.936
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.406.936		2.406.936
29000 - Defensoria Pública da União	741.141.187	20.696.462	761.837.649
1 - Pessoal e Encargos Sociais	410.211.554	20.696.462	430.908.016
1000 - Recursos Livres da União	410.211.554		410.211.554
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		20.696.462	20.696.462
3 - Outras Despesas Correntes	327.312.200		327.312.200
1000 - Recursos Livres da União	327.312.200		327.312.200
4 - Investimentos	3.617.433		3.617.433
1000 - Recursos Livres da União	3.617.433		3.617.433
29101 - Defensoria Pública da União	741.141.187	20.696.462	761.837.649
1 - Pessoal e Encargos Sociais	410.211.554	20.696.462	430.908.016
1000 - Recursos Livres da União	410.211.554		410.211.554
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		20.696.462	20.696.462
3 - Outras Despesas Correntes	327.312.200		327.312.200
1000 - Recursos Livres da União	327.312.200		327.312.200
4 - Investimentos	3.617.433		3.617.433
1000 - Recursos Livres da União	3.617.433		3.617.433
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15.597.070.321	4.820.054.242	20.417.124.563
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.478.984.293	4.761.420.976	13.240.405.269
1000 - Recursos Livres da União	8.452.409.644	1.089.001.391	9.541.411.035
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		880.196.497	880.196.497
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.204.659		20.204.659
1052 - Recursos Livres da UO	6.369.990		6.369.990
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.792.223.088	2.792.223.088
3 - Outras Despesas Correntes	4.349.105.799	1.501.176	4.350.606.975
1000 - Recursos Livres da União	1.679.912.378	1.501.176	1.681.413.554
1019 - FUNAPOL	469.704.887		469.704.887
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	721.989.591		721.989.591
1025 - Reparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfego Ilícito de Drogas	23.651.248		23.651.248
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	115.977.288		115.977.288
1052 - Recursos Livres da UO	52.800.815		52.800.815

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	40.412.168		40.412.168
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	897.761.748		897.761.748
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	346.895.676		346.895.676
4 - Investimentos	1.783.172.027		1.783.172.027
1000 - Recursos Livres da União	153.556.715		153.556.715
1019 - FUNAPOL	54.010.544		54.010.544
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	215.154.694		215.154.694
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	139.878.674		139.878.674
1052 - Recursos Livres da UO	30.583.074		30.583.074
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	29.362.152		29.362.152
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	423.472.856		423.472.856
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	737.153.318		737.153.318
9 - Reserva de Contingência	985.808.202	57.132.090	1.042.940.292
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		57.132.090	57.132.090
1019 - FUNAPOL	146.837.890		146.837.890
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	215.878.668		215.878.668
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	65.139.906		65.139.906
1052 - Recursos Livres da UO	16.858.726		16.858.726
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	541.093.012		541.093.012
30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	681.402.077	128.084.235	809.486.312
1 - Pessoal e Encargos Sociais	426.003.476	127.996.037	553.999.513
1000 - Recursos Livres da União	426.003.476	26.586.057	452.589.533
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		101.409.980	101.409.980
3 - Outras Despesas Correntes	224.222.115	88.198	224.310.313
1000 - Recursos Livres da União	221.293.676	88.198	221.381.874
1052 - Recursos Livres da UO	2.928.439		2.928.439
4 - Investimentos	31.176.486		31.176.486
1000 - Recursos Livres da União	30.826.486		30.826.486
1052 - Recursos Livres da UO	350.000		350.000
30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal	4.590.026.029	1.992.265.057	6.582.291.086
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.200.846.321	1.991.408.406	5.192.254.727
1000 - Recursos Livres da União	3.174.271.672	925.410.774	4.099.682.446
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.204.659		20.204.659
1052 - Recursos Livres da UO	6.369.990		6.369.990
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.065.997.632	1.065.997.632
3 - Outras Despesas Correntes	958.146.346	856.651	959.002.997
1000 - Recursos Livres da União	236.156.755	856.651	237.013.406
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	721.989.591		721.989.591
4 - Investimentos	215.154.694		215.154.694
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	215.154.694		215.154.694
9 - Reserva de Contingência	215.878.668		215.878.668
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	215.878.668		215.878.668
30108 - Departamento de Polícia Federal	6.840.972.771	2.641.748.088	9.482.720.859
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.834.007.287	2.641.191.761	7.475.199.048
1000 - Recursos Livres da União	4.834.007.287	137.004.560	4.971.011.847
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		880.196.497	880.196.497
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.623.990.704	1.623.990.704
3 - Outras Despesas Correntes	1.687.183.591	556.327	1.687.739.918
1000 - Recursos Livres da União	1.192.992.289	556.327	1.193.548.616
1019 - FUNAPOL	469.704.887		469.704.887
1025 - Reparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas	23.651.248		23.651.248
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	835.167		835.167
4 - Investimentos	172.944.003		172.944.003
1000 - Recursos Livres da União	118.933.459		118.933.459
1019 - FUNAPOL	54.010.544		54.010.544
9 - Reserva de Contingência	146.837.890		146.837.890
1019 - FUNAPOL	146.837.890		146.837.890
30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade(**)	67.564.088	811.772	68.375.860
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.951.206	811.772	14.762.978
1000 - Recursos Livres da União	13.951.206		13.951.206
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		811.772	811.772
3 - Outras Despesas Correntes	49.612.882		49.612.882
1000 - Recursos Livres da União	7.323.932		7.323.932
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	42.288.950		42.288.950
4 - Investimentos	4.000.000		4.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.000.000		4.000.000
30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD	30.118.499	13.000	30.131.499
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.176.003	13.000	4.189.003
1000 - Recursos Livres da União	4.176.003		4.176.003
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	22.145.726		22.145.726
1000 - Recursos Livres da União	22.145.726		22.145.726
4 - Investimentos	3.796.770		3.796.770
1000 - Recursos Livres da União	3.796.770		3.796.770
30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos	610.867.332		610.867.332

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	40.412.168		40.412.168
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	40.412.168		40.412.168
4 - Investimentos	29.362.152		29.362.152
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	29.362.152		29.362.152
9 - Reserva de Contingência	541.093.012		541.093.012
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	541.093.012		541.093.012
30907 - Fundo Penitenciário Nacional	361.469.043		361.469.043
3 - Outras Despesas Correntes	250.405.984		250.405.984
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	66.672.343		66.672.343
1052 - Recursos Livres da UO	2.240.029		2.240.029
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	181.493.612		181.493.612
4 - Investimentos	111.063.059		111.063.059
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	34.974.242		34.974.242
1052 - Recursos Livres da UO	20.396.822		20.396.822
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	55.691.995		55.691.995
30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	2.268.648.122		2.268.648.122
3 - Outras Despesas Correntes	1.063.807.767		1.063.807.767
1052 - Recursos Livres da UO	643.955		643.955
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	716.268.136		716.268.136
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	346.895.676		346.895.676
4 - Investimentos	1.204.840.355		1.204.840.355
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	99.906.176		99.906.176
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	367.780.861		367.780.861
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	737.153.318		737.153.318
30912 - Fundo Nacional Antidrogas	146.002.360	57.132.090	203.134.450
3 - Outras Despesas Correntes	53.169.220		53.169.220
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.180.828		6.180.828
1052 - Recursos Livres da UO	46.988.392		46.988.392
4 - Investimentos	10.834.508		10.834.508
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	998.256		998.256
1052 - Recursos Livres da UO	9.836.252		9.836.252
9 - Reserva de Contingência	81.998.632	57.132.090	139.130.722
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		57.132.090	57.132.090
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	65.139.906		65.139.906
1052 - Recursos Livres da UO	16.858.726		16.858.726
32000 - Ministério de Minas e Energia	8.655.574.722	205.272.734	8.860.847.456
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.608.371.490	204.879.064	1.813.250.554
1000 - Recursos Livres da União	1.060.694.530	77.604.137	1.138.298.667
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	76.469		76.469
1052 - Recursos Livres da UO	547.600.491		547.600.491
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		127.274.927	127.274.927
3 - Outras Despesas Correntes	3.461.470.899	393.670	3.461.864.569
1000 - Recursos Livres da União	363.473.008	393.670	363.866.678
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	116.604.636		116.604.636
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	160.664.229		160.664.229
1052 - Recursos Livres da UO	228.109.799		228.109.799
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	167.246.978		167.246.978
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	6.114.711		6.114.711
1081 - Convênios	1.500.000		1.500.000
1087 - CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	2.398.257.538		2.398.257.538
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	19.500.000		19.500.000
4 - Investimentos	98.975.271		98.975.271
1000 - Recursos Livres da União	6.202.000		6.202.000
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	12.452.171		12.452.171
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.545.680		10.545.680
1052 - Recursos Livres da UO	18.655.760		18.655.760
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	50.026.010		50.026.010
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	593.650		593.650
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	500.000		500.000
9 - Reserva de Contingência	3.486.757.062		3.486.757.062
1028 - Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	1.379.367.740		1.379.367.740
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	166.521.994		166.521.994
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	295.578.801		295.578.801
1052 - Recursos Livres da UO	969.627.919		969.627.919
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	356.020.525		356.020.525
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	319.640.083		319.640.083
32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	976.564.832	87.694.347	1.064.259.179
1 - Pessoal e Encargos Sociais	73.602.006	87.694.347	161.296.353
1000 - Recursos Livres da União	73.602.006	77.604.137	151.206.143
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		10.090.210	10.090.210
3 - Outras Despesas Correntes	253.986.177		253.986.177
1000 - Recursos Livres da União	169.678.509		169.678.509

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	64.807.668		64.807.668
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	19.500.000		19.500.000
4 - Investimentos	33.757.765		33.757.765
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	33.257.765		33.257.765
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	500.000		500.000
9 - Reserva de Contingência	615.218.884		615.218.884
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	295.578.801		295.578.801
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	319.640.083		319.640.083
32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	792.512.545	393.670	792.906.215
1 - Pessoal e Encargos Sociais	448.564.601		448.564.601
1000 - Recursos Livres da União	448.564.601		448.564.601
3 - Outras Despesas Correntes	164.973.779	393.670	165.367.449
1000 - Recursos Livres da União	44.320.135	393.670	44.713.805
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	116.604.636		116.604.636
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.549.008		2.549.008
1081 - Convênios	1.500.000		1.500.000
4 - Investimentos	12.452.171		12.452.171
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	12.452.171		12.452.171
9 - Reserva de Contingência	166.521.994		166.521.994
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	166.521.994		166.521.994
32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP(*)	2.319.418.819	22.204.156	2.341.622.975
1 - Pessoal e Encargos Sociais	253.024.482	22.204.156	275.228.638
1052 - Recursos Livres da UO	253.024.482		253.024.482
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		22.204.156	22.204.156
3 - Outras Despesas Correntes	170.369.592		170.369.592
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	123.400.890		123.400.890
1052 - Recursos Livres da UO	46.968.702		46.968.702
4 - Investimentos	8.531.933		8.531.933
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.087.422		3.087.422
1052 - Recursos Livres da UO	5.444.511		5.444.511
9 - Reserva de Contingência	1.887.492.812		1.887.492.812
1028 - Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	1.379.367.740		1.379.367.740
1052 - Recursos Livres da UO	508.125.072		508.125.072
32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL(*)	3.249.103.354	9.529.130	3.258.632.484
1 - Pessoal e Encargos Sociais	194.990.623	9.529.130	204.519.753
1052 - Recursos Livres da UO	194.990.623		194.990.623
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.529.130	9.529.130
3 - Outras Despesas Correntes	2.579.398.635		2.579.398.635
1052 - Recursos Livres da UO	181.141.097		181.141.097
1087 - CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	2.398.257.538		2.398.257.538
4 - Investimentos	13.211.249		13.211.249
1052 - Recursos Livres da UO	13.211.249		13.211.249
9 - Reserva de Contingência	461.502.847		461.502.847
1052 - Recursos Livres da UO	461.502.847		461.502.847
32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE	198.892.659		198.892.659
1 - Pessoal e Encargos Sociais	137.924.338		137.924.338
1000 - Recursos Livres da União	137.924.338		137.924.338
3 - Outras Despesas Correntes	55.172.671		55.172.671
1000 - Recursos Livres da União	46.057.960		46.057.960
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.000.000		3.000.000
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	6.114.711		6.114.711
4 - Investimentos	5.795.650		5.795.650
1000 - Recursos Livres da União	5.202.000		5.202.000
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	593.650		593.650
32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM(*)	690.616.397	85.451.431	776.067.828
1 - Pessoal e Encargos Sociais	200.451.670	85.451.431	285.903.101
1000 - Recursos Livres da União	100.789.815		100.789.815
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	76.469		76.469
1052 - Recursos Livres da UO	99.585.386		99.585.386
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		85.451.431	85.451.431
3 - Outras Despesas Correntes	117.375.957		117.375.957
1000 - Recursos Livres da União	14.936.647		14.936.647
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	102.439.310		102.439.310
4 - Investimentos	16.768.245		16.768.245
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	16.768.245		16.768.245
9 - Reserva de Contingência	356.020.525		356.020.525
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	356.020.525		356.020.525
32398 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	428.466.116		428.466.116
1 - Pessoal e Encargos Sociais	299.813.770		299.813.770
1000 - Recursos Livres da União	299.813.770		299.813.770
3 - Outras Despesas Correntes	120.194.088		120.194.088
1000 - Recursos Livres da União	88.479.757		88.479.757
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	31.714.331		31.714.331
4 - Investimentos	8.458.258		8.458.258
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.458.258		7.458.258
33000 - Ministério da Previdência Social		935.203.413.339	935.203.413.339
1 - Pessoal e Encargos Sociais		12.652.269.914	12.652.269.914
1000 - Recursos Livres da União		7.134.412.169	7.134.412.169
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.000	3.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		28.271.197	28.271.197
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		4.025.312.381	4.025.312.381
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.464.271.167	1.464.271.167
3 - Outras Despesas Correntes		922.465.780.778	922.465.780.778
1000 - Recursos Livres da União		1.067.615.490	1.067.615.490
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		29.915.799.876	29.915.799.876
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		23.204.023.959	23.204.023.959
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		16.963.548	16.963.548
1039 - Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar		925.106	925.106
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		18.384.395.734	18.384.395.734
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		2.627.922.783	2.627.922.783
1054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		629.933.992.666	629.933.992.666
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		295.194.007	295.194.007
9001 - Recursos Livres da Seguridade Social		15.450.876.228	15.450.876.228
9054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		2.301.675.769	2.301.675.769
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		199.266.395.612	199.266.395.612
4 - Investimentos		72.455.029	72.455.029
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.285.029	1.285.029
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		2.670.000	2.670.000
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		68.500.000	68.500.000
9 - Reserva de Contingência		12.907.618	12.907.618
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		12.907.618	12.907.618
33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta		2.697.935.303	2.697.935.303
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.433.753.913	2.433.753.913
1000 - Recursos Livres da União		2.115.917.917	2.115.917.917
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		317.835.996	317.835.996
3 - Outras Despesas Correntes		262.896.361	262.896.361
1000 - Recursos Livres da União		6.100.000	6.100.000
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		149.255.544	149.255.544
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		107.540.817	107.540.817
4 - Investimentos		1.285.029	1.285.029
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.285.029	1.285.029
33201 - Instituto Nacional do Seguro Social		13.474.416.412	13.474.416.412
1 - Pessoal e Encargos Sociais		10.190.244.804	10.190.244.804
1000 - Recursos Livres da União		5.018.494.252	5.018.494.252
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.000	3.000
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		4.025.312.381	4.025.312.381
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.146.435.171	1.146.435.171
3 - Outras Despesas Correntes		3.215.671.608	3.215.671.608
1000 - Recursos Livres da União		1.027.654.088	1.027.654.088
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		2.000.364.330	2.000.364.330
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		187.653.190	187.653.190
4 - Investimentos		68.500.000	68.500.000
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		68.500.000	68.500.000
33206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar		61.822.133	61.822.133
1 - Pessoal e Encargos Sociais		28.271.197	28.271.197
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		28.271.197	28.271.197
3 - Outras Despesas Correntes		17.973.318	17.973.318
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		16.963.548	16.963.548
1039 - Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar		925.106	925.106
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		84.664	84.664
4 - Investimentos		2.670.000	2.670.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		2.670.000	2.670.000
9 - Reserva de Contingência		12.907.618	12.907.618
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		12.907.618	12.907.618
33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social		918.969.239.491	918.969.239.491
3 - Outras Despesas Correntes		918.969.239.491	918.969.239.491
1000 - Recursos Livres da União		33.861.402	33.861.402
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		29.766.544.332	29.766.544.332
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		23.204.023.959	23.204.023.959
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		18.384.395.734	18.384.395.734
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		627.473.789	627.473.789
1054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		629.933.992.666	629.933.992.666
9001 - Recursos Livres da Seguridade Social		15.450.876.228	15.450.876.228
9054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		2.301.675.769	2.301.675.769
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		199.266.395.612	199.266.395.612
35000 - Ministério das Relações Exteriores	4.321.394.055	450.817.900	4.772.211.955
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.377.199.506	450.817.900	1.828.017.406
1000 - Recursos Livres da União	1.377.199.506	198.380.308	1.575.579.814
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		252.437.592	252.437.592

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	2.873.281.965		2.873.281.965
1000 - Recursos Livres da União	2.725.382.772		2.725.382.772
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.523.240		5.523.240
1052 - Recursos Livres da UO	142.375.953		142.375.953
4 - Investimentos	70.912.584		70.912.584
1000 - Recursos Livres da União	70.912.584		70.912.584
35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	4.307.512.840	449.264.335	4.756.777.175
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.369.223.410	449.264.335	1.818.487.745
1000 - Recursos Livres da União	1.369.223.410	198.380.308	1.567.603.718
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		250.884.027	250.884.027
3 - Outras Despesas Correntes	2.867.476.846		2.867.476.846
1000 - Recursos Livres da União	2.719.651.484		2.719.651.484
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.449.409		5.449.409
1052 - Recursos Livres da UO	142.375.953		142.375.953
4 - Investimentos	70.812.584		70.812.584
1000 - Recursos Livres da União	70.812.584		70.812.584
35201 - Fundação Alexandre de Gusmão	13.881.215	1.553.565	15.434.780
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.976.096	1.553.565	9.529.661
1000 - Recursos Livres da União	7.976.096		7.976.096
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.553.565	1.553.565
3 - Outras Despesas Correntes	5.805.119		5.805.119
1000 - Recursos Livres da União	5.731.288		5.731.288
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	73.831		73.831
4 - Investimentos	100.000		100.000
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
36000 - Ministério da Saúde		231.331.062.666	231.331.062.666
1 - Pessoal e Encargos Sociais		20.599.208.761	20.599.208.761
1000 - Recursos Livres da União		1.428.369.310	1.428.369.310
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.684.963.402	16.684.963.402
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		438.346.980	438.346.980
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.047.529.069	2.047.529.069
3 - Outras Despesas Correntes		180.744.437.518	180.744.437.518
1000 - Recursos Livres da União		19.898.253.695	19.898.253.695
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		61.312.749.252	61.312.749.252
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		96.402.094.895	96.402.094.895
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		1.259.425.623	1.259.425.623
1010 - Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito		117.000	117.000
1035 - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS		703.296.494	703.296.494
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		359.937.884	359.937.884
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		9.404.855	9.404.855
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		799.157.820	799.157.820
4 - Investimentos		10.974.504.639	10.974.504.639
1000 - Recursos Livres da União		357.045.259	357.045.259
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.606.067.632	10.606.067.632
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		11.200.000	11.200.000
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social		191.748	191.748
9 - Reserva de Contingência		19.012.911.748	19.012.911.748
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.823.989.646	18.823.989.646
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		188.922.102	188.922.102
36201 - Fundação Oswaldo Cruz		7.825.969.796	7.825.969.796
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.622.258.868	1.622.258.868
1000 - Recursos Livres da União		221.721.198	221.721.198
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		986.216.071	986.216.071
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		414.321.599	414.321.599
3 - Outras Despesas Correntes		5.443.007.761	5.443.007.761
1000 - Recursos Livres da União		261.021.110	261.021.110
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.122.114.430	1.122.114.430
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		3.985.114.833	3.985.114.833
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		21.262.521	21.262.521
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		53.494.867	53.494.867
4 - Investimentos		760.703.167	760.703.167
1000 - Recursos Livres da União		281.945.259	281.945.259
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		478.757.908	478.757.908
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO		2.233.010.330	2.233.010.330
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.710.457.968	1.710.457.968
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.710.457.968	1.710.457.968
3 - Outras Despesas Correntes		426.552.362	426.552.362
1000 - Recursos Livres da União		281.546.303	281.546.303
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		35.282.962	35.282.962
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		18.089.306	18.089.306
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		91.633.791	91.633.791
4 - Investimentos		96.000.000	96.000.000
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		96.000.000	96.000.000
36211 - Fundação Nacional de Saúde		2.816.707.036	2.816.707.036
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.044.452.936	2.044.452.936
1000 - Recursos Livres da União		42.449.777	42.449.777
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.921.563.496	1.921.563.496

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		80.439.663	80.439.663
3 - Outras Despesas Correntes		304.937.598	304.937.598
1000 - Recursos Livres da União		1.037.348	1.037.348
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		249.921.653	249.921.653
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		6.853.286	6.853.286
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		47.125.311	47.125.311
4 - Investimentos		467.316.502	467.316.502
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		467.124.754	467.124.754
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social		191.748	191.748
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)		904.189.938	904.189.938
1 - Pessoal e Encargos Sociais		662.045.135	662.045.135
1000 - Recursos Livres da União		295.410.901	295.410.901
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		240.935.829	240.935.829
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		125.698.405	125.698.405
3 - Outras Despesas Correntes		231.144.803	231.144.803
1000 - Recursos Livres da União		24.628	24.628
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		209.010.767	209.010.767
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		3.951.702	3.951.702
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		18.157.706	18.157.706
4 - Investimentos		11.000.000	11.000.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		11.000.000	11.000.000
36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS(*)		510.752.813	510.752.813
1 - Pessoal e Encargos Sociais		204.552.016	204.552.016
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		197.411.151	197.411.151
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.140.865	7.140.865
3 - Outras Despesas Correntes		117.078.695	117.078.695
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		116.540.944	116.540.944
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		537.751	537.751
4 - Investimentos		200.000	200.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		200.000	200.000
9 - Reserva de Contingência		188.922.102	188.922.102
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		188.922.102	188.922.102
36901 - Fundo Nacional de Saúde		217.040.432.753	217.040.432.753
1 - Pessoal e Encargos Sociais		14.355.441.838	14.355.441.838
1000 - Recursos Livres da União		868.787.434	868.787.434
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.066.725.867	12.066.725.867
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.419.928.537	1.419.928.537
3 - Outras Despesas Correntes		174.221.716.299	174.221.716.299
1000 - Recursos Livres da União		19.354.624.306	19.354.624.306
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		59.905.430.207	59.905.430.207
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		92.416.980.062	92.416.980.062
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		933.873.912	933.873.912
1010 - Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito		117.000	117.000
1035 - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS		703.296.494	703.296.494
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		309.243.318	309.243.318
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		9.404.855	9.404.855
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		588.746.145	588.746.145
4 - Investimentos		9.639.284.970	9.639.284.970
1000 - Recursos Livres da União		75.100.000	75.100.000
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.564.184.970	9.564.184.970
9 - Reserva de Contingência		18.823.989.646	18.823.989.646
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.823.989.646	18.823.989.646
37000 - Controladoria-Geral da União	1.112.084.806	280.131.917	1.392.216.723
1 - Pessoal e Encargos Sociais	933.611.713	280.131.917	1.213.743.630
1000 - Recursos Livres da União	933.611.713	44.663.721	978.275.434
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		235.468.196	235.468.196
3 - Outras Despesas Correntes	171.553.095		171.553.095
1000 - Recursos Livres da União	171.553.095		171.553.095
4 - Investimentos	6.919.998		6.919.998
1000 - Recursos Livres da União	6.919.998		6.919.998
37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta	1.112.084.806	280.131.917	1.392.216.723
1 - Pessoal e Encargos Sociais	933.611.713	280.131.917	1.213.743.630
1000 - Recursos Livres da União	933.611.713	44.663.721	978.275.434
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		235.468.196	235.468.196
3 - Outras Despesas Correntes	171.553.095		171.553.095
1000 - Recursos Livres da União	171.553.095		171.553.095
4 - Investimentos	6.919.998		6.919.998
1000 - Recursos Livres da União	6.919.998		6.919.998
39000 - Ministério dos Transportes	54.338.761.548	3.067.273.563	57.406.035.111
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.103.754.605	3.050.466.159	4.154.220.764
1000 - Recursos Livres da União	1.103.754.605	2.798.552.959	3.902.307.564
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		14.063.343	14.063.343
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		237.849.857	237.849.857
3 - Outras Despesas Correntes	1.724.801.488	16.807.404	1.741.608.892
1000 - Recursos Livres da União	828.307.333	16.807.404	845.114.737
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	409.156.123		409.156.123

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/OU		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		389.248.552		389.248.552
1052 - Recursos Livres da UO		98.089.480		98.089.480
4 - Investimentos		15.474.511.029		15.474.511.029
1000 - Recursos Livres da União		13.395.708.945		13.395.708.945
1011 - Destinações da Cide-Combustíveis		1.508.952.806		1.508.952.806
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito		559.461.644		559.461.644
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		7.529.880		7.529.880
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		1.357.754		1.357.754
1052 - Recursos Livres da UO		1.500.000		1.500.000
9 - Reserva de Contingência		36.035.694.426		36.035.694.426
1007 - Prevenção de Acidentes de Trânsito		13.000		13.000
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito		676.027.540		676.027.540
1043 - Acordo FCA para Estudos, Obras, Recuperação, Desenvolvimento ou Implantação de Infraestrutura Ligada ao Aperfeiçoamento da Política de Transportes Ferroviários, Inclusive Modalidade Urbana		120.385.983		120.385.983
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		216.760.287		216.760.287
1052 - Recursos Livres da UO		35.022.507.616		35.022.507.616
39101 - Ministério dos Transportes - Administração Direta		2.444.158.594	2.761.135.698	5.205.294.292
1 - Pessoal e Encargos Sociais		142.037.766	2.761.121.987	2.903.159.753
1000 - Recursos Livres da União		142.037.766	2.744.947.487	2.886.985.253
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			16.174.500	16.174.500
3 - Outras Despesas Correntes		245.511.112	13.711	245.524.823
1000 - Recursos Livres da União		168.088.678	13.711	168.102.389
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		77.422.434		77.422.434
4 - Investimentos		1.936.210.733		1.936.210.733
1000 - Recursos Livres da União		1.936.210.733		1.936.210.733
9 - Reserva de Contingência		120.398.983		120.398.983
1007 - Prevenção de Acidentes de Trânsito		13.000		13.000
1043 - Acordo FCA para Estudos, Obras, Recuperação, Desenvolvimento ou Implantação de Infraestrutura Ligada ao Aperfeiçoamento da Política de Transportes Ferroviários, Inclusive Modalidade Urbana		120.385.983		120.385.983
39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.		936.691.239		936.691.239
1 - Pessoal e Encargos Sociais		168.553.100		168.553.100
1000 - Recursos Livres da União		168.553.100		168.553.100
3 - Outras Despesas Correntes		175.050.790		175.050.790
1000 - Recursos Livres da União		163.571.873		163.571.873
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		11.478.917		11.478.917
4 - Investimentos		588.599.241		588.599.241
1000 - Recursos Livres da União		588.599.241		588.599.241
9 - Reserva de Contingência		4.488.108		4.488.108
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		4.488.108		4.488.108
39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT(*)		35.794.544.105	28.128.685	35.822.672.790
1 - Pessoal e Encargos Sociais		252.307.099	28.128.685	280.435.784
1000 - Recursos Livres da União		252.307.099	2.000	252.309.099
1050 - Recursos Próprios Livres da UO			14.063.343	14.063.343
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			14.063.342	14.063.342
3 - Outras Despesas Correntes		341.937.154		341.937.154
1000 - Recursos Livres da União		10.641.834		10.641.834
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito		1.825.000		1.825.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		231.380.840		231.380.840
1052 - Recursos Livres da UO		98.089.480		98.089.480
4 - Investimentos		9.409.880		9.409.880
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito		380.000		380.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		7.529.880		7.529.880
1052 - Recursos Livres da UO		1.500.000		1.500.000
9 - Reserva de Contingência		35.190.889.972		35.190.889.972
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito		45.253.053		45.253.053
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		123.129.303		123.129.303
1052 - Recursos Livres da UO		35.022.507.616		35.022.507.616
39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT		14.353.350.247	278.009.180	14.631.359.427
1 - Pessoal e Encargos Sociais		540.856.640	261.215.487	802.072.127
1000 - Recursos Livres da União		540.856.640	53.603.472	594.460.112
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			207.612.015	207.612.015
3 - Outras Despesas Correntes		879.202.432	16.793.693	895.996.125
1000 - Recursos Livres da União		486.004.948	16.793.693	502.798.641
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito		324.231.123		324.231.123
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		68.966.361		68.966.361
4 - Investimentos		12.933.291.175		12.933.291.175
1000 - Recursos Livres da União		10.870.898.971		10.870.898.971
1011 - Destinações da Cide-Combustíveis		1.508.952.806		1.508.952.806
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito		552.081.644		552.081.644
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		1.357.754		1.357.754
39905 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET		810.017.363		810.017.363
3 - Outras Despesas Correntes		83.100.000		83.100.000
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito		83.100.000		83.100.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	7.000.000		7.000.000
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	7.000.000		7.000.000
9 - Reserva de Contingência	719.917.363		719.917.363
1020 - Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito	630.774.487		630.774.487
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	89.142.876		89.142.876
40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	29.996.897.064	81.457.787.620	111.454.684.684
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.495.762.743	1.605.651.184	3.101.413.927
1000 - Recursos Livres da União	849.346.582	1.155.354.909	2.004.701.491
1052 - Recursos Livres da UO	646.416.161		646.416.161
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		450.296.275	450.296.275
3 - Outras Despesas Correntes	654.634.373	79.849.215.435	80.503.849.808
1000 - Recursos Livres da União	583.370.174	884.341.062	1.467.711.236
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		109.126.166	109.126.166
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		51.291.968.409	51.291.968.409
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		25.675.168.257	25.675.168.257
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.009.369		4.009.369
1052 - Recursos Livres da UO	30.558.611		30.558.611
1084 - FGTS	36.696.219		36.696.219
9040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		1.888.611.541	1.888.611.541
4 - Investimentos	21.574.523	2.921.001	24.495.524
1000 - Recursos Livres da União	14.074.523		14.074.523
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		2.921.001	2.921.001
1052 - Recursos Livres da UO	7.500.000		7.500.000
5 - Inversões Financeiras	27.824.925.425		27.824.925.425
1041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	27.090.465.381		27.090.465.381
9041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	734.460.044		734.460.044
40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	2.110.351.808	2.438.817.928	4.549.169.736
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.455.410.632	1.554.476.866	3.009.887.498
1000 - Recursos Livres da União	808.994.471	1.117.636.655	1.926.631.126
1052 - Recursos Livres da UO	646.416.161		646.416.161
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		436.840.211	436.840.211
3 - Outras Despesas Correntes	634.466.653	884.341.062	1.518.807.715
1000 - Recursos Livres da União	567.211.823	884.341.062	1.451.552.885
1052 - Recursos Livres da UO	30.558.611		30.558.611
1084 - FGTS	36.696.219		36.696.219
4 - Investimentos	20.474.523		20.474.523
1000 - Recursos Livres da União	12.974.523		12.974.523
1052 - Recursos Livres da UO	7.500.000		7.500.000
40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	61.619.831	51.174.318	112.794.149
1 - Pessoal e Encargos Sociais	40.352.111	51.174.318	91.526.429
1000 - Recursos Livres da União	40.352.111	37.718.254	78.070.365
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.456.064	13.456.064
3 - Outras Despesas Correntes	20.167.720		20.167.720
1000 - Recursos Livres da União	16.158.351		16.158.351
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.009.369		4.009.369
4 - Investimentos	1.100.000		1.100.000
1000 - Recursos Livres da União	1.100.000		1.100.000
40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	27.824.925.425	78.967.795.374	106.792.720.799
3 - Outras Despesas Correntes		78.964.874.373	78.964.874.373
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		109.126.166	109.126.166
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		51.291.968.409	51.291.968.409
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		25.675.168.257	25.675.168.257
9040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		1.888.611.541	1.888.611.541
4 - Investimentos		2.921.001	2.921.001
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		2.921.001	2.921.001
5 - Inversões Financeiras	27.824.925.425		27.824.925.425
1041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	27.090.465.381		27.090.465.381
9041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	734.460.044		734.460.044
41000 - Ministério das Comunicações	1.950.419.228	32.818.159	1.983.237.387
1 - Pessoal e Encargos Sociais	598.804.068	32.798.159	631.602.227
1000 - Recursos Livres da União	520.669.880		520.669.880
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	78.134.188		78.134.188
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		32.798.159	32.798.159
2 - Juros e Encargos da Dívida	2.906.406		2.906.406
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	2.906.406		2.906.406
3 - Outras Despesas Correntes	809.140.922	20.000	809.160.922
1000 - Recursos Livres da União	144.082.290	20.000	144.102.290
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST	18.543.758		18.543.758
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	286.037.427		286.037.427
1052 - Recursos Livres da UO	49.548.093		49.548.093
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	310.929.354		310.929.354
4 - Investimentos	211.085.423		211.085.423
1000 - Recursos Livres da União	185.029.556		185.029.556
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	26.055.867		26.055.867
6 - Amortização da Dívida	46.432.272		46.432.272
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	46.432.272		46.432.272
9 - Reserva de Contingência	282.050.137		282.050.137
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	5.888.029		5.888.029
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	276.162.108		276.162.108

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta	359.709.696	664.109	360.373.805
1 - Pessoal e Encargos Sociais	55.882.788	664.109	56.546.897
1000 - Recursos Livres da União	55.882.788		55.882.788
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		664.109	664.109
3 - Outras Despesas Correntes	208.298.908		208.298.908
1000 - Recursos Livres da União	90.193.354		90.193.354
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	118.105.554		118.105.554
4 - Investimentos	95.528.000		95.528.000
1000 - Recursos Livres da União	93.896.813		93.896.813
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	1.631.187		1.631.187
41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL(*)	632.912.657	32.154.050	665.066.707
1 - Pessoal e Encargos Sociais	394.808.184	32.134.050	426.942.234
1000 - Recursos Livres da União	391.673.996		391.673.996
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.134.188		3.134.188
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		32.134.050	32.134.050
3 - Outras Despesas Correntes	207.791.764	20.000	207.811.764
1000 - Recursos Livres da União	14.967.964	20.000	14.987.964
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	192.823.800		192.823.800
4 - Investimentos	24.424.680		24.424.680
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	24.424.680		24.424.680
9 - Reserva de Contingência	5.888.029		5.888.029
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	5.888.029		5.888.029
41260 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	889.705.024		889.705.024
1 - Pessoal e Encargos Sociais	148.113.096		148.113.096
1000 - Recursos Livres da União	73.113.096		73.113.096
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	75.000.000		75.000.000
2 - Juros e Encargos da Dívida	2.906.406		2.906.406
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	2.906.406		2.906.406
3 - Outras Despesas Correntes	324.958.399		324.958.399
1000 - Recursos Livres da União	38.920.972		38.920.972
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	286.037.427		286.037.427
4 - Investimentos	91.132.743		91.132.743
1000 - Recursos Livres da União	91.132.743		91.132.743
6 - Amortização da Dívida	46.432.272		46.432.272
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	46.432.272		46.432.272
9 - Reserva de Contingência	276.162.108		276.162.108
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	276.162.108		276.162.108
41902 - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST(***)	52.000.000		52.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	52.000.000		52.000.000
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST	18.543.758		18.543.758
1052 - Recursos Livres da UO	33.456.242		33.456.242
41903 - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL	16.091.851		16.091.851
3 - Outras Despesas Correntes	16.091.851		16.091.851
1052 - Recursos Livres da UO	16.091.851		16.091.851
42000 - Ministério da Cultura	3.051.608.187	258.439.530	3.310.047.717
1 - Pessoal e Encargos Sociais	430.038.676	258.439.530	688.478.206
1000 - Recursos Livres da União	430.038.676	127.256.774	557.295.450
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		131.182.756	131.182.756
3 - Outras Despesas Correntes	889.108.500		889.108.500
1000 - Recursos Livres da União	831.798.061		831.798.061
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	54.417.002		54.417.002
1052 - Recursos Livres da UO	2.893.437		2.893.437
4 - Investimentos	277.471.366		277.471.366
1000 - Recursos Livres da União	276.221.366		276.221.366
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.250.000		1.250.000
5 - Inversões Financeiras	600.000.000		600.000.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais	600.000.000		600.000.000
9 - Reserva de Contingência	854.989.645		854.989.645
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais	55.608.501		55.608.501
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	126.043.674		126.043.674
1052 - Recursos Livres da UO	484.577		484.577
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	672.852.893		672.852.893
42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta	451.481.041	39.135.393	490.616.434
1 - Pessoal e Encargos Sociais	74.900.992	39.135.393	114.036.385
1000 - Recursos Livres da União	74.900.992		74.900.992
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		39.135.393	39.135.393
3 - Outras Despesas Correntes	345.680.049		345.680.049
1000 - Recursos Livres da União	345.680.049		345.680.049
4 - Investimentos	30.900.000		30.900.000
1000 - Recursos Livres da União	30.900.000		30.900.000
42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa	39.339.414	21.186.074	60.525.488
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.334.078	21.186.074	41.520.152
1000 - Recursos Livres da União	20.334.078	13.174.366	33.508.444
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		8.011.708	8.011.708
3 - Outras Despesas Correntes	17.680.227		17.680.227
1000 - Recursos Livres da União	17.680.227		17.680.227
4 - Investimentos	1.325.109		1.325.109
1000 - Recursos Livres da União	1.325.109		1.325.109

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN	85.894.793	37.573.562	123.468.355
1 - Pessoal e Encargos Sociais	33.345.084	37.573.562	70.918.646
1000 - Recursos Livres da União	33.345.084	24.829.707	58.174.791
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		12.743.855	12.743.855
3 - Outras Despesas Correntes	45.449.709		45.449.709
1000 - Recursos Livres da União	44.944.119		44.944.119
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	505.590		505.590
4 - Investimentos	7.100.000		7.100.000
1000 - Recursos Livres da União	7.100.000		7.100.000
42203 - Fundação Cultural Palmares	27.443.858	2.198.430	29.642.288
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.624.671	8.823.101	15.447.772
1000 - Recursos Livres da União	6.624.671	513.638	7.138.309
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.684.792	1.684.792
3 - Outras Despesas Correntes	20.639.187		20.639.187
1000 - Recursos Livres da União	20.639.187		20.639.187
4 - Investimentos	180.000		180.000
1000 - Recursos Livres da União	180.000		180.000
42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	475.245.450	95.353.336	570.598.786
1 - Pessoal e Encargos Sociais	121.423.014	95.353.336	216.776.350
1000 - Recursos Livres da União	121.423.014	53.977.001	175.400.015
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		41.376.335	41.376.335
3 - Outras Despesas Correntes	136.066.179		136.066.179
1000 - Recursos Livres da União	134.910.851		134.910.851
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	801.747		801.747
1052 - Recursos Livres da UO	353.581		353.581
4 - Investimentos	217.756.257		217.756.257
1000 - Recursos Livres da União	217.756.257		217.756.257
42205 - Fundação Nacional de Artes	147.043.611	31.048.576	178.092.187
1 - Pessoal e Encargos Sociais	24.238.425	31.048.576	55.287.001
1000 - Recursos Livres da União	24.238.425	23.408.704	47.647.129
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.639.872	7.639.872
3 - Outras Despesas Correntes	118.905.186		118.905.186
1000 - Recursos Livres da União	118.847.157		118.847.157
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	58.029		58.029
4 - Investimentos	3.900.000		3.900.000
1000 - Recursos Livres da União	3.900.000		3.900.000
42206 - Agência Nacional do Cinema - ANCINE	159.943.495	3.586.518	163.530.013
1 - Pessoal e Encargos Sociais	102.328.725	3.586.518	105.915.243
1000 - Recursos Livres da União	102.328.725		102.328.725
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.586.518	3.586.518
3 - Outras Despesas Correntes	47.854.770		47.854.770
1000 - Recursos Livres da União	45.314.914		45.314.914
1052 - Recursos Livres da UO	2.539.856		2.539.856
4 - Investimentos	9.760.000		9.760.000
1000 - Recursos Livres da União	9.760.000		9.760.000
42207 - Instituto Brasileiro de Museus	157.726.880	28.357.641	186.084.521
1 - Pessoal e Encargos Sociais	46.843.687	28.357.641	75.201.328
1000 - Recursos Livres da União	46.843.687	11.353.358	58.197.045
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		17.004.283	17.004.283
3 - Outras Despesas Correntes	105.583.193		105.583.193
1000 - Recursos Livres da União	103.781.557		103.781.557
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.801.636		1.801.636
4 - Investimentos	5.300.000		5.300.000
1000 - Recursos Livres da União	5.300.000		5.300.000
42902 - Fundo Nacional de Cultura	1.507.489.645		1.507.489.645
3 - Outras Despesas Correntes	51.250.000		51.250.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	51.250.000		51.250.000
4 - Investimentos	1.250.000		1.250.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.250.000		1.250.000
5 - Inversões Financeiras	600.000.000		600.000.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais	600.000.000		600.000.000
9 - Reserva de Contingência	854.989.645		854.989.645
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais	55.608.501		55.608.501
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	126.043.674		126.043.674
1052 - Recursos Livres da UO	484.577		484.577
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	672.852.893		672.852.893
44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	2.825.880.862	820.330.217	3.646.211.079
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.042.724.259	820.089.671	1.862.813.930
1000 - Recursos Livres da União	1.042.724.259	492.470.303	1.535.194.562
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		327.619.368	327.619.368
3 - Outras Despesas Correntes	1.402.660.413	240.546	1.402.900.959
1000 - Recursos Livres da União	590.587.104	240.546	590.827.650
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	116.827.296		116.827.296
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	261.455.470		261.455.470
1052 - Recursos Livres da UO	113.555.102		113.555.102
1067 - Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	13.817.583		13.817.583
1068 - FNDP - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	2.000.000		2.000.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem	4.404.714		4.404.714

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/OU		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
<i>Revertidos a Fundos</i>				
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental		287.544.150		287.544.150
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos		4.368.994		4.368.994
1095 - Doações Estrangeiras		8.000.000		8.000.000
1096 - Doações Nacionais		100.000		100.000
4 - Investimentos		75.413.134		75.413.134
1000 - Recursos Livres da União		43.118.463		43.118.463
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		8.500.000		8.500.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		105.700		105.700
1052 - Recursos Livres da UO		7.393.043		7.393.043
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos		638.679		638.679
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental		10.000.000		10.000.000
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos		657.249		657.249
1095 - Doações Estrangeiras		5.000.000		5.000.000
9 - Reserva de Contingência		305.083.056		305.083.056
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		14.633		14.633
1068 - FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal		4.908.791		4.908.791
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos		59.520.254		59.520.254
1078 - Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo		197.052.534		197.052.534
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração		13.577.945		13.577.945
1095 - Doações Estrangeiras		18.108.899		18.108.899
1096 - Doações Nacionais		11.900.000		11.900.000
44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta		610.480.010	17.941.194	628.421.204
1 - Pessoal e Encargos Sociais		120.944.565	17.941.194	138.885.759
1000 - Recursos Livres da União		120.944.565		120.944.565
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			17.941.194	17.941.194
3 - Outras Despesas Correntes		278.875.693		278.875.693
1000 - Recursos Livres da União		278.875.693		278.875.693
4 - Investimentos		13.607.218		13.607.218
1000 - Recursos Livres da União		13.607.218		13.607.218
9 - Reserva de Contingência		197.052.534		197.052.534
1078 - Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo		197.052.534		197.052.534
44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB		100.119.074	13.000	100.132.074
1 - Pessoal e Encargos Sociais		27.351.763	13.000	27.364.763
1000 - Recursos Livres da União		27.351.763		27.351.763
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes		37.535.520		37.535.520
1000 - Recursos Livres da União		21.217.520		21.217.520
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		60.000		60.000
1052 - Recursos Livres da UO		12.158.000		12.158.000
1068 - FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal		2.000.000		2.000.000
1095 - Doações Estrangeiras		2.000.000		2.000.000
1096 - Doações Nacionais		100.000		100.000
4 - Investimentos		7.923.000		7.923.000
1000 - Recursos Livres da União		1.429.957		1.429.957
1052 - Recursos Livres da UO		6.493.043		6.493.043
9 - Reserva de Contingência		27.308.791		27.308.791
1068 - FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal		4.908.791		4.908.791
1095 - Doações Estrangeiras		10.500.000		10.500.000
1096 - Doações Nacionais		11.900.000		11.900.000
44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		1.224.972.994	660.614.962	1.885.587.956
1 - Pessoal e Encargos Sociais		540.719.045	660.374.416	1.201.093.461
1000 - Recursos Livres da União		540.719.045	477.465.477	1.018.184.522
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			182.908.939	182.908.939
3 - Outras Despesas Correntes		651.276.004	240.546	651.516.550
1000 - Recursos Livres da União		83.562.072	240.546	83.802.618
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		183.780.618		183.780.618
1052 - Recursos Livres da UO		96.389.164		96.389.164
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental		287.544.150		287.544.150
4 - Investimentos		19.400.000		19.400.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		8.500.000		8.500.000
1052 - Recursos Livres da UO		900.000		900.000
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental		10.000.000		10.000.000
9 - Reserva de Contingência		13.577.945		13.577.945
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração		13.577.945		13.577.945
44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ		65.777.388	21.050.666	86.828.054
1 - Pessoal e Encargos Sociais		27.397.436	21.050.666	48.448.102
1000 - Recursos Livres da União		27.397.436	9.116.104	36.513.540
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			11.934.562	11.934.562
3 - Outras Despesas Correntes		36.392.964		36.392.964
1000 - Recursos Livres da União		21.685.118		21.685.118
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		14.707.846		14.707.846
4 - Investimentos		1.986.988		1.986.988
1000 - Recursos Livres da União		1.881.288		1.881.288

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/OU		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		105.700		105.700
44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade		754.926.873	120.710.395	875.637.268
1 - Pessoal e Encargos Sociais		326.311.450	120.710.395	447.021.845
1000 - Recursos Livres da União		326.311.450	5.888.722	332.200.172
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			114.821.673	114.821.673
3 - Outras Despesas Correntes		389.806.524		389.806.524
1000 - Recursos Livres da União		185.246.701		185.246.701
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC		116.827.296		116.827.296
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		62.907.006		62.907.006
1052 - Recursos Livres da UO		5.007.938		5.007.938
1067 - Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável		13.817.583		13.817.583
1095 - Doações Estrangeiras		6.000.000		6.000.000
4 - Investimentos		31.200.000		31.200.000
1000 - Recursos Livres da União		26.200.000		26.200.000
1095 - Doações Estrangeiras		5.000.000		5.000.000
9 - Reserva de Contingência		7.608.899		7.608.899
1095 - Doações Estrangeiras		7.608.899		7.608.899
44901 - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA		64.578.280		64.578.280
3 - Outras Despesas Correntes		4.404.714		4.404.714
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos		4.404.714		4.404.714
4 - Investimentos		638.679		638.679
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos		638.679		638.679
9 - Reserva de Contingência		59.534.887		59.534.887
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		14.633		14.633
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos		59.520.254		59.520.254
44902 - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima		5.026.243		5.026.243
3 - Outras Despesas Correntes		4.368.994		4.368.994
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos		4.368.994		4.368.994
4 - Investimentos		657.249		657.249
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos		657.249		657.249
46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos		3.261.738.826	3.352.648.217	6.614.387.043
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.652.860.868	3.115.754.903	4.768.615.771
1000 - Recursos Livres da União		1.652.860.868	2.764.863.194	4.417.724.062
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			350.891.709	350.891.709
3 - Outras Despesas Correntes		1.163.614.830	236.893.314	1.400.508.144
1000 - Recursos Livres da União		1.106.419.907	236.893.314	1.343.313.221
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União		57.010.900		57.010.900
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		184.023		184.023
4 - Investimentos		89.381.448		89.381.448
1000 - Recursos Livres da União		83.664.348		83.664.348
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP		5.717.100		5.717.100
9 - Reserva de Contingência		355.881.680		355.881.680
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP		294.795.279		294.795.279
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União		61.086.401		61.086.401
46101 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos- Administração Direta		3.148.537.977	3.341.607.486	6.490.145.463
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.613.263.033	3.104.714.172	4.717.977.205
1000 - Recursos Livres da União		1.613.263.033	2.760.316.592	4.373.579.625
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			344.397.580	344.397.580
3 - Outras Despesas Correntes		1.093.764.758	236.893.314	1.330.658.072
1000 - Recursos Livres da União		1.036.727.050	236.893.314	1.273.620.364
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União		57.010.900		57.010.900
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		26.808		26.808
4 - Investimentos		85.628.506		85.628.506
1000 - Recursos Livres da União		79.911.406		79.911.406
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP		5.717.100		5.717.100
9 - Reserva de Contingência		355.881.680		355.881.680
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP		294.795.279		294.795.279
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União		61.086.401		61.086.401
46102 - Arquivo Nacional		31.367.391		31.367.391
3 - Outras Despesas Correntes		29.614.449		29.614.449
1000 - Recursos Livres da União		29.470.124		29.470.124
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		144.325		144.325
4 - Investimentos		1.752.942		1.752.942
1000 - Recursos Livres da União		1.752.942		1.752.942
46201 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública		81.833.458	11.040.731	92.874.189
1 - Pessoal e Encargos Sociais		39.597.835	11.040.731	50.638.566
1000 - Recursos Livres da União		39.597.835	4.546.602	44.144.437
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			6.494.129	6.494.129
3 - Outras Despesas Correntes		40.235.623		40.235.623
1000 - Recursos Livres da União		40.222.733		40.222.733
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		12.890		12.890

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
1000 - Recursos Livres da União	2.000.000		2.000.000
47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento	1.820.346.758	1.569.186.934	3.389.533.692
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.290.658.701	1.569.033.089	2.859.691.790
1000 - Recursos Livres da União	1.290.658.701	1.218.502.232	2.509.160.933
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		350.530.857	350.530.857
3 - Outras Despesas Correntes	495.847.094	153.845	496.000.939
1000 - Recursos Livres da União	494.037.128	153.845	494.190.973
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.809.966		1.809.966
4 - Investimentos	33.840.963		33.840.963
1000 - Recursos Livres da União	33.840.963		33.840.963
47101 - Ministério do Planejamento e Orçamento - Administração Direta	323.236.316	4.908.865	328.145.181
1 - Pessoal e Encargos Sociais	239.228.181	4.908.865	244.137.046
1000 - Recursos Livres da União	239.228.181		239.228.181
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.908.865	4.908.865
3 - Outras Despesas Correntes	73.236.135		73.236.135
1000 - Recursos Livres da União	73.236.135		73.236.135
4 - Investimentos	10.772.000		10.772.000
1000 - Recursos Livres da União	10.772.000		10.772.000
47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	199.562.040	229.156.993	428.719.033
1 - Pessoal e Encargos Sociais	130.271.227	229.156.993	359.428.220
1000 - Recursos Livres da União	130.271.227	181.441.206	311.712.433
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		47.715.787	47.715.787
3 - Outras Despesas Correntes	65.790.813		65.790.813
1000 - Recursos Livres da União	65.790.813		65.790.813
4 - Investimentos	3.500.000		3.500.000
1000 - Recursos Livres da União	3.500.000		3.500.000
47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	1.297.548.402	1.335.121.076	2.632.669.478
1 - Pessoal e Encargos Sociais	921.159.293	1.334.967.231	2.256.126.524
1000 - Recursos Livres da União	921.159.293	1.037.061.026	1.958.220.319
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		297.906.205	297.906.205
3 - Outras Despesas Correntes	356.820.146	153.845	356.973.991
1000 - Recursos Livres da União	355.010.180	153.845	355.164.025
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.809.966		1.809.966
4 - Investimentos	19.568.963		19.568.963
1000 - Recursos Livres da União	19.568.963		19.568.963
49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	4.930.980.701	749.190.840	5.680.171.541
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.469.379.754	748.626.607	2.218.006.361
1000 - Recursos Livres da União	1.067.979.285	591.301.787	1.659.281.072
1052 - Recursos Livres da UO	401.400.469		401.400.469
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		157.324.820	157.324.820
3 - Outras Despesas Correntes	1.517.512.236	564.233	1.518.076.469
1000 - Recursos Livres da União	1.128.987.746	564.233	1.129.551.979
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	54.091.943		54.091.943
1052 - Recursos Livres da UO	247.263.619		247.263.619
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	65.168.928		65.168.928
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	22.000.000		22.000.000
4 - Investimentos	305.542.471		305.542.471
1000 - Recursos Livres da União	236.077.615		236.077.615
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.698.379		18.698.379
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	11.342.241		11.342.241
1052 - Recursos Livres da UO	12.079.000		12.079.000
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	27.345.236		27.345.236
5 - Inversões Financeiras	304.936.790		304.936.790
1052 - Recursos Livres da UO	174.392.683		174.392.683
1057 - Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	130.544.107		130.544.107
9 - Reserva de Contingência	1.333.609.450		1.333.609.450
1026 - Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas	140.391.878		140.391.878
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	694.423		694.423
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	123.874.655		123.874.655
1052 - Recursos Livres da UO	816.648.494		816.648.494
1062 - Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM	252.000.000		252.000.000
49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta	1.112.492.628	1.000.000	1.113.492.628
1 - Pessoal e Encargos Sociais	37.778.383	1.000.000	38.778.383
1000 - Recursos Livres da União	37.778.383		37.778.383
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.000.000	1.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	898.470.532		898.470.532
1000 - Recursos Livres da União	876.470.532		876.470.532
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	22.000.000		22.000.000
4 - Investimentos	35.851.835		35.851.835
1000 - Recursos Livres da União	35.851.835		35.851.835
9 - Reserva de Contingência	140.391.878		140.391.878
1026 - Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas	140.391.878		140.391.878
49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRÁ	2.034.119.427	748.131.744	2.782.251.171
1 - Pessoal e Encargos Sociais	483.432.185	747.626.607	1.231.058.792
1000 - Recursos Livres da União	82.031.716	591.301.787	673.333.503
1052 - Recursos Livres da UO	401.400.469		401.400.469
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		156.324.820	156.324.820
3 - Outras Despesas Correntes	289.592.880	505.137	290.098.017

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	42.329.261	505.137	42.834.398
1052 - Recursos Livres da UO	247.263.619		247.263.619
4 - Investimentos	14.940.000		14.940.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	2.861.000		2.861.000
1052 - Recursos Livres da UO	12.079.000		12.079.000
5 - Inversões Financeiras	304.936.790		304.936.790
1052 - Recursos Livres da UO	174.392.683		174.392.683
1057 - Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	130.544.107		130.544.107
9 - Reserva de Contingência	941.217.572		941.217.572
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	694.423		694.423
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	123.874.655		123.874.655
1052 - Recursos Livres da UO	816.648.494		816.648.494
49202 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1.784.368.646	59.096	1.784.427.742
1 - Pessoal e Encargos Sociais	948.169.186		948.169.186
1000 - Recursos Livres da União	948.169.186		948.169.186
3 - Outras Despesas Correntes	329.448.824	59.096	329.507.920
1000 - Recursos Livres da União	210.187.953	59.096	210.247.049
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	54.091.943		54.091.943
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	65.168.928		65.168.928
4 - Investimentos	254.750.636		254.750.636
1000 - Recursos Livres da União	200.225.780		200.225.780
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.698.379		18.698.379
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	8.481.241		8.481.241
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	27.345.236		27.345.236
9 - Reserva de Contingência	252.000.000		252.000.000
1062 - Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM	252.000.000		252.000.000
51000 - Ministério do Esporte	607.768.143	13.000	607.781.143
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.697.800	13.000	4.710.800
1000 - Recursos Livres da União	4.697.800		4.697.800
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	343.213.023		343.213.023
1000 - Recursos Livres da União	28.356.352		28.356.352
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	314.856.671		314.856.671
4 - Investimentos	72.345.312		72.345.312
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	72.345.312		72.345.312
9 - Reserva de Contingência	187.512.008		187.512.008
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	187.512.008		187.512.008
51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta	607.768.143	13.000	607.781.143
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.697.800	13.000	4.710.800
1000 - Recursos Livres da União	4.697.800		4.697.800
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	343.213.023		343.213.023
1000 - Recursos Livres da União	28.356.352		28.356.352
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	314.856.671		314.856.671
4 - Investimentos	72.345.312		72.345.312
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	72.345.312		72.345.312
9 - Reserva de Contingência	187.512.008		187.512.008
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	187.512.008		187.512.008
52000 - Ministério da Defesa	92.041.669.560	34.105.116.221	126.146.785.781
1 - Pessoal e Encargos Sociais	67.527.712.213	30.885.456.684	98.413.168.897
1000 - Recursos Livres da União	67.438.657.194	18.730.971.547	86.169.628.741
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		2.339.022.349	2.339.022.349
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		9.322.426.222	9.322.426.222
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	89.055.019	2.205.637	91.260.656
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		490.830.929	490.830.929
2 - Juros e Encargos da Dívida	851.510.481		851.510.481
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.454.932		5.454.932
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	846.055.549		846.055.549
3 - Outras Despesas Correntes	12.608.071.981	3.089.464.425	15.697.536.406
1000 - Recursos Livres da União	9.127.958.320	57.366.784	9.185.325.104
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		2.267.086.510	2.267.086.510
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	1.031.612		1.031.612
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	39.170.587		39.170.587
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		17.425.316	17.425.316
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.122.988.850	331.145.234	3.454.134.084
1052 - Recursos Livres da UO	20.727.185		20.727.185
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	189.242.736		189.242.736
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	11.608.491		11.608.491
1081 - Convênios	5.023.077		5.023.077
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO	600.000		600.000
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	89.721.123		89.721.123
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		416.440.581	416.440.581
4 - Investimentos	8.149.610.330	130.195.112	8.279.805.442

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/OU		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		3.973.052.322	18.000.000	3.991.052.322
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas			88.195.112	88.195.112
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário		101.763		101.763
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército		25.829.413		25.829.413
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.225.710.262		1.225.710.262
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		16.667.468		16.667.468
1052 - Recursos Livres da UO		2.917.832		2.917.832
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre		20.757.264		20.757.264
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo		1.132.341.904		1.132.341.904
1081 - Convênios		1.976.923		1.976.923
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros		42.679.547		42.679.547
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal			24.000.000	24.000.000
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços		1.707.575.632		1.707.575.632
5 - Inversões Financeiras		11.445.911		11.445.911
1000 - Recursos Livres da União		1.289.829		1.289.829
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		10.156.082		10.156.082
6 - Amortização da Dívida		1.287.061.065		1.287.061.065
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		40.199.027		40.199.027
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal		1.246.862.038		1.246.862.038
9 - Reserva de Contingência		1.606.257.579		1.606.257.579
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário		10.941.454		10.941.454
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército		20.952.932		20.952.932
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		37.480.015		37.480.015
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		8.106.773		8.106.773
1052 - Recursos Livres da UO		204.241.475		204.241.475
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre		13.536.149		13.536.149
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo		885.470.218		885.470.218
1081 - Convênios		84.820.000		84.820.000
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO		17.619.586		17.619.586
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros		323.088.977		323.088.977
52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta		1.527.909.841	18.261.303	1.546.171.144
1 - Pessoal e Encargos Sociais		336.924.843	18.239.091	355.163.934
1000 - Recursos Livres da União		336.924.843	13.526.425	350.451.268
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			4.712.666	4.712.666
3 - Outras Despesas Correntes		750.474.013	22.212	750.496.225
1000 - Recursos Livres da União		747.974.013	22.212	747.996.225
1081 - Convênios		2.500.000		2.500.000
4 - Investimentos		440.510.985		440.510.985
1000 - Recursos Livres da União		223.810.985		223.810.985
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços		216.700.000		216.700.000
52111 - Comando da Aeronáutica		20.607.019.492	6.921.980.665	27.529.000.157
1 - Pessoal e Encargos Sociais		16.109.943.456	6.920.790.231	23.030.733.687
1000 - Recursos Livres da União		16.109.943.456	4.878.513.570	20.988.457.026
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios			1.872.715.210	1.872.715.210
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			169.561.451	169.561.451
2 - Juros e Encargos da Dívida		526.938.888		526.938.888
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		526.938.888		526.938.888
3 - Outras Despesas Correntes		1.314.511.513	1.190.434	1.315.701.947
1000 - Recursos Livres da União		1.312.710.170	1.190.434	1.313.900.604
1052 - Recursos Livres da UO		1.801.343		1.801.343
4 - Investimentos		2.263.415.836		2.263.415.836
1000 - Recursos Livres da União		1.235.236.166		1.235.236.166
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços		1.028.179.670		1.028.179.670
6 - Amortização da Dívida		392.209.799		392.209.799
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal		392.209.799		392.209.799
52121 - Comando do Exército		38.212.495.665	15.813.777.430	54.026.273.095
1 - Pessoal e Encargos Sociais		32.140.503.244	15.813.356.181	47.953.859.425
1000 - Recursos Livres da União		32.140.503.244	10.563.970.885	42.704.474.129
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios			5.096.246.019	5.096.246.019
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			153.139.277	153.139.277
3 - Outras Despesas Correntes		4.031.469.284	421.249	4.031.890.533
1000 - Recursos Livres da União		4.028.946.207	421.249	4.029.367.456
1081 - Convênios		2.523.077		2.523.077
4 - Investimentos		1.958.803.137		1.958.803.137
1000 - Recursos Livres da União		1.956.826.214		1.956.826.214
1081 - Convênios		1.976.923		1.976.923
9 - Reserva de Contingência		81.720.000		81.720.000
1081 - Convênios		81.720.000		81.720.000
52131 - Comando da Marinha		24.114.137.052	7.958.918.692	32.073.055.744
1 - Pessoal e Encargos Sociais		18.317.063.855	7.956.804.552	26.273.868.407
1000 - Recursos Livres da União		18.317.063.855	3.136.688.852	21.453.752.707
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			2.339.022.349	2.339.022.349
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios			2.353.464.993	2.353.464.993
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			127.628.358	127.628.358
2 - Juros e Encargos da Dívida		319.116.661		319.116.661
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		319.116.661		319.116.661
3 - Outras Despesas Correntes		1.738.706.840	2.114.140	1.740.820.980

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	1.727.098.349	2.114.140	1.729.212.489
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	11.608.491		11.608.491
4 - Investimentos	1.999.127.239		1.999.127.239
1000 - Recursos Livres da União	404.089.373		404.089.373
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.132.341.904		1.132.341.904
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	462.695.962		462.695.962
6 - Amortização da Dívida	854.652.239		854.652.239
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	854.652.239		854.652.239
9 - Reserva de Contingência	885.470.218		885.470.218
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	885.470.218		885.470.218
52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	44.161.020		44.161.020
3 - Outras Despesas Correntes	1.413.928		1.413.928
1000 - Recursos Livres da União	1.413.928		1.413.928
4 - Investimentos	42.747.092		42.747.092
1000 - Recursos Livres da União	42.747.092		42.747.092
52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	15.781.784	165.308	15.947.092
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.595.278	165.308	1.760.586
1000 - Recursos Livres da União	1.595.278	165.308	1.760.586
3 - Outras Despesas Correntes	2.272.606		2.272.606
1000 - Recursos Livres da União	122.606		122.606
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.150.000		2.150.000
4 - Investimentos	50.000		50.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	50.000		50.000
5 - Inversões Financeiras	4.500.000		4.500.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.500.000		4.500.000
9 - Reserva de Contingência	7.363.900		7.363.900
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.313.900		7.313.900
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	50.000		50.000
52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	339.399.616	1.802.655	341.202.271
1 - Pessoal e Encargos Sociais	208.146.379		208.146.379
1000 - Recursos Livres da União	119.091.360		119.091.360
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	89.055.019		89.055.019
3 - Outras Despesas Correntes	114.157.687	1.802.655	115.960.342
1000 - Recursos Livres da União	45.857.687	1.802.655	47.660.342
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	68.300.000		68.300.000
4 - Investimentos	16.800.000		16.800.000
1000 - Recursos Livres da União	8.800.000		8.800.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.000.000		8.000.000
9 - Reserva de Contingência	295.550		295.550
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	295.550		295.550
52222 - Fundação Osório	22.107.906	7.672.821	29.780.727
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.901.299	7.672.821	21.574.120
1000 - Recursos Livres da União	13.901.299	3.480.080	17.381.379
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.192.741	4.192.741
3 - Outras Despesas Correntes	7.856.607		7.856.607
1000 - Recursos Livres da União	7.472.161		7.472.161
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	384.446		384.446
4 - Investimentos	350.000		350.000
1000 - Recursos Livres da União	350.000		350.000
52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	73.809.478	2.283.320	76.092.798
1 - Pessoal e Encargos Sociais	268.624	2.283.320	2.551.944
1000 - Recursos Livres da União	268.624		268.624
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		2.205.637	2.205.637
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		77.683	77.683
2 - Juros e Encargos da Dívida	5.454.932		5.454.932
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.454.932		5.454.932
3 - Outras Despesas Correntes	530.647		530.647
1000 - Recursos Livres da União	97.647		97.647
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	433.000		433.000
5 - Inversões Financeiras	3.000.000		3.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.000.000		3.000.000
6 - Amortização da Dívida	40.199.027		40.199.027
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	40.199.027		40.199.027
9 - Reserva de Contingência	24.356.248		24.356.248
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	24.356.248		24.356.248
52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	434.280.255		434.280.255
1 - Pessoal e Encargos Sociais	399.365.235		399.365.235
1000 - Recursos Livres da União	399.365.235		399.365.235
3 - Outras Despesas Correntes	34.763.274		34.763.274
1000 - Recursos Livres da União	34.763.274		34.763.274
4 - Investimentos	151.746		151.746
1000 - Recursos Livres da União	151.746		151.746
52901 - Fundo do Ministério da Defesa	5.483.080		5.483.080
3 - Outras Despesas Correntes	2.200.112		2.200.112
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.200.112		2.200.112
4 - Investimentos	117.000		117.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	117.000		117.000
9 - Reserva de Contingência	3.165.968		3.165.968
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.165.968		3.165.968
52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas		275.650.361	275.650.361
1 - Pessoal e Encargos Sociais		166.145.180	166.145.180

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União		134.626.427	134.626.427
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		31.518.753	31.518.753
3 - Outras Despesas Correntes		91.505.181	91.505.181
1000 - Recursos Livres da União		51.066.094	51.066.094
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		17.425.316	17.425.316
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		23.013.771	23.013.771
4 - Investimentos		18.000.000	18.000.000
1000 - Recursos Livres da União		18.000.000	18.000.000
52903 - Fundo do Serviço Militar	20.364.277		20.364.277
3 - Outras Despesas Correntes	6.847.758		6.847.758
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	412.030		412.030
1052 - Recursos Livres da UO	6.435.728		6.435.728
4 - Investimentos	2.917.832		2.917.832
1052 - Recursos Livres da UO	2.917.832		2.917.832
9 - Reserva de Contingência	10.598.687		10.598.687
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.358.415		1.358.415
1052 - Recursos Livres da UO	9.240.272		9.240.272
52911 - Fundo Aeronáutico	4.077.559.625	380.542.583	4.458.102.208
3 - Outras Despesas Correntes	3.131.642.731	345.542.583	3.477.185.314
1000 - Recursos Livres da União	706.492.207		706.492.207
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		345.542.583	345.542.583
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.425.150.524		2.425.150.524
4 - Investimentos	941.970.983	35.000.000	976.970.983
1000 - Recursos Livres da União	34.620.697		34.620.697
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		35.000.000	35.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	900.943.965		900.943.965
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	6.406.321		6.406.321
5 - Inversões Financeiras	3.945.911		3.945.911
1000 - Recursos Livres da União	1.289.829		1.289.829
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.656.082		2.656.082
52921 - Fundo do Exército	424.225.446	2.203.840.438	2.628.065.884
3 - Outras Despesas Correntes	160.746.355	2.126.840.438	2.287.586.793
1000 - Recursos Livres da União	3.600.000	750.000	4.350.000
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		1.401.518.394	1.401.518.394
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	39.170.587		39.170.587
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	117.975.768	331.145.234	449.121.002
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		393.426.810	393.426.810
4 - Investimentos	242.526.159	77.000.000	319.526.159
1000 - Recursos Livres da União	12.185.196		12.185.196
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		53.000.000	53.000.000
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	25.829.413		25.829.413
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	195.718.585		195.718.585
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	8.792.965		8.792.965
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		24.000.000	24.000.000
9 - Reserva de Contingência	20.952.932		20.952.932
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	20.952.932		20.952.932
52931 - Fundo Naval	1.861.648.336	520.220.645	2.381.868.981
3 - Outras Despesas Correntes	1.247.978.626	520.025.533	1.768.004.159
1000 - Recursos Livres da União	511.410.071		511.410.071
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		520.025.533	520.025.533
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	1.031.612		1.031.612
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	455.857.930		455.857.930
1052 - Recursos Livres da UO	115.154		115.154
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	189.242.736		189.242.736
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO	600.000		600.000
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	89.721.123		89.721.123
4 - Investimentos	237.622.321	195.112	237.817.433
1000 - Recursos Livres da União	54.234.853		54.234.853
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		195.112	195.112
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	101.763		101.763
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	118.380.712		118.380.712
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.468.182		1.468.182
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	20.757.264		20.757.264
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	42.679.547		42.679.547
9 - Reserva de Contingência	376.047.389		376.047.389
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	10.941.454		10.941.454
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	7.761.223		7.761.223
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	13.536.149		13.536.149
1081 - Convênios	3.100.000		3.100.000
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO	17.619.586		17.619.586
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	323.088.977		323.088.977
52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	261.286.687		261.286.687
3 - Outras Despesas Correntes	62.500.000		62.500.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	50.125.040		50.125.040
1052 - Recursos Livres da UO	12.374.960		12.374.960

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	2.500.000		2.500.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.500.000		2.500.000
9 - Reserva de Contingência	196.286.687		196.286.687
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.285.484		1.285.484
1052 - Recursos Livres da UO	195.001.203		195.001.203
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	4.831.570.828	616.877.847	5.448.448.675
1 - Pessoal e Encargos Sociais	977.776.685	616.852.548	1.594.629.233
1000 - Recursos Livres da União	977.776.685	541.401.756	1.519.178.441
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		75.450.792	75.450.792
3 - Outras Despesas Correntes	1.653.081.800	25.299	1.653.107.099
1000 - Recursos Livres da União	1.195.170.787	25.299	1.195.196.086
1016 - Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União	151.360.841		151.360.841
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	83.963.717		83.963.717
1052 - Recursos Livres da UO	7.440.315		7.440.315
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	4.553.644		4.553.644
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	210.592.496		210.592.496
4 - Investimentos	2.093.764.042		2.093.764.042
1000 - Recursos Livres da União	2.050.603.513		2.050.603.513
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.168.893		5.168.893
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	15.427.931		15.427.931
1052 - Recursos Livres da UO	2.380.000		2.380.000
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	200.000		200.000
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	19.792.041		19.792.041
1082 - Atividades de Avaliação dos Impactos Econômicos e Sociais da Aplicação dos Recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regionais	191.664		191.664
9 - Reserva de Contingência	106.948.301		106.948.301
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	93.311.789		93.311.789
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	13.636.512		13.636.512
53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	2.875.139.077	8.951.592	2.884.090.669
1 - Pessoal e Encargos Sociais	94.686.460	8.951.592	103.638.052
1000 - Recursos Livres da União	94.686.460		94.686.460
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		8.951.592	8.951.592
3 - Outras Despesas Correntes	943.767.233		943.767.233
1000 - Recursos Livres da União	914.769.493		914.769.493
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	24.444.096		24.444.096
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	4.553.644		4.553.644
4 - Investimentos	1.743.373.595		1.743.373.595
1000 - Recursos Livres da União	1.742.326.087		1.742.326.087
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	847.508		847.508
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	200.000		200.000
9 - Reserva de Contingência	93.311.789		93.311.789
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	93.311.789		93.311.789
53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	935.966.145		935.966.145
1 - Pessoal e Encargos Sociais	633.960.798		633.960.798
1000 - Recursos Livres da União	633.960.798		633.960.798
3 - Outras Despesas Correntes	210.791.590		210.791.590
1000 - Recursos Livres da União	185.729.133		185.729.133
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	25.062.457		25.062.457
4 - Investimentos	91.213.757		91.213.757
1000 - Recursos Livres da União	76.674.992		76.674.992
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.971.385		3.971.385
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	10.567.380		10.567.380
53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	53.323.949	10.616.710	63.940.659
1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.616.958	10.616.710	29.233.668
1000 - Recursos Livres da União	18.616.958	1.048.930	19.665.888
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.567.780	9.567.780
3 - Outras Despesas Correntes	18.925.291		18.925.291
1000 - Recursos Livres da União	7.747.040		7.747.040
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	11.178.251		11.178.251
4 - Investimentos	15.781.700		15.781.700
1000 - Recursos Livres da União	15.590.036		15.590.036
1082 - Atividades de Avaliação dos Impactos Econômicos e Sociais da Aplicação dos Recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regionais	191.664		191.664
53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	64.804.988	8.215.363	73.020.351
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.693.664	8.215.363	38.909.027
1000 - Recursos Livres da União	30.693.664		30.693.664
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		8.215.363	8.215.363
3 - Outras Despesas Correntes	31.381.324		31.381.324
1000 - Recursos Livres da União	7.077.794		7.077.794
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	17.665.043		17.665.043
1052 - Recursos Livres da UO	6.638.487		6.638.487
4 - Investimentos	2.730.000		2.730.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/OU		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		350.000		350.000
1052 - Recursos Livres da UO		2.380.000		2.380.000
53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS		323.944.949	582.022.403	905.967.352
1 - Pessoal e Encargos Sociais		78.701.660	581.997.104	660.698.764
1000 - Recursos Livres da União		78.701.660	540.352.826	619.054.486
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			41.644.278	41.644.278
3 - Outras Despesas Correntes		36.910.341	25.299	36.935.640
1000 - Recursos Livres da União		33.973.414	25.299	33.998.713
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		2.905.956		2.905.956
1052 - Recursos Livres da UO		30.971		30.971
4 - Investimentos		208.332.948		208.332.948
1000 - Recursos Livres da União		203.472.397		203.472.397
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		4.860.551		4.860.551
53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO		51.220.621	139.958	51.360.579
1 - Pessoal e Encargos Sociais		11.139.231	139.958	11.279.189
1000 - Recursos Livres da União		11.139.231		11.139.231
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			139.958	139.958
3 - Outras Despesas Correntes		27.741.390		27.741.390
1000 - Recursos Livres da União		24.791.154		24.791.154
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		2.707.914		2.707.914
1052 - Recursos Livres da UO		242.322		242.322
4 - Investimentos		12.340.000		12.340.000
1000 - Recursos Livres da União		12.340.000		12.340.000
53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA(*)		527.171.099	6.931.821	534.102.920
1 - Pessoal e Encargos Sociais		109.977.914	6.931.821	116.909.735
1000 - Recursos Livres da União		109.977.914		109.977.914
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			6.931.821	6.931.821
3 - Outras Despesas Correntes		383.564.631		383.564.631
1000 - Recursos Livres da União		21.082.759		21.082.759
1016 - Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União		151.360.841		151.360.841
1052 - Recursos Livres da UO		528.535		528.535
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos		210.592.496		210.592.496
4 - Investimentos		19.992.042		19.992.042
1000 - Recursos Livres da União		200.001		200.001
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos		19.792.041		19.792.041
9 - Reserva de Contingência		13.636.512		13.636.512
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos		13.636.512		13.636.512
54000 - Ministério do Turismo		247.596.032	23.277.919	270.873.951
1 - Pessoal e Encargos Sociais		41.601.884	23.277.919	64.879.803
1000 - Recursos Livres da União		41.601.884	9.211.696	50.813.580
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			4.437.090	4.437.090
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			9.629.133	9.629.133
3 - Outras Despesas Correntes		148.034.720		148.034.720
1000 - Recursos Livres da União		147.398.261		147.398.261
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		635.273		635.273
1052 - Recursos Livres da UO		1.186		1.186
4 - Investimentos		57.959.428		57.959.428
1000 - Recursos Livres da União		57.959.428		57.959.428
54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta		247.596.032	23.277.919	270.873.951
1 - Pessoal e Encargos Sociais		41.601.884	23.277.919	64.879.803
1000 - Recursos Livres da União		41.601.884	9.211.696	50.813.580
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			4.437.090	4.437.090
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			9.629.133	9.629.133
3 - Outras Despesas Correntes		148.034.720		148.034.720
1000 - Recursos Livres da União		147.398.261		147.398.261
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		635.273		635.273
1052 - Recursos Livres da UO		1.186		1.186
4 - Investimentos		57.959.428		57.959.428
1000 - Recursos Livres da União		57.959.428		57.959.428
55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome			281.764.531.229	281.764.531.229
1 - Pessoal e Encargos Sociais			143.021.274	143.021.274
1000 - Recursos Livres da União			135.291.604	135.291.604
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			13.000	13.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			7.716.670	7.716.670
3 - Outras Despesas Correntes			281.243.971.806	281.243.971.806
1000 - Recursos Livres da União			19.807.739.973	19.807.739.973
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			17.359.081.010	17.359.081.010
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			227.787.580.672	227.787.580.672
1094 - Combate à Fome			5.518	5.518
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal			251.400.483	251.400.483
9002 - Atividades-fim da Seguridade Social			15.029.576.177	15.029.576.177
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública			1.008.587.977	1.008.587.977
4 - Investimentos			377.538.149	377.538.149
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			377.538.149	377.538.149
55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta			175.239.720.705	175.239.720.705

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais		143.021.274	143.021.274
1000 - Recursos Livres da União		135.291.604	135.291.604
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.000	13.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.716.670	7.716.670
3 - Outras Despesas Correntes		174.719.186.282	174.719.186.282
1000 - Recursos Livres da União		19.765.463.607	19.765.463.607
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.520.006.767	12.520.006.767
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		127.152.733.734	127.152.733.734
1094 - Combate à Fome		5.518	5.518
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		251.400.483	251.400.483
9002 - Atividades-fim da Seguridade Social		15.029.576.173	15.029.576.173
4 - Investimentos		377.513.149	377.513.149
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		377.513.149	377.513.149
55901 - Fundo Nacional de Assistência Social		106.524.810.524	106.524.810.524
3 - Outras Despesas Correntes		106.524.785.524	106.524.785.524
1000 - Recursos Livres da União		42.276.366	42.276.366
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.839.074.243	4.839.074.243
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		100.634.846.938	100.634.846.938
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		1.008.587.977	1.008.587.977
4 - Investimentos		25.000	25.000
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		25.000	25.000
56000 - Ministério das Cidades	20.891.624.718	94.462.836	20.986.087.554
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	1.193.540.928	68.703.752	1.262.244.680
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.180.602.861	57.299.512	1.237.902.373
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	12.938.067		12.938.067
3 - Outras Despesas Correntes			
1000 - Recursos Livres da União	2.882.935.678	11.404.240	11.404.240
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.637.924.286	25.759.084	2.908.694.762
1081 - Convênios	223.755.997		2.663.683.370
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	255.395		223.755.997
4 - Investimentos			
1000 - Recursos Livres da União	5.953.148.112		5.953.148.112
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.926.341.244		5.926.341.244
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	24.413.692		24.413.692
5 - Inversões Financeiras			
1000 - Recursos Livres da União	2.393.176		2.393.176
1085 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	10.862.000.000		10.862.000.000
	10.856.771.369		10.856.771.369
	5.228.631		5.228.631
56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta	18.431.126.979	69.791.916	18.500.918.895
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	47.736.572	68.703.752	116.440.324
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	47.736.572	57.299.512	105.036.084
3 - Outras Despesas Correntes			
1000 - Recursos Livres da União	2.380.695.314	11.404.240	11.404.240
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.359.695.314	1.088.164	2.381.783.478
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	21.000.000	1.088.164	2.360.783.478
4 - Investimentos			
1000 - Recursos Livres da União	5.160.695.093		5.160.695.093
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.160.695.093		5.160.695.093
5 - Inversões Financeiras			
1000 - Recursos Livres da União	10.842.000.000		10.842.000.000
1085 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	10.836.771.369		10.836.771.369
	5.228.631		5.228.631
56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	369.383.108	106.994	369.490.102
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	195.362.003		195.362.003
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	184.573.369		184.573.369
3 - Outras Despesas Correntes			
1000 - Recursos Livres da União	10.788.634		10.788.634
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	154.021.105	106.994	154.128.099
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	24.021.107	106.994	24.128.101
4 - Investimentos			
1000 - Recursos Livres da União	129.999.998		129.999.998
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.000.000		20.000.000
	20.000.000		20.000.000
56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	1.352.161.612	24.563.926	1.376.725.538
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	950.442.353		950.442.353
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	948.292.920		948.292.920
3 - Outras Despesas Correntes			
1000 - Recursos Livres da União	2.149.433		2.149.433
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	347.219.259	24.563.926	371.783.185
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	253.207.865	24.563.926	277.771.791
4 - Investimentos			
1000 - Recursos Livres da União	93.755.999		93.755.999
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	255.395		255.395
5 - Inversões Financeiras			
1000 - Recursos Livres da União	54.500.000		54.500.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	51.849.444		51.849.444
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	257.380		257.380
	2.393.176		2.393.176
56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	738.953.019		738.953.019
3 - Outras Despesas Correntes			
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
4 - Investimentos			
1000 - Recursos Livres da União	717.953.019		717.953.019
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	713.796.707		713.796.707
5 - Inversões Financeiras			
1000 - Recursos Livres da União	4.156.312		4.156.312
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.000.000		20.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	20.000.000		20.000.000
58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	299.721.935	1.000.000	300.721.935
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.473.121	1.000.000	27.473.121
1000 - Recursos Livres da União	26.473.121		26.473.121
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.000.000	1.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	261.874.348		261.874.348
1000 - Recursos Livres da União	252.821.387		252.821.387
1052 - Recursos Livres da UO	9.052.961		9.052.961
4 - Investimentos	11.374.466		11.374.466
1000 - Recursos Livres da União	7.840.830		7.840.830
1052 - Recursos Livres da UO	3.533.636		3.533.636
58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura- Administração Direta	299.721.935	1.000.000	300.721.935
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.473.121	1.000.000	27.473.121
1000 - Recursos Livres da União	26.473.121		26.473.121
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.000.000	1.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	261.874.348		261.874.348
1000 - Recursos Livres da União	252.821.387		252.821.387
1052 - Recursos Livres da UO	9.052.961		9.052.961
4 - Investimentos	11.374.466		11.374.466
1000 - Recursos Livres da União	7.840.830		7.840.830
1052 - Recursos Livres da UO	3.533.636		3.533.636
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	15.509.512	13.000	15.522.512
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.894.529	13.000	8.907.529
1000 - Recursos Livres da União	8.894.529		8.894.529
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	6.114.983		6.114.983
1000 - Recursos Livres da União	6.114.983		6.114.983
4 - Investimentos	500.000		500.000
1000 - Recursos Livres da União	500.000		500.000
60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República	15.509.512	13.000	15.522.512
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.894.529	13.000	8.907.529
1000 - Recursos Livres da União	8.894.529		8.894.529
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	6.114.983		6.114.983
1000 - Recursos Livres da União	6.114.983		6.114.983
4 - Investimentos	500.000		500.000
1000 - Recursos Livres da União	500.000		500.000
63000 - Advocacia-Geral da União	3.495.071.237	962.446.030	4.457.517.267
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.852.380.129	962.446.030	3.814.826.159
1000 - Recursos Livres da União	2.852.380.129	312.642.857	3.165.022.986
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		649.803.173	649.803.173
3 - Outras Despesas Correntes	607.317.258		607.317.258
1000 - Recursos Livres da União	607.317.258		607.317.258
4 - Investimentos	35.373.850		35.373.850
1000 - Recursos Livres da União	35.373.850		35.373.850
63101 - Advocacia-Geral da União	3.495.071.237	962.446.030	4.457.517.267
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.852.380.129	962.446.030	3.814.826.159
1000 - Recursos Livres da União	2.852.380.129	312.642.857	3.165.022.986
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		649.803.173	649.803.173
3 - Outras Despesas Correntes	607.317.258		607.317.258
1000 - Recursos Livres da União	607.317.258		607.317.258
4 - Investimentos	35.373.850		35.373.850
1000 - Recursos Livres da União	35.373.850		35.373.850
65000 - Ministério das Mulheres	207.081.100	1.000.000	208.081.100
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.806.309	1.000.000	12.806.309
1000 - Recursos Livres da União	11.806.309	565.798	12.372.107
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		434.202	434.202
3 - Outras Despesas Correntes	146.181.072		146.181.072
1000 - Recursos Livres da União	146.181.072		146.181.072
4 - Investimentos	49.093.719		49.093.719
1000 - Recursos Livres da União	49.093.719		49.093.719
65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta	207.081.100	1.000.000	208.081.100
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.806.309	1.000.000	12.806.309
1000 - Recursos Livres da União	11.806.309	565.798	12.372.107
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		434.202	434.202
3 - Outras Despesas Correntes	146.181.072		146.181.072
1000 - Recursos Livres da União	146.181.072		146.181.072
4 - Investimentos	49.093.719		49.093.719
1000 - Recursos Livres da União	49.093.719		49.093.719
67000 - Ministério da Igualdade Racial	162.391.185	1.000.000	163.391.185
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.583.165	1.000.000	12.583.165
1000 - Recursos Livres da União	11.583.165	769.527	12.352.692
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		230.473	230.473
3 - Outras Despesas Correntes	123.065.620		123.065.620
1000 - Recursos Livres da União	123.065.620		123.065.620
4 - Investimentos	27.742.400		27.742.400
1000 - Recursos Livres da União	27.742.400		27.742.400
67101 - Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta	162.391.185	1.000.000	163.391.185
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.583.165	1.000.000	12.583.165
1000 - Recursos Livres da União	11.583.165	769.527	12.352.692
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		230.473	230.473

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	123.065.620		123.065.620
1000 - Recursos Livres da União	123.065.620		123.065.620
4 - Investimentos	27.742.400		27.742.400
1000 - Recursos Livres da União	27.742.400		27.742.400
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	5.373.320.077	42.604.433	5.415.924.510
1 - Pessoal e Encargos Sociais	533.270.970	42.604.433	575.875.403
1000 - Recursos Livres da União	533.270.970		533.270.970
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		15.034.000	15.034.000
1052 - Recursos Livres da UO		5.768.217	5.768.217
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		21.802.216	21.802.216
3 - Outras Despesas Correntes	369.719.326		369.719.326
1000 - Recursos Livres da União	141.856.574		141.856.574
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	147.660.668		147.660.668
1052 - Recursos Livres da UO	66.711.430		66.711.430
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	6.020.000		6.020.000
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	7.470.654		7.470.654
4 - Investimentos	1.110.956.153		1.110.956.153
1000 - Recursos Livres da União	734.151.957		734.151.957
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	371.704.196		371.704.196
1052 - Recursos Livres da UO	5.100.000		5.100.000
5 - Inversões Financeiras	458.684.442		458.684.442
1000 - Recursos Livres da União	458.664.442		458.664.442
1052 - Recursos Livres da UO	20.000		20.000
9 - Reserva de Contingência	2.900.689.186		2.900.689.186
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	111.409.850		111.409.850
1052 - Recursos Livres da UO	2.570.640.327		2.570.640.327
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	15.104.591		15.104.591
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	203.534.418		203.534.418
68101 - Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta	1.352.732.675	1.000.000	1.353.732.675
1 - Pessoal e Encargos Sociais	37.427.086	1.000.000	38.427.086
1000 - Recursos Livres da União	37.427.086		37.427.086
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.000.000	1.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	122.489.190		122.489.190
1000 - Recursos Livres da União	122.489.190		122.489.190
4 - Investimentos	734.151.957		734.151.957
1000 - Recursos Livres da União	734.151.957		734.151.957
5 - Inversões Financeiras	458.664.442		458.664.442
1000 - Recursos Livres da União	458.664.442		458.664.442
68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	280.890.262	11.536.434	292.426.696
1 - Pessoal e Encargos Sociais	109.105.616	11.536.434	120.642.050
1000 - Recursos Livres da União	109.105.616		109.105.616
1052 - Recursos Livres da UO		5.768.217	5.768.217
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		5.768.217	5.768.217
3 - Outras Despesas Correntes	63.267.039		63.267.039
1000 - Recursos Livres da União	4.202.031		4.202.031
1052 - Recursos Livres da UO	59.065.008		59.065.008
4 - Investimentos	5.000.000		5.000.000
1052 - Recursos Livres da UO	5.000.000		5.000.000
9 - Reserva de Contingência	103.517.607		103.517.607
1052 - Recursos Livres da UO	103.517.607		103.517.607
68213 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	858.430.346	30.067.999	888.498.345
1 - Pessoal e Encargos Sociais	386.738.268	30.067.999	416.806.267
1000 - Recursos Livres da União	386.738.268		386.738.268
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		15.034.000	15.034.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		15.033.999	15.033.999
3 - Outras Despesas Correntes	138.683.133		138.683.133
1000 - Recursos Livres da União	15.165.353		15.165.353
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	102.910.704		102.910.704
1052 - Recursos Livres da UO	7.116.422		7.116.422
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	6.020.000		6.020.000
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	7.470.654		7.470.654
4 - Investimentos	12.089.478		12.089.478
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	11.989.478		11.989.478
1052 - Recursos Livres da UO	100.000		100.000
9 - Reserva de Contingência	320.919.467		320.919.467
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	93.860.822		93.860.822
1052 - Recursos Livres da UO	8.419.636		8.419.636
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	15.104.591		15.104.591
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	203.534.418		203.534.418
68901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM	2.715.954		2.715.954
3 - Outras Despesas Correntes	2.715.954		2.715.954
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.715.954		2.715.954
68902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	2.878.550.840		2.878.550.840
3 - Outras Despesas Correntes	42.564.010		42.564.010
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	42.034.010		42.034.010
1052 - Recursos Livres da UO	530.000		530.000
4 - Investimentos	359.714.718		359.714.718
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	359.714.718		359.714.718
5 - Inversões Financeiras	20.000		20.000
1052 - Recursos Livres da UO	20.000		20.000
9 - Reserva de Contingência	2.476.252.112		2.476.252.112
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	17.549.028		17.549.028

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1052 - Recursos Livres da UO	2.458.703.084		2.458.703.084
81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	392.709.214	19.511.081	412.220.295
1 - Pessoal e Encargos Sociais	51.084.544	1.300.000	52.384.544
1000 - Recursos Livres da União	51.084.544	376.181	51.460.725
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		923.819	923.819
3 - Outras Despesas Correntes	312.729.973	18.211.081	330.941.054
1000 - Recursos Livres da União	312.729.973	157.430	312.887.403
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		317.656	317.656
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		12.836.836	12.836.836
1096 - Doações Nacionais		2.212.057	2.212.057
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		2.687.102	2.687.102
4 - Investimentos	28.894.697		28.894.697
1000 - Recursos Livres da União	28.894.697		28.894.697
81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta	392.709.214	1.387.522	394.096.736
1 - Pessoal e Encargos Sociais	51.084.544	1.300.000	52.384.544
1000 - Recursos Livres da União	51.084.544	376.181	51.460.725
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		923.819	923.819
3 - Outras Despesas Correntes	312.729.973	87.522	312.817.495
1000 - Recursos Livres da União	312.729.973	87.522	312.817.495
4 - Investimentos	28.894.697		28.894.697
1000 - Recursos Livres da União	28.894.697		28.894.697
81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA		17.343.812	17.343.812
3 - Outras Despesas Correntes		17.343.812	17.343.812
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		317.656	317.656
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		12.126.997	12.126.997
1096 - Doações Nacionais		2.212.057	2.212.057
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		2.687.102	2.687.102
81902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI		779.747	779.747
3 - Outras Despesas Correntes		779.747	779.747
1000 - Recursos Livres da União		69.908	69.908
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		709.839	709.839
83000 - Banco Central do Brasil	2.124.658.625	2.026.808.827	4.151.467.452
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.533.085.700	2.026.775.920	3.559.861.620
1000 - Recursos Livres da União	1.533.085.700		1.533.085.700
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.386.122.622	1.386.122.622
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		262.903.606	262.903.606
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		348.519.684	348.519.684
1131 - Recursos Livres do Banco Central do Brasil		29.230.008	29.230.008
3 - Outras Despesas Correntes	495.570.535	32.907	495.603.442
1000 - Recursos Livres da União	270.543.421	32.907	270.576.328
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	225.027.114		225.027.114
4 - Investimentos	96.002.390		96.002.390
1000 - Recursos Livres da União	4.586.738		4.586.738
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	91.415.652		91.415.652
83201 - Banco Central do Brasil - BACEN	2.124.658.625	2.026.808.827	4.151.467.452
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.533.085.700	2.026.775.920	3.559.861.620
1000 - Recursos Livres da União	1.533.085.700		1.533.085.700
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.386.122.622	1.386.122.622
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		262.903.606	262.903.606
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		348.519.684	348.519.684
1131 - Recursos Livres do Banco Central do Brasil		29.230.008	29.230.008
3 - Outras Despesas Correntes	495.570.535	32.907	495.603.442
1000 - Recursos Livres da União	270.543.421	32.907	270.576.328
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	225.027.114		225.027.114
4 - Investimentos	96.002.390		96.002.390
1000 - Recursos Livres da União	4.586.738		4.586.738
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	91.415.652		91.415.652
84000 - Ministério dos Povos Indígenas	633.922.957	222.335.489	856.258.446
1 - Pessoal e Encargos Sociais	214.490.607	222.124.450	436.615.057
1000 - Recursos Livres da União	214.490.607	162.015.839	376.506.446
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		60.108.611	60.108.611
3 - Outras Despesas Correntes	388.606.162	211.039	388.817.201
1000 - Recursos Livres da União	388.290.849	211.039	388.501.888
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	315.313		315.313
4 - Investimentos	26.048.500		26.048.500
1000 - Recursos Livres da União	26.048.500		26.048.500
5 - Inversões Financeiras	4.777.688		4.777.688
1000 - Recursos Livres da União	4.777.688		4.777.688
84101 - Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta	110.039.334	2.000.000	112.039.334
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.258.999	2.000.000	18.258.999
1000 - Recursos Livres da União	16.258.999		16.258.999
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.000.000	2.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	88.809.335		88.809.335
1000 - Recursos Livres da União	88.809.335		88.809.335
4 - Investimentos	4.971.000		4.971.000
1000 - Recursos Livres da União	4.971.000		4.971.000
84201 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI	523.883.623	220.335.489	744.219.112
1 - Pessoal e Encargos Sociais	198.231.608	220.124.450	418.356.058
1000 - Recursos Livres da União	198.231.608	162.015.839	360.247.447

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		58.108.611	58.108.611
3 - Outras Despesas Correntes	299.796.827	211.039	300.007.866
1000 - Recursos Livres da União	299.481.514	211.039	299.692.553
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	315.313		315.313
4 - Investimentos	21.077.500		21.077.500
1000 - Recursos Livres da União	21.077.500		21.077.500
5 - Inversões Financeiras	4.777.688		4.777.688
1000 - Recursos Livres da União	4.777.688		4.777.688
OUTROS ENCARGOS	3.166.773.012.924	15.594.013.609	3.182.367.026.533
1 - Pessoal e Encargos Sociais	27.268.299.290	14.020.145.222	41.288.444.512
1000 - Recursos Livres da União	27.268.299.290	11.818.819.689	39.087.118.979
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		174.766.878	174.766.878
1024 - Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF		547.050.679	547.050.679
1055 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado		201.664.695	201.664.695
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.042.342.649	1.042.342.649
1125 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal		235.500.632	235.500.632
2 - Juros e Encargos da Dívida	435.274.951.864		435.274.951.864
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	9.622		9.622
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	435.274.942.242		435.274.942.242
3 - Outras Despesas Correntes	568.816.402.207	1.550.988.387	570.367.390.594
1000 - Recursos Livres da União	59.724.449.335	1.494.849.584	61.219.298.919
1006 - Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		32.335.685	32.335.685
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.075.615.359		1.075.615.359
1052 - Recursos Livres da UO	10.029.672		10.029.672
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	1.000.000		1.000.000
1126 - Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		23.803.118	23.803.118
1201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	197.686.171.932		197.686.171.932
1202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	170.010.107.857		170.010.107.857
1203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	6.451.192.620		6.451.192.620
1206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.043.991.771		3.043.991.771
1211 - Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	881.056.820		881.056.820
1213 - Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	19.022.854.482		19.022.854.482
1219 - Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	63.663.885		63.663.885
1229 - Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	13.817.583		13.817.583
1234 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas	1.830.157.868		1.830.157.868
1235 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu	1.111.805.125		1.111.805.125
1241 - Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios	6.110.075.328		6.110.075.328
1242 - Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios	58.982.875.901		58.982.875.901
1286 - Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	172.304.305		172.304.305
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	1.200.000.000		1.200.000.000
9201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	21.972.200.455		21.972.200.455
9202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	18.896.092.392		18.896.092.392
9203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	456.220.160		456.220.160
9206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	100.719.357		100.719.357
4 - Investimentos	430.000.000	19.380.000	449.380.000
1000 - Recursos Livres da União	430.000.000	19.380.000	449.380.000
5 - Inversões Financeiras	88.253.335.359	3.500.000	88.256.835.359
1000 - Recursos Livres da União	3.422.003.763		3.422.003.763
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		3.500.000	3.500.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais	231.701.103		231.701.103
1042 - Capitalização do Fundo Social	13.786.304.405		13.786.304.405
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST	210.493.519		210.493.519
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	14.547.218.364		14.547.218.364
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.696		5.696
1052 - Recursos Livres da UO	7.723.182.547		7.723.182.547
1061 - Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	837.185.154		837.185.154
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	290.552.558		290.552.558
1091 - Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras	3.876.216.894		3.876.216.894
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	373.650.334		373.650.334
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	859.184.112		859.184.112
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	373.650.334		373.650.334
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	863.184.112		863.184.112
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas	1.098.135.113		1.098.135.113

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>Administrativas/Operacionais</i>			
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	279.058.497		279.058.497
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	96.817.515		96.817.515
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	39.311.781		39.311.781
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	1.567.368		1.567.368
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	772.023.254		772.023.254
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	436.021.093		436.021.093
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	99.603.129		99.603.129
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	20.251.968		20.251.968
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	9.373.326		9.373.326
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	15.513.748		15.513.748
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.196.658		1.196.658
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	2.004		2.004
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	500.000.000		500.000.000
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	24.528		24.528
1207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	4.744.468.124		4.744.468.124
1208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste	4.744.468.124		4.744.468.124
1209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	7.116.702.189		7.116.702.189
1210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido	7.116.702.189		7.116.702.189
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	10.000.000.000		10.000.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	602.000.000		602.000.000
9097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	39.667.335		39.667.335
9098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	92.557.115		92.557.115
9099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	39.667.335		39.667.335
9100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	92.557.115		92.557.115
9101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	211.559.120		211.559.120
9102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	52.889.780		52.889.780
9207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	527.332.810		527.332.810
9208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste	527.332.810		527.332.810
9209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	790.999.218		790.999.218
9210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido	790.999.218		790.999.218
6 - Amortização da Dívida	2.042.237.224.457		2.042.237.224.457
1000 - Recursos Livres da União	91.974.170.209		91.974.170.209
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	37.230.987.645		37.230.987.645
1401 - Amortização da Dívida Pública Federal	45.656.440.355		45.656.440.355
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.735.213.636.771		1.735.213.636.771
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	36.695.000.000		36.695.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	7.720.935.049		7.720.935.049
9000 - Recursos Livres da União	87.746.054.428		87.746.054.428
9 - Reserva de Contingência	4.492.799.747		4.492.799.747
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.603.381.465		3.603.381.465
1052 - Recursos Livres da UO	138.172.572		138.172.572
1074 - Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	694.236.174		694.236.174
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	57.009.536		57.009.536
71000 - Encargos Financeiros da União	72.583.383.127	154.906.599	72.738.289.726
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.883.223.442	100.000.000	14.983.223.442
1000 - Recursos Livres da União	14.883.223.442	100.000.000	14.983.223.442
3 - Outras Despesas Correntes	36.903.699.795	54.906.599	36.958.606.394
1000 - Recursos Livres da União	35.830.554.764	54.906.599	35.885.461.363
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.063.115.359		1.063.115.359
1052 - Recursos Livres da UO	10.029.672		10.029.672
5 - Inversões Financeiras	16.554.278.026		16.554.278.026
1000 - Recursos Livres da União	960.562.029		960.562.029
1042 - Capitalização do Fundo Social	13.786.304.405		13.786.304.405

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.807.411.592		1.807.411.592
9 - Reserva de Contingência	4.242.181.864		4.242.181.864
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.409.773.118		3.409.773.118
1052 - Recursos Livres da UO	138.172.572		138.172.572
1074 - Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	694.236.174		694.236.174
71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	5.349.899.812		5.349.899.812
3 - Outras Despesas Correntes	4.375.663.638		4.375.663.638
1000 - Recursos Livres da União	4.375.663.638		4.375.663.638
5 - Inversões Financeiras	280.000.000		280.000.000
1000 - Recursos Livres da União	280.000.000		280.000.000
9 - Reserva de Contingência	694.236.174		694.236.174
1074 - Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	694.236.174		694.236.174
71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento	12.536.775.218	154.906.599	12.691.681.817
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.254.655.951	100.000.000	8.354.655.951
1000 - Recursos Livres da União	8.254.655.951	100.000.000	8.354.655.951
3 - Outras Despesas Correntes	3.607.701.539	54.906.599	3.662.608.138
1000 - Recursos Livres da União	3.607.701.539	54.906.599	3.662.608.138
5 - Inversões Financeiras	674.417.728		674.417.728
1000 - Recursos Livres da União	674.417.728		674.417.728
71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais	32.333.018.645		32.333.018.645
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.628.567.491		6.628.567.491
1000 - Recursos Livres da União	6.628.567.491		6.628.567.491
3 - Outras Despesas Correntes	25.698.306.853		25.698.306.853
1000 - Recursos Livres da União	25.698.306.853		25.698.306.853
5 - Inversões Financeiras	6.144.301		6.144.301
1000 - Recursos Livres da União	6.144.301		6.144.301
71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	1.209.604.129		1.209.604.129
3 - Outras Despesas Correntes	1.209.604.129		1.209.604.129
1000 - Recursos Livres da União	1.209.604.129		1.209.604.129
71903 - Fundo Social - FS	15.593.725.997		15.593.725.997
3 - Outras Despesas Correntes	10.000		10.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.000		10.000
5 - Inversões Financeiras	15.593.715.997		15.593.715.997
1042 - Capitalização do Fundo Social	13.786.304.405		13.786.304.405
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.807.411.592		1.807.411.592
71904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	73.334.251		73.334.251
3 - Outras Despesas Correntes	25.000.000		25.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	14.970.328		14.970.328
1052 - Recursos Livres da UO	10.029.672		10.029.672
9 - Reserva de Contingência	48.334.251		48.334.251
1052 - Recursos Livres da UO	48.334.251		48.334.251
71905 - Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	4.547.746.470		4.547.746.470
3 - Outras Despesas Correntes	1.048.135.031		1.048.135.031
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.048.135.031		1.048.135.031
9 - Reserva de Contingência	3.499.611.439		3.499.611.439
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.409.773.118		3.409.773.118
1052 - Recursos Livres da UO	89.838.321		89.838.321
71906 - Fundo Especial de Financiamento de Campanhas	939.278.605		939.278.605
3 - Outras Despesas Correntes	939.278.605		939.278.605
1000 - Recursos Livres da União	939.278.605		939.278.605
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	530.795.148.629	15.435.607.010	546.230.755.639
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.385.075.848	13.920.145.222	26.305.221.070
1000 - Recursos Livres da União	12.385.075.848	11.718.819.689	24.103.895.537
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		174.766.878	174.766.878
1024 - Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF		547.050.679	547.050.679
1055 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição do Segurado		201.664.695	201.664.695
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.042.342.649	1.042.342.649
1125 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição Patronal		235.500.632	235.500.632
3 - Outras Despesas Correntes	517.980.072.781	1.496.081.788	519.476.154.569
1000 - Recursos Livres da União	11.174.764.940	1.439.942.985	12.614.707.925
1006 - Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		32.335.685	32.335.685
1126 - Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		23.803.118	23.803.118
1201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	197.686.171.932		197.686.171.932
1202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	170.010.107.857		170.010.107.857
1203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	6.451.192.620		6.451.192.620
1206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.043.991.771		3.043.991.771
1211 - Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	881.056.820		881.056.820
1213 - Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	19.022.854.482		19.022.854.482
1219 - Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	63.663.885		63.663.885
1229 - Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	13.817.583		13.817.583
1234 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas	1.830.157.868		1.830.157.868

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1235 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu	1.111.805.125		1.111.805.125
1241 - Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios	6.110.075.328		6.110.075.328
1242 - Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios	58.982.875.901		58.982.875.901
1286 - Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	172.304.305		172.304.305
9201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	21.972.200.455		21.972.200.455
9202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	18.896.092.392		18.896.092.392
9203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	456.220.160		456.220.160
9206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	100.719.357		100.719.357
4 - Investimentos	430.000.000	19.380.000	449.380.000
1000 - Recursos Livres da União	430.000.000	19.380.000	449.380.000
73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	5.801.710.260		5.801.710.260
3 - Outras Despesas Correntes	5.801.710.260		5.801.710.260
1000 - Recursos Livres da União	5.801.710.260		5.801.710.260
73107 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	19.022.854.482		19.022.854.482
3 - Outras Despesas Correntes	19.022.854.482		19.022.854.482
1213 - Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	19.022.854.482		19.022.854.482
73108 - Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	419.561.417.249		419.561.417.249
3 - Outras Despesas Correntes	419.561.417.249		419.561.417.249
1201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	197.686.171.932		197.686.171.932
1202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	170.010.107.857		170.010.107.857
1203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	6.451.192.620		6.451.192.620
1206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.043.991.771		3.043.991.771
1211 - Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	881.056.820		881.056.820
1219 - Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	63.663.885		63.663.885
9201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	21.972.200.455		21.972.200.455
9202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	18.896.092.392		18.896.092.392
9203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	456.220.160		456.220.160
9206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	100.719.357		100.719.357
73111 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	13.817.583		13.817.583
3 - Outras Despesas Correntes	13.817.583		13.817.583
1229 - Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	13.817.583		13.817.583
73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	4.204.366.921	3.076.762.767	7.281.129.688
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.801.490.561	3.076.762.767	6.878.253.328
1000 - Recursos Livres da União	3.801.490.561	1.859.653.240	5.661.143.801
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		174.766.878	174.766.878
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.042.342.649	1.042.342.649
3 - Outras Despesas Correntes	402.876.360		402.876.360
1000 - Recursos Livres da União	230.572.055		230.572.055
1286 - Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	172.304.305		172.304.305
73116 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	59.225.326.977		59.225.326.977
3 - Outras Despesas Correntes	59.225.326.977		59.225.326.977
1000 - Recursos Livres da União	242.451.076		242.451.076
1242 - Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios	58.982.875.901		58.982.875.901
73118 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	2.941.962.993		2.941.962.993
3 - Outras Despesas Correntes	2.941.962.993		2.941.962.993
1234 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas	1.830.157.868		1.830.157.868
1235 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu	1.111.805.125		1.111.805.125
73119 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Mineração - ANM	6.110.075.328		6.110.075.328
3 - Outras Despesas Correntes	6.110.075.328		6.110.075.328
1241 - Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios	6.110.075.328		6.110.075.328
73120 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	3.000.000.000		3.000.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	2.750.000.000		2.750.000.000
1000 - Recursos Livres da União	2.750.000.000		2.750.000.000
4 - Investimentos	250.000.000		250.000.000
1000 - Recursos Livres da União	250.000.000		250.000.000
73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	10.913.616.836	12.358.844.243	23.272.461.079
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.583.585.287	10.843.382.455	19.426.967.742
1000 - Recursos Livres da União	8.583.585.287	9.859.166.449	18.442.751.736
1024 - Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF		547.050.679	547.050.679
1055 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição do Segurado		201.664.695	201.664.695
1125 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição Patronal		235.500.632	235.500.632
3 - Outras Despesas Correntes	2.150.031.549	1.496.081.788	3.646.113.337
1000 - Recursos Livres da União	2.150.031.549	1.439.942.985	3.589.974.534
1006 - Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		32.335.685	32.335.685
1126 - Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		23.803.118	23.803.118
4 - Investimentos	180.000.000	19.380.000	199.380.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V	Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	180.000.000	19.380.000	199.380.000
74000 - Operações Oficiais de Crédito	85.988.304.847	3.500.000	85.991.804.847
2 - Juros e Encargos da Dívida	11.000.000		11.000.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	11.000.000		11.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	13.932.629.631		13.932.629.631
1000 - Recursos Livres da União	12.719.129.631		12.719.129.631
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	12.500.000		12.500.000
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	1.000.000		1.000.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	1.200.000.000		1.200.000.000
5 - Inversões Financeiras	71.699.057.333	3.500.000	71.702.557.333
1000 - Recursos Livres da União	2.461.441.734		2.461.441.734
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		3.500.000	3.500.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais	231.701.103		231.701.103
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST	210.493.519		210.493.519
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	12.739.806.772		12.739.806.772
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.696		5.696
1052 - Recursos Livres da UO	7.723.182.547		7.723.182.547
1061 - Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	837.185.154		837.185.154
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	290.552.558		290.552.558
1091 - Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras	3.876.216.894		3.876.216.894
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	373.650.334		373.650.334
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	859.184.112		859.184.112
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	373.650.334		373.650.334
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	863.184.112		863.184.112
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.098.135.113		1.098.135.113
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	279.058.497		279.058.497
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	96.817.515		96.817.515
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	39.311.781		39.311.781
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	1.567.368		1.567.368
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	772.023.254		772.023.254
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	436.021.093		436.021.093
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	99.603.129		99.603.129
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	20.251.968		20.251.968
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	9.373.326		9.373.326
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	15.513.748		15.513.748
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.196.658		1.196.658
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	2.004		2.004
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	500.000.000		500.000.000
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	24.528		24.528
1207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	4.744.468.124		4.744.468.124
1208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste	4.744.468.124		4.744.468.124
1209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	7.116.702.189		7.116.702.189
1210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido	7.116.702.189		7.116.702.189
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	10.000.000.000		10.000.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	602.000.000		602.000.000
9097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	39.667.335		39.667.335
9098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	92.557.115		92.557.115
9099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	39.667.335		39.667.335
9100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	92.557.115		92.557.115
9101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	211.559.120		211.559.120
9102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos	52.889.780		52.889.780

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras</i>			
9207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	527.332.810		527.332.810
9208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste	527.332.810		527.332.810
9209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	790.999.218		790.999.218
9210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semárido	790.999.218		790.999.218
6 - Amortização da Dívida	95.000.000		95.000.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	95.000.000		95.000.000
9 - Reserva de Contingência	250.617.883		250.617.883
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	193.608.347		193.608.347
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	57.009.536		57.009.536
74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	15.886.570.335		15.886.570.335
2 - Juros e Encargos da Dívida	11.000.000		11.000.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	11.000.000		11.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	13.280.570.335		13.280.570.335
1000 - Recursos Livres da União	12.080.570.335		12.080.570.335
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	1.200.000.000		1.200.000.000
5 - Inversões Financeiras	2.500.000.000		2.500.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.662.814.846		1.662.814.846
1061 - Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	837.185.154		837.185.154
6 - Amortização da Dívida	95.000.000		95.000.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	95.000.000		95.000.000
74102 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	100.000.000		100.000.000
5 - Inversões Financeiras	100.000.000		100.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	100.000.000		100.000.000
74201 - Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP - M. Fazenda	1.240.460		1.240.460
5 - Inversões Financeiras	1.240.460		1.240.460
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.240.460		1.240.460
74202 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS		3.500.000	3.500.000
5 - Inversões Financeiras		3.500.000	3.500.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		3.500.000	3.500.000
74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-MDA	9.496.252		9.496.252
5 - Inversões Financeiras	9.496.252		9.496.252
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	9.496.252		9.496.252
74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	209.593.867		209.593.867
5 - Inversões Financeiras	209.593.867		209.593.867
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	209.588.171		209.588.171
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.696		5.696
74205 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	7.194.886		7.194.886
5 - Inversões Financeiras	7.194.886		7.194.886
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.194.886		7.194.886
74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Fun café - M. Agric. e Pec.	6.887.105.753		6.887.105.753
3 - Outras Despesas Correntes	500.000		500.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	500.000		500.000
5 - Inversões Financeiras	6.886.605.753		6.886.605.753
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.886.605.753		6.886.605.753
74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação	7.611.425.396		7.611.425.396
3 - Outras Despesas Correntes	638.559.296		638.559.296
1000 - Recursos Livres da União	638.559.296		638.559.296
5 - Inversões Financeiras	6.915.856.564		6.915.856.564
1000 - Recursos Livres da União	798.626.888		798.626.888
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.664.435.554		2.664.435.554
1052 - Recursos Livres da UO	2.952.794.122		2.952.794.122
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	500.000.000		500.000.000
9 - Reserva de Contingência	57.009.536		57.009.536
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	57.009.536		57.009.536
74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - M. de Portos e Aeroportos	7.606.844.193		7.606.844.193
5 - Inversões Financeiras	7.606.844.193		7.606.844.193
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.050.699.646		1.050.699.646
1052 - Recursos Livres da UO	2.679.927.653		2.679.927.653
1091 - Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras	3.876.216.894		3.876.216.894
74905 - Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das Telecomunic./FUNTEL-M.Comunicações	316.906.902		316.906.902
5 - Inversões Financeiras	316.906.902		316.906.902
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	80.058		80.058
1052 - Recursos Livres da UO	316.826.844		316.826.844
74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MDA	264.290.860		264.290.860

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/OU		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
5 - Inversões Financeiras		70.682.513		70.682.513
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		22.525.866		22.525.866
1052 - Recursos Livres da UO		48.156.647		48.156.647
9 - Reserva de Contingência		193.608.347		193.608.347
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		193.608.347		193.608.347
74908 - Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo		650.653.403		650.653.403
5 - Inversões Financeiras		650.653.403		650.653.403
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		244.059.864		244.059.864
1052 - Recursos Livres da UO		406.593.539		406.593.539
74910 - Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-M.Ciência,Tecnol. e Inov.		5.979.808.615		5.979.808.615
5 - Inversões Financeiras		5.979.808.615		5.979.808.615
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		127.789.522		127.789.522
1052 - Recursos Livres da UO		66.167		66.167
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		373.650.334		373.650.334
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		859.184.112		859.184.112
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		373.650.334		373.650.334
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		863.184.112		863.184.112
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		1.098.135.113		1.098.135.113
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras		279.058.497		279.058.497
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		96.817.515		96.817.515
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		39.311.781		39.311.781
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		1.567.368		1.567.368
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		772.023.254		772.023.254
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		436.021.093		436.021.093
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		99.603.129		99.603.129
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		20.251.968		20.251.968
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		9.373.326		9.373.326
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		1.196.658		1.196.658
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		2.004		2.004
1136 - CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		24.528		24.528
9097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		39.667.335		39.667.335
9098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		92.557.115		92.557.115
9099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		39.667.335		39.667.335
9100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		92.557.115		92.557.115
9101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		211.559.120		211.559.120
9102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras		52.889.780		52.889.780
74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura		412.000.000		412.000.000
3 - Outras Despesas Correntes		12.000.000		12.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		12.000.000		12.000.000
5 - Inversões Financeiras		400.000.000		400.000.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais		231.701.103		231.701.103
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		168.298.897		168.298.897
74913 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - MDR		5.271.800.934		5.271.800.934
5 - Inversões Financeiras		5.271.800.934		5.271.800.934
1207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte		4.744.468.124		4.744.468.124
9207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte		527.332.810		527.332.810
74914 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - MDR		5.271.800.934		5.271.800.934
5 - Inversões Financeiras		5.271.800.934		5.271.800.934
1208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste		4.744.468.124		4.744.468.124
9208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste		527.332.810		527.332.810
74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do		15.815.402.814		15.815.402.814

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso V	Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
Nordeste/FNE - MDR			
5 - Inversões Financeiras	15.815.402.814		15.815.402.814
1209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	7.116.702.189		7.116.702.189
1210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiarido	7.116.702.189		7.116.702.189
9209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	790.999.218		790.999.218
9210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiarido	790.999.218		790.999.218
74916 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - MMA	10.424.952.558		10.424.952.558
5 - Inversões Financeiras	10.424.952.558		10.424.952.558
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	134.400.000		134.400.000
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	290.552.558		290.552.558
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	10.000.000.000		10.000.000.000
74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - MDR	896.345.069		896.345.069
5 - Inversões Financeiras	896.345.069		896.345.069
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	457.559.696		457.559.696
1052 - Recursos Livres da UO	432.203.592		432.203.592
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	6.581.781		6.581.781
74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - MDR	1.027.130.855		1.027.130.855
5 - Inversões Financeiras	1.027.130.855		1.027.130.855
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	539.944.196		539.944.196
1052 - Recursos Livres da UO	478.579.048		478.579.048
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	8.607.611		8.607.611
74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - MDR	280.956.281		280.956.281
3 - Outras Despesas Correntes	1.000.000		1.000.000
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	1.000.000		1.000.000
5 - Inversões Financeiras	279.956.281		279.956.281
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	215.887.951		215.887.951
1052 - Recursos Livres da UO	63.743.974		63.743.974
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	324.356		324.356
74920 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST - M. Comunicações	1.056.784.480		1.056.784.480
5 - Inversões Financeiras	1.056.784.480		1.056.784.480
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST	210.493.519		210.493.519
1052 - Recursos Livres da UO	344.290.961		344.290.961
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	502.000.000		502.000.000
75000 - Dívida Pública Federal	2.477.406.176.321		2.477.406.176.321
2 - Juros e Encargos da Dívida	435.263.951.864		435.263.951.864
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	9.622		9.622
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	435.263.942.242		435.263.942.242
6 - Amortização da Dívida	2.042.142.224.457		2.042.142.224.457
1000 - Recursos Livres da União	91.974.170.209		91.974.170.209
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	37.230.987.645		37.230.987.645
1401 - Amortização da Dívida Pública Federal	45.656.440.355		45.656.440.355
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.735.213.636.771		1.735.213.636.771
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	36.600.000.000		36.600.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	7.720.935.049		7.720.935.049
9000 - Recursos Livres da União	87.746.054.428		87.746.054.428
75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	2.477.406.176.321		2.477.406.176.321
2 - Juros e Encargos da Dívida	435.263.951.864		435.263.951.864
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	9.622		9.622
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	435.263.942.242		435.263.942.242
6 - Amortização da Dívida	2.042.142.224.457		2.042.142.224.457
1000 - Recursos Livres da União	91.974.170.209		91.974.170.209
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	37.230.987.645		37.230.987.645
1401 - Amortização da Dívida Pública Federal	45.656.440.355		45.656.440.355
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.735.213.636.771		1.735.213.636.771
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	36.600.000.000		36.600.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	7.720.935.049		7.720.935.049
9000 - Recursos Livres da União	87.746.054.428		87.746.054.428
RESERVA DE CONTINGENCIA	29.630.968.168		29.630.968.168
9 - Reserva de Contingência	29.630.968.168		29.630.968.168
1000 - Recursos Livres da União	21.736.437.259		21.736.437.259
1076 - Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrencia da Suspensão Imposta pela Liminar do STF	7.894.530.909		7.894.530.909
90000 - Reserva de Contingência	29.630.968.168		29.630.968.168
9 - Reserva de Contingência	29.630.968.168		29.630.968.168
1000 - Recursos Livres da União	21.736.437.259		21.736.437.259
1076 - Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrencia da Suspensão Imposta pela Liminar do STF	7.894.530.909		7.894.530.909

Total	3.719.634.500.997	1.672.252.265.417	5.391.886.766.414
--------------	-------------------	-------------------	-------------------

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(***) Vinculado ao Ministério das Comunicações.

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadro 6A -Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função	Fiscal	Seguridade Social	Total		
01	LEGISLATIVA	10.317.052.000	282.383.254	10.599.435.254	
02	JUDICIÁRIA	48.099.818.165		48.099.818.165	
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	9.859.544.154		9.859.544.154	
04	ADMINISTRAÇÃO	31.950.980.586		31.950.980.586	
05	DEFESA NACIONAL	89.264.028.166	3.341.005.363	92.605.033.529	
06	SEGURANÇA PÚBLICA	15.266.279.364		15.266.279.364	
07	RELAÇÕES EXTERIORES	4.325.140.795		4.325.140.795	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.400.000	278.459.648.458	278.474.048.458	
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL		1.025.058.717.160	1.025.058.717.160	
10	SAÚDE		200.281.359.757	200.281.359.757	
11	TRABALHO	29.943.408.993	78.883.245.517	108.826.654.510	
12	EDUCAÇÃO	141.461.820.494	20.349.180.336	161.811.000.830	
13	CULTURA	2.605.908.042		2.605.908.042	
14	DIREITOS DA CIDADANIA	1.636.108.742	18.123.559	1.654.232.301	
15	URBANISMO	3.222.799.656		3.222.799.656	
16	HABITAÇÃO	723.105.000		723.105.000	
17	SANEAMENTO	3.171.278.436		3.171.278.436	
18	GESTÃO AMBIENTAL	15.481.112.110		15.481.112.110	
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	16.664.877.753		16.664.877.753	
20	AGRICULTURA	28.216.589.343		28.216.589.343	
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.090.754.727		3.090.754.727	
22	INDÚSTRIA	2.216.063.362		2.216.063.362	
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.207.369.710		4.207.369.710	
24	COMUNICAÇÕES	2.959.968.824		2.959.968.824	
25	ENERGIA	1.335.339.476		1.335.339.476	
26	TRANSPORTE	28.157.839.507		28.157.839.507	
27	DESPORTO E LAZER	407.198.011		407.198.011	
28	ENCARGOS ESPECIAIS	3.111.988.721.967	46.270.581.092	3.158.259.303.059	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	113.046.993.614	19.308.020.921	132.355.014.535	
Total			3.719.634.500.997	1.672.252.265.417	5.391.886.766.414

Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total	
031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.852.844.895		1.852.844.895
032	CONTROLE EXTERNO	757.283.982		757.283.982
061	AÇÃO JUDICIÁRIA	4.767.613.403		4.767.613.403
062	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	1.061.052.378		1.061.052.378
092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	789.493.393	60.000.000	849.493.393
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	815.066.382	68.020.000	883.086.382
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	168.825.523.222	27.387.726.547	196.213.249.769
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	663.903.847		663.903.847
124	CONTROLE INTERNO	147.978.388	6.000.000	153.978.388
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2.521.788.593	154.142.916	2.675.931.509
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.688.560.875	1.774.549.279	4.463.110.154
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	420.015.096		420.015.096
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	275.484.105	2.560.600.002	2.836.084.107
129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	165.106.747		165.106.747
130	ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	17.468.792		17.468.792
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.119.205.003	436.411.271	1.555.616.274
151	DEFESA AÉREA	6.428.973.881		6.428.973.881
152	DEFESA NAVAL	2.538.430.761		2.538.430.761
153	DEFESA TERRESTRE	3.191.653.100		3.191.653.100
181	POLICIAMENTO	3.542.887.141		3.542.887.141
182	DEFESA CIVIL	1.108.884.324		1.108.884.324
183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	119.914.771		119.914.771
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	1.339.464.817	12.100.000	1.351.564.817
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	83.336.312		83.336.312
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	10.523.346	45.552.034.291	45.562.557.637
242	ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	14.400.000	55.125.868.760	55.140.268.760
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	58.901.507	462.335.282	521.236.789
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	481.580.742	175.500.319.110	175.981.899.852
271	PREVIDÊNCIA BÁSICA		891.388.559.951	891.388.559.951
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		124.249.179.555	124.249.179.555
301	ATENÇÃO BÁSICA		42.171.400.000	42.171.400.000
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		94.694.139.911	94.694.139.911
303	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		28.558.011.430	28.558.011.430
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		353.000.000	353.000.000
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		13.057.910.000	13.057.910.000
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		6.125.918.931	6.125.918.931
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	20.655.536.437	83.873.937.462	104.529.473.899
333	EMPREGABILIDADE	4.200.000	155.153.888	159.353.888
334	FOMENTO AO TRABALHO	27.839.851.826	14.806.785	27.854.658.611
363	ENSINO PROFISSIONAL	16.265.614.075		16.265.614.075
364	ENSINO SUPERIOR	39.352.814.524	937.899.464	40.290.713.988
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	872.590.183		872.590.183
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	313.292.277		313.292.277
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	44.750.512		44.750.512

Quadro 6A -Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
368 EDUCAÇÃO BÁSICA	14.196.754.662		14.196.754.662
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	283.181.314	15.000.000	298.181.314
392 DIFUSÃO CULTURAL	881.900.249		881.900.249
421 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	196.530.048		196.530.048
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	785.788.301	42.537.507	828.325.808
423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	71.373.513	2.497.800.000	2.569.173.513
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	663.500.822		663.500.822
452 SERVIÇOS URBANOS	5.600.000		5.600.000
453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.353.009.878		1.353.009.878
482 HABITAÇÃO URBANA	1.034.091.226		1.034.091.226
511 SANEAMENTO BÁSICO RURAL	175.852.708	847.103.149	1.022.955.857
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	2.998.925.728	219.639.502	3.218.565.230
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	11.000.444.105	17.400.000	11.017.844.105
542 CONTROLE AMBIENTAL	182.989.638		182.989.638
543 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	4.595.000		4.595.000
544 RECURSOS HÍDRICOS	2.300.121.329		2.300.121.329
545 METEOROLOGIA	22.500.000		22.500.000
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	4.580.587.008	1.588.000.000	6.168.587.008
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	11.605.910.571	2.091.200.000	13.697.110.571
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	582.270.651	122.100.000	704.370.651
605 ABASTECIMENTO	6.319.208.625		6.319.208.625
606 EXTENSÃO RURAL	265.204.066		265.204.066
607 IRRIGAÇÃO	40.567.227		40.567.227
608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	15.651.962.470		15.651.962.470
609 DEFESA AGROPECUÁRIA	57.245.461		57.245.461
631 REFORMA AGRÁRIA	231.978.765		231.978.765
661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	15.152.587		15.152.587
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	210.109.966		210.109.966
663 MINERAÇÃO	48.450.000		48.450.000
664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	69.166.995		69.166.995
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	21.940.599		21.940.599
691 PROMOÇÃO COMERCIAL	652.739.275		652.739.275
693 COMÉRCIO EXTERIOR	3.293.494.000		3.293.494.000
694 SERVIÇOS FINANCEIROS	6.415.856.564		6.415.856.564
695 TURISMO	763.239.821		763.239.821
722 TELECOMUNICAÇÕES	1.719.195.735		1.719.195.735
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	34.319.331		34.319.331
752 ENERGIA ELÉTRICA	41.390.224		41.390.224
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS	4.970.463		4.970.463
754 BIOCOMBUSTÍVEIS	230.000		230.000
781 TRANSPORTE AÉREO	309.789.124		309.789.124
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	14.054.547.596		14.054.547.596
783 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	1.291.636.029		1.291.636.029
784 TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	8.292.437.755		8.292.437.755
811 DESPORTO DE RENDIMENTO	224.070.644		224.070.644
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	103.958.613		103.958.613
841 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	1.663.914.816.841		1.663.914.816.841
842 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	27.246.456.518		27.246.456.518
843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	668.292.460.107		668.292.460.107
844 SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	46.080.568.679		46.080.568.679
845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	442.947.660.962	12.376.229.938	455.323.890.900
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	186.637.718.618	38.447.209.565	225.084.928.183
847 TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	147.253.047.335		147.253.047.335
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	113.046.993.614	19.308.020.921	132.355.014.535
Total	3.719.634.500.997	1.672.252.265.417	5.391.886.766.414

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
01 LEGISLATIVA	10.317.052.000	282.383.254	10.599.435.254
031 AÇÃO LEGISLATIVA	1.852.844.895		1.852.844.895
032 CONTROLE EXTERNO	532.236.029		532.236.029
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.547.452.133		6.547.452.133
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	63.136.490		63.136.490
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	851.293.618	282.383.254	1.133.676.872
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	470.088.835		470.088.835
02 JUDICIÁRIA	48.099.818.165		48.099.818.165
032 CONTROLE EXTERNO	179.621.375		179.621.375
061 AÇÃO JUDICIÁRIA	4.767.613.403		4.767.613.403
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	33.334.244.972		33.334.244.972
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	50.169.419		50.169.419
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	15.069.670		15.069.670
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	44.715.913		44.715.913
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	4.738.291.928		4.738.291.928
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	4.970.091.485		4.970.091.485
03 ESSENCIAL À JUSTIÇA	9.859.544.154		9.859.544.154
032 CONTROLE EXTERNO	45.426.578		45.426.578
062 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	1.061.052.378		1.061.052.378
092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	518.445.756		518.445.756
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.862.205.278		5.862.205.278
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	19.737.438		19.737.438
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	18.938.891		18.938.891
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	926.146.021		926.146.021
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	136.063.332		136.063.332
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.271.528.482		1.271.528.482
04 ADMINISTRAÇÃO	31.950.980.586		31.950.980.586
092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	271.047.637		271.047.637
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	154.088.237		154.088.237
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	22.302.095.409		22.302.095.409
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	25.344.551		25.344.551
124 CONTROLE INTERNO	147.978.388		147.978.388
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	584.294.107		584.294.107
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.930.615.017		1.930.615.017
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	82.928.000		82.928.000
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	500.000		500.000
129 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	165.106.747		165.106.747
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	766.254.000		766.254.000
183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	106.938.568		106.938.568
211 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	30.414.908		30.414.908
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.917.680.828		2.917.680.828
364 ENSINO SUPERIOR	1.600.000		1.600.000
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	31.121.969		31.121.969
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	31.001.000		31.001.000
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	16.360.728		16.360.728
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	9.789.000		9.789.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	68.484.000		68.484.000
722 TELECOMUNICAÇÕES	163.270.411		163.270.411
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.144.067.081		2.144.067.081
05 DEFESA NACIONAL	89.264.028.166	3.341.005.363	92.605.033.529
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.776.384		2.776.384
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	69.543.267.270	149.912.081	69.693.179.351
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	276.133.375		276.133.375
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	61.997.000		61.997.000
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.730.000		1.730.000
151 DEFESA AÉREA	6.428.973.881		6.428.973.881
152 DEFESA NAVAL	2.538.430.761		2.538.430.761
153 DEFESA TERRESTRE	3.191.653.100		3.191.653.100
183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	12.976.203		12.976.203
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	29.204.316		29.204.316
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.500.000		1.500.000
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		39.869.841	39.869.841
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		750.000	750.000
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	5.758.940.112	3.133.452.437	8.892.392.549
333 EMPREGABILIDADE	4.000.000		4.000.000
363 ENSINO PROFISSIONAL	79.724.981		79.724.981
364 ENSINO SUPERIOR	17.406.773		17.406.773
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.292.276		3.292.276
368 EDUCAÇÃO BÁSICA	19.972.139		19.972.139
482 HABITAÇÃO URBANA	284.586.226		284.586.226
542 CONTROLE AMBIENTAL	52.133.209		52.133.209
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	104.090.407		104.090.407
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	542.042.907		542.042.907
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.684.822		3.684.822
722 TELECOMUNICAÇÕES	52.837.357		52.837.357
811 DESPORTO DE RENDIMENTO	4.260.000		4.260.000
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	373.302		373.302
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	248.041.365	17.021.004	265.062.369

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
06 SEGURANÇA PÚBLICA	15.266.279.364		15.266.279.364
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.508.564.243		8.508.564.243
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	92.000.000		92.000.000
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	100.000		100.000
181 POLICIAMENTO	3.542.887.141		3.542.887.141
182 DEFESA CIVIL	879.584.324		879.584.324
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	464.698.339		464.698.339
421 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	196.530.048		196.530.048
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	64.003.728		64.003.728
482 HABITAÇÃO URBANA	26.400.000		26.400.000
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.491.511.541		1.491.511.541
07 RELAÇÕES EXTERIORES	4.325.140.795		4.325.140.795
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.071.572.002		2.071.572.002
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.970.000		3.970.000
211 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	1.217.528.090		1.217.528.090
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	47.340.000		47.340.000
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	776.878.992		776.878.992
392 DIFUSÃO CULTURAL	54.400.000		54.400.000
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	7.080.125		7.080.125
691 PROMOÇÃO COMERCIAL	10.000.000		10.000.000
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	136.371.586		136.371.586
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.400.000	278.459.648.458	278.474.048.458
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		542.455.283	542.455.283
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		117.199.881	117.199.881
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		46.054.420	46.054.420
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		600.000	600.000
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL		140.211.271	140.211.271
211 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS		4.000.000	4.000.000
241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO		45.551.254.544	45.551.254.544
242 ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	14.400.000	55.125.868.760	55.140.268.760
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		444.991.470	444.991.470
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		175.500.319.110	175.500.319.110
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		494.011.639	494.011.639
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		5.310.324	5.310.324
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		14.937.507	14.937.507
511 SANEAMENTO BÁSICO RURAL		463.403.149	463.403.149
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		9.031.100	9.031.100
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL		1.025.058.717.160	1.025.058.717.160
092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL		60.000.000	60.000.000
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		5.664.391.893	5.664.391.893
124 CONTROLE INTERNO		6.000.000	6.000.000
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		2.967.310	2.967.310
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		508.793.823	508.793.823
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		400.000	400.000
211 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS		100.000	100.000
271 PREVIDÊNCIA BÁSICA		891.388.559.951	891.388.559.951
272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		124.249.179.555	124.249.179.555
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		397.201.655	397.201.655
845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		2.007.274.560	2.007.274.560
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		773.848.413	773.848.413
10 SAÚDE		200.281.359.757	200.281.359.757
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		68.020.000	68.020.000
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		21.010.567.279	21.010.567.279
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		31.530.000	31.530.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		1.023.929.400	1.023.929.400
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		2.558.100.000	2.558.100.000
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL		296.200.000	296.200.000
211 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS		8.000.000	8.000.000
301 ATENÇÃO BÁSICA		42.171.400.000	42.171.400.000
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		82.100.621.650	82.100.621.650
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		28.557.261.430	28.557.261.430
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA		353.000.000	353.000.000
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		13.057.910.000	13.057.910.000
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		170.000.000	170.000.000
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		805.677.115	805.677.115
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		15.000.000	15.000.000
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		27.600.000	27.600.000
423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS		2.497.800.000	2.497.800.000
511 SANEAMENTO BÁSICO RURAL		383.700.000	383.700.000
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO		219.639.502	219.639.502
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		17.400.000	17.400.000
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO		1.584.500.000	1.584.500.000
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		2.091.200.000	2.091.200.000
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		122.100.000	122.100.000
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		1.110.203.381	1.110.203.381
11 TRABALHO	29.943.408.993	78.883.245.517	108.826.654.510
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.568.672.126		1.568.672.126
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	38.000.000	2.445.725	40.445.725

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total	
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	168.821.108	195.771.636	364.592.744
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	501.000		501.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.637.543		1.637.543
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	7.000.000		7.000.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	61.552.863	78.511.567.483	78.573.120.346
333	EMPREGABILIDADE	200.000	155.153.888	155.353.888
334	FOMENTO AO TRABALHO	27.839.851.826	14.806.785	27.854.658.611
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000.000		10.000.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	4.000.000	3.500.000	7.500.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	243.172.527		243.172.527
12	EDUCAÇÃO	141.461.820.494	20.349.180.336	161.811.000.830
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.602.273.448	20.400.011	1.622.673.459
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	638.559.296		638.559.296
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	54.280.386	1.500.002	55.780.388
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	111.709.940		111.709.940
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	12.111.355		12.111.355
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		12.553.648.420	12.553.648.420
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		5.461.907.292	5.461.907.292
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	3.099.028.401	738.345.194	3.837.373.595
363	ENSINO PROFISSIONAL	16.180.889.094		16.180.889.094
364	ENSINO SUPERIOR	39.333.807.751	937.899.464	40.271.707.215
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	872.590.183		872.590.183
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	300.000.001		300.000.001
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	44.750.512		44.750.512
368	EDUCAÇÃO BÁSICA	14.176.782.523		14.176.782.523
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	287.700.000		287.700.000
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	509.433.321		509.433.321
694	SERVIÇOS FINANCEIROS	6.415.856.564		6.415.856.564
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	8.922.026.728	635.479.953	9.557.506.681
847	TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	48.900.020.991		48.900.020.991
13	CULTURA	2.605.908.042		2.605.908.042
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	785.963.754		785.963.754
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	211.580		211.580
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.700.000		1.700.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.000.000		1.000.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	7.000.000		7.000.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	37.468.777		37.468.777
391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	252.059.345		252.059.345
392	DIFUSÃO CULTURAL	827.500.249		827.500.249
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	28.775.833		28.775.833
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	600.000.000		600.000.000
845	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	5.250.000		5.250.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	58.978.504		58.978.504
14	DIREITOS DA CIDADANIA	1.636.108.742	18.123.559	1.654.232.301
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	639.994.254		639.994.254
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	142.998.879		142.998.879
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	19.191.930		19.191.930
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	9.057.739		9.057.739
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	10.523.346	779.747	11.303.093
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	58.901.507	17.343.812	76.245.319
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	25.594.480		25.594.480
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	569.504.393		569.504.393
423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	71.373.513		71.373.513
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	88.968.701		88.968.701
15	URBANISMO	3.222.799.656		3.222.799.656
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	11.000.000		11.000.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	688.226.834		688.226.834
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	100.000.000		100.000.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.600.003		1.600.003
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	370.000		370.000
182	DEFESA CIVIL	218.000.000		218.000.000
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	12.040.100		12.040.100
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	112.572.670		112.572.670
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	656.500.822		656.500.822
452	SERVIÇOS URBANOS	5.000.000		5.000.000
453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.353.009.878		1.353.009.878
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	30.000		30.000
845	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	58.290.742		58.290.742
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	6.158.607		6.158.607
16	HABITAÇÃO	723.105.000		723.105.000
482	HABITAÇÃO URBANA	723.105.000		723.105.000
17	SANEAMENTO	3.171.278.436		3.171.278.436
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	175.852.708		175.852.708
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	2.992.925.728		2.992.925.728
544	RECURSOS HÍDRICOS	2.500.000		2.500.000
18	GESTÃO AMBIENTAL	15.481.112.110		15.481.112.110
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.367.553.620		1.367.553.620
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	443.626.167		443.626.167

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	6.347.074	6.347.074
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.905.610	1.905.610
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	4.000.000	4.000.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	65.286.406	65.286.406
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	6.000.000	6.000.000
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	10.966.825.005	10.966.825.005
542	CONTROLE AMBIENTAL	126.868.429	126.868.429
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	4.495.000	4.495.000
544	RECURSOS HÍDRICOS	2.291.521.329	2.291.521.329
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	3.800.000	3.800.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	192.883.470	192.883.470
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	16.664.877.753	16.664.877.753
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	12.171.231	12.171.231
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.695.891.357	1.695.891.357
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	23.314.937	23.314.937
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.000.000	3.000.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	7.600.000	7.600.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	4.492.229	4.492.229
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	7.935.000	7.935.000
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	6.791.996	6.791.996
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	106.446.726	106.446.726
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.618.100	1.618.100
542	CONTROLE AMBIENTAL	3.988.000	3.988.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	4.110.266.054	4.110.266.054
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	10.299.220.005	10.299.220.005
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	38.883.383	38.883.383
662	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	141.625.966	141.625.966
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	201.632.769	201.632.769
20	AGRICULTURA	28.216.589.343	28.216.589.343
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.052.470.831	5.052.470.831
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	179.396.764	179.396.764
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	26.550.000	26.550.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	9.068.570	9.068.570
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	306.177.094	306.177.094
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.000.000	1.000.000
545	METEOROLOGIA	22.500.000	22.500.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	4.150.000	4.150.000
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	348.990.000	348.990.000
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	13.400.000	13.400.000
605	ABASTECIMENTO	6.319.208.625	6.319.208.625
606	EXTENSÃO RURAL	150.000	150.000
607	IRRIGAÇÃO	40.567.227	40.567.227
608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	15.598.143.139	15.598.143.139
609	DEFESA AGROPECUÁRIA	57.245.461	57.245.461
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	28.800.000	28.800.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	208.771.632	208.771.632
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.090.754.727	3.090.754.727
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.589.128.390	1.589.128.390
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	234.686.096	234.686.096
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.000.000	3.000.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	1.700.000	1.700.000
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	468.040.642	468.040.642
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	151.428.721	151.428.721
363	ENSINO PROFISSIONAL	5.000.000	5.000.000
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.100.000	1.100.000
606	EXTENSÃO RURAL	265.054.066	265.054.066
608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	53.819.331	53.819.331
631	REFORMA AGRÁRIA	231.978.765	231.978.765
693	COMÉRCIO EXTERIOR	3.800.000	3.800.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	82.018.716	82.018.716
22	INDÚSTRIA	2.216.063.362	2.216.063.362
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.329.284.025	1.329.284.025
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	472.202.043	472.202.043
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30.575.815	30.575.815
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.900.000	1.900.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.400.000	1.400.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	2.600.000	2.600.000
182	DEFESA CIVIL	11.300.000	11.300.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	50.000	50.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	83.989.825	83.989.825
544	RECURSOS HÍDRICOS	6.100.000	6.100.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	16.443.986	16.443.986
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	14.936.633	14.936.633
663	MINERAÇÃO	48.450.000	48.450.000
664	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	69.166.995	69.166.995
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	12.600.000	12.600.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	115.064.040	115.064.040
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.207.369.710	4.207.369.710

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	120.388.884	120.388.884
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	11.223.000	11.223.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	3.684.730	3.684.730
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	13.939.275	13.939.275
693	COMÉRCIO EXTERIOR	3.289.694.000	3.289.694.000
695	TURISMO	763.239.821	763.239.821
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	5.200.000	5.200.000
24	COMUNICAÇÕES	2.959.968.824	2.959.968.824
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	815.401.002	815.401.002
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	46.031.591	46.031.591
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	129.845.889	129.845.889
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	8.500.000	8.500.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	15.000.000	15.000.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	33.810.211	33.810.211
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	15.116.848	15.116.848
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	5.000.000	5.000.000
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	332.998.753	332.998.753
722	TELECOMUNICAÇÕES	1.503.087.967	1.503.087.967
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	55.176.563	55.176.563
25	ENERGIA	1.335.339.476	1.335.339.476
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	9.868.361	9.868.361
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	882.848.070	882.848.070
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	107.990.940	107.990.940
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	32.000.000	32.000.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	6.624.991	6.624.991
130	ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	16.475.496	16.475.496
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	15.000.000	15.000.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	2.315.127	2.315.127
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	31.909.295	31.909.295
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	100.000	100.000
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	82.658.906	82.658.906
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	9.310.599	9.310.599
751	CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	34.319.331	34.319.331
752	ENERGIA ELÉTRICA	41.390.224	41.390.224
753	COMBUSTÍVEIS MINERAIS	4.970.463	4.970.463
754	BIOCOMBUSTÍVEIS	230.000	230.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	57.327.673	57.327.673
26	TRANSPORTE	28.157.839.507	28.157.839.507
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	625.162.169	625.162.169
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.434.279.292	2.434.279.292
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	207.588.210	207.588.210
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	343.533.627	343.533.627
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.020.000	1.020.000
130	ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	993.296	993.296
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	30.000.000	30.000.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	5.015.000	5.015.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	102.656.400	102.656.400
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.000.000	7.000.000
452	SERVIÇOS URBANOS	600.000	600.000
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	215.954	215.954
781	TRANSPORTE AÉREO	309.789.124	309.789.124
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	14.054.547.596	14.054.547.596
783	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	1.291.636.029	1.291.636.029
784	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	8.292.437.755	8.292.437.755
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	451.365.055	451.365.055
27	DESPORTO E LAZER	407.198.011	407.198.011
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	83.746.028	83.746.028
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	10.000	10.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	46.028	46.028
811	DESPORTO DE RENDIMENTO	219.810.644	219.810.644
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	103.585.311	103.585.311
28	ENCARGOS ESPECIAIS	3.111.988.721.967	3.158.259.303.059
841	REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	1.663.914.816.841	1.663.914.816.841
842	REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	27.246.456.518	27.246.456.518
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	668.292.460.107	668.292.460.107
844	SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	46.080.568.679	46.080.568.679
845	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	442.884.120.220	453.253.075.598
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	165.217.273.258	201.118.898.972
847	TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	98.353.026.344	98.353.026.344
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	113.046.993.614	132.355.014.535
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	113.046.993.614	132.355.014.535
Total		3.719.634.500.997	5.391.886.766.414

Quadro 6C - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Fiscal	Seguridade Social	Total	
0030	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	718.290.522	20.696.462	738.986.984
0031	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	8.148.650.716	920.749.016	9.069.399.732
0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	196.435.815.371	142.357.014.657	338.792.830.028
0033	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	48.099.818.165	10.809.561.437	58.909.379.602
0034	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	10.317.052.000	5.502.236.162	15.819.288.162
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	33.974.350.350	32.996.042.698	66.970.393.048
0902	OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	69.296.384.039		69.296.384.039
0903	OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	529.161.343.551	12.358.844.243	541.520.187.794
0905	OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	668.292.460.107		668.292.460.107
0906	OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	46.080.568.679		46.080.568.679
0907	OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	1.663.914.816.841		1.663.914.816.841
0908	OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	27.246.456.518		27.246.456.518
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	101.096.259.773	2.915.663.711	104.011.923.484
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	1.441.043.620	8.045.000	1.449.088.620
0911	OPERAÇÕES ESPECIAIS - REMUNERAÇÃO DE AGENTES FINANCEIROS	1.209.604.129		1.209.604.129
0913	OPERAÇÕES ESPECIAIS - INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS EM BANCOS INTERNACIONAIS E RECOMPOSIÇÃO DE FUNDOS INTERNACIONAIS RESERVA DE CONTINGÊNCIA	687.667.728		687.667.728
0999	AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL	111.062.256.609	19.308.020.921	130.370.277.530
1144	RECONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DA DEMOCRACIA	14.019.427.883		14.019.427.883
1149	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA	81.605.001		81.605.001
1158	BIOECONOMIA PARA UM NOVO CICLO DE PROSPERIDADE	10.456.105.919		10.456.105.919
1189	QUALIDADE AMBIENTAL NAS CIDADES E NO CAMPO	178.735.289		178.735.289
1190	AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA	29.101.185		29.101.185
1191	DEMARCAÇÃO E GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS PARA O BEM VIVER, A SUSTENTABILIDADE E O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA	7.694.552.913		7.694.552.913
1617	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO	141.938.879		141.938.879
2224	TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO PARA A CIDADANIA E O DESENVOLVIMENTO	149.170.515		149.170.515
2301	DEFESA AGROPECUÁRIA	313.979.832		313.979.832
2302	PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA	235.762.225		235.762.225
2303	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	353.140.000		353.140.000
2304	COMUNICAÇÕES PARA INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO	210.687.281		210.687.281
2305	POLÍTICA NUCLEAR	2.032.171.048		2.032.171.048
2306	PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO	475.899.331		475.899.331
2307	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SNCTI	153.832.826		153.832.826
2308	PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE, EMPREGO E RENDA	6.088.334.583		6.088.334.583
2310	PREVIDÊNCIA SOCIAL: PROMOÇÃO, GARANTIA DE DIREITOS E CIDADANIA	221.958.651	78.883.245.517	79.105.204.168
2314	POLÍTICA ECONÔMICA PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO		891.966.721.084	891.966.721.084
2315	RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ASSISTÊNCIA A BRASILEIRAS E BRASILEIROS NO EXTERIOR	282.097.214		282.097.214
2316	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.226.745.474		1.226.745.474
2317	GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES	2.258.026.435		2.258.026.435
2318	MOBILIDADE URBANA	1.911.749.424		1.911.749.424
2319	MORADIA DIGNA	978.659.881		978.659.881
2320	RECURSOS HÍDRICOS: ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE PARA SEMPRE	13.739.238.645		13.739.238.645
2321	SANEAMENTO BÁSICO	2.353.764.723		2.353.764.723
2322	TURISMO, ESSE É O DESTINO	2.682.188.959	454.754.502	3.136.943.461
2323	INOVAÇÃO NAS EMPRESAS PARA UMA NOVA INDUSTRIALIZAÇÃO	763.239.821		763.239.821
2324	NEOINDUSTRIALIZAÇÃO, AMBIENTE DE NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL	1.603.567.605		1.603.567.605
2801	ENERGIA ELÉTRICA	1.860.355.889		1.860.355.889
3101	MINERAÇÃO SEGURA E SUSTENTÁVEL	153.166.951		153.166.951
3102	PETRÓLEO, GÁS, DERIVADOS E BIOCOMBUSTÍVEIS	106.102.858		106.102.858
3103	AVIAÇÃO CIVIL	71.388.463		71.388.463
3104	PORTOS E TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	450.676.774		450.676.774
3105	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	8.292.480.640		8.292.480.640
3106	SEGURANÇA VIÁRIA	13.909.470.056		13.909.470.056
3108	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	354.914.916		354.914.916
3901	ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA SUSTENTÁVEIS	1.209.936.029		1.209.936.029
4006	COMUNICAÇÃO PÚBLICA E GOVERNAMENTAL	14.926.401		14.926.401
4101	SEGURANÇA INSTITUCIONAL	232.754.412		232.754.412
4102	SISTEMA FINANCEIRO DO FUTURO	60.883.003		60.883.003
4103	TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO	169.610.275		169.610.275
4104	DEFESA DA DEMOCRACIA E SEGURANÇA JURÍDICA PARA INOVAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	147.978.388		147.978.388
4105	EDUCAÇÃO BÁSICA DEMOCRÁTICA, COM QUALIDADE E EQUIDADE	522.845.234		522.845.234
5111	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA QUE TRANSFORMA	63.876.956.446	5.461.907.292	69.338.863.738
5112	EDUCAÇÃO SUPERIOR: QUALIDADE, DEMOCRACIA, EQUIDADE E SUSTENTABILIDADE	3.703.107.182		3.703.107.182
5113	PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DA DEFESA DOS DIREITOS	12.642.469.022	1.426.835.129	14.069.304.151
5115	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	225.472.412		225.472.412
5116	QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	3.858.877.189		3.858.877.189
5117	ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE		27.865.441.430	27.865.441.430
5118	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE		82.320.941.650	82.320.941.650
5119	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, PRODUÇÃO E AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE		42.211.400.000	42.211.400.000
5120			4.079.600.000	4.079.600.000

Quadro 6C - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Fiscal	Seguridade Social	Total
5121 GESTÃO, TRABALHO, EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA SAÚDE		16.310.204.400	16.310.204.400
5122 SAÚDE INDÍGENA		2.638.800.000	2.638.800.000
5123 VIGILÂNCIA EM SAÚDE E AMBIENTE		13.440.910.000	13.440.910.000
5125 DIREITO À CULTURA	1.713.797.007		1.713.797.007
5126 ESPORTE PARA A VIDA	323.395.955		323.395.955
5127 INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO		6.844.866	6.844.866
5128 BOLSA FAMÍLIA: PROTEÇÃO SOCIAL POR MEIO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		169.513.514.701	169.513.514.701
5129 INCLUSÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO CADASTRO ÚNICO E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO PARA POLÍTICAS SOCIAIS		112.310.198	112.310.198
5131 PROTEÇÃO SOCIAL PELO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)		103.234.903.620	103.234.903.620
5133 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE À FOME		4.926.909.670	4.926.909.670
5134 CUIDADO E ACOLHIMENTO DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS		167.085.985	167.085.985
5135 JUVENTUDE: DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E BEM VIVER	29.000.000		29.000.000
5136 GOVERNANÇA FUNDIÁRIA, REFORMA AGRÁRIA E REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	472.814.861		472.814.861
5501 ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS		14.937.507	14.937.507
5601 CIDADES MELHORES	116.000.000		116.000.000
5602 PERIFERIA VIVA	680.811.564		680.811.564
5636 ABASTECIMENTO E SOBERANIA ALIMENTAR	377.665.826		377.665.826
5661 IGUALDADE DE DECISÃO E PODER PARA MULHERES	11.659.830		11.659.830
5662 MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	67.876.000		67.876.000
5663 AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES	10.000.000		10.000.000
5801 PESCA E AQUICULTURA SUSTENTÁVEIS	156.430.281		156.430.281
5802 POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIROS E POVOS CIGANOS	40.000.000		40.000.000
5803 JUVENTUDE NEGRA VIVA	7.800.000		7.800.000
5804 PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL, COMBATE E SUPERAÇÃO DO RACISMO	62.200.000		62.200.000
5811 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	23.930.949		23.930.949
5812 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+	8.000.000		8.000.000
5814 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	2.833.874		2.833.874
5815 PROMOÇÃO DO DIREITO DE ENVELHECER E DOS DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA	10.523.346	779.747	11.303.093
5816 PROMOÇÃO E PROTEÇÃO INTEGRAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM ABSOLUTA PRIORIDADE	58.901.507	17.343.812	76.245.319
5837 PROMOÇÃO DA CIDADANIA, DEFESA DE DIREITOS HUMANOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES	126.046.387		126.046.387
5838 DIREITOS PLURIÉTNICOS-CULTURAIS E SOCIAIS PARA O PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA E O BEM VIVER DOS POVOS INDÍGENAS	71.373.513		71.373.513
6111 COOPERAÇÃO DA DEFESA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	342.485.618		342.485.618
6112 DEFESA NACIONAL	14.372.891.744		14.372.891.744
6113 OCEANO, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA	51.811.020		51.811.020
6114 PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E COMBATE AO DESMATAMENTO E INCÊNDIOS	813.358.915		813.358.915
Total	3.719.634.500.997	1.672.252.265.417	5.391.886.766.414

Fontes de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da
Seguridade Social por Grupo de Natureza de
Despesa

Quadro 7A - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1000	232.520.133.569		170.341.331.008	35.223.121.122	14.793.507.091	91.974.170.209	21.953.643.326	566.805.906.325
1007							13.000	13.000
1008			2.109.889.483					2.109.889.483
1009			1.031.612	101.763			10.941.454	12.074.829
1011				1.508.952.806				1.508.952.806
1013				5.717.100			294.795.279	300.512.379
1014			13.786.304.404					13.786.304.404
1015			165.106.747				759.361	165.866.108
1016			151.360.841					151.360.841
1018			350.000				28.661.687	29.011.687
1019			469.704.887	54.010.544			146.837.890	670.553.321
1020			1.131.145.714	774.616.338			891.906.208	2.797.668.260
1021			39.170.587	25.829.413			20.952.932	85.952.932
1025			23.651.248					23.651.248
1026							280.783.756	280.783.756
1027			714.213.260					714.213.260
1028							1.379.367.740	1.379.367.740
1029					831.701.103		55.608.501	887.309.604
1031	1.025.454.589		497.685.718	8.091.820			2.744.726.683	4.275.958.810
1032	6.706.577.549		2.289.101.384	385.000.000			5.017.403.564	14.398.082.497
1033			57.010.900				61.086.401	118.097.301
1034			314.856.671	72.345.312			187.512.008	574.713.991
1037			28.038.451	30.150.000			177.332.725	235.521.176
1038			116.827.296					116.827.296
1041					27.090.465.381			27.090.465.381
1042					13.786.304.405			13.786.304.405
1043							120.385.983	120.385.983
1044			18.543.758		210.493.519			229.037.277
1045			116.604.636	12.452.171			166.521.994	295.578.801
1046							295.578.801	295.578.801
1050	422.503.170	5.454.932	11.028.529.327	2.330.379.269	14.557.374.446	40.199.027	4.993.553.510	33.377.993.681
1051				65.090.302	5.696		131.981.428	197.077.426
1052	2.038.389.254		2.044.470.308	123.617.739	7.897.595.230		40.418.899.612	52.522.972.143
1053			167.246.978	50.026.010			356.020.525	573.293.513
1057					130.544.107			130.544.107
1058			18.193.905	661.519				18.855.424
1059			2.777.409					2.777.409
1060			65.168.928	27.345.236				92.514.164
1061					837.185.154			837.185.154
1062							252.000.000	252.000.000
1063			189.242.736	20.757.264			13.536.149	223.536.149
1065			47.062.704					47.062.704
1066			4.553.644	200.000			93.311.789	98.065.433
1067			13.817.583					13.817.583
1068			2.000.000				4.908.791	6.908.791
1069			4.404.714	638.679			59.520.254	64.563.647
1070			287.544.150	10.000.000				297.544.150
1071			210.592.496	19.792.041			13.636.512	244.021.049
1072			4.368.994	657.249	290.552.558			295.578.801
1074							694.236.174	694.236.174
1075			118.016					118.016
1076							7.894.530.909	7.894.530.909
1077			11.608.491	1.132.341.904			885.470.218	2.029.420.613
1078							197.052.534	197.052.534
1080			6.114.711	593.650			319.640.083	326.348.444
1081			47.368.629	26.233.622			84.820.000	158.422.251
1082				191.664				191.664
1083			40.412.168	29.362.152			541.093.012	610.867.332
1084			36.696.219					36.696.219
1085					5.228.631			5.228.631
1086			31.353.754	4.340.246			491.081.441	526.775.441
1087			2.398.257.538					2.398.257.538
1088			6.020.000				15.104.591	21.124.591
1089			7.470.654				203.534.418	211.005.072
1090			600.000				17.619.586	18.219.586
1091					3.876.216.894			3.876.216.894
1092							13.577.945	13.577.945
1095			8.000.000	5.000.000			18.108.899	31.108.899
1096			105.570	1.100.000			11.900.000	13.105.570
1097			10.400.000	5.600.000	373.650.334			389.650.334
1098			32.500.000	17.500.000	859.184.112			909.184.112
1099			10.400.000	5.600.000	373.650.334			389.650.334
1100			29.900.000	16.100.000	863.184.112			909.184.112
1101			917.000.000	63.000.000	1.098.135.113			2.078.135.113
1102			190.475.281		329.058.497			519.533.778
1103			8.125.000	4.375.000	96.817.515			109.317.515
1104			160.178.294	297.473.975				457.652.269
1105			9.750.000	5.250.000	39.311.781			54.311.781
1106					1.567.368			1.567.368
1107			235.300.000	126.700.000	772.023.254			1.134.023.254

Quadro 7A - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1108			32.500.000	17.500.000	436.021.093			486.021.093
1109			3.250.000	1.750.000	99.603.129			104.603.129
1110			9.100.000	4.900.000	20.251.968			34.251.968
1112			5.200.000	2.800.000	9.373.326			17.373.326
1113			339.397				121.862.109	122.201.506
1114			1.000.000		15.513.748			16.513.748
1115			89.721.123	42.679.547			323.088.977	455.489.647
1116			8.642.616					8.642.616
1118			486.721.368	903.911.112	1.196.658			1.391.829.138
1119					2.004			2.004
1120			310.929.354	26.055.867				336.985.221
1121			897.761.748	423.472.856			672.852.893	1.994.087.497
1124					500.000.000		57.009.536	557.009.536
1128			26.214.023					26.214.023
1130			167.764.407					167.764.407
1133			1.478.365.836	748.810.989			4.992.818.869	7.219.995.694
1134			145.923.369					145.923.369
1136					24.528			24.528
1138			298.311.176	27.109.312				325.420.488
1201			197.686.171.932					197.686.171.932
1202			170.010.107.857					170.010.107.857
1203			6.451.192.620					6.451.192.620
1206			3.043.991.771					3.043.991.771
1207					4.744.468.124			4.744.468.124
1208					4.744.468.124			4.744.468.124
1209					7.116.702.189			7.116.702.189
1210					7.116.702.189			7.116.702.189
1211			881.056.820					881.056.820
1213			19.022.854.482					19.022.854.482
1219			63.663.885					63.663.885
1229			13.817.583					13.817.583
1234			1.830.157.868					1.830.157.868
1235			1.111.805.125					1.111.805.125
1241			6.110.075.328					6.110.075.328
1242			58.982.875.901					58.982.875.901
1251			346.895.676	737.153.318				1.084.048.994
1286			172.304.305					172.304.305
1400		9.622				37.230.987.645		37.230.987.267
1401						45.656.440.355		45.656.440.355
1443						1.736.506.931.081		1.736.506.931.081
1444		436.123.904.197	1.326.000.000		10.000.000.000	36.695.000.000		484.144.904.197
1448			63.033.236	1.300.000	602.000.000	7.720.935.049		8.387.268.285
1449				1.707.575.632				1.707.575.632
9000						87.746.054.428		87.746.054.428
9018							643.063.680	643.063.680
9041					734.460.044			734.460.044
9097					39.667.335			39.667.335
9098					92.557.115			92.557.115
9099					39.667.335			39.667.335
9100					92.557.115			92.557.115
9101					211.559.120			211.559.120
9102					52.889.780			52.889.780
9118			46.640.557	85.583.893				132.224.450
9201			21.972.200.455					21.972.200.455
9202			18.896.092.392					18.896.092.392
9203			456.220.160					456.220.160
9206			100.719.357					100.719.357
9207					527.332.810			527.332.810
9208					527.332.810			527.332.810
9209					790.999.218			790.999.218
9210					790.999.218			790.999.218
Total	242.713.058.131	436.129.368.751	723.209.678.533	47.220.918.436	128.420.105.615	2.043.570.717.794	98.370.653.737	3.719.634.500.997

Quadro 7B - Fontes de Recursos do Orçamento da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1000	71.065.290.675		45.252.234.521	462.012.786				116.779.537.982
1001	23.069.848.222		108.587.630.138	10.984.890.810			18.823.989.646	161.466.358.816
1002	11.300.137.148		347.393.699.526					358.693.836.674
1003	466.618.177		1.385.832.993	13.870.000	3.500.000		258.961.810	2.128.782.980
1004			37.522.809					37.522.809
1005			2.267.086.510	88.195.112				2.355.281.622
1006			32.335.685					32.335.685
1010			117.000					117.000
1012			315.170.803					315.170.803
1023	9.497.193.100							9.497.193.100
1024	547.050.679							547.050.679
1035			703.296.494					703.296.494
1039			925.106					925.106
1040			69.676.364.143					69.676.364.143
1048				2.239.300				2.239.300
1049	4.025.312.381		28.969.583.478	86.773.449				33.081.669.308
1050	401.775.658		331.145.234					732.920.892
1052	116.279.142		371.730					116.650.872
1054			629.933.992.666					629.933.992.666
1055	201.664.695							201.664.695
1056	41.214.075.297							41.214.075.297
1081			3.711.996					3.711.996
1094			5.518					5.518
1095			38.400					38.400
1096			2.212.057					2.212.057
1122			12.091.957					12.091.957
1123	2.234.861.325		1.762.192.891	24.000.000				4.021.054.216
1125	235.500.632							235.500.632
1126			23.803.118					23.803.118
1131	29.230.008							29.230.008
1133			5.461.907.292					5.461.907.292
9001			15.450.876.228					15.450.876.228
9002			15.029.576.173					15.029.576.173
9040			1.888.611.541					1.888.611.541
9054			2.301.675.769					2.301.675.769
9444			200.274.983.589					200.274.983.589
Total	164.404.837.139	0	1.477.098.995.365	11.661.981.457	3.500.000	0	19.082.951.456	1.672.252.265.417

Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1000	303.585.424.244		215.593.565.529	35.685.133.908	14.793.507.091	91.974.170.209	21.953.643.326	683.585.444.307
1001	23.069.848.222		108.587.630.138	10.984.890.810			18.823.989.646	161.466.358.816
1002	11.300.137.148		347.393.699.526					358.693.836.674
1003	466.618.177		1.385.832.993	13.870.000	3.500.000		258.961.810	2.128.782.980
1004			37.522.809					37.522.809
1005			2.267.086.510	88.195.112				2.355.281.622
1006			32.335.685					32.335.685
1007							13.000	13.000
1008			2.109.889.483					2.109.889.483
1009			1.031.612	101.763			10.941.454	12.074.829
1010			117.000					117.000
1011				1.508.952.806				1.508.952.806
1012			315.170.803					315.170.803
1013				5.717.100			294.795.279	300.512.379
1014			13.786.304.404					13.786.304.404
1015			165.106.747				759.361	165.866.108
1016			151.360.841					151.360.841
1018			350.000				28.661.687	29.011.687
1019			469.704.887	54.010.544			146.837.890	670.553.321
1020			1.131.145.714	774.616.338			891.906.208	2.797.668.260
1021			39.170.587	25.829.413			20.952.932	85.952.932
1023	9.497.193.100							9.497.193.100
1024	547.050.679							547.050.679
1025			23.651.248					23.651.248
1026							280.783.756	280.783.756
1027			714.213.260					714.213.260
1028							1.379.367.740	1.379.367.740
1029					831.701.103		55.608.501	887.309.604
1031	1.025.454.589		497.685.718	8.091.820			2.744.726.683	4.275.958.810
1032	6.706.577.549		2.289.101.384	385.000.000			5.017.403.564	14.398.082.497
1033			57.010.900				61.086.401	118.097.301
1034			314.856.671	72.345.312			187.512.008	574.713.991
1035			703.296.494					703.296.494
1037			28.038.451	30.150.000			177.332.725	235.521.176
1038			116.827.296					116.827.296
1039			925.106					925.106
1040			69.676.364.143					69.676.364.143
1041					27.090.465.381			27.090.465.381
1042					13.786.304.405			13.786.304.405
1043							120.385.983	120.385.983
1044			18.543.758		210.493.519			229.037.277
1045			116.604.636	12.452.171			166.521.994	295.578.801
1046							295.578.801	295.578.801
1048				2.239.300				2.239.300
1049	4.025.312.381		28.969.583.478	86.773.449				33.081.669.308
1050	824.278.828	5.454.932	11.359.674.561	2.330.379.269	14.557.374.446	40.199.027	4.993.553.510	34.110.914.573
1051				65.090.302	5.696		131.981.428	197.077.426
1052	2.154.668.396		2.044.842.038	123.617.739	7.897.595.230		40.418.899.612	52.639.623.015
1053			167.246.978	50.026.010			356.020.525	573.293.513
1054			629.933.992.666					629.933.992.666
1055	201.664.695							201.664.695
1056	41.214.075.297							41.214.075.297
1057					130.544.107			130.544.107
1058			18.193.905	661.519				18.855.424
1059			2.777.409					2.777.409
1060			65.168.928	27.345.236				92.514.164
1061					837.185.154			837.185.154
1062							252.000.000	252.000.000
1063			189.242.736	20.757.264			13.536.149	223.536.149
1065			47.062.704					47.062.704
1066			4.553.644	200.000			93.311.789	98.065.433
1067			13.817.583					13.817.583
1068			2.000.000				4.908.791	6.908.791
1069			4.404.714	638.679			59.520.254	64.563.647
1070			287.544.150	10.000.000				297.544.150
1071			210.592.496	19.792.041			13.636.512	244.021.049
1072			4.368.994	657.249	290.552.558			295.578.801
1074							694.236.174	694.236.174
1075			118.016					118.016
1076							7.894.530.909	7.894.530.909
1077			11.608.491	1.132.341.904			885.470.218	2.029.420.613
1078							197.052.534	197.052.534
1080			6.114.711	593.650			319.640.083	326.348.444
1081			51.080.625	26.233.622			84.820.000	162.134.247
1082				191.664				191.664
1083			40.412.168	29.362.152			541.093.012	610.867.332
1084			36.696.219					36.696.219
1085					5.228.631			5.228.631
1086			31.353.754	4.340.246			491.081.441	526.775.441

Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1087			2.398.257.538					2.398.257.538
1088			6.020.000				15.104.591	21.124.591
1089			7.470.654				203.534.418	211.005.072
1090			600.000				17.619.586	18.219.586
1091					3.876.216.894			3.876.216.894
1092							13.577.945	13.577.945
1094			5.518					5.518
1095			8.038.400	5.000.000			18.108.899	31.147.299
1096			2.317.627	1.100.000			11.900.000	15.317.627
1097			10.400.000	5.600.000	373.650.334			389.650.334
1098			32.500.000	17.500.000	859.184.112			909.184.112
1099			10.400.000	5.600.000	373.650.334			389.650.334
1100			29.900.000	16.100.000	863.184.112			909.184.112
1101			917.000.000	63.000.000	1.098.135.113			2.078.135.113
1102			190.475.281		329.058.497			519.533.778
1103			8.125.000	4.375.000	96.817.515			109.317.515
1104			160.178.294	297.473.975				457.652.269
1105			9.750.000	5.250.000	39.311.781			54.311.781
1106					1.567.368			1.567.368
1107			235.300.000	126.700.000	772.023.254			1.134.023.254
1108			32.500.000	17.500.000	436.021.093			486.021.093
1109			3.250.000	1.750.000	99.603.129			104.603.129
1110			9.100.000	4.900.000	20.251.968			34.251.968
1112			5.200.000	2.800.000	9.373.326			17.373.326
1113			339.397				121.862.109	122.201.506
1114			1.000.000		15.513.748			16.513.748
1115			89.721.123	42.679.547			323.088.977	455.489.647
1116			8.642.616					8.642.616
1118			486.721.368	903.911.112	1.196.658			1.391.829.138
1119					2.004			2.004
1120			310.929.354	26.055.867				336.985.221
1121			897.761.748	423.472.856			672.852.893	1.994.087.497
1122			12.091.957					12.091.957
1123	2.234.861.325		1.762.192.891	24.000.000				4.021.054.216
1124					500.000.000		57.009.536	557.009.536
1125	235.500.632							235.500.632
1126			23.803.118					23.803.118
1128			26.214.023					26.214.023
1130			167.764.407					167.764.407
1131	29.230.008							29.230.008
1133			6.940.273.128	748.810.989			4.992.818.869	12.681.902.986
1134			145.923.369					145.923.369
1136					24.528			24.528
1138			298.311.176	27.109.312				325.420.488
1201			197.686.171.932					197.686.171.932
1202			170.010.107.857					170.010.107.857
1203			6.451.192.620					6.451.192.620
1206			3.043.991.771					3.043.991.771
1207					4.744.468.124			4.744.468.124
1208					4.744.468.124			4.744.468.124
1209					7.116.702.189			7.116.702.189
1210					7.116.702.189			7.116.702.189
1211			881.056.820					881.056.820
1213			19.022.854.482					19.022.854.482
1219			63.663.885					63.663.885
1229			13.817.583					13.817.583
1234			1.830.157.868					1.830.157.868
1235			1.111.805.125					1.111.805.125
1241			6.110.075.328					6.110.075.328
1242			58.982.875.901					58.982.875.901
1251			346.895.676	737.153.318				1.084.048.994
1286			172.304.305					172.304.305
1400		9.622				37.230.987.645		37.230.987.645
1401						45.656.440.355		45.656.440.355
1443						1.736.506.931.081		1.736.506.931.081
1444		436.123.904.197	1.326.000.000		10.000.000.000	36.695.000.000		484.144.904.197
1448			63.033.236	1.300.000	602.000.000	7.720.935.049		8.387.268.285
1449				1.707.575.632				1.707.575.632
9000						87.746.054.428		87.746.054.428
9001			15.450.876.228					15.450.876.228
9002			15.029.576.173					15.029.576.173
9018							643.063.680	643.063.680
9040			1.888.611.541					1.888.611.541
9041					734.460.044			734.460.044
9054			2.301.675.769					2.301.675.769
9097					39.667.335			39.667.335
9098					92.557.115			92.557.115
9099					39.667.335			39.667.335
9100					92.557.115			92.557.115

Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
9101					211.559.120			211.559.120
9102					52.889.780			52.889.780
9118			46.640.557	85.583.893				132.224.450
9201			21.972.200.455					21.972.200.455
9202			18.896.092.392					18.896.092.392
9203			456.220.160					456.220.160
9206			100.719.357					100.719.357
9207					527.332.810			527.332.810
9208					527.332.810			527.332.810
9209					790.999.218			790.999.218
9210					790.999.218			790.999.218
9444			200.274.983.589					200.274.983.589
Total	407.117.895.270	436.129.368.751	2.200.308.673.898	58.882.899.893	128.423.605.615	2.043.570.717.794	117.453.605.193	5.391.886.766.414

Legenda de Fontes

<i>Ordem Numérica</i>	
<i>Fonte</i>	<i>Especificação</i>
1000	-Recursos Livres da União
1001	-Recursos Livres da Seguridade Social
1002	-Atividades-fim da Seguridade Social
1003	-Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social
1004	-Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas
1005	-Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas
1006	-Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes
1007	-Prevenção de Acidentes de Trânsito
1008	-Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica
1009	-Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário
1010	-Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito
1011	-Destinações da Cide-Combustíveis
1012	-Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
1013	-Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP
1014	-Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde
1015	-Casa da Moeda
1016	-Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União
1018	-Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios
1019	-FUNAPOL
1020	-Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito
1021	-Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército
1023	-Pensões Militares da União e dos Ex-territórios
1024	-Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF
1025	-Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas
1026	-Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas
1027	-Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça
1028	-Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis
1029	-Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais
1031	-FUNDAF - PGFN
1032	-FUNDAF - RFB
1033	-PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União
1034	-Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1035	-Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS
1037	-Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública
1038	-Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC
1039	-Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
1040	-Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social
1041	-Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES
1042	-Capitalização do Fundo Social
1043	-Acordo FCA para Estudos, Obras, Recuperação, Desenvolvimento ou Implantação de Infraestrutura Ligada ao Aperfeiçoamento da Política de Transportes Ferroviários, Inclusive Modalidade Urbana
1044	-Recursos do FISTEL destinados ao FUST
1045	-Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional
1046	-Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético
1048	-Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social
1049	-Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social
1050	-Recursos Próprios Livres da UO
1051	-Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital
1052	-Recursos Livres da UO
1053	-Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal
1054	-Benefícios do Regime Geral de Previdência Social
1055	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado

Legenda de Fontes

Ordem Numérica	
Fonte	Especificação
1056	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União
1057	-Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social
1058	-Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos
1059	-Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares
1060	-Política de Garantia de Preços Mínimos
1061	-Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito
1062	-Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM
1063	-Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre
1065	-Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas
1066	-Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional
1067	-Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável
1068	-FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
1069	-Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos
1070	-Controle e Fiscalização Ambiental
1071	-Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
1072	-Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos
1074	-Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A
1075	-CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional
1076	-Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrência da Suspensão Imposta pela Liminar do STF
1077	-Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo
1078	-Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo
1080	-Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos
1081	-Convênios
1082	-Atividades de Avaliação dos Impactos Econômicos e Sociais da Aplicação dos Recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regionais
1083	-Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos
1084	-FGTS
1085	-Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social
1086	-Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX
1087	-CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
1088	-Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional
1089	-Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico
1090	-Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO
1091	-Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras
1092	-Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração
1094	-Combate à Fome
1095	-Doações Estrangeiras
1096	-Doações Nacionais
1097	-CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1098	-CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1099	-CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1100	-CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1101	-CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1102	-CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras
1103	-CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1104	-CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1105	-CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1106	-Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais

Legenda de Fontes

<i>Ordem Numérica</i>	
<i>Fonte</i>	<i>Especificação</i>
1107	-CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1108	-CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1109	-CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1110	-CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1112	-CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1113	-Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM
1114	-Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional
1115	-Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros
1116	-Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM
1118	-CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1119	-Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1120	-Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional
1121	-Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1122	-Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1123	-Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1124	-Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES
1125	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal
1126	-Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes
1128	-Custeio das Comissões de Avaliação - INEP
1130	-Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde
1131	-Recursos Livres do Banco Central do Brasil
1133	-Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal
1134	-Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal
1136	-CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1138	-Melhoria da Prestação Jurisdicional
1201	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios
1202	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
1203	-Transferência Constitucional do IPI Exportação
1206	-Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios
1207	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte
1208	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste
1209	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste
1210	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido
1211	-Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF
1213	-Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação
1219	-Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios
1229	-Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios
1234	-Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas
1235	-Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu
1241	-Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios
1242	-Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios
1251	-Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
1286	-Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF
1400	-Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
1401	-Amortização da Dívida Pública Federal
1443	-Refinanciamento da Dívida Pública Federal
1444	-Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública
1448	-Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda

Legenda de Fontes

Ordem Numérica	
Fonte	Especificação
1449	-Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços
1495	-Recursos do Orçamento de Investimento
9000	-Recursos Livres da União
9001	-Recursos Livres da Seguridade Social
9002	-Atividades-fim da Seguridade Social
9018	-Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição Gratuita de Prêmios
9040	-Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social
9041	-Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES
9054	-Benefícios do Regime Geral de Previdência Social
9097	-CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
9098	-CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
9099	-CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
9100	-CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
9101	-CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
9102	-CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras
9118	-CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
9201	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios
9202	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
9203	-Transferência Constitucional do IPI Exportação
9206	-Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios
9207	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte
9208	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste
9209	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste
9210	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido
9444	-Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública
Ordem Alfabética	
Fonte	Especificação
1035	-Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS
1043	-Acordo FCA para Estudos, Obras, Recuperação, Desenvolvimento ou Implantação de Infraestrutura Ligada ao Aperfeiçoamento da Política de Transportes Ferroviários, Inclusive Modalidade Urbana
1401	-Amortização da Dívida Pública Federal
1086	-Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX
1004	-Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas
1005	-Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas
1010	-Assistência Médico-Hospitalar dos Segurados Vitimados em Acidentes de Trânsito
1126	-Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes
1006	-Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes
1082	-Atividades de Avaliação dos Impactos Econômicos e Sociais da Aplicação dos Recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regionais
9002	-Atividades-fim da Seguridade Social
1002	-Atividades-fim da Seguridade Social
9054	-Benefícios do Regime Geral de Previdência Social
1054	-Benefícios do Regime Geral de Previdência Social
1056	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União
1055	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado
1125	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal
1042	-Capitalização do Fundo Social
1015	-Casa da Moeda
1075	-CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalos Nacional
1087	-CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
1062	-Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM
1094	-Combate à Fome

Legenda de Fontes

<i>Ordem Alfabética</i>	
<i>Fonte</i>	<i>Especificação</i>
1070	-Controle e Fiscalização Ambiental
1081	-Convênios
9097	-CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1097	-CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1098	-CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
9098	-CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1112	-CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1103	-CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
9099	-CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1099	-CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1108	-CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1109	-CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1110	-CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1104	-CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
9118	-CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1118	-CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1105	-CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1107	-CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
9100	-CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1100	-CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1136	-CT-Transporte e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
9101	-CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1101	-CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1102	-CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras
9102	-CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras
1128	-Custeio das Comissões de Avaliação - INEP
9444	-Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública
1444	-Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública
1072	-Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos
1026	-Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas
1090	-Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO
1034	-Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1011	-Destinações da Cide-Combustíveis
1095	-Doações Estrangeiras
1096	-Doações Nacionais
1133	-Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal
1008	-Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica
1130	-Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde
1091	-Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras
1074	-Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A
1046	-Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético
1084	-FGTS
1045	-Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional
1028	-Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis
1021	-Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército

Legenda de Fontes

<i>Ordem Alfabética</i>	
<i>Fonte</i>	<i>Especificação</i>
1009	-Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário
1077	-Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo
1039	-Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
1068	-FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
1019	-FUNAPOL
1031	-FUNDAF - PGFN
1032	-FUNDAF - RFB
1089	-Fundo Aeroaviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico
1088	-Fundo Aeroaviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroaviário Nacional
1124	-Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES
1029	-Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, para o Desenvolvimento de Atividades Audiovisuais
1067	-Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável
1071	-Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
1057	-Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social
1012	-Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
1138	-Melhoria da Prestação Jurisdicional
1037	-Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública
1449	-Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços
1448	-Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda
1018	-Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios
9018	-Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição Gratuita de Prêmios
1400	-Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
1023	-Pensões Militares da União e dos Ex-territórios
1024	-Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF
1114	-Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional
1080	-Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos
1113	-Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM
1060	-Política de Garantia de Preços Mínimos
1066	-Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional
1007	-Prevenção de Acidentes de Trânsito
1033	-PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União
9041	-Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES
1041	-Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES
1061	-Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito
1115	-Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros
1092	-Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração
1025	-Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas
1069	-Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos
1003	-Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social
1122	-Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1076	-Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrência da Suspensão Imposta pela Liminar do STF
1078	-Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo
1120	-Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional
1106	-Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1119	-Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1044	-Recursos do FISTEL destinados ao FUST
1014	-Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde
1495	-Recursos do Orçamento de Investimento
1001	-Recursos Livres da Seguridade Social

Legenda de Fontes

<i>Ordem Alfabética</i>	
<i>Fonte</i>	<i>Especificação</i>
9001	-Recursos Livres da Seguridade Social
1000	-Recursos Livres da União
9000	-Recursos Livres da União
1052	-Recursos Livres da UO
1121	-Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1053	-Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal
1131	-Recursos Livres do Banco Central do Brasil
1085	-Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social
1013	-Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP
1049	-Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social
1051	-Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital
1048	-Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social
1134	-Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal
1065	-Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas
1116	-Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM
1059	-Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares
1050	-Recursos Próprios Livres da UO
1063	-Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre
1443	-Refinanciamento da Dívida Pública Federal
1083	-Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos
1058	-Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos
1123	-Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1040	-Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social
9040	-Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social
1027	-Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça
1020	-Sinalização, Engenharia de Tráfego e de Campo, Policiamento, Fiscalização e Educação de Trânsito
9206	-Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios
1206	-Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios
9202	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
1202	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
1201	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios
9201	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios
1219	-Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios
1203	-Transferência Constitucional do IPI Exportação
9203	-Transferência Constitucional do IPI Exportação
9208	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste
1208	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste
9209	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste
1209	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste
9210	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido
1210	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido
9207	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte
1207	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte
1213	-Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação
1229	-Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios
1211	-Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF
1234	-Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas
1235	-Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu
1241	-Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios
1286	-Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF
1242	-Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios

Legenda de Fontes

<i>Ordem Alfabética</i>	
<i>Fonte</i>	<i>Especificação</i>
1251	-Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
1016	-Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União
1038	-Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

4 - APLICAÇÃO MÍNIMA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Quadro 8A - Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VIII

R\$ 1,00

Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde (art. 110, inciso II, do ADCT)

A) Receita Corrente Líquida - RCL de 2024:	R\$ 1.456.223.806.572
B) % da RCL	15,00 %
C) Aplicação Mínima em ASPS em 2024 (A*B):	R\$ 218.433.570.986

Quadro 8B – Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VIII

R\$ 1,00

RESUMO

Órgão	Valor
Unidade Orçamentária	
36000 - Ministério da Saúde	218.493.426.370
36201 - Fundação Oswaldo Cruz	7.396.208.929
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	2.231.464.027
36211 - Fundação Nacional de Saúde	1.147.323.863
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)	693.605.073
36901 - Fundo Nacional de Saúde	207.024.824.478
Total Geral	218.493.426.370

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 2019.

DETALHAMENTO

Órgão	Valor	
Unidade Orçamentária		
Ação	IU	
36000 - Ministério da Saúde		218.493.426.370
36201 - Fundação Oswaldo Cruz		7.396.208.929
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	6	34.576.539
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	6	218.579.647
13DW - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos	6	494.200.000
15VW - Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará	6	2.300.000
15VX - Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs	6	5.000.000
15VZ - Construção da Sede da Fiocruz Amazonas	6	1.500.000
2000 - Administração da Unidade	6	138.000.000
20K1 - Adequação de Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	6	17.000.000
20Q7 - Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	6	15.000.000
20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	6	52.400.000
20TP - Ativos Cíveis da União	6	976.486.055
20YD - Educação e Trabalho na Saúde	6	200.000.000
20YE - Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	6	2.269.108.000
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6	41.197.150
21BF - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde	6	350.000.000
21DA - Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz	6	226.000.000
4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	6	22.961.538
4370 - Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais	6	1.397.900.000
4705 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	6	400.000.000
6174 - Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	6	20.000.000
6179 - Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	6	42.000.000
6516 - Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	6	120.000.000
8305 - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica	6	320.000.000
8327 - Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	6	32.000.000
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO		2.231.464.027
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	6	93.768.295
0022 - Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	6	3.905.002
0625 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	6	9.399.281
163C - Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC	6	34.800.000
163D - Estruturação do Centro de Atendimento ao Paciente Crítico e Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A (GHC) - PAC	6	15.200.000
20TP - Ativos Cíveis da União	6	1.605.257.658
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6	91.633.791
6149 - Residência de Profissionais de Saúde - SUS	6	30.000.000
6217 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	6	347.500.000
36211 - Fundação Nacional de Saúde		1.147.323.863
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	6	328.788.057
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos	6	42.436.777

Quadro 8B – Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VIII

R\$ 1,00

Órgão		Valor
Unidade Orçamentária		
Ação	IU	
Federais		
2000 - Administração da Unidade	6	125.000.000
20AF - Apoio ao Controle e à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	6	9.700.000
20K2 - Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental	6	5.400.000
20T6 - Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana	6	15.000.000
20TP - Ativos Cívicos da União	6	233.560.402
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes	6	22.638.627
21C9 - Apoiar a implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais (localidades de pequeno porte) ou em comunidades tradicionais	6	212.700.000
21CG - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	6	2.800.000
21CH - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	6	30.000.000
21CI - Apoiar a implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares em Localidades Urbanas de Municípios com População até 50.000 Habitantes, de forma a contribuir para a Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	6	80.000.000
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	6	2.300.000
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	6	2.000.000
6881 - Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	6	23.000.000
6908 - Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde	6	12.000.000
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)		693.605.073
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	6	66.313.494
2000 - Administração da Unidade	6	159.872.469
20TP - Ativos Cívicos da União	6	390.855.476
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes	6	13.563.634
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	6	3.000.000
8719 - Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes	6	60.000.000
36901 - Fundo Nacional de Saúde		207.024.824.478
00UB - Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes de Combate às Endemias	6	2.420.000.000
00UC - Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde	6	10.000.000.000
00UW - Assistência Financeira Complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem	6	10.600.000.000
00VQ - Apoio à Implantação de Infraestrutura Hospitalar e Ambulatorial	6	420.400.000
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	6	749.097.993
0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	6	22.535.576
0Z01 - Reserva de Contingência Fiscal - Primária	6	202.533.889
0Z08 - Reservas Específicas para o atendimento de emendas de execução obrigatória destinadas a ações e serviços públicos de saúde	6	18.823.989.646
125H - Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA	6	194.000.000
15EG - Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC	6	3.000.000
15W2 - Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS	6	13.800.000
15WP - Reforma e Modernização de Nova Unidade do Ministério da Saúde (Bloco "O" da Esplanada dos Ministérios)	6	30.000.000
2000 - Administração da Unidade	6	488.720.000
2016 - Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	6	30.000.000
20AB - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	6	273.000.000
20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	6	2.360.000.000
20AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	6	190.000.000
20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	6	40.000.000
20AL - Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	6	2.173.140.000
20K3 - Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	6	36.500.000
20K5 - Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	6	45.000.000
20K7 - Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde	6	1.571.200.000
20QF - Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas em Saúde, Primatologia, Meio Ambiente e Medicina Tropical	6	77.000.000
20QG - Atuação Internacional do Ministério da Saúde	6	8.000.000
20QH - Alimentação e Nutrição para a Saúde	6	170.000.000
20QI - Implantação e Manutenção da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS)	6	10.500.000
20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	6	47.600.000
20TP - Ativos Cívicos da União	6	4.207.362.538
20YD - Educação e Trabalho na Saúde	6	2.313.600.000
20YE - Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	6	5.809.252.000
20YJ - Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Ambiente	6	339.410.000
20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	6	355.500.000
20YP - Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	6	2.497.800.000

Quadro 8B – Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária

PLDO - 2024, Anexo I, inciso VIII

R\$ 1,00

Órgão		IU	Valor
Unidade Orçamentária			
Ação			
20YQ - Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	6		461.425.000
20YR - Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	6		5.289.031.430
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6		422.226.294
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	6		46.500.000
218U - Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems	6		20.000.000
219A - Piso de Atenção Primária à Saúde	6		25.198.900.000
21BF - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde	6		315.000.000
21BG - Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde	6		4.376.000.000
21CD - Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde	6		165.300.000
21CE - Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde	6		431.500.000
21CF - Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS	6		80.100.000
21CJ - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos	6		141.000.000
21D9 - Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	6		86.520.000
21DX - Manutenção de Contratos de Gestão com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS)	6		1.262.000.000
21EC - Gestão de Programas e Projetos de Cooperação Técnica e Contratos de Gestão	6		24.520.000
21ED - Fortalecimento do Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - Genomas Brasil	6		250.000.000
21GM - Transformação Digital no SUS	6		566.900.000
2B52 - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	6		30.000.000
4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	6		1.700.000.000
4324 - Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro	6		21.000.000
4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	6		645.038.462
4370 - Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais	6		1.275.600.000
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	6		7.600.000
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	6		291.000.000
4705 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	6		13.966.000.000
6148 - Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação	6		1.370.000.000
6182 - Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS	6		27.600.000
6217 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	6		876.000.000
6516 - Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	6		13.800.000
8287 - Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde	6		64.000.000
8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	6		4.829.200.000
8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde	6		2.081.700.000
8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	6		72.899.921.650
8636 - Fortalecimento da Inovação em produtos, serviços tecnológicos e conectividade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde	6		395.000.000
8648 - Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde	6		13.500.000
8708 - Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde	6		12.000.000
8715 - Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	6		16.500.000
8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde	6		37.000.000
8753 - Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde	6		8.500.000
8755 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	6		120.000.000
8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	6		430.000.000
8759 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	6		234.000.000
Total Geral			218.493.426.370

(* Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 2019.

5 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro 9A - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

<i>Construção da Base de Cálculo de Recursos</i>	
A) Receita de Impostos	1.020.695.988.715
A1) Imposto sobre a Importação	72.943.052.092
A2) Imposto sobre a Exportação	52.948.052
A3) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	3.310.222.239
A4) Imposto sobre a Renda - IR	809.559.361.742
A5) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	69.074.127.784
A6) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF	65.756.276.806
B) Deduções (Transferências)	418.680.360.429
B1) Transferência do ITR - CF Art. 158, II	3.144.711.128
B2) Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE - CF Art. 159, I, a	188.906.200.249
B3) Fundo de Participação dos Municípios - FPM - CF Art. 159, I, b, d, e, f	219.658.372.387
B4) Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI - CF Art. 159, II	6.907.412.780
B5) Transferência do IOF incidente sobre o Ouro - CF Art. 153, §5º	63.663.885
C) Base de Cálculo (C = A - B)	602.015.628.286
D) Parcela da Receita de Impostos do exercício "corrente" vinculada à MDE (CF Art. 212) (D = C x 18%)	108.362.813.091
E) Receitas provenientes da restituição/recuperação/devolução de despesas consideradas no cálculo do valor mínimo da educação em exercícios anteriores, porém canceladas no exercício corrente	315.170.803
F) Valor Mínimo a ser aplicado, no exercício corrente, na manutenção e desenvolvimento do ensino (F = D + E)	108.677.983.894

<i>Despesas Programadas com MDE (IDUSO 8) por Subfunção e Fonte</i>					
A) Programação em Educação					
Subfunções de Educação	Fonte 1000	Fonte 1133	Outras Fontes Vinculadas à Educação(*)	Demais Fontes	TOTAL
363 - Ensino Profissional	15.515.635.633		74.480.062		15.590.115.695
364 - Ensino Superior	37.460.919.908		1.099.083.554	100.800.000	38.660.803.462
365 - Educação Infantil	417.349.676	455.240.507			872.590.183
366 - Educação de Jovens e Adultos	300.000.001				300.000.001
367 - Educação Especial	44.750.512				44.750.512
368 - Educação Básica	12.088.951.911	1.476.263.153	253.150.913		13.818.365.977
Outras Subfunções na Educação	Fonte 1000	Fonte 1133	Outras Fontes Vinculadas à Educação(*)	Demais Fontes	TOTAL
122 - Administração Geral	1.606.118.773		13.302.710		1.619.421.483
128 - Formação de Recursos Humanos	52.126.018		3.122.710		55.248.728
131 - Comunicação Social	111.709.940				111.709.940
211 - Relações Diplomáticas	12.031.355				12.031.355
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.257.205.622		296.442.798		12.553.648.420
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.804.283.207			32.540.980	3.836.824.187
571 - Desenvolvimento Científico	287.700.000				287.700.000
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	509.433.321				509.433.321
846 - Outros Encargos Especiais	9.057.506.681				9.057.506.681
847 - Transferências para a Educação Básica	32.836.062.697		2.109.889.483	13.954.068.811	48.900.020.991
999 - Reserva de Contingência	1.146.119.622				1.146.119.622
Total	127.507.904.877	1.931.503.660	3.849.472.230	14.087.409.791	147.376.290.558

(*) As seguintes fontes foram consideradas: 1008, 1012, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1081, 1095, 1096, 1128, 1134

Quadro 9B - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Programa, Fonte e Órgão

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

<i>Programa</i>	<i>Valor</i>
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	67.779.817.996
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2.031.355
0999 - Reserva de Contingência	1.146.119.622
5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	63.518.539.900
5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	3.112.333.783
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	11.817.447.902
<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>
1000 - Recursos Livres da União	127.507.904.877
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	32.540.980
1008 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica	2.109.889.483
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	315.170.803
1014 - Recursos do Fundo Social Destinados à Educação Pública, com Prioridade para Educação Básica, e à Saúde	13.786.304.404
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	2.047.552
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	291.644.850
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	948.440.311
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	10.460.543
1052 - Recursos Livres da UO	16.105
1081 - Convênios	32.948.698
1095 - Doações Estrangeiras	38.400
1096 - Doações Nacionais	1.105.570
1128 - Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	20.971.219
1130 - Educação Pública, com Prioridade para a Educação Básica, e Saúde	167.764.407
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	1.931.503.660
1134 - Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	116.738.696
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	100.800.000
<i>Órgão</i>	<i>Valor</i>
26 - Ministério da Educação	147.376.290.558
Total	147.376.290.558

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes									
Programática	Programa/Ação/Localização									Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor		
26	Ministério da Educação																	147.376.290.558	
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo																	67.779.817.996	
	Atividades																	58.712.311.315	
0032	2000	Administração da Unidade							12	122	F							755.229.740	
0032	2000	0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco															29.290.214	
											3 - ODC	2	90	8	1000		25.758.406		
											3 - ODC	2	90	8	1050		303.207		
											3 - ODC	2	91	8	1000		708.360		
											4 - INV	2	90	8	1000		2.520.241		
0032	2000	0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal															725.939.526	
											3 - ODC	2	80	8	1000		1		
											3 - ODC	2	90	8	1000		20.000.010		
											3 - ODC	2	90	8	1000		650.452.086		
											3 - ODC	2	90	8	1050		12.704.703		
											3 - ODC	2	91	8	1000		6.146.474		
											4 - INV	2	90	8	1000		36.636.252		
0032	20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação							12	122	F							210.087.036	
0032	20RH	0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional															199.095.386	
			<i>Produto: Unidade apoiada (unidade): 12</i>															12.264.155	
											3 - ODC	2	90	8	1000		186.636.731		
											3 - ODC	2	91	8	1000		194.500		
0032	20RH	0053	Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal															10.991.650	
			<i>Produto: Unidade apoiada (unidade): 1</i>															2.891.650	
											3 - ODC	2	80	8	1000		8.100.000		
											3 - ODC	2	90	8	1000				
0032	20TP	Ativos Cívicos da União							12	122	F							644.538.625	
0032	20TP	0001	Ativos Cívicos da União - Nacional																215.098.680
											1 - PES	1	90	8	1000		215.098.680		
0032	20TP	0020	Ativos Cívicos da União - Na Região Nordeste															60.613.683	
											1 - PES	1	90	8	1000		60.613.683		
0032	20TP	0026	Ativos Cívicos da União - No Estado de Pernambuco															42.971.899	
											1 - PES	1	90	8	1000		42.971.899		
0032	20TP	0051	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso															88.105.679	
											1 - PES	1	90	8	1000		88.105.679		
0032	20TP	0052	Ativos Cívicos da União - No Estado de Goiás															169.688.861	
											1 - PES	1	90	8	1000		169.688.861		
0032	20TP	0053	Ativos Cívicos da União - No Distrito Federal															68.059.823	
											1 - PES	1	90	8	1000		68.059.823		
0032	216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							12	122	F							9.566.082	
0032	216H	0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional															290.583	
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 7</i>															290.583	
											3 - ODC	2	90	8	1000		270.000		
0032	216H	0011	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Rondônia															270.000	
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 23</i>															270.000	
											3 - ODC	2	90	8	1000		21.600		
0032	216H	0012	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Acre															21.600	
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>															21.600	
											3 - ODC	2	90	8	1000		43.200		
0032	216H	0013	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amazonas															43.200	
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 2</i>															26.528	
0032	216H	0014	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Roraima															26.528	
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>															192.300	
0032	216H	0015	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Pará															192.300	
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 10</i>															21.600	
											3 - ODC	2	90	8	1000		21.600		
0032	216H	0016	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amapá															121.600	
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>															121.600	
0032	216H	0017	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Tocantins															121.600	
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 6</i>															31.120	
											3 - ODC	2	90	8	1000		31.120		
0032	216H	0020	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Nordeste															105.000	
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>															105.000	
0032	216H	0021	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Maranhão															21.600	
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 5</i>															21.600	
											3 - ODC	2	90	8	1000		21.600		
0032	216H	0022	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Piauí															21.600	
			<i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>															21.600	
											3 - ODC	2	90	8	1000		21.600		
0032	216H	0023	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Ceará															21.600	

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes		
Programática	Programa/Ação/Localização				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	21.600
0032	216H	0025	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Paraíba									246.955
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 16			3 - ODC	2	90	8	1000		246.955
0032	216H	0026	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco									185.160
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 7			3 - ODC	2	90	8	1000		185.160
0032	216H	0027	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Alagoas									50.000
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 5			3 - ODC	2	90	8	1000		50.000
0032	216H	0028	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Sergipe									71.600
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000		21.600
						3 - ODC	2	90	8	1050		50.000
0032	216H	0029	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Bahia									550.800
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 37			3 - ODC	2	90	8	1000		550.800
0032	216H	0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais									1.735.651
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 86			3 - ODC	2	90	8	1000		1.562.451
						3 - ODC	2	90	8	1050		173.200
0032	216H	0032	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Espírito Santo									185.000
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 7			3 - ODC	2	90	8	1000		185.000
0032	216H	0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro									284.635
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 14			3 - ODC	2	90	8	1000		234.635
						3 - ODC	2	90	8	1050		50.000
0032	216H	0035	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de São Paulo									353.607
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 13			3 - ODC	2	90	8	1000		353.607
0032	216H	0040	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Sul									21.600
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000		21.600
0032	216H	0041	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Paraná									286.820
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 15			3 - ODC	2	90	8	1000		286.820
0032	216H	0042	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Santa Catarina									329.182
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 13			3 - ODC	2	90	8	1000		307.582
						3 - ODC	2	90	8	1050		21.600
0032	216H	0043	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Sul									767.313
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 24			3 - ODC	2	90	8	1000		767.313
0032	216H	0051	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso									173.200
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 8			3 - ODC	2	90	8	1000		173.200
0032	216H	0052	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Goiás									400.000
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 18			3 - ODC	2	90	8	1000		400.000
0032	216H	0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal									2.736.228
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 64			3 - ODC	2	90	8	1000		2.336.228
						3 - ODC	2	90	8	1000		400.000
0032	216H	0054	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso do Sul									21.600
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000		21.600
0032	4572		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12	128	F						55.248.728
0032	4572	0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional									1.500.002
			Produto: Servidor capacitado (unidade): 550			3 - ODC	2	90	8	1000		550.000
						3 - ODC	2	90	8	1000		500.002
						3 - ODC	2	91	8	1000		450.000
0032	4572	0011	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Rondônia									2.419.089
			Produto: Servidor capacitado (unidade): 850			3 - ODC	2	90	8	1000		2.418.489
						3 - ODC	2	91	8	1000		600
0032	4572	0012	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Acre									350.000
			Produto: Servidor capacitado (unidade): 500			3 - ODC	2	90	8	1000		350.000
0032	4572	0013	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amazonas									510.000
			Produto: Servidor capacitado (unidade): 540			3 - ODC	2	90	8	1000		510.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 4572 0014	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Roraima Produto: Servidor capacitado (unidade): 246			3 - ODC	2	90	8	1000	378.783
0032 4572 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará Produto: Servidor capacitado (unidade): 2795			3 - ODC	2	90	8	1000	2.577.000
				3 - ODC	2	90	8	1050	2.377.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	200.000
0032 4572 0016	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amapá Produto: Servidor capacitado (unidade): 474			3 - ODC	2	90	8	1000	1.059.716
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.019.016
				3 - ODC	2	91	8	1000	40.700
0032 4572 0017	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Tocantins Produto: Servidor capacitado (unidade): 604			3 - ODC	2	90	8	1000	740.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	740.000
0032 4572 0020	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Nordeste Produto: Servidor capacitado (unidade): 505			3 - ODC	2	90	8	1000	440.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	440.000
0032 4572 0021	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Maranhão Produto: Servidor capacitado (unidade): 1721			3 - ODC	2	90	8	1000	2.130.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	2.130.000
0032 4572 0022	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Piauí Produto: Servidor capacitado (unidade): 90			3 - ODC	2	90	8	1000	300.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	100.000
				3 - ODC	2	90	8	1050	200.000
0032 4572 0023	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Ceará Produto: Servidor capacitado (unidade): 1438			3 - ODC	2	90	8	1000	1.841.697
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.796.697
				3 - ODC	2	91	8	1000	45.000
0032 4572 0024	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Norte Produto: Servidor capacitado (unidade): 4228			3 - ODC	2	90	8	1000	2.600.000
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.547.100
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.900
				4 - INV	2	90	8	1000	50.000
0032 4572 0025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba Produto: Servidor capacitado (unidade): 2640			3 - ODC	2	90	8	1000	1.126.613
				3 - ODC	2	90	8	1050	1.037.154
				3 - ODC	2	90	8	1050	87.343
				3 - ODC	2	90	8	1052	2.116
0032 4572 0026	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Pernambuco Produto: Servidor capacitado (unidade): 2391			3 - ODC	2	90	8	1000	2.087.080
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.083.933
				3 - ODC	2	91	8	1000	3.147
0032 4572 0027	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Alagoas Produto: Servidor capacitado (unidade): 650			3 - ODC	2	90	8	1000	600.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	600.000
0032 4572 0028	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Sergipe Produto: Servidor capacitado (unidade): 1150			3 - ODC	2	90	8	1000	300.000
				3 - ODC	2	90	8	1050	274.000
				3 - ODC	2	91	8	1050	24.000
				3 - ODC	2	91	8	1050	2.000
0032 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia Produto: Servidor capacitado (unidade): 3341			3 - ODC	2	90	8	1000	2.814.502
				3 - ODC	2	90	8	1050	1.990.106
				3 - ODC	2	91	8	1000	607.251
				3 - ODC	2	91	8	1000	17.145
				4 - INV	2	90	8	1000	200.000
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais Produto: Servidor capacitado (unidade): 6779			3 - ODC	2	90	8	1000	8.727.550
				3 - ODC	2	90	8	1050	8.173.148
				3 - ODC	2	91	8	1000	498.060
				3 - ODC	2	91	8	1000	54.402
				3 - ODC	2	91	8	1050	1.940
0032 4572 0032	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Espírito Santo Produto: Servidor capacitado (unidade): 1550			3 - ODC	2	90	8	1000	1.030.000
				3 - ODC	2	90	8	1050	780.000
				3 - ODC	2	90	8	1050	250.000
0032 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Servidor capacitado (unidade): 5164			3 - ODC	2	90	8	1000	6.254.176
				3 - ODC	2	90	8	1000	6.254.176
0032 4572 0035	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de São Paulo Produto: Servidor capacitado (unidade): 1702			3 - ODC	2	90	8	1000	946.505
				3 - ODC	2	90	8	1050	746.505
				3 - ODC	2	90	8	1050	200.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 4572 0040	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Sul <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 250</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	1000 1000	150.000 130.000 20.000
0032 4572 0041	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Paraná <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1645</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	800.000 800.000
0032 4572 0042	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2810</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 90	8 8	1000 1050	1.295.891 1.245.891 50.000
0032 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3853</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC	2 2 2	90 90 91	8 8 8	1000 1049 1000	3.952.908 2.880.568 1.000.000 72.340
0032 4572 0051	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1597</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	1000 1000	980.000 979.000 1.000
0032 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2013</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	1000 1000	2.248.265 2.229.694 18.571
0032 4572 0053	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Distrito Federal <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2041</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	4.418.951 4.418.951
0032 4572 0054	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 730</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	670.000 670.000
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública	12 131	F						111.709.940
0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional			3 - ODC	2	90	8	1000	110.610.106 110.610.106
0032 4641 0042	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Santa Catarina			3 - ODC	2	90	8	1000	510.000 510.000
0032 4641 0052	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Goiás			3 - ODC	2	90	8	1000	300.000 300.000
0032 4641 0054	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Mato Grosso do Sul			3 - ODC	2	90	8	1000	289.834 289.834
0032 20TP	Ativos Cíveis da União	12 302	S						12.064.712.755
0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional			1 - PES	1	90	8	1000	7.278.260.376 7.278.260.376
0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas			1 - PES	1	90	8	1000	41.306.634 41.306.634
0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará			1 - PES	1	90	8	1000	75.611.258 75.611.258
0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão			1 - PES	1	90	8	1000	69.318.680 69.318.680
0032 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí			1 - PES	1	90	8	1000	3.022.582 3.022.582
0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará			1 - PES	1	90	8	1000	136.026.686 136.026.686
0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte			1 - PES	1	90	8	1000	96.712.874 96.712.874
0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba			1 - PES	1	90	8	1000	141.866.355 141.866.355
0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco			1 - PES	1	90	8	1000	128.607.621 128.607.621
0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas			1 - PES	1	90	8	1000	72.514.367 72.514.367
0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe			1 - PES	1	90	8	1000	51.420.161 51.420.161
0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia			1 - PES	1	90	8	1000	93.466.643 93.466.643
0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais			1 - PES	1	90	8	1000	406.451.931 406.451.931
0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo			1 - PES	1	90	8	1000	61.591.416 61.591.416
0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro			1 - PES	1	90	8	1000	717.135.044 717.135.044

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes										
Programática	Programa/Ação/Localização									Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor			
0032	20TP	0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo											1 - PES	1	90	8	1000	305.831.617	
																			305.831.617	
0032	20TP	0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná											1 - PES	1	90	8	1000	141.981.503	
																			141.981.503	
0032	20TP	0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina											1 - PES	1	90	8	1000	118.032.320	
																			118.032.320	
0032	20TP	0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul											1 - PES	1	90	8	1000	1.916.994.184	
																			1.916.994.184	
0032	20TP	0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso											1 - PES	1	90	8	1000	23.228.821	
																			23.228.821	
0032	20TP	0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás											1 - PES	1	90	8	1000	95.433.375	
																			95.433.375	
0032	20TP	0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal											1 - PES	1	90	8	1000	61.349.279	
																			61.349.279	
0032	20TP	0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul											1 - PES	1	90	8	1000	28.549.028	
																			28.549.028	
0032	2004		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes									12	331	S						704.599.109
0032	2004	0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional											3 - ODC	1	90	8	1000	59.378.100	
																			59.378.100	
0032	2004	0011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia											3 - ODC	1	90	8	1000	4.004.367	
																			4.004.367	
0032	2004	0012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre											3 - ODC	1	90	8	1000	2.259.303	
																			2.259.303	
0032	2004	0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas											3 - ODC	1	90	8	1000	8.416.920	
														3 - ODC	1	90	8	1000	7.852.454	
																			564.466	
0032	2004	0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima											3 - ODC	1	90	8	1000	2.821.075	
																			2.821.075	
0032	2004	0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará											3 - ODC	1	90	8	1000	16.851.459	
														3 - ODC	1	90	8	1000	16.291.544	
																			559.915	
0032	2004	0016	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá											3 - ODC	1	90	8	1000	2.619.552	
																			2.619.552	
0032	2004	0017	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins											3 - ODC	1	90	8	1000	6.597.796	
																			6.597.796	
0032	2004	0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste											3 - ODC	1	90	8	1000	4.473.997	
																			4.473.997	
0032	2004	0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão											3 - ODC	1	90	8	1000	12.853.882	
														3 - ODC	1	90	8	1000	11.961.336	
																			892.546	
0032	2004	0022	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí											3 - ODC	1	90	8	1000	13.088.506	
														3 - ODC	1	90	8	1000	13.017.954	
																			70.552	
0032	2004	0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará											3 - ODC	1	90	8	1000	20.299.427	
														3 - ODC	1	90	8	1000	18.526.539	
																			1.772.888	
0032	2004	0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte											3 - ODC	1	90	8	1000	27.711.457	
														3 - ODC	1	90	8	1000	26.487.223	
																			1.224.234	
0032	2004	0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba											3 - ODC	1	90	8	1000	27.185.173	
														3 - ODC	1	90	8	1000	24.346.425	
																			2.838.748	
0032	2004	0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco											3 - ODC	1	90	8	1000	26.622.772	
														3 - ODC	1	90	8	1000	24.444.521	
																			2.178.251	

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas								11.783.691
				3 - ODC	1	90	8	1000	11.487.140
				3 - ODC	1	90	8	1000	296.551
0032 2004 0028	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe								11.028.761
				3 - ODC	1	90	8	1000	10.419.608
				3 - ODC	1	90	8	1000	609.153
0032 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia								21.642.467
				3 - ODC	1	90	8	1000	20.598.721
				3 - ODC	1	90	8	1000	1.043.746
0032 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais								116.526.407
				3 - ODC	1	90	8	1000	108.065.660
				3 - ODC	1	90	8	1000	8.460.747
0032 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo								16.681.039
				3 - ODC	1	90	8	1000	15.686.854
				3 - ODC	1	90	8	1000	994.185
0032 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro								47.795.354
				3 - ODC	1	90	8	1000	43.735.549
				3 - ODC	1	90	8	1000	4.059.805
0032 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo								22.805.990
				3 - ODC	1	90	8	1000	1.411.692
				3 - ODC	1	90	8	1000	21.394.298
0032 2004 0040	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul								1.901.469
				3 - ODC	1	90	8	1000	1.901.469
0032 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná								31.358.877
				3 - ODC	1	90	8	1000	29.413.101
				3 - ODC	1	90	8	1000	1.945.776
0032 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina								25.660.622
				3 - ODC	1	90	8	1000	2.213.677
				3 - ODC	1	90	8	1000	23.446.945
0032 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul								63.143.915
				3 - ODC	1	90	8	1000	48.392.147
				3 - ODC	1	90	8	1000	14.751.768
0032 2004 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso								10.138.634
				3 - ODC	1	90	8	1000	9.963.415
				3 - ODC	1	90	8	1000	175.219
0032 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás								24.198.460
				3 - ODC	1	90	8	1000	1.814.634
				3 - ODC	1	90	8	1000	22.383.826
0032 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal								16.880.956
				3 - ODC	1	90	8	1000	16.360.277
				3 - ODC	1	90	8	1000	520.679
0032 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul								47.868.681
				3 - ODC	1	90	8	1000	10.872.333
				3 - ODC	1	90	8	1000	4.455.368
				3 - ODC	1	90	8	1004	32.540.980
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12	331	S					3.132.225.078
0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional								331.823.633
				3 - ODC	1	90	8	1000	331.823.633
0032 212B 0011	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia								23.564.445
				3 - ODC	1	90	8	1000	23.564.445
0032 212B 0012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre								20.572.760
				3 - ODC	1	90	8	1000	20.572.760
0032 212B 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas								48.105.258
				3 - ODC	1	90	8	1000	45.168.083
				3 - ODC	1	90	8	1000	2.937.175

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 212B 0014	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima			3 - ODC	1	90	8	1000	19.576.177
0032 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará			3 - ODC	1	90	8	1000	99.485.104
				3 - ODC	1	90	8	1000	3.679.162
									95.805.942
0032 212B 0016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá			3 - ODC	1	90	8	1000	16.571.930
0032 212B 0017	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins			3 - ODC	1	90	8	1000	36.850.669
0032 212B 0020	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste			3 - ODC	1	90	8	1000	19.890.238
0032 212B 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão			3 - ODC	1	90	8	1000	65.146.490
				3 - ODC	1	90	8	1000	4.103.216
									61.043.274
0032 212B 0022	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí			3 - ODC	1	90	8	1000	46.838.229
				3 - ODC	1	90	8	1000	200.063
									46.638.166
0032 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará			3 - ODC	1	90	8	1000	88.180.308
				3 - ODC	1	90	8	1000	80.471.967
									7.708.341
0032 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte			3 - ODC	1	90	8	1000	91.997.240
				3 - ODC	1	90	8	1000	87.161.182
									4.836.058
0032 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba			3 - ODC	1	90	8	1000	103.435.438
				3 - ODC	1	90	8	1000	95.697.351
									7.738.087
0032 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco			3 - ODC	1	90	8	1000	124.545.671
				3 - ODC	1	90	8	1000	9.641.918
									114.903.753
0032 212B 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas			3 - ODC	1	90	8	1000	51.229.173
				3 - ODC	1	90	8	1000	47.119.250
									4.109.923
0032 212B 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe			3 - ODC	1	90	8	1000	41.661.709
				3 - ODC	1	90	8	1000	39.125.770
									2.535.939
0032 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia			3 - ODC	1	90	8	1000	129.614.769
				3 - ODC	1	90	8	1000	6.518.871
									123.095.898
0032 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais			3 - ODC	1	90	8	1000	351.988.131
				3 - ODC	1	90	8	1000	324.526.849
									27.461.282
0032 212B 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo			3 - ODC	1	90	8	1000	59.857.526
				3 - ODC	1	90	8	1000	4.041.025
									55.816.501
0032 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro			3 - ODC	1	90	8	1000	348.310.558
				3 - ODC	1	90	8	1000	52.742.982
									295.567.576
0032 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo			3 - ODC	1	90	8	1000	145.700.757
				3 - ODC	1	90	8	1000	125.070.823
									20.629.934
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	1000	12.322.761
0032 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná			3 - ODC	1	90	8	1000	120.261.474
				3 - ODC	1	90	8	1000	11.681.715
									108.579.759

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 212B 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina										97.732.617
						3 - ODC	1	90	8	1000	89.227.408
						3 - ODC	1	90	8	1000	8.505.209
0032 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul										267.254.887
						3 - ODC	1	90	8	1000	205.253.694
						3 - ODC	1	90	8	1000	62.001.193
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso										50.097.369
						3 - ODC	1	90	8	1000	1.661.361
						3 - ODC	1	90	8	1000	48.436.008
0032 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás										80.525.693
						3 - ODC	1	90	8	1000	74.421.151
						3 - ODC	1	90	8	1000	6.104.542
0032 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal										185.330.712
						3 - ODC	1	90	8	1000	181.578.961
						3 - ODC	1	90	8	1000	3.751.751
0032 212B 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul										53.753.352
						3 - ODC	1	90	8	1000	2.741.169
						3 - ODC	1	90	8	1000	51.012.183
0032 20TP	Ativos Cíveis da União			12	363	F					12.477.781.912
0032 20TP 0011	Ativos Cíveis da União - No Estado de Rondônia										185.576.982
						1 - PES	1	90	8	1000	185.576.982
0032 20TP 0012	Ativos Cíveis da União - No Estado do Acre										107.363.296
						1 - PES	1	90	8	1000	107.363.296
0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas										266.459.540
						1 - PES	1	90	8	1000	266.459.540
0032 20TP 0014	Ativos Cíveis da União - No Estado de Roraima										95.918.188
						1 - PES	1	90	8	1000	95.918.188
0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará										383.115.755
						1 - PES	1	90	8	1000	383.115.755
0032 20TP 0016	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amapá										83.758.789
						1 - PES	1	90	8	1000	83.758.789
0032 20TP 0017	Ativos Cíveis da União - No Estado do Tocantins										203.573.714
						1 - PES	1	90	8	1000	203.573.714
0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão										495.338.342
						1 - PES	1	90	8	1000	495.338.342
0032 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí										383.344.372
						1 - PES	1	90	8	1000	383.344.372
0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará										608.876.378
						1 - PES	1	90	8	1000	608.876.378
0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte										479.797.943
						1 - PES	1	90	8	1000	479.797.943
0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba										421.303.611
						1 - PES	1	90	8	1000	421.303.611
0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco										534.871.833
						1 - PES	1	90	8	1000	534.871.833
0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas										308.725.243
						1 - PES	1	90	8	1000	308.725.243
0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe										191.325.452
						1 - PES	1	90	8	1000	191.325.452
0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia										720.079.339
						1 - PES	1	90	8	1000	720.079.339
0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais										1.449.373.120
						1 - PES	1	90	8	1000	1.449.373.120
0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo										494.059.047
						1 - PES	1	90	8	1000	494.059.047
0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro										867.996.895
						1 - PES	1	90	8	1000	867.996.895
0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo										775.720.892
						1 - PES	1	90	8	1000	775.720.892
0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná										391.922.129
						1 - PES	1	90	8	1000	391.922.129
0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina										753.091.978

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				1 - PES	1	90	8	1000	753.091.978
0032 20TP 0043	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	1	90	8	1000	958.608.330
									958.608.330
0032 20TP 0051	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso			1 - PES	1	90	8	1000	329.832.025
									329.832.025
0032 20TP 0052	Ativos Cívicos da União - No Estado de Goiás			1 - PES	1	90	8	1000	601.591.293
									601.591.293
0032 20TP 0053	Ativos Cívicos da União - No Distrito Federal			1 - PES	1	90	8	1000	206.325.277
									206.325.277
0032 20TP 0054	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso do Sul			1 - PES	1	90	8	1000	179.832.149
									179.832.149
0032 20TP	Ativos Cívicos da União	12	364	F					27.832.291.225
0032 20TP 0011	Ativos Cívicos da União - No Estado de Rondônia			1 - PES	1	90	8	1000	203.853.429
									203.853.429
0032 20TP 0012	Ativos Cívicos da União - No Estado do Acre			1 - PES	1	90	8	1000	216.290.639
									216.290.639
0032 20TP 0013	Ativos Cívicos da União - No Estado do Amazonas			1 - PES	1	90	8	1000	451.258.920
									451.258.920
0032 20TP 0014	Ativos Cívicos da União - No Estado de Roraima			1 - PES	1	90	8	1000	166.692.403
									166.692.403
0032 20TP 0015	Ativos Cívicos da União - No Estado do Pará			1 - PES	1	90	8	1000	1.251.825.815
									1.251.825.815
0032 20TP 0016	Ativos Cívicos da União - No Estado do Amapá			1 - PES	1	90	8	1000	163.301.045
									163.301.045
0032 20TP 0017	Ativos Cívicos da União - No Estado do Tocantins			1 - PES	1	90	8	1000	304.473.477
									304.473.477
0032 20TP 0020	Ativos Cívicos da União - Na Região Nordeste			1 - PES	1	90	8	1000	269.727.069
									269.727.069
0032 20TP 0021	Ativos Cívicos da União - No Estado do Maranhão			1 - PES	1	90	8	1000	475.298.324
									475.298.324
0032 20TP 0022	Ativos Cívicos da União - No Estado do Piauí			1 - PES	1	90	8	1000	444.802.604
									444.802.604
0032 20TP 0023	Ativos Cívicos da União - No Estado do Ceará			1 - PES	1	90	8	1000	839.544.817
									839.544.817
0032 20TP 0024	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Norte			1 - PES	1	90	8	1000	1.028.620.752
									1.028.620.752
0032 20TP 0025	Ativos Cívicos da União - No Estado da Paraíba			1 - PES	1	90	8	1000	1.280.492.707
									1.280.492.707
0032 20TP 0026	Ativos Cívicos da União - No Estado de Pernambuco			1 - PES	1	90	8	1000	1.235.343.290
									1.235.343.290
0032 20TP 0027	Ativos Cívicos da União - No Estado de Alagoas			1 - PES	1	90	8	1000	476.001.801
									476.001.801
0032 20TP 0028	Ativos Cívicos da União - No Estado de Sergipe			1 - PES	1	90	8	1000	464.838.472
									464.838.472
0032 20TP 0029	Ativos Cívicos da União - No Estado da Bahia			1 - PES	1	90	8	1000	1.244.891.868
									1.244.891.868
0032 20TP 0031	Ativos Cívicos da União - No Estado de Minas Gerais			1 - PES	1	90	8	1000	4.141.809.305
									4.141.809.305
0032 20TP 0032	Ativos Cívicos da União - No Estado do Espírito Santo			1 - PES	1	90	8	1000	544.370.845
									544.370.845
0032 20TP 0033	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio de Janeiro			1 - PES	1	90	8	1000	3.182.568.943
									3.182.568.943
0032 20TP 0035	Ativos Cívicos da União - No Estado de São Paulo			1 - PES	1	90	8	1000	1.198.406.122
									1.198.406.122
0032 20TP 0040	Ativos Cívicos da União - Na Região Sul			1 - PES	1	90	8	1000	214.366.290
									214.366.290
0032 20TP 0041	Ativos Cívicos da União - No Estado do Paraná			1 - PES	1	90	8	1000	1.607.056.715
									1.607.056.715
0032 20TP 0042	Ativos Cívicos da União - No Estado de Santa Catarina			1 - PES	1	90	8	1000	818.849.635
									818.849.635
0032 20TP 0043	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES	1	90	8	1000	2.738.738.116
									2.738.738.116
0032 20TP 0051	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso			1 - PES	1	90	8	1000	461.730.094
									461.730.094
0032 20TP 0052	Ativos Cívicos da União - No Estado de Goiás			1 - PES	1	90	8	1000	599.109.534
									599.109.534

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 20TP 0053	Ativos Cívicos da União - No Distrito Federal					1 - PES	1	90	8	1000	1.095.114.155
											1.095.114.155
0032 20TP 0054	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso do Sul					1 - PES	1	90	8	1000	712.914.039
											712.914.039
0032 20TP 0033	Ativos Cívicos da União Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio de Janeiro			12	368	F					417.187.764
						1 - PES	1	90	8	1000	417.187.764
0032 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)			12	571	F					287.700.000
0032 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 8</i>					3 - ODC	2	50	8	1000	287.700.000
											287.700.000
0032 4000	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais			12	573	F					9.433.321
0032 4000 0001	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - Nacional <i>Produto: Estudo realizado (unidade): 41</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	8.268.454
						4 - INV	2	90	8	1000	7.978.454
											290.000
0032 4000 0026	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Estudo realizado (unidade): 30</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	1.164.867
						3 - ODC	2	91	8	1000	1.156.409
											8.458
Operações Especiais											9.057.506.681
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais			12	846	F					9.057.506.681
0032 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional					1 - PES	0	91	8	1000	13.222.274
											74.403.449
0032 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia					1 - PES	0	91	8	1000	74.403.449
											64.469.699
0032 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre					1 - PES	0	91	8	1000	64.469.699
											152.630.552
0032 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas					1 - PES	0	91	8	1000	143.490.902
						1 - PES	0	91	8	1000	9.139.650
0032 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima					1 - PES	0	91	8	1000	53.988.418
											341.318.137
0032 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará					1 - PES	0	91	8	1000	325.681.490
						1 - PES	0	91	8	1000	15.636.647
0032 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá					1 - PES	0	91	8	1000	44.764.261
											100.547.345
0032 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins					1 - PES	0	91	8	1000	100.547.345
											61.666.562
0032 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste					1 - PES	0	91	8	1000	61.666.562
											209.101.775
0032 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão					1 - PES	0	91	8	1000	193.717.419
						1 - PES	0	91	8	1000	15.384.356
0032 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí					1 - PES	0	91	8	1000	163.167.610
						1 - PES	0	91	8	1000	162.519.053
											648.557
0032 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará					1 - PES	0	91	8	1000	316.769.434
						1 - PES	0	91	8	1000	286.943.547
											29.825.887

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte								327.564.471
									1 - PES
									21.002.735
0032 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba								392.654.621
									1 - PES
									362.535.571
0032 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco								420.377.332
									1 - PES
									392.424.771
0032 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas								175.503.746
									1 - PES
									16.029.806
0032 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe								145.452.748
									1 - PES
									133.716.127
0032 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia								406.032.478
									1 - PES
									386.127.671
0032 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais								1.219.610.788
									1 - PES
									1.133.655.867
0032 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo								190.215.433
									1 - PES
									13.199.134
0032 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro								1.068.351.361
									1 - PES
									926.292.076
0032 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo								446.344.346
									1 - PES
									62.350.600
0032 09HB 0040	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Sul								44.335.363
									1 - PES
0032 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná								521.489.012
									1 - PES
									29.456.960
0032 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina								329.359.737
									1 - PES
									23.254.218
0032 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								791.759.318
									1 - PES
									37.246.014
0032 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso								175.039.417
									1 - PES
									5.068.531
0032 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás								320.883.980
									1 - PES
									19.663.046

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal			1 - PES 1 - PES	0	91 91	8 8	1000 1000	309.937.985 295.854.500 14.083.485
0032 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul			1 - PES 1 - PES	0	91 91	8 8	1000 1000	176.545.029 5.763.082 170.781.947
Projetos									10.000.000
0032 162G	Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil	12 211	F						10.000.000
0032 162G 0001	Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil - Nacional <i>Produto: Evento realizado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	10.000.000 10.000.000
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								2.031.355
Operações Especiais									2.031.355
0909 00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados	12 211	F						2.031.355
0909 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior			3 - ODC	2	80	8	1000	2.031.355
0999	Reserva de Contingência								1.146.119.622
Operações Especiais									1.146.119.622
0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	99 999	F						196.342.759
0999 0Z00 6499	Reserva de Contingência - Financeira - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos			1 - PES	0	91	8	1000	196.342.759
0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	99 999	F						949.776.863
0999 0Z01 6499	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos			1 - PES	1	90	8	1000	949.776.863
5111	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade								63.518.539.900
Atividades									5.991.754.270
5111 214V	Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos	12 366	F						290.000.000
5111 214V 0001	Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos - Nacional <i>Produto: Pessoa beneficiada (unidade): 23000</i>			3 - ODC	2	40	8	1000	290.000.000 290.000.000
5111 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	12 367	F						44.750.512
5111 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 4370</i>			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2	90 91 90	8 8 8	1000 1000 1000	44.750.512 41.719.861 34.000 2.996.651
5111 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	12 368	F						66.120.100
5111 20RI 0012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Acre <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 520</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	66.120.100 428.327 378.327 50.000
5111 20RI 0014	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Roraima <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 485</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	418.128 348.128 70.000
5111 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 1350</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	1.132.008 932.008 200.000
5111 20RI 0021	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Maranhão <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 620</i>			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2	90 91 90	8 8 8	1000 1000 1000	601.697 441.697 10.000 150.000
5111 20RI 0023	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Ceará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 55</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	50.991 46.000 4.991
5111 20RI 0024	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 417</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	1000 1000	372.236 371.491 745
5111 20RI 0025	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado da Paraíba <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 270</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	275.353 245.353

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				4 - INV	2	90	8	1000	30.000
5111 20RI 0026	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 420</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.848.862
5111 20RI 0027	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Alagoas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 96</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	71.388
5111 20RI 0028	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Sergipe <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 420</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	362.038
5111 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 3027</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	2.511.352
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.500
				4 - INV	2	90	8	1000	148.893
5111 20RI 0032	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 125</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	91.784
				3 - ODC	2	90	8	1050	30.000
				4 - INV	2	90	8	1050	30.000
5111 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 15085</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	53.051.895
				3 - ODC	2	90	8	1050	1.936.883
				3 - ODC	2	91	8	1000	21.806
				4 - INV	2	90	8	1000	259.849
				4 - INV	2	90	8	1050	180.502
5111 20RI 0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 1147</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	816.824
				4 - INV	2	90	8	1000	213.200
5111 20RI 0043	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 781</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	581.301
5111 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 780</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	615.283
				4 - INV	2	90	8	1000	68.000
5111 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	12	368	F					398.758.657
5111 20RJ 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 439</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	388.885.613
				4 - INV	2	90	8	1000	9.873.044
5111 20RM	Exames e Avaliações da Educação Básica	12	368	F					926.907.039
5111 20RM 0001	Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional <i>Produto: Pessoa avaliada (unidade): 6752035</i>			3 - ODC	2	30	8	1000	14.666.711
				3 - ODC	2	80	8	1000	5.846.500
				3 - ODC	2	90	8	1000	758.479.594
				3 - ODC	2	90	8	1050	134.234.832
				3 - ODC	2	91	8	1000	5.293.669
				4 - INV	2	30	8	1000	6.285.733
				4 - INV	2	90	8	1000	2.100.000
5111 20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	12	368	F					2.200.000.000
5111 20RP 0001	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 9520</i>			4 - INV	3	30	8	1000	408.152.910
				4 - INV	3	30	8	1133	92.539.039
				4 - INV	3	40	8	1000	1.636.221.608
				4 - INV	3	40	8	1133	63.086.443
5111 20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	12	368	F					2.052.671.666
5111 20RQ 0001	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional <i>Produto: Material distribuído (unidade): 281823993</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.337.558.313
				3 - ODC	2	90	8	1133	592.574.656
				3 - ODC	2	90	8	1134	116.738.696
				3 - ODC	2	91	8	1000	5.800.001
5111 213M	Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão	12	368	F					668.801
5111 213M 0001	Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 100</i>			3 - ODC	2	40	8	1000	1
				3 - ODC	2	40	8	1133	668.800
5111 4014	Censo Escolar da Educação Básica	12	368	F					11.877.495
5111 4014 0001	Censo Escolar da Educação Básica - Nacional <i>Produto: Censo realizado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	30	8	1000	11.877.495
									4.931.150

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	2	80	8	1000	600.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	3.386.868
				3 - ODC	2	91	8	1000	80.000
				4 - INV	2	30	8	1000	2.879.477
	Operações Especiais								57.526.785.630
5111 000W	Apoio à Manutenção da Educação Infantil	12 365	F						252.590.183
5111 000W 0001	Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional <i>Item de Mensuração: Ente federativo apoiado (unidade): 450</i>			3 - ODC	2	40	8	1000	252.590.183
5111 00SU	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil	12 365	F						620.000.000
5111 00SU 0001	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil - Nacional <i>Item de Mensuração: Projeto apoiado (unidade): 1.659</i>			4 - INV	3	40	8	1000	620.000.000
				4 - INV	3	40	8	1133	164.759.493
									455.240.507
5111 00PH	Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro para Promover a Alfabetização, a Elevação da Escolaridade e a Integração à Qualificação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos	12 366	F						10.000.001
5111 00PH 0001	Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro para Promover a Alfabetização, a Elevação da Escolaridade e a Integração à Qualificação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos - Nacional <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 7.808</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	10.000.001
5111 0000	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	12 368	F						1.153.170.584
5111 0000 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 281.566</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.153.170.584
				3 - ODC	2	90	8	1133	998.392.866
									154.777.718
5111 00VI	Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral	12 368	F						3.444.643.482
5111 00VI 0001	Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral - Nacional <i>Item de Mensuração: Estudante matriculado (unidade): 843.506</i>			3 - ODC	2	40	8	1000	3.444.643.482
5111 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	12 368	F						1.822.722.004
5111 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional <i>Item de Mensuração: Iniciativa apoiada (unidade): 189</i>			3 - ODC	2	30	8	1000	1.822.722.004
				3 - ODC	2	30	8	1133	1
				3 - ODC	2	30	8	1000	23.584.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	1.350.530.505
				3 - ODC	2	90	8	1133	411.087.497
				4 - INV	2	30	8	1000	1
				4 - INV	2	30	8	1133	37.520.000
5111 0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	12 368	F						872.038.385
5111 0969 0001	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica - Nacional <i>Item de Mensuração: Estudante atendido (unidade): 4.131.091</i>			3 - ODC	1	30	8	1000	872.038.385
				3 - ODC	1	40	8	1000	261.611.515
									610.426.870
5111 0E53	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola	12 368	F						451.600.000
5111 0E53 0001	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - Nacional <i>Item de Mensuração: Veículo adquirido (unidade): 912</i>			4 - INV	3	30	8	1133	451.600.000
				4 - INV	3	40	8	1000	20.085.000
				4 - INV	3	40	8	1133	351.175.000
									80.340.000
5111 00SB	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb	12 847	F						46.870.071.542
5111 00SB 0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb - Nacional			3 - ODC	1	30	8	1000	46.870.071.542
				3 - ODC	1	40	8	1000	7.737.763.349
				3 - ODC	1	40	8	1008	23.068.349.899
				3 - ODC	1	40	8	1014	2.109.889.483
				3 - ODC	1	40	8	1130	13.786.304.404
									167.764.407
5111 0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	12 847	F						2.029.949.449
5111 0515 0001	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional <i>Item de Mensuração: Escola apoiada (unidade): 138.920</i>			3 - ODC	1	30	8	1000	2.029.949.449
				3 - ODC	1	40	8	1000	357.421.837
				3 - ODC	1	50	8	1000	773.414.552
				4 - INV	1	30	8	1000	7.015.085
				4 - INV	1	40	8	1000	451.180.880
				4 - INV	1	40	8	1000	433.986.961
				4 - INV	1	50	8	1000	6.930.134
5112	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma								3.112.333.783
	Atividades								2.312.333.783
5112 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363	F						38.094.374
5112 20RG 0011	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 10</i>			4 - INV	2	90	8	1000	809.252
				4 - INV	2	90	8	1051	682.652
									126.600
5112 20RG 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3</i>			4 - INV	2	90	8	1000	500.000
5112 20RG 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas								500.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes		
Programática	Programa/Ação/Localização				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 5			4 - INV	2	90	8	1000	1.500.000
5112	20RG	0014		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima			4 - INV	2	90	8	1000	50.000
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1			4 - INV	2	90	8	1000	50.000
5112	20RG	0015		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará			4 - INV	2	90	8	1000	1.541.797
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3			4 - INV	2	90	8	1000	1.541.797
5112	20RG	0016		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá			4 - INV	2	90	8	1000	50.000
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1			4 - INV	2	90	8	1000	50.000
5112	20RG	0017		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins			4 - INV	2	90	8	1000	297.486
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1			4 - INV	2	90	8	1051	150.000
							4 - INV	2	90	8	1051	147.486
5112	20RG	0021		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão			4 - INV	2	90	8	1000	600.000
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3			4 - INV	2	90	8	1000	600.000
5112	20RG	0022		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí			4 - INV	2	90	8	1000	600.000
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 2			4 - INV	2	90	8	1000	600.000
5112	20RG	0023		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará			4 - INV	2	90	8	1000	200.000
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3			4 - INV	2	90	8	1000	200.000
5112	20RG	0024		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte			4 - INV	2	90	8	1000	1.500.000
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3			4 - INV	2	90	8	1000	1.500.000
5112	20RG	0025		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba			4 - INV	2	90	8	1000	1.320.320
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 10			4 - INV	2	90	8	1000	1.320.320
5112	20RG	0026		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco			4 - INV	2	90	8	1000	48.550
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1			4 - INV	2	90	8	1000	38.550
							4 - INV	2	90	8	1050	10.000
5112	20RG	0027		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas			4 - INV	2	90	8	1000	1.343.035
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 10			4 - INV	2	90	8	1000	1.000.000
							4 - INV	2	90	8	1050	343.035
5112	20RG	0028		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe			4 - INV	2	90	8	1000	10.000
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1			4 - INV	2	90	8	1000	10.000
5112	20RG	0029		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia			4 - INV	2	90	8	1000	600.000
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 4			4 - INV	2	90	8	1000	600.000
5112	20RG	0031		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais			4 - INV	2	90	8	1000	12.540.000
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 40			4 - INV	2	90	8	1000	6.190.000
							4 - INV	2	90	8	1050	1.000.000
							4 - INV	2	90	8	1051	5.350.000
5112	20RG	0032		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo			4 - INV	2	90	8	1000	1.000.000
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 10			4 - INV	2	90	8	1000	1.000.000
5112	20RG	0033		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro			4 - INV	2	90	8	1000	4.091.207
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 12			4 - INV	2	90	8	1000	4.091.207
5112	20RG	0035		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo			4 - INV	2	90	8	1050	1.521.586
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1			4 - INV	2	90	8	1050	1.521.586
5112	20RG	0041		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná			4 - INV	2	90	8	1000	600.000
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1			4 - INV	2	90	8	1000	600.000
5112	20RG	0042		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina			4 - INV	2	90	8	1000	1.517.485
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 24			4 - INV	2	90	8	1000	1.517.485
5112	20RG	0043		Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul			4 - INV	2	90	8	1000	2.865.046
				Produto: Projeto viabilizado (unidade): 37			4 - INV	2	90	8	1000	2.439.610
							4 - INV	2	90	8	1050	425.436

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes
Programática	Programa/Ação/Localização		Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 20RG 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 8</i>				4 - INV	2	90	8	1000	100.000
5112 20RG 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3</i>				4 - INV	2	90	8	1000	150.000
5112 20RG 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>				4 - INV	2	90	8	1000	100.000
5112 20RG 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 11</i>				4 - INV	2	90	8	1000	2.638.610
5112 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica		12	363	F					1.963.997.955
5112 20RL 0011	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 21700</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	33.057.350
					3 - ODC	2	90	8	1050	32.488.149
					3 - ODC	2	91	8	1000	464.211
										104.990
5112 20RL 0012	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 7000</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	17.357.375
					3 - ODC	2	90	8	1050	17.258.523
					3 - ODC	2	91	8	1000	17.698
					4 - INV	2	90	8	1000	80.154
										1.000
5112 20RL 0013	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 19013</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	54.620.923
					3 - ODC	2	90	8	1050	54.526.889
					3 - ODC	2	91	8	1000	93.605
										429
5112 20RL 0014	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 6536</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	18.679.479
					3 - ODC	2	90	8	1050	17.836.854
					4 - INV	2	90	8	1000	22.625
										820.000
5112 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 18950</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	55.310.723
					3 - ODC	2	90	8	1050	53.553.819
					3 - ODC	2	91	8	1000	1.209.560
					4 - INV	2	90	8	1000	100.000
					4 - INV	2	90	8	1050	246.844
										200.500
5112 20RL 0016	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 5580</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	16.910.048
					3 - ODC	2	90	8	1050	16.438.643
					4 - INV	2	90	8	1000	421.405
										50.000
5112 20RL 0017	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 14000</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	34.368.175
					3 - ODC	2	90	8	1050	33.631.349
					3 - ODC	2	91	8	1000	729.189
										7.637
5112 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 45632</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	81.725.100
					3 - ODC	2	90	8	1050	79.648.375
					3 - ODC	2	91	8	1000	600.000
					4 - INV	2	90	8	1000	127.000
					4 - INV	2	90	8	1050	350.000
										999.725
5112 20RL 0022	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 21374</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	59.237.441
					3 - ODC	2	90	8	1050	58.795.568
					3 - ODC	2	91	8	1000	137.227
					4 - INV	2	90	8	1000	4.646
										300.000
5112 20RL 0023	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 46943</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	88.904.845
					3 - ODC	2	90	8	1050	87.653.279
					3 - ODC	2	91	8	1000	1.140.452
										111.114
5112 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 39655</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	77.231.823
					3 - ODC	2	90	8	1050	73.578.953
					3 - ODC	2	91	8	1000	1.213.746
										29.124

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				4 - INV	2	90	8	1000	1.410.000
				4 - INV	2	90	8	1050	1.000.000
5112 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba Produto: Estudante matriculado (unidade): 35786			3 - ODC	2	90	8	1000	62.205.361
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.000
				4 - INV	2	90	8	1000	1.604.592
5112 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco Produto: Estudante matriculado (unidade): 42536			3 - ODC	2	90	8	1000	84.406.811
				3 - ODC	2	90	8	1050	322.796
				3 - ODC	2	91	8	1000	82.941
				3 - ODC	2	91	8	1050	47.323
				4 - INV	2	90	8	1000	200.000
5112 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas Produto: Estudante matriculado (unidade): 24597			3 - ODC	2	90	8	1000	54.218.546
				3 - ODC	2	90	8	1050	1.963.987
				3 - ODC	2	91	8	1000	22.870
				4 - INV	2	90	8	1000	200.000
5112 20RL 0028	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe Produto: Estudante matriculado (unidade): 5500			3 - ODC	2	90	8	1000	29.031.213
				3 - ODC	2	90	8	1050	312.543
				3 - ODC	2	91	8	1000	152.917
				4 - INV	2	90	8	1000	600.000
5112 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia Produto: Estudante matriculado (unidade): 46825			3 - ODC	2	90	8	1000	114.369.758
				3 - ODC	2	90	8	1050	1.054.973
				3 - ODC	2	91	8	1000	267.693
				3 - ODC	2	91	8	1050	80.000
				4 - INV	2	90	8	1000	1.055.000
5112 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Produto: Estudante matriculado (unidade): 114618			3 - ODC	2	50	8	1000	48.756
				3 - ODC	2	90	8	1000	222.910.761
				3 - ODC	2	90	8	1050	13.255.326
				3 - ODC	2	91	8	1000	805.093
				3 - ODC	2	91	8	1050	61.294
				4 - INV	2	90	8	1000	4.340.088
				4 - INV	2	90	8	1050	5.094.783
				4 - INV	2	90	8	1051	599.428
5112 20RL 0032	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo Produto: Estudante matriculado (unidade): 51000			3 - ODC	2	90	8	1000	69.905.297
				3 - ODC	2	90	8	1050	4.078.716
				3 - ODC	2	91	8	1000	43.062
5112 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Estudante matriculado (unidade): 67670			3 - ODC	2	90	8	1000	116.657.687
				3 - ODC	2	90	8	1050	6.344.720
				3 - ODC	2	91	8	1000	243.629
				3 - ODC	2	91	8	1050	25.473
				4 - INV	2	90	8	1000	2.465.156
				4 - INV	2	90	8	1050	136.402
				4 - INV	2	90	8	1081	2.814.126
5112 20RL 0035	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo Produto: Estudante matriculado (unidade): 72030			3 - ODC	2	90	8	1000	93.853.597
				3 - ODC	2	90	8	1050	1.366.379
				3 - ODC	2	91	8	1050	30.416
5112 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná Produto: Estudante matriculado (unidade): 28193			3 - ODC	2	90	8	1000	55.022.804
				3 - ODC	2	90	8	1050	3.247.802
				3 - ODC	2	90	8	1081	1.084.546
				3 - ODC	2	91	8	1000	50.353
				4 - INV	2	90	8	1000	2.000.000
5112 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina Produto: Estudante matriculado (unidade): 64404			3 - ODC	2	90	8	1000	111.608.091
				3 - ODC	2	90	8	1050	1.900.704
				3 - ODC	2	91	8	1000	161.273
				4 - INV	2	90	8	1000	2.489.577
5112 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul								137.096.281

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			<i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 59441</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	130.610.778
						3 - ODC	2	90	8	1050	2.839.018
						3 - ODC	2	91	8	1000	612.914
						3 - ODC	2	91	8	1050	3.400
						4 - INV	2	90	8	1000	1.513.000
						4 - INV	2	90	8	1050	1.517.171
5112	20RL	0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 24188</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	63.097.231
						3 - ODC	2	90	8	1050	57.957.331
						3 - ODC	2	91	8	1000	2.559.650
						3 - ODC	2	91	8	1000	304.960
						3 - ODC	2	91	8	1050	40.000
						4 - INV	2	90	8	1000	1.000.000
						4 - INV	2	90	8	1050	1.000.000
						4 - INV	2	90	8	1051	235.290
5112	20RL	0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 35000</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	91.258.416
						3 - ODC	2	90	8	1050	86.275.193
						3 - ODC	2	91	8	1000	2.867.401
						3 - ODC	2	91	8	1050	205.822
						4 - INV	2	90	8	1000	50.000
						4 - INV	2	90	8	1000	1.860.000
5112	20RL	0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 20000</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	31.626.567
						3 - ODC	2	90	8	1050	30.980.340
						3 - ODC	2	91	8	1000	639.807
						3 - ODC	2	91	8	1000	6.420
5112	20RL	0054	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 15000</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	28.669.515
						3 - ODC	2	90	8	1050	28.091.813
						3 - ODC	2	91	8	1000	185.266
						3 - ODC	2	91	8	1000	390.000
						3 - ODC	2	91	8	1050	2.436
5112	219U		Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12	363	F					16.000.002
5112	219U	0001	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 83</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	16.000.002
						4 - INV	2	90	8	1000	2
5112	21B3		Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica	12	363	F					57.701.111
5112	21B3	0001	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 90</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.514.901
						3 - ODC	2	90	8	1000	1.514.901
5112	21B3	0011	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 10</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.535.000
						3 - ODC	2	90	8	1000	1.535.000
5112	21B3	0012	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Acre <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 120</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	800.000
						3 - ODC	2	90	8	1000	800.000
5112	21B3	0014	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Roraima <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 97</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	648.493
						3 - ODC	2	90	8	1000	648.493
5112	21B3	0016	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amapá <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 99</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	322.501
						3 - ODC	2	91	8	1000	314.301
						3 - ODC	2	91	8	1000	8.200
5112	21B3	0017	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Tocantins <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 130</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	2.352.580
						4 - INV	2	90	8	1000	2.202.580
						4 - INV	2	90	8	1000	150.000
5112	21B3	0021	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 80</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.404.000
						3 - ODC	2	90	8	1000	1.404.000
5112	21B3	0022	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 9</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	100.000
						3 - ODC	2	90	8	1000	100.000
5112	21B3	0023	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 4</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	2.000.000
						3 - ODC	2	90	8	1000	2.000.000
5112	21B3	0024	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 23</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.750.000
						3 - ODC	2	90	8	1000	1.750.000
5112	21B3	0025	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 28</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.420.517
						3 - ODC	2	90	8	1000	1.339.517

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
						4 - INV	2	90	8	1000	81.000
5112	21B3	0026	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 40</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.425.200
5112	21B3	0029	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 618</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.238.328
5112	21B3	0031	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1502</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	17.827.848
						3 - ODC	2	90	8	1050	15.553.048
						3 - ODC	2	90	8	1081	730.000
						4 - INV	2	90	8	1000	464.800
						4 - INV	2	90	8	1000	730.000
						4 - INV	2	90	8	1050	350.000
5112	21B3	0032	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 10</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.500.000
5112	21B3	0033	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 614</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	4.642.992
5112	21B3	0035	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 180</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.800.000
5112	21B3	0041	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 275</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.630.000
						4 - INV	2	90	8	1000	1.530.000
											100.000
5112	21B3	0042	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 300</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.177.155
5112	21B3	0043	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1128</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	6.959.378
						3 - ODC	2	91	8	1000	6.712.590
						4 - INV	2	90	8	1000	5.000
											241.788
5112	21B3	0051	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 8</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.477.906
						4 - INV	2	90	8	1000	1.427.906
											50.000
5112	21B3	0052	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 65</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.544.291
						3 - ODC	2	91	8	1000	1.441.735
						4 - INV	2	90	8	1000	2.556
											100.000
5112	21B3	0053	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 12</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.310.716
						4 - INV	2	90	8	1000	1.210.716
											100.000
5112	21B3	0054	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 11</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.319.305
5112	21B4		Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica	12	363	F					236.074.167
5112	21B4	0001	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 86719</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	236.074.167
5112	21B5		Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica	12	363	F					466.174
5112	21B5	0001	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Avaliação realizada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	466.174
											466.174
			Projetos								800.000.000
5112	15R4		Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12	363	F					800.000.000
5112	15R4	0001	Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 299</i>			4 - INV	3	90	8	1000	800.000.000
5113			Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade								11.817.447.902
			Atividades								6.757.019.831
5113	20RX		Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF	12	302	S					82.000.004
5113	20RX	0001	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF - Nacional <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 41</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	82.000.004
						4 - INV	2	90	8	1000	32.000.002
						4 - INV	3	90	8	1000	2
											50.000.000
5113	21D8		Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	12	302	S					34.800.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 21D8 0043	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 1</i>					4 - INV	2	90	8	1000	34.800.000
						4 - INV	2	90	8	1048	17.400.000
						4 - INV	2	90	8	1049	2.047.552
											15.352.448
5113 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais			12	302	S					372.135.661
5113 4086 0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Nacional <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 41</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	241.803.923
						3 - ODC	2	90	8	1049	45.100.011
						4 - INV	2	90	8	1000	196.703.909
											3
5113 4086 0033	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 6</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	6.600.000
											6.600.000
5113 4086 0043	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	123.731.738
						3 - ODC	2	90	8	1049	41.392.849
						3 - ODC	2	90	8	1081	74.367.184
						3 - ODC	2	90	8	1095	3.711.996
						3 - ODC	2	90	8	1049	38.400
											4.221.309
5113 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			12	364	S					561.246.036
5113 20GK 0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 40</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	167.444.003
						3 - ODC	2	90	8	1000	2.000.001
						4 - INV	2	90	8	1000	163.944.000
						4 - INV	2	90	8	1000	1.500.000
											2
5113 20GK 0011	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Rondônia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	650.000
											650.000
5113 20GK 0012	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Acre <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	2.000.000
											2.000.000
5113 20GK 0013	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amazonas <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 6</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	9.244.200
											9.244.200
5113 20GK 0014	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Roraima <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 12</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	2.150.271
						4 - INV	2	90	8	1000	1.757.263
											393.008
5113 20GK 0015	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 48</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	6.168.447
						3 - ODC	2	90	8	1050	5.968.447
											200.000
5113 20GK 0016	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amapá <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 76</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	3.023.000
											3.023.000
5113 20GK 0017	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Tocantins <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 4</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	421.000
											421.000
5113 20GK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 293</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	5.289.200
											5.289.200
5113 20GK 0021	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Maranhão <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 161</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	5.667.080
						3 - ODC	2	90	8	1050	3.130.000
						3 - ODC	2	90	8	1081	2.099.000
						4 - INV	2	90	8	1050	138.080
											300.000
5113 20GK 0022	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Piauí <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 12</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	6.929.650
											6.929.650
5113 20GK 0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 547</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	17.314.009
						3 - ODC	2	90	8	1050	15.111.100
						4 - INV	2	90	8	1050	1.962.909
											240.000
5113 20GK 0024	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 508</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	9.896.794
											9.896.794
5113 20GK 0025	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Paraíba <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	16.910.000
											16.910.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes								
Programática	Programa/Ação/Localização									Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
5113 20GK 0026	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 281</i>																	7.656.200
												3 - ODC	2	90	8	1000	7.626.240	
																		29.960
5113 20GK 0027	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Alagoas <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>																	10.000.000
												3 - ODC	2	90	8	1000	10.000.000	
5113 20GK 0028	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Sergipe <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 226</i>																	1.500.000
												3 - ODC	2	90	8	1000	1.500.000	
5113 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2707</i>																	16.379.834
												3 - ODC	2	90	8	1000	14.276.781	
												3 - ODC	2	90	8	1050	847.010	
												3 - ODC	2	91	8	1000	42.278	
																	1.213.765	
5113 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2156</i>																	138.077.159
												3 - ODC	2	50	8	1050	85.144.449	
												3 - ODC	2	90	8	1000	47.512.956	
												3 - ODC	2	90	8	1050	5.100.000	
												3 - ODC	2	91	8	1000	15.400	
																	304.354	
5113 20GK 0032	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 814</i>																	18.050.032
												3 - ODC	2	90	8	1000	7.695.000	
												3 - ODC	2	90	8	1050	8.125.032	
												4 - INV	2	90	8	1000	30.000	
																	2.200.000	
5113 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2369</i>																	41.856.021
												3 - ODC	2	90	8	1000	41.856.021	
5113 20GK 0035	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 416</i>																	5.766.066
												3 - ODC	2	90	8	1000	5.766.066	
5113 20GK 0040	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 116</i>																	1.640.000
												3 - ODC	2	90	8	1000	1.640.000	
5113 20GK 0041	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Paraná <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 16</i>																	6.291.595
												3 - ODC	2	90	8	1000	4.935.892	
																	1.355.703	
5113 20GK 0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 9775</i>																	27.461.400
												3 - ODC	2	90	8	1000	7.054.000	
												3 - ODC	2	90	8	1050	20.318.800	
																	88.600	
5113 20GK 0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1572</i>																	16.469.371
												3 - ODC	2	90	8	1000	14.521.434	
												3 - ODC	2	90	8	1050	1.780.000	
												3 - ODC	2	91	8	1000	147.937	
																	20.000	
5113 20GK 0051	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 4</i>																	2.760.000
												3 - ODC	2	90	8	1000	2.760.000	
5113 20GK 0052	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 197</i>																	8.548.379
												3 - ODC	2	90	8	1000	7.948.379	
																	600.000	
5113 20GK 0053	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2</i>																	2.429.342
												3 - ODC	2	90	8	1000	2.429.342	
5113 20GK 0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 16</i>																	3.252.983
												3 - ODC	2	90	8	1000	2.604.200	
																	648.783	
5113 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior									12	364	F						4.307.413.744
5113 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 11000</i>																	29.821.175
												3 - ODC	2	90	8	1000	24.853.408	
												3 - ODC	2	90	8	1050	1.960.172	
												3 - ODC	2	90	8	1052	7.595	
																	3.000.000	

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 9000</i>			3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2	90 90 90	8 8 8	1000 1000 1050	39.274.946 38.036.402 600.000 638.544
5113 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 37890</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2 2	90 90 90 91 90	8 8 8 8 8	1000 1050 1081 1000 1081	87.269.783 75.987.282 4.264.924 1.618.850 4.805.863 592.864
5113 20RK 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 8000</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2 2	90 90 91 91 90	8 8 8 8 8	1000 1050 1000 1050 1000	21.187.408 15.463.614 1.984.235 73.472 150.000 3.516.087
5113 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 74444</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2 2 2	90 90 90 91 90 90	8 8 8 8 8 8	1000 1050 1081 1000 1000 1081	239.776.101 218.552.555 15.291.047 4.483.842 226.642 166.694 1.055.321
5113 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 16105</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2 2	90 90 91 90 90	8 8 8 8 8	1000 1050 1000 1000 1050	28.474.939 24.073.552 1.411.968 1.593.926 1.095.493 300.000
5113 20RK 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 24334</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2	90 90 91 90	8 8 8 8	1000 1050 1000 1051	57.591.099 47.694.795 7.510.532 2.291.422 94.350
5113 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 19723</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2	90 90 91 90	8 8 8 8	1000 1050 1000 1000	55.474.330 51.556.372 738.332 1.559.625 1.620.001
5113 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 41153</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2 2 2	90 90 90 91 91 90	8 8 8 8 8 8	1000 1050 1081 1000 1050 1000	88.694.481 77.445.626 2.279.548 383.236 5.536.071 50.000 3.000.000
5113 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 17850</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2	90 90 91 90	8 8 8 8	1000 1050 1000 1000	66.166.374 54.149.595 5.679.212 4.337.567 2.000.000
5113 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 34683</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2 2 2	90 90 91 90 90 90	8 8 8 8 8 8	1000 1050 1000 1000 1050 1051	99.733.969 98.497.443 274.142 203.987 200.000 469.681 88.716
5113 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 51701</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2 2 2 2 2	50 90 90 91 91 90 90 90	8 8 8 8 8 8 8 8	1000 1000 1050 1000 1050 1000 1050 1051	194.508.671 85.455 166.029.538 20.536.974 694.549 129.141 3.529.731 3.475.283 18.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				4 - INV	2	91	8	1000	10.000
5113 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 51512</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	104.138.315
				3 - ODC	2	90	8	1050	92.198.768
				3 - ODC	2	91	8	1000	9.104.703
				4 - INV	2	90	8	1000	159.292
				4 - INV	2	90	8	1050	2.072.352
				4 - INV	2	90	8	1051	400.000
				4 - INV	2	90	8	1051	203.200
5113 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 55627</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	164.101.237
				3 - ODC	2	90	8	1050	138.263.088
				3 - ODC	2	90	8	1081	17.655.374
				3 - ODC	2	91	8	1000	3.640.700
				3 - ODC	2	91	8	1000	306.927
				4 - INV	2	90	8	1050	6.124
				4 - INV	2	90	8	1000	2.750.000
				4 - INV	2	90	8	1050	1.479.024
5113 20RK 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 23632</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	59.384.871
				3 - ODC	2	90	8	1050	51.875.287
				3 - ODC	2	90	8	1052	6.227.240
				3 - ODC	2	91	8	1000	6.394
				4 - INV	2	90	8	1000	89.944
				4 - INV	2	90	8	1000	186.006
				4 - INV	2	90	8	1050	1.000.000
5113 20RK 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 29100</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	79.477.760
				3 - ODC	2	90	8	1050	67.522.050
				3 - ODC	2	91	8	1000	4.395.021
				4 - INV	2	90	8	1000	5.101.721
				4 - INV	2	90	8	1000	2.458.968
5113 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 69858</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	187.517.646
				3 - ODC	2	90	8	1050	153.299.144
				3 - ODC	2	91	8	1000	23.683.062
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.029.980
				4 - INV	2	90	8	1000	206.650
				4 - INV	2	90	8	1000	5.438.538
				4 - INV	2	90	8	1050	2.860.272
5113 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 190345</i>			3 - ODC	2	50	8	1000	739.966.592
				3 - ODC	2	50	8	1050	7.409.019
				3 - ODC	2	90	8	1000	1.245.447
				3 - ODC	2	90	8	1050	577.348.788
				3 - ODC	2	90	8	1050	104.625.320
				3 - ODC	2	90	8	1081	3.048.000
				3 - ODC	2	90	8	1096	5.570
				3 - ODC	2	91	8	1000	19.587.874
				3 - ODC	2	91	8	1050	7.592.883
				4 - INV	2	90	8	1000	11.747.149
				4 - INV	2	90	8	1050	7.155.558
				4 - INV	2	90	8	1051	200.984
5113 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 23000</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	73.494.949
				3 - ODC	2	90	8	1050	63.366.901
				3 - ODC	2	91	8	1000	6.050.000
				4 - INV	2	90	8	1000	236.048
				4 - INV	2	90	8	1000	2.000
				4 - INV	2	90	8	1050	3.840.000
5113 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 176756</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	383.627.103
				3 - ODC	2	90	8	1050	277.475.502
				3 - ODC	2	91	8	1000	90.073.342
				4 - INV	2	90	8	1000	4.400.879
				4 - INV	2	90	8	1000	8.190.000
				4 - INV	2	90	8	1050	3.487.380
5113 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 62305</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	162.980.045
				3 - ODC	2	90	8	1050	142.979.423
				3 - ODC	2	91	8	1000	11.923.383
				3 - ODC	2	91	8	1050	6.598.608
				4 - INV	2	90	8	1000	178.631
				4 - INV	2	90	8	1000	1.000.000
				4 - INV	2	90	8	1050	300.000
5113 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 9900</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	40.942.410
				3 - ODC	2	90	8	1000	38.864.496

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	2	90	8	1050	476.798
				3 - ODC	2	90	8	1081	729.000
				3 - ODC	2	91	8	1000	312.116
				4 - INV	2	90	8	1000	560.000
5113 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 77477</i>								276.009.737
				3 - ODC	2	50	8	1000	749.000
				3 - ODC	2	50	8	1050	6.412.819
				3 - ODC	2	90	8	1000	240.271.672
				3 - ODC	2	90	8	1050	10.512.833
				3 - ODC	2	90	8	1081	4.286.775
				3 - ODC	2	91	8	1000	818.077
				3 - ODC	2	91	8	1050	405.453
				4 - INV	2	90	8	1000	5.100.000
				4 - INV	2	90	8	1050	6.313.224
				4 - INV	2	90	8	1051	534.241
				4 - INV	2	90	8	1081	605.643
5113 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 33173</i>								137.768.819
				3 - ODC	2	90	8	1000	110.080.779
				3 - ODC	2	90	8	1050	16.141.540
				3 - ODC	2	91	8	1000	419.700
				3 - ODC	2	91	8	1050	526.800
				4 - INV	2	90	8	1000	6.100.000
				4 - INV	2	90	8	1050	4.500.000
5113 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 103266</i>								399.529.556
				3 - ODC	2	50	8	1050	2.964.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	344.554.765
				3 - ODC	2	90	8	1050	21.158.259
				3 - ODC	2	90	8	1081	183.519
				3 - ODC	2	91	8	1000	13.960.215
				3 - ODC	2	91	8	1050	355.434
				4 - INV	2	90	8	1000	8.796.313
				4 - INV	2	90	8	1050	5.543.534
				4 - INV	2	90	8	1051	913.517
				4 - INV	2	90	8	1096	1.100.000
5113 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 24936</i>								81.776.643
				3 - ODC	2	90	8	1000	68.341.564
				3 - ODC	2	90	8	1050	8.150.624
				3 - ODC	2	91	8	1000	4.921.890
				4 - INV	2	90	8	1000	362.565
5113 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 30281</i>								115.601.682
				3 - ODC	2	90	8	1000	97.542.653
				3 - ODC	2	90	8	1050	12.377.406
				3 - ODC	2	91	8	1000	646.714
				3 - ODC	2	91	8	1050	800.000
				4 - INV	2	90	8	1050	4.234.909
5113 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 52160</i>								191.313.780
				3 - ODC	2	90	8	1000	110.151.624
				3 - ODC	2	90	8	1050	58.585.667
				3 - ODC	2	91	8	1000	10.785.630
				3 - ODC	2	91	8	1050	1.290.859
				4 - INV	2	90	8	1050	10.020.594
				4 - INV	2	90	8	1051	479.406
5113 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 39715</i>								101.809.323
				3 - ODC	2	90	8	1000	85.214.370
				3 - ODC	2	90	8	1050	3.833.850
				3 - ODC	2	91	8	1000	7.251.064
				4 - INV	2	90	8	1000	2.000.000
				4 - INV	2	90	8	1050	2.990.695
				4 - INV	2	90	8	1051	519.344
5113 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	12	364	F					169.386.184
5113 20RN 0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional <i>Produto: Avaliação realizada (unidade): 16000</i>								169.386.184
				3 - ODC	2	90	8	1000	115.287.496
				3 - ODC	2	90	8	1050	29.522.439
				3 - ODC	2	90	8	1128	20.971.219
				3 - ODC	2	91	8	1000	3.605.030
5113 219V	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior	12	364	F					16.750.002
5113 219V 0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Nacional <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 49</i>								16.750.002
				3 - ODC	2	90	8	1000	11.708.001
				4 - INV	2	90	8	1000	5.042.001

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes								
Programática	Programa/Ação/Localização									Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
5113 21D7	Apoio à Educação a Distância									12 364	F							12.162.545
5113 21D7 0001	Apoio à Educação a Distância - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		1.100.000
												4 - INV	2	90	8	1000		400.000
																		700.000
5113 21D7 0011	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Rondônia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		100.000
																		100.000
5113 21D7 0012	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Acre <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		49.424
																		49.424
5113 21D7 0013	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Amazonas <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		92.372
																		92.372
5113 21D7 0014	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Roraima <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		59.650
																		59.650
5113 21D7 0015	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Pará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		262.179
																		262.179
5113 21D7 0016	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Amapá <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1137</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		282.571
																		282.571
5113 21D7 0017	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Tocantins <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		230.249
																		230.249
5113 21D7 0020	Apoio à Educação a Distância - Na Região Nordeste <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		164.634
												4 - INV	2	90	8	1000		71.750
																		92.884
5113 21D7 0021	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Maranhão <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 21</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		771.360
												4 - INV	2	90	8	1000		500.000
																		271.360
5113 21D7 0022	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Piauí <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		273.708
																		273.708
5113 21D7 0023	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Ceará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		170.770
												4 - INV	2	90	8	1000		90.770
																		80.000
5113 21D7 0024	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		238.259
												3 - ODC	2	91	8	1000		176.759
												4 - INV	2	90	8	1000		759
																		60.741
5113 21D7 0025	Apoio à Educação a Distância - No Estado da Paraíba <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 10</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		213.718
												4 - INV	2	90	8	1000		38.718
																		175.000
5113 21D7 0026	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		378.480
												4 - INV	2	90	8	1000		300.828
																		77.652
5113 21D7 0027	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Alagoas <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		60.161
																		60.161
5113 21D7 0028	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Sergipe <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 5</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		122.368
																		122.368
5113 21D7 0029	Apoio à Educação a Distância - No Estado da Bahia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 10</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		324.496
												4 - INV	2	90	8	1000		269.959
																		54.537
5113 21D7 0031	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1207</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		924.005
												4 - INV	2	90	8	1000		880.005
																		44.000
5113 21D7 0032	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 10</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		262.661
												3 - ODC	2	90	8	1050		167.872
												4 - INV	2	90	8	1050		44.789
																		50.000
5113 21D7 0033	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		3.630.925
												4 - INV	2	90	8	1000		3.042.222
																		588.703
5113 21D7 0035	Apoio à Educação a Distância - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 51</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		119.940
												4 - INV	2	90	8	1000		19.940
																		100.000
5113 21D7 0040	Apoio à Educação a Distância - Na Região Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		50.000
																		50.000
5113 21D7 0041	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Paraná <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		30.792
																		30.792
5113 21D7 0042	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		64.081
																		64.081
5113 21D7 0043	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 49</i>											3 - ODC	2	90	8	1000		1.437.049
												4 - INV	2	90	8	1000		1.087.208
																		349.841
5113 21D7 0051	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Mato Grosso																	149.977

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	<i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	149.977
5113 21D7 0052	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 4</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	39.880 39.880
5113 21D7 0053	Apoio à Educação a Distância - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	92.202 92.202
5113 21D7 0054	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 11</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	466.634 466.634
5113 21GK	Funcionamento, Manutenção e Conservação do Museu Nacional	12 364	F						6.501.000
5113 21GK 0033	Funcionamento, Manutenção e Conservação do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Unidade apoiada (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	6.501.000 6.501.000
5113 21GS	Internacionalização da Educação Superior	12 364	F						11.438.880
5113 21GS 0001	Internacionalização da Educação Superior - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 110</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	4.300.000 4.000.000 300.000
5113 21GS 0011	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Rondônia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	28.436 28.436
5113 21GS 0012	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Acre <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	32.177 32.177
5113 21GS 0013	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Amazonas <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	114.167 114.167
5113 21GS 0014	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Roraima <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	18.356 12.280 6.076
5113 21GS 0015	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Pará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 4</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	185.441 185.441
5113 21GS 0016	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Amapá <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	41.762 41.762
5113 21GS 0017	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Tocantins <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	95.654 95.654
5113 21GS 0020	Internacionalização da Educação Superior - Na Região Nordeste <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 4</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	50.361 50.361
5113 21GS 0021	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Maranhão <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 6</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	250.156 250.156
5113 21GS 0022	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Piauí <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	65.858 65.858
5113 21GS 0023	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Ceará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 12</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	400.677 400.677
5113 21GS 0024	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	234.054 232.737 1.317
5113 21GS 0025	Internacionalização da Educação Superior - No Estado da Paraíba <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 15</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	158.884 158.884
5113 21GS 0026	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	264.051 264.051
5113 21GS 0027	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Alagoas <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	401.845 401.845
5113 21GS 0028	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Sergipe <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 6</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	85.876 85.876
5113 21GS 0029	Internacionalização da Educação Superior - No Estado da Bahia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 19</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	404.754 404.754
5113 21GS 0031	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 45</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.061.746 1.049.202 12.544
5113 21GS 0032	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	315.633 135.633 150.000 30.000
5113 21GS 0033	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	541.067 541.067
5113 21GS 0035	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 74</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	410.467 410.467
5113 21GS 0040	Internacionalização da Educação Superior - Na Região Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	26.797 26.797
5113 21GS 0041	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Paraná <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 8</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	257.159 257.159

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX										Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 21GS 0042	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	100.278
											100.278
5113 21GS 0043	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 8</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	472.240
											472.240
5113 21GS 0051	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	112.911
											112.911
5113 21GS 0052	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	494.776
											494.776
5113 21GS 0053	Internacionalização da Educação Superior - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	407.791
											407.791
5113 21GS 0054	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	105.506
											105.506
5113 21GT	Universidade Federal Sustentável			12	364	F					4.477.012
5113 21GT 0001	Universidade Federal Sustentável - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 6</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	4.477.012
						4 - INV	2	90	8	1000	1.343.104
											3.133.908
5113 21GU	Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde			12	364	S					21.826.165
5113 21GU 0001	Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 85</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	21.826.165
						3 - ODC	2	91	8	1000	21.826.164
											1
5113 6344	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior			12	364	F					1.006.249
5113 6344 0001	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior - Nacional <i>Produto: Ato regulatório publicado (unidade): 3500</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	1.006.249
						3 - ODC	2	91	8	1000	874.999
											131.250
5113 6503	Censo Escolar da Educação Superior			12	364	F					719.050
5113 6503 0001	Censo Escolar da Educação Superior - Nacional <i>Produto: Censo realizado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	719.050
						3 - ODC	2	91	8	1000	699.050
											20.000
5113 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior			12	364	F					655.157.299
5113 8282 0011	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	3.942.856
						4 - INV	2	90	8	1000	2.000.000
											1.942.856
5113 8282 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>					4 - INV	2	90	8	1000	1.010.000
											1.010.000
5113 8282 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	10.000
						4 - INV	2	90	8	1000	1.000
											9.000
5113 8282 0014	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	9.118.906
						4 - INV	2	90	8	1000	9.118.905
											1
5113 8282 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 22</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	25.310.884
						4 - INV	2	90	8	1000	6.840.195
						4 - INV	2	90	8	1000	14.770.708
						4 - INV	2	90	8	1050	3.000.000
						4 - INV	2	90	8	1051	699.981
5113 8282 0016	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	6.088.572
						4 - INV	2	90	8	1000	6.088.571
											1
5113 8282 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	6.280.228
						3 - ODC	2	91	8	1000	4.027.182
						4 - INV	2	90	8	1000	13.920
											2.239.126
5113 8282 0020	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 4</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	12.374.802
						4 - INV	2	90	8	1000	10.837.071
						4 - INV	2	90	8	1050	1.010.001
											527.730
5113 8282 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 9</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	9.045.085
						4 - INV	2	90	8	1000	4.293.388
						4 - INV	2	90	8	1000	2.000.000
						4 - INV	2	90	8	1081	2.751.697

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	<i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	12.160.604
				4 - INV	2	90	8	1000	1
				4 - INV	2	90	8	1050	10.000.000
5113 8282 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	18.864.257
				3 - ODC	2	91	8	1000	18.862.085
				4 - INV	2	90	8	1000	2.170
5113 2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica	12	573	F					500.000.000
5113 2317 0001	Acesso à Informação Científica e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Acesso realizado (milhar): 91000</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	500.000.000
									500.000.000
									500.000.000
	Operações Especiais								4.475.096.556
5113 00P1	Apoio à Residência em Saúde	12	364	S					816.743.678
5113 00P1 0001	Apoio à Residência em Saúde - Nacional <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 13.800</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	815.962.205
				3 - ODC	2	90	8	1012	364.797.701
				3 - ODC	2	91	8	1000	315.170.803
									135.993.701
5113 00P1 0033	Apoio à Residência em Saúde - No Estado do Rio de Janeiro <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 13</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	781.473
				3 - ODC	2	91	8	1000	640.551
									140.922
5113 00QC	Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos	12	364	S					96.841.825
5113 00QC 0001	Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos - Nacional <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 1.761</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	92.320.000
									92.320.000
5113 00QC 0043	Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 1.624</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	4.521.825
									4.521.825
5113 00QH	Concessão de Bolsas no Âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)	12	364	F					100.800.000
5113 00QH 0001	Concessão de Bolsas no Âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) - Nacional <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 8.003</i>			3 - ODC	2	91	8	1444	100.800.000
									100.800.000
5113 0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior	12	364	F					3.460.711.053
5113 0487 0001	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - Nacional <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 110.364</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	3.460.711.053
									3.460.711.053
	Projetos								585.331.515
5113 152X	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior	12	364	F					31.500.000
5113 152X 0001	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior - Nacional <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 2</i>			4 - INV	2	90	8	1000	31.500.000
									31.500.000
5113 15R3	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12	364	F					539.831.515
5113 15R3 0001	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 186</i>			4 - INV	3	90	8	1000	525.000.000
									525.000.000
5113 15R3 0023	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	1000	1.506.177
									1.506.177
5113 15R3 0025	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	1000	6.799.949
									6.799.949
5113 15R3 0026	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	348.703
									348.703
5113 15R3 0031	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	1050	4.776.686
									4.776.686
5113 15R3 0035	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	1000	1.000.000
									1.000.000
5113 15R3 0043	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	1000	400.000
									400.000
5113 15YS	Implantação do Alojamento do ITA	12	364	F					7.000.000
5113 15YS 0035	Implantação do Alojamento do ITA - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	1000	7.000.000
									7.000.000
5113 7XE1	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional	12	364	F					7.000.000
5113 7XE1 0033	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	1000	7.000.000
									7.000.000
Total									147.376.290.558

6 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

**Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal
do Governo Central**

Quadro 10-A: Resultado Primário do Governo Central - Ótica Financeira

Discriminação	Realizado 2021		Realizado 2022		Reprogramação 2023		PLOA 2024	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	1.932.649,7	22,3	2.313.305,4	23,3	2.366.344,0	22,1	2.709.492,1	23,7
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	1.195.712,3	13,8	1.390.000,4	14,0	1.474.492,6	13,8	1.758.773,3	15,4
I.1.1. Imposto de Importação	61.970,3	0,7	59.078,7	0,6	60.462,6	0,6	72.943,1	0,6
I.1.2. IPI	71.286,1	0,8	59.893,5	0,6	58.677,6	0,5	69.074,1	0,6
I.1.3. Imposto sobre a Renda	518.525,1	6,0	667.222,5	6,7	701.715,8	6,5	809.626,7	7,1
I.1.4. IOF	49.128,4	0,6	59.091,2	0,6	61.403,2	0,6	65.756,3	0,6
I.1.5. COFINS	274.580,9	3,2	276.748,0	2,8	300.951,1	2,8	378.012,0	3,3
I.1.6. PIS/PASEP	76.089,0	0,9	80.008,9	0,8	84.493,3	0,8	100.844,0	0,9
I.1.7. CSLL	114.530,3	1,3	158.497,1	1,6	153.981,9	1,4	178.691,3	1,6
I.1.8. CIDE - Combustíveis	1.928,0	0,0	1.673,8	0,0	1.267,7	0,0	3.038,1	0,0
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	27.674,1	0,3	27.786,7	0,3	51.539,4	0,5	80.787,8	0,7
I.2. Incentivos Fiscais	-160,5	0,0	-56,6	0,0	-64,9	0,0	-67,3	0,0
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	462.244,1	5,3	535.709,9	5,4	584.110,9	5,5	632.414,2	5,5
I.3.1. Arrecadação Ordinária	454.972,8	5,2	532.613,8	5,4	584.110,9	5,5	632.414,2	5,5
I.3.2. Ressarcimento pela Desoneração da Folha	7.271,3	0,1	3.096,1	0,0	-	-	-	-
I.4. Outras Receitas	274.853,7	3,2	387.651,7	3,9	307.805,4	2,9	318.371,9	2,8
I.4.1. Concessões e Permissões	9.865,8	0,1	46.847,1	0,5	9.248,8	0,1	44.369,2	0,4
I.4.2. Complemento para o FGTS	31,7	0,0	87,3	0,0	55,66	0,00	52,42	0,00
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	17.945,3	0,2	17.283,7	0,2	16.942,8	0,2	18.130,8	0,2
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	24.021,6	0,3	27.291,7	0,3	30.064,7	0,3	31.704,8	0,3
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	94.063,6	1,1	132.482,3	1,3	102.150,9	1,0	113.642,9	1,0
I.4.6. Dividendos e Participações	43.484,5	0,5	87.003,6	0,9	49.533,0	0,5	41.418,2	0,4
I.4.7. Operações com Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
I.4.8. Receita Própria e de Convênios	16.665,7	0,2	21.094,1	0,2	20.038,9	0,2	18.303,2	0,2
I.4.9. Demais Receitas	68.775,5	0,8	55.561,9	0,6	79.770,6	0,7	50.750,5	0,4
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	353.546,8	4,1	457.203,9	4,6	457.064,6	4,3	518.267,9	4,5
II.1. Cide combustíveis	444,0	0,0	690,8	0,0	141,2	0,0	889,6	0,0
II.2. Exploração de Recursos Naturais	56.282,5	0,6	78.117,6	0,8	63.387,9	0,6	68.277,4	0,6
II.3. Contribuição do Salário Educação	14.088,6	0,2	16.136,0	0,2	18.038,8	0,2	19.022,9	0,2
II.4. FPE/FPM/IFI-EE	274.865,2	3,2	341.926,7	3,4	361.180,0	3,4	413.706,0	3,6
II.5. Fundos Constitucionais	5.815,4	0,1	10.077,6	0,1	10.654,6	0,1	12.977,5	0,1
Repasso Total	16.221,3	0,2	23.156,4	0,2	22.809,9	0,2	26.359,0	0,2
Superávit Fundos	-10.405,9	-0,1	-13.078,8	-0,1	-12.155,3	-0,1	-13.381,5	-0,1
II.6. Demais	2.051,3	0,0	10.255,1	0,1	3.662,1	0,0	3.394,5	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.579.102,8	18,2	1.856.101,6	18,7	1.909.279,4	17,8	2.191.224,3	19,2
IV. DESPESAS	1.614.170,8	18,6	1.801.997,8	18,2	2.054.635,7	19,2	2.188.383,4	19,2
IV.1. Benefícios Previdenciários	709.582,5	8,2	796.976,6	8,0	867.214,7	8,1	913.940,2	8,0
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	329.347,1	3,8	337.942,0	3,4	362.094,5	3,4	380.219,7	3,3
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	306.127,1	3,5	295.793,0	3,0	301.026,4	2,8	361.823,8	3,2
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	45.894,7	0,5	64.270,9	0,6	72.046,0	0,7	78.596,1	0,7
IV.3.2. Anistiados	157,8	0,0	161,5	0,0	184,1	0,0	170,6	0,0
IV.3.3. Apoio Fin. Municípios/Estados	-	-	6.297,1	0,1	11.416,35	0,11	11.715,50	0,10
IV.3.4. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	630,8	0,0	693,6	0,0	810,2	0,0	946,9	0,0
IV.3.5. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	67.667,7	0,8	78.826,6	0,8	91.408,6	0,9	103.931,8	0,9
IV.3.6. Complemento para o FGTS	31,7	0,0	87,3	0,0	55,66	0,00	52,42	0,00
IV.3.7. Créditos Extraordinários	117.175,6	1,4	46.983,2	0,5	5.255,3	0,0	-	-
IV.3.8. Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	7.271,3	0,1	3.096,1	0,0	-	-	-	-
IV.3.9. Fabricação de Cédulas e Moedas	999,2	0,0	1.000,5	0,0	1.166,3	0,0	1.269,0	0,0
IV.3.10. Fundef / Fundeb - Complementação	22.033,4	0,3	32.881,5	0,3	38.366,9	0,4	46.870,1	0,4
IV.3.11. Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	2.147,8	0,0	2.412,6	0,0	3.791,2	0,0	3.845,5	0,0
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	11.011,2	0,1	15.001,3	0,2	20.427,5	0,2	21.240,0	0,2
IV.3.13. ADO 25	4.856,42	0,06	3.987,9	0,0	4.000,0	0,0	4.000,0	0,0
IV.3.14. Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	37.648,0	0,3
IV.3.15. Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	18.763,3	0,2	17.349,1	0,2	25.561,1	0,2	27.453,4	0,2
IV.3.16. Subsídios, Subvenções e Proagro	7.468,8	0,1	15.324,4	0,2	23.682,1	0,2	22.194,2	0,2
IV.3.17. Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	154,4	0,0	134,9	0,0	157,8	0,0	151,4	0,0
IV.3.18. Transferência Multas ANEEL	1.197,5	0,0	1.597,2	0,0	2.140,0	0,0	2.398,3	0,0
IV.3.19. Impacto Primário do FIES	-1.334,6	0,0	725,7	0,0	557,3	0,0	-1.598,7	0,0
IV.3.20. Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	4.961,5	0,1	-	-	939,3	0,0
IV.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	269.114,1	3,1	371.286,3	3,7	524.300,1	4,9	532.399,7	4,7
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	145.196,1	1,7	219.143,8	2,2	330.448,9	3,1	358.125,6	3,1
IV.4.2 Discricionárias	123.918,0	1,4	152.142,5	1,5	193.851,2	1,8	174.274,1	1,5
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-35.067,9	-0,4	54.103,7	0,5	-145.356,3	-1,4	2.840,9	0,0
V.1. Resultado do Tesouro	212.270,5	2,4	315.370,4	3,2	137.747,5	1,3	284.366,8	2,5
V.2. Resultado da Previdência Social	-247.338,4	-2,8	-261.266,7	-2,6	-283.103,8	-2,6	-281.526,0	-2,5
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	-804,2	0,0	842,9	0,0	-	-	-	-
VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI)	-35.872,2	-0,4	54.946,7	0,6	-145.356,3	-1,4	2.840,9	0,0
VIII. META OFS	-247.118,2	-2,8	-170.473,7	-1,7	-65.905,8	-0,6	-	-
IX. ABATIMENTO PREVISTO NA LDO	84.459,0	1,0	-	-	172.259,0	1,6	-	-
X. META OFS PARA CUMPRIMENTO DA LDO (VIII - IX)	-331.577,3	-3,8	-170.473,7	-1,7	-238.164,7	-2,2	-	-
XI. ESFORÇO NECESSÁRIO (+) / SOBRA DE RECURSOS (-) EM RELAÇÃO À META (X - VII)	-295.705,1	-3,4	-225.420,4	-2,3	-92.808,5	-0,9	-2.840,9	0,0
XII. JUROS NOMINAIS POR COMPETÊNCIA	-407.282,2	-4,7	-503.234,4	-5,1	-658.185,5	-6,1	-649.116,9	-5,7
XIII. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VII-XII)	-443.154,4	-5,1	-448.287,7	-4,5	-803.541,8	-7,5	-646.276,1	-5,7
XIV. RECEITAS FINANCEIRAS	2.348.783,4	27,1	2.016.231,6	20,3	2.773.971,8	25,9	2.682.394,6	23,5
XIV.1. Refinanciamento da Dívida	1.652.382,9	19,0	1.479.211,0	14,9	2.010.264,3	18,8	1.736.506,9	15,2
XIV.2. Emissão de Títulos	367.510,3	4,2	70.587,3	0,7	416.991,5	3,9	684.550,4	6,0
XIV.3. Operações Oficiais de Crédito	109.729,2	1,3	139.805,6	1,4	60.132,3	0,6	41.202,7	0,4
XIV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	118.219,4	1,4	156.551,4	1,6	182.739,9	1,7	125.327,9	1,1
XIV.5. Demais	100.941,6	1,2	170.076,3	1,7	103.843,9	1,0	94.806,7	0,8
XV. DESPESAS FINANCEIRAS	2.045.396,6	23,6	1.978.322,1	20,0	2.718.297,0	25,4	2.701.650,9	23,7
XV.1. Juros e Encargos da Dívida	256.298,6	3,0	247.309,0	2,5	325.846,6	3,0	436.129,4	3,8
XV.2. Amortização da Dívida	1.710.005,9	19,7	1.638.442,4	16,5	2.233.623,1	20,8	2.043.570,7	17,9
XV.3. Demais	79.092,1	0,9	92.570,7	0,9	158.827,4	1,5	221.950,8	1,9

**Quadro 10-B: Demonstrativo da Compatibilidade das
Despesas Primárias Orçamentárias com o Novo Regime Fiscal**

R\$ milhões

Discriminação	Total de Despesas Primárias Orçamentárias ⁽¹⁾	Classificação conforme Novo Regime Fiscal		
		Despesas não sujeitas aos limites	Despesas sujeitas aos limites	Despesas condicionadas ⁽²⁾
Despesas Primárias Orçamentárias de Todos os Poderes	2.690.235,9	597.212,7	2.060.604,0	32.419,2
Transferências para Estados e Municípios por Repartição de Receita	507.047,8	507.047,8	-	
Pessoal e Encargos Sociais	381.397,8	19.584,0	361.813,9	
Sentenças Judiciais e Precatórios de OCC	27.453,4	16.013,4	11.440,0	
Benefícios Previdenciários	918.969,2	0,0	918.969,2	
Reserva de Contingência	37.648,0	0,0	37.648,0	
Fundef /FundeB - Complementação	46.870,1	46.870,1	0,0	
Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	3.845,5	3.845,5	0,0	
Outras despesas obrigatórias do Poder Executivo	213.364,4	0,0	213.364,4	
Despesas obrigatórias com controle de fluxo do Poder Executivo	358.125,6	0,0	336.924,6	21.201,0
Despesas discricionárias do Poder Executivo	174.274,1	2.796,1	160.259,9	11.218,2
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	21.240,0	1.055,9	20.184,1	

Fonte: Diversos Órgãos, conforme Matriz de Responsabilidades da JEO. Elaboração: SOF/MPO.

⁽¹⁾ Inclui as despesas condicionadas do Poder Executivo nos termos do art. 23-A do PLDO-2024

⁽²⁾ Conforme disposto no art. 23-A do PLDO 2024, acrescido pela Mensagem Modificativa nº 393/2023.

7 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA

Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão
e Unidade Orçamentária

Quadro 11 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XI

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Programa/Ação/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
41	Ministério das Comunicações								49.338.678
260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS								49.338.678
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								49.338.678
	Operações Especiais								49.338.678
0905	0283 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	28	843	F					49.338.678
0905	0283 0001 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional								49.338.678
				2 - JUR	0	90	0	1444	2.906.406
				6 - AMT	0	90	0	1443	46.432.272
52	Ministério da Defesa								2.138.571.546
111	Comando da Aeronáutica								919.148.687
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								919.148.687
	Operações Especiais								919.148.687
0906	0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	28	844	F					919.148.687
0906	0284 0001 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								919.148.687
				2 - JUR	0	90	0	1444	526.938.888
				6 - AMT	0	90	0	1443	392.209.799
131	Comando da Marinha								1.173.768.900
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								1.173.768.900
	Operações Especiais								1.173.768.900
0906	0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	28	844	F					1.173.768.900
0906	0284 0001 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								1.173.768.900
				2 - JUR	0	90	0	1444	319.116.661
				6 - AMT	0	90	0	1443	854.652.239
232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM								45.653.959
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								45.653.959
	Operações Especiais								45.653.959
0905	0283 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	28	843	F					45.653.959
0905	0283 0001 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional								45.653.959
				2 - JUR	0	90	0	1050	5.454.932
				6 - AMT	0	90	0	1050	40.199.027
74	Operações Oficiais de Crédito								106.000.000
101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda								106.000.000
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								106.000.000
	Operações Especiais								106.000.000
0909	00QM Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)	28	846	F					106.000.000
0909	00QM 0001 Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - Nacional								106.000.000
				2 - JUR	0	90	0	1444	11.000.000
				6 - AMT	0	90	0	1444	95.000.000
75	Dívida Pública Federal								2.477.406.176.321
101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda								2.477.406.176.321
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								668.197.467.470
	Operações Especiais								668.197.467.470
0905	0272 Refinanciamento pela União de Dívidas Internas Contratuais das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 8.727, de 1993)	28	843	F					250.798.313
0905	0272 0001 Refinanciamento pela União de Dívidas Internas Contratuais das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 8.727, de 1993) - Nacional								250.798.313
				2 - JUR	0	90	0	1400	9.622
				6 - AMT	0	90	0	1400	250.788.691
0905	0455 Serviços da Dívida Pública Federal Interna	28	843	F					667.946.669.157
0905	0455 0001 Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional								667.946.669.157
				2 - JUR	0	90	0	1444	391.669.666.442
				6 - AMT	0	90	0	1000	91.974.170.209
				6 - AMT	0	90	0	1400	36.980.198.954
				6 - AMT	0	90	0	1401	45.656.440.355
				6 - AMT	0	90	0	1443	6.199.203.720
				6 - AMT	0	90	0	1448	7.720.935.049
				6 - AMT	0	90	0	9000	87.746.054.428
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								43.987.651.092
	Operações Especiais								43.987.651.092
0906	0425 Serviços da Dívida Pública Federal Externa	28	844	F					43.987.651.092
0906	0425 0001 Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional								43.987.651.092
				2 - JUR	0	90	0	1444	38.074.275.800
				6 - AMT	0	90	0	1443	5.913.375.292
0907	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna								1.663.914.816.841
	Operações Especiais								1.663.914.816.841
0907	0365 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	28	841	F					1.663.914.816.841
0907	0365 0001 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional								1.663.914.816.841
				6 - AMT	0	90	0	1443	1.663.914.816.841
0908	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa								27.246.456.518
	Operações Especiais								27.246.456.518
0908	0243 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa	28	842	F					27.246.456.518

Quadro 11 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XI

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Programa/Ação/Localização	Funcional	Est	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0908 0243 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa - Nacional								27.246.456.518
				6 - AMT	0	90	0	1443	27.246.456.518
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								74.059.784.400
	Operações Especiais								74.059.784.400
0909 00Q3	Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	28 846	F						25.000.000.000
0909 00Q3 0001	Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS - Nacional								25.000.000.000
				6 - AMT	0	90	0	1443	25.000.000.000
0909 00QE	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União	28 846	F						6.939.784.400
0909 00QE 0001	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União - Nacional								6.939.784.400
				6 - AMT	0	90	0	1443	6.939.784.400
0909 0669	Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil	28 846	F						42.120.000.000
0909 0669 0001	Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil - Nacional								42.120.000.000
				2 - JUR	0	90	0	1444	5.520.000.000
				6 - AMT	0	90	0	1444	36.600.000.000
									<i>Juros e Encargos da Dívida</i> 436.129.368.751
									<i>Amortização da Dívida</i> 2.043.570.717.794
									TOTAL 2.479.700.086.545

**8 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS
DESPEAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE
SOCIAL**

Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XII

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
Receitas da Seguridade Social(A)				1.348.541.863.979
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1003	P	508.043.192
1.1.2.1.01.0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1003	P	542.351
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	1003	P	105.063.960
1.1.2.1.01.0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	1003	P	106.723
1.2.1.1.01.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1002	P	354.816.053.170
1.2.1.1.01.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9002	P	15.029.576.173
1.2.1.1.01.0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1002	P	1.292.865.690
1.2.1.1.01.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1002	P	2.177.224.598
1.2.1.1.01.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1002	P	116.218.171
1.2.1.1.02.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1002	P	1.251.287
1.2.1.1.02.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1002	P	395.737
1.2.1.1.49.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal	1002	P	20.053.475
1.2.1.1.49.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1002	P	269.226.145
1.2.1.2.01.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9040	P	1.888.611.541
1.2.1.2.01.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1040	P	64.760.909.777
1.2.1.2.01.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1040	P	78.926.174
1.2.1.2.01.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1040	P	348.324.279
1.2.1.2.01.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1040	P	5.536.171
1.2.1.2.02.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1040	P	4.174.776.436
1.2.1.2.02.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1040	P	147.333.700
1.2.1.2.02.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1040	P	60.083.394
1.2.1.2.02.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1040	P	11.275.197
1.2.1.2.49.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal	1040	P	5.449.953
1.2.1.2.49.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1040	P	68.581.614
1.2.1.3.01.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9001	P	15.450.876.228
1.2.1.3.01.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1001	P	150.032.825.253
1.2.1.3.01.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1001	P	422.356.264
1.2.1.3.01.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1001	P	847.426.663
1.2.1.3.01.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1001	P	22.588.491
1.2.1.3.02.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1001	P	9.534.807.908
1.2.1.3.02.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1001	P	143.427.338
1.2.1.3.02.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1001	P	130.246.527
1.2.1.3.02.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1001	P	30.415.024
1.2.1.3.49.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal	1001	P	6.980.672
1.2.1.3.49.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1001	P	191.517.952
1.2.1.4.01.1.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054	P	342.086.215.317
1.2.1.4.01.1.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9054	P	2.301.675.769
1.2.1.4.01.1.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1054	P	4.072.355.008
1.2.1.4.01.1.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P	3.375.164.786
1.2.1.4.01.1.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	1.054.328.722
1.2.1.4.01.2.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054	P	84.424.148.645
1.2.1.4.01.2.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1054	P	2.302.508.626
1.2.1.4.01.2.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P	1.349.152.552
1.2.1.4.01.2.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	432.302.433
1.2.1.4.02.0.1	Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	1054	P	185.472.608.725
1.2.1.4.02.0.2	Contribuição Previdenciária do Segurado - Multas e Juros	1054	P	2.048.684.579
1.2.1.4.02.0.3	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	1054	P	1.612.832.027
1.2.1.4.02.0.4	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	469.905.045
1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	1056	P	11.681.074.459
1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	1055	P	105.829.130
1.2.1.5.01.1.5	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal	1056	P	512.586
1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	1056	P	4.731.205.714
1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	1055	P	95.835.565
1.2.1.5.01.3.1	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1056	P	1.212.560.881

Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XII

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
1.2.1.5.01.4.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	1056	P	181.698.026
1.2.1.5.01.5.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	1056	P	109.527.335
1.2.1.5.01.6.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1056	P	12.075.502
1.2.1.5.04.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	1023	P	9.497.193.100
1.2.1.5.04.2.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal	1024	P	370.068.046
1.2.1.5.04.3.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal	1024	P	176.982.633
1.2.1.6.01.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	1006	P	32.335.685
1.2.1.6.02.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	1126	P	23.803.118
1.2.1.6.05.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Principal	1005	P	2.113.359.890
1.2.1.7.01.1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	1123	P	48.940.394
1.2.1.7.02.1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	1123	P	6.102.639
1.2.1.7.04.1.1	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1123	P	3.960.636.979
1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1122	P	12.091.957
1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1123	P	5.374.204
1.2.1.9.01.1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	1003	P	315.722
1.2.1.9.01.1.2	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	1003	P	1.934
1.2.1.9.99.1.1	Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal	1054	P	51.176.291
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1049	P	24.037.985
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1049	P	87.455
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1049	F	3.865.125.739
1.3.2.1.02.0.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	1049	F	511.639.269
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	1049	F	271.095.634
1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	1049	P	146.353.308
1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1035	P	211.126.138
1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1035	P	422.252.274
1.3.4.1.04.4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1035	P	69.918.082
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	1049	P	6.062.040.269
1.3.6.1.01.1.2	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Multas e Juros	1049	P	565.255
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	1049	P	391.080
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1049	P	29.086.694
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1049	P	38.430.000
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1049	P	608.188
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1049	P	1.897.858
1.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	1049	P	219.554.442
1.6.3.1.01.0.2	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros	1049	P	1.896
1.6.3.2.01.0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	1004	P	37.522.809
1.6.3.2.01.0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	1049	P	6.585.000
1.6.4.1.03.0.1	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	1049	F	21.382.752.528
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	3.711.996
1.7.6.1.01.0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	1095	P	38.400
1.7.9.1.01.0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1096	P	2.212.057
1.7.9.2.01.0.1	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	1094	P	5.518
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1003	P	266.247.216
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1054	P	11.932.762
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1003	P	148.171.687
1.9.1.1.03.0.1	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	1003	P	108.944.112
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1049	P	21.261.505
1.9.1.1.10.0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	1039	P	925.106
1.9.1.1.11.0.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	1054	P	62.257.550
1.9.2.1.01.0.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1049	P	236.194
1.9.2.1.04.0.1	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	1005	P	167.262.146
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	1049	P	3.953.589
1.9.2.2.02.0.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	1049	P	235.726.272
1.9.2.2.02.0.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	1040	P	6.917
1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1054	P	39.616.483
1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1002	P	28.204
1.9.2.2.03.0.2	Restituição de Benefícios Previdenciários - Multas e Juros	1054	P	1.206.152
1.9.2.2.04.0.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	1002	P	520.197
1.9.2.2.07.0.1	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	1040	P	15.160.531
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	1049	P	216.993.154
1.9.2.2.99.0.2	Outras Restituições - Multas e Juros	1049	P	12.433.440
1.9.2.3.01.0.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	1003	P	933.873.912

Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XII

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
1.9.2.3.03.0.1	Reversão de Garantias - Principal	1049	P	73.625
1.9.2.3.04.0.1	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	1054	P	66.300.171
1.9.2.3.99.0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	1049	P	8.734.818
1.9.3.1.02.0.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	1001	P	103.515.711
1.9.3.1.02.0.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros	1001	P	251.013
1.9.3.1.08.0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal	1003	P	57.132.090
1.9.9.9.03.0.1	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	1054	P	985.921.293
1.9.9.9.03.0.2	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Multas e Juros	1054	P	165.868
1.9.9.9.08.1.1	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	1010	P	117.000
1.9.9.9.99.1.4	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	15.209.631
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	1049	P	576.622
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	1049	P	18.148.806
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1049	P	1.863.658
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	1049	P	801.246
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1048	P	619.300
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1048	P	1.620.000
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1049	P	556.344
7.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	1003	P	237.602
7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F	22.883.884.109
7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1125	F	235.500.632
7.2.1.5.02.1.5	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F	387.433
7.2.1.5.02.2.1	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F	401.149.252
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1049	P	5.682
7.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias	1049	P	51.753
7.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias	1003	P	102.479
7.9.2.1.04.0.1	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias	1005	P	74.659.586
Transferências de Recursos do Orçamento Fiscal (B)				323.710.401.438
	Recursos Livres da União	1000		116.779.537.982
	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1012		315.170.803
	Recursos Próprios Livres da UO	1050		732.920.892
	Recursos Livres da UO	1052		116.650.872
	Recursos Livres do Banco Central do Brasil	1131		29.230.008
	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	1133		5.461.907.292
	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	9444		200.274.983.589
TOTAL (C) = (A + B)				1.672.252.265.417

9 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas
e Órgão Orçamentario

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XIII		Recursos de Todas as Fontes	
Ação	Programa	Órgão	Valor
0581	Abono Salarial	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego 28.053.976.599
219E	Ações de Proteção Social Básica	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome 1.231.927.602
219F	Ações de Proteção Social Especial	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome 816.350.000
20K1	Adequação de Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde 17.000.000
21D8	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação 34.800.000
2000	Administração da Unidade	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação 33000 - Ministério da Previdência Social 36000 - Ministério da Saúde 52000 - Ministério da Defesa 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome 20.000.011 205.619.430 947.452.469 40.036.569 256.523.763
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação 33000 - Ministério da Previdência Social 36000 - Ministério da Saúde 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome 400.000 1.341.071 3.190.000 2.371.278
20QH	Alimentação e Nutrição para a Saúde	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	36000 - Ministério da Saúde 170.000.000
6174	Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde 20.000.000
00QG	Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos 52000 - Ministério da Defesa 71000 - Encargos Financeiros da União 10.000.000 14.298.535 100.000.000
8755	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde 120.000.000
8758	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde 430.000.000
8759	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde 234.000.000
8727	Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde 53.529.400
6516	Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde 133.800.000
21C9	Apoiar a implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais (localidades de pequeno porte) ou em comunidades tradicionais	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde 212.700.000
21CI	Apoiar a implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares em Localidades Urbanas de Municípios com População até 50.000 Habitantes, de forma a contribuir para a Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde 80.000.000
8458	Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome 25.000.000
00PI	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	5111 Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	26000 - Ministério da Educação 5.461.907.292
21FQ	Apoio à Formulação e Gestão da Política Nacional de Cuidados	5501 Estruturação da Política Nacional de Cuidados	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome 14.937.507
20AG	Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes e em Áreas Rurais	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde 7.000.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
21CA Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Excluído em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	50.000.000
21CB Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com até 50.000 Habitantes, Excluído em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	48.139.502
00VQ Apoio à Implantação de Infraestrutura Hospitalar e Ambulatorial	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	420.400.000
20Q8 Apoio à Implantação e Manutenção de Sistemas e Soluções de Saneamento Ambiental	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	10.415.000
21CC Apoio à Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Excluído em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	12.000.000
20AM Apoio à Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
217U Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	62.300.000
20AF Apoio ao Controle e à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	9.700.000
218U Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	20.000.000
20K7 Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.571.200.000
8893 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	6.001.526
00US Apoio aos Entes Federados por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – IGD	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	877.058.000
8929 Apoio aos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	50.000.000
20AL Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	2.173.140.000
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	45.000.000
00P1 Apoio à Residência em Saúde	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	816.743.678
21FR Apoio e Acolhimento Objetivando a Reinserção de Usuários e Dependentes de Álcool e Drogas	5134 Cuidado e Acolhimento de Usuários e Dependentes de Álcool e Outras Drogas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	167.085.985
20YQ Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	461.425.000
0181 Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	0030 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União 0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	29000 - Defensoria Pública da União	20.696.462
		34000 - Ministério Público da União	920.241.417
		59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	507.599
		20000 - Presidência da República	402.488.723
		22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	2.283.208.330
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.903.940.935
		25000 - Ministério da Fazenda	10.537.956.611
		26000 - Ministério da Educação	20.104.086.357
		28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	276.250.780
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	4.761.420.976
		32000 - Ministério de Minas e Energia	204.879.064
33000 - Ministério da Previdência Social	6.865.121.607		
35000 - Ministério das Relações Exteriores	450.817.900		

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XIII		Recursos de Todas as Fontes		
Ação	Programa	Órgão	Valor	
		36000 - Ministério da Saúde	11.313.144.661	
		37000 - Controladoria-Geral da União	280.131.917	
		39000 - Ministério dos Transportes	3.050.466.159	
		40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	1.605.651.184	
		41000 - Ministério das Comunicações	32.798.159	
		42000 - Ministério da Cultura	258.439.530	
		44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	820.089.671	
		46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	2.622.984.538	
		47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento	1.569.033.089	
		49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	748.626.607	
		51000 - Ministério do Esporte	13.000	
		52000 - Ministério da Defesa	3.625.250.863	
		53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	616.852.548	
		54000 - Ministério do Turismo	23.277.919	
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	7.716.670	
		56000 - Ministério das Cidades	68.703.752	
		58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	1.000.000	
		60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	13.000	
		63000 - Advocacia-Geral da União	962.446.030	
		65000 - Ministério das Mulheres	1.000.000	
		67000 - Ministério da Igualdade Racial	1.000.000	
		68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	42.604.433	
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	2.152.652.710	
		81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	1.300.000	
		83000 - Banco Central do Brasil	2.026.775.920	
		84000 - Ministério dos Povos Indígenas	222.124.450	
	0033 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	10000 - Supremo Tribunal Federal	183.047.438	
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	460.564.058	
		12000 - Justiça Federal	2.140.910.034	
		13000 - Justiça Militar da União	244.235.912	
		14000 - Justiça Eleitoral	1.162.026.405	
		15000 - Justiça do Trabalho	6.031.867.703	
		16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	586.830.761	
		17000 - Conselho Nacional de Justiça	79.126	
	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	01000 - Câmara dos Deputados	2.095.440.000	
		02000 - Senado Federal	2.226.646.566	
		03000 - Tribunal de Contas da União	897.766.342	
8287	Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	64.000.000
2798	Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	401.821.639
20YE	Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	8.078.360.000
00VL	Assistência à Moradia de Bolsistas Atuentes em Programas de Residência Médica	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	487.793
00UW	Assistência Financeira Complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	10.600.000.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XIII				Recursos de Todas as Fontes
Ação	Programa	Órgão	Valor	
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	151.190.645	
		33000 - Ministério da Previdência Social	129.755.643	
		36000 - Ministério da Saúde	209.059.084	
		52000 - Ministério da Defesa	3.116.033.452	
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	698.001	
	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	02000 - Senado Federal	282.383.254	
00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	789.068.219	
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.370.000.000	
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.700.000.000	
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	72.899.921.650	
4324 Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	21.000.000	
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.223.500.000	
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	320.000.000	
4370 Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.673.500.000	
21FT Atendimento da Clientela Previdenciária	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33000 - Ministério da Previdência Social	1.363.860.000	
20TP Ativos Cíveis da União	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	12.064.712.755	
		33000 - Ministério da Previdência Social	3.962.137.848	
		36000 - Ministério da Saúde	7.574.084.810	
		52000 - Ministério da Defesa	109.875.512	
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	126.260.504	
20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	8.000.000	
2562 Auditoria Interna, Processos Correicionais e Tomada de Contas Especial	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	6.000.000	
2592 Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	2.967.310	
21DV Auxílio Gás dos Brasileiros	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	3.640.894.882	
00TZ Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência (Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021)	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	42.276.366	
20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	40.000.000	
20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	36.500.000	
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	8.366.210	
00S6 Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	26000 - Ministério da Educação	416.000	
		33000 - Ministério da Previdência Social	286.000	
		36000 - Ministério da Saúde	65.000	
		52000 - Ministério da Defesa	13.000	

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XIII		Recursos de Todas as Fontes	
Ação	Programa	Órgão	Valor
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	13.000
0536 Benefícios de Legislação Especial	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Camara dos Deputados	70.000
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	65.800
		12000 - Justiça Federal	30.000
		14000 - Justiça Eleitoral	177.717
		15000 - Justiça do Trabalho	603.840
		22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	760.210
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	68.008
		25000 - Ministério da Fazenda	372.730
		26000 - Ministério da Educação	3.223.312
		28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	28.435
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.501.176
		32000 - Ministério de Minas e Energia	393.670
		33000 - Ministério da Previdência Social	1.041.700.038
		34000 - Ministério Público da União	19.819
		36000 - Ministério da Saúde	8.249.861
		39000 - Ministério dos Transportes	16.807.404
		41000 - Ministério das Comunicações	20.000
		44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	240.546
		46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	66.253.325
		47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento	153.845
		49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	564.233
		52000 - Ministério da Defesa	5.550.690
		53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	25.299
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	213.636
		56000 - Ministério das Cidades	25.759.084
		71000 - Encargos Financeiros da União	54.906.599
		81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	87.522
		83000 - Banco Central do Brasil	32.907
		84000 - Ministério dos Povos Indígenas	211.039
00IN Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	55.083.592.394
00H5 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	45.551.254.544
212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	587.154.549
		33000 - Ministério da Previdência Social	267.446.012
		36000 - Ministério da Saúde	596.618.031
		52000 - Ministério da Defesa	17.418.985
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	4.612.323
00SJ Benefícios Previdenciários	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	885.192.984.008
4741 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	195.771.636

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	1.500.002
		36000 - Ministério da Saúde	14.500.000
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	600.000
4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	2.445.725
0531 Compensação Financeira entre Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Camara dos Deputados	85.695
009W Compensação Previdenciária	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	6.053.328.181
6179 Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	42.000.000
00QC Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	96.841.825
0354 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	74000 - Operações Oficiais de Crédito	3.500.000
215I Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	2.190.000
15VW Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.300.000
15VZ Construção da Sede da Fiocruz Amazonas	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.500.000
163C Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	34.800.000
15VX Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	5.000.000
13DW Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	494.200.000
125H Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	194.000.000
15W2 Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	13.800.000
0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	25.000
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	635.479.953
		33000 - Ministério da Previdência Social	773.848.413
		36000 - Ministério da Saúde	1.109.463.381
		52000 - Ministério da Defesa	17.021.004
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	9.031.100
00QB Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	6.000.000
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	33000 - Ministério da Previdência Social	1.280.000
		36000 - Ministério da Saúde	740.000
00N2 Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	884.341.062
2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	60.000.000
00UX Demais Aposentadorias e Complementações	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	33000 - Ministério da Previdência Social	406.927.729
8648 Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	13.500.000
2B52 Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	30.000.000
212S Desenvolvimento, Sustentabilidade e Fomento dos Regimes de Previdência	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	64.247.762

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e a Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Advindas de Situações de Emergência ou Calamidade Pública	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	68.000.000
00NJ Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	12.000.000
00NK Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	5.300.000
20YD Educação e Trabalho na Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.513.600.000
20GN Educação Previdenciária e Financeira	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	400.000
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.081.700.000
219G Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	50.000
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	4.829.200.000
163D Estruturação do Centro de Atendimento ao Paciente Crítico e Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A (GHC) - PAC	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	15.200.000
21D9 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	86.520.000
20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	3.500.000
6908 Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	12.000.000
2B12 Fomento à Inclusão Produtiva	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	13.306.785
20K2 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	5.400.000
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	2.000.003
21BG Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	4.376.000.000
8708 Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	12.000.000
21GU Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	21.826.165
8636 Fortalecimento da Inovação em produtos, serviços tecnológicos e conectividade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	395.000.000
20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	15.000.000
21ED Fortalecimento do Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - Genomas Brasil	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	250.000.000
20YJ Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Ambiente	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	339.410.000
2016 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	30.000.000
8249 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	3.481.035
6182 Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	27.600.000
4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	372.135.661
21EL Gestão, Administração e Operacionalização do Programa Bolsa Família	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	35.950.452
21FS Gestão das Políticas de Previdência Social	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33000 - Ministério da Previdência Social	1.525.000
21EC Gestão de Programas e Projetos de Cooperação Técnica e Contratos de Gestão	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	24.520.000
20JT Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	94.184.368
21FU Gestão e Apoio Operacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	1.500.000
15EG Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	3.000.000
21CH Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	30.000.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
21CF Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	80.100.000
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS)	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	10.500.000
21CG Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	2.800.000
8721 Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	37.000.000
21CD Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	165.300.000
21CE Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	431.500.000
8948 Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	463.403.149
00NS Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	2.536.107.895
00QN Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.349.148.713
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	273.000.000
20GD Inclusão Produtiva Rural	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	90.600.000
0739 Indenização a Anistiados Políticos	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos 52000 - Ministério da Defesa	653.410.354 609.056.188
212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	46.500.000
21DX Manutenção de Contratos de Gestão com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.262.000.000
8327 Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	32.000.000
20YS Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Copagamento	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	573.910.000
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	5.289.031.430
21DA Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	226.000.000
6881 Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	23.000.000
8753 Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	8.500.000
21CP Operacionalização do Auxílio Emergencial para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19)	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5.000.000
21DT Operacionalização do Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	558.053
20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	100.000.000
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	190.000.000
4907 Ouvidoria Geral do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	108.833.671
00SA Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte e que sejam de competência da Justiça Federal	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	33000 - Ministério da Previdência Social	350.000.000
21EU Pagamentos extraordinários do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social – PEFPS	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33000 - Ministério da Previdência Social	129.908.544
00Q2 Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	658.125.847
0179 Pensões Militares da União	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	26.509.941.582

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	924.110.057
21BF Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	665.000.000
20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas em Saúde, Primatologia, Meio Ambiente e Medicina Tropical	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	77.000.000
219A Piso de Atenção Primária à Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	25.198.900.000
163M Preparação do Brasil no Âmbito dos Assuntos de Seguridade Social para o Exercício da Presidência do G20	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33000 - Ministério da Previdência Social 36000 - Ministério da Saúde 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	100.000 8.000.000 4.000.000
20Q7 Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	15.000.000
8715 Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	16.500.000
20XT Prestação de Serviços Médicos Hospitalares e Desenvolvimento de Pesquisa Médicas do Hospital das Forças Armadas	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	39.869.841
217M Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	444.991.470
2583 Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	46.054.420
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	750.000
4923 Produção e Disseminação de Dados para Gestão de Políticas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5129 Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	7.459.628
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.360.000.000
4705 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	14.366.000.000
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	668.000.000
20GG Promoção da Inclusão Socioeconômica de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	5127 Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	6.844.866
2784 Promoção do Consumo e de Ações de Alimentação Adequada e Saudável	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	15.000.000
21G0 Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	5816 Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	17.343.812
21FZ Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	5815 Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	779.747
20YP Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	5122 Saúde Indígena	36000 - Ministério da Saúde	2.497.800.000
4641 Publicidade de Utilidade Pública	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	36000 - Ministério da Saúde 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	296.200.000 140.211.271
4339 Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	16.030.000
20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	60.969.520
2591 Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	48.000.000
20RX Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	82.000.004
15WP Reforma e Modernização de Nova Unidade do Ministério da Saúde (Bloco "O" da Esplanada dos Ministérios)	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	36000 - Ministério da Saúde	30.000.000
0Z00 Reserva de Contingência - Financeira	0999 Reserva de Contingência	30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	57.132.090

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XIII Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
		33000 - Ministério da Previdência Social	12.907.618
		36000 - Ministério da Saúde	211.457.678
0Z01 Reserva de Contingência Fiscal - Primária	0999 Reserva de Contingência	36000 - Ministério da Saúde	202.533.889
0Z08 Reservas Específicas para o atendimento de emendas de execução obrigatória destinadas a ações e serviços públicos de saúde	0999 Reserva de Contingência	36000 - Ministério da Saúde	18.823.989.646
6149 Residência de Profissionais de Saúde - SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	30.000.000
21CJ Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos	5122 Saúde Indígena	36000 - Ministério da Saúde	141.000.000
00H4 Seguro Desemprego	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	50.457.590.884
0022 Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação	54.949.303
		36000 - Ministério da Saúde	3.905.002
0625 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação	7.600.000
		33000 - Ministério da Previdência Social	20.082.352.126
		36000 - Ministério da Saúde	9.399.281
		40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	84.549.857
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	3.160.922.607
0005 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	33000 - Ministério da Previdência Social	7.640.575.176
		36000 - Ministério da Saúde	457.132.891
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	136.016.858
2292 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	508.793.823
2585 Serviço de Reabilitação Profissional	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	30.000.000
009T Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	7.026.393.569
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	5129 Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	104.850.570
20YN Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	355.500.000
00UC Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000.000
00UB Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes de Combate às Endemias	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	2.420.000.000
8442 Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	168.595.506.249
21GM Transformação Digital no SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	566.900.000
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	60.000.000
TOTAL			1.672.252.265.417

**10 - DETALHAMENTO DAS PROGRAMAÇÕES
CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA
PREVISTA NO INCISO III DO ART. 167 DA
CONSTITUIÇÃO**

Detalhamento das Programações Condicionadas à
Aprovação Legislativa Prevista no Inciso III do Art.
167 da Constituição

Quadro 14A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XV

Quadro Síntese				R\$ 1,00			
Código / Especificação	PLOA 2023	LOA 2023	PLOA 2024				
Total	89.196.632.326	69.030.664.801	200.274.983.589				
Programa							
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais			7.747.766.762				
2214 Nova Previdência	89.196.632.326	69.030.664.801					
2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania			192.527.216.827				
Função							
09 Previdência Social	89.196.632.326	69.030.664.801	192.527.216.827				
28 Encargos Especiais			7.747.766.762				
Subfunção							
271 Previdência Básica	89.196.632.326	69.030.664.801	192.527.216.827				
846 Outros Encargos Especiais			7.747.766.762				
Unidade							
33904 Fundo do Regime Geral de Previdência Social		69.030.664.801	199.266.395.612				
40904 Fundo do Regime Geral de Previdência Social	89.196.632.326						
55901 Fundo Nacional de Assistência Social			1.008.587.977				
Grupo de Despesa							
3 Outras Despesas Correntes	89.196.632.326	69.030.664.801	200.274.983.589				
Fonte							
1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
9444		200.274.983.589					200.274.983.589
Total		200.274.983.589					200.274.983.589

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XV

Órgão: 33000 - Ministério da Previdência Social
 Unidade: 33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

Quadro Síntese			R\$ 1,00				
Código / Especificação	PLOA 2023	LOA 2023	PLOA 2024				
Total		69.030.664.801	199.266.395.612				
Programa							
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais			6.739.178.785				
2214 Nova Previdência		69.030.664.801					
2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania			192.527.216.827				
Função							
09 Previdência Social		69.030.664.801	192.527.216.827				
28 Encargos Especiais			6.739.178.785				
Subfunção							
271 Previdência Básica		69.030.664.801	192.527.216.827				
846 Outros Encargos Especiais			6.739.178.785				
Grupo de Despesa							
3 Outras Despesas Correntes		69.030.664.801	199.266.395.612				
Fonte							
1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
9444		199.266.395.612					199.266.395.612
Total		199.266.395.612	199.266.395.612				

Quadro dos Créditos Orçamentários										R\$ 1,00
Programática	Programa/Ação/Localização		Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais									6.739.178.785
	Operações Especiais									6.739.178.785
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor		28	846						6.739.178.785
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional (Seq: 1436)									6.739.178.785
				S	3 - ODC	1	90	0	9444	6.739.178.785
2314	Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania									192.527.216.827
	Operações Especiais									192.527.216.827
2314 00SJ	Benefícios Previdenciários		09	271						192.527.216.827
2314 00SJ 0001	Benefícios Previdenciários - Nacional (Seq: 1438)									192.527.216.827
				S	3 - ODC	1	90	0	9444	192.527.216.827
Total										199.266.395.612

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

PLDO - 2024, Anexo I, inciso XV

Órgão: 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
 Unidade: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

Quadro Síntese								R\$ 1,00
Código / Especificação	PLOA 2023		LOA 2023		PLOA 2024			
Total								1.008.587.977
Programa								
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								1.008.587.977
Função								
28 Encargos Especiais								1.008.587.977
Subfunção								
846 Outros Encargos Especiais								1.008.587.977
Grupo de Despesa								
3 Outras Despesas Correntes								1.008.587.977
Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
9444			1.008.587.977					1.008.587.977
Total			1.008.587.977					1.008.587.977

Quadro dos Créditos Orçamentários										R\$ 1,00		
Programática	Programa/Ação/Localização				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais											1.008.587.977
	Operações Especiais											1.008.587.977
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor				28	846						1.008.587.977
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional (Seq: 3011)											1.008.587.977
						S	3 - ODC	1	90	0	9444	1.008.587.977
Total												1.008.587.977

III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 0. 0. 0. 00. 0.0	Receitas Correntes			1.450.013.396.621	1.324.943.089.807	2.774.956.486.428
1. 1. 0. 0. 00. 0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			1.029.243.883.771	613.756.226	1.029.857.639.997
1. 1. 1. 0. 00. 0.0	Impostos			1.020.694.166.221		1.020.694.166.221
1. 1. 1. 1. 00. 0.0	Impostos sobre o Comércio Exterior			72.996.000.144		72.996.000.144
1. 1. 1. 1. 01. 0.0	Imposto sobre a Importação			72.943.052.092		72.943.052.092
1. 1. 1. 1. 01. 0.1	Imposto sobre a Importação - Principal	1000	P	68.836.958.600		68.836.958.600
		9000	P	3.983.623.052		3.983.623.052
1. 1. 1. 1. 01. 0.2	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	1032	P	116.842.479		116.842.479
1. 1. 1. 1. 01. 0.3	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	1000	P	1.159.574		1.159.574
1. 1. 1. 1. 01. 0.7	Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	1032	P	379.016		379.016
1. 1. 1. 1. 01. 0.8	Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	1031	P	4.089.371		4.089.371
1. 1. 1. 1. 02. 0.0	Imposto sobre a Exportação			52.948.052		52.948.052
1. 1. 1. 1. 02. 0.1	Imposto sobre a Exportação - Principal	1000	P	26.471.253		26.471.253
1. 1. 1. 1. 02. 0.3	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa	1000	P	7.583.549		7.583.549
1. 1. 1. 1. 02. 0.7	Imposto sobre a Exportação - Multas da Dívida Ativa	1032	P	5.010.982		5.010.982
1. 1. 1. 1. 02. 0.8	Imposto sobre a Exportação - Juros da Dívida Ativa	1031	P	13.882.268		13.882.268
1. 1. 1. 2. 00. 0.0	Impostos sobre o Patrimônio			3.310.222.239		3.310.222.239
1. 1. 1. 2. 01. 0.0	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural			3.310.222.239		3.310.222.239
1. 1. 1. 2. 01. 1.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	1206	P	2.646.487.662		2.646.487.662
		9206	P	95.418.338		95.418.338
1. 1. 1. 2. 01. 1.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	1206	P	186.883.424		186.883.424
1. 1. 1. 2. 01. 1.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	1206	P	15.588.193		15.588.193
1. 1. 1. 2. 01. 1.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas da Dívida Ativa	1206	P	12.592.989		12.592.989
1. 1. 1. 2. 01. 1.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1206	P	22.229.409		22.229.409
1. 1. 1. 2. 01. 2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	1000	P	147.027.092		147.027.092
		1206	P	147.027.093		147.027.093
		9000	P	5.301.019		5.301.019
		9206	P	5.301.019		5.301.019
1. 1. 1. 2. 01. 2.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	1032	P	10.382.412		10.382.412
		1206	P	10.382.413		10.382.413
1. 1. 1. 2. 01. 2.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	1000	P	866.010		866.010
		1206	P	866.011		866.011
1. 1. 1. 2. 01. 2.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	1032	P	699.611		699.611
		1206	P	699.610		699.610
1. 1. 1. 2. 01. 2.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1031	P	1.234.967		1.234.967
		1206	P	1.234.967		1,234.967
1. 1. 1. 3. 00. 0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza			809.557.574.310		809.557.574.310
1. 1. 1. 3. 01. 0.0	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF			69.216.736.224		69.216.736.224
1. 1. 1. 3. 01. 0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	1000	P	28.334.345.265		28.334.345.265
		1201	P	14.026.903.596		14.026.903.596
		1202	P	12.063.137.092		12.063.137.092
		1207	P	336.645.686		336.645.686
		1208	P	336.645.686		336.645.686
		1209	P	504.968.529		504.968.529
		1210	P	504.968.529		504.968.529
		9000	P	4.278.383.438		4.278.383.438
		9201	P	2.118.011.603		2.118.011.603
		9202	P	1.821.489.978		1.821.489.978
		9207	P	50.832.278		50.832.278
		9208	P	50.832.278		50.832.278

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		9209	P	76.248.418		76.248.418
		9210	P	76.248.418		76.248.418
1. 1. 1. 3. 01. 0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	1032	P	1.700.820.405		1.700.820.405
		1201	P	841.990.299		841.990.299
		1202	P	724.111.657		724.111.657
		1207	P	20.207.767		20.207.767
		1208	P	20.207.767		20.207.767
		1209	P	30.311.651		30.311.651
		1210	P	30.311.651		30.311.651
1. 1. 1. 3. 01. 0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	1000	P	114.722.316		114.722.316
		1201	P	56.793.225		56.793.225
		1202	P	48.842.174		48.842.174
		1207	P	1.363.037		1.363.037
		1208	P	1.363.037		1.363.037
		1209	P	2.044.556		2.044.556
		1210	P	2.044.556		2.044.556
1. 1. 1. 3. 01. 0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	1032	P	196.676.725		196.676.725
		1201	P	97.364.716		97.364.716
		1202	P	83.733.655		83.733.655
		1207	P	2.336.753		2.336.753
		1208	P	2.336.753		2.336.753
		1209	P	3.505.130		3.505.130
		1210	P	3.505.130		3.505.130
1. 1. 1. 3. 01. 0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	1031	P	329.503.647		329.503.647
		1201	P	163.120.618		163.120.618
		1202	P	140.283.731		140.283.731
		1207	P	3.914.895		3.914.895
		1208	P	3.914.895		3.914.895
		1209	P	5.872.342		5.872.342
		1210	P	5.872.342		5.872.342
1. 1. 1. 3. 02. 0.0	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos			348.037.459.902		348.037.459.902
1. 1. 1. 3. 02. 0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	1000	P	142.824.828.702		142.824.828.702
		1201	P	70.705.360.744		70.705.360.744
		1202	P	60.806.610.240		60.806.610.240
		1207	P	1.696.928.658		1.696.928.658
		1208	P	1.696.928.658		1.696.928.658
		1209	P	2.545.392.987		2.545.392.987
		1210	P	2.545.392.987		2.545.392.987
		9000	P	28.849.100.251		28.849.100.251
		9201	P	14.281.732.797		14.281.732.797
		9202	P	12.282.290.206		12.282.290.206
		9207	P	342.761.587		342.761.587
		9208	P	342.761.587		342.761.587
		9209	P	514.142.381		514.142.381
		9210	P	514.142.381		514.142.381
1. 1. 1. 3. 02. 0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1032	P	2.777.324.731		2.777.324.731
		1201	P	1.374.913.234		1.374.913.234
		1202	P	1.182.425.381		1.182.425.381
		1207	P	32.997.918		32.997.918
		1208	P	32.997.918		32.997.918
		1209	P	49.496.876		49.496.876
		1210	P	49.496.876		49.496.876
1. 1. 1. 3. 02. 0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	1000	P	541.858.125		541.858.125
		1201	P	268.246.596		268.246.596
		1202	P	230.692.072		230.692.072
		1207	P	6.437.918		6.437.918
		1208	P	6.437.918		6.437.918
		1209	P	9.656.877		9.656.877
		1210	P	9.656.877		9.656.877
1. 1. 1. 3. 02. 0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	1032	P	246.523.118		246.523.118
		1201	P	122.041.148		122.041.148
		1202	P	104.955.387		104.955.387
		1207	P	2.928.988		2.928.988

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1208	P	2.928.988		2.928.988
		1209	P	4.393.481		4.393.481
		1210	P	4.393.481		4.393.481
1. 1. 1. 3. 02. 0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	1031	P	519.282.324		519.282.324
		1201	P	257.070.457		257.070.457
		1202	P	221.080.593		221.080.593
		1207	P	6.169.691		6.169.691
		1208	P	6.169.691		6.169.691
		1209	P	9.254.536		9.254.536
		1210	P	9.254.536		9.254.536
1. 1. 1. 3. 03. 0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte			392.303.378.184		392.303.378.184
1. 1. 1. 3. 03. 1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1000	P	88.472.916.115		88.472.916.115
		1201	P	43.798.473.325		43.798.473.325
		1202	P	37.666.687.059		37.666.687.059
		1207	P	1.051.163.360		1.051.163.360
		1208	P	1.051.163.360		1.051.163.360
		1209	P	1.576.745.040		1.576.745.040
		1210	P	1.576.745.040		1.576.745.040
		9000	P	715.668.422		715.668.422
		9201	P	354.291.298		354.291.298
		9202	P	304.690.516		304.690.516
		9207	P	8.502.991		8.502.991
		9208	P	8.502.991		8.502.991
		9209	P	12.754.487		12.754.487
		9210	P	12.754.487		12.754.487
1. 1. 1. 3. 03. 1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	1032	P	702.317.694		702.317.694
		1201	P	347.682.027		347.682.027
		1202	P	299.006.543		299.006.543
		1207	P	8.344.369		8.344.369
		1208	P	8.344.369		8.344.369
		1209	P	12.516.553		12.516.553
		1210	P	12.516.553		12.516.553
1. 1. 1. 3. 03. 1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	1000	P	335.625.073		335.625.073
		1201	P	166.151.027		166.151.027
		1202	P	142.889.883		142.889.883
		1207	P	3.987.625		3.987.625
		1208	P	3.987.625		3.987.625
		1209	P	5.981.437		5.981.437
		1210	P	5.981.437		5.981.437
1. 1. 1. 3. 03. 1.7	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	1032	P	46.809.918		46.809.918
		1201	P	23.173.226		23.173.226
		1202	P	19.928.975		19.928.975
		1207	P	556.157		556.157
		1208	P	556.157		556.157
		1209	P	834.236		834.236
		1210	P	834.236		834.236
1. 1. 1. 3. 03. 1.8	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1031	P	133.582.777		133.582.777
		1201	P	66.130.087		66.130.087
		1202	P	56.871.875		56.871.875
		1207	P	1.587.122		1.587.122
		1208	P	1.587.122		1.587.122
		1209	P	2.380.683		2.380.683
		1210	P	2.380.683		2.380.683
1. 1. 1. 3. 03. 2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1000	P	60.111.784.959		60.111.784.959
		1201	P	29.758.309.386		29.758.309.386
		1202	P	25.592.146.072		25.592.146.072
		1207	P	714.199.425		714.199.425
		1208	P	714.199.425		714.199.425
		1209	P	1.071.299.138		1.071.299.138
		1210	P	1.071.299.138		1.071.299.138
		9000	P	7.150.238.251		7.150.238.251
		9201	P	3.539.721.907		3.539.721.907
		9202	P	3.044.160.840		3.044.160.840
		9207	P	84.953.326		84.953.326
		9208	P	84.953.326		84.953.326

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		9209	P	127.429.989		127.429.989
		9210	P	127.429.989		127.429.989
1. 1. 1. 3. 03. 3.1	<i>Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal</i>	1000	P	29.862.806.184		29.862.806.184
		1201	P	14.783.567.418		14.783.567.418
		1202	P	12.713.867.979		12.713.867.979
		1207	P	354.805.618		354.805.618
		1208	P	354.805.618		354.805.618
		1209	P	532.208.427		532.208.427
		1210	P	532.208.427		532.208.427
1. 1. 1. 3. 03. 4.1	<i>Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal</i>	1000	P	9.494.913.841		9.494.913.841
		1201	P	4.700.452.396		4.700.452.396
		1202	P	4.042.389.060		4.042.389.060
		1207	P	112.810.857		112.810.857
		1208	P	112.810.857		112.810.857
		1209	P	169.216.286		169.216.286
		1210	P	169.216.286		169.216.286
		9000	P	1.086.542.748		1.086.542.748
		9201	P	537.892.450		537.892.450
		9202	P	462.587.507		462.587.507
		9207	P	12.909.419		12.909.419
		9208	P	12.909.419		12.909.419
		9209	P	19.364.128		19.364.128
		9210	P	19.364.128		19.364.128
1. 1. 1. 4. 00. 0.0	<i>Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços</i>			69.074.092.722		69.074.092.722
1. 1. 1. 4. 01. 0.0	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI</i>			69.074.092.722		69.074.092.722
1. 1. 1. 4. 01. 1.1	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal</i>	1000	P	2.084.939.488		2.084.939.488
		1201	P	1.286.999.685		1.286.999.685
		1202	P	1.106.819.729		1.106.819.729
		1203	P	514.799.874		514.799.874
		1207	P	30.887.992		30.887.992
		1208	P	30.887.992		30.887.992
		1209	P	46.331.989		46.331.989
		1210	P	46.331.989		46.331.989
1. 1. 1. 4. 01. 1.2	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros</i>	1032	P	1.716.963		1.716.963
		1201	P	1.059.854		1.059.854
		1202	P	911.474		911.474
		1203	P	423.941		423.941
		1207	P	25.436		25.436
		1208	P	25.436		25.436
		1209	P	38.155		38.155
		1210	P	38.155		38.155
1. 1. 1. 4. 01. 2.1	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal</i>	1000	P	1.055.773.692		1.055.773.692
		1201	P	651.712.157		651.712.157
		1202	P	560.472.455		560.472.455
		1203	P	260.684.863		260.684.863
		1207	P	15.641.092		15.641.092
		1208	P	15.641.092		15.641.092
		1209	P	23.461.638		23.461.638
		1210	P	23.461.638		23.461.638
1. 1. 1. 4. 01. 3.1	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal</i>	1000	P	1.943.454.033		1.943.454.033
		1201	P	1.199.662.983		1.199.662.983
		1202	P	1.031.710.165		1.031.710.165
		1203	P	479.865.193		479.865.193
		1207	P	28.791.912		28.791.912
		1208	P	28.791.912		28.791.912
		1209	P	43.187.867		43.187.867
		1210	P	43.187.867		43.187.867
1. 1. 1. 4. 01. 4.1	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal</i>	1000	P	11.549.783.625		11.549.783.625
		1201	P	7.129.496.065		7.129.496.065
		1202	P	6.131.366.616		6.131.366.616
		1203	P	2.851.798.426		2.851.798.426
		1207	P	171.107.906		171.107.906
		1208	P	171.107.906		171.107.906
		1209	P	256.661.858		256.661.858
		1210	P	256.661.858		256.661.858

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 1. 4. 01. 4.2	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros</i>	9000	P	171.899.633		171.899.633
		9201	P	106.110.884		106.110.884
		9202	P	91.255.361		91.255.361
		9203	P	42.444.354		42.444.354
		9207	P	2.546.661		2.546.661
		9208	P	2.546.661		2.546.661
		9209	P	3.819.992		3.819.992
		9210	P	3.819.992		3.819.992
		1032	P	11.960.770		11.960.770
		1201	P	7.383.193		7.383.193
1. 1. 1. 4. 01. 5.1	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal</i>	1202	P	6.349.546		6.349.546
		1203	P	2.953.277		2.953.277
		1207	P	177.197		177.197
		1208	P	177.197		177.197
		1209	P	265.795		265.795
		1210	P	265.795		265.795
		1000	P	8.908.062.302		8.908.062.302
		1201	P	5.498.803.889		5.498.803.889
		1202	P	4.728.971.345		4.728.971.345
		1203	P	2.199.521.556		2.199.521.556
1. 1. 1. 4. 01. 5.2	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros</i>	1207	P	131.971.293		131.971.293
		1208	P	131.971.293		131.971.293
		1209	P	197.956.940		197.956.940
		1210	P	197.956.940		197.956.940
		9000	P	1.675.792.016		1.675.792.016
		9201	P	1.034.439.516		1.034.439.516
		9202	P	889.617.984		889.617.984
		9203	P	413.775.806		413.775.806
		9207	P	24.826.548		24.826.548
		9208	P	24.826.548		24.826.548
1. 1. 1. 4. 01. 5.3	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa</i>	9209	P	37.239.823		37.239.823
		9210	P	37.239.823		37.239.823
		1032	P	289.836.704		289.836.704
		1201	P	178.911.547		178.911.547
		1202	P	153.863.930		153.863.930
		1203	P	71.564.619		71.564.619
		1207	P	4.293.877		4.293.877
		1208	P	4.293.877		4.293.877
		1209	P	6.440.816		6.440.816
		1210	P	6.440.816		6.440.816
1. 1. 1. 4. 01. 5.7	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa</i>	1000	P	116.483.331		116.483.331
		1201	P	71.903.292		71.903.292
		1202	P	61.836.831		61.836.831
		1203	P	28.761.317		28.761.317
		1207	P	1.725.679		1.725.679
		1208	P	1.725.679		1.725.679
		1209	P	2.588.519		2.588.519
		1210	P	2.588.519		2.588.519
		1032	P	41.221.193		41.221.193
		1201	P	25.445.182		25.445.182
1. 1. 1. 4. 01. 5.8	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa</i>	1202	P	21.882.856		21.882.856
		1203	P	10.178.073		10.178.073
		1207	P	610.684		610.684
		1208	P	610.684		610.684
		1209	P	916.027		916.027
		1210	P	916.027		916.027
		1031	P	124.083.795		124.083.795
		1201	P	76.594.936		76.594.936
		1202	P	65.871.645		65.871.645
		1203	P	30.637.974		30.637.974
1207	P	1.838.278		1.838.278		
1208	P	1.838.278		1.838.278		
1209	P	2.757.418		2.757.418		
1210	P	2.757.418		2.757.418		

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 1. 5. 00. 0.0	Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários			65.756.276.806		65.756.276.806
1. 1. 1. 5. 01. 0.0	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro			63.663.885		63.663.885
1. 1. 1. 5. 01. 0.1	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Principal	1219	P	63.479.992		63.479.992
1. 1. 1. 5. 01. 0.2	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Multas e Juros	1219	P	183.893		183.893
1. 1. 1. 5. 02. 0.0	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações			65.692.612.921		65.692.612.921
1. 1. 1. 5. 02. 0.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	1000	P	64.883.636.275		64.883.636.275
		9000	P	664.489.342		664.489.342
1. 1. 1. 5. 02. 0.2	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	1032	P	100.938.783		100.938.783
1. 1. 1. 5. 02. 0.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	1000	P	9.928.301		9.928.301
1. 1. 1. 5. 02. 0.7	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	1032	P	5.690.507		5.690.507
1. 1. 1. 5. 02. 0.8	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	1031	P	27.929.713		27.929.713
1. 1. 2. 0. 00. 0.0	Taxas			8.549.717.550	613.756.226	9.163.473.776
1. 1. 2. 1. 00. 0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			7.282.154.994	613.756.226	7.895.911.220
1. 1. 2. 1. 01. 0.0	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			5.937.565.695	613.756.226	6.551.321.921
1. 1. 2. 1. 01. 0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1000	P	1.637.640.854		1.637.640.854
		1003	P		508.043.192	508.043.192
		1018	P	29.011.687		29.011.687
		1019	P	557.550.660		557.550.660
		1021	P	84.197.551		84.197.551
		1052	P	2.597.290.234		2.597.290.234
		1058	P	18.854.639		18.854.639
		1128	P	26.214.023		26.214.023
		9000	P	275.598.720		275.598.720
		9018	P	643.063.680		643.063.680
1. 1. 2. 1. 01. 0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1003	P		542.351	542.351
		1021	P	1.598.485		1.598.485
		1052	P	378.517		378.517
1. 1. 2. 1. 01. 0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	1000	P	51.369.182		51.369.182
		1003	P		105.063.960	105.063.960
		1052	P	14.797.463		14.797.463
1. 1. 2. 1. 01. 0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	1003	P		106.723	106.723
1. 1. 2. 1. 02. 0.0	Taxas de Fiscalização das Telecomunicações			189.137.450		189.137.450
1. 1. 2. 1. 02. 1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	42.121.499		42.121.499
		1120	P	98.283.497		98.283.497
1. 1. 2. 1. 02. 1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1000	P	623.141		623.141
		1120	P	1.453.995		1.453.995
1. 1. 2. 1. 02. 1.4	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa - Multas e Juros	1120	P	29.662		29.662
1. 1. 2. 1. 02. 2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	10.306.229		10.306.229
		1120	P	24.047.868		24.047.868
1. 1. 2. 1. 02. 2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1000	P	1.015.229		1.015.229
		1120	P	2.368.866		2.368.866
1. 1. 2. 1. 02. 3.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	892.670		892.670
		1106	P	520.724		520.724
		1120	P	1.562.174		1.562.174
1. 1. 2. 1. 02. 4.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	1.773.569		1.773.569

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"							Recursos de Todas as Fontes	
Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total		
		1106	P	1.034.582		1.034.582		
		1120	P	3.103.745		3.103.745		
1. 1. 2. 1. 03. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos			41.957.324		41.957.324		
1. 1. 2. 1. 03. 0.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	1000	P	12.587.197		12.587.197		
		1025	P	23.496.102		23.496.102		
		1052	P	5.874.025		5.874.025		
1. 1. 2. 1. 04. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental			425.063.071		425.063.071		
1. 1. 2. 1. 04. 0.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	1000	P	123.603.273		123.603.273		
		1070	P	288.407.638		288.407.638		
1. 1. 2. 1. 04. 0.3	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	1000	P	3.915.648		3.915.648		
		1070	P	9.136.512		9.136.512		
1. 1. 2. 1. 05. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura			17.980.853		17.980.853		
1. 1. 2. 1. 05. 0.1	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	1000	P	5.394.256		5.394.256		
		1052	P	12.586.597		12.586.597		
1. 1. 2. 1. 06. 0.0	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX			649.075.026		649.075.026		
1. 1. 2. 1. 06. 0.1	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - Principal	1000	P	194.722.508		194.722.508		
		1032	P	454.352.518		454.352.518		
1. 1. 2. 1. 07. 0.0	Taxa de Utilização do Mercante - TUM			21.375.575		21.375.575		
1. 1. 2. 1. 07. 0.1	Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal	1000	P	6.412.673		6.412.673		
		1032	P	14.962.902		14.962.902		
1. 1. 2. 2. 00. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços			1.267.562.556		1.267.562.556		
1. 1. 2. 2. 01. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral			247.503.290		247.503.290		
1. 1. 2. 2. 01. 0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1000	P	74.250.988		74.250.988		
		1015	P	165.866.108		165.866.108		
		1052	P	7.386.194		7.386.194		
1. 1. 2. 2. 02. 0.0	Emolumentos e Custas Judiciais			1.020.059.266		1.020.059.266		
1. 1. 2. 2. 02. 0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	1000	P	305.401.724		305.401.724		
		1027	P	712.604.024		712.604.024		
1. 1. 2. 2. 02. 0.2	Emolumentos e Custas Judiciais - Multas e Juros	1027	P	141.314		141.314		
1. 1. 2. 2. 02. 0.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	1000	P	462.882		462.882		
		1027	P	1.080.059		1.080.059		
1. 1. 2. 2. 02. 0.4	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multas e Juros	1027	P	369.263		369.263		
1. 2. 0. 0. 00. 0.0	Contribuições			94.440.108.805	1.287.516.725.026	1.381.956.833.831		
1. 2. 1. 0. 00. 0.0	Contribuições Sociais			67.717.321.504	1.287.516.725.026	1.355.234.046.530		
1. 2. 1. 1. 00. 0.0	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS			4.289.110.780	373.722.864.446	378.011.975.226		
	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			2.447.736.833	373.431.937.802	375.879.674.635		
1. 2. 1. 1. 01. 0.0	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL	1002	P		354.816.053.170	354.816.053.170		
		9002	P		15.029.576.173	15.029.576.173		
1. 2. 1. 1. 01. 0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1002	P		1.292.865.690	1.292.865.690		
1. 2. 1. 1. 01. 0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1002	P		2.177.224.598	2.177.224.598		
1. 2. 1. 1. 01. 0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	2.184.047.182		2.184.047.182		
1. 2. 1. 1. 01. 0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1002	P		116.218.171	116.218.171		

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 1. 01. 0.8	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	263.689.651 1.072.570	1.647.024	263.689.651 2.719.594
1. 2. 1. 1. 02. 0.0	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL					
1. 2. 1. 1. 02. 0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1002	P		1.251.287	1.251.287
1. 2. 1. 1. 02. 0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1002	P		395.737	395.737
1. 2. 1. 1. 02. 0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	1.072.570 1.840.301.377	289.279.620	1.072.570 2.129.580.997
1. 2. 1. 1. 49. 0.0	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos					
1. 2. 1. 1. 49. 0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal	1002	P		20.053.475	20.053.475
1. 2. 1. 1. 49. 0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros do Principal	1032	P	802.405.484		802.405.484
1. 2. 1. 1. 49. 0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1002	P		269.226.145	269.226.145
1. 2. 1. 1. 49. 0.8	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	1031	P	1.037.895.893 29.294.168.622	71.549.808.236	1.037.895.893 100.843.976.858
1. 2. 1. 2. 00. 0.0	Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP					
1. 2. 1. 2. 01. 0.0	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			26.921.754.408	67.082.307.942	94.004.062.350
1. 2. 1. 2. 01. 0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1040 1041 9040 9041	P P P P		64.760.909.777 25.184.798.246 1.888.611.541	64.760.909.777 25.184.798.246 1.888.611.541
1. 2. 1. 2. 01. 0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1040 1041	P P		78.926.174 30.693.512	78.926.174 30.693.512
1. 2. 1. 2. 01. 0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1040 1041	P P		348.324.279 135.459.442	348.324.279 135.459.442
1. 2. 1. 2. 01. 0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	781.942.278		781.942.278
1. 2. 1. 2. 01. 0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1040 1041	P P		5.536.171 2.152.956	5.536.171 2.152.956
1. 2. 1. 2. 01. 0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	52.247.930 1.776.326.599	4.393.468.727	52.247.930 6.169.795.326
1. 2. 1. 2. 02. 0.0	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL					
1. 2. 1. 2. 02. 0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1040 1041	P P		4.174.776.436 1.623.524.170	4.174.776.436 1.623.524.170
1. 2. 1. 2. 02. 0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1040	P		147.333.700	147.333.700

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"							Recursos de Todas as Fontes
Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total	
		1041	P	57.296.439		57.296.439	
1. 2. 1. 2. 02. 0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1040	P		60.083.394	60.083.394	
		1041	P	23.365.764		23.365.764	
1. 2. 1. 2. 02. 0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	56.842.758		56.842.758	
1. 2. 1. 2. 02. 0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1040	P		11.275.197	11.275.197	
		1041	P	4.384.799		4.384.799	
1. 2. 1. 2. 02. 0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	10.912.669		10.912.669	
1. 2. 1. 2. 49. 0.0	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos			596.087.615	74.031.567	670.119.182	
1. 2. 1. 2. 49. 0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal	1040	P		5.449.953	5.449.953	
		1041	P	2.119.426		2.119.426	
1. 2. 1. 2. 49. 0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros do Principal	1032	P	303.108.626		303.108.626	
1. 2. 1. 2. 49. 0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1040	P		68.581.614	68.581.614	
		1041	P	26.670.627		26.670.627	
1. 2. 1. 2. 49. 0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	1031	P	264.188.936		264.188.936	
1. 2. 1. 3. 00. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL			1.877.858.371	176.813.468.320	178.691.326.691	
1. 2. 1. 3. 01. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			1.063.089.472	166.776.072.899	167.839.162.371	
1. 2. 1. 3. 01. 0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1001	P		150.032.825.253	150.032.825.253	
		9001	P		15.450.876.228	15.450.876.228	
1. 2. 1. 3. 01. 0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1001	P		422.356.264	422.356.264	
1. 2. 1. 3. 01. 0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1001	P		847.426.663	847.426.663	
1. 2. 1. 3. 01. 0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	990.799.360		990.799.360	
1. 2. 1. 3. 01. 0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1001	P		22.588.491	22.588.491	
1. 2. 1. 3. 01. 0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	72.290.112		72.290.112	
				74.004.354	9.838.896.797	9.912.901.151	
1. 2. 1. 3. 02. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL						
1. 2. 1. 3. 02. 0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1001	P		9.534.807.908	9.534.807.908	
1. 2. 1. 3. 02. 0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1001	P		143.427.338	143.427.338	
1. 2. 1. 3. 02. 0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1001	P		130.246.527	130.246.527	
1. 2. 1. 3. 02. 0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	73.742.019		73.742.019	
1. 2. 1. 3. 02. 0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1001	P		30.415.024	30.415.024	
1. 2. 1. 3. 02. 0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	262.335		262.335	
1. 2. 1. 3. 49. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos			740.764.545	198.498.624	939.263.169	
1. 2. 1. 3. 49. 0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal	1001	P		6.980.672	6.980.672	

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 3. 49. 0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros do Principal	1032	P	240.113.863		240.113.863
1. 2. 1. 3. 49. 0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1001	P		191.517.952	191.517.952
1. 2. 1. 3. 49. 0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	1031	P	500.650.682		500.650.682
1. 2. 1. 4. 00. 0.0	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS				631.001.882.234	631.001.882.234
1. 2. 1. 4. 01. 0.0	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado				441.397.851.858	441.397.851.858
1. 2. 1. 4. 01. 1.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054 9054	P P		342.086.215.317 2.301.675.769	342.086.215.317 2.301.675.769
1. 2. 1. 4. 01. 1.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1054	P		4.072.355.008	4.072.355.008
1. 2. 1. 4. 01. 1.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P		3.375.164.786	3.375.164.786
1. 2. 1. 4. 01. 1.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P		1.054.328.722	1.054.328.722
1. 2. 1. 4. 01. 2.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054	P		84.424.148.645	84.424.148.645
1. 2. 1. 4. 01. 2.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1054	P		2.302.508.626	2.302.508.626
1. 2. 1. 4. 01. 2.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P		1.349.152.552	1.349.152.552
1. 2. 1. 4. 01. 2.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P		432.302.433	432.302.433
1. 2. 1. 4. 02. 0.0	Contribuição Previdenciária do Segurado				189.604.030.376	189.604.030.376
1. 2. 1. 4. 02. 0.1	Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	1054	P		185.472.608.725	185.472.608.725
1. 2. 1. 4. 02. 0.2	Contribuição Previdenciária do Segurado - Multas e Juros	1054	P		2.048.684.579	2.048.684.579
1. 2. 1. 4. 02. 0.3	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	1054	P		1.612.832.027	1.612.832.027
1. 2. 1. 4. 02. 0.4	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P		469.905.045	469.905.045
1. 2. 1. 5. 00. 0.0	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social			465.920	28.174.562.977	28.175.028.897
1. 2. 1. 5. 01. 0.0	Contribuição do Servidor Civil			465.920	18.130.319.198	18.130.785.118
1. 2. 1. 5. 01. 1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	1055 1056	P P		105.829.130 11.681.074.459	105.829.130 11.681.074.459
1. 2. 1. 5. 01. 1.5	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal	1056	P		512.586	512.586
1. 2. 1. 5. 01. 1.6	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Juros do Principal	1032	P	465.920		465.920
1. 2. 1. 5. 01. 2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	1055 1056	P P		95.835.565 4.731.205.714	95.835.565 4.731.205.714
1. 2. 1. 5. 01. 3.1	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1056	P		1.212.560.881	1.212.560.881
1. 2. 1. 5. 01. 4.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	1056	P		181.698.026	181.698.026
1. 2. 1. 5. 01. 5.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	1056	P		109.527.335	109.527.335
1. 2. 1. 5. 01. 6.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1056	P		12.075.502	12.075.502
1. 2. 1. 5. 04. 0.0	Contribuição para o Custeio das Pensões e/ou da Inatividade dos Militares				10.044.243.779	10.044.243.779
1. 2. 1. 5. 04. 1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	1023	P		9.497.193.100	9.497.193.100
1. 2. 1. 5. 04. 2.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal	1024	P		370.068.046	370.068.046

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 5. 04. 3.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal	1024	P		176.982.633	176.982.633
1. 2. 1. 6. 00. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica				2.169.498.693	2.169.498.693
1. 2. 1. 6. 01. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares				32.335.685	32.335.685
1. 2. 1. 6. 01. 1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	1006	P		32.335.685	32.335.685
1. 2. 1. 6. 02. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares				23.803.118	23.803.118
1. 2. 1. 6. 02. 1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	1126	P		23.803.118	23.803.118
1. 2. 1. 6. 05. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas				2.113.359.890	2.113.359.890
1. 2. 1. 6. 05. 1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	1005	P		2.113.359.890	2.113.359.890
1. 2. 1. 7. 00. 0.0	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios				4.033.146.173	4.033.146.173
1. 2. 1. 7. 01. 0.0	Contribuição sobre a Loteria Federal				48.940.394	48.940.394
1. 2. 1. 7. 01. 1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	1123	P		48.940.394	48.940.394
1. 2. 1. 7. 02. 0.0	Contribuição sobre Loterias Esportivas				6.102.639	6.102.639
1. 2. 1. 7. 02. 1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	1123	P		6.102.639	6.102.639
1. 2. 1. 7. 04. 0.0	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos				3.960.636.979	3.960.636.979
1. 2. 1. 7. 04. 1.1	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1123	P		3.960.636.979	3.960.636.979
1. 2. 1. 7. 06. 0.0	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico				17.466.161	17.466.161
1. 2. 1. 7. 06. 1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1122	P		12.091.957	12.091.957
		1123	P		5.374.204	5.374.204
1. 2. 1. 9. 00. 0.0	Outras Contribuições Sociais			32.255.717.811	51.493.947	32.307.211.758
1. 2. 1. 9. 01. 0.0	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas			317.658	317.656	635.314
1. 2. 1. 9. 01. 1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	1000	P	94.717		94.717
		1003	P		315.722	315.722
		1083	P	221.006		221.006
1. 2. 1. 9. 01. 1.2	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	1003	P		1.934	1.934
		1083	P	1.935		1.935
1. 2. 1. 9. 03. 0.0	Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS			52.423.170		52.423.170
1. 2. 1. 9. 03. 1.1	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	1000	P	14.484.522		14.484.522
		1084	P	33.797.218		33.797.218
1. 2. 1. 9. 03. 2.1	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	1000	P	1.242.429		1.242.429
		1084	P	2.899.001		2.899.001
1. 2. 1. 9. 04. 0.0	Contribuição Social do Salário-Educação			31.704.757.468		31.704.757.468
1. 2. 1. 9. 04. 1.1	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	1133	P	12.390.300.086		12.390.300.086
		1213	P	18.585.450.129		18.585.450.129
1. 2. 1. 9. 04. 1.2	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	1133	P	64.116.228		64.116.228
		1213	P	96.174.343		96.174.343
1. 2. 1. 9. 04. 1.3	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	1133	P	179.818.286		179.818.286
		1213	P	269.727.430		269.727.430
1. 2. 1. 9. 04. 1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	1133	P	47.668.386		47.668.386
		1213	P	71.502.580		71.502.580
1. 2. 1. 9. 05. 0.0	Contribuição para o Ensino Aeroviário			300.142.222		300.142.222
1. 2. 1. 9. 05. 1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	1000	P	88.856.819		88.856.819
		1089	P	207.332.576		207.332.576
1. 2. 1. 9. 05. 1.2	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Multas e Juros	1089	P	2.808.923		2.808.923
1. 2. 1. 9. 05. 1.3	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	1000	P	280.331		280.331
		1089	P	654.107		654.107

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 9. 05. 1.4	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa - Multas e Juros	1089	P	209.466		209.466
1. 2. 1. 9. 06. 0.0	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo			197.385.040		197.385.040
1. 2. 1. 9. 06. 1.1	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	1000	P	57.001.119		57.001.119
		1052	P	133.002.610		133.002.610
1. 2. 1. 9. 06. 1.2	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Multas e Juros	1052	P	820.813		820.813
1. 2. 1. 9. 06. 1.3	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	1000	P	1.331.205		1.331.205
		1052	P	3.106.146		3.106.146
1. 2. 1. 9. 06. 1.4	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa - Multas e Juros	1052	P	2.123.147		2.123.147
1. 2. 1. 9. 07. 0.0	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais			692.253		692.253
1. 2. 1. 9. 07. 1.1	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	1000	P	207.676		207.676
		1052	P	484.577		484.577
1. 2. 1. 9. 99. 0.0	Demais Contribuições Sociais				51.176.291	51.176.291
1. 2. 1. 9. 99. 1.1	Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal	1054	P		51.176.291	51.176.291
1. 2. 2. 0. 00. 0.0	Contribuições Econômicas			26.722.787.301		26.722.787.301
1. 2. 2. 1. 00. 0.0	Contribuições Econômicas			26.722.787.301		26.722.787.301
1. 2. 2. 1. 02. 0.0	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários			337.845.148		337.845.148
1. 2. 2. 1. 02. 0.1	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	1000	P	101.353.544		101.353.544
		1032	P	236.491.604		236.491.604
1. 2. 2. 1. 03. 0.0	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas			163.149		163.149
1. 2. 2. 1. 03. 0.1	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	1000	P	45.133		45.133
		1075	P	105.309		105.309
1. 2. 2. 1. 03. 0.2	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	1075	P	1.466		1.466
1. 2. 2. 1. 03. 0.4	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	1075	P	11.241		11.241
1. 2. 2. 1. 04. 0.0	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE			1.169.610.063		1.169.610.063
1. 2. 2. 1. 04. 0.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	1000	P	350.427.756		350.427.756
		1029	P	817.664.764		817.664.764
1. 2. 2. 1. 04. 0.2	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e Juros	1029	P	1.373		1.373
1. 2. 2. 1. 04. 0.3	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa	1000	P	454.851		454.851
		1029	P	1.061.319		1.061.319
1. 2. 2. 1. 05. 0.0	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM			6.523.748.890		6.523.748.890
1. 2. 2. 1. 05. 0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	1000	P	1.952.098.487		1.952.098.487
		1052	P	68.323.447		68.323.447
		1090	P	18.219.586		18.219.586
		1091	P	3.876.216.894		3.876.216.894
		1103	P	109.317.515		109.317.515
		1115	P	455.489.647		455.489.647
		1118	P	27.329.379		27.329.379
1. 2. 2. 1. 05. 0.2	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	1032	P	16.753.935		16.753.935
1. 2. 2. 1. 06. 0.0	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica			1.301.842.213		1.301.842.213
1. 2. 2. 1. 06. 0.1	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	1000	P	390.552.664		390.552.664

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1080	P	303.763.183		303.763.183
		1104	P	121.505.273		121.505.273
		1108	P	486.021.093		486.021.093
1. 2. 2. 1. 07. 0.0	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior			10.232.031.699		10.232.031.699
1. 2. 2. 1. 07. 0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1000	P	2.782.802.646		2.782.802.646
		1097	P	389.592.371		389.592.371
		1098	P	909.048.865		909.048.865
		1099	P	389.592.371		389.592.371
		1100	P	909.048.865		909.048.865
		1101	P	2.077.825.977		2.077.825.977
		1102	P	519.456.494		519.456.494
		1118	P	1.298.641.236		1.298.641.236
		9000	P	283.338.107		283.338.107
		9097	P	39.667.335		39.667.335
		9098	P	92.557.115		92.557.115
		9099	P	39.667.335		39.667.335
		9100	P	92.557.115		92.557.115
		9101	P	211.559.120		211.559.120
		9102	P	52.889.780		52.889.780
		9118	P	132.224.450		132.224.450
1. 2. 2. 1. 07. 0.2	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	1032	P	9.088.716		9.088.716
1. 2. 2. 1. 07. 0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	1000	P	414.022		414.022
		1097	P	57.963		57.963
		1098	P	135.247		135.247
		1099	P	57.963		57.963
		1100	P	135.247		135.247
		1101	P	309.136		309.136
		1102	P	77.284		77.284
		1118	P	193.210		193.210
1. 2. 2. 1. 07. 0.4	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	1031	P	937.778		937.778
		1032	P	155.951		155.951
1. 2. 2. 1. 08. 0.0	Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante - CIDE Combustíveis			3.038.126.965		3.038.126.965
1. 2. 2. 1. 08. 1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	1000	P	4.831.640		4.831.640
		1011	P	11.273.827		11.273.827
		1211	P	6.578.290		6.578.290
1. 2. 2. 1. 08. 2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	1000	P	641.648.913		641.648.913
		1011	P	1.497.180.795		1.497.180.795
		1211	P	873.606.501		873.606.501
1. 2. 2. 1. 08. 2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	1000	P	213.507		213.507
		1011	P	498.184		498.184
		1211	P	290.690		290.690
1. 2. 2. 1. 08. 2.7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	1032	P	145.577		145.577
		1211	P	59.461		59.461
1. 2. 2. 1. 08. 2.8	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	1031	P	1.277.702		1.277.702
		1211	P	521.878		521.878
1. 2. 2. 1. 09. 0.0	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações			1.007.599.767		1.007.599.767
1. 2. 2. 1. 09. 1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	1000	P	160.245.275		160.245.275

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a" Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1052	P	373.905.642		373.905.642
1. 2. 2. 1. 09. 1.3	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	1000	P	1.493.534		1.493.534
		1052	P	3.484.914		3.484.914
1. 2. 2. 1. 09. 2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	1000	P	139.128.364		139.128.364
		1052	P	259.706.280		259.706.280
		1118	P	64.926.570		64.926.570
1. 2. 2. 1. 09. 2.2	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	1052	P	1.059.423		1.059.423
		1118	P	264.856		264.856
1. 2. 2. 1. 09. 2.3	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	1000	P	1.015.473		1.015.473
		1052	P	1.895.549		1.895.549
		1118	P	473.887		473.887
1. 2. 2. 1. 10. 0.0	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública			336.288.649		336.288.649
1. 2. 2. 1. 10. 0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	1000	P	100.756.494		100.756.494
		1037	P	235.098.486		235.098.486
1. 2. 2. 1. 10. 0.3	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	1000	P	130.101		130.101
		1037	P	303.568		303.568
1. 2. 2. 1. 11. 0.0	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática			91.994.574		91.994.574
1. 2. 2. 1. 11. 1.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	1000	P	9.113.688		9.113.688
		1104	P	4.253.054		4.253.054
		1112	P	17.012.218		17.012.218
1. 2. 2. 1. 11. 1.2	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e Juros	1104	P	90.277		90.277
		1112	P	361.108		361.108
1. 2. 2. 1. 11. 2.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	1000	P	18.349.269		18.349.269
		1104	P	8.562.992		8.562.992
		1110	P	34.251.968		34.251.968
1. 2. 2. 1. 12. 0.0	Contribuições Relativas às Atividades Rurais e Industriais Rurais			2.627.188.269		2.627.188.269
1. 2. 2. 1. 12. 1.1	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Principal	1000	P	765.436.604		765.436.604
		1026	P	267.902.812		267.902.812
		1052	P	1.518.115.932		1.518.115.932
1. 2. 2. 1. 12. 1.2	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Multas e Juros	1026	P	2.442.793		2.442.793
		1052	P	13.842.494		13.842.494
1. 2. 2. 1. 12. 1.3	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	1000	P	15.209.188		15.209.188
		1026	P	5.323.216		5.323.216
		1052	P	30.164.890		30.164.890
1. 2. 2. 1. 12. 1.4	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	1026	P	1.312.551		1.312.551
		1052	P	7.437.789		7.437.789
1. 2. 2. 1. 13. 0.0	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária			36.213.178		36.213.178
1. 2. 2. 1. 13. 0.1	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária - Principal	1000	P	10.863.953		10.863.953
		1026	P	3.802.384		3.802.384
		1052	P	21.546.841		21.546.841
1. 2. 2. 1. 99. 0.0	Outras Contribuições Econômicas			20.134.737		20.134.737
1. 2. 2. 1. 99. 1.2	Outras Contribuições Econômicas – Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Multas e Juros	1032	P	21.506		21.506
1. 2. 2. 1. 99. 2.4	Outras Contribuições Econômicas – Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	1031	P	19.742.863		19.742.863
		1032	P	370.368		370.368

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"							Recursos de Todas as Fontes	
Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total		
1.3.0.0.00.0.0	Receita Patrimonial			213.971.972.334	11.584.241.408	225.556.213.742		
1.3.1.0.00.0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			4.119.258.131	24.125.440	4.143.383.571		
1.3.1.1.00.0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			4.119.258.131	24.125.440	4.143.383.571		
1.3.1.1.01.0.0	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmiros, Tarifas de Ocupação			2.106.228.541	24.037.985	2.130.266.526		
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1000	P	55.990.873		55.990.873		
		1038	P	9.106.537		9.106.537		
		1049	P		24.037.985	24.037.985		
		1050	P	460.230.758		460.230.758		
		1074	P	694.236.174		694.236.174		
		1104	P	6.132		6.132		
		1136	P	24.528		24.528		
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1000	P	47.551		47.551		
		1033	P	60.653		60.653		
		1050	P	1.340.402		1.340.402		
1.3.1.1.01.2.1	Foros, Laudêmiros e Tarifas de Ocupação - Principal	1000	P	586.370.917		586.370.917		
		1033	P	18.915.191		18.915.191		
		1286	P	151.321.527		151.321.527		
1.3.1.1.01.2.2	Foros, Laudêmiros e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	1033	P	23.663.406		23.663.406		
1.3.1.1.01.2.3	Foros, Laudêmiros e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	1000	P	81.308.267		81.308.267		
		1033	P	2.622.847		2.622.847		
		1286	P	20.982.778		20.982.778		
1.3.1.1.02.0.0	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos			2.011.409.857	87.455	2.011.497.312		
1.3.1.1.02.0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1038	P	13.145.239		13.145.239		
		1049	P		87.455	87.455		
		1050	P	17.332.407		17.332.407		
		1087	P	1.980.600.000		1.980.600.000		
1.3.1.1.02.0.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	1000	P	70.152		70.152		
		1033	P	259.172		259.172		
		1038	P	1.877		1.877		
		1050	P	1.010		1.010		
1.3.1.1.99.0.0	Outras Receitas Imobiliárias			1.619.733		1.619.733		
1.3.1.1.99.0.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	1000	P	1.619.733		1.619.733		
1.3.2.0.00.0.0	Valores Mobiliários			57.487.080.124	4.794.213.950	62.281.294.074		
1.3.2.1.00.0.0	Juros e Correções Monetárias			23.800.421.021	4.647.860.642	28.448.281.663		
1.3.2.1.01.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários			14.689.291.229	3.865.125.739	18.554.416.968		
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1019	F	81.028.988		81.028.988		
		1049	F		3.865.125.739	3.865.125.739		
		1050	F	14.224.439.956		14.224.439.956		
		1065	F	47.062.704		47.062.704		
		1083	F	190.836.212		190.836.212		
		1134	F	145.923.369		145.923.369		
1.3.2.1.02.0.0	Remuneração de Depósitos Especiais				511.639.269	511.639.269		
1.3.2.1.02.0.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	1049	F		511.639.269	511.639.269		
1.3.2.1.03.0.0	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados				271.095.634	271.095.634		
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	1049	F		271.095.634	271.095.634		
1.3.2.1.05.0.0	Juros de Títulos de Renda			1.373.615.264		1.373.615.264		
1.3.2.1.05.0.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	1050	F	1.373.615.264		1.373.615.264		
1.3.2.1.06.0.0	Juros sobre o Capital Próprio			7.737.514.528		7.737.514.528		
1.3.2.1.06.0.1	Juros sobre o Capital Próprio - Principal	1401	P	7.737.514.528		7.737.514.528		
1.3.2.2.00.0.0	Dividendos			33.686.659.103	146.353.308	33.833.012.411		
1.3.2.2.01.0.0	Dividendos			33.686.659.103	146.353.308	33.833.012.411		
1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	1049	P		146.353.308	146.353.308		
		1050	P	5.953.226		5.953.226		
		1401	P	33.680.703.897		33.680.703.897		
1.3.2.2.01.0.2	Dividendos - Multas e Juros	1050	P	1.980		1.980		
1.3.3.0.00.0.0	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença			41.641.806.042		41.641.806.042		

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 3. 3. 1. 00. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte			458.204.520		458.204.520
1. 3. 3. 1. 01. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário			2.331.889		2.331.889
1. 3. 3. 1. 01. 0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	1052	P	2.331.889		2.331.889
1. 3. 3. 1. 02. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário			455.872.631		455.872.631
1. 3. 3. 1. 02. 0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	1052	P	455.872.631		455.872.631
1. 3. 3. 2. 00. 0.0	Delegação dos Serviços de Infraestrutura			37.128.423.084		37.128.423.084
1. 3. 3. 2. 02. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário			34.500.000.000		34.500.000.000
1. 3. 3. 2. 02. 0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal	1052	P	34.500.000.000		34.500.000.000
1. 3. 3. 2. 03. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário			169.170.000		169.170.000
1. 3. 3. 2. 03. 0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	1052	P	169.170.000		169.170.000
1. 3. 3. 2. 04. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária			2.459.253.084		2.459.253.084
1. 3. 3. 2. 04. 0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	1052	P	2.459.253.084		2.459.253.084
1. 3. 3. 3. 00. 0.0	Delegação dos Serviços de Telecomunicação			335.750.223		335.750.223
1. 3. 3. 3. 01. 0.0	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público			334.403.425		334.403.425
1. 3. 3. 3. 01. 1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1029	P	16.711.059		16.711.059
		1044	P	167.110.591		167.110.591
		1120	P	150.399.531		150.399.531
1. 3. 3. 3. 01. 1.3	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1029	P	9.112		9.112
		1044	P	91.122		91.122
		1120	P	82.010		82.010
1. 3. 3. 3. 03. 0.0	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens			907.270		907.270
1. 3. 3. 3. 03. 1.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1029	P	45.364		45.364
		1044	P	453.634		453.634
		1120	P	408.272		408.272
1. 3. 3. 3. 04. 0.0	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência			374.947		374.947
1. 3. 3. 3. 04. 1.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1029	P	18.747		18.747
		1044	P	187.474		187.474
		1120	P	168.726		168.726
1. 3. 3. 3. 05. 0.0	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro			16.179		16.179
1. 3. 3. 3. 05. 0.1	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	1106	P	4.045		4.045
		1120	P	12.134		12.134
1. 3. 3. 3. 06. 0.0	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência			279		279
1. 3. 3. 3. 06. 1.1	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1044	P	279		279
1. 3. 3. 3. 99. 0.0	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação			48.123		48.123
1. 3. 3. 3. 99. 1.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1029	P	402		402
		1044	P	4.020		4.020
		1120	P	3.618		3.618
1. 3. 3. 3. 99. 2.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1029	P	2.004		2.004

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1044	P	20.041		20.041
		1106	P	8.017		8.017
		1119	P	2.004		2.004
		1120	P	8.017		8.017
1. 3. 3. 4. 00. 0.0	Concessão para Prestação de Serviços de Energia Elétrica			3.719.428.215		3.719.428.215
1. 3. 3. 4. 01. 0.0	Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica			3.719.428.215		3.719.428.215
1. 3. 3. 4. 01. 0.1	Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica - Principal					
1. 3. 4. 0. 00. 0.0	Exploração de Recursos Naturais	1000	P	3.719.428.215		3.719.428.215
1. 3. 4. 1. 00. 0.0	Petróleo - Regime de Concessão			104.933.619.468	703.296.494	105.636.915.962
1. 3. 4. 1. 01. 0.0	Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão			70.684.873.097	703.296.494	71.388.169.591
1. 3. 4. 1. 01. 0.0	Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão			483.440.379		483.440.379
1. 3. 4. 1. 01. 2.1	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	1052	P	483.440.379		483.440.379
1. 3. 4. 1. 02. 0.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			18.337.204.155	211.126.138	18.548.330.293
1. 3. 4. 1. 02. 1.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	1242	P	1.106.333.040		1.106.333.040
1. 3. 4. 1. 02. 2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1014	P	732.495.863		732.495.863
		1042	P	732.495.863		732.495.863
		1242	P	5.859.966.901		5.859.966.901
1. 3. 4. 1. 02. 3.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1077	P	1.178.903.172		1.178.903.172
		1242	P	4.715.612.686		4.715.612.686
1. 3. 4. 1. 02. 4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1008	P	633.378.415		633.378.415
		1035	P		211.126.138	211.126.138
		1242	P	3.378.018.215		3.378.018.215
1. 3. 4. 1. 03. 0.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			17.725.819.920	422.252.274	18.148.072.194
1. 3. 4. 1. 03. 1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	1014	P	117.417.223		117.417.223
		1042	P	117.417.223		117.417.223
		1242	P	704.503.339		704.503.339
1. 3. 4. 1. 03. 2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1014	P	1.463.219.080		1.463.219.080
		1042	P	1.463.219.080		1.463.219.080
		1242	P	4.389.657.240		4.389.657.240
1. 3. 4. 1. 03. 3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1077	P	850.517.441		850.517.441
		1104	P	283.505.814		283.505.814
		1107	P	1.134.023.254		1.134.023.254
		1242	P	3.402.069.762		3.402.069.762
1. 3. 4. 1. 03. 4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1008	P	1.266.756.821		1.266.756.821
		1035	P		422.252.274	422.252.274
		1242	P	2.533.513.643		2.533.513.643
1. 3. 4. 1. 04. 0.0	Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			34.138.360.434	69.918.082	34.208.278.516
1. 3. 4. 1. 04. 1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	1028	P	24.896.588		24.896.588

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1045	P	5.334.983		5.334.983
		1046	P	5.334.983		5.334.983
		1072	P	5.334.983		5.334.983
		1078	P	3.556.655		3.556.655
		1242	P	44.458.192		44.458.192
1.3.4.1.04.2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1014	P	7.180.655.126		7.180.655.126
		1042	P	7.180.655.126		7.180.655.126
		1242	P	14.361.310.251		14.361.310.251
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1028	P	1.354.471.152		1.354.471.152
		1045	P	290.243.818		290.243.818
		1046	P	290.243.818		290.243.818
		1072	P	290.243.818		290.243.818
		1078	P	193.495.879		193.495.879
		1242	P	2.418.698.486		2.418.698.486
1.3.4.1.04.4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1008	P	209.754.247		209.754.247
		1035	P		69.918.082	69.918.082
		1242	P	279.672.329		279.672.329
1.3.4.1.05.0.0	Participação do Proprietário da Terra - Contrato de Concessão			48.209		48.209
1.3.4.1.05.0.1	Participação do Proprietário da Terra - Contrato de Concessão - Principal	1000	P	48.209		48.209
1.3.4.3.00.0.0	Petróleo - Regime de Partilha de Produção			23.683.592.726		23.683.592.726
1.3.4.3.02.0.0	Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012			23.683.592.726		23.683.592.726
1.3.4.3.02.4.1	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	1076	P	7.894.530.909		7.894.530.909
		1242	P	15.789.061.817		15.789.061.817
1.3.4.4.00.0.0	Exploração de Recursos Minerais			6.847.728.985		6.847.728.985
1.3.4.4.01.0.0	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral			58.756.400		58.756.400
1.3.4.4.01.0.1	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	1052	P	56.213.778		56.213.778
1.3.4.4.01.0.3	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	1052	P	2.542.622		2.542.622
1.3.4.4.02.0.0	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais			6.788.972.585		6.788.972.585
1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	1053	P	473.961.076		473.961.076
		1092	P	13.541.745		13.541.745
		1104	P	13.541.745		13.541.745
		1105	P	54.166.980		54.166.980
		1113	P	121.875.705		121.875.705
		1241	P	6.093.785.270		6.093.785.270
1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	1053	P	1.267.004		1.267.004
		1092	P	36.200		36.200
		1104	P	36.200		36.200
		1105	P	144.801		144.801
		1113	P	325.801		325.801
		1241	P	16.290.058		16.290.058
1.3.4.5.00.0.0	Exploração de Recursos Hídricos			3.664.229.660		3.664.229.660
1.3.4.5.01.0.0	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos			151.360.841		151.360.841
1.3.4.5.01.0.1	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	1016	P	151.360.841		151.360.841
1.3.4.5.03.0.0	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos			3.512.868.819		3.512.868.819
1.3.4.5.03.1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	1053	P	37.060.171		37.060.171
		1066	P	37.060.171		37.060.171
		1104	P	9.882.712		9.882.712
		1109	P	39.530.849		39.530.849

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1235	P	1.111.805.125		1.111.805.125
1. 3. 4. 5. 03. 2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	1053	P	61.005.262		61.005.262
		1066	P	61.005.262		61.005.262
		1071	P	244.021.049		244.021.049
		1104	P	16.268.070		16.268.070
		1109	P	65.072.280		65.072.280
		1234	P	1.830.157.868		1.830.157.868
1. 3. 4. 6. 00. 0.0	Exploração de Recursos Florestais			53.195.000		53.195.000
1. 3. 4. 6. 01. 0.0	Concessão de Florestas Nacionais			53.195.000		53.195.000
1. 3. 4. 6. 01. 1.1	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	1052	P	18.253.545		18.253.545
1. 3. 4. 6. 01. 1.2	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Multas e Juros	1052	P	397.498		397.498
1. 3. 4. 6. 01. 2.1	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	1067	P	13.444.502		13.444.502
		1068	P	6.722.251		6.722.251
		1229	P	13.444.502		13.444.502
1. 3. 4. 6. 01. 2.2	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	1067	P	373.081		373.081
		1068	P	186.540		186.540
		1229	P	373.081		373.081
1. 3. 5. 0. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Intangível			80.974		80.974
1. 3. 5. 1. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Intangível			80.974		80.974
1. 3. 5. 1. 02. 0.0	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial			8.087		8.087
1. 3. 5. 1. 02. 0.1	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal	1050	P	8.087		8.087
1. 3. 5. 1. 04. 0.0	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida			72.887		72.887
1. 3. 5. 1. 04. 0.1	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	1050	P	72.887		72.887
1. 3. 6. 0. 00. 0.0	Cessão de Direitos			2.130.251.143	6.062.605.524	8.192.856.667
1. 3. 6. 1. 00. 0.0	Cessão de Direitos			2.130.251.143	6.062.605.524	8.192.856.667
1. 3. 6. 1. 01. 0.0	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos			2.130.251.143	6.062.605.524	8.192.856.667
1. 3. 6. 1. 01. 1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal	1000	P	1.142.639.622		1.142.639.622
		1049	P		6.062.040.269	6.062.040.269
		1050	P	512.191.033		512.191.033
1. 3. 6. 1. 01. 1.2	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Multas e Juros	1049	P		565.255	565.255
1. 3. 6. 1. 01. 2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1000	P	150.000.000		150.000.000
		1138	P	325.420.488		325.420.488
1. 3. 9. 0. 00. 0.0	Demais Receitas Patrimoniais			3.659.876.452		3.659.876.452
1. 3. 9. 1. 00. 0.0	Participação da União em Receita de Serviços			3.652.850.482		3.652.850.482
1. 3. 9. 1. 01. 0.0	Participação da União em Receita de Concursos de Prognósticos e Sorteios			3.652.850.482		3.652.850.482
1. 3. 9. 1. 01. 1.1	Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	1121	P	13.814.745		13.814.745
		1251	P	7.180.220		7.180.220
1. 3. 9. 1. 01. 2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	1034	P	8.146.890		8.146.890
		1121	P	6.309.766		6.309.766
		1251	P	4.680.388		4.680.388
1. 3. 9. 1. 01. 4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1034	P	562.539.717		562.539.717
		1121	P	1.955.168.530		1.955.168.530
		1251	P	1.058.763.776		1.058.763.776
1. 3. 9. 1. 01. 6.1	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1034	P	4.027.384		4.027.384
		1121	P	18.794.456		18.794.456
		1251	P	13.424.610		13.424.610
1. 3. 9. 9. 00. 0.0	Outras Receitas Patrimoniais			7.025.970		7.025.970
1. 3. 9. 9. 99. 0.0	Outras Receitas Patrimoniais			7.025.970		7.025.970
1. 3. 9. 9. 99. 0.1	Outras Receitas Patrimoniais - Principal	1050	P	7.025.970		7.025.970
1. 4. 0. 0. 00. 0.0	Receita Agropecuária			28.620.697		28.620.697
1. 4. 1. 0. 00. 0.0	Receita Agropecuária			28.620.697		28.620.697
1. 4. 1. 1. 00. 0.0	Receita Agropecuária			28.620.697		28.620.697
1. 4. 1. 1. 01. 0.0	Receita Agropecuária			28.620.697		28.620.697

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"				Recursos de Todas as Fontes		
Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	1038	P	357.057		357.057
		1050	P	28.263.640		28.263.640
1.5.0.0.00.0.0	Receita Industrial			9.116.530.824	391.080	9.116.921.904
1.5.1.0.00.0.0	Receita Industrial			9.116.530.824	391.080	9.116.921.904
1.5.1.1.00.0.0	Receita Industrial			9.116.530.824	391.080	9.116.921.904
1.5.1.1.01.0.0	Receita Industrial			363.732.192	391.080	364.123.272
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	1049	P		391.080	391.080
		1050	P	363.732.192		363.732.192
	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União			8.752.798.632		8.752.798.632
1.5.1.1.02.0.0	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Principal	1014	P	4.292.517.112		4.292.517.112
		1042	P	4.292.517.113		4.292.517.113
1.5.1.1.02.2.1	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Principal	1130	P	167.764.407		167.764.407
1.6.0.0.00.0.0	Receita de Serviços			30.871.434.487	21.716.439.415	52.587.873.902
1.6.1.0.00.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			3.348.513.613	70.022.740	3.418.536.353
1.6.1.1.00.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			3.348.513.613	70.022.740	3.418.536.353
	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral			1.465.724.284	29.086.694	1.494.810.978
1.6.1.1.01.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1000	P	1.418.070		1.418.070
		1038	P	93.656.271		93.656.271
		1049	P		29.086.694	29.086.694
		1050	P	1.358.499.798		1.358.499.798
		1059	P	2.777.409		2.777.409
		1116	P	8.642.616		8.642.616
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	1050	P	730.120		730.120
1.6.1.1.02.0.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos			349.656.185	38.430.000	388.086.185
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1049	P		38.430.000	38.430.000
		1050	P	349.656.185		349.656.185
1.6.1.1.03.0.0	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização			958.958.628	608.188	959.566.816
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1038	P	489.756		489.756
		1049	P		608.188	608.188
		1050	P	958.208.364		958.208.364
1.6.1.1.03.0.2	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Multas e Juros	1050	P	260.508		260.508
1.6.1.1.04.0.0	Serviços de Informação e Tecnologia			574.174.516	1.897.858	576.072.374
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1000	P	3.284.925		3.284.925
		1049	P		1.897.858	1.897.858
		1050	P	570.889.591		570.889.591
1.6.2.0.00.0.0	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			2.705.934.955		2.705.934.955
1.6.2.1.00.0.0	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			2.705.934.955		2.705.934.955
1.6.2.1.01.0.0	Serviços de Navegação			2.468.297.306		2.468.297.306
1.6.2.1.01.1.1	Serviços de Navegação Aérea - Principal	1050	P	2.244.761.157		2.244.761.157
1.6.2.1.01.2.1	Serviços de Navegação Naval - Principal	1063	P	223.536.149		223.536.149
1.6.2.1.02.0.0	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias			237.596.017		237.596.017
1.6.2.1.02.0.1	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	1050	P	237.596.017		237.596.017
1.6.2.1.03.0.0	Serviços Portuários			41.632		41.632
1.6.2.1.03.0.1	Serviços Portuários - Principal	1050	P	41.632		41.632
1.6.3.0.00.0.0	Serviços e Atividades Referentes à Saúde				263.664.147	263.664.147
1.6.3.1.00.0.0	Serviços de Atendimento à Saúde				219.556.338	219.556.338
1.6.3.1.01.0.0	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal				219.556.338	219.556.338
1.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	1049	P		219.554.442	219.554.442

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 6. 3. 1. 01. 0.2	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros	1049	P		1.896	1.896
1. 6. 3. 2. 00. 0.0	Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Civis e Militares				44.107.809	44.107.809
1. 6. 3. 2. 01. 0.0	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis				44.107.809	44.107.809
1. 6. 3. 2. 01. 0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis - Principal	1004	P		37.522.809	37.522.809
		1049	P		6.585.000	6.585.000
1. 6. 4. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Financeiras			24.788.133.581	21.382.752.528	46.170.886.109
1. 6. 4. 1. 00. 0.0	Serviços e Atividades Financeiras			24.788.133.581	21.382.752.528	46.170.886.109
1. 6. 4. 1. 01. 0.0	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros			24.639.931.337		24.639.931.337
1. 6. 4. 1. 01. 0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1000	F	316.056		316.056
		1050	F	4.075.016.232		4.075.016.232
		1052	F	52.829.352		52.829.352
		1061	F	26.726.128		26.726.128
		1114	F	2.267.752		2.267.752
		1400	F	19.697.515.757		19.697.515.757
		1401	F	785.226.922		785.226.922
1. 6. 4. 1. 01. 0.2	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	1050	F	33.138		33.138
1. 6. 4. 1. 02. 0.0	Concessão de Avais, Garantias e Seguros			148.202.244		148.202.244
1. 6. 4. 1. 02. 0.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	1052	P	126.797.580		126.797.580
1. 6. 4. 1. 02. 0.2	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros	1052	P	21.404.664		21.404.664
1. 6. 4. 1. 03. 0.0	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico				21.382.752.528	21.382.752.528
1. 6. 4. 1. 03. 0.1	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	1049	F		21.382.752.528	21.382.752.528
1. 6. 9. 0. 00. 0.0	Outros Serviços			28.852.338		28.852.338
1. 6. 9. 9. 00. 0.0	Outros Serviços			28.852.338		28.852.338
1. 6. 9. 9. 99. 0.0	Outros Serviços			28.852.338		28.852.338
1. 6. 9. 9. 99. 0.1	Outros Serviços - Principal	1050	P	28.852.338		28.852.338
1. 7. 0. 0. 00. 0.0	Transferências Correntes			163.926.551	5.967.971	169.894.522
1. 7. 2. 0. 00. 0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			22.233.261	3.711.996	25.945.257
1. 7. 2. 4. 00. 0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades			22.233.261	3.711.996	25.945.257
1. 7. 2. 4. 01. 0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			22.233.261	3.711.996	25.945.257
1. 7. 2. 4. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	22.233.261	3.711.996	25.945.257
1. 7. 3. 0. 00. 0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			8.558.555		8.558.555
1. 7. 3. 2. 00. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades			8.558.555		8.558.555
1. 7. 3. 2. 01. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			8.558.555		8.558.555
1. 7. 3. 2. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	8.558.555		8.558.555
1. 7. 4. 0. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			108.814.084		108.814.084
1. 7. 4. 1. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			108.814.084		108.814.084
1. 7. 4. 1. 01. 0.0	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União			108.814.084		108.814.084
1. 7. 4. 1. 01. 0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1050	P	74.704.778		74.704.778
		1081	P	22.103.736		22.103.736
		1096	P	12.005.570		12.005.570
1. 7. 6. 0. 00. 0.0	Transferências do Exterior			24.320.651	38.400	24.359.051
1. 7. 6. 1. 00. 0.0	Transferências do Exterior			24.320.651	38.400	24.359.051
1. 7. 6. 1. 01. 0.0	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União			24.320.651	38.400	24.359.051
1. 7. 6. 1. 01. 0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	1095	P	24.320.651	38.400	24.359.051
1. 7. 9. 0. 00. 0.0	Demais Transferências Correntes				2.212.057	2.212.057
1. 7. 9. 1. 00. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas				2.212.057	2.212.057
1. 7. 9. 1. 01. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União				2.212.057	2.212.057

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"							Recursos de Todas as Fontes	
Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total		
1. 7. 9. 1. 01. 0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1096	P		2.212.057	2.212.057		
1. 7. 9. 2. 00. 0.0	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				5.518	5.518		
1. 7. 9. 2. 01. 0.0	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				5.518	5.518		
1. 7. 9. 2. 01. 0.1	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	1094	P		5.518	5.518		
1. 9. 0. 0. 00. 0.0	Outras Receitas Correntes			72.176.919.152	3.505.568.681	75.682.487.833		
1. 9. 1. 0. 00. 0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			6.423.062.956	619.739.938	7.042.802.894		
1. 9. 1. 1. 00. 0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			6.423.062.956	619.739.938	7.042.802.894		
1. 9. 1. 1. 01. 0.0	Multas Previstas em Legislação Específica			1.876.624.571	426.351.665	2.302.976.236		
1. 9. 1. 1. 01. 0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1003	P		266.247.216	266.247.216		
		1009	P	12.074.829		12.074.829		
		1019	P	31.973.673		31.973.673		
		1032	P	6.032.949		6.032.949		
		1033	P	51.177.402		51.177.402		
		1052	P	1.010.502.830		1.010.502.830		
		1054	P		11.932.762	11.932.762		
		1088	P	12.402.973		12.402.973		
		1131	P	29.230.008		29.230.008		
1. 9. 1. 1. 01. 0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1052	P	9.593.742		9.593.742		
		1088	P	4.162		4.162		
1. 9. 1. 1. 01. 0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1003	P		148.171.687	148.171.687		
		1033	P	109.441		109.441		
		1052	P	615.005.617		615.005.617		
		1069	P	13.125.573		13.125.573		
		1088	P	8.703.023		8.703.023		
1. 9. 1. 1. 01. 0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	1033	P	9.062.808		9.062.808		
		1052	P	67.611.108		67.611.108		
		1088	P	14.433		14.433		
1. 9. 1. 1. 02. 0.0	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações			122.340.234		122.340.234		
1. 9. 1. 1. 02. 1.1	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1029	P	3.192.850		3.192.850		
		1044	P	31.928.502		31.928.502		
		1120	P	28.735.652		28.735.652		
1. 9. 1. 1. 02. 1.3	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1029	P	2.924.162		2.924.162		
		1044	P	29.241.614		29.241.614		
		1120	P	26.317.454		26.317.454		
1. 9. 1. 1. 03. 0.0	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial				108.944.112	108.944.112		
1. 9. 1. 1. 03. 0.1	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	1003	P		108.944.112	108.944.112		
1. 9. 1. 1. 04. 0.0	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos			419.765.404		419.765.404		
1. 9. 1. 1. 04. 0.1	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	1083	P	365.267.880		365.267.880		
1. 9. 1. 1. 04. 0.2	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	1083	P	8.269.204		8.269.204		
1. 9. 1. 1. 04. 0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	1083	P	39.746.244		39.746.244		
1. 9. 1. 1. 04. 0.4	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa - Multas e Juros	1083	P	6.482.076		6.482.076		
1. 9. 1. 1. 05. 0.0	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica			417.657.538		417.657.538		
1. 9. 1. 1. 05. 0.1	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal	1087	P	410.881.683		410.881.683		
1. 9. 1. 1. 05. 0.2	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros	1087	P	2.640.731		2.640.731		
1. 9. 1. 1. 05. 0.3	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	1087	P	4.135.124		4.135.124		
1. 9. 1. 1. 06. 0.0	Multas por Danos Ambientais			102.763.402		102.763.402		
1. 9. 1. 1. 06. 1.1	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	1052	P	51.325.328		51.325.328		
		1069	P	51.325.330		51.325.330		

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 1. 1. 06. 2.1	Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	1069	P	112.744		112.744
1. 9. 1. 1. 07. 0.0	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas			16.677.414		16.677.414
1. 9. 1. 1. 07. 0.1	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	1000	P	16.677.414		16.677.414
1. 9. 1. 1. 08. 0.0	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais			22.636.851		22.636.851
1. 9. 1. 1. 08. 0.1	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	1052	P	22.636.851		22.636.851
1. 9. 1. 1. 09. 0.0	Multas e Juros Previstos em Contratos			51.453.852	21.261.505	72.715.357
1. 9. 1. 1. 09. 0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1000	P	25.053.516		25.053.516
		1049	P		21.261.505	21.261.505
		1050	P	26.177.688		26.177.688
1. 9. 1. 1. 09. 0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	1050	P	222.648		222.648
1. 9. 1. 1. 10. 0.0	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar				925.106	925.106
1. 9. 1. 1. 10. 0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	1039	P		925.106	925.106
1. 9. 1. 1. 11. 0.0	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória				62.257.550	62.257.550
1. 9. 1. 1. 11. 0.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	1054	P		62.257.550	62.257.550
1. 9. 1. 1. 12. 0.0	Multas Previstas na Legislação Antidrogas			193.933		193.933
1. 9. 1. 1. 12. 0.1	Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal	1025	P	155.146		155.146
		1052	P	38.787		38.787
1. 9. 1. 1. 13. 0.0	Multas Previstas na Legislação Anticorrupção			595.281.497		595.281.497
1. 9. 1. 1. 13. 1.1	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal	1000	P	22.445.202		22.445.202
1. 9. 1. 1. 13. 2.1	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal	1000	P	572.836.295		572.836.295
1. 9. 1. 1. 14. 0.0	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB			2.797.668.260		2.797.668.260
1. 9. 1. 1. 14. 0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	1020	P	2.788.804.211		2.788.804.211
1. 9. 1. 1. 14. 0.2	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Multas e Juros	1020	P	5.112		5.112
1. 9. 1. 1. 14. 0.3	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Dívida Ativa	1020	P	8.858.937		8.858.937
1. 9. 2. 0. 00. 0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			4.784.493.339	1.702.125.805	6.486.619.144
1. 9. 2. 1. 00. 0.0	Indenizações			263.421.567	171.451.929	434.873.496
1. 9. 2. 1. 01. 0.0	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público			535.419	236.194	771.613
1. 9. 2. 1. 01. 0.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1049	P		236.194	236.194
		1050	P	535.419		535.419
1. 9. 2. 1. 02. 0.0	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos			102.691		102.691
1. 9. 2. 1. 02. 0.1	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	1000	P	102.691		102.691
1. 9. 2. 1. 03. 0.0	Indenização por Sinistro			1.362.641		1.362.641
1. 9. 2. 1. 03. 0.1	Indenização por Sinistro - Principal	1050	P	1.362.641		1.362.641
1. 9. 2. 1. 04. 0.0	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar				167.262.146	167.262.146
1. 9. 2. 1. 04. 0.1	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	1005	P		167.262.146	167.262.146
1. 9. 2. 1. 99. 0.0	Outras Indenizações			261.420.816	3.953.589	265.374.405
1. 9. 2. 1. 99. 0.1	Outras Indenizações - Principal	1000	P	240.381.960		240.381.960
		1049	P		3.953.589	3.953.589
		1050	P	21.038.856		21.038.856
1. 9. 2. 2. 00. 0.0	Restituições			4.186.887.515	521.691.350	4.708.578.865
1. 9. 2. 2. 01. 0.0	Restituição de Convênios			1.315.096.824		1.315.096.824
1. 9. 2. 2. 01. 1.1	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	1000	P	1.003.742.436		1.003.742.436
		1012	P	311.354.388		311.354.388
1. 9. 2. 2. 02. 0.0	Restituição de Benefícios Não Desembolsados				235.733.189	235.733.189
1. 9. 2. 2. 02. 0.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	1040	P		6.917	6.917
		1049	P		235.726.272	235.726.272
1. 9. 2. 2. 03. 0.0	Restituição de Benefícios Previdenciários				40.850.839	40.850.839
1. 9. 2. 2. 03. 0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1002	P		28.204	28.204

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1054	P		39.616.483	39.616.483
1. 9. 2. 2. 03. 0.2	Restituição de Benefícios Previdenciários - Multas e Juros	1054	P		1.206.152	1.206.152
1. 9. 2. 2. 04. 0.0	Restituição de Benefícios Assistenciais				520.197	520.197
1. 9. 2. 2. 04. 0.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	1002	P		520.197	520.197
1. 9. 2. 2. 06. 0.0	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores			2.663.227.013		2.663.227.013
1. 9. 2. 2. 06. 3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	1000	P	2.639.393.817		2.639.393.817
		1012	P	3.816.415		3.816.415
		1050	P	20.016.781		20.016.781
1. 9. 2. 2. 07. 0.0	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente				15.160.531	15.160.531
1. 9. 2. 2. 07. 0.1	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	1040	P		15.160.531	15.160.531
1. 9. 2. 2. 08. 0.0	Restituição de Garantias Prestadas			29.471.964		29.471.964
1. 9. 2. 2. 08. 0.1	Restituição de Garantias Prestadas - Principal	1050	P	29.471.964		29.471.964
1. 9. 2. 2. 09. 0.0	Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras			5.403.760		5.403.760
1. 9. 2. 2. 09. 0.1	Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal	1000	P	5.403.760		5.403.760
1. 9. 2. 2. 10. 0.0	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais			52.669.073		52.669.073
1. 9. 2. 2. 10. 1.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	1050	P	36.154.286		36.154.286
1. 9. 2. 2. 10. 2.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	1029	P	16.470.615		16.470.615
		1050	P	44.172		44.172
1. 9. 2. 2. 13. 0.0	Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público			2.450.931		2.450.931
1. 9. 2. 2. 13. 0.1	Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal	1000	P	2.450.931		2.450.931
1. 9. 2. 2. 99. 0.0	Outras Restituições			118.567.950	229.426.594	347.994.544
1. 9. 2. 2. 99. 0.1	Outras Restituições - Principal	1000	P	69.764.973		69.764.973
		1049	P		216.993.154	216.993.154
		1050	P	48.802.977		48.802.977
1. 9. 2. 2. 99. 0.2	Outras Restituições - Multas e Juros	1049	P		12.433.440	12.433.440
1. 9. 2. 3. 00. 0.0	Ressarcimentos			334.184.257	1.008.982.526	1.343.166.783
1. 9. 2. 3. 01. 0.0	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde				933.873.912	933.873.912
1. 9. 2. 3. 01. 0.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	1003	P		933.873.912	933.873.912
1. 9. 2. 3. 02. 0.0	Ressarcimento de Custos			44.097.374		44.097.374
1. 9. 2. 3. 02. 0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	1000	P	43.532.871		43.532.871
		1052	P	564.503		564.503
1. 9. 2. 3. 03. 0.0	Reversão de Garantias				73.625	73.625
1. 9. 2. 3. 03. 0.1	Reversão de Garantias - Principal	1049	P		73.625	73.625
1. 9. 2. 3. 04. 0.0	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS				66.300.171	66.300.171
1. 9. 2. 3. 04. 0.1	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	1054	P		66.300.171	66.300.171
1. 9. 2. 3. 99. 0.0	Outros Ressarcimentos			290.086.883	8.734.818	298.821.701
1. 9. 2. 3. 99. 0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	1000	P	284.915.064		284.915.064
		1049	P		8.734.818	8.734.818
1. 9. 2. 3. 99. 0.3	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	1000	P	5.171.819		5.171.819
1. 9. 3. 0. 00. 0.0	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			906.699.285	160.898.814	1.067.598.099
1. 9. 3. 1. 00. 0.0	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			906.699.285	160.898.814	1.067.598.099
1. 9. 3. 1. 01. 0.0	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns			23.584		23.584
1. 9. 3. 1. 01. 0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal	1052	P	23.584		23.584
1. 9. 3. 1. 02. 0.0	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira			155.650.086	103.766.724	259.416.810
1. 9. 3. 1. 02. 0.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	1001	P		103.515.711	103.515.711
		1032	P	155.273.566		155.273.566

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 3. 1. 02. 0.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros	1001	P		251.013	251.013
		1032	P	376.520		376.520
				5.859.538		5.859.538
1. 9. 3. 1. 03. 0.0	Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor)					
1. 9. 3. 1. 03. 0.1	Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal	1000	P	5.859.538		5.859.538
1. 9. 3. 1. 04. 0.0	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos			557.009.536		557.009.536
1. 9. 3. 1. 04. 0.1	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	1124	P	557.009.536		557.009.536
1. 9. 3. 1. 05. 0.0	Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos			120.385.983		120.385.983
1. 9. 3. 1. 05. 0.1	Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal	1043	P	120.385.983		120.385.983
1. 9. 3. 1. 08. 0.0	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins			57.132.090		57.132.090
1. 9. 3. 1. 08. 0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal	1003	P	57.132.090	57.132.090	57.132.090
		1052	P	57.132.090		57.132.090
				10.638.468		10.638.468
1. 9. 3. 1. 99. 0.0	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público por Demais Infrações ou Crimes Previstos em Legislação Especial					
1. 9. 3. 1. 99. 0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público por Demais Infrações ou Crimes Previstos em Legislação Especial - Principal	1052	P	10.638.468		10.638.468
1. 9. 4. 0. 00. 0.0	Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital			82.682		82.682
1. 9. 4. 4. 00. 0.0	Multas e Juros de Mora das Amortizações de Empréstimos			82.682		82.682
1. 9. 4. 4. 06. 0.0	Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais			82.682		82.682
1. 9. 4. 4. 06. 0.2	Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais - Multas e Juros	1050	F	82.682		82.682
1. 9. 9. 0. 00. 0.0	Demais Receitas Correntes			60.062.580.890	1.022.804.124	61.085.385.014
1. 9. 9. 9. 00. 0.0	Outras Receitas Correntes			60.062.580.890	1.022.804.124	61.085.385.014
1. 9. 9. 9. 03. 0.0	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência				986.087.161	986.087.161
1. 9. 9. 9. 03. 0.1	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	1054	P		985.921.293	985.921.293
1. 9. 9. 9. 03. 0.2	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Multas e Juros	1054	P		165.868	165.868
1. 9. 9. 9. 05. 0.0	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior			526.775.441		526.775.441
1. 9. 9. 9. 05. 0.1	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	1086	P	521.699.705		521.699.705
1. 9. 9. 9. 05. 0.2	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	1086	P	5.075.736		5.075.736
1. 9. 9. 9. 06. 0.0	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios			2.619.565		2.619.565
1. 9. 9. 9. 06. 0.1	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	1000	P	2.619.565		2.619.565
1. 9. 9. 9. 08. 0.0	Receitas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT			13.000	117.000	130.000
1. 9. 9. 9. 08. 1.1	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	1007	P	13.000		13.000
		1010	P		117.000	117.000
1. 9. 9. 9. 10. 0.0	Reserva Global de Reversão			22.585.261		22.585.261
1. 9. 9. 9. 10. 0.1	Reserva Global de Reversão - Principal	1080	P	22.585.261		22.585.261
1. 9. 9. 9. 12. 0.0	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência			916.497.060		916.497.060
1. 9. 9. 9. 12. 1.1	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	1031	P	898.273.397		898.273.397
		1050	P	41.554		41.554
1. 9. 9. 9. 12. 2.1	Ônus de Sucumbência - Principal	1000	P	18.182.109		18.182.109
1. 9. 9. 9. 13. 0.0	Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal			191.664		191.664
1. 9. 9. 9. 13. 1.1	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal	1082	P	191.664		191.664

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 9. 9. 15. 0.0	Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB			643.136.285		643.136.285
1. 9. 9. 9. 15. 0.1	Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal	1000	P	643.136.285		643.136.285
1. 9. 9. 9. 17. 0.0	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM			92.514.164		92.514.164
1. 9. 9. 9. 17. 0.1	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	1060	P	92.514.164		92.514.164
1. 9. 9. 9. 20. 0.0	Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros			1.363.971.905		1.363.971.905
1. 9. 9. 9. 20. 0.1	Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros - Principal	1032	P	1.363.971.905		1.363.971.905
1. 9. 9. 9. 99. 0.0	Outras Receitas			56.494.276.545	36.599.963	56.530.876.508
1. 9. 9. 9. 99. 1.1	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal	1000	P	3.608.247.556		3.608.247.556
1. 9. 9. 9. 99. 1.2	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Multas e Juros	1000	P	5.499.470		5.499.470
1. 9. 9. 9. 99. 1.3	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa	1000	P	6.592.416.811		6.592.416.811
1. 9. 9. 9. 99. 1.4	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	1000	P	989.297		989.297
1. 9. 9. 9. 99. 2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	1038	P	70.559		70.559
1. 9. 9. 9. 99. 2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	1000	P	3.290.544		3.290.544
1. 9. 9. 9. 99. 2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1000	P	6.450.452.722		6.450.452.722
1. 9. 9. 9. 99. 2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	1000	P	503.161.776		503.161.776
1. 9. 9. 9. 99. 3.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa	1050	F	40.359.294		40.359.294
2. 0. 0. 0. 00. 0.0	Receitas de Capital			2.592.715.993.979	2.795.644	2.592.718.789.623
2. 1. 0. 0. 00. 0.0	Operações de Crédito			2.431.152.206.891		2.431.152.206.891
2. 1. 1. 0. 00. 0.0	Operações de Crédito - Mercado Interno			2.421.057.362.974		2.421.057.362.974
2. 1. 1. 1. 00. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno			2.421.057.362.974		2.421.057.362.974
2. 1. 1. 1. 01. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública			684.419.887.786		684.419.887.786
2. 1. 1. 1. 01. 0.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	1444	F	484.144.904.197		484.144.904.197
2. 1. 1. 1. 02. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno	9444	F	200.274.983.589		200.274.983.589
2. 1. 1. 1. 02. 0.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	1443	F	1.736.506.931.081		1.736.506.931.081
2. 1. 1. 1. 03. 0.0	Títulos da Dívida Agrária - TDA			130.544.107		130.544.107
2. 1. 1. 1. 03. 0.1	Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	1057	F	130.544.107		130.544.107

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"							Recursos de Todas as Fontes	
Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total		
2.1.2.0.00.0.0	Operações de Crédito - Mercado Externo			10.094.843.917				10.094.843.917
2.1.2.2.00.0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			10.094.843.917				10.094.843.917
2.1.2.2.01.0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			10.094.843.917				10.094.843.917
2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1448	F	8.387.268.285				8.387.268.285
		1449	F	1.707.575.632				1.707.575.632
2.2.0.0.00.0.0	Alienação de Bens			502.942.537	2.795.644			505.738.181
2.2.1.0.00.0.0	Alienação de Bens Móveis			42.870.441	619.300			43.489.741
2.2.1.2.00.0.0	Alienação de Estoques			124.101				124.101
2.2.1.2.04.0.0	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ			124.101				124.101
2.2.1.2.04.0.3	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa	1052	P	124.101				124.101
2.2.1.3.00.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			42.746.340	619.300			43.365.640
2.2.1.3.01.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			42.746.340	619.300			43.365.640
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1048	P		619.300			619.300
		1051	P	42.746.340				42.746.340
2.2.2.0.00.0.0	Alienação de Bens Imóveis			460.072.096	2.176.344			462.248.440
2.2.2.1.00.0.0	Alienação de Bens Imóveis			460.072.096	2.176.344			462.248.440
2.2.2.1.01.0.0	Alienação de Bens Imóveis em Geral			159.559.717	2.176.344			161.736.061
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1048	P		1.620.000			1.620.000
		1049	P		556.344			556.344
		1051	P	154.331.086				154.331.086
		1085	P	5.228.631				5.228.631
2.2.2.1.02.0.0	Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União			300.512.379				300.512.379
2.2.2.1.02.0.1	Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal	1013	P	300.512.379				300.512.379
2.3.0.0.00.0.0	Amortização de Empréstimos			34.515.530.820				34.515.530.820
2.3.1.0.00.0.0	Amortização de Empréstimos			34.515.530.820				34.515.530.820
2.3.1.1.00.0.0	Amortização de Empréstimos			34.515.530.820				34.515.530.820
2.3.1.1.03.0.0	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios			12.495.013.722				12.495.013.722
2.3.1.1.03.0.1	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	1400	F	12.468.512.812				12.468.512.812
		1401	F	26.500.910				26.500.910
2.3.1.1.04.0.0	Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo			3.960.968.698				3.960.968.698
2.3.1.1.04.0.1	Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal	1400	F	3.960.968.698				3.960.968.698
2.3.1.1.05.0.0	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito			810.454.783				810.454.783
2.3.1.1.05.0.1	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	1061	F	810.454.783				810.454.783
2.3.1.1.06.0.0	Amortização de Empréstimos Contratuais			9.946.899.080				9.946.899.080
2.3.1.1.06.0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	1029	F	29.207.833				29.207.833
		1050	F	6.420.939.706				6.420.939.706
		1052	F	70.257.443				70.257.443
		1401	F	3.426.494.098				3.426.494.098
2.3.1.1.07.0.0	Amortização de Financiamentos			7.302.194.537				7.302.194.537
2.3.1.1.07.1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	1052	F	4.387.983.771				4.387.983.771
		1114	F	14.245.996				14.245.996
2.3.1.1.07.2.1	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal	1052	F	2.425.820.833				2.425.820.833
2.3.1.1.07.3.1	Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal	1052	F	474.143.937				474.143.937
2.4.0.0.00.0.0	Transferências de Capital			113.414.947				113.414.947
2.4.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			52.045.201				52.045.201
2.4.2.2.00.0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades			52.045.201				52.045.201
2.4.2.2.01.0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			52.045.201				52.045.201

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a" Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
2. 4. 2. 2. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	52.045.201		52.045.201
2. 4. 3. 0. 00. 0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			31.257.500		31.257.500
2. 4. 3. 2. 00. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades			31.257.500		31.257.500
2. 4. 3. 2. 01. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			31.257.500		31.257.500
2. 4. 3. 2. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	31.257.500		31.257.500
2. 4. 4. 0. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			22.223.998		22.223.998
2. 4. 4. 1. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			22.223.998		22.223.998
2. 4. 4. 1. 01. 0.0	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União			22.223.998		22.223.998
2. 4. 4. 1. 01. 0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	22.223.998		22.223.998
2. 4. 6. 0. 00. 0.0	Transferências do Exterior			6.788.248		6.788.248
2. 4. 6. 1. 00. 0.0	Transferências do Exterior			6.788.248		6.788.248
2. 4. 6. 1. 01. 0.0	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União			6.788.248		6.788.248
2. 4. 6. 1. 01. 0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	1095	P	6.788.248		6.788.248
2. 4. 9. 0. 00. 0.0	Demais Transferências de Capital			1.100.000		1.100.000
2. 4. 9. 1. 00. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas			1.100.000		1.100.000
2. 4. 9. 1. 01. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União			1.100.000		1.100.000
2. 4. 9. 1. 01. 0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1096	P	1.100.000		1.100.000
2. 9. 0. 0. 00. 0.0	Outras Receitas de Capital			126.431.898.784		126.431.898.784
2. 9. 2. 0. 00. 0.0	Resultado do Banco Central			1.104.000.000		1.104.000.000
2. 9. 2. 1. 00. 0.0	Resultado do Banco Central			1.104.000.000		1.104.000.000
2. 9. 2. 1. 02. 0.0	Resultado do Banco Central - Demais Operações			1.104.000.000		1.104.000.000
2. 9. 2. 1. 02. 0.1	Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal	1400	F	1.104.000.000		1.104.000.000
2. 9. 3. 0. 00. 0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			125.327.898.784		125.327.898.784
2. 9. 3. 1. 00. 0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			125.327.898.784		125.327.898.784
2. 9. 3. 1. 01. 0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			125.327.898.784		125.327.898.784
2. 9. 3. 1. 01. 0.1	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	1000	F	125.327.898.784		125.327.898.784
7. 0. 0. 0. 00. 0.0	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			615.511.835	23.595.978.528	24.211.490.363
7. 1. 0. 0. 00. 0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias			3.264.753	237.602	3.502.355
7. 1. 1. 0. 00. 0.0	Impostos - Operações Intraorçamentárias			1.822.494		1.822.494
7. 1. 1. 3. 00. 0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Operações Intraorçamentárias			1.787.432		1.787.432
7. 1. 1. 3. 03. 0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Operações Intraorçamentárias			1.787.432		1.787.432
7. 1. 1. 3. 03. 1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	1032	P	844.218		844.218
		1201	P	417.929		417.929
		1202	P	359.419		359.419
		1207	P	10.030		10.030
		1208	P	10.030		10.030
		1209	P	15.045		15.045
		1210	P	15.045		15.045
7. 1. 1. 3. 03. 3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	33.314		33.314
		1201	P	16.492		16.492
		1202	P	14.183		14.183
		1207	P	396		396
		1208	P	396		396
		1209	P	594		594
		1210	P	594		594
7. 1. 1. 3. 03. 4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	25.122		25.122
		1201	P	12.437		12.437
		1202	P	10.696		10.696

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1207	P	298		298
		1208	P	298		298
		1209	P	448		448
		1210	P	448		448
7. 1. 1. 4. 00. 0.0	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços - Operações Intraorçamentárias			35.062		35.062
7. 1. 1. 4. 01. 0.0	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Operações Intraorçamentárias			35.062		35.062
7. 1. 1. 4. 01. 5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	3.064		3.064
		1201	P	1.892		1.892
		1202	P	1.627		1.627
		1203	P	757		757
		1207	P	45		45
		1208	P	45		45
		1209	P	68		68
		1210	P	68		68
7. 1. 1. 4. 01. 5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	1032	P	11.136		11.136
		1201	P	6.874		6.874
		1202	P	5.912		5.912
		1203	P	2.750		2.750
		1207	P	165		165
		1208	P	165		165
		1209	P	247		247
		1210	P	247		247
7. 1. 2. 0. 00. 0.0	Taxas - Operações Intraorçamentárias			1.442.259	237.602	1.679.861
7. 1. 2. 1. 00. 0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Operações Intraorçamentárias			1.415.687	237.602	1.653.289
7. 1. 2. 1. 01. 0.0	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			1.415.687	237.602	1.653.289
7. 1. 2. 1. 01. 0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	495.986		495.986
		1003	P		237.602	237.602
		1021	P	156.896		156.896
		1052	P	762.020		762.020
		1058	P	785		785
7. 1. 2. 2. 00. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços - Operações Intraorçamentárias			26.572		26.572
7. 1. 2. 2. 02. 0.0	Emolumentos e Custas Judiciais - Operações Intraorçamentárias			26.572		26.572
7. 1. 2. 2. 02. 0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	7.972		7.972
		1027	P	18.600		18.600
7. 2. 0. 0. 00. 0.0	Contribuições - Operações Intraorçamentárias			870.326	23.520.921.426	23.521.791.752
7. 2. 1. 0. 00. 0.0	Contribuições Sociais - Operações Intraorçamentárias			190.655	23.520.921.426	23.521.112.081
7. 2. 1. 5. 00. 0.0	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Operações Intraorçamentárias			190.655	23.520.921.426	23.521.112.081
7. 2. 1. 5. 02. 0.0	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Operações Intraorçamentárias			190.655	23.520.921.426	23.521.112.081
7. 2. 1. 5. 02. 1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F		22.883.884.109	22.883.884.109
		1125	F		235.500.632	235.500.632
7. 2. 1. 5. 02. 1.5	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F		387.433	387.433
7. 2. 1. 5. 02. 1.6	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Juros do Principal - Operações Intraorçamentárias	1032	F	190.655		190.655
7. 2. 1. 5. 02. 2.1	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F		401.149.252	401.149.252
7. 2. 2. 0. 00. 0.0	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			679.671		679.671
7. 2. 2. 1. 00. 0.0	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			679.671		679.671
7. 2. 2. 1. 09. 0.0	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Operações Intraorçamentárias			509.496		509.496

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a" Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
7. 2. 2. 1. 09. 1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000 1052	P P	152.849 356.647 170.175		152.849 356.647 170.175
7. 2. 2. 1. 10. 0.0	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Operações Intraorçamentárias					
7. 2. 2. 1. 10. 0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000 1037	P P	51.053 119.122 425.527		51.053 119.122 425.527
7. 3. 0. 0. 00. 0.0	Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias			425.527		425.527
7. 3. 1. 0. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado - Operações Intraorçamentárias			425.527		425.527
7. 3. 1. 1. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado - Operações Intraorçamentárias			425.527		425.527
7. 3. 1. 1. 01. 0.0	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação - Operações Intraorçamentárias			407.875		407.875
7. 3. 1. 1. 01. 1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1050	P	407.875 17.652		407.875 17.652
7. 3. 1. 1. 02. 0.0	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Operações Intraorçamentárias					
7. 3. 1. 1. 02. 0.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1050	P	17.652		17.652
7. 5. 0. 0. 00. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			53.642.052		53.642.052
7. 5. 1. 0. 00. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			53.642.052		53.642.052
7. 5. 1. 1. 00. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			53.642.052		53.642.052
7. 5. 1. 1. 01. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			53.642.052		53.642.052
7. 5. 1. 1. 01. 0.1	Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	1050	P	53.642.052		53.642.052
7. 6. 0. 0. 00. 0.0	Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias			296.048.368	57.435	296.105.803
7. 6. 1. 0. 00. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			295.878.976	5.682	295.884.658
7. 6. 1. 1. 00. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			295.878.976	5.682	295.884.658
7. 6. 1. 1. 01. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Operações Intraorçamentárias			293.833.942	5.682	293.839.624
7. 6. 1. 1. 01. 0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1049 1050	P P	293.833.942 2.045.034	5.682	293.833.942 2.045.034
7. 6. 1. 1. 03. 0.0	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias					
7. 6. 1. 1. 03. 0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	1050	P	2.045.034		2.045.034
7. 6. 3. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Operações Intraorçamentárias				51.753	51.753
7. 6. 3. 1. 00. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde - Operações Intraorçamentárias				51.753	51.753
7. 6. 3. 1. 01. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Operações Intraorçamentárias				51.753	51.753
7. 6. 3. 1. 01. 0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias	1049	P		51.753	51.753
7. 6. 9. 0. 00. 0.0	Outros Serviços - Operações Intraorçamentárias			169.392		169.392
7. 6. 9. 9. 00. 0.0	Outros Serviços - Operações Intraorçamentárias			169.392		169.392
7. 6. 9. 9. 99. 0.0	Outros Serviços - Operações Intraorçamentárias			169.392		169.392
7. 6. 9. 9. 99. 0.1	Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias	1050	P	169.392		169.392
7. 9. 0. 0. 00. 0.0	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			261.260.809	74.762.065	336.022.874

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
7.9.1.0.00.0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Operações Intraorçamentárias				102.479	102.479
7.9.1.1.00.0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Operações Intraorçamentárias				102.479	102.479
7.9.1.1.01.0.0	Multas Previstas em Legislação Específica - Operações Intraorçamentárias				102.479	102.479
7.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias	1003	P		102.479	102.479
7.9.2.0.00.0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Operações Intraorçamentárias				74.659.586	74.659.586
7.9.2.1.00.0.0	Indenizações - Operações Intraorçamentárias				74.659.586	74.659.586
7.9.2.1.04.0.0	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Operações Intraorçamentárias				74.659.586	74.659.586
7.9.2.1.04.0.1	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias	1005	P		74.659.586	74.659.586
7.9.9.0.00.0.0	Demais Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			261.260.809		261.260.809
7.9.9.9.00.0.0	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			261.260.809		261.260.809
7.9.9.9.13.0.0	Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal - Operações Intraorçamentárias			9.260.809		9.260.809
7.9.9.9.13.1.1	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias	1052	P	9.260.809		9.260.809
7.9.9.9.19.0.0	Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias			252.000.000		252.000.000
7.9.9.9.19.0.1	Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias - Principal	1062	P	252.000.000		252.000.000
Total das Receitas Primárias (P)				1.410.501.795.479	1.298.990.329.383	2.709.492.124.862
Total das Receitas Financeiras (F)				2.632.843.106.956	49.551.534.596	2.682.394.641.552
Total Geral				4.043.344.902.435	1.348.541.863.979	5.391.886.766.414

* os valores registrados para receitas correntes e de capital neste quadro diferem do Anexo I e dos quadros 1A, 1B e 1C porque, neste quadro, as multas e juros de mora das receitas de capital, embora conceitualmente sejam receitas correntes, estão subtotalizadas em seus respectivos códigos, iniciados pelo dígito "2"

IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Legislação da Receita e da Despesa

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

1.1.1.1.01.0.1. - Imposto sobre a Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 150, §1º, e 153, I e § 1º;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 19 a 22;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem;
Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.

1.1.1.1.02.0.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso II; e
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 23 a 28 (vale lembrar que parte do art. 26 - alteração da base de cálculo - não foi recepcionada pela atual Constituição).

1.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III, e art. 158, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 29 a 31;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 29 a 31;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.3.01.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III, e art. 159, inciso I; e
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.02.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.3.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.4.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e

Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.5.01.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro - IOF-Ouro - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 5º.

1.1.1.5.02.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 1º; e
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 63 a 67.

1.1.1.9.99.0.1. - Outros Impostos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

1.1.2.1.01.0.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal

Amparo Legal:

Lei específica do órgão arrecadador que estabeleça o pagamento da taxa.

1.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.3.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.4.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.03.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

1.1.2.1.04.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, arts. 17-B e 17-G;
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

1.1.2.1.05.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6º; e
MPV nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - art. 39.

1.1.2.1.06.0.1. - Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998.

1.1.2.1.07.0.1. - Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 37.

1.1.2.2.01.0.1. - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal

Amparo Legal:

Lei específica do órgão arrecadador que estabeleça o pagamento da taxa.

1.1.2.2.02.0.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 98, § 2º; e
Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

1.1.3.1.99.0.1. - Outras Contribuições de Melhoria - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.2.1.1.01.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "b", inciso I, do art. 195 da Constituição Federal; Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

1.2.1.1.01.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.1.02.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "b", inciso I, do art. 195 da Constituição Federal;
Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e
Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

1.2.1.1.02.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.1.49.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.1.49.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.01.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

1.2.1.2.01.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.02.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; e Lei Complementar nº 8 de 3 de dezembro de 1970; Inciso V, do Art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.2.02.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.49.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.2.49.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.01.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

1.2.1.3.01.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.02.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; inciso III, do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.3.02.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.49.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.3.49.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.4.01.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "a" do inciso I do art. 195 e inciso XI do art. 167 da Constituição Federal de 1988; alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 11, art. 15, 22, 22A, 22B, 24 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.2.1.4.01.2.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "a" do inciso I do art. 195 e inciso XI do art. 167 da Constituição Federal de 1988; alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 11 e art. 15, 22, 22A, 22B, 24 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; inciso VI, do art. 13 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.4.02.0.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal

Amparo Legal:

Inciso II do art. 195 da Constituição Federal de 1988; alínea "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.2.1.4.49.0.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.5.01.1.1. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.

1.2.1.5.01.1.5. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.01.2.1. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.

1.2.1.5.01.3.1. - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.4.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.5.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.6.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.02.1.1. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º; e Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º.

1.2.1.5.02.1.5. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.02.2.1. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.03.0.1. - Contribuição do Servidor - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.5.04.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001; Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

1.2.1.5.04.2.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal

Amparo Legal:

Art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

1.2.1.5.04.3.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal

Amparo Legal:

Art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

1.2.1.6.01.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal

Amparo Legal:

Art. 33 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002.

1.2.1.6.01.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.02.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal

Amparo Legal:

Art. 33 da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002.

1.2.1.6.02.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.05.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea "e"; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001, arts. 15, incisos II e III, e 25; Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, art. 13.

1.2.1.6.05.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitam o parcelamento dos débitos em atraso.

1.2.1.7.01.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.01.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Parcelamentos - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.</p>	<p>Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, arts. 1º, 2º e 3º; Lei 11.182 de 27 de setembro de 2005, Art. 31, III; e Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º.</p>
<p>1.2.1.7.02.1.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal</p>	<p>1.2.1.9.05.2.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamentos - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 18, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26; e Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969.</p>	<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>
<p>1.2.1.7.02.2.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal</p>	<p>1.2.1.9.06.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.</p>	<p>Amparo Legal: Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1º; e Decreto nº 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1º, e art. 2º, inciso I.</p>
<p>1.2.1.7.04.1.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal</p>	<p>1.2.1.9.06.2.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamentos - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 16, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.</p>	<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>
<p>1.2.1.7.04.2.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Parcelamentos - Principal</p>	<p>1.2.1.9.07.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VII.</p>
<p>1.2.1.7.06.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal</p>	<p>1.2.1.9.07.2.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2008, art. 2º; Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, arts. 1º e 3º; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.</p>	<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>
<p>1.2.1.7.06.2.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Parcelamentos - Principal</p>	<p>1.2.1.9.10.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.</p>	<p>Amparo Legal: Arts. 74, 75 e 80, inciso I, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997; Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.</p>
<p>1.2.1.7.07.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal</p>	<p>1.2.1.9.10.2.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35.</p>	<p>Amparo Legal: Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.</p>
<p>1.2.1.9.01.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal</p>	<p>1.2.1.9.99.1.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972; e Portaria nº 20.749, de 17 de setembro de 2020.</p>	<p>Amparo Legal: Legislação específica.</p>
<p>1.2.1.9.01.2.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos - Principal</p>	<p>1.2.1.9.99.2.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Parcelamentos - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>	<p>Amparo Legal: Legislação específica.</p>
<p>1.2.1.9.02.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal</p>	<p>1.2.2.1.02.0.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 8º, inciso IV; Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, art. 589, inciso I, alínea "d", e inciso II, alínea "e"; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º; e Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008.</p>	<p>Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 9º e 22º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 204, de 22 de agosto de 1996; Instrução Normativa RFB nº 863, de 17 de julho de 2008; e Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.</p>
<p>1.2.1.9.02.2.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos - Principal</p>	<p>1.2.2.1.03.0.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988.</p>
<p>1.2.1.9.03.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal</p>	<p>1.2.2.1.04.0.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, art. 1º (Criação da Contribuição); Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, art. 12 (Extinção da Contribuição); Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única).</p>	<p>Amparo Legal: MP nº 2.228-1, de 06 de setembro 2001, arts. 32, 33, 35, 36, 38, 47 e 48; e Arts. 2º a 4º, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>
<p>1.2.1.9.03.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal</p>	<p>1.2.2.1.05.0.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º (Criação da Contribuição); Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º, § 2º (Estabelece a vigência da contribuição); Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única).</p>	<p>Amparo Legal: Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1º; Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3º, e art. 17, § 1º; Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; e Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014.</p>
<p>1.2.1.9.03.3.1. - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos - Principal</p>	<p>1.2.2.1.06.0.1. - Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e Decreto nº 7.204, de 8 de junho de 2010.</p>
<p>1.2.1.9.04.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal</p>	<p>1.2.2.1.07.0.1. - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 212, §5º; Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15; e Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, arts. 2º e 4º; e Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002.</p>
<p>1.2.1.9.04.2.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos - Principal</p>	<p>1.2.2.1.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal</p>
<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>	<p>Amparo Legal: Art. 177, § 4º da Constituição Federal (previsão constitucional); Art. 1º da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (institui a contribuição); Art. 159, inc. III da Constituição Federal (prevê a destinação a entes subnacionais); e Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002.</p>
<p>1.2.1.9.05.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal</p>	<p>1.2.2.1.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal</p>
	<p>Amparo Legal: Art. 177, § 4º da Constituição Federal (previsão constitucional); Art. 1º da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (institui a contribuição); Art. 159, inc. III da Constituição Federal (prevê a destinação a entes subnacionais); e Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002.</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

1.2.2.1.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000, Art. 6º, inciso IV; e
Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022.

1.2.2.1.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000; art. 4º, inciso III; e
Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001.

1.2.2.1.10.0.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

1.2.2.1.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2º §§ 3º e 4º, inciso II; e
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.

1.2.2.1.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11, § 1º; e
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.

1.2.2.1.12.1.1. - Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Principal

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 1, e art. 2º;
- Lei nº 2.613, de 1955, art. 6º;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º, c.c. Medida Provisória nº 1.154, de 2023, arts. 25, 65 e 66;
e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.

1.2.2.1.12.2.1. - Contribuição Relativa às Atividades Rurais em Imóveis Sujeitos ao ITR – CIDE Atividade Rural - Principal

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 1, art. 2º e art. 5º;
- Lei nº 2.613, de 1955, arts. 6º e 7º;
- Decreto-Lei nº 1.989, de 1982, art. 1º;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º; e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.

1.2.2.1.13.0.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária - Principal

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 2, e art. 3º;
- Lei nº 2.613, de 1955, art. 6º, § 4º;
- Lei Complementar nº 11, de 1971, art. 15, inciso II;
- Lei nº 7.787, de 1989, art. 3º, § 1º;
- Lei nº 8.213, de 1991, art. 138;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º; e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.

1.2.2.1.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas – Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Legislação específica.

1.3.1.1.00.0.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990;
Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991;
Lei nº 8.540, de 22 de dezembro de 1992;
Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996;
Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997;
Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998;
Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001;
Medida Provisória nº 2.168, de 24 de agosto de 2001;
Decreto-Lei nº 1.861, de 1981;
Decreto-Lei nº 2.318, de 1986;
Decreto-Lei nº 4.048, de 1946;
Decreto-Lei nº 8.621, de 1946;
Decreto-Lei nº 9.403, de 1946; e
Decreto-Lei nº 9.853, de 1946.

1.3.1.1.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º;
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

1.3.1.1.01.2.1. - Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal

Amparo Legal:

Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, art. 92;
Decreto-Lei nº 2.398/87, art. 6-B (introduzido pelo art. 27 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015);
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; e
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.

1.3.1.1.02.0.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal

Amparo Legal:

- Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (art. 13, inciso II, §1º), no caso da CDE/ANEEL;
- Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967;
- Código Civil, art. 1.370;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- Portaria Interministerial MP-MMA nº 436, de 2 de dezembro de 2009; e
- Art. 12, § 2º, do Decreto nº 7.154, de 9 de abril de 2010.

1.3.1.1.99.0.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

1.3.2.1.01.0.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Medida Provisória nº 2170-36, de 23 de agosto de 2001, arts. 1º e 2º, §§ 1º e 4º.
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, III; e
Legislação específica para cada caso.

1.3.2.1.02.0.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, art. 9º, caput e §6º;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 1º; e Legislação específica para demais casos que venham a surgir.

1.3.2.1.03.0.1. - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e
Legislação específica para cada caso.

1.3.2.1.05.0.1. - Juros de Títulos de Renda - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.

1.3.2.1.06.0.1. - Juros sobre o Capital Próprio - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997;
Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e
Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998.

1.3.2.2.01.0.1. - Dividendos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e
Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

1.3.2.3.01.0.1. - Participações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e
Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

1.3.2.9.99.0.1. - Outros Valores Mobiliários - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.

1.3.3.1.01.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "e";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.02.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.03.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.04.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.05.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "c".

1.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal

Amparo Legal:

Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal;
Arts. 12, inciso I, 13, inciso I, 14, inciso I, alínea "a" e § 3º, 24, inciso III, 28, inciso II, alínea "c", 34-A e 77, inciso II, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

1.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.

1.3.3.2.02.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal

Amparo Legal:

Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal.

1.3.3.2.03.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal

Amparo Legal:

- Lei nº 10.233/2001, Art. 77, inciso II;
- Constituição Federal: Art. 21, XII; Art. 22, IX; Art. 178.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

1.3.3.2.04.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.

1.3.3.3.01.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.01.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

1.3.3.3.02.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "d" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.03.1.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.04.1.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.05.0.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal

Amparo Legal:

Arts. 2º e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Art. 1º, Inciso I, da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000;
Arts. 48 e 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e
Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

1.3.3.3.06.1.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso III do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, combinado com alínea "h" do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.3.3.3.99.1.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.99.2.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000;
Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000;
Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e
Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

1.3.3.4.01.0.1. - Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica - Principal

Amparo Legal:

§1º do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; e
§7º do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

1.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Arts. 45 e 46 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

1.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal

Amparo Legal:

Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

1.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012); e Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012.

1.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012);
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3º e art. 2º, III.

1.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012);
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

1.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012);
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I e §3º.

1.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação da Lei 12.734/2012);
Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

1.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012);
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010;
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III e art. 3º.

1.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012);
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III, e art. 3º.

1.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012);
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I, e §3º.

1.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

1.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012);
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

1.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

1.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I, e §3º.

1.3.4.1.05.0.1. - Participação do Proprietário da Terra - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Art. 52 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

1.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º;

1.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, incisos I e II.

1.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º.

1.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, incisos I e II.

1.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 46;
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso XII, 10, inciso III, alínea "f", 15, inciso IX, 29, inciso XX, 42, inciso II e § 2º, e 49, inciso I.

1.3.4.3.01.3.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
Alínea "f" do inciso III do art. 10 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
Art. 7, I da Lei 12.304, de 2 de agosto de 2010.

1.3.4.3.01.4.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela de Estados e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010;
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Projeto de Lei nº 5478, de 2019.

1.3.4.3.02.4.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Inciso II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Inciso I do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

1.3.4.4.01.0.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 176.
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, art. 2º.
Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, Art. 19.

1.3.4.4.02.0.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 c/c Decreto nº 1, de 1991. Repartição de recursos estabelecida pelo art. 2º, §2º, da Lei nº 8.001, de 1990 (com atualizações efetuadas pelo art. 2º da Lei nº 13.540, de 2017).

1.3.4.5.01.0.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.984 de 17 de julho de 2000, art. 4º, inciso IX e § 6º, e art. 20, inciso II;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, arts. 12, 20 e 22.

1.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 12, inciso IV e art. 20;
Item III do Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, bem como documentos interpretativos subsequentes.

1.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 22; e
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 3º.

1.3.4.5.03.3.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, art. 2º, caput e § 1º-A.

1.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I.

1.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II.

1.3.4.6.03.0.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).

1.3.4.9.01.0.1. - Compensações Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

1.3.5.1.02.0.1. - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009;
Art. 10 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009;
Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 - art. 29;
Decreto nº 11.236, de 18 de outubro de 2022;
Resolução Normativa IBRAM nº 15, de 14 de março de 2022;
Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.

1.3.5.1.04.0.1. - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2004, art. 6º; e
Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

1.3.6.1.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

1.3.6.1.01.2.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

1.3.9.1.01.1.1. - Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, inciso I.

1.3.9.1.01.2.1. - Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal

Amparo Legal:

Art. 18, inciso I, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

1.3.9.1.01.4.1. - Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal

Amparo Legal:

Art. 16, inciso I, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

1.3.9.1.01.6.1. - Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, inciso I.

1.3.9.1.01.7.1. - Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35.

1.3.9.99.0.1. - Outras Receitas Patrimoniais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

1.4.1.1.01.0.1. - Receita Agropecuária - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.5.1.1.01.0.1. - Receita Industrial - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.5.1.1.02.1.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.
Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".
Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, arts. 45 e 46.
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

1.5.1.1.02.2.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.
Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".
Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, art. 2º, inciso IX, e arts. 33 e 36.
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso IV.

1.6.1.1.01.0.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.1.02.0.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 37, caput e inciso II, e 208, inciso V; e
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 44, inciso II, e 51.

1.6.1.1.03.0.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38;
Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983;
Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;
Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º;
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II;
Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003;
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89;
Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º;
Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;
Resolução CONTRAN nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e
Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

1.6.1.1.04.0.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.1.05.0.1. - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Alínea "j" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Inciso VIII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.6.2.1.01.1.1. - Serviços de Navegação Aérea - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 8º.

1.6.2.1.01.2.1. - Serviços de Navegação Naval - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969, arts. 1º e 2º;
Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972, arts. 1º e 2º.

1.6.2.1.02.0.1. - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.2.1.03.0.1. - Serviços Portuários - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965; e
Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

1.6.2.1.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983.

1.6.2.1.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999;
Art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

1.6.3.1.01.0.1. - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; e Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.	Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
1.6.3.2.01.0.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis - Principal	1.7.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal
Amparo Legal: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230; Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004; Portaria MPOG/SRH nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006, arts. 12 e 15.	Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
1.6.4.1.01.0.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.9.1.1.01.0.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990; Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e Legislação correlata.	Amparo Legal: Qualquer lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo.
1.6.4.1.02.0.1. - Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	1.9.1.1.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal
Amparo Legal: Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966; Arts. 16 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; Art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979; Art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992; Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997; e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.	Amparo Legal: Alineas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
1.6.4.1.03.0.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	1.9.1.1.02.2.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 239, caput e § 1º; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, inciso III.	Amparo Legal: Alineas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.
1.6.9.99.0.1. - Outros Serviços - Principal	1.9.1.1.03.0.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.	Amparo Legal: Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).
1.7.1.7.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	1.9.1.1.04.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal
Amparo Legal: PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".	Amparo Legal: Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
1.7.2.4.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.9.1.1.05.0.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal
Amparo Legal: Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.	Amparo Legal: Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (Art. 13, § 1º, inciso II) Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017 (Art. 2º, inciso II); e Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 (Art. 17, inciso II e Art. 24, inciso VII).
1.7.2.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	1.9.1.1.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal
Amparo Legal: PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".	Amparo Legal: Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 14, I, art. 17-C, §2º, art. 17-I; Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990; e Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.
1.7.2.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal - Principal	1.9.1.1.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal
Amparo Legal: Não se aplica	Amparo Legal: Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; e Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
1.7.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.9.1.1.07.0.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal
Amparo Legal: Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.	Amparo Legal: Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.
1.7.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal	1.9.1.1.08.0.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal
Amparo Legal: PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".	Amparo Legal: Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008; Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015; Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Penal (Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941); Qualquer outra legislação, desde que tenha sido utilizada como base normativa para a aplicação de multa no âmbito de sentença judicial.
1.7.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.9.1.1.09.0.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
1.7.5.9.99.0.1. - Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal	1.9.1.1.10.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV; Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.
1.7.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.9.1.1.11.0.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil; Arts. 23 e 24, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Arts. 68 e 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Art. 22 e 125-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; e Art. 283 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
1.7.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.9.1.1.12.0.1. - Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, art. 21.
	1.9.1.1.13.1.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal
	Amparo Legal: Lei nº 12.846, de 2013, Art. 6º, inciso I.
	1.9.1.1.13.2.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Lei nº 12.846, de 2013, art. 16, §2º.	Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, arts. 4º e 5º, inciso VI; Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006.
1.9.1.1.14.0.1. - Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal	1.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal
Amparo Legal: Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.	Amparo Legal: Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, art. 5º; Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto nº 6.304, de 12 de dezembro de 2007.
1.9.2.1.01.0.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1.9.2.2.11.0.1. - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais - Principal
Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.	Amparo Legal: Lei nº 9.096/1995, art. 30 e seguintes; Lei nº 9.504/1997, art. 30, 30-A e 105; Resolução TSE nº 23.406, de 27.2.2014, art. 57, parágrafo único.
1.9.2.1.02.0.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilicita de Bens Públicos - Principal	1.9.2.2.12.0.1. - Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal
Amparo Legal: Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.	1.9.2.2.13.0.1. - Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal
1.9.2.1.03.0.1. - Indenização por Sinistro - Principal	Amparo Legal: Art. 25 da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012; e Lei nº 12.697, de 30 de julho de 2012.
Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (Arts. 757 a 802).	1.9.2.2.99.0.1. - Outras Restituições - Principal
1.9.2.1.04.0.1. - Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007. Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.
Amparo Legal: Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, art. 3º-B, inciso III; e Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 28, inciso III.	1.9.2.3.01.0.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal
1.9.2.1.99.0.1. - Outras Indenizações - Principal	Amparo Legal: Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998; Medida Provisória nº 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; e Resolução - RDC nº 18, de 30 de março de 2000.
Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	1.9.2.3.02.0.1. - Ressarcimento de Custos - Principal
1.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal	Amparo Legal: Leis que determinem o ressarcimento de custos.
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.	1.9.2.3.03.0.1. - Reversão de Garantias - Principal
1.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	Amparo Legal: Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de dezembro de 1979.
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.	1.9.2.3.04.0.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal
1.9.2.2.02.0.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	Amparo Legal: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI.
Amparo Legal: Parágrafo único do art. 15 da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; Art. 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	1.9.2.3.05.0.1. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Principal
1.9.2.2.03.0.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1.9.2.3.05.0.5. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Multas
Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.	1.9.2.3.99.0.1. - Outros Ressarcimentos - Principal
1.9.2.2.04.0.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	Amparo Legal: Qualquer dispositivo legal que determine ressarcimentos não previstos nos itens anteriores.
Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.	1.9.3.1.01.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal
1.9.2.2.05.0.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal	Amparo Legal: Art. 45, § 3º, do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Art. 7º, § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998; Arts 134 a 138 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008; Demais dispositivos da legislação especial.
Amparo Legal: Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	1.9.3.1.02.0.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal
1.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	Amparo Legal: - Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 – arts. 28 e 29, § 5º - Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - art. 27, inc. VII
1.9.2.2.06.3.1. - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	1.9.3.1.03.0.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.	Amparo Legal: Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954; e Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956.
1.9.2.2.06.4.1. - Restituição de Despesas Financeiras de Exercícios Anteriores - Principal	1.9.3.1.04.0.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.	Amparo Legal: Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, inciso II.
1.9.2.2.07.0.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	1.9.3.1.05.0.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal
Amparo Legal: Art. 7º, da Constituição Federal. Artigos 3º, 7º e 8º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Código Processo Civil.	Amparo Legal: A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso.
1.9.2.2.08.0.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal	1.9.3.1.06.0.1. - Bens, Direitos e Valores Objeto de Renúncia Voluntária em Acordo de Não Persecução Penal - Principal
Amparo Legal: Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.	Amparo Legal: Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, art. 28-A, inciso II; e Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.
1.9.2.2.09.0.1. - Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal	
Amparo Legal: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008; Demais dispositivos legais que tratam da restituição de recursos de fomento.	
1.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	
Amparo Legal:	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

1.9.3.1.07.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor da União em Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.
Decreto nº 11.008, de 25 de março de 2022.

1.9.3.1.08.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal

Amparo Legal:

- Constituição Federal – Art. 243, parágrafo único
- Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 – art. 2º, inc. V, § 1º
- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – art. 63-E
- Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – art. 27, inc. VI

1.9.3.1.09.0.1. - Recursos dos patrimônios acumulados do PIS/PASEP não reclamados por prazo superior a 20 anos. - Principal

Amparo Legal:

Art. 121 ADCT-CF/88 (inserido pela EC 126/2022); art. 107, § 6º-B ADCT-CF/88; art. 239, § 2º, CF/88

1.9.3.1.99.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público por Demais Infrações ou Crimes Previstos em Legislação Especial - Principal

Amparo Legal:

- Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – art. 25, § 5º, e art. 79
- Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 – art. 138, parágrafo único
- Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – art. 63, inc. V, § 1º
- Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018 – art. 52, inc. V
- Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017 – art. 19, inc. VIII
- Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990 – art. 13, inc. V, e parágrafo único
- Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – art. 3º, inc. II, alínea "c", e inc. VI.
- Demais dispositivos da legislação especial.

1.9.9.9.01.0.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal

Amparo Legal:

Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

1.9.9.9.03.0.1. - Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal

Amparo Legal:

Art. 40 e § 9º do art. 201 da Constituição Federal; Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.

1.9.9.9.04.0.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 9.595, de 16 de agosto de 1946;
Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956;
Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964;
Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964;
Art. 53 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966; e
Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978.

1.9.9.9.05.0.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações;
Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001;
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e
Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8º, Inciso II), com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996.

1.9.9.9.06.0.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009;
Arts. 14, 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011;
Anexo I, item 5, da Portaria Interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012; ou
Legislação específica a respeito de outros programas de concessão de subvenções ou subsídios governamentais.

1.9.9.9.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal

Amparo Legal:

Resolução CNSP nº 332, de 2015; e
Resolução CNSP nº 371, de 2018.

1.9.9.9.08.2.1. - Reversão da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT - Principal

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019.

1.9.9.9.09.0.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal

Amparo Legal:

Art. 16-C, § 11, e art. 24, § 4º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 2007; e
Art. 39 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

1.9.9.9.10.0.1. - Reserva Global de Reversão - Principal

Amparo Legal:

Art. 4º, § 6º, da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971;
Art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e
Decreto nº 774, de 18 de março de 1993.

1.9.9.9.11.0.1. - Variação Cambial - Principal

Amparo Legal:

;

1.9.9.9.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, art. 1º;
Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, art. 3º, parágrafo único.

1.9.9.9.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal

Amparo Legal:

Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

1.9.9.9.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II;
Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e
Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.

1.9.9.9.15.0.1. - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

1.9.9.9.16.1.1. - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (art. 6º, §5º);
Lei nº 9.469/1997 (art. 1º c/c art. 4º-A)
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (art. 211);
Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995;

1.9.9.9.17.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPMM - Principal

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

1.9.9.9.18.0.1. - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, art. 30.

1.9.9.9.19.0.1. - Receitas de Subvenções - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

1.9.9.9.20.0.1. - Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

1.9.9.9.21.0.1. - Resultado Positivo nas Operações de Comercialização de Energia no Âmbito da CCEE - principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 – art. 4º, § 13; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 – art. 4º; Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004; e Resolução Normativa nº 824, de 10 de julho de 2018 – ANEEL – art. 7º.

1.9.9.9.99.1.1. - Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Legislação específica de cada receita.

1.9.9.9.99.2.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

1.9.9.9.99.3.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

2.1.1.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e
Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

2.1.1.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e
Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

2.1.1.1.03.0.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, Art. 184; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; e
Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.

2.1.1.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

2.1.1.3.01.0.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal

Amparo Legal:

Art. 148 da Constituição Federal

2.1.1.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

2.1.2.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal

2.1.2.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

2.1.2.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.2.1.1.01.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Temporários - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 32, § 2º. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.

2.2.1.1.02.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Permanentes - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 32, § 2º. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.

2.2.1.2.01.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGP - Principal

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

2.2.1.2.02.0.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal

Amparo Legal:

Decreto nº 4.514, de 13 de dezembro de 2002.

2.2.1.2.03.0.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal

Amparo Legal:

Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

2.2.1.2.04.0.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal

Amparo Legal:

Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 9 de março de 2004.

2.2.1.3.01.0.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal

Amparo Legal:

Art. 17, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018; e Art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

2.2.2.1.01.0.1. - Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44; Lei nº 13.240/2015, art. 1º, §§ 1º e 2º; art. 8º; art. 18, parágrafo único; art. 20, § 1º; Lei nº 8.025/1990, arts. 1º e 12; e Lei nº 9.636/1998, arts. 24, 29 e 45.

2.2.2.1.02.0.1. - Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44, combinado com a Lei nº 13.240/2015, art. 18, caput.

2.2.3.1.01.0.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2º e 4º.

2.3.1.1.01.0.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal nº 20, de 1991, e Portarias MF nºs 211, de 1995 e 167, de 1997 - BEA; Resolução do Senado Federal nº 96, de 1993, e Portarias MF nºs 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.

2.3.1.1.02.0.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000; e Contratos específicos.

2.3.1.1.03.0.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.1.1.04.0.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal nº 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nºs 90 e 132, ambas de 1993.

2.3.1.1.05.0.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

2.3.1.1.06.0.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.1.1.07.1.1. - Amortização de Financiamentos em Geral - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.1.1.07.2.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001.

2.3.1.1.07.3.1. - Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001; Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009;

Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011;

Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012;

Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017;

Estatuto do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC; e Estatuto 1-2018 - Estatuto do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES.

2.4.1.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.1.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

2.4.2.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

2.4.2.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.2.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

2.4.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

2.4.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.3.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Municípios - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

2.4.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.4.1.99.0.1. - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.5.1.01.0.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.6.1.99.0.1. - Outras Transferências do Exterior - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.9.1.99.0.1. - Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.9.99.0.1. - Outras Transferências de Capital - Principal

Amparo Legal:
Não se aplica

2.9.1.1.01.0.1. - Integralização de Capital Social - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

2.9.2.1.01.0.1. - Resultado do Banco Central – Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

2.9.2.1.02.0.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

2.9.3.1.01.0.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal

Amparo Legal:
Constituição Federal de 1988, art. 164, § 3º; Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, art. 1º; Medida Provisória nº 2.179, de 24 de agosto de 2001; Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998; Lei nº 9.027, de 12 de abril de 1995; Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, arts. 5º e 7º.

2.9.4.1.01.0.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997;
Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;
Decreto nº 1.019, de 23 de dezembro de 1993;
Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994; e
Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

2.9.9.99.0.1. - Outras Receitas de Capital - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

7.1.1.1.01.0.1. - Imposto sobre a Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.1.02.0.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.01.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.02.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.03.3.1. - IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Decreto no 5.533, 06 de setembro de 2005.

7.1.1.3.03.4.1. - IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.5.01.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.5.02.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.9.99.0.1. - Outros Impostos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.2.1.01.0.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Qualquer lei específica que estabeleça o pagamento da taxa, como: Lei Complementar nº 89, de 1997; Lei nº 6.815, de 1980; Lei nº 7.940, de 1989, art. 1º; Lei nº 9.017, de 1995, art. 17; Lei nº 9.427, de 1996, arts. 12 e 13; Lei nº 9.716, de 1998, art. 3º; Lei nº 9.765, de 1998, art. 1º; Lei nº 9.782, de 1999, art. 23 a 26; Lei nº 9.933, de 1999, arts. 11 e 11-A; Lei nº 9.960, de 2000, art. 1º; Lei nº 9.961, de 2000, art. 18 a 23; Lei nº 10.826, de 2003, art. 11; Lei nº 10.834, de 2003, art. 1º; Lei nº 10.870, de 2004; Lei nº 10.893 de 2004, art. 37; Lei nº 12.154, de 2009; Lei nº 12.249, de 2010, art. 48; Lei nº 12.995, de 2014, arts. 13, 26, parágrafo único, e 27; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 50.

7.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.02.3.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.02.4.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.03.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

7.1.2.1.04.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, arts. 17-B e 17-G;
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

7.1.2.1.05.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6º; e
MPV nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - art. 39.

7.1.2.1.06.0.1. - Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.2.1.07.0.1. - Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 37.

7.1.2.2.01.0.1. - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

7.2.1.2.02.0.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996 e Constituição Federal, art. 98, § 2º.

7.1.3.1.99.0.1. - Outras Contribuições de Melhoria - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.01.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.01.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.02.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.02.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.49.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.49.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.01.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.01.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.02.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.02.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.49.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.49.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.01.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.01.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.02.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.02.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.49.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.49.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.01.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.01.2.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.02.0.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.49.0.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.01.1.1. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.01.1.5. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

7.2.1.5.01.2.1. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.01.3.1. - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.01.4.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.01.5.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.01.6.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.02.1.1. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40;

Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º;

Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º

7.2.1.5.02.1.5. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

7.2.1.5.02.2.1. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40;

Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

7.2.1.5.03.0.1. - Contribuição do Servidor - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.04.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.04.2.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.04.3.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.01.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.01.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.02.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.02.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.05.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.6.05.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social - Forças Armadas - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.01.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.01.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.02.1.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.02.2.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.04.1.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.04.2.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.06.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.06.2.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.7.07.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35.

7.2.1.9.01.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;

Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972; e

Portaria nº 20.749, de 17 de setembro de 2020.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

7.2.1.9.01.2.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

7.2.1.9.02.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 8º, inciso IV;
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, art. 589, inciso I, alínea "d", e inciso II, alínea "e";
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º; e
Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008.

7.2.1.9.02.2.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.03.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, art. 1º (Criação da Contribuição);
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, art. 12 (Extinção da Contribuição);
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994;
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e
Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única).

7.2.1.9.03.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º (Criação da Contribuição);
Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º, § 2º (Estabelece a vigência da contribuição);
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001.
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e
Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única).

7.2.1.9.03.3.1. - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.04.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.04.2.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.05.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, arts. 1º, 2º e 3º;
Lei 11.182 de 27 de setembro de 2005, Art. 31, III; e
Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º.

7.2.1.9.05.2.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.06.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1º; e
Decreto nº 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1º, e art. 2º, inciso I.

7.2.1.9.06.2.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.07.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.07.2.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.10.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.10.2.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.99.1.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.99.2.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.02.0.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.03.0.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e
Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988.

7.2.2.1.04.0.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.05.0.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.06.0.1. - Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001;
Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004;
Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e
Decreto nº 7.204, de 8 de junho de 2010.

7.2.2.1.07.0.1. - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000, Art. 6º, inciso IV; e
Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022.

7.2.2.1.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000; art. 4º, inciso III; e
Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001.

7.2.2.1.10.0.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

7.2.2.1.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2º §§ 3º e 4º, inciso II; e
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.

7.2.2.1.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11, § 1º; e
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.

7.2.2.1.12.1.1. - Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 1, e art. 2º;
- Lei nº 2.613, de 1955, art. 6º;

- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º, c.c. Medida Provisória nº 1.154, de 2023, arts. 25, 65 e 66; e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.

7.2.2.1.12.2.1. - Contribuição Relativa às Atividades Rurais em Imóveis Sujeitos ao ITR - CIDE Atividade Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.13.0.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas - Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.3.1.00.0.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.1.1.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º;
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

7.3.1.1.01.2.1. - Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, art. 92;
Decreto-Lei nº 2.398/87, art. 6-B (introduzido pelo art. 27 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015);
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; e
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.

7.3.1.1.02.0.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (art. 13, inciso II, §1º), no caso da CDE/ANEEL;
- Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967;
- Código Civil, art. 1.370;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- Portaria Interministerial MP-MMA nº 436, de 2 de dezembro de 2009; e
- Art. 12, § 2º, do Decreto nº 7.154, de 9 de abril de 2010.

7.3.1.1.99.0.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

7.3.2.1.01.0.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Medida Provisória nº 2170-36, de 23 de agosto de 2001, arts. 1º e 2º, §§ 1º e 4º.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, III; e
Legislação específica para cada caso.

7.3.2.1.02.0.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.2.1.03.0.1. - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e
Legislação específica para cada caso.

7.3.2.1.05.0.1. - Juros de Títulos de Renda - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.2.1.06.0.1. - Juros sobre o Capital Próprio - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.2.2.01.0.1. - Dividendos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.2.3.01.0.1. - Participações - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.2.9.99.0.1. - Outros Valores Mobiliários - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.1.01.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.1.02.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.1.03.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.1.04.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.1.05.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.2.02.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.2.03.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.2.04.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.3.01.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.3.01.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.3.02.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.3.03.1.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.3.04.1.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.3.05.0.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 2º e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Art. 1º, Inciso I, da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000;
Arts. 48 e 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e
Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

7.3.3.3.06.1.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.3.99.1.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.3.3.99.2.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.01.0.1. - Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3o e art. 2o, III.

7.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação da 12.734/2012);
Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III.

7.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei n 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III e art. 3o.

7.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012);
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

7.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.1.05.0.1. - Participação do Proprietário da Terra - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 52 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.3.01.3.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.3.01.4.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela de Estados e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010;
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Projeto de Lei nº 5478, de 2019.

7.3.4.3.02.4.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.4.01.0.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.4.02.0.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 c/c Decreto nº 1, de 1991. Repartição de recursos estabelecida pelo art. 2º, §2º, da Lei nº 8.001, de 1990 (com atualizações efetuadas pelo art. 2º da Lei nº 13.540, de 2017).

7.3.4.5.01.0.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 12, inciso IV e art. 20;
Item III do Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, bem como documentos interpretativos subsequentes.

7.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 22; e
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 3º.

7.3.4.5.03.3.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, art. 2º, caput e § 1º-A.

7.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.6.03.0.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.9.01.0.1. - Compensações Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

7.3.5.1.02.0.1. - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009;
Art. 10 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009;
Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 - art. 29;
Decreto nº 11.236, de 18 de outubro de 2022;
Resolução Normativa IBRAM nº 15, de 14 de março de 2022;
Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.

7.3.5.1.04.0.1. - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2004, art. 6º; e
Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

7.3.6.1.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

7.3.6.1.01.2.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

7.3.9.1.01.1.1. - Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.9.1.01.2.1. - Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.9.1.01.4.1. - Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.9.1.01.6.1. - Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.9.1.01.7.1. - Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35.

7.3.9.99.0.1. - Outras Receitas Patrimoniais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.4.1.1.01.0.1. - Receita Agropecuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.5.1.1.01.0.1. - Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.5.1.1.02.1.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União - Contratos de Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.
Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".
Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, arts. 45 e 46.
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

7.5.1.1.02.2.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União - Acordos de Individualização de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.
Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".
Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, art. 2º, inciso IX, e arts. 33 e 36.
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso IV.

7.6.1.1.01.0.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.6.1.1.02.0.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.1.1.03.0.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38;
Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1963;
Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;
Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º;
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II;
Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003;
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Decreto nº 98.812, de 9 de janeiro de 1990;
Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89;
Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º;
Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;
Resolução CONTRAN nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e
Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

7.6.1.1.04.0.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.6.1.1.05.0.1. - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.01.1.1. - Serviços de Navegação Aérea - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.01.2.1. - Serviços de Navegação Naval - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.02.0.1. - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.03.0.1. - Serviços Portuários - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.3.1.01.0.1. - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; e
Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

7.6.3.2.01.0.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.4.1.01.0.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Legislação correlata.

7.6.4.1.02.0.1. - Concessão de Avals, Garantias e Seguros - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.4.1.03.0.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.9.99.0.1. - Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.7.1.7.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

7.7.2.4.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.2.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.2.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.5.9.99.0.1. - Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.1.1.01.0.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Qualquer Lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo.

7.9.1.1.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.9.1.1.02.2.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

7.9.1.1.03.0.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).

7.9.1.1.04.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

7.9.1.1.05.0.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (Art. 13, § 1º, inciso II)
Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017 (Art. 2º, inciso II); e
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 (Art. 17, inciso II e Art. 24, inciso VII).

7.9.1.1.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 14, I, art. 17-C, §2º, art. 17-I;
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990; e
Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.

7.9.1.1.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; e
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

7.9.1.1.07.0.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

7.9.1.1.08.0.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008;
Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015;
Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Penal (Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941);
Qualquer outra legislação, desde que tenha sido utilizada como base normativa para a aplicação de multa no âmbito de sentença judicial.

7.9.1.1.09.0.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.9.1.1.10.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV; Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.

7.9.1.1.11.0.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.1.1.12.0.1. - Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, art. 21.

7.9.1.1.13.1.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, Art. 6º, inciso I.

7.9.1.1.13.2.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, art. 16, §2º.

7.9.1.1.14.0.1. - Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

7.9.2.1.01.0.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

7.9.2.1.02.0.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.

7.9.2.1.03.0.1. - Indenização por Sinistro - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.1.04.0.1. - Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, art. 3º-B, inciso III; e
Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 28, inciso III.

7.9.2.1.99.0.1. - Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;
Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

7.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.02.0.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.03.0.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.04.0.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.05.0.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.9.2.2.06.3.1. - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.</p>	<p>7.9.3.1.09.0.1. - Recursos dos patrimônios acumulados do PIS/PASEP não reclamados por prazo superior a 20 anos. - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.2.06.4.1. - Restituição de Despesas Financeiras de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Art. 121 ADCT-CF/88 (inserido pela EC 126/2022); art. 107, § 6º-B ADCT-CF/88; art. 239, § 2º, CF/88</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.</p>	<p>7.9.3.1.99.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público por Demais Infrações ou Crimes Previstos em Legislação Especial - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.2.07.0.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.01.0.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.2.08.0.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.02.0.1. - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.2.09.0.1. - Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Arts. 7º a 9º da Lei no 12.546, de 2011.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008; Demais dispositivos legais que tratam da restituição de recursos de fomento.</p>	<p>7.9.9.9.03.0.1. - Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Art. 40 e § 9º do art. 201 da Constituição Federal; Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.</p>
<p>7.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.04.0.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.2.11.0.1. - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.05.0.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.2.12.0.1. - Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.06.0.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.2.13.0.1. - Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.2.99.0.1. - Outras Restituições - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.08.2.1. - Reversão da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.3.01.0.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.09.0.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.3.02.0.1. - Ressarcimento de Custos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.10.0.1. - Reserva Global de Reversão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Leis que determinem o ressarcimento de custos, como: Art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001; Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, art. 41-B-A CRESCIDO PELO ART. 3º DA Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998. STF E STJ; Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004</p>	<p>7.9.9.9.11.0.1. - Variação Cambial - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.3.03.0.1. - Reversão de Garantias - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.3.04.0.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.3.05.0.1. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.2.3.05.0.5. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Multas - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: - Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II; - Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e - Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.</p>
<p>7.9.2.3.99.0.1. - Outros Ressarcimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.15.0.1. - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.3.1.01.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.16.1.1. - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.3.1.02.0.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (art. 6º, §5º); Lei nº 9.469/1997 (art. 1º c/c art. 4º-A) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995;</p>
<p>7.9.3.1.03.0.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.17.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPMP - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.3.1.04.0.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.18.0.1. - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.3.1.05.0.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.19.0.1. - Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias - Principal</p>
<p>Amparo Legal: A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.</p>
<p>7.9.3.1.06.0.1. - Bens, Direitos e Valores Objeto de Renúncia Voluntária em Acordo de Não Persecução Penal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.20.0.1. - Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.3.1.07.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor da União em Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.21.0.1. - Resultado Positivo nas Operações de Comercialização de Energia no Âmbito da CCEE - principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.9.3.1.08.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.9.9.99.1.1. - Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
	<p>7.9.9.9.99.2.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
	<p>Amparo Legal:</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.	8.3.1.1.04.0.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.9.9.9.99.3.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.3.1.1.05.0.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.	Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
8.1.1.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.3.1.1.06.0.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.1.1.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias	Amparo Legal: Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.
Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.	8.3.1.1.07.1.1. - Amortização de Financiamentos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.1.1.1.03.0.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.3.1.1.07.2.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 184; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; e Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.	8.3.1.1.07.3.1. - Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.1.1.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.1.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000	8.4.1.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.1.1.3.01.0.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.2.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.1.1.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.2.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.1.2.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.2.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.1.2.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.	8.4.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.1.2.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.3.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.1.2.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.2.1.1.01.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Temporários - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.4.1.99.0.1. - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.2.1.1.02.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Permanentes - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.5.1.01.0.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.2.1.2.01.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.2.1.2.02.0.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.6.1.99.0.1. - Outras Transferências do Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.2.1.2.03.0.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.2.1.2.04.0.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.9.1.99.0.1. - Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.2.1.3.01.0.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.2.2.1.01.0.1. - Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.4.9.9.99.0.1. - Outras Transferências de Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44; Lei nº 13.240/2015, art. 1º, §§ 1º e 2º; art. 8º; art. 18, parágrafo único; art. 20, § 1º; Lei nº 8.025/1990, arts. 1º e 12; e Lei nº 9.636/1998, art. 24, 29 e 45.	8.9.1.1.01.0.1. - Integralização de Capital Social - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.2.2.1.02.0.1. - Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.9.2.1.01.0.1. - Resultado do Banco Central – Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44, combinado com a Lei nº 13.240/2015, art. 18, caput.	Amparo Legal: Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008; Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.
8.2.3.1.01.0.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.9.2.1.02.0.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.3.1.1.01.0.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal - Operações Intraorçamentárias	Amparo Legal: Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008; Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.
8.3.1.1.02.0.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.9.3.1.01.0.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.3.1.1.03.0.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias	

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

8.9.4.1.01.0.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.9.9.99.0.1. - Outras Receitas de Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Ações Orçamentárias padronizadas da União

0005 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)

Constituição Federal, art. 100 e Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.

0022 Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, arts. 513 a 527 - Execução de sentenças civis com obrigação de pagar;
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, arts. 876 a 892 - Execução de sentenças trabalhistas;
LRF - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 50, III - Estatais dependentes estão obrigadas a obedecer as normas de contabilidade pública.

0029 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste

Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.

0030 Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste

Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.

0031 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste

Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.

0044 Transferência ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159)

Constituição Federal, art. 159, inciso I, alínea "a" (Da repartição das repartições tributárias).

0045 Transferência ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159)

Constituição Federal, art. 159, inciso I, alíneas "b","d","e"; Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997 (Da repartição das repartições tributárias).

0046 Transferência da cota-parte dos Estados e DF exportadores na arrecadação do IPI (CF, Art. 159)

Constituição Federal, art. 159, inciso II e §2º (Da repartição das repartições tributárias); Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989 (Participação dos estados e DF na arrecadação do IPI, relativamente às exportações).

006M Transferência do imposto territorial rural - ITR

Constituição Federal, art.158, inciso II (Da repartição das repartições tributárias) e art. 153, § 4º, inciso III.

009T Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal

Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIV; e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

009W Compensação Previdenciária

Lei 9.796, de 05 de maio de 1999; Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998; e Lei 10.666, de 08 de maio de 2003, art. 12.

00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 32

00G5 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Constituição Federal, art. 100. Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004

00H4 Seguro Desemprego

Art. 7º, inciso II, da Constituição Federal; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001; Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002; e Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015.

00H6 Transferência do imposto sobre operações financeiras Incidentes sobre o ouro - IOF Ouro

Constituição Federal, art.153, §5º (Prevê a repartição do IOF-Ouro); Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989 (Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e seu tratamento tributário).

00NR Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.

00NS Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020

00NT Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 2º e 32; Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 54, inciso IV; e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001, em vigor por força do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001

00OM Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)

Lei nº 12.855, de 29/9/2013

00PX Transferência de Recursos Arrecadados por Taxa de Ocupação, Foro e Laudêmio

Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, art. 27.

00Q2 Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.

00QN Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal

Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.

00QY Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes

Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 842.
Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

00RS Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos do FCDF

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.

00S6 Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012

Benefício Especial - Lei 12.618, de 30 de abril de 2012, art. 3º, § 1º.

00SJ Benefícios Previdenciários

CF/88, art. 201; Leis nº 8.212/91, nº 8.213/91 e nº 10.666/03; e Decreto nº 3.048/99.

00UX Demais Aposentadorias e Complementações

Servidores inativos e pensionistas do MS - Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, art. 27;
Extinta VIFER - Lei 3.887, de 8 de fevereiro de 1961;
RFFSA - Leis nº 8.186, de 21 de maio de 1991 e nº 10.478, de 28 de maio de 2002;
Extinto IPC - Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997;
Estatutários - Decretos-Lei nºs 3.768, de 28 de outubro de 1941, e 6.209, de 19 de janeiro de 1944, e Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950; e
ECT - Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992.

0179 Pensões Militares da União

Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 (extinto Território Federal de Rondônia).
Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002 (extinto Estado da Guanabara) (extinto Estado da Guanabara); artigo 14, do ADCT, (ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima).
Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.
Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.
Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 (extinto Território Federal do Acre).
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.
Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020.

0181 Aposentadorias e Pensões Cíveis da União

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

0223 Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)

Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º e Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º.

0312 Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal

Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIV; e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

0369 Transferência das Quotas Estadual e Municipal do Salário-Educação

Constituição Federal de 1988, art. 212, §§ 5º e 6º; Lei 9.766 de 18 de dezembro de 1998; Lei 11.457, de 16 de março de 2007, art. 3º, §6º; Decreto 6.003, de 28 de dezembro de 2006.

0534 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte (FNO)

Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.

0536 Benefícios de Legislação Especial

Montepio Civil: Decreto nº 942 A, de 31 de outubro de 1890;
Vítimas da Talidomida: Lei nº 7.070, de 1982 e Lei nº 8.686, de 1993;
Hemodíalise de Caruaru: Lei nº 9.422, de 1996;
Césio 137: Lei nº 9.425, de 1996;
Acidente de Alcântara: Lei 10.821, de 2003;
Hanseníase: Lei nº 11.520, de 2007;
Jogadores das Seleções de Futebol de 1958, 1962 e 1970: Lei nº 12.663, de 2012;
Indenização a Viúvas: Lei nº 1.593, de 1952; Lei nº 3.130, de 1957; Lei nº 5.598, de 1970;
Pensão a dependentes de vítimas de acidentes: Lei nº 6.467, de 1977; Lei nº 6.929, de 1981; Lei nº 9.599, de 1997;
Veteranos da Revolução Acreana: Lei nº 3.951, de 1960;
Indenização a dependentes de vítima em dependência da Polícia Federal: Lei nº 9.305, de 1996;
Zika Vírus: Lei nº 13.985/2020;
entre outras.

0546 Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)

Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º e Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º.

0547 Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º)

Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º e Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 2º.

0581 Abono Salarial

Art. 239, § 3º, da CF, combinado com o art. 9º da Lei nº 7.998/90.

0625 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor

CF/88, art. 100, § 3º e Lei 10.259, de 2001, art. 17, § 1º, Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.

0643 Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)

Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

0739 Indenização a Anistiados Políticos

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 8º;
Lei nº 6.583, de 28 de agosto de 1979;
Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002; e
Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006.

0999 Transferência de repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Combustíveis

Constituição Federal, art.159, inciso III (Da repartição das repartições tributárias); Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (Institui a CIDE-Combustíveis e dá outras providências).

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004

0A53 Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)

Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º, Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997, arts. 48, 49 e 50, Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, e Decreto nº 2.705 de 3 de agosto de 1998, arts. 35 e 35-A.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

0C03 Transferência de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art. 39)

Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, art. 39, inciso II, alíneas "a" e "b" e § 1º.

0C33 Transferência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

Constituição Federal de 1988, art.212-A (Prevê a existência do FUNDEB); Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (Regulamenta a previsão constitucional do FUNDEB); Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021 (Regulamenta a Lei nº 14.113/2020).

0EC7 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios relativos à complementação da União ao Fundef)

Emenda Constitucional nº 114, de 2021, Art. 4º

0EC8 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios parcelados ou objetos de acordos)

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, Art. 107-A, § 3º (acordo direto) e §20 do art. 100 da Constituição Federal (precatórios parcelados).

0Z00 Reserva de Contingência - Financeira

Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III.

0Z01 Reserva de Contingência Fiscal - Primária

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III, alínea "b"; e LDO de cada exercício.

0Z05 Reservas Específicas para o atendimento de emendas de execução obrigatória, exceto destinadas a ações e serviços públicos de saúde

Constituição Federal, art. 166, §§ 9º e 12.

0Z08 Reservas Específicas para o atendimento de emendas de execução obrigatória destinadas a ações e serviços públicos de saúde

Lei nº 14436, de 9 de agosto de 2022

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

- Servidores civis e empregados públicos: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 206-A, 230 - geral; Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 - para exames periódicos; acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados - para empresas estatais dependentes; demais legislações específicas;

- Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, Inciso IV, alínea e), e art. 50-A - para assistência médica aos militares;

Lei nº 13.954, de 16 de novembro de 2019, Art. 13, Inciso II; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 25 - para contribuição própria dos militares; e Decreto nº 92.512, de 02 de abril 1986 - tanto para assistência médica quanto para respectivas contribuições dos militares; e

- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei 10.486, de 04 de julho de 2002, arts. 32 e 65 e Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, arts. 99 e 100.

20TP Ativos Civis da União

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT.
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Para todos os benefícios obrigatórios:
Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo que contempla as despesas que não estão sujeitas à limitação de empenho, conforme disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Auxílio-Alimentação:

- Servidores civis e empregados públicos:
Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, art. 22 - geral; e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados - para empresas estatais dependentes;

- Militares das Forças Armadas:

Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea g;
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, alínea e, art. 3º, inciso XIII e Anexo IV, Tabela III;
Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, Seção V; e

- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea e, art. 3º, Inciso XIII, art. 65, Anexo IV, Tabela III.

Auxílio-Transporte:

- Servidores civis e empregados públicos:
Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001 (geral);
- Militares das Forças Armadas:
Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019, art. 11;
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alínea b, art. 3º, inciso X; e
- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea b, art. 3º, X, e art. 65.

Assistência Pré-Escolar:

- Geral:
Constituição Federal de 1988 art. 7º, inciso XXV; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 54, inciso IV;
- Servidores civis:
Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993;
- Empregados públicos:
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), art. 389, §§ 1º e 2º, e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes;
- Militares das Forças Armadas:
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso II, alínea b; e
- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso II, alínea a, art. 3º, X, e art. 65.

Auxílios funeral e natalidade:

- Servidores civis:
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 196 e 226;
- Empregados públicos: acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes;
- Militares das Forças Armadas:
Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea f;
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alíneas f e h, art. 3º, Incisos XIV e XVI, e Anexo IV, Tabelas IV e V; e
- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alíneas g e i, art. 3º, Incisos XV e XVII, art. 65, e Anexo IV, Tabelas IV e VI.

Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa:

- Militares das Forças Armadas:
Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea h; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alíneas d, art. 3º, Inciso XII, e Anexo IV, Tabelas II; e
Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64; e
- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea d, art. 3º, XII, art. 65, e Anexo IV, Tabela II.

Indenização de Representação no Exterior - IREx e Auxílio-Familiar no Exterior: Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art. 8º, inciso III, alíneas a e b.

Salário-Família:

- Geral:
CF art. 7º, inciso XII;
- Servidores Civis:
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 185, inciso I, alínea c, e art. 197;
- Militares das Forças Armadas:
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso II, alínea c; e
- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso II, alínea c, art. 65.

Auxílio-reclusão: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 185, inciso II, alínea c, e art. 229.

214H Inativos Militares da União

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 14 - ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima;
Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 - extinto Território Federal de Rondônia;
Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002 - extinto Estado da Guanabara;
Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019;
Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020;
Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 - extinto Território Federal do Acre;
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001;
Portaria normativa nº 31/GM-MD, de 24 de maio de 2018;
Portaria Normativa nº 37/GM-MD, de 14 de junho de 2018.

21BW Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União

Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017.

21BX Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Ativos da União

Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017

21EP Retribuição no Exterior

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.

21EU Pagamentos extraordinários do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social - PEFPS

Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023.

21EZ Auxílio-Moradia dos Militares dos ex-Territórios

Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018 e Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002.

2867 Ativos Militares da União

Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 65.
Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.
Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

Demais Ações Orçamentárias, por Unidade Orçamentária

01101 Câmara dos Deputados

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Resolução da Câmara dos Deputados nº. 12, de 23 de junho de 2009.

00UT Contribuições Regulares a Organismos de Direito Internacional Público sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XV.
Decreto Legislativo nº 6, de 21/3/1988 c/c Decreto nº 97.212, de 12/12/1988; Decreto Legislativo nº 90, de 1992; e Resolução da Câmara dos Deputados nº 29 de 22/12/2004.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Ato da Mesa nº. 48 de 7/7/2009; Resoluções da Câmara dos Deputados nºs. 28 de 22/6/1955 e 29 de 22/12/2004.

0531 Compensação Financeira entre Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal

Lei 9.506/97 - art. 6º

10S2 Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados

Constituição Federal, art. 51, inciso IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 15, inciso XVII.

12F2 Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais

Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 15, inciso XVII e 266, Parágrafo Único.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e Ato da Mesa nº 104, de 1988.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, art. 21; Ato da Mesa nº 199, de 9 de agosto de 2021, Anexo VI; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 21-J.

4061 Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política

Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 265.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

01901 Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

4061 Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política

Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 265.

02101 Senado Federal

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL): Resolução nº 3/2011
União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS): Ato da Comissão Diretora nº 38/1997

00UT Contribuições Regulares a Organismos de Direito Internacional Público sem Exigência de Programação Específica

União Interparlamentar: Resolução do Senado Federal nº 9/1955
Parlamento Latino Americano: Decreto Legislativo CN nº 90/1992 e Decreto nº 97.212/1988
Parlaméricas: Resolução nº 2/2007 - CN

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XV.
Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento (ASGP): Ato da Comissão Diretora nº 5/2003

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Ato do Tercейро-Secretário nº 01, de 2010, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal nº 4584, de 16 de novembro de 2010.
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010

4061 Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política

Constituição Federal, arts. 52 e 59.

03101 Tribunal de Contas da União

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Arts. 70, 71, 72 e 73, Constituição Federal, Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010; Art. 18 da Resolução-TCU n.º 284, de 30 de dezembro de 2016.

4018 Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais

Arts. 70, 71, 72 e 73, Constituição Federal, Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

10101 Supremo Tribunal Federal

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Compromisso internacional do qual o Brasil é parte integrante.
- Comissão de Veneza: Ofício AIN n. 13 /2008/STF, de 3 de novembro de 2008 e Ofício S/N do MRE, de 28 de maio de 2009.
- Conferência Mundial sobre Justiça Constitucional (WCCJ): Correspondência JdemJU29 - Cdb/mj e Carta do Presidente do STF, de 12 de fevereiro de 2012.
- Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP): Ata de reunião da IV Assembleia da CJCPLP, realizada no dia 8 de abril de 2016, no Supremo Tribunal Federal.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/79 - LOMAN.
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/90.
Art. 50, inciso II da Lei nº 8625/93 - LONMP;
Art. 227 da Lei Complementar nº 75/93.

6359 Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal

Constituição Federal de 1988, art. 102.

11101 Superior Tribunal de Justiça

14PU Construção do Bloco G da Sede do STJ

Artigos 99 e 105 da Constituição Federal

157T Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Constituição Federal, art. 105, Parágrafo Único, inciso I.

15SY Construção do Edifício-Sede do CEFOR

Constituição Federal, art. 39, § 2º

20G2 Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Constituição Federal, art. 105, Parágrafo Único, inciso I.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Resolução CNJ n. 274, de 18 de dezembro de 2018; Resolução STJ/GP n. 6, de 21 de março de 2023, e Instrução Normativa STJ/GP n. 12, de 21 de março de 2023.

4236 Apreciação e Julgamento de Causas

Constituição Federal, arts. 104 e 105, art. 37, incisos de X a XV, art. 39 § 1º, Lei 10.474/02; Lei nº 10.461/02; Resolução CNJ nº 232; e Resolução CNJ nº 85.

12101 Justiça Federal de Primeiro Grau

11JL Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR

CF/88, art. 99.

11KR Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC

CF/88, art. 99.

12R9 Construção do Edifício-Sede II da Seção Judiciária em Salvador - BA (Juizados Especiais Federais)

CF/88, Art. 99.

12RS Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT

Art. 99 da CF/1988.

12SO Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Santana do Ipanema - AL

CF/88, art. 99.

13M3 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arcoverde - PE

Art. 99 da CF/1988.

14YI Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT

CF/88, Art. 99.

14YJ Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Parnaíba - PI

Art. 165, III da Constituição Federal de 1988, LOA/PPA.

15YW Construção de Galpão para Arquivo, Depósito e Almoarifado para a Seção Judiciária em Aracaju - SE

Art. 99 da CF/88.

160V Construção do Edifício-Anexo I da Seção Judiciária em Porto Velho - RO

Art. 99 da CF/88.

1J08 Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Naviraí - MS

CF/88, art. 99

1N39 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Campo Mourão - PR

Constituição Federal/88 Art. 99

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

CF/88, Art. 99.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.

4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal

CF/88, Artigos 99, 106 a 110.

12102 Tribunal Regional Federal da 1a. Região

11RV Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF

CF/88, Art. 99.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

CF/88, Art. 99

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.

4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal

CF/88, Artigos 99, 106 a 110.

12103 Tribunal Regional Federal da 2a. Região

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

CF/88, Art. 99.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.

4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal

CF/88, Artigos 99, 106 a 110.

12104 Tribunal Regional Federal da 3a. Região

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

CF/88, Art. 99.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.

4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal

CF/88, Artigos 99, 106 a 110.

12105 Tribunal Regional Federal da 4a. Região

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

CF/88, Art. 99.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.

4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal

CF/88, Artigos 99, 106 a 110.

12106 Tribunal Regional Federal da 5a. Região

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

CF/88, Art. 99.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.

4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal

CF/88, Artigos 99, 106 a 110.

12107 Tribunal Regional Federal da 6ª Região

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

CF/88, Art. 99.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.

4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal

CF/88, Artigos 99, 106 a 110.

13101 Justiça Militar da União

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, II da Lei Complementar nº 35/79. Art. 227, VIII, da Lei Complementar nº 75/93. Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

4225 Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União

Constituição Federal, arts. 122 a 124.

7808 Construção de Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar

CF/88 - art. 99.

14101 Tribunal Superior Eleitoral

005P Contribuição Voluntária ao Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral – IDEA

- Artigos 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
- Decreto nº 8.715, de 19 de abril de 2016 (Promulga os Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEA, com sede em Estocolmo, Suécia).
- Resolução TSE nº 23.483, de 28 de junho de 2016 (Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral).

005R Contribuição Voluntária ao Instituto Interamericano de Direitos Humanos da UNIORE - IIDH

Artigos 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Ata Constitutiva da UNIORE, subscrita em 22 de outubro de 1991;
Resolução TSE nº 23.483, de 28 de junho de 2016 (Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral).

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal

Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNU nº 443, de 17/01/2022.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União;
Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Lei nº 12.232, de 29/04/2010 - Normas gerais para licitação e contratação de serviços de publicidade;

21CN Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional

Lei nº 13.444, de 11/05/2017 - Identificação Civil Nacional (ICN)

21EE Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral

Resolução CNU nº 396/2021
Resolução TSE nº 23.644/2021

4269 Pleitos Eleitorais

Lei nº 4.373/65 - Código Eleitoral
Lei nº 9.504, de 30/09/1997 - Estabelece normas para as eleições
Lei nº 9.096, de 19/09/1995 - Dispõe sobre partidos políticos

7832 Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor

Art. 23 IX e XVIII da Lei nº 4.737/65; Art. 11 da Lei nº 8.868/1994, . Art. 5º, § 5º da Lei nº 12.034/10, Resolução TSE nº 23.335/2011; Resolução TSE nº 23.440/2015

14102 Tribunal Regional Eleitoral do Acre

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNU nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14103 Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNU nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14104 Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNU nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14105 Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

160Y Ampliação de Cartório Eleitoral em Barreiras - BA

Constituição Federal, arts. 92, 99 e 118. Lei nº 4.737/65 (cód. Eleitoral), art. 30.

160Z Ampliação de Cartório Eleitoral em Eunápolis - BA

Constituição Federal, arts. 92, 99 e 118.
Lei nº 4.737/65 (cód. Eleitoral), art. 30.

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNU nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14106 Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNU nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14107 Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNU nº 443, de 17/01/2022.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União;
Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral.

14108 Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14109 Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14110 Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14111 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14112 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14113 Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

14114 Tribunal Regional Eleitoral do Pará

161A Ampliação de Cartório Eleitoral em Altamira - PA

Constituição Federal, arts. 92, 99 e 118.
Lei nº 4.737/65 (cód. Eleitoral), art. 30.

161B Ampliação de Cartório Eleitoral em Concórdia do Pará - PA

Constituição Federal, arts. 92, 99 e 118.
Lei nº 4.737/65 (cód. Eleitoral), art. 30.

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

7XT3 Implantação de Usina de Energia Fotovoltaica do Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Constituição Federal, arts. 92, 99 e 118
Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral), art. 30

14115 Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

14116 Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14117 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14118 Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14119 Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União;
Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14120 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

1521 Ampliação de Cartório Eleitoral em Caicó - RN

Constituição Federal, Arts. 92, 99 e 118
Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral), Art. 30

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14121 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14122 Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

159L Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - RO

Constituição Federal, arts. 92, 99 e 118
Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral), art. 30

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

14123 Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

14124 Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

14125 Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

14126 Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins

15WC Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

14127 Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

14128 Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União;
Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

14901 Fundo Partidário

0413 Manutenção e Operação dos Partidos Políticos

Art. 17 da CF/88
Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995
Resolução nº 23.604, de 17 de dezembro de 2019

15101 Tribunal Superior do Trabalho

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15103 Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15104 Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15105 Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

134A Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS

Constituição Federal, art.99; Lei nº 10.098/2000; Resoluções CSJT nºs. 70/2010 e 130/2013.

134B Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS

Constituição Federal, art.99; Lei nº 10.098/2000; Resoluções CSJT nºs. 70/2010 e 130/2013.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15106 Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

159RH Aquisição e Implantação de Edifício-Sede do TRT da 5ª Região em Salvador/BA

Lei nº 10.770, de 2003.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15107 Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15108 Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Orçamentárias - LDO.

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15109 Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

134X Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santarém - PA

Lei nº 10.770, de 2003.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15110 Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

15NE Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Cascavel - PR

CF/88, artigo 99; e Lei de Criação: Lei nº 6.563, de 19 de setembro de 1978.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15111 Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15112 Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15113 Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

15WS Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Tubarão - SC

Lei nº 8.432/92

161D Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Araranguá - SC

Lei 7.729 de 1989.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15114 Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15115 Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15116 Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15117 Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15118 Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15119 Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15120 Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

1N02 Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió - AL

PPA 2023-2026.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15121 Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15122 Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15123 Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

11BC Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina - PI

CF/88 - Art. 99 e 111; Lei 8.221/91 (Criação do TRT da 22ª Região); Lei 11.653/2008 (PPA 2008/2015).

161E Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Parnaíba - PI

CF/88 - Art. 99 e 111; Lei 8.221/91 (Criação do TRT da 22ª Região) - VT de Parnaíba criada pela Lei nº 3.492 em 18/12/1958 e instalada em 09/11/1974.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15124 Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15125 Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15126 Conselho Superior da Justiça do Trabalho

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

16101 Tribunal de Justiça do Distrito Federal

13ZW Construção do Complexo de Armazenamento do TJDFT

Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008 - Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4234 Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal

CF/88 - art. 99; Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006

17101 Conselho Nacional de Justiça

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II, da Lei Complementar nº 35, 14 de março de 1979; Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e Resolução-CNJ nº 274, de 18 de dezembro de 2018.

21BH Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes e Gestão de Políticas Judiciárias

Constituição Federal/1988: Art. 103-B; e Artigo 39, Parágrafo 2º. Lei nº 11.364/2006. Lei nº 11.416/2006; Artigo 10. Lei nº 11.419/2006. Lei nº 13.709/2018. Lei nº 10.461, de 17 de maio de 2002. Resolução nº 76/2009-CNJ. Resolução nº 111/2010-CNJ. Resolução CNJ nº 185/2013. Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002. Regimento Interno do CNJ.

20101 Presidência da República

00QF Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas;

Decreto nº 9.217, de 4 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e autoriza a União a proceder à integralização de cotas em fundo administrado pela Caixa Econômica Federal.; e

Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 - Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI;

Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República; Decreto nº 11.412, de 10 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos;

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto-Lei 200, de 1967; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023;

15R5 Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - (ProPR)

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Art. 8º, § 1º; e Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei 200, de 1967; Decreto nº 10.907, de 20 de dezembro de 2021; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

2017 Comunicação Institucional

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 6º, Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.362, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal; e Normativos da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom:

1. Portaria MCOM nº 3.948, de 26 de outubro de 2021, que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal;

2. Portaria SECOM nº 8.016, de 28 de dezembro de 2022, sobre a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá orientações complementares;

3. Instrução Normativa nº 1 - SECOM/PR, de 19 de junho de 2023, que dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal - SICOM.

2005 Gerenciamento das Relações Institucionais do Governo

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios. Decreto nº 11.364, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a estrutura regimental da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

216X Funcionamento dos Conselhos e Comissões da Presidência da República

Decreto s/nº, de 26 de maio de 1999, Decreto nº 6.029, de 01 de fevereiro de 2007; Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013; Decreto nº 11.470, de 05 de abril de 2023.

216Z Gestão e Promoção do Programa de Parcerias de Investimentos

Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 - Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República; Decreto nº 11.412, de 10 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos;

217Y Gestão e Fomento de Políticas Públicas de Juventude

Lei 11.129, de 30 de junho de 2005; Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010; Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013; Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013; Decreto nº 8.537, de 05 de outubro de 2015; Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 11.535, de 19 de maio de 2023; Decreto nº 11.470, de 05 de abril de 2023; Decreto nº 11.572, de 20 de junho de 2023.

219M Implementação do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)

Constituição Federal, art. 84, caput, inciso VI, alínea "a"; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016; Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

21AP Apoio à Implementação da Política Nacional de Segurança da Informação

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

21C5 Elaboração de Estudos e Avaliação de Projetos de Investimentos do Governo Federal

Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 - Programa Nacional de Desestatização; Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 - Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998 - Programa Nacional de Desestatização; Resoluções PR/Conselho PPI - CPPI nº 14, de 23 de agosto de 2017 - Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais do setor de transportes no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, recomenda a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências; Resoluções PR/Conselho PPI - CPPI nº 18, de 23 de agosto de 2017 - Opina pela qualificação de medidas de desestatização relacionadas às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. e à Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, e autoriza a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais; e Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República; Decreto nº 11.412, de 10 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos;

2B27 Proteção e Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro

Lei nº 12.731, de 21 de novembro de 2012; Decreto nº 2.210, de 22 de abril de 1997; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

2C55 Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal

Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013; Decreto de 26 de maio de 1999; Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007; e Código de Conduta da Alta Administração Federal.

2E24 Gestão e Fomento da Participação e do Diálogo Social

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 6º, Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.362, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal; e Normativos da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom:

1. Portaria MCOM nº 3.948, de 26 de outubro de 2021, que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder

Executivo Federal;

2. Portaria SECOM nº 8.016, de 28 de dezembro de 2022, sobre a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá orientações complementares;

3. Instrução Normativa nº 1 - SECOM/PR, de 19 de junho de 2023, que dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal - SICOM.

4693 Segurança Institucional da Presidência da República

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

20118 Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21FY Modernização do Edifício Sede da ABIN

Decreto nº 92.100, de 10 de dezembro de 1985: estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do sistema de serviços gerais (Sisg) e dá outras providências; Portaria nº 2.296 do Ministério da Administração e Reforma do Estado, de 23 de julho de 1997: estabelece as práticas de projeto, construção e manutenção de edifícios públicos federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes do sistema de serviços gerais (Sisg), com exigências mínimas de aceitabilidade; Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais (Manual de Obras Públicas-Edificações: Práticas da SEAP); Obras Públicas: recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas (TCU); Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013: Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências;

2684 Ações de Inteligência

Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

20204 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

217Z Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital

Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Medida Provisória 2.200-2/2001, Decreto nº 6.605/2008, Decreto nº 11.206/2022; e resoluções do Comitê Gestor da ICP - Brasil; Decreto 10.543/2020, de 13 de novembro de 2020; Decreto nº 10.332/2020.

20415 Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

20B5 Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação

Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008; Lei 13.417, de 1º de março de 2017; e Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 218 da CF 1988; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 9.637/98; Decreto Presidencial nº 3.294/99; Decreto nº 8.180/13; Decreto nº 6.170/07; Decreto nº 4.077/02;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

20927 Fundo de Imprensa Nacional

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2804 Publicações Oficiais

Constituição Federal, Art. 37, caput; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017; Portaria nº 147, de 09 de março de 2006 do Ministro-Chefe da Casa Civil da PR; e Portaria nº 256, de 28 de agosto de 2018, do Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

22101 Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Lei nº 14.600, de 19.06.2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020. Publicada no D.O.U. 20.06.2023
Decreto nº 56.690, 09.08.1965 - Estabelece obrigatoriedade de ensaios prévios para tratores, implementos e seus órgãos ativos, máquinas e ferramentas agrícolas, de importação, montagem ou fabricação no país, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 11.08.1965
Decreto nº 9.699, 08.02.2019 - Transfere dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União para diversos órgãos do Poder Executivo federal, para encargos financeiros da União e para transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 606.056.926.691,00. Publicado no DOU de 8.2.2019
Instrução Normativa nº 3, de 3.04.2001 - Normas Gerais para Certificação de Sementes sob o Esquema da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OECD. Publicado no DOU de 26.04.2001
Portaria nº 598, de 30.06.2008 - Coordenação de Sementes e Mudas, do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a função de Autoridade Designada, para coordenar e executar no País a Certificação Varietal de Sementes voltada para o Comércio Internacional, coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OECD. Publicado no D.O.U., 02.07.2008
Ofício nº 0058965.0000019/2018-47 - MRE, de 27 de setembro de 2018;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Ofício nº 0015945.0000006/2019-66 – MRE, de 15 de abril de 2019
Ofício nº 7.180-MP, de 07.02.2017 -
Carta Convite da OCDE, de 12 de setembro de 2016;

0299 Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, I, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural;

Portaria Interministerial N.º 38 de 9 de março de 2004. (Art. nº 4, §2), que estabelece a formação e a manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários

0300 Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, incisos II, III e IV.

099F Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)

Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007;
Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010;
Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004; e
Resoluções do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) vigentes.

147S Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico

Decreto nº 7.672, de 18 de novembro de 1909;
Portaria nº 522, de 05 de abril de 2018 - Regimento Interno do Instituto Nacional de Meteorologia;
Lei Nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

162R Construção da Sede do Centro Nacional de Cães de Detecção

LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991 (ART. 28-A);
DECRETO GDF 40153, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019;
DECRETO Nº 10.282 DE 20 DE MARÇO DE 2020
INSTRUÇÃO NORMATIVA MINISTERIAL Nº 74, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018 ; E
PORTARIA Nº 104, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

2000 Administração da Unidade

Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal;
Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
Lei 14.133 de 01 de abril de 2021;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20M4 Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais

Constituição Federativa do Brasil de 1988 - art. 68 ADCT;
Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989;
Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998;
Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009;
Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012;
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 – Identificação, reconhecimento, delimitação demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas;
Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007;
Decreto nº 7.830 de 17 de outubro de 2012;
Decreto nº 10.473 de 24 de agosto de 2020;
Instrução Normativa nº 57 de 2009 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, destinação, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988;
Instrução Normativa nº 111 de 23 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas.
Lei Nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20ZT Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional

Lei nº 8.171, de 1991 - Dispõe sobre a Política Agrícola;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 6.464, de 2008 - Dispõe sobre a Designação e Atuação de Adidos Agrícolas junto a Missões Diplomáticas Brasileiras no Exterior;

20ZU Redução de Riscos na Atividade Agropecuária

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004, art. 22;
Decreto nº 9.841, de 18 de junho de 2019;
Portaria MAPA nº 412, de 30 de dezembro de 2020;
Manual de Crédito Rural (MCR) do BACEN, Capítulo 16-2-2; e
Resoluções do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) vigentes.

20ZV Fomento ao Setor Agropecuário

Constituição Federal, art. 187, VII;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Lei de Propriedade Industrial;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015;
Instrução Normativa INPI 25, de 21 de agosto de 2013;
Instrução Normativa MAPA nº 45, de 22 de agosto de 2015;
Portaria MAPA nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008;
Portaria MAPA nº 168, de 20 de agosto de 2015;
Portaria MAPA nº 164, de 16 de agosto de 2019;
Portaria MAPA nº 165, de 16 de agosto de 2019.

20ZY Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau

Lei Nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e
Decreto nº 11.332, de 01 de janeiro de 2023.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal (CF), Art. 218 – Da Ciência, Tecnologia e Inovação;
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais; e
Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 - Qualifica como Organização Social a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

- RNP.
Lei Nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

214W Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária

Lei nº 6.198, 26.12.1974 – Lei que dispõe sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias dos Produtos à Alimentação Animal, e dá outras Providências. Publicada no DOFC DE 27/12/1974, P. 15013.
Lei nº 6.894, 16.12.1980 – Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, e dá outras providências. Publicado no DOFC DE 17/12/1980.
Lei nº 7.678, 08.11.1988 – Lei que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 09/11/1988, P. 21561.
Lei nº 8.918, 14.07.1994 – Lei que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 15.07.1994
Lei nº 9.972, 25.05.2000 – Lei que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. 26.05.2000
Lei nº 8.171, 17.01.1991- Lei da política agrícola. Publicada no D.O.U. 18/01/1991. P. 1330
Lei nº 10.831, 23.12.2003 Lei que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Publicado no DOU de 24.12.2003
Lei nº 4.716, 29.06.1965 – Lei que dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País. Publicado no DOU de 07.07.1965
Lei nº 7.291, 19.12.1984 – Lei que dispõe sobre as atividades da equideocultura no País, e dá outras providências. Publicado no DOU de 20.12.1984
Lei nº 1.283,18.12.1950 – Lei que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Publicado no DOU de 19.12.1950
Lei nº 6.437, 20.08.1977 – Lei que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Publicado no DOU de 24.8.1977
Lei nº 7.889, 23.11.1989 – Lei que dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências. Publicado no DOU de 24.11.1989.
Lei nº 8.078, 11.09.1990 – Lei que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Publicado no DOU de 12.9.1990 e Retificado em 10.1.2007
Lei nº 10.711, 05.08.2003 – Lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. Publicado no DOU de 06.08.2003
Lei nº 7.802,11.07.1989 – Lei que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Publicado no DOU de 12.7.1989.
Lei nº 10.814, 15.12.2003 – Lei que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 16.12.2003
Lei nº 10.688,13.06.2003 – Lei que estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 16.6.2003
Lei Nº 9.456, 25.04.1997 – Lei que Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. Publicado no DOU de 8.4.1997, retificado em 26.08.1997 e 25.09.1997.
Lei nº 11.105, 24.03.2005 – Lei que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 28.03.2005.
Lei nº 13.123, 20.05.2015 – Lei que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea f do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 14.05.2015
Lei nº 14.151, 29.12.2022- Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 7 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 6.296, 11.12.2007 - Aprova o Regulamento da Lei no 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal, dá nova redação aos arts. 25 e 56 do Anexo ao Decreto no 5.053, de 22 de abril de 2004, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. DE 12/12/2007, P. 21
Decreto-Lei nº 467, 13.02.1969 - Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabricarem e dá outras providências. Publicado no DOFC 14/02/1969
Decreto Regulamentar nº 4.954, 14.01.2004 - Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas destinados à agricultura. Publicado no D.O.U. de 15.01.2004.
Decreto Regulamentar nº 8.198, 20.02.2014 - Regulamenta a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho. Publicado no D.O.U. DE 21/02/2014, P. 1 EDIÇÃO EXTRA.
Decreto Regulamentar nº 6.871, 04.06.2009 - Regulamenta a Lei no 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. Publicado no D.O.U. 05.06.2009.
Decreto Regulamentar nº 6.268, 22.11.2007 - Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 23/11/2007, P. 24
Decreto-Lei nº 917, 08.10.1969 - Dispõe sobre o emprego da Aviação Agrícola no País e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 08.10.1969
Decreto nº 5.121, 29.06.2004 - Regulamenta a Lei no 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 30.6.2004
Decreto nº 6.323, 27.12.2007 - Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Publicado no DOU de 28.12.2007
Decreto 6.913, 23.07.2009 - Acresce dispositivos ao Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. DOU de 24.07.2009
Decreto nº 96.993, 17.10.1988 - dispõe sobre as atividades da equideocultura no País e dá outras providências.
Decreto nº 187, 9.08.1991- dispõe sobre a inspeção e fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos.
Decreto nº 5.741, 30.03.2006 - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. Publicado no DOU de 31.3.2006
Decreto nº 66.183, 05.02.1970 - Regulamenta o decreto-lei nº 923, de 10 de outubro de 1969, que dispõe sobre a comercialização do leite cru. Publicado no D.O.U. de 06.02.1970
Decreto nº 5.053, 22.04.2004 - Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabricam ou Comerciam, e dá outras providências. Publicado no DOU de 23.4.2004
IN SDA nº 13, 03.10.2003 – Produtos de uso veterinário. Publicado no D.O.U. de 06/10/2003
Decreto nº 10.586, 18.12.2020 - Regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.
Decreto nº 4.074, 04.01.2002 - Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Publicado no DOU de 08.01.2002

Decreto nº 5.549, 22.09.2005 - Dá nova redação e revoga dispositivos do Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Publicado no DOU de 23.09.2005

Decreto nº 5.981, 06.12.2006 - Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Publicado no DOU de 07.12.2006

Decreto nº 6.480, 24.04.2003 -Regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis. Publicado no D.O.U. de 25.4.2003 e republicado no D.O.U. de 28.4.2003

Decreto nº 4.846, 25.09.2003 -Regulamenta o art. 3o da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004 e dá outras providências.

Decreto nº 2.366, 05.11.1997 -Regulamenta a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, e dá outras providências. Publicado no DOU de 06.11.1997

Decreto Legislativo nº 70, de 2006 - Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/5/2008, Página 1 (Replicação)

Decreto nº 6.476, 05.06.2008 - Promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em 3 de novembro de 2001, e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002. Publicado no DOU de 06.06.2008

Decreto nº 2.519, 16.03.1998 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Publicado no D.O.U. de 17.03.1998

Decreto nº 5.813, 22.06.2006 - Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Publicado no DOU de 23.06.2006.

Decreto nº 8.236, 05.05.2014 - Regulamenta a Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, que dispõe sobre a organização, o funcionamento, a execução e as exigências indispensáveis à eficiência do registro genealógico de animais domésticos no País. Cap. II, Item 1, do

Anexo à Portaria/SNAP nº 47, de 1987; Título II, Item 4.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 09, de 1989; Título II, Item 4, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1986; Título III, Item 5.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1987;

Decreto Legislativo nº 28, 19.04.1999 - Aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, de 2 de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e 23 de outubro de 1978. Publicado no DOU de 20/04/1999

Decreto nº 3.109, 30.06.1999 - Promulga a Convenção Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais, de 2 de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e 23 de outubro de 1978. Publicado no D.O.U. de 01.07.1999

Decreto nº 10.179, 18.12.2019 - Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos.

Decreto nº 9.013, de 29.03.2017 - Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Publicado no DOU em 30.3.2017 e retificado em 1º.6.2017

Decreto nº 10.468, de 18.08.2020 - Dispõe sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Publicado no DOU de 19.08.2020

Decreto Legislativo nº 147, 2011 - Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuario nº 3. Publicado no DOU de 10.06.2011

Decreto nº 8.133, 28.10.2013 - Dispõe sobre a declaração de estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, e dá outras providências. Publicado no DOU de 29.10.2013

Decreto nº 8.762, 10.05.2016 - Dispõe sobre a Força Nacional do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - FNSuasa e dá outras providências. Publicado no DOU de 11.5 e republicado em 12.5.2016

Decreto nº 11.332, 1.01.2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Decreto nº 24.548, de 3.07.1934 - Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal. Publicado na Coleção de Leis do Brasil de 1934.

Decreto nº 27.932, de 28.03.1950 - Aprova o Regulamento para aplicação de medidas de defesa sanitária animal. Publicado no D.O.U. de 30.3.1950

Portaria/SNAP nº 47, 15.10.1987 - Normas de procedimento técnico. Publicado no D.O.U., 23/10/1987.

Portaria nº 503, de 1997 - TABELA DE VALORES DE SERVIÇOS DECORRENTES DA LEI Nº 9.456, DE 25 DE ABRIL DE 1997 E DECRETO Nº 2.366, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1997. Publicado no D.O.U. de 04/12/1997. ...

Portaria nº 7, 10.03.2006 - Regulamento técnico para a produção, o controle e o uso de vacinas e diluentes para a avicultura. Publicado no DOU de D.O.U., 20.03.2006 e RET. 22.03.2006.

Portaria nº 38, de 2006 - Aprovar o Regimento Interno do Laboratório Nacional de Análise, Diferenciação e Caracterização de Cultivares, na forma do Anexo à presente Portaria. Publicado no D.O.U. de 08.02.2006 e RET. 06.03.2006.

Portaria MAPA nº 301, 19.04.1996 - Aprovar as normas complementares anexas, elaboradas pela Secretaria de Defesa Agropecuária, a serem observadas pelos estabelecimentos que fabriquem e ou comerciem produtos de uso veterinário. Publicado no D.O.U. de 25.04.1996

Portaria MAPA 19, 04.02.2015 - Anexo de doenças de notificação obrigatória de animais aquáticos ao Serviço Veterinário Oficial (SVO). Publicado no DOU de 09.02.2015

Portaria nº 116, de 20.09.2017 - Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Recursos do Seguro Social. Publicado no D.O.U. de 20.03.2017.

Instrução Normativa MAPA nº 17, 13.07.2006; Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 1998 - a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores; inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico. A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem vegetal e animal, bem como a dos insumos agropecuários, será gerida de maneira que os procedimentos e a organização da inspeção se façam por métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados. § 1o Na inspeção poderá ser adotado o método de análise de riscos e pontos críticos de controle. Publicado no DOU em 14.07.2009.

IN nº 8, 25.06.1999 - Estabelece que a guarda e conservação das amostras vivas destinadas à manipulação e coleção de germoplasma de cultivar protegida, nos termos do parágrafo único do artigo 22, da Lei nº 9.456/97, caberão ao titular do Certificado de Proteção, ou ao seu representante legal, na qualidade de fiel depositário. Publicado no D.O.U. de 05/07/1999, Seção 1, Página 14

IN nº 35, 06.06.2008 - Formulário para preenchimento de proteção de cultivar. D.O.U.09/06/2008

Instrução Normativa Interministerial MAPA/MAPA 7, 08.05.2012 - Institui o Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB), estabelece os procedimentos para a sua execução e dá outras providências. Publicado no DOU de 09/05/2012 - SEÇÃO 1

Instrução Normativa MAPA 03, de 2012 Altera redação dos Arts. 3º, 6º e 8º da Instrução Normativa Interministerial nº 01, de 3 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 4 de janeiro de 2012, seção 1, páginas 26 a 42. Publicado no DOU de 29/02/2012 - SEÇÃO 1 - PÁGINA: 55

Instrução Normativa Interministerial MAPA/MAPA 32, de 2013 - Estabelecer o regulamento sanitário para importação de materiais de origem animal e agentes de interesse veterinário destinados a pesquisa ou diagnóstico pelos laboratórios constituintes da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA) e por Instituições de pesquisa ou diagnóstico. Publicado no DOU de 19.08.2013.

Instrução Normativa Interministerial MAPA/MAPA 4, 30.05.2014 - Estabelece a Nota Fiscal do pescado, proveniente da atividade de pesca ou de aquicultura, como documento hábil de comprovação da sua origem para fins de controle de trânsito de matéria prima da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras sob serviço de inspeção. Publicado no DOU de 2.06.2014

Instrução Normativa MAPA 21, 11.09.2014 - Estabelecer critérios e procedimentos para o controle do trânsito de organismos aquáticos vivos com fins de ornamentação e aquarofilia no território nacional. Publicado no DOU de 12.09.2014

Instrução Normativa MAPA 22,11.09. 2014 - Institui o Plano Nacional de Certificação Sanitária de Estabelecimentos de Aquicultura Produtores de Formas Jovens de Animais Aquáticos - "Plano Forma Jovem Segura". Publicado no DOU de 12.09.2014

Instrução Normativa MAPA 23, 11.09.2014 - Determinar a obrigatoriedade da Guia de Trânsito Animal (GTA) para amparar o transporte de animais aquáticos vivos e matéria-prima de animais aquáticos provenientes de estabelecimentos de aquicultura e destinados a estabelecimentos registrados em órgão oficial de inspeção e aprova o modelo de Boletim de Produção. Publicado no

DOU em 16.09.2014

Instrução Normativa MPA 30, de 2014 - Estabelecer a Nota Fiscal do pescado. Publicado no DOU 02/01/2015 SEÇÃO 01 - PÁGINA 82

Instrução Normativa MPA 04, 30.05.2014 Estabelecer a Nota Fiscal do pescado, proveniente da atividade de pesca ou de aquicultura, como documento hábil de comprovação da sua origem para fins de controle de trânsito de matéria-prima da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras sob serviço de inspeção.". Publicado no DOU 02/06/2014

Instrução Normativa MAPA nº 11, 09.06.2015 - Riscos de pragas. Publicado no DOU de 12.06.2015

IN SDA 37, 2003 -

IN SDA 46, 17.06.2008 - Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor de Monitoramento da Qualidade do Leite - CQUALI/Leite para a definição de estratégias e diretrizes de monitoramento da qualidade do leite produzido e comercializado no país. Publicado no DOU em 19.06.2008

IN SDA 6, 16.02.2009 - Aprova o Regulamento Técnico do Arroz, definindo o seu padrão oficial de classificação, com os requisitos de identidade e qualidade, a amostragem, o modo de apresentação e a marcação ou rotulagem e revoga os normativos que menciona. Publicado no D.O.U. 17.02.2009

IN SDA 02, 14.01.2004 - Aprova as normas que dispõem sobre a fiscalização da produção, do comércio de material genético de animais domésticos e da prestação de serviços na área de reprodução animal. Publicado no DOU em 15.01.2004

Instrução Normativa nº 15, 03.12.2018 - Institui Programa de Melhoria Continuada das Unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (PROMOUF), dispõe sobre o Modelo de Maturidade de Ouvidorias Públicas (MMOUP), revoga a Portaria CGU nº 3.681, de 13 de dezembro de 2016 e dá outras providências. Publicado no DOU de 05.12.2018

IN nº 13, 08.08.2019 - Define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a serem observados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Publicado no DOU de 12.08.2019

Instrução Normativa MAPA nº 50, de 24.09.2013 - Alteração da lista de doenças da aplicação de medidas de defesa sanitária animal. Publicado no DOU de 25.09.2013

Instrução Normativa MAPA nº 48, de 14.07.2020 - Aprova as diretrizes gerais para a vigilância da febre aftosa com vistas à execução do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA). Publicado no D.O.U. de 15.07.2020

Instrução Normativa MAPA nº 53, de 23 de novembro de 2007- Anexo da situação sanitária do Brasil com respeito à febre aftosa. Publicado no DOU de 26.11.2007 e REP., 27.11.2007

Instrução Normativa MAPA nº 52, de 01.10.2018 - zona de proteção para febre aftosa. Publicado no DOU de 08.10.2018

Instrução Normativa MAPA nº 11, de 18.01.2018 - Aprovação do Regulamento Técnico para a Produção, Controle da Qualidade. Publicado no DOU de 22.01.2018

Instrução Normativa SDA nº 5, de 28.03.2012 - Regulamento técnico. Publicado no DOU em 29.03.2012

Instrução Normativa SDA nº 44, de 04.12.2017 - Estabelece as normas para a Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva de Suínos, quanto a exposição aos vírus da Febre Aftosa - FA e da Peste Suína Clássica - PSC. Publicado no DOU de 19.12.2017;

214X Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuario

Lei nº 8.171, de 17.01.1991 - Lei da política agrícola. Publicada no D.O.U. de 18/01/1991, P. 1330.

Lei nº 1.283, 18.12.1950 - Lei da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Publicada no D.O.U. de 19/12/1950, pág. nº 18161.

Lei nº 6.198, 26.12.1974 - Lei da inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências. Publicada no DOFC DE 27/12/1974, P. 15013.

Lei nº 7.889, 23.11.1989 - Lei Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências. DOFC 24.11.1989

Lei nº 10.711, 05.08.2023 - Lei do sistema nacional de sementes e mudas e dá outras providências. Publicada no D.O.U. 06.08.2023.

Lei nº 11.105, 24.03.2005 - Lei que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBS. Publicada no D.O.U. DE 28/03/2005, P. 1

Lei nº 12.873, 24.10.2013 - Lei que Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Publicada no D.O.U. de 25/10/2013, pág. nº 1.

Lei nº 6.894, 16.12.1980 - Lei que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, e dá outras providências. Publicada no DOU DE 17/12/1980.

Lei nº 6.934, 13.07.1981 - Lei que altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes, ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências. Publicada no D.O.U. de 15/07/1981

Lei nº 6.778.08.11.1988 - Lei que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências. Publicada no D.O.U. de 09/11/1988, P. 21561.

Lei nº 7.802, 11.07.1989 - Lei da pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. 12/07/1989. P. 11459.

Lei nº 8.918, 14.07.1994 - Lei da padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências. Publicado no D.O.U. DE 15/07/1994, P. 10661

Lei nº 9.456, 25.04.1997 - Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 28/04/1997, P. 25162

Lei nº 9.972, 25.05.2000 - Lei que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. Publicado no D.O. DE 26/05/2000, P.1

Lei nº 9.605, 12.02.1998 - Lei que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Publicado no DOU de 13.2.1998 e retificado em 17.2.1998

Lei nº 8.137, de 27.12.1990 - Lei que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Publicado no DOU de 28.12.1990.

Lei nº 9.677, de 02.07.1998 - Lei que altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 03.07.1998

Lei nº 7.802, 11.07.1989 - Lei que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Publicado no DOU de 12.07.1989

Lei nº 9.712, 20.11.1998 - Lei que altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária. Publicado no D.O.U. de 23.11.1998

Lei nº 569, 21.12.1948. - Lei que estabelece medidas de defesa sanitária animal, e dá outras providências. Publicado no DOU de 23.12.1948

Lei nº 6.446, 05.10.1977 - Lei que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos, e dá outras providências. Publicado no DOU de 7.10.1977

Lei nº 14.515, 29.12.2022 - Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuario; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.966, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 7 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Lei nº 14.600, de 19.06.23 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.894, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020. Publicado no DOU de 20.6.2023 e republicado no DOU de 21.6.2023

Decreto nº 27.932, 28.03.1950 - Aprova o Regulamento para aplicação de medidas de defesa sanitária animal. Publicado no D.O.U. de 30.3.1950

Decreto nº 24.548, 03.07.1934 - Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal. Publicado na Coleção de Leis do Brasil de 1934.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 5.741 de 30.03.2006 - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. Publicada no D.O.U. DE 31/03/2006, P. 82.

Decreto nº 24.114, 12.04.1934 - Aprova o regulamento de Defesa Sanitária Vegetal. Publicado no D.O. de 28/05/1934.

Decreto nº 24.548, 03.07.1934 - Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal. Publicado no D.O.U. 14/07/1934.

Decreto nº 9.013, 29.03.1952 - Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Publicado no DOU de 30.3.2017 e retificado em 1º.6.2017

Decreto nº 5.053, 22.04.2004 - Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. DE 23/04/2004, P. 1.

Decreto nº 6.296, 11.12.2007 - Aprova o Regulamento da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal, dá nova redação aos arts. 25 e 56 do Anexo ao Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. DE 12/12/2007, P. 21

Decreto-Lei nº 467, 13.02.1969 - Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências. Publicado no DOFC 14 02 1969 001465 2.

Decreto nº 76.986, 06.01.1976 - Regulamenta a Lei n.º 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatória dos produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências. Vide Decreto de 5 de setembro de 1991. Revogado pelo Decreto nº 6.296, de 2007

Decreto nº 2.366, 05.11.1997 - Regulamenta a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 6/11/97

Decreto nº 4.074, 04/01/2002 - Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 08/01/2002, pag. nº 1.

Decreto nº 10.582, 18.12.2020 - Regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas. Publicado no DOU de 21.12.2020

Decreto nº 5.591, 22.11.2005 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. DE 23/11/2005, P. 1.

Decreto nº 5.759, 17.04.2006 - Promulga o texto revisado da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIVP), aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, em 17 de novembro de 1997. Publicado no D.O.U. DE 17/04/2006, P. 3.

Decreto nº 6.268, 22.11.2007 - Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. Publicada no D.O.U. DE 23/11/2007, P. 24.

Decreto nº 6.871, 04.06.2009 - Regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. Publicada no D.O.U. DE 05/06/2009, P. 20

Decreto nº 8.198, 20.02.2014 - Regulamenta a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho. Publicada no D.O.U. DE 21/02/2014, P. 1 EDIÇÃO EXTRA.

Decreto-Lei 2.848, de 07.12.1940 - Código Penal. Publicado no DOU de 31.12.1940 e retificado em 3.1.1941

Decreto nº 5.741, de 30.03.2006 - Regulamenta os art. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. Publicado no DOU de 31.3.2006

Decreto nº 6.514, 22.07.2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Publicado no DOU de 23.07.2008

Decreto nº 5053, 22.04.2004 - Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, e dá outras providências. Publicado no DOU de 23.04.2004

Decreto nº 187, 09.08.1991 - Regulamenta a Lei nº 6.446, de 5 de outubro de 1977, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos. Publicado no D.O.U. de 12.8.1991

Decreto nº 10.586, 18.12.2020 - Regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas. Publicado no DOU de 21.12.2020

IN 55, 01.12.2011 - Produtos de uso veterinário. Publicado no DOU de 02/12/2011 - Seção 1

IN 48, 28.12.2011 - Produtos de uso veterinário. Publicado no DOU de 29/12/2011 - Seção 1

IN 26, 09.07.2009 - Produtos de uso veterinário. Publicado no DOU de 10/07/2009 - Seção 1

IN 09, 27.06.2003 - Produtos de uso veterinário. Publicado no DOU de 30/06/2003

IN 11, 08.06.2005 - Produtos de uso veterinário. Publicado no DOU de 10/06/2005

IN 35, 11.09.2017 - Produtos de uso veterinário. Publicado no DOU de 21/09/2017 - Seção 1, Página 16.

IN 15, 26.05.2009 - Alimentação animal. Publicado no D.O.U., 28/05/2009 - Seção 1

IN 44, 15.12.2015 - Alimentação animal. Publicado no D.O.U., 17/12/2015 - Seção 1 Pagina 07

IN 65, 21.11.2006 - Alimentação animal. Publicado no D.O.U., 24/11/2006 - Seção 1

IN 14, 06.07.2016 - Alimentação animal. Publicado no D.O.U., 08/07/2016

IN 45, 22.11.2016 - Alimentação animal. Publicado em: 30/11/2016 | Edição: 229 | Seção: 1 | Página: 6

IN 14, 17.05.2012 - Alimentação animal. Publicado no D.O.U. de 18/05/2012 - Seção 1

IN 11, 24.11.2004 - Alimentação animal. Publicado no D.O.U., 25/11/2004.

IN 17, 18.06.2004 - Alimentação animal. Publicado no D.O.U. de 21/06/2004

IN 08, 25.03.2004 - Alimentação animal. Publicado no D.O.U., 26/03/2004.

IN 01, 20.02.2015 - Alimentação animal. Publicado no D.O.U., 24/02/2015 - Seção 1

IN 34, 13.09.2007 - Alimentação animal. Publicado no D.O.U., 14/09/2007 - Seção 1

IN 35, 14.11.2005 - Alimentação animal. Publicado no D.O.U., 17/11/2005

IN 01, 13.01.2020 - Proíbe, em todo território nacional, a importação, a fabricação, a comercialização e o uso de aditivos melhoradores de desempenho que contêm os antimicrobianos tiosina, lincomicina, e tiamulina, classificados como importantes na medicina humana. Publicado no DOU em 23.01.2020

Instrução Normativa MAPA nº 36, 10.11.2006 - Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional. Publicada no D.O.U. de 14/11/2006.

IN 18, 18.07.2006 - Aprova o modelo da Guia de Trânsito Animal (GTA) a ser utilizado em todo o território nacional para o trânsito de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal conforme legislação vigente. Publicado no D.O.U. de 20.07.2006

IN 19, 03.05.2011 - Adota o formato eletrônico da Guia de Trânsito Animal (GTA), na forma do modelo e-GTA, para movimentação, em todo o território nacional, de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal, conforme legislação vigente, cuja emissão obedecerá às diretrizes do Programa Governo Eletrônico Brasileiro. Publicado no DOU em 4.05.2011

IN 35, 02.10.2014 - Altera o art. 1º da Instrução Normativa nº 19, de 3 de maio de 2011. Publicado no DOU em 3.10.2014

IN 23, 11.09.2014 - Determinar a obrigatoriedade da Guia de Trânsito Animal (GTA) para amparar o transporte de animais aquáticos vivos e matéria-prima de animais aquáticos provenientes de estabelecimentos de aquicultura e destinados a estabelecimentos registrados em órgão oficial de inspeção e aprova o modelo de Boletim de Produção. Publicado no DOU em 16.09.2014

Instrução Normativa 02, 14.01.2004 - Aprova as normas que dispõem sobre a fiscalização da produção, do comércio de material genético de animais domésticos e da prestação de serviços na área de reprodução animal, conforme legislação vigente, 2004

Instrução Normativa 48, 17.06.2003 - Regulamenta os requisitos sanitários mínimos para a produção e comercialização de sêmen bovino e bubalino no país. Publicado no D.O.U. de 20/06/2003. REP., 24/06/2003.

Instrução Normativa 36, 27.10.2015 - Incorpora ao ordenamento jurídico nacional os requisitos zootecniais para intercâmbio de sêmen bovino e bubalino congelado. Publicado no D.O.U. de 28/10/2015.

Instrução Normativa 56, 27.09.2006 - Material de multiplicação animal. Publicado no D.O.U. de 04/10/2006 - Seção 1

Instrução Normativa 32, de 23.08.2007 - Aprova o regulamento da produção e do comércio de sêmen heterospermico de ruminantes no Brasil. Publicado no D.O.U. de 27/08/2007 - Seção 1

Instrução Normativa 01, 22.01.2014 - Estabelece os requisitos sanitários para processamento e comercialização de sêmen de caprinos e de ovinos no território brasileiro. Publicado no D.O.U. de 23/01/2014 - Seção 1

Instrução Normativa 06, 23.03.2009 - Aprova o regulamento para registro e fiscalização de centro de coleta e processamento de sêmen (CCPS) equídeo. Publicado no D.O.U. de 26/03/2009 - Seção 1.

Instrução Normativa 53, 27.09.2006 - Aprova o regulamento para registro e fiscalização de centro de coleta e processamento de sêmen (CCPS) suíno. Publicado no D.O.U. de 04/10/2006 - Seção 1

Instrução Normativa 01, 14.01.2004 - Dispõe sobre a autorização do MAPA para importação de animais vivos e de material de multiplicação animal. Publicado no DOU em 15.01.2004

Instrução Normativa 32, 16.08.2013 - Material de multiplicação animal. Publicado no D.O.U. de 19.08.2013

Instrução Normativa 36, 27.10.2015 - Material de multiplicação animal. Publicado no D.O.U. de 28/10/2015

Instrução Normativa 38, 25.07.2018 - Material de multiplicação animal. Publicado no D.O.U. de 01.08.2018

Instrução Normativa 49, 29.10.2018 - Material de multiplicação animal. Publicado no D.O.U. de 09.11.2018

Instrução Normativa 62, 29.10.2018 - Material de multiplicação animal. Publicado em: 08.11.2018

IN 09.02.06.2005 - Aprova as NORMAS PARA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SEMENTES. Publicado no DOU em 10.06.2005.

IN 25, 27.06.2017 - Sementes e mudas. Publicado no D.O.U. de 13/07/2017

IN 30, 21.05.2008 - Sementes e mudas. Publicado no D.O.U. de 20/12/2011 - Seção 1

IN 44, 22.11.2016 - Sementes e mudas. Publicado no D.O.U. de 01/12/2016

IN 42, 17.09.2019 - Sementes e mudas. Publicado no D.O.U. de 18/09/2019

IN 53, 23.10.2013 - Fertilizantes. Publicada no DOU de 24.10.2003

IN 39, 10.08.2018 - Fertilizantes. Publicada no DOU de 10.08.2018.

IN 35, 04.07.2006 - Fertilizantes. Publicada no DOU de 12.07.2006

IN 05, 10.03.2016 - Fertilizantes. Publicado no DOU de 14.03.2016.

IN 61, 16.11.2020 - Fertilizantes. Publicado no DOU de 18.11.2020

IN 33, 24.08.2016 - Controle de trânsito de vegetais. Publicado no DOU de 25/08/2016

IN 28, 24.08.2016 - Controle de trânsito de vegetais. Publicado no DOU de 25/08/2016 Norma Interna 01, 10.07.2019 - Bebidas. Publicado no DOU de 12/07/2019;

214Y Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA

Lei nº 8.171, de 17.01.1991 - Lei da política agrícola. Publicada no D.O.U. 18/01/1991. P. 1330

Lei nº 14.515, de 29.12.2022 - Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 7 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Publicada no D.O.U. DE 30.12.2022.

Lei nº 14.600, de 19.06.2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020. Publicado no D.O.U. de 20.06.2023

Decreto nº 5.741, de 30.03.2006 - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. Publicada no D.O.U. DE 31/03/2006, P. 82.

Decreto nº 7.216, de 17.06.2010 - Dá nova redação e acresce dispositivos ao Regulamento dos arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, aprovado pelo Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e dá outras providências. Publicada no D.O.U. DE 18/06/2010, P. 2

214Z Fomento à Tecnologia Agropecuária e Recursos Genéticos

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;

Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004;

Decreto Legislativo nº 70, de 19 de abril de 2006;

Lei nº 13.123, de 30 de julho de 2015;

Lei nº 13.154, de 30 de julho de 2015 (Cadastro Único de Tratores no MAPA);

Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 (Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973);

Decreto Legislativo nº 136, de 12 de agosto de 2020;

Decreto nº 56.690, de 09 de agosto de 1965 (obrigatoriedade de ensaios para tratores e máquinas agrícolas);

Decreto nº 6.259, de 20 de novembro de 2007;

Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 (PLANAPO);

Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018;

Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018;

Decreto nº 10.375, de 26 de maio de 2020, institui o Programa Nacional de Bioinsumos;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

215A Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária

Constituição Federal de 1988, artigos nº 23, 187 e 225;

Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950;

Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984;

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;

Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Lei da Propriedade Industrial;

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;

Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002;

Lei nº 11.794, de 08 de outubro de 2008;

Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011;

Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015;

Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018;

Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988;

Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991;

Decreto nº 5.741 de 30 de março de 2006;

Decreto nº 10.087, de 05 de novembro de 2019;

Decreto nº 8.236, de 05 de maio de 2014;

Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015;

Decreto nº 8.703, de 01 de abril de 2016;

Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017;

Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018;

Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019;

Resolução CONMETRO nº 04 de 02 de dezembro de 2002;

Portaria INMETRO nº 443, de 23 de novembro de 2011;

Portaria MAPA nº 524, 21 de junho de 2011;

Portaria MAPA nº 521, de 05 de abril de 2018;

Instrução Normativa MAPA nº 03, de 17 de janeiro de 2000;

Instrução Normativa MAPA nº 56, de 06 de novembro de 2008;

Instrução Normativa MAPA nº 13, de 30 de março de 2010;

Instrução Normativa MAPA nº 27, de 30 de agosto de 2010;

Instrução Normativa nº 46, de 06 de outubro de 2011;

Instrução Normativa nº 08, de 11 de maio de 2017;

INC MAPA/ANVISA nº 2 de 07 de fevereiro de 2018;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

2161 Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

Decreto nº 7.672, de 18 de novembro de 1909;

Portaria nº 522, de 05 de abril de 2018 - Regimento Interno do Instituto Nacional de Meteorologia;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e

Instrução Normativa nº 57, de 10 de junho de 2021, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21B6 Assistência Técnica e Extensão Rural

Constituição Federal de 1988, art. 169 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências;
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso XXX - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações - Institui o Código Civil;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013 - Criação da ANATER;
Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979).
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;
Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, art. 3º - Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências;
Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Decreto nº 7.747, 05 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências;
Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014 - Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater;
Decreto nº 9.784, de 07 de maio de 2019 - Decreto de Revogação dos órgãos colegiados de participação social;
Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 - Decreto de Revogação de Decretos.
Portaria INCRA/P nº 981, de 2003;
Portaria MDA nº 063, de 2004;
Portaria MDA nº 25, de 2006;
Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010;
Portaria/INCRA/P/Nº 581, de 2010;
Portaria MAPA nº 193, de 16 de junho de 2020;
Portaria SAF nº 95, de 17 de junho de 2020;
Nota Técnica Conjunta/DD e DA/INCRA/Nº01, de 2011.
Lei Nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

21DU Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário no Nordeste – AgroNordeste

Constituição Federal, art. 187, inciso III;
Lei nº 8.171 de 17 de janeiro 1991;
Portaria nº 164, de 16 de agosto de 2019, que institui o Plano de Ação para o Nordeste - AgroNordeste;
Portaria nº 96, de 27 de abril de 2021, de Designação do Diretor Geral do Plano Agroneordeste;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
Lei Nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

8593 Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável

Lei nº 6.225, de 14 de julho de 1975 - Planos de proteção ao solo e de combate à erosão;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Política Agrícola;
Lei nº 9.479 de 12 de agosto de 1997 - Heveicultura;
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Política Nacional de Mudança do Clima;
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - Política Nacional de Irrigação;
Lei nº 12.805, de 29 de abril de 2013 - Política Nacional ILPF;
Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021 - Institui a Política Nacional de PSA - NOVA;
Decreto nº 94.076, de 5 de março de 1987 - Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas;
Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018 - Consolida atos sobre a política de clima e cria o Plano Setorial do ABC;
Decreto nº 9.414, de 19 de Junho de 2018;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

8606 Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico

Lei nº 10.831, 23.01.2003 – Lei que Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Publicado no DOU de 24.12.2003.
Lei 14.515, 29.12.2022 - Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigilfronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 7 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003. publicado no DOU de 30.12.2022.
Lei nº 14.600, de 19.06.2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020. Publicado no DOU de 20.6.2023
Decreto nº 6.323, 23.12.2007 - Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Publicado no DOU de 28.12.2007.

Decreto nº 6.913, 23.07.2009 - Acresce dispositivos ao Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Publicado no DOU de 24.7.2009
Decreto nº 7.794, 20.08.2012 - Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. publicado no DOU de 21.8.2012 e retificado em 22.8.2012.
Decreto nº 6.323, 27.12.2007 - Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Publicado no DOU de 28.12.2007
Decreto nº 6.913, 23.07.2009 - Acresce dispositivos ao Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Publicado no DOU de 24.7.2009
Decreto nº 7.794, 20.08.2012 - Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Publicado no DOU de 21.8.2012 e retificado em 22.8.2012
Portaria nº 52, 15.03.2021 - Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção. Publicada no D.O.U. 23.03.2021
Instrução Normativa nº 17, 01.05.2009 - Institui os procedimentos administrativos para a reavaliação ambiental dos agrotóxicos, seus componentes e afins no âmbito do IBAMA. Publicado no D.O.U. de 01.06.2009
Instrução Normativa Conjunta nº 1, 24.05.2011 - PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS COM O USO APROVADO PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA. Publicado no D.O.U. de 25.05.2011.
Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC nº 2, 02.06.2011 - Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica. Publicado no D.O.U. de 03.06.2011
Instrução Normativa nº 19, 28.05.2009 - Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Publicado no DOU em 29.05.2009
Instrução Normativa nº 23, 01.06.2011 - Regulamento Técnico para Produtos Têxteis Orgânicos Derivados do Algodão. Publicado no D.O.U. de 02.06.2011.
Instrução Normativa nº 37, 2.08.2011 - Produção de Cogumelos Comestíveis em Sistemas Orgânicos de Produção, na forma da presente Instrução Normativa. Publicado no D.O.U. de 03.08.2011 Seção 1
Instrução Normativa nº 38, 02.08.2011 - Sementes e Mudas Orgânicas. Publicado no D.O.U., 03/08/2011 - Seção 1
Instrução Normativa nº 24, 01.06.2011 - Aditivos Alimentares e Coadjuvantes de Tecnologia Permitidos no Processamento de Produtos de Origem Vegetal e Animal Orgânicos.
Instrução Normativa Interministerial nº 28, 08.06.2011 - Produção de Organismos Aquáticos. Publicado no D.O.U. de 09/06/2011.
Instrução Normativa Conjunta nº 2 SDA-SDC, 02.06.2011 - Estabelecer as especificações de referência de PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS COM USO APROVADO PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA.
Instrução Normativa Conjunta nº 3 SDA-SDC, 11.05.2012 - Acrescentar o Anexo III à Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC no 2, de 2 de junho 2011.
Instrução Normativa nº 18, 20.06.2014 - Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, e estabelecer os requisitos para a sua utilização. Publicado no DOU em 23.06.2014
Instrução Normativa nº 13, 28.05.2015 - Estabelece estrutura, composição e atribuições da Subcomissão Temática de Produção Orgânica. Publicado no D.O.U. nº 101, de 29.05.2015.
Instrução Normativa nº 17, 27.05.2009 - Regularizar os critérios para reconhecimento e manutenção de Áreas Livres da Praga Ralstonia solanacearum raça 2. Regularizar os critérios para implantação e manutenção da aplicação de medidas integradas em um enfoque de Sistemas para a Manejo de Risco de pragas para Moko da Bananeira. Publicado no D.O.U. em 29.05.2009
Instrução Normativa Conjunta nº 1, 24.05.2011 - Produtos fitossanitários. Publicado no D.O.U. em 24/05/2011.
Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC nº 2, 02.07.2011 - Estabelecer as especificações de referência de PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS COM USO APROVADO PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA.
Instrução Normativa nº 19, 28.05.2009 - Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Publicado no DOU em 29.05.2009
Instrução Normativa nº 23, 01.06.2011 - Regulamento Técnico para Produtos Têxteis Orgânicos Derivados do Algodão. Publicado no DOU em 02.06.2011
Instrução Normativa nº 18, 20.06.2014 - O selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Publicada no D.O.U. de 23/06/2014 - Seção 1
Instrução Normativa nº 13, 15.07.2015 - Publicação, análise e amostragem para o Subgrupos de Monitoramento. Publicada no D.O.U. de 20.07.2015;

8622 Promoção do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para o Desenvolvimento Agropecuário e da Agricultura Familiar

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984 - Transfere competências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para o Ministério da Agricultura e Pecuária no que se refere as atividades relacionadas com o desenvolvimento rural, no campo do cooperativismo, associativismo rural e eletrificação rural;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal, de 1988;
Decreto-Lei nº 200, de 1967;
Lei nº 5.851, de 1972 - Lei de criação da Embrapa; e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20Y6 Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária

Constituição Federal, de 1988;
Lei nº 5.851, de 1972 - Lei de criação da Embrapa;
Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 - Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica;
Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990 - Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação;
Lei nº 8.171, de 1991 - Lei da política agrícola;
Lei nº 8.958, de 1994 - Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio;
Lei nº 9.279, de 1996 - Propriedade Industrial;
Lei nº 9.456, de 1997 - Lei de Proteção de Cultivares;
Lei nº 10.973, de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Lei de Proteção Nativa (Código Florestal) - Fomento à pesquisa científica (Cap X, art. 41, Inciso 1, Parágrafo 1º);
Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 - Lei de Inovação Tecnológica;
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Lei das Estatais;
Lei nº 14.473, de 06 de dezembro de 2022;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto 8.701, de 2016;
Decreto nº 9.283, de 2018 - Marco Regulatório da Inovação;
Ata da Reunião do Conselho de Administração da Embrapa, de 28 de abril de 2022 - DOU - Seção 1 de 28 de abril de 22 - Altera o estatuto da Embrapa.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 218 da Constituição Federal;
Lei nº 9.637, de 15/05/98;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 2.405, de 26/11/1997
Decreto nº 4.078, de 9/01/2002.
Decreto nº 4.077, de 9/01/2002.

Decreto nº 3.605, de 20/09/2000.
Decreto S/N, de 04 de junho de 1999 (IDSM).
Decreto S/N, de 02 de setembro de 2013.

Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Contratos de Gestão a serem celebrados entre a União e as Organizações Sociais.

215C Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa

Constituição Federal, de 1988;

Lei nº 5.851, de 1972 - Lei de criação da Embrapa;

Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 - Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica;

Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990 - Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação;

Lei nº 8.171, de 1991 - Lei da política agrícola;

Lei nº 8.958, de 1994 - Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio;

Lei nº 9.279, de 1996 - Propriedade Industrial;

Lei nº 9.456, de 1997 - Lei de Proteção de Cultivares;

Lei nº 10.973, de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Lei de Proteção Nativa (Código Florestal) - Fomento à pesquisa científica (Cap X, art. 41, Inciso 1, Parágrafo 1º);

Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 - Lei de Inovação Tecnológica;

Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Lei das Estatais;

Lei nº 14.473, de 06 de dezembro de 2022;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

Decreto 8.701, de 2016;

Decreto nº 9.283, de 2018 - Marco Regulatório da Inovação;

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Embrapa, de 26 de abril de 2022 - DOU - Seção 1 de 28 de abril de 22 - Altera o estatuto da Embrapa.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18;

Instrução Normativa nº 57, de 10 de junho de 2021, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

22906 Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

20Y8 Desenvolvimento da Cafeicultura

Lei nº 9.239, de 22 de dezembro de 1995 - Ratifica o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ.

Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986 - Isenta do imposto de exportação as vendas de café para o exterior.

Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987 - Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafê.

Decreto nº 10.071, de 17 de outubro de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, art. 37;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal;

Decreto-Lei nº 9.982, de 20 de agosto de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República;

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

- Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá orientações complementares;
- Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

Decreto nº 10.071, de 17 de outubro de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café.

24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta

008A Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC

Art. 218 da CF; Parágrafo 2º, Art. 12 da Lei nº 4.320/1964; Instrução Normativa STN nº 3 de 24/07/2002, dispõe sobre o pagamento de despesas orçamentárias com contribuição a organismos nacionais e a Portaria SEEXEC/MCTI nº 22, de 03.10.2014, dispõe sobre a aprovação de Norma para solicitação, concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos alocados no Orçamento da União, na modalidade 50 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, em favor de organismos nacionais em razão de sua significância para o segmento científico ou técnico, com fundamento na Instrução Normativa nº 3, de 24 de julho de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional.

00F7 Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI

Art. 218 da Constituição Federal; Art. 12, § 2º, da Lei nº 4.320/1964; Instrução Normativa STN nº 3 de 24/07/2002, dispõe sobre o pagamento de despesas orçamentárias com contribuição a organismos nacionais e a Portaria SEEXEC/MCTI nº 22, de 03.10.2014, dispõe sobre a aprovação de Norma para solicitação, concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos alocados no Orçamento da União, na modalidade 50 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, em favor de organismos nacionais em razão de sua significância para o segmento científico ou técnico, com fundamento na Instrução Normativa nº 3, de 24 de julho de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional.

00F8 Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC

Art. 218 da Constituição Federal; Art. 12, § 2º, da Lei nº 4.320/1964; Instrução Normativa STN nº 3 de 24/07/2002, dispõe sobre o pagamento de despesas orçamentárias com contribuição a organismos nacionais e a Portaria SEEXEC/MCTI nº 22, de 03.10.2014, dispõe sobre a aprovação de Norma para solicitação, concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos alocados no Orçamento da União, na modalidade 50 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, em favor de organismos nacionais em razão de sua significância para o segmento científico ou técnico, com fundamento na Instrução Normativa nº 3, de 24 de julho de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional.

00NQ Contribuição à Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX

Art. 218 da CF; Parágrafo 2º, Art. 12 da Lei nº 4.320/1964.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica Junta à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Decreto nº 8.877, de 11 de outubro de 2016; Carta Convite da OCDE DSTI/DEP/2018.045 de 5 de julho de 2018; Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assinado em 3 de junho de 2015.

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 10.463 de 14 de agosto de 2020.

00UJ Contribuição à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT

Art. 218 da Constituição Federal; Art. 12, § 2º, da Lei nº 4.320/1964.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

LDO 2024

13CL Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

CF/88, art. 218, §§ 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022; Decreto nº 2.405 de 26/11/1997; Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Instrução Normativa GM nº 8, de 07 de dezembro de 2022; Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/OS.

14XT Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

CF/88, art. 218, §§ 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022; Decreto nº 2.405 de 26/11/1997; Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Instrução Normativa GM nº 8, de 07 de dezembro de 2022; Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/OS.

154K Construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semiárido - INSA

Constituição Federal, Art. 218; Lei nº 13.243, de 11/01/2016; Decreto nº 9.283, de 07/02/2018

15P6 Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019;

Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 - Lei de Inovação;

Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006;

Decreto nº 5.563 de 11 de outubro de 2005, regulamenta Lei de Inovação;

Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Política Nacional de Biodiversidade;

Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007 - Política de Desenvolvimento da Biotecnologia;

Decreto nº 9.283, de 2018; Decreto Legislativo nº 2, de 1994 - Convenção da Diversidade Biológica;

Portaria Interministerial nº 32 MCT/MDIC, de 15/01/2009, E

Portaria Interministerial MCT/MDIC nº 597, 06 de setembro de 2006 - prioridades da política industrial e tecnológica;

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.334, de 1º/01/2023; LEI Nº 8.666, DE 21/06/1993; LEI Nº 14.133, DE 1º/04/2021.

200D Participação Brasileira em Telescópios Internacionais

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.060, de 24 de maio de 2023. Acordo do Telescópio SOAR renovado e assinado pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos Pontes, no 03/09/2020 e registradas no Memorando nº 9732/2020/MCTI (Doc. SEI nº 5759027), Memorando nº 682/2020/LNA (Doc. SEI nº 5772620), e as minutas da Emenda nº 5 ao Acordo do Telescópio SOAR (Docs. SEI nº 5776584 e SEI nº 5776600), Acordo do Gemini ratificado através de documento assinado pelo Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos Cesar Pontes em 08/12/2021 (Doc. SEI nº 8822582), Acordo de Cooperação entre o Brasil e Corporação Telescópio Canadá-França-Havaí, publicado no DOU no 23 de julho de 2012.

20GB Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN

Artigo 218 da Constituição Federal, Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Decreto nº 11.334, de 1º de janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MCTI) e Portaria MCTI nº 7.053, de 24 de maio de 2023 (Regimento Interno do CEMADEN).

20UI Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.055, de 24 de maio de 2023.

20UJ Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional do Semiárido - INSA

Constituição Federal, Art. 218; Lei nº 13.243, de 11/01/2016; Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI nº 7.059, de 24 de maio de 2023.

20UK Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON

Ato de Criação do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, autografado por D. Pedro I, em 15 de outubro de 1827;

Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913; Determina a hora legal;

Decreto nº 10.546, de 5 de novembro de 1913; Aprova o regulamento para execução da Lei n. 2.784, de 18 de junho de 1913, sobre a hora legal;

Decreto nº 4.264, de 10 de junho 2002; Restabelece o regulamento aprovado pelo Decreto no 10.546, de 5 de novembro de 1913, que regulamenta a Lei no 2.784, de 18 de junho de 1913, e dá outras providências;

Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016; Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.

Portaria MCTIC nº 5.161, de 14 de novembro de 2016; Aprova o Regimento Interno do Observatório Nacional.

20UL Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI

Decreto nº 88.010/1982; Lei nº 7.232/1984; Art. 218 CF/1988; Decreto nº 6.483/2008; Portaria MCTIC nº 5.146/2011; Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022.

20UM Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 321, de 28 de maio de 2008; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.047, de 24 de maio de 2023;

20UN Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT

Constituição Federal/1988: artigo 23, inciso V (EC 85/2015); artigo 24, inciso IX; artigo 167, parágrafo 5º e Capítulo IV, Lei 4.320/1964 (lei geral dos orçamentos). Lei 10.973/2004 (Inovação). Lei 11.986/2005 (do Bem). Decreto Federal 15.209/1921 (criação do INT). Decreto nº 11.493, de 17.04.2023 (atualiza a Estrutura Regimental do MCTI). Portaria MCTI Nº 7.058, de 24 de maio de 2023 (regimento interno INT).

20UO Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

218, CF; MP nº 2.216/37/01; Decreto nº 97.753/89; Resolução Executiva CNPq 030/85, de 8 de março de 1985 e Regimento

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Interno do MAST - Portaria MCTI 7.062, DE 24 de maio de 2023

20UP Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva

Capítulo IV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que trata da Ciência, Tecnologia e Inovação; Portaria MCTI nº 6.998, de 10.05.2023 que estabelece as diretrizes para a elaboração da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2023 a 2030; Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional –Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto e 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; Decreto nº 6.040 de 07.02.2007; Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010, Decreto 5.296/2004; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Lei 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Portaria Interministerial nº 362/2012. Dispõe sobre o limite de renda mensal dos tomadores de recursos nas operações de crédito para aquisição de bens e serviços de Tecnologia Assistiva destinados às pessoas com deficiência e sobre o rol de bens e serviços; Decreto nº 10.645/2021. Dispõe sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva; Portaria MCTI nº 5.366/2021. Torna público o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva aprovado pelo Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva; Decreto nº 10.094/2019. Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. Lei nº 12.205/10 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei 11.445/07 – Dispensa de licitação na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis efetuados por associações e cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público com catadores de materiais recicláveis; Decreto nº 11.414, de 13/02/2023 - Institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis; Decreto nº 5.811, de 21/06/2006 – Dispõe sobre a composição, estruturação e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária; Plano Nacional de Economia Solidária;

20UR Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA

Art. 218, § 1º, 2º e 3º e Art. 225, § 4º da Constituição Federal; da CF/1988; 2º da Lei nº 12.954/2014; Art. 26 do Decreto nº 11.493/2023; Portaria MCTI nº 7.048, de 24 de maio de 2023.

20US Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico

Art. 23, inciso V e Art. 218 e Art. 167, Parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.263/2018 e Arts. 2º e 3º do Anexo I do Decreto nº 8.866/2016.

20UT Promoção da Pesquisa, Desenvolvimento Inovação (PD&I) em Tecnologias Digitais

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, com a emenda nº 85 de fevereiro de 2015; Lei nº 12.965/2014; Lei nº 13.023/2014; Lei nº 12.715/2012; Lei nº 11.484/2007; Lei nº 11.487/2007; Lei nº 10.973/2004; Lei nº 11.077/2004; Lei nº 10.176/2001; Lei nº 8.248/1991; Lei nº 8.387/1991; Decreto nº 10.615/2021; Decreto nº 9.854/2019; Decreto nº 11.401/2023; Decreto nº 11.493/2023; Decreto nº 5.906/2006; Lei nº 13.969/2019 e Decreto nº 10.356/2020. Portaria MCTI nº 6.998, de

20VU Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar e Antártica e à Infraestrutura Oceânica e Antártica

Art. 218, CF; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 13.243, de 11 de abril de 2016; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005; Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974; Decreto Nº 10.603, de 20 de janeiro de 2021; Decreto Nº 11.096, de 15 de junho de 2022; Decreto Nº 11.493, de 17 de abril de 2023.

20V6 Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias produtivas

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, com a emenda nº 85 de fevereiro de 2015; Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.033/2014; Lei nº 13.023/2014; Lei nº 12.715/2012; Lei nº 12.734/2012; Lei nº 12.351/2010; Lei nº 11.921/2009; Lei nº 11.774/2008; Lei nº 11.484/2007; Lei nº 11.487/2007; Lei nº 11.097/2005; Lei nº 11.196/2005; Lei nº 10.973/2004; Lei nº 11.077/2004; Lei nº 10.848/2004; Lei nº 9.478/1997; Lei nº 8.387/1991; Lei nº 9.440/1997; Lei nº 13.755/2018; Decreto nº 10.645/2021; Decreto nº 10.094/2019; Decreto nº 10.615/2021; Decreto nº 11.401/2023; Decreto nº 7.389/2010; Decreto nº 6.259/2007; Decreto nº 5.906/2006; Decreto-Lei nº 227/1967; Plano Decenal de Expansão de Energia 2032; Plano Nacional de Eficiência Energética; Plano Nacional de Energia 2030; Plano Nacional de Mineração 2030; Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel; Programa Nacional de Hidrogênio – PNH2; Portaria MCTI nº 6.100/2022, institui a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2); Portaria MCTI nº 6101/2022, institui o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2-MCTI); Portaria nº 6.022/2022, institui o Programa InovaBio-MCTI; Portaria MCTI nº 4.082/2018, Institui o Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores (Programa Centelha); Portaria MCTI nº 6.762/2019, Institui o Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores (PNI); Portaria MCTI nº 6.536/2022, que dispõe sobre as normas e diretrizes para a prestação de informações ao MCTI, pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais da Lei do Bem; Portaria MCTI nº 4.680/2021, Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação para Qualidade de Vida, no âmbito do MCTI; Portaria MCTI nº 5.365/2021, Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação para Tecnologias Habilitadoras, no âmbito do MCTI; Portaria MCTI nº 3.459/2019, Institui a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia; Portaria MCTI nº 245/2012, Institui o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO); Decreto nº 10.746/2021, Institui a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Materiais Avançados e o Comitê Gestor de Materiais Avançados; Portaria MCTI nº 4.964/2021, Institui o Programa de Inovação em Grafeno; Portaria GABMI nº 4.530/2021, Institui o Sistema Nacional de Laboratórios de Fotonica; Portaria nº 4.532/2021, Institui a Iniciativa Brasileira de Fotonica; Decreto nº 10.095/2019, Comitê Consultivo de Nanotecnologia e Novos Materiais; Decreto nº 10.137/2019, Comitê Consultivo de Fotonica; Portaria MCTI nº 5.366/2021, torna público o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva; Portaria MCTI nº 6.998/2023, estabelece as diretrizes para a elaboração da ENCTI 2023 a 2030.

20V7 Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI

Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 13.243 de 11/01/2016; Lei 10.973 de 02/12/2004; Decreto nº 11.334, de 01/01/2023; Decreto nº 9.283 de 07/02/2018; Decreto nº 825, de 28/05/1993; Portaria MCTI Nº 407, de 29 de junho de 2006; Portaria MCTI Nº 3.008, de 01 de junho de 2017; Portaria MCTI Nº 251, de 13 de março de 2014.

20V9 Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)

Artigo 218 da Constituição Federal; Lei nº 12.651, de 25/05/2012; Lei nº 13.844, de 18/06/2019; Decreto PPCDAM-PPCerrado, de 15/09/2010; Decreto nº 10.142, de 20/11/2019.

20VA Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima

Art. 218 da Constituição Federal.
• Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.
• Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.
• Lei nº 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
• Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016.
• Decreto nº 10.145, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (Governança do Clima).
• Decreto nº 10.463/2020 (Estrutura Regimental do MCTI); e Decreto nº 9.689/2019.
• Decreto nº 9.172/2017 que institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) como instrumento oficial para disponibilização dos resultados de emissões de gases de efeito estufa (GEE).
• Art. 218 da Constituição Federal;
• Lei nº 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima;
• Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios;
• Decreto nº 10.845, de 25 de outubro de 2021, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde (Governança do Clima);
• Decreto nº 10.463/2020 (Estrutura Regimental do MCTI);

• Decreto nº 9.172/2017 que institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) como instrumento oficial para disponibilização dos resultados de emissões de gases de efeito estufa (GEE).
• Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016.
• Decreto Legislativo nº 140/2016, que aprovou o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
• Decreto nº 2652 de 01 de julho de 1998, que promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
• Portaria nº 3.410, de 10/09/2020, aprova o regimento interno do MCTI.
• Portaria MCTI nº 3.896, de 16 de outubro de 2020, que institui a estrutura de governança do AdaptaBrasil MCTI - Contribuição da Ciência para Medidas de Adaptação;
• Portaria MCTI nº 5.435, de 20 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima.
• Art. 218 da Constituição Federal.
• Lei nº 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
• Decreto nº 10.845, de 25 de outubro de 2021, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde (Governança do Clima).
• Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
• Decreto nº 9.172/2017 que institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) como instrumento oficial para disponibilização dos resultados de emissões de gases de efeito estufa (GEE).
• Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016.
• Decreto Legislativo nº 140/2016, que aprovou o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
• Decreto nº 2.652 de 01 de julho de 1998, que promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
• Portaria nº 6.961, de 19 de abril de 2023, que detalha a Estrutura Regimental do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Anexo II do Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023.
• Portaria MCTI nº 3.896, de 16 de outubro de 2020, que institui a estrutura de governança do AdaptaBrasil MCTI - Contribuição da Ciência para Medidas de Adaptação.
• Portaria MCTI nº 5.435, de 20 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022.; Decreto nº 4.078 de 9/01/2002 (CGEE); Decreto nº 4.077 de 9/01/2002 (RNP); Decreto nº 3.605 de 20/09/2000 (IMPA); Decreto S/N de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto nº 2.405 de 26/11/1997 (CNPEM); Decreto S/N de 02 de setembro de 2013 (Embrapi); Decreto nº 11.275 de 06 de dezembro de 2022 (INPO); Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Instrução Normativa GM nº 8 de 07 de dezembro de 2022.

215L Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Art. 218 da Constituição Federal; Emenda Constitucional nº 85, de 26/2/2015; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 13.243, de 11/01/2016; Lei nº 10.973, de 2/12/2004; Decreto nº 9.283, de 7/02/2018; e Decreto Nº 11.493, DE 17 DE ABRIL DE 2023

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

216W Pesquisa e Desenvolvimento para Estudos de Tempo, Clima, Observação e Modelagem do Sistema Terrestre

Lei nº 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima;
Decreto nº 2652 de 01.07.1998;
Portaria MCT nº 728, de 20 de novembro de 2007, que institui a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede CLIMA; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
Portaria Ministerial MCTIC nº 3017, de 12/06/2018, publicada no DOU de 14/06/2018 (no 113, Secao 1, pag. 65), que estabelece nova metodologia e rotina operacional para elaboração das Previsões Climáticas Sazonais. Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial;
Portaria MCTI nº 4.617, de 6 de abril de 2021.

217J Atuação de Órgãos Colegiados Integrantes da Estrutura do MCTI

Constituição Federal - Art. 218; Lei nº 11.794, de 2008, que regulamenta o inc. VII do parágrafo 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 (principalmente o Capítulo III – Da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio); Lei nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia –CCT. Inciso IV, alíneas b), c) e d), do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023, que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

218D Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional da Mata Atlântica - INMA

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição Federal; Decreto 8.877, de 18 de outubro de 2016, Portaria 932, de 23 de fevereiro de 2017. Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019

217F Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN

Artigo 218 da Constituição Federal, Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, Decreto nº 11.334, de 1º de janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MCTI) e Portaria MCTI nº 7.053, de 24 de maio de 2023 (Regimento Interno do CEMADEN).

21F8 Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225, § 4º da Constituição Federal; da CF/1988; 2º da Lei nº 12.954/2014; Art. 26 do Decreto nº 11.493/2023; Portaria MCTI nº 6.988, de 08.05.2023

2495 Controle de Bens Sensíveis

Lei nº 9112, de 18/10/1995; Decreto nº 4.214, de 30/04/2002; Decreto nº 2.074, de 14/11/1996; Portaria nº 3.410, de 10/09/2020; Portaria MCTI nº 436, de 14.06.2012.

20C67 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE

Art. 218 C.F.; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 13.123 (20/05/2015); Lei nº 11.105 (24/3/2005); Lei nº 9.456 (25/4/1997); Lei nº 6.938 (31/8/1981); Lei nº 4320/64; Decreto Lei nº 200/67; Decreto nº 6944/09; Decreto nº 6.041 (8/2/2007); Portaria MCTI 727 (11/outubro/2012).

4125 Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG

Art. 218 da Constituição Federal / Decreto Nº 11.334, de 1º de JANEIRO DE 2023 / Portaria MCTI Nº 7.063, de 24 de maio de 2023.

4126 Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.060, de 24 de maio de 2023.

4128 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.050, de 24 de maio de 2023.

4132 Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

art. 218, CF; MP nº 2.216/37/01; Decreto nº 35.124/54; Resolução Executiva 20/76 de 25 de março de 76, DECRETO Nº 11.493, DE 17 DE ABRIL DE 2023, PORTARIA MCTI Nº 7.054, DE 24 DE MAIO DE 2023, PORTARIA MCTI Nº 6.745, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.

4139 Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTIC nº 5.158, de 14 de novembro de 2016, que estabelece o Regimento Interno do LNCC.

4210 Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações

Arts. 167, parágrafo 6º e 218, da CF/88; Lei nº 13.844, de 18/06/2019; Decreto nº 5.820/06, alterado pelo Decreto nº 8.061/2013 e Decreto nº 5.151/2004.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Lei nº 13.844, de 2019;

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

- Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
- Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

6147 Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação

Decreto nº 10.463/2020 (Estrutura Regimental do MCTI);

Portaria nº 3.410/2020 (Regimento Interno do MCTI);

Portaria MCTI nº 5.720/2022 (Política de Cooperação Internacional em CT&I do MCTI);

Portaria MCTI nº 5.733/2022 (Prioridades da Cooperação Internacional em CT&I no MCTI - biênio 2022-2023).

6702 Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica

Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 13.019, de 31.07.2014 para repasse de Encomendas, Convênio e Termo de Fomento; Decreto de 09.06.2004 que instituiu a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; Decreto nº 6.170, de 25.07.2007; ; Decreto 10.426/2020, que dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Popularização e Divulgação da Ciência e Tecnologia, Portaria MCTI nº 6.998 de 10 de maio de 2023, Portaria 424, de 30.12.2016 e . Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023.

24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

00LV Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Científico

Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Lei de Inovação (LEI Nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018); Marco Legal (LEI Nº 13.243/ 2016) e Art. 2º e 3º do Anexo I do Decreto nº 8.866/2016 e DECRETO Nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq)

00RL Formação e Expansão da Capacitação de Recursos Humanos em Atividades de Pesquisa Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação

Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Lei de Inovação (LEI Nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018); Marco Legal (LEI Nº 13.243/ 2016) e Art. 2º e 3º do Anexo I do Decreto nº 8.866/2016 e DECRETO Nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq)

2000 Administração da Unidade

Lei nº 1310 de 15/01/1951.

20US Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico

Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004, Lei nº 13.243/2016, Lei de Inovação (LEI Nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018); Marco Legal (LEI Nº 13.243/ 2016) e Art. 2º e 3º do Anexo I do Decreto nº 8.866/2016 e DECRETO Nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq)

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21AF Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Difusão Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação

Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004, Lei nº 13.243/2016, Lei de Inovação (LEI Nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018); Marco Legal (LEI Nº 13.243/ 2016) e Art. 2º e 3º do Anexo I do Decreto nº 8.866/2016 e DECRETO Nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq)

4208 Sistema Integrado de Informações em Ciência e Tecnologia (Plataforma Lattes)

art. 218, CF; Lei nº 6.124/74; Decreto nº 3.567/00.

4210 Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações

art. 218, CF; Lei nº 13.844, de 18/06/2019; Decreto nº 7.462/11; Decreto nº 5.820/06, alterado pelo Decreto nº 8.061/2013 e Decreto nº 5.151/2004. Portaria MCTI (avaliação), Lei de Inovação, Marco Legal

6147 Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação

Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004; Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016. Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989. DECRETO Nº 8.877, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016 (revogado pelo Decreto, PORTARIA Nº 5.184, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016. Decreto nº 8.866/2016. Art. 2º e 3º do Anexo I.

6702 Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica

Lei nº 13.243/2016 e Decreto nº 8.866/2016. Decreto nº 11.334, publicado em 01/01/2023, no qual foi aprovada a nova Estrutura Regimental do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

CF Art. 218; Lei nº 4.118/62; Lei nº 6.189/74; Lei nº 7.781/89.

12P1 Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro

Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;
Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974;
Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.

13CM Implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental - CENTENA

Lei nº 4.118/62;
Lei nº 6.189/74;
Lei nº 7.781/89;
Lei nº 10.308/2001.

13CN Implantação do Laboratório de Fusão Nuclear

Lei nº 4.118/62;
Lei nº 6.189/74;
Lei nº 7.781/89.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.

20UX Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares

Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;
Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974;
Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.

20UY Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes

Lei nº 4.118/62;
Lei nº 6.189/74;
Lei nº 7.781/89.

215N Prestação de Serviços Tecnológicos e Inovadores

Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;
Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974.;
Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989;
Lei nº 13.243, de 11de janeiro de 2016.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.

218E Armazenamento de Rejeitos Radiativos

Lei nº 4.118/62;
Lei nº 6.189/74;
Lei nº 7.781/89.
Lei nº 10.308/2001.

21DM Cooperação Internacional, Assessoria Técnica, Representação Institucional e Coordenação da Agenda de Assuntos Internacionais da CENEN

Lei nº 4.118/62;
Lei nº 6.189/74;
Lei nº 7.781/89.

21EO Suporte à Fiscalização em Instalações sob Controle Regulatório, nas Áreas de Proteção Radiológica Ambiental, Ocupacional e do Paciente

Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre a criação e competências da ANSN. Decreto nº 11.142, de 21 de julho de 2022.

21E1 Segurança de Instalações Nucleares e Controle de Material Nuclear

Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre a criação e competências da ANSN. Decreto nº 11.142, de 21 de julho de 2022.

21E2 Segurança de Instalações Radiativas, Instalações Minerio-Industriais, Depósito de Rejeitos e Transporte e Controle de Minérios e Minerais de Interesse

Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre a criação e competências da ANSN. Decreto nº 11.142, de 21 de julho de 2022.

2478 Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País

Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;
Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974;
Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.

2B32 Formação Especializada para o Setor Nuclear

Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;
Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974;
Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.

24205 Agência Espacial Brasileira

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

PLDO 2024

2000 Administração da Unidade

Lei nº 8.854, de 10 de FEVEREIRO de 1984.

20VB Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial

O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94 que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e dá outras providências.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21AG Desenvolvimento de Missões e Aplicações Espaciais

O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere à área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.

21AH Governança, Estudos Estratégicos e Regulação de Atividades Espaciais

O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere à área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.

21AI Funcionamento e Atualização de Infraestruturas e Aplicações Espaciais

O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere à área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.

21F9 Desenvolvimento da Capacidade Nacional de Acesso ao Espaço

O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere à área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.

7F40 Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA

*Art. 218 CF – Conforme previsto neste artigo, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Na área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Atividades Espaciais, formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Atividades Espaciais, criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação está em conformidade com o art. 3 da lei nº 8.854/94 que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e dá outras providências e Lei nº 13.971/2019 (PPA 2020-23) - Programa 2207 - Programa Espacial Brasileiro.

24209 Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC

6432 Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores

Constituição Federal de 1988, artigos 218 e 219;
Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007;
Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008;
Lei nº 12.745, de 19 de dezembro de 2012;
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008;
Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

005V Cobertura de Despesas de Administração e de Despesas Operacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009)

Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, arts. 8º e 13; Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009

0741 Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (Lei nº 10.332, de 2001)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (c)
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso II
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018 Art. 6º, §1º, Inciso III
Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002. Art.2º, Inciso II

0745 Investimento em Empresas Inovadoras

Constituição Federal de 1988
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso III
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 07 de fevereiro de 2018 Art. 4º
Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002. Art.2º, Inciso III

0748 Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez

Lei nº 10.332/01; Decreto nº 4.195/02 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.

0A29 Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)

Constituição Federal de 1988
Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (b)
Lei nº 10.973 de 2004 Art.19º, § 3º, 4º e 5º
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso IV
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 07 de fevereiro de 2018 Art. 6º, §1º, Inciso III e Art. 21º a 24º

12P1 Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro

Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;
Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.

13CL Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

CF/88, art. 218, §§ 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022; Decreto nº 2.405 de 26/11/1997; Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Instrução Normativa GM nº 8, de 07 de dezembro de 2022; Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/OS.

1630 Novo Plano de Aceleração do Crescimento – por Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Base legal CT-infra:
Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998
Lei nº 11.540 de 2007 Art. 11
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001 Art. 1º, Art. 4º, Inciso III
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art. 3A e Art. 3B
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 3.807, de 26 de abril de 2001 Art. 1º, 2º e 4º
Portaria nº 1.917 de 29 de abril de 2020

2095 Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 11.540 de 2007 Art. 11
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001 Art. 1º, Art. 4º, Inciso III
Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art. 3A e Art. 3B
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 3.807, de 26 de abril de 2001 Art. 1º, 2º e 4º

2014 Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007 Art. 14º
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018

2113 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (a)
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, inciso V, e art. 5º
Lei 10.168 de 29 de dezembro de 2000 Art. 4º, 5º e 6º
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018 Art. 3º
Decreto nº 4.195 de 2002 Art. 1º

2119 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 Art. 2º, § 2º, inciso II
Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017
Lei nº 9.993 de 24 de julho de 2000
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art.: 3º, Inciso I (b)
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 3.866, de 16 de julho de 2001 Art. 1º

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022; ; Decreto nº 4.078 de 9/01/2002 (CGEE); Decreto nº 4.077 de 9/01/2002 (RNP); Decreto nº 3.605 de 20/09/2000 (IMPA); Decreto S/N de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto nº 2.405 de 26/11/1997 (CNPEM); Decreto S/N de 02 de setembro de 2013 (Embrapi); Decreto nº 11.275 de 06 de dezembro de 2022 (INPO); Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Instrução Normativa GM nº 8 de 07 de dezembro de 2022.

2189 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 Art. 4º, Inciso I, § 1º e 2º e Art. 5º, Inciso II
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009 Art. 3º, Inciso I (c)
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001 Art. 1º

2191 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 9.992, de 24 de julho de 2000 Art. 1º, § 1º e 3º
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.324, de 6 de agosto de 2002: Art. 1º e 3º

21FA Fomento a Ciência, Tecnologia & Inovação para o Desenvolvimento Social

Constituição Federal de 1988 Art. 218;
Lei nº 11.540 de 2007;
Lei nº 10.973 de 2004;
Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007 Art. 14º;
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969;
Decreto nº 6.938 de 2009;
Decreto nº 9.283 de 2018;
Portaria MCTI Nº 6.998/2023, Art.2º.

2223 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 Art. 1º, Inciso V, § 3º e 6º
Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000 Art. 3º
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 3.874, de 19 de julho de 2001 Art. 1º

2357 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial (CT-Espacial)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000 Art.1º, Incisos I, II, III e IV e Art. 2º
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 3.915, de 12 de setembro de 2001 Art. 1º

2997 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso III.
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.143, de 25 de fevereiro de 2002

4031 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso III.
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.154, de 07 de março de 2002

4043 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Agronegócio (CT-Agronegócio)

Constituição Federal de 1988
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso I.
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.157, de 12 de março de 2002

4053 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso IV.
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.179, de 02 de abril de 2002

4156 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 Art. 49, Inciso I (d) e Inciso II (f) § 1º e § 2º
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art. 3º, Inciso I
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 2.851, de 30 de novembro de 1998 Art. 1º, §1º e Art. 2º
Decreto nº 2.705, de 3/8/1998
Decreto nº 3.318, de 30/12/1999 Art. 5º

4185 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)

Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.540 de 2007; Lei nº 10.973 de 2004; Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 Art. 11, §1º e Inciso III, §2º; Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969; Decreto nº 6.938 de 2009; Decreto nº 9.283 de 2018; Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2000 Art. 13º, Inciso III; Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei nº 13.969 de 2019.

4947 Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia

Constituição Federal de 1988 Art. 218;
Lei nº 11.540 de 2007;
Lei nº 10.973 de 2004;
Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007 Art. 14º;
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969;
Decreto nº 6.938 de 2009;
Decreto nº 9.283 de 2018;

4949 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazônia)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 Art. 2º, § 3º e 4º e Inciso II
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 Art. 5º, § 1º e Inciso II, Art. 27, Inciso IV e VI

8563 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e de Construção Naval (CT-Aquaviário)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004 Art. 17º, §1º
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 5.252, de 22 de outubro de 2004 Art. 1º e 3º

25101 Ministério da Fazenda - Administração Direta

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012 - Art. 5º;
Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019;
Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019;
Ofício nº 7180/2017-MP, de 7 de fevereiro de 2017;
Carta Convite da OCDE, de 12 de setembro de 2016

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

0556 Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas

Decreto-Lei nº 6.693, de 14 de julho de 1944, o qual autoriza a criação da FGV;
Decreto-Lei nº 9.486, de 18 de julho de 1946, o qual autoriza a consignar, no orçamento federal, dotação para realizar transferência financeira para a FGV;
Decreto nº 11.344 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes;
Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e
Decreto nº 11.344 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

2026 Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;
Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986 - Criação da Secretaria do Tesouro Nacional;
Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.
Decreto nº 11.344, de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

2027 Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF;
Decreto 92.452, de 10 de março de 1986 - Criação da STN;
Decreto nº 11.344, de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.
Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

21B0 Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória

Decreto-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944 - Dispõe sobre a criação de loterias;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a exploração de loterias;
Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 - Abre a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular, e dá outras providências;
Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984 - Dispõe sobre as atividades da equidocultura no País, e dá outras providências;
Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, art. 9º, inc. VI;
Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência;
Decreto nº 11.344 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

21CR Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Artigo 64 - Lei de Responsabilidade Fiscal. A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios;
Decreto nº 11.344, de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda;
Portaria SGE/SE/MF nº 001, de 01/03/2018 - que aprovou o Regulamento Operacional do Programa.
Resoluções do Senado Federal nº 64, de 1999; nº 17, de 2001; nº 43, de 2001; e nº 03, de 2002;
Contrato de Empréstimo BID no 1194/OC-BR, assinado em 18/05/2001;
Contrato de Empréstimo BID no 2248/OC-BR, assinado em 29/12/2009; e
Contrato de Empréstimo BID nº 3391/OC-BR, assinado em 28/12/2017.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

25103 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

1481 Construção de Edifício-Sede de Unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em Belém - PA

Decreto nº 11.344, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda
Acórdão nº 1367/2021 - TCU, item 9.1.1
9.1.1. o objeto da Concorrência 01/2020, apesar de estar previsto para ser executado ao longo de três exercícios, não consta da Lei 13.971, de 27/12/2019, relativa ao Plano Plurianual 2020-2023, e tampouco tem ação orçamentária específica, uma vez que os recursos previstos para serem destinados ao empreendimento constam de dotação de gestão e manutenção do Poder Executivo, tipo "guarda-chuva", e não de investimento, configurando afronta ao art. 167, § 1º, da Constituição Federal de 1988 e aos arts. 5º, § 5º, e 16, incisos I e II, da Lei Complementar 101, de 4/5/2000.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil;
Decreto nº 11.344 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

20VG Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil;
Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que cria o CARF;
Decreto nº 11.344 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

219L Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais

Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, arts. 27 a 30;
Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, § 5º do art. 13; e
Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, art. 35.

2237 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que dispõe sobre a Administração Tributária Federal;
Decreto nº 9.366, de 8 de maio de 2018 - Regulamenta os critérios e os procedimentos específicos para o desenvolvimento dos servidores nos cargos das Carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho;
Decreto nº 11.344 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

25104 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Decreto nº 11.344 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

2244 Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional

Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 - Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências;
Decreto-Lei n. 147, 3 de fevereiro de 1967 - Dá nova lei orgânica à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (P.G.F.N.);
Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 - Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências;
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994 - Dispõe sobre a fiscalização, apuração e cobrança judicial as contribuições e multas devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Decreto nº 11.344 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

25203 Comissão de Valores Mobiliários

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015;
Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015; e
Ofício nº 16/2017/CVM/SRI/GR, de 17 de março de 2017 - Dispõe sobre o aceite da proposta de rateio do pagamento da contribuição do Comitê de Governança Corporativa (CGC) - OCDE.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; e
Decreto nº 11.344 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

210J Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários;
Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre as Sociedades por Ações;
Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 - Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76 e na Lei nº 6.385/1976.
Decreto nº 11.344 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

25208 Superintendência de Seguros Privados

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade

Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados;
Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento;
Decreto nº 11.184, de 25 de agosto de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos da SUSEP.

20VH Supervisão, Regulação e Orientação dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 - Regime de Previdência Complementar;
Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 - Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro, as contratações de seguro no exterior;
Decreto-lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre as sociedades de capitalização;

Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974 - Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre;
Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 - Lei de Liberdade Econômica;
Lei nº 14.332, de 4 de maio de 2022 - Dispõe sobre a arrecadação de recursos por entidades beneficentes de assistência social por meio de títulos de capitalização;
Lei nº 14.544, de 4 de abril de 2023 - Dispõe sobre a gestão e a operacionalização dos pedidos das indenizações previstas no art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974;
Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967 - Regulamenta o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;
Decreto nº 10.393, 09 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBFEF;
Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020 - Regulamenta a análise de impacto regulatório;
Decreto nº 10.465, de 18 de agosto de 2020 - Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização.
Decreto nº 11.184, de 25 de agosto de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental da SUSEP.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

25903 Fundo de Compensação e Variações Salariais

0023 Obrigações com a Garantia de Contratos de Financiamento Habitacional

Lei nº 4.380, de 16 de agosto de 1964 - Prevê o Seguro de Crédito ao Adquirente;
Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990 - Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Mutuários (Cadmru);
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 - Novação de dívidas e responsabilidades do FCVS;
Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001 - Pagamento em espécie a agentes credores;
Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011 - Assunção pelo FCVS dos direitos e das obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH);
Lei nº 13.000, de 18 de junho de 2014 - Competência da CAIXA para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS;
Resolução de Diretoria do Conselho de Administração do BNH nº 25, de 16 de junho de 1967 - Institui o FCVS.

0617 Operacionalização do Fundo de Compensação e Variações Salariais - FCVS

Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 - art. 25;
Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002 - art. 15.

26101 Ministério da Educação - Administração Direta

00P1 Apoio à Residência em Saúde

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.932/1981; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 80.281/1977; Decreto nº 7.562/2011; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Portaria Interministerial MEC/MS nº 7/2021; Portaria Interministerial nº 9/2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VI.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

00QC Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Lei nº 14.621/2023; Portaria MEC nº 306/2015; Portaria Interministerial MS/MEC nº 604/2023.
Amparo MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos V e VI.

00VL Assistência à Moradia de Bolsistas Atuantes em Programas de Residência Médica

Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981 (art. 4, § 5º, inciso III).

0A12 Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.537/1968; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.096/2005 (Prouni); Lei nº 11.180/2005 (Lei nº 12.711/2012); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Normativa MEC nº 19/2011; Portaria MEC nº 389/2013.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

152X Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 2.165/1954; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.786/1999; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto Lei nº 9.888/1946; Decreto nº 3.182/1999; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

15R4 Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Portaria MEC/GM nº 713/2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

15YS Implantação do Alojamento do ITA

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 2.165/1954; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.786/1999; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto Lei nº 9.888/1946; Decreto nº 3.182/1999; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RH Gerenciamento das Políticas de Educação

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Constituição Federal/1988, art. 227; Lei nº 4.024/1961; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.131/1995; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 11.274/2006; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 6.094/2007; Portaria MEC nº 1.306/1999; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título VI, Art. 70, Inciso I; Lei nº 9.790/1999; Lei nº 9.795/1999, Seção II; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.520/2002; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Lei nº 14.133/2021; Lei nº 14.191/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.300/2007; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.556/2023; Portaria MEC nº 523/1997; Portaria Normativa MEC nº 25/2007; Portaria Interministerial MP/MEC/CG nº 424/2016; Portaria Capes 220/2019; Resolução CNE/CEB nº 2/2001; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução CNE/CEB nº 3/2012; Resolução CNE/CP nº 2/2017; Resolução CNE/CP nº 4/2018; Resolução CNE/CP nº 2/2019; Portaria CAPES nº 59/2013; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal/1998, art. 218; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Lei nº 9.637/1998; Decreto Presidencial nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002; Decreto 9.190/2017.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso IV.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

219U Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.592/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Portaria MEC/GM 713/2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

219V Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso III.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21G5 Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21GT Universidade Federal Sustentável

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GU Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.932/81; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 14.621/2023; Decreto nº 80.281/1977; Decreto nº 7.562/2011; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Portaria Interministerial MEC/MS nº 7/2021; Portaria Interministerial MS/MEC nº 604/2023; Portaria MEC nº 306/2015; Portaria MEC nº 1.053/2021.

Amparo MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos V e VI.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Recuperação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal/1988, Art. 37; Lei nº 13.502/2017, Art. 7º, inciso V; Decreto nº 6.555/2008; Decreto nº 9.982/2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1/2017, que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2/2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3/2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

6344 Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.861/2004; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei Complementar nº 187/2021; Decreto nº 8.242/2014; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Conjunta nº 6/2012; Portaria Normativa nº 2/2013; Portaria Normativa nº 14/2013; Portaria Normativa nº 15/2013; Portaria Normativa nº 17/2013; Portaria Normativa nº 19/2013; Portaria Normativa nº 14/2014; Portaria Normativa nº 16/2014; Portaria Interministerial nº 376/2014; Portaria Normativa nº 01/2017; Portaria Normativa nº 11/2017; Portaria Normativa nº 15/2017; Portaria Normativa nº 20/2017; Portaria Normativa nº 21/2017; Portaria Normativa nº 23/2017; Portaria MEC

nº 315/2018; Portaria MEC nº 328/2018; Portaria MEC nº 329/2018; Portaria MEC nº 523/2018; Portaria MEC nº 1.095/2018; Portaria Normativa nº 741/2018; Portaria MEC nº 2.117/2019; Portaria MEC nº 343/2022; Portaria MEC nº 893/2022. Amparo legal: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

26104 Instituto Nacional de Educação de Surdos

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

21CO Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo V; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 323/2009; Portaria MEC nº 310/2018; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Recuperação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

26105 Instituto Benjamin Constant

00P1 Apoio à Residência em Saúde

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.932/1981; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 80.281/1977; Decreto nº 7.562/2011; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Portaria Interministerial MEC/MS nº 7/2021; Portaria Interministerial nº 9/2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso VI.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

21CO Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo V; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 323/2009; Portaria MEC nº 310/2018; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Recuperação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

26201 Colégio Pedro II

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Recuperação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

26230 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, Inciso XXIV, art. 18, Inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

26231 Universidade Federal de Alagoas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

26232 Universidade Federal da Bahia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

26233 Universidade Federal do Ceará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26234 Universidade Federal do Espírito Santo

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26235 Universidade Federal de Goiás

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26236 Universidade Federal Fluminense

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26237 Universidade Federal de Juiz de Fora

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26238 Universidade Federal de Minas Gerais

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26239 Universidade Federal do Pará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26240 Universidade Federal da Paraíba

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26241 Universidade Federal do Paraná

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26242 Universidade Federal de Pernambuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26243 Universidade Federal do Rio Grande do Norte

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CB nº 4/1999; Resolução CNE/CB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CB nº 17/1997; Parecer CNE/CB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26244 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CB nº 4/1999; Resolução CNE/CB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CB nº 4/1999; Resolução CNE/CB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLOD 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GK Funcionamento, Manutenção e Conservação do Museu Nacional

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 11.401/2023.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso V.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

7XE1 Reconstrução e Modernização do Museu Nacional

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Decreto-Lei nº 2.974/1941; Decreto-Lei nº 8.689/1946; Lei nº 11.904/2009; Lei nº 13.005/2014 (PNE).
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26246 Universidade Federal de Santa Catarina

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLOD 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416

/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26247 Universidade Federal de Santa Maria

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26248 Universidade Federal Rural de Pernambuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003. Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003. Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26250 Fundação Universidade Federal de Roraima

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.980/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003. Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, V e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26252 Universidade Federal de Campina Grande

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26253 Universidade Federal Rural da Amazônia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26254 Universidade Federal do Triângulo Mineiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Nacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26255 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26256 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26257 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26258 Universidade Tecnológica Federal do Paraná

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26260 Universidade Federal de Alfenas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

26261 Universidade Federal de Itajubá

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

26262 Universidade Federal de São Paulo

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26263 Universidade Federal de Lavras

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26264 Universidade Federal Rural do Semi-Árido

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26266 Fundação Universidade Federal do Pampa

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26268 Fundação Universidade Federal de Rondônia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26269 Fundação Universidade do Rio de Janeiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26270 Fundação Universidade do Amazonas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26271 Fundação Universidade de Brasília

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26272 Fundação Universidade Federal do Maranhão

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CES nº 4/1999; Resolução CNE/CES nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26273 Fundação Universidade Federal do Rio Grande

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26274 Universidade Federal de Uberlândia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CEB, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26275 Fundação Universidade Federal do Acre

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020;

Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CEB, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Portaria MEC nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26276 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CEB, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26277 Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26278 Fundação Universidade Federal de Pelotas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26279 Fundação Universidade Federal do Piauí

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26281 Fundação Universidade Federal de Sergipe

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UJ Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26282 Fundação Universidade Federal de Viçosa

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UJ Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução

nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26283 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UJ Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal/1988, Art. 37; Lei nº 13.502/2017, Art. 7º, inciso V; Decreto nº 6.555/2008; Decreto nº 9.982/2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1/2017, que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2/2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3/2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26284 Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso I.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26285 Fundação Universidade Federal de São João del-Rei

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26286 Fundação Universidade Federal do Amapá

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20RH Gerenciamento das Políticas de Educação

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Constituição Federal/1988, art. 227; Lei nº 4.024/1961; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.131/1995; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 11.274/2006; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 6.094/2007; Portaria MEC nº 1.306/1999; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RM Exames e Avaliações da Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 9.432/2018; Decreto nº 9.765/2019; Portaria MEC nº 2.270/2002; Portaria MEC nº 3.415/2004; Portaria MEC nº 807/2010; Portaria MEC nº 1.350/2010; Portaria MEC nº 482/2013, alterada pela Portaria nº 564/2017; Portaria Inep nº 10/2021; Portaria MEC nº 458/2020; Resolução CNE/CEB nº 04/1999.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

20RN Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação

13.959/2019; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 7.590/2011; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 9.507/2018; Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011; Portaria Normativa MEC nº 22/2016; Portaria Normativa MEC nº 11/2017; Portaria Normativa MEC nº 840/2018; Instrução Normativa INEP nº 04/2018; Portaria nº 96/2020; Portaria nº 195/2020; Portaria nº 183/2021; Portaria Inep nº 446/2021; Portaria MEC nº 94/2022; Portaria nº 265/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B5 Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004; Resolução CNE/CES nº 1/2018.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4000 Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 11.204/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4014 Censo Escolar da Educação Básica

Constituição Federal/1988, Art. 22, inciso XVIII e Art. 208, § 3º; Lei nº 8.069/1990, Art. 54, § 3º; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 5º, § 1º Inciso I; e Título V, Capítulo II; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.709/2018 (LGPD); Lei nº 14.113/2020; Decreto nº 6.425/2008; Decreto nº 10.656/2021; Portaria nº 316/2007; Portaria nº 264/2007; Portaria Inep nº 235/2011; Portaria Inep nº 91/2017; Portaria Inep nº 503/2018; Resolução CNE/CEB nº 1/2018; Portarias Anuais de Cronograma de execução das etapas do Censo Escolar.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal/1988, Art. 37; Lei nº 13.502/2017, Art. 7º, inciso V; Decreto nº 6.555/2008; Decreto nº 9.982/2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1/2017, que dispõe sobre a conciliação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2/2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3/2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

6503 Censo Escolar da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Art. 22, inciso XVIII, e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo IV; Lei nº 10.861/2004 (SINAES); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.709/2018 (LGPD); Decreto nº 6.425/2008; Decreto nº 9.235/2017; Portaria MEC nº 794/2013; Portaria Normativa MEC nº 21/2017; Portarias Anuais de Cronograma de execução das etapas do Censo da Educação Superior.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

0000 Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Ato Declaratório Normativo nº 34/1993; Decreto nº 71.733/1973; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.558/2023; Portaria Capes nº 220/2019; Resolução CDF/ME nº 38/2013; Resolução CDF/FNDE nº 54/2013; Portaria Interministerial MEC/MC nº 98/2013; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

0487 Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior

Constituição Federal/1988, art. 4º, inciso IX, e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.405/1992; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 12.801/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.274/2004; Decreto nº 6.576/2008; Decreto nº 6.907/2009; Decreto nº 7.448/2011; Decreto nº 7.641/2011; Decreto nº 7.642/2011; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 11.238/2022; Portaria Interministerial nº 495/2013; Portaria MEC nº 7/2009; Portaria MEC nº 25/2013; Portaria MEC nº 973/2014; Portaria CAPES nº 34/2006; Portaria CAPES nº 76/2010; Portaria CAPES nº 19/2011; Portaria CAPES nº 248/2011; Portaria CAPES nº 181/2012; Portaria CAPES nº 47/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 86/2013; Portaria CAPES nº 90/2013; Portaria CAPES nº 140/2013; Portaria CAPES nº 156/2014; Portaria CAPES nº 106/2014; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 23/2017; Portaria CAPES nº 149/2017; Portaria CAPES nº 202/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Portaria CAPES nº 08/2018; Portaria CAPES 01/2020; Portaria CAPES nº 34/2020; Portaria CAPES nº 55/2020; Portaria CAPES nº 121/2020; Portaria CAPES nº 73/2022; Portaria CAPES nº 124/2022; Portaria CAPES nº 155/2022; Portaria CAPES nº 203/2022; Portaria CAPES, nº 33/2023; Portaria nº 40/2023; Portaria CAPES, nº 79/2023; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1/2010; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2010; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1/2013; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2013; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2014.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº

11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 38/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título VI, Art. 70, Inciso I; Lei nº 9.790/1999; Lei nº 9.795/1999, Seção II; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.520/2002; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Lei nº 14.133/2021; Lei nº 14.191/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.300/2007; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.558/2023; Portaria MEC nº 522/1997; Portaria Normativa MEC nº 25/2007; Portaria Interministerial MP/ME/CGU nº 424/2016; Portaria Capes 220/2019; Resolução CNE/CEB nº 2/2001; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução CNE/CEB nº 3/2012; Resolução CNE/CP nº 2/2017; Resolução CNE/CP nº 4/2018; Resolução CNE/CP nº 2/2019; Portaria CAPES nº 59/2013; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

20RN Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação

13.959/2019; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 7.590/2011; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 9.507/2018; Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011; Portaria Normativa MEC nº 22/2016; Portaria Normativa MEC nº 11/2017; Portaria Normativa MEC nº 840/2018; Instrução Normativa INEP nº 04/2018; Portaria nº 96/2020; Portaria nº 195/2020; Portaria nº 183/2021; Portaria Inep nº 446/2021; Portaria MEC nº 94/2022; Portaria nº 265/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2317 Acesso à Informação Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 11.238/2022; Portaria CAPES nº 74/2017; Portaria CAPES nº 122/2017; Portaria CAPES nº 29/2018.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26292 Fundação Joaquim Nabuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4000 Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 11.204/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

6294 Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável

Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979;

Decreto nº 8.994, de 1º de março de 2017.

26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre

00QC Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Lei nº 14.621/2023; Portaria MEC nº 306/2015; Portaria Interministerial MS/MEC nº 604/2023.

Amparo MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos V e VI.

21D8 Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE);

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011 e Lei nº 13.005/2014 (PNE).
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

0000 Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Ato Declaratório Normativo nº 34/1993; Decreto nº 71.733/1973; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.556/2023; Portaria Capes nº 220/2019; Resolução CD/FNDE nº 38/2013; Resolução CD/FNDE nº 54/2013; Portaria Interministerial MEC/MC nº 98/2013; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

000W Apoio à Manutenção da Educação Infantil

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II, Seções I e II; Lei nº 12.499/2011; Lei nº 12.722/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resolução CNE/CEB nº 5/2009; Resolução CNE/CEB nº 1/2011; Resolução CNE/CEB nº 2/2018; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

00PH Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro para Promover a Alfabetização, a Elevação da Escolaridade e a Integração à Qualificação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II, Seção V; Lei nº 9.608/1998; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.093/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.959/2022; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

00PI Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resoluções específicas sobre alimentação escolar, publicadas pelo FNDE.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

00QH Concessão de Bolsas no Âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.172/1966; Lei nº 12.688/2012; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6/2012; Portaria Normativa MEC nº 26/2012.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VI.

00SB Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb

Emenda Constitucional nº 108/2020; Lei nº 14.113/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

00SU Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II, Seções I e II; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.494/2008; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

00VI Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 12.513/2011; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.113/2020; Lei nº 14.172/2021; Lei nº 14.640/2023; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC nº 1.495/2023; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos II, III e IV.

0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.556/2023; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.764/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 7.083/2010; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.770/2021; Decreto nº 11.556/2023; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.880/2004; Lei 12.695/2012; Lei 13.005/2014 (PNE); Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VIII.

0A12 Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.537/1968; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.096/2005 (Pronuni); Lei nº 11.180/2005; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Normativa MEC nº 19/2011; Portaria MEC nº 389/2013.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

0E53 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.816/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VIII.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RH Gerenciamento das Políticas de Educação

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Constituição Federal/1988, art. 227; Lei nº 4.024/1961; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.131/1995; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 11.274/2006; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 6.094/2007; Portaria MEC nº 1.306/1999; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RP Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.645/2008; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 5.840/2006; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 9.099/2017.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 12.244/2010; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 7.612/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.770/2021; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do CNE; Base Nacional Comum Curricular.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VIII.

213M Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão

Constituição Federal/1988, arts. 37, 208, 210, 215 e 231; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.525/2007; Lei nº 12.288/2010; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.594/2012; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.796/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.185/2015; Lei nº 14.191/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 6.261/2007; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 6.872/2009; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.053/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 7.612/2011; Decreto nº 7.626/2011; Decreto nº 7.649/2011; Decreto nº 8.154/2013; Decreto nº 10.088/2019; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Normativa nº 13/2007; Portaria Interministerial nº 424/2012; Portaria nº 25/2012; Portaria nº 86/2013; Portaria nº 389/2013; Portaria Normativa nº 21/2013; Portaria nº 1.062/2013; Portaria nº 1.129/2013; Portaria nº 98/2013; Portaria MEC nº 33/2018; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

214V Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II, Seção V; Lei nº 10.741/2003, Capítulo V; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007, art. 12; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.433/2011; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.852/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 14.113/2020; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.507/2011; Decreto nº 6.626/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.306/2018, art. 8º, Inciso II; Decreto nº 10.087/2019; Decreto nº 10.226/2020; Decreto nº 10.656/2021; Resolução CNE/CEB nº 2/2010; Resolução MJ nº 3/2009; Resolução CNE/CEB nº 2/2010; Resolução CNE/CEB nº 4/2016; Resolução FNDE nº 12/2020; resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLOD 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21BA Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 12.816/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 6.302/2007; Decreto nº 7.589/2011; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 1.042/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal/1988, Art. 37; Lei nº 13.502/2017, Art. 7º, inciso V; Decreto nº 6.555/2008; Decreto nº 9.982/2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 12017, que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2/2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3/2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

26350 Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal/1988, Art. 37; Lei nº 13.502/2017, Art. 7º, inciso V; Decreto nº 6.555/2008; Decreto nº 9.982/2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1/2017, que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2/2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3/2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26351 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26352 Fundação Universidade Federal do ABC

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26378 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011 e Lei nº 13.005/2014 (PNE).
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

26402 Instituto Federal de Alagoas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

26403 Instituto Federal do Amazonas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal/1988, Art. 37; Lei nº 13.502/2017, Art. 7º, inciso V; Decreto nº 6.555/2008; Decreto nº 9.982/2019; Instruções normativas da Secretária Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1/2017, que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2/2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3/2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

26408 Instituto Federal do Maranhão

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26409 Instituto Federal de Minas Gerais

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26410 Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26411 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

26412 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26413 Instituto Federal do Triângulo Mineiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26414 Instituto Federal do Mato Grosso

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26415 Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto 9.982, de 20 de agosto de 2019;

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

- Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
- Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

26416 Instituto Federal do Pará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26421 Instituto Federal de Rondônia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26422 Instituto Federal Catarinense

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal/1988, Art. 37; Lei nº 13.502/2017, Art. 7º, inciso V; Decreto nº 6.555/2008; Decreto nº 9.982/2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1/2017, que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2/2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3/2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

26423 Instituto Federal de Sergipe

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26424 Instituto Federal do Tocantins

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26425 Instituto Federal do Acre

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso V

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26430 Instituto Federal do Sertão Pernambucano

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLOD 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26431 Instituto Federal do Piauí

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLOD 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26432 Instituto Federal do Paraná

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLOD 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal/1988, Art. 37; Lei nº 13.502/2017, Art. 7º, inciso V; Decreto nº 6.555/2008; Decreto nº 9.982/2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1/2017, que dispõe sobre a conciliação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2/2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3/2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

26433 Instituto Federal do Rio de Janeiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLOD 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal/1988, Art. 37; Lei nº 13.502/2017, Art. 7º, inciso V; Decreto nº 6.555/2008; Decreto nº 9.982/2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1/2017, que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2/2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3/2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

26439 Instituto Federal de São Paulo

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

2994 Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26440 Universidade Federal da Fronteira Sul

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSEERH; Resolução CA/EBSEERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26441 Universidade Federal do Oeste do Pará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Portaria MEC nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

26443 Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RX Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.082/2010; Decreto nº 8.587/2015; Decreto 10.434/2020; Portaria Interministerial nº 883/2010; Portaria MEC-GM nº 442/2012.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011 e Lei nº 13.005/2014 (PNE).
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

26447 Universidade Federal do Oeste da Bahia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.
Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução

Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26448 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

26449 Universidade Federal do Cariri

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26450 Universidade Federal do Sul da Bahia

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBESERH; Resolução CA/EBESERH nº 213/2023. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26452 Universidade Federal de Catalão

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26453 Universidade Federal de Jatá

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26454 Universidade Federal de Rondonópolis

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV. Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26455 Universidade Federal do Delta do Parnaíba

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26456 Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSE/ERH; Resolução CA/EBSE/ERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 7.948/2013; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.342/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

Não enquadramento MDE do PO 0003: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26457 Universidade Federal do Norte do Tocantins

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024); Norma - SEI nº 2/2020/DGP-EBSE/ERH; Resolução CA/EBSE/ERH nº 213/2023.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

28101 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

20TT Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços

Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004, que Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI; e

Decreto nº 11.427 de 2 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

20TU Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior

Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - Dispõe sobre o imposto de importação e os serviços aduaneiros;

Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, art. 5º

Lei nº 8.402, de 08 de janeiro de 1992, art. 1º, §2º - Base legal dos regimes de Drawback;

Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, art. 12

Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, art. 31

Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992 - Institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX;

Decreto nº 6.750, de 05 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro;

Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

20ZO Promoção, Fiscalização e Gestão do Comércio Exterior

Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995 - Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências;

Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 - Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra);

Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, Arts. 17, 18 e 19 - Dispõem sobre aspectos operacionais específicos dos processos de defesa comercial;

Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 - Regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda;

Decreto nº 2.667, de 10 de julho de 1998 - Dispõe sobre a execução do Décimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n.º 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, de 17 de dezembro de 1997;

Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013 - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping;

Decreto nº 9.107, de 26 de julho de 2017 - Dispõe sobre os prazos e os requisitos aplicáveis às indústrias fragmentadas no âmbito de investigações de defesa comercial;

Decreto nº 10.839 de 18 de outubro de 2021 - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação de existência de subsídios e à aplicação de medidas compensatórias;

Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e

Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023 - Dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX.

210C Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato

Constituição Federal - artigos 170 - IX - Tratamento favorecido a empresas de pequeno porte e art. 179 - tratamento jurídico diferenciado para microempresas e às empresas de pequeno porte.

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 - Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007 - simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM;

Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015 - Dispõe sobre a profissão de artesão;

Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 - Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
Decreto nº 1.800, de 30 de Janeiro de 1996 - Regulamenta o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;
Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

210E Promoção do Desenvolvimento Industrial

Constituição Federal – Artigos 170, 179 e 218 a 219-B;
Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021. Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;
Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – Lei do Bem;
Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 - incentivo à inovação tecnológica;
Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018 - Institui o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística;
Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores;
Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018 - medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling (CG-BIM);
Decreto nº 10.306, de 02 de abril de 2020 - Estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR;
Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 - dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação;
Decreto nº 10.615, de 29 de janeiro de 2021 - dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores;
Decreto nº 11.427 de 2 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e Decreto nº 11.482, de 06 de abril de 2023 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial- CNDI.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - qualificação de entidades como organizações sociais e Programa Nacional de Publicização;
Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007 - institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia e cria o Comitê Nacional de Biotecnologia - CBA;
Decreto de 2 de setembro de 2013 (sem número), que qualifica como Organização Social a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPI;
Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017 - critérios para a qualificação de organizações sociais; e
Decreto nº 11.516, de 3 de maio de 2023 - Qualifica como organização social a Fundação Universitatis de Estudos Amazônicos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

21B0 Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória

Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009 - Regulamenta a Lei no 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação - ZPE;
Decreto nº 9.931, de 23 de julho 2019 -
Institui o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual;
Decreto nº 9.933, de 23 de julho de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação;
Decreto nº 11.243, de 21 de outubro de 2022 - Dispõe sobre as medidas a serem adotadas para a promoção de boas práticas regulatórias no âmbito do Poder Executivo Federal; e
Decreto nº 11.427 de 2 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

21FH Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria

Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - Lei da Biodiversidade;
Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019 - Estratégia Nacional de Impacto (ENIMPACTO); e
Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura Administrativa do MDIC.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;
Lei nº 12.232, de 29 de agosto de 2010 - serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda, art. 21
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

28202 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015; e
Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, e dá outras providências;
Decreto nº 11.221, de 5 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO; e
Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta;

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - qualificação de entidades como organizações sociais e Programa Nacional de Publicização;
Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017 - critérios para a qualificação de organizações sociais;
Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 - Qualifica como Organização Social a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

214I Gestão da Metrologia Legal e de Avaliação da Conformidade

Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, Capítulo VII, Artigo 55 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;
Lei nº 9.933 de 20 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, institui a Taxa de Serviços Metrológicos;
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

214J Fiscalização em Metrologia e Qualidade

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - art. 55;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;
Lei nº 9.933 de 20 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, institui a Taxa de Serviços Metrológicos;
Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

28203 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

21F1 Proteção dos Direitos de Propriedade Industrial

Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.
Decreto nº 11.207, de 26 de setembro de 2022 - Estrutura Regimental do Instituto Nacional da Propriedade Industrial; e
Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 - Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus;
Lei nº 13.451, de 16 de junho de 2017 - Dispõe sobre a competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para regular e controlar a importação e o ingresso de mercadorias, com incentivos fiscais, na Zona Franca de Manaus, nas áreas de livre comércio e na Amazônia Ocidental e institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviços (TS);
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos; e
Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

210L Promoção do Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação na área de atuação da Suframa

Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 - regula a Zona Franca de Manaus;
Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968 - estende Benefícios do Decreto-Lei nº 288 a Áreas da Amazônia Ocidental;
Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 - importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica;
Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991 - cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima;
Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 - abrange Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá;
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008 - artigos 4º, 6º e 7º - regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação;
Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009 - artigos 26 e 27 - institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai;
Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repatrição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

28904 Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC

0473 Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997)

Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997 - Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências;
Decreto nº 3.113, de 6 de julho de 1999 - Regulamenta a Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências.

20AP Serviços de Auditoria e Controle

Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997 - Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências;
Decreto nº 3.113, de 6 de julho de 1999 - Regulamenta a Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências.

29101 Defensoria Pública da União

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

21CZ Apoio à Assistência Jurídica ao Cidadão

EC 74/2013; Lei Complementar 80/94; Lei 9.020/95.

2725 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão

Constituição Federal , art. 5º , inciso LXXIV e art. 134; EC 74/2013; Lei Complementar 80/94; e Lei 9.020/95.

30101 Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, art. 106; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.348/2023 - Estrutura do MJSP; Decreto nº 11.024, de 31 de março de 2022; Decreto n.º 10.109, de 7 de novembro de 2019, seções 2 e 4; Decreto nº

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

10.785, de 01 de setembro de 2021 (Altera o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019); Portaria nº 905, de 24 de outubro de 2017, art. 1º, inciso XVIII.

0004 Contribuição Voluntária para o Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça (PIAJ)

- 1) Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022
- 2) Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023

2000 Administração da Unidade

CF 1988;

Lei 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Decreto-Lei 200/1967;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro DE 2021;

Decreto de Estrutura MJSP atual – Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal;

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, na versão compilada com as alterações das Instruções Normativas SGD/ME nº 202, de 2019, SGD/ME nº 31, de 2021 e SGD/ME nº 47, de 2022 (Atualizado em 29/12/2022)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada)

Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e financeira.

2017 Promoção da Política Nacional de Justiça

Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;
art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

- Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990;
Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;
Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997;
Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999;
Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003;
Lei n. 11.340, de 07 de agosto 2006;
Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015;
Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015;
Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016;
Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017;
Lei nº 13.445, de 20 de maio de 2017;
Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018;
Inciso I da Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019;
Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020

- Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942;
Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991;
Decreto n. 1.973 de 01 de agosto de 1996;
Decreto n. 3.100, de 30 de junho de 1999;
Decreto nº 1.925, de 10 de junho de 1998;
Decreto nº 2.022, de 7 de outubro de 1996;
Decreto nº 2.428, de 17 de dezembro de 1997;
Decreto nº 2.740, de 20 de agosto de 1998;
Decreto nº 3.324, de 30 de maio de 1999;
Decreto nº 3.229, de 29 de outubro de 1999;
Decreto nº 3.468, de 17 de maio de 2000;
Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000;
Decreto nº 3.768, de 8 de março de 2001;
Decreto nº 3.895, de 23 de agosto de 2001;
Decreto nº 3.988, de 29 de outubro de 2001;
Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002;
Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004;
Decreto nº 5.639, de 26 de dezembro de 2005;
Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006;
Decreto nº 5.919, de 3 de outubro de 2006;
Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006;
Decreto nº 6.282, de 3 de dezembro de 2007;
Decreto nº 6.340, de 3 de janeiro de 2008;
Decreto nº 6.462, de 21 de maio de 2008;
Decreto nº 9.856 de 25 de junho de 2019;
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023.

- Portaria SNJ nº 242, de 29 de setembro de 2014;
Portaria MJ n. 362 de 1 de março 2016;
Portaria nº 605, de 21 de junho de 2019
Portaria nº 863, de 28 de novembro de 2019;
Portaria MJSP nº 864, 28 de novembro de 2019;
Portaria MJSP nº 665, 11 de junho de 2020;
Portaria MJSP nº 145, de 15 de agosto de 2022;
Portaria MJSP nº 79, de 13 de maio de 2022;
Portaria MJSP Nº 400, de 13 de junho de 2023

Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010;
Resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Imigração;
Resolução nº 449, de 30 de março de 2022;
Emenda Regimental nº 41, de 21 de setembro de 2022;
Tratados bilaterais e convenções multilaterais de cooperação jurídica internacional.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

21BM Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências);
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências);
Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Sinarm);
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha), alterada pela Lei nº 14.550, de 19 abril de 2023;

- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sinad);
Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (Cooperação Federativa);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI);
Lei nº 11.707, de 19 de junho 2008 (PRONASCI);
Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 (SINESP);
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (ORCRIM);
Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Crime hediondo feminicídio);
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância);
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp);
Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (Altera o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro)
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNISP);
Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019 (Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (aperfeiçoa a legislação penal e processual penal);
Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 (Institui PPA 2020-2023);
Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021 (Acréscimo ao Código Penal o crime de perseguição);
Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021 (Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado a mulher vítima de violência doméstica e familiar);
Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 (Institui o Programa Habite Seguro);
Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022 (Destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNISP para ações de enfrentamento da violência contra a mulher);
Lei nº 14.330, de 4 de maio de 2022 (Inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social -PNSPDS);
Lei nº 14.423 de 22 de julho de 2022 (Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente.);
Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023 (Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.);
Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023 (Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei);
Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (SISP);
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras);
Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019 - Regulamenta Sinarm;
Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNSPDS);
Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 regulamenta PPA 2020-2023;
Decreto nº 10.365, de 22 de maio de 2020 regulamenta estrutura MJSP;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021 (Institui o Comitê Gestão da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021 (SINAB);
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 (institui a agenda transversal e multisetorial da primeira infância);
Decreto nº 10.777 de 24 de agosto de 2021 – Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Pnisp;
Decreto nº 10.778 de 24 de agosto de 2021 – Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Enisp;
Decreto nº 10.785, de 1º de setembro de 2021 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
Decreto nº 10.793, de 13 de setembro de 2021 - Regulamenta Programa Habite Seguro;
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 (institui o Plano Nacional de Segurança Pública);
Decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021 (Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio);
Decreto nº 11.348, de 01 janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MJSP);
Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
Decreto nº 11.436 de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - PRONASCI), para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação.);
Decreto nº 11.455, de 28 de março de 2023 (Altera o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, para prorrogar o prazo de recadastramento de armas de fogo e incluir novos representantes no grupo de trabalho.);
Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse);
Portaria nº 36 de 29 de março de 2021 – Sistema Cronos;
Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPIF);
Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP);
Portaria nº 288 de 23 de janeiro de 2023 (Regulamenta estrutura MJSP);
Portaria nº 516 de 03 de dezembro de 2021- Institui o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas – VIGIA;
Portaria nº 705 de 13 de setembro de 2019 - Peculiaridades da DINT para CPGF;
Portaria nº 867 de 02 de dezembro de 2019 (Operações SEOP);
Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamenta SISP).

21BN Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

- Constituição Federal de 1988;
Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;
Lei nº 12.846, de 1º de agosto 2013;
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013;
Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000;
Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002;
Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006;
Portaria MJSP nº 145, de 15 de agosto de 2022;
Portaria MJSP nº 79, de 13 de maio de 2022;
Portaria MJSP Nº 400, de 13 de junho de 2023;

21EO Apoio ao Sistema Penitenciário Nacional

Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 e o Decreto 11.348, de 1º de janeiro de 2023.

21F0 Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania

1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988: direitos individuais (Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...) e direitos sociais (Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.)
2. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990
3. Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994
4. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
5. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003
6. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006
7. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010
8. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013
9. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014
10. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015
11. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015
12. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017
13. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942
14. Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007
15. Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

- 16. Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023
- 17. Decreto nº 11.444, de 21 de março de 2023
- 18. Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010
- 19. Resolução nº 10, de 17 de outubro de 2018
- 20. Recomendação nº 90, de 02 de março de 2021

2334 Proteção e Defesa do Consumidor

- CF/88 - Art 170, inciso V
- Lei 8.078/1990;
- Lei 9.609/1998;
- Lei 9.610/1998;
- Lei 10.742/2003;
- Lei nº 13.971/2019;
- Lei 13.844/2019;
- Lei 14.034/2020;
- Lei 14.046/2020;
- Decreto 2.181/1997;
- Decreto 6.523/2008;
- Decreto 7.962/2013;
- Decreto 7.963/2013;
- Decreto 9.756/2019;
- Decreto 9.875/2019;
- Decreto 9.882/2019;
- Decreto 9.662/2019;
- Decreto nº 10.073/19;
- Decreto 10.197/2020;
- Decreto nº 10.321/20;
- Decreto nº 10.887, de 7 de dezembro de 2021
- Decreto nº 11.348/2023 - Estrutura do MJSP
- Portaria Gab-Senacon 07/2016;
- Portaria Gab-Senacon 24/2019;
- Portaria Gab-Senacon n.º 12/2020;
- Portaria Gab-Senacon n.º 15/2020;
- Portaria Gab-Senacon 14/2020;
- Portaria Conjunta MJSP/MINFRA 03/2019;
- Portaria MJSP 1.387/2007;
- Portaria MJSP 329/2019;
- Portaria MJSP 618/2019;
- Portaria MJSP 156/2020;
- Portaria nº 232/2020.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988;

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Decreto-Lei nº 200/1967;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro DE 2021;

Decreto nº 11.348, de 2023;

Instrução normativa nº 1, DE 4 de abril de 2019;

Instrução normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

00QV Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado

Lei nº 13.712, de 24 de agosto de 2018. Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

154T Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;

Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Carga;

Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;

Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal;

Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência;

Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;

Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Lei n.º 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans;

Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social;

Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;

Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - PPA 2020/2023;

Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;

Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;

Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Carga;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;

Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020 – Regulamenta o PPA 2020/2023;

Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020;

Decreto nº 10.822, de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura atual do MJSP

2000 Administração da Unidade

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;

Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Carga;

Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;

Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal; Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria

o Sistema Brasileiro de Inteligência;

Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;

Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; Lei n.º 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans;

Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;

Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;

Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;

Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Carga;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;

Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020 – Regulamenta o PPA 2020/2023;

Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020;

Decreto nº 10.822, de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030

Decreto nº 11.348 de 1º de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

2723 Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;

Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Carga;

Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;

Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal;

Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência;

Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;

Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Lei n.º 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans;

Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social;

Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;

Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - PPA 2020/2023;

Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;

Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;

Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtos e Roubo de Veículos e Carga;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;

Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020 – Regulamenta o PPA 2020/2023;

Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020;

Decreto nº 10.822, de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988;

Lei nº 13.971, de 27 de Dezembro de 2019 - PPA 2020 - 2023;

Decreto n. 6.555 de 2008 (Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências).

30108 Departamento de Polícia Federal

00UI Indenização pela Disponibilização Voluntária durante o Repouso Remunerado

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Portaria MJSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023; e

Portaria MJSP nº 186, de 22 de setembro de 2022 - Regulamenta a indenização prevista no inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997.

0122 Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MJ)

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior, e dá outras providências (art. 8º e 45-A);

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (art. 60-A a 60-E);

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

2586 Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Lei 10.351, de 26 de dezembro de 2001, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial de R\$ 3.642.611.000,00, para os fins que especifica.

Lei nº 13.445/2017 - Institui a Lei de Migração.

Decreto nº 1.983, de 1996 - Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - Regulamenta o FUNAPOL, alterado pelo Decreto nº 10.895/2021;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016, alterado pelo decreto Decreto 9.818 de 03 de junho de 2019, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.

Decreto nº 9.199/2017 - Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

2726 Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 - institui o Fundo Nacional Antidrogas (Funad);

Lei 10.351, de 26 de dezembro de 2001, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 3.642.611.000,00, para os fins que especifica.

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol;

Decreto 4.262/02 - Regulamenta a Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências;

Decreto nº 6.869, de 04 de junho de 2009 - Dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais, bem como sobre os níveis de proteção dos navios e das instalações portuárias, da adoção de medidas de proteção aos navios e instalações portuárias, e institui a Rede de Alarme e Controle dos Níveis de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, e dá outras providências.

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016, alterado pelo decreto Decreto 9.818 de 03 de junho de 2019, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.

Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019 - Dispõe sobre a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis e sobre as Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis;

Decreto nº 9.988, de 26 de agosto de 2019 - Promulga o texto atualizado da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada;

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023;

Portaria MJSP nº 240, de 12 de março de 2019, que estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal.

Portaria MJSP nº 30, de 29 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 30 de janeiro de 2020, seção 1, páginas 91 e 92 (Regimento Interno da Conportos);

Resolução Conportos nº 53, de 04 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 172, Seção 1, página 49, em 08 de setembro de 2020.

IN 166/2020-DG/PF, que dispõe sobre a fiscalização e o controle dos produtos e insumos químicos (https://pfgovbr.sharepoint.com/sites/intranet/Paginas/Servicos/Produtos%20Qu%C3%ADmicos/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Formul%C3%A1rios.aspx)

30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, anexo I, arts. 1º e 31; Parecer CONJUR/CGDI nº 35/2014, do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155 SGEIX/COF/CORG/AEFI OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015 e Ofício nº 102 COF/CORG/AEFI/MRE, de 16 de julho de 2015.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

2807 Promoção e Defesa da Concorrência

A proteção da ordem econômica está fundamentada no artigo 170 da Constituição Federal. A defesa da concorrência no Brasil é atribuição do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, regido pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. A referida lei disciplina, ainda, tanto a estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, quanto suas competências, dentre elas, a de instrução e julgamento de atos de concentração e processos administrativos. O Decreto nº 9.011, de 23 de março de 2017, aprova a Estrutura Regimental da autarquia.

30212 Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21D5 Gestão de Políticas de Proteção de Dados

Art. 5º, inciso LXXIX da Constituição Federal de 1988

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - art. 35. - XXIII

Decreto nº11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura atual do MJSP

30905 Fundo de Defesa de Direitos Difusos

6067 Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos

• CF/88 - Art 170, inciso V

• Lei 7.347/1985;

• Lei 9.008/1995;

• Lei nº 13.019/2014

• Lei nº 13.971/2019;

• Lei 13.844/2019;

• Decreto 1.306/1994;

• Decreto nº 6.170/2007;

• Decreto nº 8.726/2016

• Decreto 9.662/2019;

• Decreto nº 10.035/2019

• Decreto nº 10.073/2019;

• Decreto nº 10.321/2020;

• Decreto nº 10.426/2020

• Decreto nº11.348/2023 - Estrutura do MJSP

• Instrução Normativa MPDG nº 2/2018

• Instrução Normativa ME 206/2019

• Instrução Normativa ME nº 211/2019

• Portaria Interministerial nº 424/2016

• Portaria MJ 905/2017;

• Portaria MJ 2.314/2018;

• Portaria MPDG nº 66/2017

• Portaria MPDG nº 67/2017

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

30907 Fundo Penitenciário Nacional

00CA Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP);
Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023;
Lei complementar nº 79/1994 - Cria o Fundo Penitenciário Nacional; e
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 - Regulamenta a Lei nº 11.530/2007 e estabelece os eixos prioritários para a execução do Programa no biênio 2023-2024.

00R3 Transferências aos Entes Federativos para Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984;
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017;
Lei 13.844 de 18 de junho de 2019
Lei 14.214, de 6 de outubro de 2021
Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei 7.210, de 11 de julho de 1984;
Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
Lei Complementar 79, de 07 de janeiro de 1994;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Decreto nº 1.093, de 23 e março de 1994;
Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001;
Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006;
Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019
Portaria MJ nº 3.123, de 3 de dezembro de 2012 - Cria a Espen
Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018 (Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional)

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021

21BP Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994;
Lei Complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005;
Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984;
Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984;
Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990;
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996
Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998;
Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999;
Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000;
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001;
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006;
Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008;
Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010;
Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011;
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017;
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018;
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019;
Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002;
Decreto nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007;
Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011;
Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018;
Decreto nº 9.871, de 27 de junho de 2019;
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021;
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021;
Portaria Interministerial nº 1.777 de 09 de setembro de 2003;
Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014;
Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014;
Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016;
Portaria MJSP nº 2.594, de 24 de novembro de 2011;
Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018;
Portaria ME/MJSP nº 21.073, de 2 de outubro de 2020 e
ADPF 347, de 9 de setembro de 2015.

30911 Fundo Nacional de Segurança Pública

00CA Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP);
Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023.
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 - Regulamenta a Lei nº 11.530/2007 e estabelece os eixos prioritários para a execução do Programa no biênio 2023-2024.

00R2 Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências);
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências);
Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Sinarm);
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sisnad);
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha), alterada pela Lei nº 14.550, de 19 abril de 2023;
Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (Cooperação Federativa);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI);
Lei nº 11.707, de 19 de junho 2008 (PRONASCI);
Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 (SINESP);
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância;
Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (Altera o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro)

Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (ORCRIM);
Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Crime hediondo feminicídio);
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNSP);
Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019 (Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (aperfeiço a legislação penal e processual penal);
Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 (Institui PPA 2020-2023);
Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021 (Acredita ao Código Penal o crime de perseguição);
Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021 (Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado a mulher vítima de violência doméstica e familiar);
Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022 (Destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP para ações de enfrentamento da violência contra a mulher);
Lei nº 14.330, de 4 de maio de 2022 (Inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNPSPDS);
Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023 (Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.);
Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023 (Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei.);
Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (SISP);
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras);
Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNPSPDS);
Decreto nº 9.609 de 12 de dezembro de 2018 (Conselho Gestor do FNSP)
Decreto nº 9.630 de 26 de dezembro de 2018 (Institui Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social)
Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 regulamenta PPA 2020-2023;
Decreto nº 10.365, de 22 de maio de 2020 regulamenta estrutura MJSP;
Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021 (Institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021 (SINAB);
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 (institui a agenda transversal e multisetorial da primeira infância);
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 (institui o Plano Nacional de Segurança Pública);
Decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021 (Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio);
Decreto nº 11.348, de 01 de janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MJSP);
Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023 (Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.);
Decreto nº 11.436 de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação.);
Decreto nº 11.455, de 28 de março de 2023 (Altera o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, para prorrogar o prazo de recadastramento de armas de fogo e incluir novos representantes no grupo de trabalho.);
Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse);
Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPIF);
Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP);
Portaria nº 288 de 23 de janeiro de 2023 (Regulamenta estrutura MJSP);
Portaria nº 867 de 02 de dezembro de 2019 (Operações SEOP);
Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamenta SISP);
Portaria MJSP nº 480, de 11 de novembro de 2021 (procedimentos para transferência obrigatória de recursos do FNSP);
Portaria MJSP nº 483, de 11 de novembro de 2021 (regula os eixos financiados pelo FNSP).

00U1 Subvenção Econômica destinada à Aquisição e/ou Construção de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro

Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNSP);
Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - Art. 12 inciso VII (LDO 2021);
Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 (Institui o Programa Habite Seguro);
Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social);
Decreto nº 10.793, de 13 de setembro de 2021 (Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro, e altera o Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social).
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - PRONASCI).

00UZ Implementação de Iniciativas Voltadas ao Enfrentamento à Violência Contra Mulheres

Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP)
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública)
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 (institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci)
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 (estabelece os eixos prioritários do Pronasci 2)
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 (Aprova a estrutura Regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública)

00V0 Implantação de Centros Comunitário da Paz - COMPAZ

Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP)
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública)
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 (institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci)
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 (estabelece os eixos prioritários do Pronasci 2)
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 (Aprova a estrutura Regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública)

15P9 Construção de Imóvel da Força Nacional de Segurança Pública

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - FNSP;
Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023;
Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 - Disciplina o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública;
Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 - Regulamenta a Lei nº 13.971/2019;
Portaria MJSP nº 1.185, de 20 de dezembro de 2017 - Regimento Interno SENASP;
Portaria SENASP Nº 200, de 06 de novembro de 2018 - Diretriz Administrativa Operacional no âmbito da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP).

21BQ Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências);
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências);
Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Sinarm);
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha), alterada pela Lei nº 14.550, de 19 abril de 2023;
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sisnad);
Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (Cooperação Federativa);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI);
Lei nº 11.707, de 19 de junho 2008 (PRONASCI);
Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 (SINESP);
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (ORCRIM);
Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Crime hediondo feminicídio);
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp);
Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (Altera o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro)
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNSP);
Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019 (Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (aperfeiçoamento a legislação penal e processual penal);
Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 (Institui PPA 2020-2023);
Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021 (Acrescenta ao Código Penal o crime de perseguição);
Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021 (Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado a mulher vítima de violência doméstica e familiar);
Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 (Institui o Programa Habite Seguro);
Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022 (Destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP para ações de enfrentamento da violência contra a mulher);
Lei nº 14.330, de 4 de maio de 2022 (Inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS);
Lei nº 14.423 de 22 de julho de 2022 (Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente.);
Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023 (Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.);
Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023 (Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei);
Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (SISP);
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras);
Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019 - Regulamenta Sinarm;
Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNSPDS);
Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 regulamenta PPA 2020-2023;
Decreto nº 10.365, de 22 de maio de 2020 regulamenta estrutura MJSP;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021 (Institui o Comitê Gestão da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021 (SINAB);
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 (institui a agenda transversal e multisetorial da primeira infância);
Decreto nº 10.777 de 24 de agosto de 2021 – Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Pnisp;
Decreto nº 10.778 de 24 de agosto de 2021 – Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Enisp;
Decreto nº 10.785, de 1º de setembro de 2021 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
Decreto nº 10.793, de 13 de setembro de 2021 - Regulamenta Programa Habite Seguro;
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 (institui o Plano Nacional de Segurança Pública);
Decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021 (Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio);
Decreto nº 11.348, de 01 janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MJSP);
Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, Suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
Decreto nº 11.436 de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - PRONASCI), para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação.);
Decreto nº 11.455, de 28 de março de 2023 (Altera o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, para prorrogar o prazo de recadastramento de armas de fogo e incluir novos representantes no grupo de trabalho.);
Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse);
Portaria nº 36 de 29 de março de 2021 – Sistema Cronos;
Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPIF);
Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP);
Portaria nº 288 de 23 de janeiro de 2023 (Regulamenta estrutura MJSP);
Portaria nº 516 de 03 de dezembro de 2021 - Institui o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas – VIGIA;
Portaria nº 705 de 13 de setembro de 2019 - Peculiaridades da DINT para CPGF;
Portaria nº 867 de 02 de dezembro de 2019 (Operações SEOPI);
Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamenta SISP).

2B00 Atuação da Força Nacional de Segurança Pública

Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 - Cooperação federativa;
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017 - Permite a prestação de serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), na qual se inclui a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - FNSP;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023;
Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 - Disciplina o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública;
Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 - Regulamenta a Lei nº 13.971/2019;
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental MJSP;
Portaria MJSP nº 1.185, de 20 de dezembro de 2017 - Regimento Interno SENASP;
Portaria SENASP nº 200, de 06 de novembro de 2018 - Diretriz Administrativa Operacional no âmbito da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP).

30912 Fundo Nacional Antidrogas

201E Articulação de Política Pública sobre Drogas

Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986.
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.
Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019.
Lei 14.600, de 19 de junho de 2023.
Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019.
Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.
Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023.
Lei 14.436, de 9 de agosto de 2022.
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.
Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006.
Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019.
Decreto nº 11.480, de 6 de abril de 2023.
Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020.
Decreto nº 11.348, de 1º janeiro de 2023.
Decreto nº 6.117/2007, de 22 de maio de 2017.
Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019.
Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011.
Portaria nº 563, de 19 de março de 2019.
Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020.
Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021.
Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021.
Resolução nº 1, de 19 de agosto de 201.
Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020.

32101 Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

000E Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 12.304, de 02 de agosto de 2010, art. 2º, 4º e 7º; Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013; Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023; e Resoluções do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE que definem a parcela do bônus de assinatura de contratos de partilha da produção a ser destinada à Empresa, tal como a Resolução nº 5, de 25 de junho de 2013.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015, promulgado pelo Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019; e Declaração Conjunta de Associação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Internacional de Energia, de 31 de outubro de 2017.

13E4 Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II

Constituição Federal de 1988, arts. 20, 21, 174 e 176; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023

2013 Descomissionamento de Unidades Minerio-Industriais de Material Radioativo com Recuperação de Áreas Degradadas

Lei nº 14.514, de 29 de dezembro de 2022; Decreto nº 9.600, de 5 de dezembro de 2018, que consolida as diretrizes sobre a Política Nuclear Brasileira; e Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A e 60-E; e PLDO 2024, art. 12, inciso XXIV e art. 18, inciso XIV e § 8º.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023

21BA Coordenação das Ações de Gestão e Monitoramento do Setor Elétrico

Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004; Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011; Decreto nº 9.357, de 27 de abril de 2018; Decreto nº 10.221, de 5 de fevereiro de 2020; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, art. 37; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023; e Instruções Normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017, que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo Federal.

4887 Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Constituição Federal de 1988, arts. 20, 21, 22, 174, 176 e 225, § 2º; Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989; Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990; Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023.

4892 Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

Constituição Federal de 1988, art. 174; Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010; Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010; Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023.

4897 Planejamento do Setor Energético

Constituição Federal de 1988, art. 174; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023.

32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea "b"

125F Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

Sentença transitada em julgado no STJ, em setembro de 2014, por meio do Recurso Extraordinário 612592 SC (impetrado pelos réus: União e empresas de mineração de carvão da região sul-catarinense), em última instância.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

20L9 Levantamentos, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Atende aos itens I, II, III, IV e V do Art. 4º do Estatuto Social da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB/CPRM); Alinhado aos objetivos estratégicos do SGB/CPRM: Colaborar para o desenvolvimento das atividades do setor mineral e gestão pública, Colaborar para o ordenamento territorial e uso sustentável dos recursos naturais com responsabilidade social, Gerar conhecimento geocientífico; Compõe ação do Plano Nacional da Mineração 2030 e são Ações do Plano Nacional da Mineração 2050.

20LA Mapeamentos voltados para a Prevenção de Desastres

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; e Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20LC Geologia do Espaço Marinho e Costeiro

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005: Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM); Decreto 10.544, de 16 de novembro de 2020: Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) – X PSRM; e Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal de 1988, art. 218; Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; Decreto nº 3.294, de 15 de dezembro de 1999; e Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002.

213Y Mapeamento Geológico do Brasil

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

21BB Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, e Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, que tem como objetivo regulamentar dispositivos do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Leis nºs 13.243, de 11 de janeiro de 2016 e nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004), além de promover significativas alterações em outras oito normas voltadas à temática de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

2397 Levantamentos e Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Atende aos itens I, II, III, IV e V do Art. 4º do Estatuto Social da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB/CPRM); Alinhado aos objetivos estratégicos do SGB/CPRM: de colaborar para o desenvolvimento das atividades do setor mineral e gestão pública, de colaborar para o ordenamento territorial e uso sustentável dos recursos naturais com responsabilidade social, e de gerar o conhecimento geocientífico; Compõe ações do Plano Nacional da Mineração 2030 e 2050, bem como do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2040.

2399 Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

2B51 Gestão e Disseminação da Informação Geocientífica

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

2B53 Produção Laboratorial de Análises Minerais - Rede LAMIN

Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

2D62 Levantamentos Geológico-Ambientais Aplicados ao Ordenamento Territorial

Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XV e art. 22, inciso XVIII; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); e Plano Nacional de Mineração 2030 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Capítulo 1, Item 1.2.4.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Normativos internos que regulam a capacitação dos colaboradores.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, art. 37; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Normas da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM: a) Portaria SECOM nº 8.016, de 28 de dezembro de 2022; b) Instrução Normativa SECOM/PR nº 1, de 19 de junho de 2023.

32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea "b".

2000 Administração da Unidade

i - Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; ii - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e iii - Decreto 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

212J Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

i - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 8º; e ii - Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

212K Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

i - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 8º, inciso II; e ii - Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

i - Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais - Arts. 60-A a 60-E; ii - PLDO 2024, art. 12, inciso XXIV e art. 18, inciso XIV e § 8º.

32266 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

00NY Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002)

Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (e suas alterações);
Decreto nº 9.022 de 31 de março de 2017;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997;
Acórdão nº 3.389/2012-Plenário TCU.

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Projeto de Lei nº 4/2023-CN (LDO 2024);
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), art. 53;
Parecer nº 00083/2021/PFANEEL/PGF/AGU;
Acórdão nº 11.205/2020 - Primeira Câmara-TCU.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Projeto de Lei nº 4/2023-CN (LDO 2024);
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), art. 53;
Parecer nº 00083/2021/PFANEEL/PGF/AGU;
Acórdão nº 11.205/2020 - Primeira Câmara-TCU.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPECF, para a concessão do auxílio-moradia.

2993 Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica

Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29, VII.
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.

2C42 Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico

Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29;
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019;
Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020;
Portaria ANEEL nº 6.367, de 29 de abril de 2020.

4699 Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica

CF/88, art. 21, XII, "b", e art. 175;
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29, VIII e IX;
Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997;
Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 (e suas alterações);
Decreto nº 10.272, de 12 de março de 2020;
Resolução Normativa ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020;
Resolução Normativa ANEEL nº 954, de 30 de novembro de 2021.

4703 Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica

Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998;
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019;
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 29;
Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997;
Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

4880 Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica

Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997;
Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019.

32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015, promulgado pelo Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019; e Declaração Conjunta de Associação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Internacional de Energia, de 31 de outubro de 2017.

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea "b".

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea "b".

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004; e Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004 - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

20LI Estudos para o Planejamento do Setor Energético

Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, art. 2º, caput e art. 4º, caput e incisos I a VII; e Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004 - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A e 60-E; e PLDO 2024, art. 12, inciso XXIV e art. 18, inciso XIV e § 8º.

21BC Estudos da indústria de petróleo e gás natural

Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, art. 4º, caput e incisos I, XII, XV e parágrafo único; e Decreto nº 10.712, de 2 de julho de 2011.

21BD Estudos da indústria de biocombustíveis

Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, art. 4º, caput e incisos I, III, XIII, XV e parágrafo único.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Normativos internos que regulam a capacitação dos colaboradores.

32396 Agência Nacional de Mineração - ANM

15YU Revisão e Automação dos Processos de Outorga e Fiscalização de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM

Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.

Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988, art. 165; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

215Z Regulação, Outorga e Fiscalização da Mineração

Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.

Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e

PLDO 2024, art. 12, inciso XXIV e art. 18, inciso XIV e § 8º.

21F6 Modernização e Gestão dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Constituição Federal de 1988, art. 165; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

32398 Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea "b".

20V1 Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia

Decreto nº 76.805, de 16 de dezembro de 1975.

21BE Fabricação de Equipamentos destinados à Indústria de Petróleo e Gás, Offshore e Torres de Transmissão

Decreto nº 76.805, de 16 de dezembro de 1975.

33101 Ministério da Previdência Social - Administração Direta

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI; Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.

163M Preparação do Brasil no Âmbito dos Assuntos de Seguridade Social para o Exercício da Presidência do G20

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes;

Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021 - Cria o Ministério do Trabalho e Previdência;

Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e

Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Previdência

212S Desenvolvimento, Sustentabilidade e Fomento dos Regimes de Previdência

Constituição Federal do Brasil de 1988 (art. 21, inciso VIII; art. 40, caput e §§14, 15 e 16; art. 115, inciso IV; e art. 202);

Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019;

Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 - Dispõe sobre a relação entre Patrocinador Público e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar;

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 - Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar;

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências;

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências (Art. 26 enumera as competências do CRPS);

Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 - Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e o Distrito Federal e dá outras providências;

Lei 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 (§3º do art. 30) - Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória de diversas carreiras incluindo a Carreira de Perito Médico Federal e a Carreira de Supervisor Médico-Pericial.

Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 - Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;

Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social (Livro V, Título I, Capítulo Único dos Órgãos Colegiados, Seção II - Do Conselho de Recursos da Previdência Social).

Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 - LDO-2023, art. 12, inciso XXIII.

21FS Gestão das Políticas de Previdência Social

Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;

Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;

Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;

Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios.

2591 Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários

Lei Complementar nº 101/2000, art. 50, § 3º - A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências;

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;

Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências;

Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 - Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índices de Irregularidade, entre outros;

Lei nº 13.847, de 19 de junho de 2019 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez;

Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências;

Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003 - Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências;

Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;

Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 - Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG;

Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022;

Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.

Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009 - Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta;

Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022 - Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

33201 Instituto Nacional do Seguro Social

00SA Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte e que sejam de competência da Justiça Federal

Lei nº 13.876, de 2019, e Lei nº 14.331, de 2022.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI;

Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios; e

Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.

20GN Educação Previdenciária e Financeira

Portaria MPS nº 1.276, de 09 de setembro de 2003 (Transforma o PES em PEP)

Portaria MPS nº 514, de 13 de dezembro de 2010 (Disciplina a Execução do PEP no INSS)

Resolução nº 123/INSS/PRES, de 14 de dezembro de 2010 (Altera a estrutura do PEP e disciplina a sua execução)

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO-2024, art. 18, inciso XIV.

21FT Atendimento da Clientela Previdenciária

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

229Z Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários

Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações;

Decreto nº 97.936, de 10 de julho de 1989 - Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador e dá outras providências;

Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10.148, de 2019);

Decreto nº 7.151, de 9 de abril de 2010 - que aprova o Estatuto Social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV.

Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;

Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 - Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 - Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG;

Decreto nº 9.781, de 3 de maio de 2019 - Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;

Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022; e

Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009 - Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica

Constituição Federal, de 1988, art. 109, parágrafo 3º - Lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal;

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências; e

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

2562 Auditoria Interna, Processos Correcionais e Tomada de Contas Especial

Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (cria o Ministério da Previdência Social);

Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 3.591 de 6 de setembro de 2000 - Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

providências;

Decreto nº 4.440 de 25 de outubro de 2002 - Altera dispositivos do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; e Portaria PRES/INSS nº 1.532, de 08 de dezembro de 2022 - Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional do Seguro Social.

2585 Serviço de Reabilitação Profissional

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2024, Anexo III, Seção I, inciso LXVIII; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social; Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003 - Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999; Decreto nº 10.088, de 05 de novembro de 2019 - Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT e o Anexo XLV deste Decreto detalha a Convenção nº 159 da OIT sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes.

2591 Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários

Lei Complementar nº 101/2000, art. 50, § 3º - A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências; Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências; Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências; Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 - Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índices de Irregularidade, entre outros; Lei nº 13.847, de 19 de junho de 2019 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aidis aposentada por invalidez; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências; Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003 - Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 - Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022; Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde; Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

33206 Superintendência Nacional de Previdência Complementar

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI; Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios; e Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2024, art. 18, inciso XIV.

2592 Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Lei Complementar nº 109/2001, art. 3º, Inciso V - fiscalizar as entidades de previdência complementar, suas operações e aplicar penalidades; Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 2º, Inciso I a VIII - Competências da Previc; Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

34101 Ministério Público Federal

110E Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR

§3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

15XH Adequação da infraestrutura física do Ministério Público Federal

§ 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

15XS Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República de Natal - RN

Constituição da República: §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165 e inciso I do Art. 167; e Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993: Art. 22.

15ZG Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória da Conquista - BA

§3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

15ZH Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Ponta Porã - MS

§3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 22, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e §§ 8º e 9º do PLDO-2024

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Art. 5, inciso XXXIII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XI do PLDO 2024; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional

Art. 5, inciso XXXIII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XI do PLDO 2024; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.

4264 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal

§ 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

7J45 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES

§ 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

34102 Ministério Público Militar

12DN Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ

Art. 127 e 128 da CF/88; Art. 167, § 1º da CF/88 e Art. 22 e 23 da Lei Complementar nº 75/93.

13BZ Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Bagé - RS

Art. 127 e 128 da CF/88; Art. 167 § 1º da CF/88 e Art. 22 e 23 da Lei Complementar nº 75/93.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2024. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.

4263 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar

Art. 127, 128, 165 e 167 da Constituição Federal de 1988; art. 22 e 23 da Lei Complementar nº 75/93.

34103 Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

15XM Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Sobradinho - DF

CF Arts. 127, 128 e 129; Lei Complementar nº 75/1993.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional

Art. 12, Inciso XI DO PLDO 2024; Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, publicada no DOU de 13/09/2011.

4261 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

CF Arts. 127, 128 e 129; Lei Complementar nº. 75/1993

34104 Ministério Público do Trabalho

15VR Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Trabalho em Brasília - DF

§ 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

15XO Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região de Maceió - AL

§ 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

15XP Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região do Recife - PE

§ 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

15Y0 Construção do Edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho em São Luís - MA

Arts. 127, §3º, 165 e 167, inciso I, da Constituição Federal de 1988; e Artigo 22 da Lei Complementar nº 75/1993.

15ZI Construção do Edifício-sede da Procuradoria do Trabalho em Itaguaí - RJ

Arts. 127, 165 e 167 da Constituição Federal de 1988; e Artigo 22 da Lei Complementar nº 75/1993

161G Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Caruaru - PE

§ 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e §§ 8º e 9º do PLDO-2024, Portaria PGR/MPU nº 58, de 29 de setembro de 2021 e Portaria PGR/MPU nº 53, de 13 de dezembro de 2019.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional

Art. 5, inciso XXXII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XI do PLDO 2024; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002 e Portaria PGT nº 1052, de agosto de 2017, BS ESPECIAL 8-2017.

4262 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho

CF/88 - art. 127; Lei Complementar nº 75/93.

34105 Escola Superior do Ministério Público da União

20HP Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento

§3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2024. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional

Art. 5, inciso XXXII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Art. 12, Inciso XI do PLDO 2024; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

35101 Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

00CB Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Estrangeiros, no Sistema Educacional Brasileiro

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Acordos culturais, educacionais ou de ciência e tecnologia firmados com países em desenvolvimento. Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), firmado pelo MRE e pelo MEC, em 13 de março de 1998; Portaria Ministerial nº 200, de 20 de março de 2012, que regulamenta a concessão de bolsas; e Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação, de 5 de maio de 2006.

00CC Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afrodescendentes à Carreira Diplomática

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

00PK Indenizações a Servidores Cívicos e Militares em Serviço no Exterior

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; e Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art. 8º.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Parecer CONJUR/CGDI nº 35/2014, do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155 SGEX/COF/CORGA/EFI OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015, Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015.

00QX Pagamento da taxa de administração do Escritório Local do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Decreto 5.151, de agosto de 2005; Decreto nº 59.308 de 23 de setembro de 1968, que promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica Brasil-ONU, de 1964; e Portaria nº 08, de 04 de janeiro de 2017, do Ministério das Relações Exteriores.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

2015 Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, art. 123; Decreto nº 84.788 de 16 de junho de 1980; Decreto nº 1.983 de 14 de agosto de 1996 (alterado pelo Decreto nº 5.978 de 4 de dezembro de 2006); Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010 (alterado pelo Decreto nº 7.987, de 17 de abril de 2013); Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Portaria nº 457, de 2 de agosto de 2010 (Manual de Serviço Consular e Jurídico) e Plano Diretor de Reforma Consular do MRE; e Portaria nº 463, de 4 de maio de 2023 (Guia de Administração dos Postos – GAP – do MRE).

20WW Relações e Negociações Bilaterais

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

20WX Relações e Negociações Multilaterais

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

20WY Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Portaria MRE, de 4 de novembro de 2003.

20WZ Promoção Comercial e de Investimentos

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

20X0 Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil

CF/88, arts. 3º e 4º; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, arts 8º e 9º; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 19.841, de 22 de novembro de 1945, que promulga a Carta Geral das Nações Unidas; Decreto nº 54, de 8 de março de 1991; Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, art. 3º; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, arts 3º, 4º, 14, 17 e 19; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art. 8º, inciso III, alínea f.

2532 Cooperação com Países de Língua Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

2533 Cooperação Técnica Internacional

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023. Acordos de Cooperação firmados com os países parceiros; e Portaria MRE nº 08 de 4 de janeiro de 2017.

2534 Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Portarias GMMRE nº 188 e 189, ambas de 14 de março de 2014; e Portaria IRBR de 15 de dezembro de 2016.

2536 Demarcação de Fronteiras

Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

6105 Relações e Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

8495 Realização de Eventos Internacionais Oficiais

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

35201 Fundação Alexandre de Gusmão

2367 Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil

Lei nº 5.717, de 26 de outubro de 1971; Decreto nº 10.943, de 24 de janeiro de 2022; Portaria da FUNAG nº 65, de 8 de fevereiro de 2022.

36201 Fundação Oswaldo Cruz

13DW Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos

Lei de aprovação do PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei nº 8080/90; Lei nº 8142/90; e Resolução da Diretoria Colegiada nº 17/2010.

15VW Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará

Lei 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).

15VX Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs

Lei nº 8080/90; Lei nº 8142/90; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação) e Resolução da Diretoria Colegiada nº 17/2010 - ANVISA. Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020.

15VZ Construção da Sede da Fiocruz Amazonas

Lei 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

20K1 Adequação de Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde

Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei de Aprovação do PPA; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).

20Q7 Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz

Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; e Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012

20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes

Constituição Federal/1988; Lei nº 9.434, de 04/02/1997; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 9.175, de 18/10/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2.758, de 11/12/2014.

20YD Educação e Trabalho na Saúde

Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Portaria de Consolidação nº 2; Portaria de Consolidação nº 5; e Portaria de Consolidação nº 6; Portaria MS nº 3.241 de 7/12/2020. Portaria Interministerial nº 7, de 16 de setembro de 2021. Portaria Interministerial nº 9, de 13 de outubro de 2021.

20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças

Lei n.º 6259 de 30/10/75; Lei n.º 8080 de 19/09/90; Portaria/SVS n.º 11 de 03/09/03 e Portaria SVS n.º 34 de 26/11/03; Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, Decreto 7508/2011, Portaria/GM 1378/2013, Portaria 1498 de 19/07/2013, Portaria GM Nº1271 de 06/06/2014.

21BF Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde

Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Lei nº 8666/1993; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria interministerial nº 424/2016; e Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, Título III, Cap. VI.

21DA Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz

Lei nº 8080/1990, Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004); Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual..

4368 Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico

Lei 8.080/90, Resolução CNS 338/2004, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação GM/MS Nº 02/2017, Portaria de Consolidação GM/MS Nº 06/2017 e Relação Nacional de Medicamentos Essenciais vigente.

4370 Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais

Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 8666/93; Decreto nº 1232/1994; Decreto nº 8901/2016; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007, Portaria GM/MS 1378/2013; Lei 9313/96; Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017.

4705 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado

Lei 8.080/90, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Decreto nº 7646/2011, Portaria Consolidação nº 2/2017 e Portaria de Consolidação nº 6/2017, e Portarias específicas que definem os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.

6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde

Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.

6179 Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia

Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; e Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012

6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia

Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Decreto nº 3.990, de 30/10/2001; Decreto nº 5.045, de 08/04/2004; Resolução RDC/Anvisa nº 151, de 21/08/2001; Portaria MS nº 158, de 4 de fevereiro de 2016; Portaria GMMMS nº 298, de 09/02/2018; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria SCTIE/MS nº 27, de 12/06/2013; Portaria SCTIE/MS nº 45, de 10/09/2013; Portaria SAS/MS nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 298, de 09/02/2015; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria GMMMS nº 2.265, de 16/10/2014; e Lei nº 12.631, de 11/05/2012

8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica

Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.

8327 Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças

Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria SVS/MS nº 70/2004.

36210 Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO

163C Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC

Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, Anexo I, art. 2º, inciso IV, alínea "c", item 2.

163D Estruturação do Centro de Atendimento ao Paciente Crítico e Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A (GHC) - PAC

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, Anexo I, art. 2º, inciso IV, alínea "c", item 2.

6149 Residência de Profissionais de Saúde - SUS

Constituição Federal e Lei 8080

6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde

Constituição Federal, Leis 8080/90, 8142/90.

36211 Fundação Nacional de Saúde

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

20AF Apoio ao Controle e à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.040/1990, Lei nº 14.026/2020, Lei nº 11.445/2007, Decreto nº 5.440/2005, Decreto nº 8.867/2016 e Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5/2017, alterado pela Portaria GM/MS nº 888/2021 e pela Portaria GM/MS nº 2.472/2021.

20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes e em Áreas Rurais

Constituição Federal de 1988; Lei n. 11.445/2007 com redação pela Lei n. 14.026/2020; Lei n. 10.257/01; Lei n. 8.080/1990; Lei n. 11.107/2005; Decreto n. 7.217/2010, Decreto n. 10.588/2020; e Decreto n. 10.426/2020.

20AM Apoio à Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos

Constituição Federal de 1988, Lei nº 14.026/2020, Lei nº 8.080/1990, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10.588/2020, Decreto nº 10.936/2022, Lei nº 13.019/2014 e Decreto 8.726/2016.

20K2 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental

Decreto Nº 8.867, DE 3.10.2016.

20Q8 Apoio à Implantação e Manutenção de Sistemas e Soluções de Saneamento Ambiental

Lei nº 8.080/90, Decreto Executivo nº 5.472, de 20 de junho de 2005; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 11.936, de 14 de maio de 2009, Resolução Conama nº 420, de 28 de dezembro de 2009, alterada pela Resolução Conama nº 460, de 30 de dezembro de 2013; Instrução Normativa SEGOV/PR nº 2, de 23 de dezembro de 2019; e Portaria Funasa nº 3.385, de 31 de julho de 2020.

20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana

Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080/1990, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 14.026/2020, Decreto nº 8.867/2016, Decreto nº 5.440/2005, Portaria GM/MS nº 888/21, Resolução nº 588/2018, do Conselho Nacional de Saúde, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21C9 Apoiar a implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais (localidades de pequeno porte) ou em comunidades tradicionais

Lei 8080/1990; Lei 11.445/2007 e Decreto nº 7217/2010, Plansab (Portaria Interministerial 571/2013), Portaria nº 3.174, de 02/12/2019

21CA Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusivo em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Constituição Federal de 1988; Lei Nº 14.026/2020; Lei Nº 11.445/2007; Lei Nº 9.433/1997; Lei Nº 8.080/1990; Decreto Nº 10.588/2020; Decreto Nº 7.508/2011; Decreto Nº 7.217/2010; Plansab (Portaria Interministerial Nº 571/2013).

21CB Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusivo em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Constituição Federal de 1988; Lei Nº 14.026/2020; Lei Nº 11.445/2007; Lei Nº 8.080/1990; Decreto Nº 10.588/2020; Decreto Nº 7.508/2011; Decreto Nº 7.217/2010; Plansab (Portaria Interministerial Nº571/2013)

21CC Apoio a Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusivo em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Constituição Federal de 1988, Lei nº 14.026/2020, Lei nº 8.080/1990, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 11.107/2005, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10.588/2020, Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022.

21CG Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Constituição Federal de 1988, Lei nº 14.026/2020, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 8.080/1990 e Decreto nº 10.588/2020.

21CH Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas

Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, e Lei 11.445/2007.

21CI Apoiar a implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares em Localidades Urbanas de Municípios com População até 50.000 Habitantes, de forma a contribuir para a Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, e Lei 11.445/2007

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991/2019

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

6881 Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA

Lei n.º 8080/1990

6908 Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde

Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990 (Lei Orgânica da Saúde), Lei nº 11.445/2007, Lei nº 12.305/2010, Decreto Presidencial nº 7.217/2010, Decreto nº 7.404/2010, Decreto nº 8.867/2016. Portaria Funasa nº 560/2012 e Portaria Funasa nº 586/2014

36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Lei nº 9.782/99, inciso XXIII do art. 7º: "Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo: (...) XXIII - fomentar o desenvolvimento de recursos humanos para o sistema e a cooperação técnico-científica nacional e internacional; (...)".

PLDO-2024, art. 12: O Projeto de Lei Orçamentária de 2024, a respectiva Lei e os créditos adicionais discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas a:

XVI - anuidade ou participação regular em entidades nacionais e organismos nacionais ou internacionais de direito privado, da seguinte forma:

b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea "a", deverá ser utilizada programação específica, a ação "00PW - Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica" ou a ação "00UU - Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica"

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Portaria Anvisa nº 1.211/2015. Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020. Instrução normativa SGP/ME n. 21/2021

8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

Constituição Federal, Art. nos 196 a 200, Lei no 8.080, de 1989, Lei no 9.782, de 1999, Lei nº 13.848/2019 - Lei Geral das Agências Reguladoras

36213 Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

art. 12 da LDO.

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei 9.961/00.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

4339 Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar

Lei 9.656/98 e 9.961/00 RN 193/2009; RN 209/2009; RN 275/2011; RN226/2010; RN 254/2011; RN 259/2011; RN 285/2011; RN 318/2013; RN 319/2014; RN 323/2013; RN 324/2013; RN 334/2013; RN 338/2014; RN 343/2013; RN 356/2014; RN 357/2014; RN 363/2014; RN 364/2014; RN 365/2014; RN 368/2015; RN 369/2015; RN 372/2015; RN 373/2015; RN 375/2015; RN 384/2015; RN 386/2015; RN 387/2015; RN 388/2015; RN 390/2015; RN 391/2015; RN 392/2015; RN 393/2015; RN 394/2015; 60 E 61/2015; RN 395 e 396/2016; RN 398-401/2016; RN 403/2016; RN 405/2016; RN 407/2016; RN 409/2016; RN 412-16/2016; RN 418-19/2016; RN 421, 423, 424, 427,428, 430-32/2017; RN 434-442/2018; RN 443-444/2019.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 5.707/2006.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

8727 Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar

Lei 9.656/98 e 9.961/00. Resoluções Normativas: RN 305/2012; RN 295/2012; RN 341/2013; RN 358/2014; RN 359/2014; RN 360/2014; 376/2015; 377/2015; 379/2015 e 389/2015; RN 411/2016

Instruções Normativas: IN 51/DIDES/2012 e IN 50/DIDES/2012; IN DIDES 57 e 58/2015

36901 Fundo Nacional de Saúde

00NJ Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID

Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011.

00NK Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI

Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011.

00QB Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer)

Lei 14.116, de 31 de dezembro de 2020 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências. Decreto nº 8.866, de 10 de fevereiro de 2016 que cria a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais - Cipi e dá outras providências. Admissão do Brasil como Estado participante aprovada pelo Conselho Diretor da IARC, na sessão de 16-17 de maio de 2013, de acordo com o estabelecido em seu Estatuto.

00UB Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes de Combate às Endemias

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 120/2022; Lei Complementar nº 141/2012; Lei nº 11.350/2006; Lei 12.994/2014; Lei nº 8.080/80; Lei nº 8.142/90; Lei nº 13.708/2018; Decreto nº 1.232/94; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Decreto nº 8.474/2015; Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria GM/MS nº 3.992/2017; Portaria GM/MS nº 2.663/2019; Portaria GM/MS nº 3.311/2019; Portaria GM/MS nº 828/2020.

00UC Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2.920, de 31/10/2017; Portaria GM/MS nº 3.992, de 28/12/2017; Portaria GM/MS nº 2.983, de 11/11/2019; e Portaria GM/MS nº 2.979, de 12/11/2019.

00UW Assistência Financeira Complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem

Constituição Federal de 1988, art. 198, §12 a §15; Emenda Constitucional nº 124/2022; Emenda Constitucional nº 127/2022; Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

00VQ Apoio à Implantação de Infraestrutura Hospitalar e Ambulatorial

Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.146 de 06/07/2015; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012.

0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)

Lei 14.116, de 31 de dezembro de 2020 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021.

Contribuição a organismo internacional sujeito de direito interno. Trata-se de ato discricionário do poder executivo, dispensada autorização legislativa conforme o disposto no art. 49 da CF - Parecer CONJUR 0341-1.16, de 2 de abril de 2009.

125H Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA

Constituição Federal de 1988, art. 196; Lei nº 8080/90, art. 6º; e Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo IX.

15EG Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC

Constituição Federal de 1988, art. 196; Lei nº 8080/90, art. 6º; e Portaria nº 2439/GM/MS.

15W2 Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar n. 141 de 13/01/12; Lei n. 8.080 de 19/9/1990; Lei n. 10.216 de 6/4/2001; Decreto n. 6.170 de 25/7/2017; Portaria Interministerial n. 424, de 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20 de abril de 2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03 de outubro de 2017 e da Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017); Portaria Consolidada SAPS/MS n. 1 de 2/7/2021; Portaria nº 650 de 05/10/2011; Portaria nº 650 de 05/10/2011.

15PW Reforma e Modernização de Nova Unidade do Ministério da Saúde (Bloco "O" da Esplanada dos Ministérios)

Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080, de 19/09/1990, IN 02/2014 - SLTI/MPGO.

163M Preparação do Brasil no Âmbito dos Assuntos de Seguridade Social para o Exercício da Presidência do G20

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

2016 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde

Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Decreto nº 7.508/2011; Lei Complementar nº 141/2012; Resolução nº 407/2008 (texto alterado pela Resolução nº 435/2010); Decreto nº 5.839/2006.

20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária

Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, Lei 8.782/1990.

20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde

Lei nº 8.080/90, Lei nº 12.401/2011; Decreto nº 7.508/2011; Portaria GM/MS nº 3.916/1998; Resolução nº 338/2004/CNS; Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017 e retificação do Art. 537, Título V, Capítulos I e VI, Portaria de Consolidação GM/MS nº 02, de 28 de setembro de 2017 - Título III - Capítulo II - Art. 35 e 36, Portaria GM/MS nº 11 de 13 de março de 2017, Portaria de Consolidação GM/MS nº 01, de 28 de setembro de 2017, Art. 42 a 46, Portaria GM/MS nº 874, de 04 de maio de 2017, Portaria SCTIE/MS nº 30, de 11 de junho de 2019 e Portaria SCTIE/MS nº 40, de 26 de abril de 2022.

20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS

Lei 8.080/90; Resolução CNS 338/2004; Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação nº 5/2017 (Origem: PRT MS/GM 1214/2012).

20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Lei nº 10.708, de 31/07/2003; Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria GM/MS nº 1.108, de 31/05/2021.

20AL Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde

Lei nº 8080/80; Lei nº 8142/90; Decreto nº 7508/2011; Decreto nº 11358/2023; Lei Complementar nº 141/2012; Portaria SVS/MS nº 15/2013; Portaria SVS/MS nº 47/2016; Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM nº 3992/2017; Portaria GM/MS nº 2.663/2019; Portaria GM/MS nº 828/2020.

20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS

Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011; Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011; Portaria nº 2.915 de 12 de dezembro de 2011 (REBRATS); Lei 8080 de 19 de setembro de 1990; Portaria/GM nº 2.690 de 05 de novembro de 2009 (Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde); Portaria de consolidação nº 03, de 28 de setembro de 2017 (Consolidação das normas sobre as redes dos Sistema Único de Saúde).

20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS

Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006; Portaria Interministerial nº 2.960, de 9 de dezembro de 2008

20K7 Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde

Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 14.133/2021, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 6.170/2007, Decreto nº 11.185/2022, Decreto nº 9.283/2018, Decreto nº 10.426/2020, Decreto nº 10.534/2020, Portaria Interministerial nº 128/2008, Portaria Interministerial nº 424/2016 (e alterações), Portaria Interministerial nº 1.409/2018, Portaria de Consolidação MS nº 5/2017

Anexo XCV, Portaria GM/MS nº 2.915/2022, Portaria de Consolidação MS nº 6/2017.

20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas em Saúde, Primatologia, Meio Ambiente e Medicina Tropical

Lei 8.080/1990; Lei 8.142/1990; Decreto 1.232/1994; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Portaria/GM 399/2006; Portaria/GM 699/2006; Portaria/GM 204/2007; LC nº 141/2012.

20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde

Lei 8.080/1990; Constituição Federal (artigos 165 e 195); Lei 8112/1991 (art. 11 e 27); Decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Resoluções do Grupo Mercado Comum (GMC); Lei nº 13.276, de 29 de abril de 2016, Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004.

20QH Alimentação e Nutrição para a Saúde

Constituição Federal/1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 11.265, de 03/01/2006; Lei nº 11.346, de 15/09/2006; Lei nº 13.839, de 04/06/2019; Decreto nº 6.273, de 23/11/2007; Decreto nº 7.272, 25/08/2010; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Decreto nº 8.553, de 03/11/2015; Decreto nº 8.943, de 27/12/2016; Portaria GM/MS nº 1.274, de 07/07/2016; Portaria Interministerial nº 101, de 20/04/2017; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 1.862, de 10/08/2021; Portaria GM/MS nº 1.863, de 10/08/2021; Portaria GM/MS nº 2.670, de 13/10/2021; e Portaria GM/MS nº 411, de 25/02/2022.

20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS)

Constituição Federal/1988; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Decreto n.º 7.616/2011, Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017.

20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes

Constituição Federal/1988; Lei nº 9.434, de 04/02/1997; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 9.175, de 18/10/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2.758, de 11/12/2014.

20YD Educação e Trabalho na Saúde

Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Portaria de Consolidação nº 2; Portaria de Consolidação nº 5; e Portaria de Consolidação nº 6; Portaria MS nº 3.241 de 7/12/2020. Portaria Interministerial nº 7, de 16 de setembro de 2021. Portaria Interministerial nº 9, de 13 de outubro de 2021.

20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças

Lei n.º 6.259 de 30/10/75; Lei n.º 8.080 de 19/09/90; Lei nº 8.666/93; Lei nº 14.133/ 2021; Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012; Decreto 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Decreto nº 8.901/ 2016; Portaria/SVS n.º 11 de 03/09/03 e Portaria SVS n.º 34 de 26/11/03; Portaria/GM 1.378/2013; Portaria 1498 de 19/07/2013; Portaria GM Nº1271 de 06/06/2014.

20YJ Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Ambiente

Lei nº 8.080/90; Lei nº 8.142/90; Lei nº 6.259 de 30/10/75; Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012; Decreto 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Portaria/GM n.º 1.929 de 09/10/03; Portaria SVS 116/2009; Portaria/SVS n.º 09 de 01/03/04; Portaria nº 224 de 15/07/2011. Portaria 1.378/2013.

20YN Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)

Constituição Federal, art. 196 e 200; Leis 8080/90, 8142/90; Decretos: 7.508/2011; Portaria nº 589/2015.

20YP Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena

Constituição Federal, Título VIII Capítulo VIII- Índio Art. 193-231; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/90; Lei nº 9.836/1999; Lei nº 12.314/2010; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 3.156/1999; Portaria nº 254/2002; Resolução nº 453/2012; Portaria nº 69/2018; Portaria nº 519/2015; Portaria nº 2.663/2017. Decreto nº 9795/2019, Portaria nº 1801/2015, Portaria nº 1317/ 2017. Portaria Conjunta SESA/FUNAI nº 4.094/2018; Portaria nº 6/GM/MS; Portaria nº 3992/2017; Decreto nº 7.508; Portaria nº 15/2014; Portaria nº 519/2015; Portaria nº 2.656/2007; Portaria GM/MS nº 2914/2011; Lei nº 11.445/2007; Lei nº 12.305/10; Portaria GM/MS nº 3.021/2020; Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (Portaria nº 971/GM/MS de 3 de maio de 2006); Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº LEI nº 14.572 DE 08 DE MAIO DE 2023. Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria de Consolidação nº 2 de 28 de setembro de 2017); Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011); Política Nacional de Educação Popular em Saúde (Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013); Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (Portaria nº 3.027, de 26 de novembro de 2007).

20YQ Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS

Lei n.º 8.080/90

20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade

Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004; Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004; e Anexo LXXVII da PRC-5 - Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017.

20YS Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento

Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004; Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004; e Anexo LXXVII da PRC-5 - Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto n.º 2405 de 26/11/1997; Decreto n.º 4078/02; Decreto n.º 4.077/02; Decreto nº 3.605/2000; Decreto s/n, de 4 de junho de 2009; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Contratos de Gestão a serem celebrados entre a União e as Organizações Sociais.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

217U Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Portaria GM/MS nº 3.110, de 26/12/2011; Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria GM/MS nº 2.979, de 12/11/2019.

218U Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conas e Conasems

Lei nº 12.466, de 2011; Lei nº 8.080, de 1990; Portaria nº 1.752, de 13 de julho de 2017.

219A Piso de Atenção Primária à Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 12.594, de 18/01/2012; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2.254, de 3 de setembro de 2021, que alterou o Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria GM/MS nº 3.222, de 10/12/2019; Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 02/06/2021; e Portaria GM/MS nº 102, de 20/01/2022.

21BF Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 10.426/2020; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria Interministerial nº 424/2016; e Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017, Título III, Cap. VI.

21BG Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde

Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016; Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 4.320, de 17/03/1964; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 12.871, de 22/10/2013; Decreto nº 10.426, de 16/07/2020; Medida Provisória nº 1.165, de 21/03/2023; Portaria Interministerial nº 1.369, de 08/07/2013; Portaria Interministerial nº 1.708, de 23/09/2016; Portaria Interministerial nº 4.360, de 28/12/2018; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017.

21CD Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde

Constituição Federal/1988; Lei nº 13.146 de 06/07/2015; Lei nº 10.098 de 19/12/2000; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 10.426 de 16/07/2020; Decreto nº 6.170 de 25/07/2017; Decreto nº 5.296, de 02/12/2004; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017; Portaria MS/SAS nº 90, de 27 de março de 2009; Portaria GM/MS nº 2.582, de 02 de dezembro de 2004; Portaria Conjunta nº 01, de 20 de janeiro de 2009; Portaria SAS/MS nº 04, de 20 de janeiro de 2009; Portaria GM/MS nº 116, de 22 de janeiro de 2009; Portaria SAS nº 62, de 19 de abril de 1994; Portaria GM/MS nº 1675, de 07 de junho de 2018; Portaria GM/MS nº 3.415, de 22 de outubro de 2019; Portaria GM/MS nº 2.062, de 19 de agosto de 2021; Portaria MS/SAS nº 288, de 19 de maio de 2008; Portaria nº 1.448, de 18 de setembro de 2015; Portaria SAS nº 120, de 14 de abril de 2009; Resolução de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 503, de 27 de maio 2021; Portaria SVS/MS nº 272/98; Portaria SCTIE/MS nº 53, de 11 de novembro de 2020; Portaria SAS/MS nº 482, de 06 de março de 2017; Portaria GM/MS nº 62, de 06 de janeiro de 2017; Portaria SAS/MS nº 756, de 27 de dezembro de 2005; Portaria SAS/MS nº 433, de 15 de maio de 2012; Portaria SAS nº 1.846, de 21 de novembro de 2018; Portaria nº 3.095, de 16 de dezembro de 2013; Portaria SAS nº 433, de 15 de maio de 2012; Portaria SAS nº 384 de 26 de maio de 2006; Portaria SAS nº 123 de 28 de fevereiro de 2005; Portaria GM/MS nº 664, de 12 de abril de 2012; Portaria de Consolidação SAES nº 1, de 22 de fevereiro de 2022.

21CE Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde

Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016; Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 4.320, de 17/03/1964; Lei nº 8.069, de 13/07/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.842, de 4/01/1994; Lei nº 9.263, de 12/01/1996; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Lei nº 10.741, de 01/10/2003; Lei nº 10.778, de 24/11/2003; Lei nº 11.108, de 07/04/2005; Lei nº 11.340, de 07/08/2006; Lei nº 11.634, de 27/12/2007; Lei nº 11.664, de 29/04/2008; Lei nº 12.732, de 22/11/2012; Lei nº 12.845, de 01/08/2013; Lei nº 12.852, de 05/08/2013; Lei nº 13.257, de 08/03/2016; Lei nº 13.466, de 12/07/2017; Lei nº 13.522, de 27/11/2017; Lei nº 13.798, de 03/01/2019; Resolução nº 36/ANVISA, de 03/06/2008; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Decreto nº 7.958, de 13/03/2013; Decreto nº 9.921, 18/07/2019; Portaria Interministerial nº 1.777, de 09/09/2003; Portaria SAS/MS nº 142, de 28/02/2014; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 3.265, de 01/12/2017; Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; Portaria SAS/MS nº 544, de 07/05/2018; e Portaria GM/MS nº 2.434, de 15/08/2018.

21CF Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS

Lei nº 8.080/1990; Decreto nº 9.795, de 17/05/2019; Decreto nº 7.508, de 28/07/2011; Portaria nº 2.073/GM/MS, de 31/08/2011; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria nº 2.467, de 17/09/2019; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, Título IV, artigos 447 a 504; e Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, Seção VII, VIII e IX; Portaria nº 1.348, de 2 de junho de 2022; Decreto 11.358, de 1º de janeiro de 2023.

21CJ Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos

Lei nº 6.938, 31/08/1981; Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, 19/09/1990; Medida Provisória nº 1.911-8, 29/07/1999; Decreto nº 3.156, 27/08/1999; Lei nº 9.836, 23/09/1999; Resolução CONAMA nº 275, 25/04/2001; Resolução CONAMA nº 358, 29/04/2005; Lei nº 11.445, 05/10/2007; Portaria de Consolidação nº 5 28/09/2017, Anexo XX; Lei Complementar nº 141, 13/01/2012; Portaria nº 1.419, 8/6/2017; Resolução CONAMA nº 237/1997; Resolução CONAMA nº 396/2008; RDC nº 222/2018; Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017, Anexo VIII; Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010. Decreto nº 8.892, 27/10/2016; Resolução CONAMA nº 430, 13/05/2011; Resolução CONAMA nº 357, 17/03/2005; Programa Nacional de Saneamento Rural (PNRS).

21D9 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia

Constituição Federal/1988; Lei nº 12.631/2012; Lei Complementar 141/2012; Lei nº 10.205/2001; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 8.080/1990; Decreto nº 3.990/2001; Portaria nº 134, de 30/03/2020; Portaria nº 163, de 30/01/2020; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017; Portaria nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 1.631/2015; Portaria nº 45, de 10/09/2013; Portaria nº 27 de 12/06/2013; Portaria nº 507/2011; Portaria nº 2.600, de 21/10/2009; Portaria nº 127/2008; IN. nº 01/97; RDC Anvisa nº 306/2004; RDC Anvisa nº 151/2001.

21DX Manutenção de Contratos de Gestão com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS)

Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016; Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 4.320, de 17/03/1964; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.666, de 21/06/1993; Lei nº 14.133, de 01/04/2021; Lei nº 9.637, de 15/05/1998; Lei nº 13.958, de 18/12/2019; Decreto nº 10.283, de 20/03/2020; Medida Provisória nº 1.165, de 21/03/2023; Resolução nº 01/SAPS/MS, de 15/10/2021; Resolução nº 02/SAPS/MS, de 15/10/2021; Resolução nº 04/SAPS/MS, de 15/10/2021; Resolução nº 05/SAPS/MS, de 15/10/2021; e Portaria GM/MS nº 3.352, de 02/12/2021.

21EC Gestão de Programas e Projetos de Cooperação Técnica e Contratos de Gestão

Lei nº 12.101/2009; Decreto nº 3.594/2000; Decreto nº 5.151/2004; Decreto nº 59.308/1966; Decreto nº 97.590/1989; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7.827/2012; Decreto nº 7.988/2013; Decreto nº 8.242/2014; Portaria nº 8/2017/GM/MRE; Portaria nº 716/2011/STN/MS; Art. 87 a 93 (Cooperação Internacional); Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017.

21ED Fortalecimento do Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - Genomas Brasil

Lei nº 8080/1990; Portaria nº 1.949/2020, que institui o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - Genomas Brasil; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Lei nº 13.243/2016.

21GM Transformação Digital no SUS

Lei nº 8.080, 19/12/1990; Lei nº 13.709, 14/08/2018 (LGPD); Lei nº 13.787, 27/12/2018 (RES); PC MS nº 02, 28/09/2017 Anexo XLII (PNIIIS); Portaria de Consolidação MS nº 5, 28/09/2017, (Telessaúde Brasil Redes; Portaria de Consolidação MS nº 6, 28/09/2017, Título II, Seção VII, que de Informatização e Telessaúde Brasil Redes na Atenção Básica, Integrado ao Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes; Portaria GM/MS nº 3.632, 21/12/2022 (ESD28); Portaria nº 1.348, 02/06/2022, (Telessaúde); Lei nº 14.510, 27/12/2022 (Telessaúde); Decreto 11.358, de 1º de janeiro de 2023.

2B52 Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, art. 16, XIII; Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990; Lei Complementar nº 101/2000(LRF), art. 1º, art. 7º; Decreto nº 3964, de 10 de outubro de 2001; Decreto 7.507, de 27 de junho de 2011; Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; Portaria nº 1.844/GM/MS, de 13 de outubro de 2016; Portaria nº 1.419/GM/MS, de 8 de junho de 2017; Portaria nº 756/SE/MS, de 17 de julho de 2017; Portaria nº 2.076/SE/MS, de 21 de agosto de 2017; e Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017.

4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.631/2012; Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 10.024, de 20/09/2019; Decreto nº 3.990/2001; Portaria nº 1.710/2020; HEMOBRAS; Portaria nº 863, de 10/05/2019 que altera a Portaria nº 1581, de 01/06/2018; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018;

Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria nº 298, de 09/02/2018; Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Portaria nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 298, de 09/02/2015; Portaria nº 45, de 10/09/2013; Portaria nº 27 de 12/06/2013; Portaria GM/MS nº 2.829, de 14/12/2012; Portaria GM/MS nº 822 de 06/06/2001; Instrução Normativa nº 1, de 10/01/2019; Resolução RDC nº 57/2014, de 10/10/2014, que revoga a RDC nº 51/2012 e restabelece o prazo da ANVISA nº 21/2012 (Manual de Identidade Visual e rotulagem de medicamentos); Farmacopeias estrangeiras admitidas pela ANVISA – RDC/ANVISA nº 37, 06/07/2009; RDC/Anvisa nº 151/2001; PCDT/DF. Nº 5/2018; Decreto nº 10.024, de 20/09/2019; Portaria Interministerial nº 128, de 29 de maio de 2008; Portaria GM/MS nº 822 de 06/06/2001; Portaria nº 3.916, de 10/11/1998; Portaria nº 863, de 10/05/2019 que altera a Portaria nº 1581, de 01/06/2018.

4324 Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; e Decreto nº 10.426, de 16/07/2020.

4368 Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico

Lei nº 8.080/90, Resolução nº CNS 338/2004, Lei nº 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017, Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017, Portaria GM/MS nº 1.114/2021, e Relação Nacional de Medicamentos Essenciais vigente.

4370 Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Vírias

Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 8.666/93; Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 1.232/1994; Decreto nº 9.795/2019; Decreto nº 10.477/2020; Decreto nº 11.358/2023; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007, Portaria GM/MS 1.378/2013; Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991/2019

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

- Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
- Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

4705 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado

Lei 8.080/90; Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Decreto nº 7646/2011, Portaria Consolidação nº 2/2017 e Portaria de Consolidação nº 6/2017, e Portarias específicas que definem os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.

6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação

Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.246 de 22/10/1991; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 371 de 20/12/1991.

6182 Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS

Lei nº 8.080/90; Lei nº 12.527/2011; Lei nº 13.460/2017; Lei nº 13.608/2018; Lei nº 13.709/2018; Lei nº 13.819/2019; Decreto nº 7.724/2012; Decreto regulamentador da Lei 12.527/2011; Decreto nº 9.492/2018; Decreto nº 10.153/2019; Decreto nº 9.690/2019; Decreto nº 10.228/2020; Portaria de Consolidação nº 1 GM/MS/2017; Portaria CGU nº 581/2021; Decreto nº 10.756/2021; Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017; Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019; Portaria GM/MS 1.185/2021, de 9 de junho de 2021; Portaria GM/MS nº 3.376, de 6 de dezembro de 2021; Portaria GM/MS 870, de 3 de maio de 2021; Lei nº 14.133/2021.

6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde

Constituição Federal, Leis 8080/90, 8142/90.

6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia

Constituição Federal/1988; Lei nº 12.631, de 11/05/2012; Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; ; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Lei nº 14.154, de 26/05/2021; Decreto nº 3.990, de 30/10/2001; Portaria nº 1.760, de 17/08/2012; Portaria nº 745 de 3/08/2012; Portaria SCTIE/MS nº 27, de 12/06/2013; Portaria SCTIE/MS nº 45, de 10/09/2013; Portaria GM/MS nº 2.265, de 16/10/2014; Portaria nº 298 de 09/02/2015; Portaria SAS/MS nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 298, de 09/02/2018; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Resolução RDC/Anvisa nº 151, de 21/08/2001.

8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde

Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7.827/2012; Decreto nº 9.203/2017; Decreto nº 9.795/2019; Decreto nº 10.139/2019; Decreto nº 10.411/2020; Portaria nº 1.812/2020.

8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.146 de 06/07/2015; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012; Decreto nº 5.296, de 02/12/2004; Decreto nº 9.296, de 01/03/2018; Decreto nº 10.426 de 16/07/2020; Decreto nº 6.170 de 25/07/2017; Portaria Interministerial nº 424 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20/04/2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03/10/2017 e Portaria Interministerial nº 451, de 18/12/2017, Portaria Interministerial nº 114 de 07/05/2018, Portaria Interministerial nº 235 de 23/08/2018, Portaria Interministerial nº 558 de 10/10/2019 e Portaria Interministerial nº 134 de 30/03/2020 e Portaria Interministerial nº 414 de 14/12/2020); Portaria nº 874, de 16/05/2013, Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/07/2017; Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22/02/2022; Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; Portaria GM/MS nº 582, de 21/03/2022; RDC nº 51 de 06/10/2011; RDC nº 50 de 21/02/2002; RDC nº 36/ANVISA, de 03/06/2008; RDC nº 222, de 28/03/2018; ABNT NBR 9050:2020; ABNT NBR 16537:2016; ABNT NBR 16651:2019; Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017; Portaria MS/SAS nº 90, de 27 de março de 2009; Portaria GM/MS nº 2.582, de 02 de dezembro de 2004; Portaria Conjunta nº 01, de 20 de janeiro de 2009; Portaria SAS/MS nº 04, de 20 de janeiro de 2009; Portaria GM/MS nº 116, de 22 de janeiro de 2009; Portaria SAS nº 62, de 19 de abril de 1994; Portaria GM/MS nº 1675, de 07 de junho de 2018; Portaria GM/MS nº 3.415, de 22 de outubro de 2018; Portaria GM/MS nº 2.062, de 19 de agosto de 2021; Portaria MS/SAS nº 288, de 19 de maio de 2008; Portaria nº 1.448, de 18 de setembro de 2015; Portaria SAS nº 120, de 14 de abril de 2009; Resolução de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 503, de 27 de maio 2021; Portaria SVS/MS nº 272/98; Portaria SCTIE/MS nº 53, de 11 de novembro de 2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

SAS/MS nº 482, de 06 de março de 2017; Portaria GM/MS nº 62, de 06 de janeiro de 2017; Portaria SAS/MS nº 756, de 27 de dezembro de 2005; Portaria SAS/MS nº 433, de 15 de maio de 2012; Portaria SAS nº 1.846, de 21 de novembro de 2018; Portaria nº 3.095, de 16 de dezembro de 2013; Portaria SAS nº 433, de 15 de maio de 2012; Portaria SAS nº 384 de 26 de maio de 2006; Portaria SAS nº 123 de 28 de fevereiro de 2005; Portaria GM/MS nº 664, de 12 de abril de 2012; Portaria nº 199, de 30 de janeiro de 2014.

8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Resolução-RDC nº 50/ANVISA, de 21/02/2002; Decreto nº 6.170, de 25/07/2007; Resolução CIT nº 10, de 08/12/2016; Resolução CIT nº 13, de 23/02/2017; Resolução CIT nº 22, de 27/07/2017; Portaria GM/MS nº 283, de 22/02/2005; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Portaria GM/MS nº 2.563, de 03/10/2017; Portaria GM/MS nº 2.564, de 03/10/2017; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017.

8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

Constituição Federal/1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Portaria GM/MS nº 2.434, de 15/08/2018; Portaria GM/MS nº 164, de 19/01/2018; Portaria nº 544, de 07/05/2018; Portaria SAS/MS nº 288, de 12/03/2018; Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; Portaria GM/MS nº 1.010, de 21/05/2012; Portaria GM/MS nº 2.971, de 08/12/2008; Portaria GM/MS nº 2.657, de 16/12/2004; Portaria GM/MS nº 1.828, de 02/09/2004; Portaria GM/MS nº 2.072, de 30/10/2003; Portaria GM/MS nº 2.048, de 05/10/2002; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017.

8636 Fortalecimento da Inovação em produtos, serviços tecnológicos e conectividade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde

Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 14.133/2021, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 6.170/2007, Decreto nº 11.185/2022, Decreto nº 9.283/2018, Decreto nº 10.426/2020, Decreto nº 10.534/2020, Portaria Interministerial nº 128/2008, Portaria Interministerial nº 424/2016 (e alterações), Portaria Interministerial nº 1.409/2018, Portaria de Consolidação MS nº 5/2017 Anexo XCV, Portaria GM/MS nº 2.915/2022, Portaria de Consolidação MS nº 6/2017.

8648 Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde

Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 3.594/2000; Portaria nº 716/2011/STN/MF; Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS de 2017; Resolução CIT nº 18 de 20 de junho de 2017; Portaria nº 55 de 10 de janeiro de 2018; Decreto nº 11.358 de 1 de janeiro de 2023.

8708 Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.689/1993; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 1.651/1995; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7827/2012; Decreto nº 9.795/2019 e Decreto nº 9.203/2017.

8715 Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde

Art. 5º - Cap. I do Título II da CF; Lei nº 8080, de 19/09/1990 e nº 8142, de 28/12/1990; Portarias de depósito legal - MS/GM nº 586 e nº 587, de 3/10/1979; Dec. Presidencial nº 3745, de 5/2/2001; Port. Ministerial nº 227, de 16/2/2001; Port. Ministerial nº 758, de 16/4/2002; Port. GM/MS nº 1722, de 2/9/2003.

8721 Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei n. 8.080 de 19/9/1990; LDO, LOA; Decreto n. 5.055 de 27/4/2004 (SAMU); Portaria de consolidação nº 1/2017/GM/MS; Portaria de Consolidação GM/MS n. 2 de 28/09/2017; Portaria de Consolidação GM/MS n. 3 de 28/09/2017; Portaria de Consolidação GM/MS n. 6 de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2.048/2002; Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011.

8753 Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017; Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017; Decreto nº 11.391 de 20 de janeiro de 2023; Portaria GAB/SE nº 40, de 17 de março de 2023; Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria GM/MS nº 406, de 8 de março de 2012; Portaria GM/MS nº 3.201, de 27 de novembro de 2020; Resolução CIT nº 8, de 24 de novembro de 2016; Resolução CIT nº 45, de 25 de julho de 2019.

8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC

Constituição Federal de 1988, art. 196 a 200; Lei 8080/90 (Art. 6º.); Portaria MS 3.908/98.

8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA

Constituição Federal de 1988, art. 196; Lei nº 8080/90, art. 6º ; e Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo IX.

8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO

Constituição Federal de 1988, art. 196 a 200; Lei 8080/90, art. 6º.

37101 Controladoria-Geral da União - Administração Direta

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Art. 18,§9º, inciso II da LDO-2023.

2D58 Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção

Art.5º inciso XXXIII, art.37, §3º, inciso II, Art.70, art. 74, inciso II, art.84, inciso XXIV e Art.216, §2º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, com redação dada pela Lei 13.464, de 10 de julho de 2017. Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000, com alterações. Decreto 5.151, de 22 de julho de 2004, com redação dada pelo Decreto 7.639, de 8 de dezembro de 2011. Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, com redação alterada pelo Decreto nº 10.768, de 13 de agosto de 2021. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Art 8º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2023. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Art.25, § 4º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022. Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023. Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023. Seção XXXII, Art.49 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

39101 Ministério dos Transportes - Administração Direta

00RK Contribuição à Comissão Mista Brasileiro Argentina para gestão e manutenção da Ponte São Borja e São Tomé

Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022; Decreto Legislativo nº 82, de 6 de dezembro de 1989, que aprova o texto do Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, concluído em Uruguaiana, em 22 de agosto de 1989; Decreto nº 110, de 3 de maio de 1991, que promulga o Acordo para a construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina; Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.

00JU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Constituição Federal, Artigo 21, inciso I e XII; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, Artigo 47, convertida na Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023.

00VR Participação da União em projetos de concessões rodoviárias outorgadas a iniciativa privada

Art. 17º da Lei n. 8.987 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos; Art. 35º da Lei n. 9.074 que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências; Art. 7º da Lei n. 12.379 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV.

00VS Participação da União em projetos de concessões ferroviárias outorgadas à iniciativa privada

Art. 17º da Lei n. 8.987 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos; Art. 35º da Lei n. 9.074 que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências; Art. 7º da Lei n. 12.379 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV; Art. 2º da Lei n. 11.079 que dispõe sobre licitação e contratação de parceria público

0713 Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47, convertida em Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 4.803, de 8 de agosto de 2003; Decreto nº 5.227, de 4 de outubro de 2004; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.

20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47, convertida em Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 7.579, de 11 e outubro de 2011; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020; Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023; Portaria nº 124, de 21 de agosto de 2020; e Portaria nº 55, de 25 de março de 2021.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Constituição Federal de 1988, art. 37; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, art. 37; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.

39207 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

116E Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis/GO - Uruaçu/GO - EF-151

Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

116X Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO - EF-151

Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

112D Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste/SP - Estrela D'Oeste/SP - EF-151

Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

11ZE Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334

Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

11ZH Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroverde de Goiás/GO - São Simão/GO - EF-151

Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

11ZI Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória/MG - Iturama/MG - EF-151

Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

124G Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334

Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

15V3 Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354

Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

15ZX Implantação da Plataforma para o desenvolvimento e Hospedagem de Tecnologia Digital para o Documento Eletrônico de Transporte - DT-E

MP 1.051/2021, convertida na Lei nº 14.206, de 27 de setembro de 2021 (Lei do DT-E);

15ZY Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Barreiras/BA - Figueirópolis/TO - EF-334 (FIOL 3)

Lei na 11.772, de 17 de setembro de 2008. Resolução nº 17, de 24/04/2021, 16º Reunião do Conselho (CPPJ).

161K Construção da Ferrovia Transnordestina - trecho entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE - EF-232

Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

218S Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura

Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

5E83 Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis/TO - Palmas/TO - EF-151

Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

2000 Administração da Unidade

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

21D0 Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida

Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996; Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990; Decreto nº 1.832, de 4 de março de 1996; Decreto nº 2.521 de 20 de março de 1998; Portaria MT nº 457, de 23 de julho de 2018; Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023

39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

00U0 Pagamento de despesas referentes a Condenações Judiciais (extinta RFFSA)

Lei 11.483/2007 e Portaria n. 95, de 21 de julho de 2020.

105S Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

108X Implantação de Postos de Pesagem

Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21 e Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º, e suas alterações, bem como demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.

101W Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.

101X Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

101Q Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

10KK Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

10KR Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.

10L1 Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

10L3 Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.

10MK Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina - EF-232

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

10I1 Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.

10IQ Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.

101R Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

112N Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

113K Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe em Aracati - na BR-304/CE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

113X Construção de Contorno Rodoviário em Caicó - na BR-427/RN

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

113Y Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429/RO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

11H1 Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

11VA Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

1214 Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

123U Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

1248 Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

12JL Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaira - na BR-163/PR

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

12KF Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

12KG Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

12KY Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

1304 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050/MG

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

13SL Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.

13X5 Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

13X6 Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

13X7 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

13XG Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

13XJ Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-494/MG-423 (Nova Serrana) - Uberaba - na BR-262/MG

Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e alterações.

13YE Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.

13YK Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações posteriores.

1418 Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

1490 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

14LV Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA

Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

14MM Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária

Código Florestal Lei nº 4771 de 15/09/1965; Lei de Crimes Ambientais Lei nº 9605, de 12/02/1998 e atendimento à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal conta o DNIT- Recuperação de passivo ambiental (0002383-83.2007-403.6111).

14OO Adequação de Trecho Rodoviário - Entr BA-001 (Santa Cruz de Cabralia) - Entr BA-001(B) (P/Trancoso) - na BR-367/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

14PC Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

14TL Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

14X0 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

15P7 Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;
Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007.

15SP Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas em São Félix/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações. Atendimento à demanda do Ministério Público Federal, expressa por meio do Inquérito Civil Público nº 1.14.000.000175/2007-57 - PR/PA-CRQ

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

152V Construção de Pontes - Trecho Rococó - São Francisco - na BR-210/RR

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

152W Construção de Trecho Rodoviário - Paranã - Príncipe - na BR-010/TO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

161M Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. AL-115(A) - Acesso a Pilar - na BR-316/AL

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

161N Construção do Arco Metropolitano de Maceió - na BR-316/424/AL

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

161O Adequação de Trecho Rodoviário - Div. PE/AL - Praça Centenário (Maceió) - na BR-104/AL

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

161Q Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Patos - na BR-230/361/PB

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

161R Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. RN-263(B)/RN-023 (João Câmara) - Entr. BR-101(B) (Ponte Presidente Costa e Silva)*TRECHO URBANO** - na BR-406/RN

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

161S Adequação de Trecho Rodoviário - Div. CE/RN - Entr. BR-226(A) - na BR-304/RN

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

161T Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-101(B) - Entr. SE-175 (P/Ribeirópolis) - na BR-235/SE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

161U Construção da Ponte sobre o Rio Xingu e Acessos - na BR-230/PA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

161V Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-155 (P/Redenção) - Div. PA/MT - na BR-158/PA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

161W Adequação de Trecho Rodoviário - Touros (Farol do Calcanhar) - Entr. BR-406(A) (P/Ceará Mirim)Trecho Urbano - na BR-101/RN

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

161X Construção de Anel Rodoviário em Cachoeiro do Itapemirim - na BR-482/ES

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

162S Adequação de Linha Férrea no Município de Paranaguá na EF-277/PR

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

163E Adequação de Trecho Rodoviário - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - Entr. BR-343(B) (Estaca Zero) - na BR-316/PI

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

163F Adequação de Trecho Rodoviário - Barreiras - Luís Eduardo Magalhães - na BR-242/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

163G Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MA - Div MA/PI (Timon) - na BR-316/MA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

163I Construção de Contorno Rodoviário em Guaira - na BR-163/PR

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

163J Construção de Trecho Rodoviário - Cocos - Div BA/GO - na BR-030/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

163K Construção de Trecho Rodoviário - Div MA/PI - Entr. BR-135(A)/235(A) (Bom Jesus) - na BR-330/PI

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

163Q Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018.

1C09 Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

1D02 Construção de Ponte sobre o Rio Madeira, no Distrito de Abunã, em Porto Velho - na BR-364/RO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

1K23 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

1K24 Construção de Contorno Ferroviário em Joinville - na EF-485/SC

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.

1K53 Obras complementares no Trecho Rodoviário - Entroncamento RS-326 (P/Ivoti) - Ponte Rio Guaíba - na BR-116/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988;

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

2036 Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal

Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21;

Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º;

Resolução CONTRAN nº 638/2016;

Demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.

20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Lei 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.

218S Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura

Lei 10.233, de 5 de junho de 2001.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

2325 Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos

Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21;

Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º;

Demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.

4482 Julgamento de Recursos Administrativos a Multas de Trânsito

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, CTB, art. 16 e 17;

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

Portaria DNIT nº 368, de 05/09/2002.

5E15 Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7242 Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7435 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.

7474 Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entroncamento BR-101 - na BR-418/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7530 Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7624 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7E79 Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7F51 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7G16 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7G66 Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104/PB

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7I08 Construção de Trecho Rodoviário - Mossoró-Campo Grande - na BR-110/RN

Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, e posteriores alterações.

7I40 Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060/GO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7I84 Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319/RO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7K23 Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - Na BR-487/PR

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7L04 Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7L92 Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7M88 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7M91 Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7N22 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

7N86 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento SC-416(B) (Jaraguá do Sul) - Divisa SC/PR (Porto União/União da Vitória) - na BR-280 - no Estado de Santa Catarina

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7P87 Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7R82 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7S51 Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7S57 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7S59 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG

Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e alterações.

7S61 Construção de Trecho Rodoviário - Novo Repartimento - Tucuruí - na BR-422/PA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7S62 Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7S75 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7S80 Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7S97 Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Brasília - na BR-317/AC

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7T98 Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitzeiro) - na BR-230/PB

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7U06 Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7U07 Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibateguara - na BR-416/AL

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações posteriores.

7U22 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7U43 Adequação de Trecho Rodoviário - Wanderlândia - Divisa GO/TO - na BR-153/TO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7V00 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7V18 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/BA - Divisa BA/PI - na BR-020/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7V19 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Caririnha - na BR-030/BA

Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7V83 Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso a Rodrigues Alves - na BR-364/AC

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7V94 Adequação de Trecho Rodoviário - Petrolândia - Ibimirim - na BR-110/PE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7V99 Construção de Trecho Rodoviário - Bonfim - Normandia - na BR-401/RR

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7W07 Adequação de Trecho Rodoviário - Castanhal - Santa Maria do Pará - Trevo de Salinópolis - Divisa PA/MA - na BR-316/PA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7W67 Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7W84 Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) - na BR-135/MA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7W95 Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7X34 Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7X42 Adequação da Travessia Urbana de Petrolina nas BR's-407/428/PE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7X64 Construção de Pontes na BR-425/RO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7X78 Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7X96 Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XG6 Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murinho - na BR-267/MS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7X16 Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Novo Hamburgo - na BR-116/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7X18 Adequação de Ponte sobre o rio Ibicuí - na BR-472/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XJ0 Construção de Trecho Rodoviário - Jacuí - Alpinópolis - na BR-265/MG

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XJ4 Construção de Trecho Rodoviário - Marau - Entroncamento BR-101 - na BR-030/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XJ5 Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XM0 Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - na BR-324/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XM5 Construção de Ponte sobre o rio Parnaíba na Divisa PI/MA - na BR-330/PI

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XM6 Adequação de Travessia Urbana em Ijuí - Na BR-285/RS

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XS4 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AM/RO - Entroncamento BR-364 (Porto Velho (Trevo do Roque)) - na BR-319/RO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XS6 Adequação de Travessia Urbana (Construção de Passarela) em Caruaru - na BR-104/PE

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XT1 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento DF-001/240 - Entroncamento DF-180 - na BR-080/DF

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XW2 Adequação de Trecho Rodoviário - Km 503 - Km 509 (Itabuna) - na BR-101/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XW3 Construção de Trecho Rodoviário - Km 391 - Km 394 - na BR-242/BA

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XW5 Construção de Trevo de Acesso a Baixo Guandu - na BR-259/ES

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XW7 Adequação de Contorno Rodoviário em Araranguá - na BR-101/SC

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XW8 Construção de Viaduto Rodoviário em Valparaíso de Goiás - na BR-040/GO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XX1 Adequação de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Patrocínio - na BR-365/MG

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XX3 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MT/RO - Divisa RO/AC - na BR-364/RO

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

7XX5 Prolongamento da Ponte sobre o Rio Tarauacá - na BR-364/AC

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

869V Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações; e Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

39905 Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei nº 9.602, de 15 de maio de 1998; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

20YZ Promoção do Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei nº 9.602, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências; Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos; Decreto nº 2.613, de 3 de

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

junho de 1998 - Regulamenta o art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Resolução CONTRAN nº 514, de 18 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, e dá outras providências; Resolução CONTRAN nº 808, de 15 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST); Resolução CONTRAN nº 818, de 17 de março de 2021 - Altera a Resolução CONTRAN nº 797, de 2 de setembro de 2020, que institui o Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE) e dispõe sobre os procedimentos para registro e controle de compra e venda e de entrada e saída de veículos novos e usados, nos estabelecimentos de que trata o art. 330 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS), instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei 9.602, de 21 de janeiro de 1998 - Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências; Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos; Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998 - Regulamenta o art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Portaria SENATRAN 1.526, de 17 de dezembro de 2021 - Estabelece os valores a serem cobrados pelos acessos, consultas, transações eletrônicas, emissão de laudo ou certificado e geração de arquivos das bases de dados dos sistemas organizados e mantidos pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), e respectivos subsistemas; Portaria SENATRAN 922, de 25 de julho de 2022 - Estabelece os procedimentos para acesso aos dados dos sistemas e subsistemas informatizados da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN); Portaria SENATRAN 1.554, de 17 de novembro de 2022 - Estabelece os requisitos e os procedimentos referentes ao programa de rotulagem veicular de segurança de que trata o Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, que regulamenta os requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no País; Resolução CONTRAN 514, de 18 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, e dá outras providências; Resolução CONTRAN nº 537, de 17 de junho de 2015 - Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SINIAV) em todo o território nacional; Resolução CONTRAN nº 818, de 17 de março de 2021 - Altera a Resolução CONTRAN nº 797, de 2 de setembro de 2020, que institui o Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE) e dispõe sobre os procedimentos para registro e controle de compra e venda e de entrada e saída de veículos novos e usados, nos estabelecimentos de que trata o art. 330 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS), instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018; Resolução CONTRAN 931, de 28 de março de 2022 - Estabelece o Sistema de Notificação Eletrônica (SNE); Resolução CONTRAN nº 969, de 20 de junho de 2022 - Dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional.

216G Desenvolvimento de Melhorias em Locais Críticos de Sinistros de Trânsito em municípios

Inciso XI do art. 22 e § 10 do art. 144 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; incisos III e V do art. 19, art. 320 e §1º do art. 326-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei 9.602, de 21 de janeiro de 1998 - Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências; art. 5º da Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos; art. 4º do Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998 - Regulamenta o art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; art. 12 do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 - Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS), instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018; Resolução A/RES/74/299 "Aprimorando a Segurança Viária" da Assembleia Geral das Nações Unidas; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11.2 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998 - Regulamenta o art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria Geral da Presidência da República (SECOM): 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017, que dispõe sobre a conciliação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações, os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo Federal.

40101 Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta

00N2 Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400

Decisão Judicial no Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400.

0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro

Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008; e Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes; Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e Decreto nº 11.359 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego

20YU Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho

- Constituição Federal, art. 21, XXIV;
- Convenção nº. 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada por meio do Decreto nº. 95.461/1987, e consolidado por meio do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019;
- Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); art. 200 da CLT;
- Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, art. 11 - Atribuições do Auditor Fiscal do Trabalho;
- Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002 - Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho;
- Decreto 10.854, de 10 de novembro de 2001 - Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista;
- Decreto nº 11.205, de 26 de setembro de 2022 - Institui o Programa de Estímulo à Conformidade Normativa Trabalhista - Governo Mais Legal - Trabalhista no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência; e
- Decreto nº 11.359, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

20YV Democratização das Relações de Trabalho

Decreto nº 11.359 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego
Portaria MTE nº 1153, de 30 de outubro de 2017 - Regimento Interno da Secretaria de Relações do Trabalho, art. 1º.

215F Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil;

Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada.

Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/ICGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências.

Decreto nº 11.359 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 - LDO-2023, art. 12, inciso XXIII.

21AX Gestão das Políticas de Trabalho

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações;

Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;

Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;

Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;

Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023

Decreto nº 11.359, de 01 de janeiro de 2023 que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

21AZ Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial

Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 - Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências;

Decreto nº 11.359, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Art. 16 da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 - Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica

Decreto nº 11.359 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego

2A95 Qualificação Social e Profissional - Projovem Trabalhador

Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008; Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008; artigos 205 a 214 da Constituição Federal , sobretudo artigo 208; Lei nº 9.434, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 - Plano Nacional de Educação; Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo - Resolução CNE/CEB nº 1, de 2002; Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004; Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005.

4815 Funcionamento das Unidades Descentralizadas

Decreto nº 11.359 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego

40203 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

2000 Administração da Unidade

Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966 - Autoriza a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e dá outras providências;

Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021 - Cria o Ministério do Trabalho e Previdência;

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Previdência;

Decreto nº 10.096, de 6 de novembro de 2019 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro.

20YW Produção e Difusão de Conhecimentos Técnico-científicos que Contribuam para a Promoção da Segurança e Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras e que Subsidiem Políticas Públicas no Campo do Trabalho Digno

Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966;

Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011;

Decreto nº 10.096, de 6 de novembro de 2019;

Portaria Fundacentro nº 490, de 16 de dezembro de 2019;

Decreto Legislativo n. 2, de 17 de março de 1992, do Congresso Nacional.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 - LDO-2023, art. 12, inciso XXIII.

40901 Fundo de Amparo ao Trabalhador

0158 Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES

Constituição Federal, art. 239, § 1º - Destinação da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social;

Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 - Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996 - Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências.

20JT Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 9 de julho de 1948;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT;
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE.

20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda

Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, que institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências;
Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018;
Decreto nº 11.359, de 1º de janeiro de 2023, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego
Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

2021 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências;
Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 - Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronetec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;
Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 11.359, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;
Resolução nº 921, de 18 de novembro de 2021 - Dispõe sobre a adesão de estados, do Distrito Federal e de municípios ao Sistema Nacional de Emprego – Sine, e regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no âmbito do Sistema, e dá outras providências;
Resolução nº 888, de 2 de dezembro de 2020 - Regulamenta as ações de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos federais descentralizados para os fundos do trabalho das esferas de governo que aderirem ao SINE, nos termos do artigo 19 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 e do artigo 14 da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019;
Resolução CODEFAT nº 905, de 26 de maio de 2021 - Dispõe sobre a oferta do bloco de ações e serviços “Qualificação Social e Profissional” no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE e estabelece os critérios para as respectivas transferências automáticas aos Fundos do Trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do artigo 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018;
Resolução CODEFAT nº 906, de 26 de maio de 2021 - Estabelece o custo aluno/hora médio para as ações no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – Qualifica Brasil;
Resolução CODEFAT nº 907, de 26 de maio de 2021 - Reestrutura o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE;
Norma de Execução nº 113, de 14 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a execução da modalidade denominada Qualificação Presencial no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - Qualifica Brasil.

21FU Gestão e Apoio Operacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o seu órgão gestor, o CODEFAT;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 - Trata de aplicação de recursos do FAT em depósitos especiais;
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE;
Decreto-Lei nº 926, de 10 de outubro de 1969 - Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências;
Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios - Cria o Ministério do Trabalho e Emprego;
Decreto nº 11.496, de 19 de abril de 2023 - Dispõe sobre a composição do CODEFAT;
Decreto nº 11.359, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego
Resolução CODEFAT nº 937, de 23 de março de 2022 - Aprova o Regulamento Interno do CODEFAT.

2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 - Trata de aplicação do FAT em depósitos especiais;
Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado -PNMPO; e
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE.

4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO

Portaria 3.654, de 24 de novembro de 1977; Portaria 1.334, de 21 de Dezembro de 1994;
Portaria 397, de 09 de Outubro de 2002;
Portaria/MTP nº 671, de 08 de novembro de 2021 - Seção VII Da Classificação Brasileira de Ocupações

4741 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego

Constituição Federal, de 1988, art. 239 - Abono salarial; Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 - Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências - Lei do Caged;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT;
Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015 - Altera a Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990;
Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975 - Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências;
Decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Previdência provisórios;
Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018;
Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho;
Decreto nº 11.359, de 1º de janeiro de 2023, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego

41101 Ministério das Comunicações - Administração Direta

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Carta Convite da OCDE DSTI/DEP/2018.045 de 5 de julho de 2018;
Decreto nº 8.877, de 11 de outubro de 2016; e
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assinado em 3 de junho de 2015, aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados, em 5/9/2017, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 55, em 18/6/2019, vigente para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 17/8/2019, nos termos da seção 7 do Acordo supracitado, e promulgado pelo Decreto nº 10.109, em 7/11/2019.

15UK Implementação de Projetos de Cidades Conectadas, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (qualificação de O.S.); Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018, que instituiu a política pública de telecomunicações; e Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018).

15UL Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (qualificação de O.S.); Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018, que instituiu a política pública de telecomunicações; e Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018).

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

162P Implementação de Cidades Conectadas

Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (e alterações), que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações; Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações; Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018).

162Q Implantação de Infraestrutura de Comunicações

Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e alterações, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações; Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações; Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018).

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

20V8 Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital

Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021; Lei nº 14.479, de 21 de dezembro de 2022, que institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão, Portaria MCom Nº 2.460, de 23 de abril de 2021, que aprova a Norma Geral do Programa de Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC.

20ZQ Estudos, Pesquisas e Produção de Indicadores na Área das Comunicações

Decreto nº 11.335, de 1 de janeiro de 2023, e Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 23, VI, Art. 225, em especial, inciso VI, Art. 213, § 2º da Constituição Federal;
Art. 1º, inciso III da Lei nº 11.516/2007; e Art. 4º, incisos X e XII, Art. 5º, inciso IV, Art. 11, Art. 20, § 5º, II, Art. 21, §2º, II e Art. 41 da Lei nº 9.985/2000; Art. 1º, inciso III da Lei nº 11.516/2007; e
Anexo I, Art. 1º, inciso III e Art. 2º, inciso VI do Decreto nº 8.974/2017.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Ans. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21AE Evolução e Expansão dos Serviços de Radiodifusão

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei nº 4.117/62; Decreto-Lei nº 236/67; Decreto nº 52.795/63; e Decreto nº 5.820/2006.

21FP Promoção de Acesso Gratuito à Internet (Programa Internet Brasil - Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022)

Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 6º, inciso IX, da Lei nº 14.600, DE 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal

41231 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20ZD Regulação dos Serviços de Telecomunicações

Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras, e Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Ans. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2424 Fiscalização Regulatória

Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações (LGT); Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras; Resolução nº 746, de 22 de junho de 2021 - Regulamento de Fiscalização Regulatória (RFR)

2B68 Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações

Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras, e Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT. Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC, aprovado pela Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013.

41260 Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS

0283 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna

Portarias MF nºs 364/00, 168/97, 89/96 e 192/96.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

15UI Implantação de Infraestrutura de Rede de Comunicação de Dados para Inclusão Digital

. CF 88, Lei nº 5.792, de 11.07.1972; e
. Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21C8 Operação da Infraestrutura da Rede de Serviço de Comunicação

- CF/88, art. 3º, III e art. 165, III;
- Lei nº 9.472/1977, art. 2º;
- Decreto nº 9.612/2018, art. 12º; e
- Decreto nº 7.769/2012, art. 8º e art. 9º.

41902 Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST

00TY Subvenção Econômica a Projetos de Expansão, de Uso e de Melhoria das Redes e dos Serviços de Telecomunicações (Lei nº 9.998, de 2000)

Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022; Portaria MCOM nº 6.098, de 1º de julho de 2022; Resolução CG-FUST nº 2, de 8 de agosto de 2022.

00UA Subvenção Econômica para a Ampliação do Acesso de Escolas Públicas à Internet em Banda Larga (Lei nº 9.998, de 2000)

Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018; e Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022; Portaria MCOM nº 6.098, de 1º de julho de 2022; Resolução CG-FUST nº 2, de 8 de agosto de 2022.

41903 Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL

00TS Política Produtiva e Inovação Tecnológica

Lei nº 10.052, de 2000; Lei nº 10.973, 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; e Resolução do Conselho Gestor do Funttel (CGF) nº 66, de 28 de outubro de 2010.

42101 Ministério da Cultura - Administração Direta

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

00VF Apoio à Implementação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.755/2021; Lei 10.753/2003; Lei 13.696/2016; Decreto 519/1992; Decreto 520/1992; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

14U2 Implantação, Instalação e Ampliação de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.755/2021.

16ZG Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

163A Construção do Museu Nacional da Democracia Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Lei nº 14.600 de 2023.

2000 Administração da Unidade

CF 1988, Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 424/2016; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 8.837/2016; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto 519/1992 (que institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura; Lei 13.696/2018 (que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita); Lei 13.019/2014; Decreto 8.726/2016; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

20ZG Formulação e Gestão da Política Cultural

Constituição Federal de 1988, art. 24, VII, VIII e IX, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, arts. 215, 216 e 216A; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 8.837/2016; Lei nº 9.610/1998; Lei nº 6.533/1978; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, incisos IX e XII, § 1º, e anexo; Decreto nº 9.891/2019 (dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural); Decreto nº 5.520/2005 (Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); Lei nº 8.313/1991; Portaria nº 621/2020 (estabelece o Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura). Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 218 da Constituição Federal de 1988; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Decreto nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002. Lei nº 9.637/1998; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.915/2021.

215G Implementação da Política Nacional de Cultura Viva

Lei nº 13.018/2014; Instrução Normativa nº8/2016; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

42201 Fundação Casa de Rui Barbosa

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

20ZG Formulação e Gestão da Política Cultural

Constituição Federal de 1988, art. 24, VII, VIII e IX, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, arts. 215, 216 e 216A; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 8.837/2016; Lei nº 9.610/1998; Lei nº 6.533/1978; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, incisos IX e XII, § 1º, e anexo; Decreto nº 9.891/2019 (dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural); Decreto nº 5.520/2005 (Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); Lei nº 8.313/1991; Portaria nº 621/2020 (estabelece o Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura). Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

20ZH Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502/2017; Lei nº 11.483/2007; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 9.238/2017; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021; Decreto nº 10.788/2021.

20ZM Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

42202 Fundação Biblioteca Nacional - BN

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 10.755/2021; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009, revogado pelo Decreto nº 9.891/2019; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto 8.982/2017.

20ZH Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 10.788/2021; Lei nº 11.483/2007; Decreto nº 10.755/2021; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 8.982/2017; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 9.238/2017; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 10.755/2021; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 8.982/2017.

42203 Fundação Cultural Palmares

14U2 Implantação, Instalação e Ampliação de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.755/2021.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Instituto do Sistema Federal de Cultura - SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto-Lei nº 25/1937; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 95.855/1988; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 4.867/2003; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

42204 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002; Decreto nº 7.892/2013; Decreto nº 10.024/2019; Lei 12.462/2011; Lei nº 14.133/2021; Instrução Normativa Nº 05/2017; Instrução Normativa Nº 07/2018; Decreto Nº 9.507/2018; Instrução Normativa Nº 40/2020 - ME; Instrução Normativa Nº 73/2020 - ME; Instrução Normativa Nº 01/2019 - ME.

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Art. 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.483/2007; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Lei nº 13.019/2014; Lei nº 9.613/1998; Decreto nº 44.851/1958; Decreto nº 72.312/1973; Decreto nº 3.166/1999; Decreto nº 5.760/2006; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 4.915/2003 e Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 5.753/2006; Decreto nº 7.387/2010; Decreto nº 9.938/2019; Decreto nº 5.002/2004; Decreto nº 3.193/1999; Decreto nº 350/1991; Decreto nº 9.763/2019; Decreto Legislativo nº 16/1964; Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 001/2009; Portaria IPHAN nº 07/1988; Portaria IBPC nº 262/1992; Portaria IPHAN nº 420/10; Portaria IPHAN nº 187/2010; Portaria IPHAN nº 44/2016; Portaria IPHAN nº 195/2016; Portaria IPHAN nº 196/2016; Portaria IPHAN nº 396/2016; Portaria IPHAN nº 200/2016; Portaria IPHAN nº 80/2017; Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 001/2006; Portaria IPHAN nº 299/2015; Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 005/2019; Portaria IPHAN nº 194/2016; Portaria IPHAN nº 137/2016; Portaria Interministerial 424/2016; Portaria Interministerial 43/2020; Portaria IPHAN nº 366/2018; Portaria IPHAN nº 11/2021; Portaria IPHAN nº 23/2021; Portaria IPHAN nº 25/2021; Decreto nº 10.755/2021; Portaria IPHAN nº 17/2022; Instrução Normativa IPHAN nº 01/2007; Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015; Decreto nº 11.336/2023 (Aprova a Estrutura Regimental do MinC); Decreto nº 11.178/2022 (Aprova a Estrutura Regimental do Iphan).

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Portaria IPHAN nº 11/2021; Portaria IPHAN nº 23/2021; Decreto nº 11.336/2023 (Aprova a Estrutura Regimental do MinC); Decreto nº 11.453/2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991/2019. Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023. Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021. Decreto nº 11.069/2022.

5538 Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 11.178/2022 (Aprova a Estrutura Regimental do Iphan); Decreto nº 80.978/1977; Resolução do Senado Federal nº 56/1999; Lei nº 11.578/2007; Lei nº 12.462/2011; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Iphan nº 420/2010; Portaria Iphan nº 383/2013; Portaria Iphan nº 436/2013; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 7.581/2011; Decreto nº 7.983/2013; Lei nº 14.133/2021; Portaria IPHAN nº 11/2021; Portaria IPHAN nº 23/2021; Decreto nº 11.336/2023 (Aprova a Estrutura Regimental do MinC).

42205 Fundação Nacional de Artes

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023.

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Instituto do Sistema Federal de Cultura - SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

42206 Agência Nacional do Cinema - ANCINE

00S0 Contribuição ao Programa Ibermedia

Decreto nº 3.092, de 1999 - promulga o Convênio para a Cooperação no âmbito da Conferência Ibero-Americana, concluído em San Carlos de Bariloche, em 15 de outubro de 1995; Decreto nº 2.777, de 1999 - promulga o Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, assinado em Caracas, em 11 de novembro de 1989; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014;

Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 8.283/2014.

202I Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória nº 2.228-1/2001)

Constituição Federal de 1988, arts. 215 e 216; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 8.685/1993; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).

202J Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual

Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.590/2008; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 218 da Constituição Federal de 1988; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Decreto nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002. Lei nº 9.637/1998; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.915/2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.844/2019;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;

2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;

3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014.

42207 Instituto Brasileiro de Museus

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

1402 Implantação, Instalação e Ampliação de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011(publica as metas do PNC); Decreto nº 10.755/2021.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023.

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 7.743/2012; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Instituto do Sistema Federal de Cultura - SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 218 da Constituição Federal de 1988; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Decreto nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002. Lei nº 9.637/1998; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.915/2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

42902 Fundo Nacional de Cultura

006A Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual

Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

00VF Apoio à Implementação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011(publica as metas do PNC); Decreto nº 10.755/2021; Lei nº 10.753/2003; Lei 13.696/2018, Decreto 519/1992, Decreto 520/1992; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNP/M: Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Instituto do Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Instituto do Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

20ZH Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502/2017; Lei nº 11.483/2007; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

20ZK Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

44101 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta

10TT Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 225; Lei nº 6.938/81.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967
Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023

20VP Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde

Lei n.º 9.985, de 18/07/2000;
Lei n.º 11.284 de 02/03/2006;
Lei n.º 12.114, de 9 de dezembro de 2009;
Lei n.º 12.512, de 14/10/2011;

Decreto n.º 6.040 de 07/02/2007;
Decreto n.º 6.063, de 20/03/2007;
Decreto n.º 7.572, de 28 de setembro de 2011;
Decreto n.º 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

20VY Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental

Constituição Federal, arts. 37 e 225;
Lei nº 6.938/81;
Lei nº 9.795/99;
Lei nº 14.133/2021;
Decreto nº 4.281/02;
Decreto nº 11.349/2023;
Portaria MMA 326/2020

20W2 Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca

Constituição Federal/1988, art. 225;

Lei n.º 6.938/1981 (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação);
Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal);
Lei n.º 13.153, de 30 de julho de 2015 (Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências)
Lei n.º 14.119, de 13 de janeiro de 2021 (Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política).

Decreto n.º 2.741, de 20 de agosto de 1998 (Promulga a Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente na África) - Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação – UNCCD;

Decreto n.º 7.830 de 17 de outubro de 2012 – (Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências);
Decreto n.º 11.349, de 1º de janeiro de 2023. (Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja cargos em comissão e funções de confiança);

Decreto Legislativo n.º 28/97 (Aprova o texto a da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Arts. 60-A a 60-E;
Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023;
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021; e
Orientação Normativa nº 10, de 24 de abril de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

21A9 Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 21, IX; art. 23, VI e VII; art. 24, VI; art. 170, VI; art. 225; Lei nº 6.938/81; Lei nº 11.107/2005; Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020; Lei nº 12.305/2010;
Lei Complementar nº 140/2011;
Lei nº 12.651/2012;
Lei nº 13.844/2019;
Lei nº 14.260/2021;
Decreto nº 10.455/2020;

Decreto nº 10.936/2022;
Decreto nº 11.043/2022;
Decreto nº 11.044/2022;
Decreto nº 11.349/2023;
Decreto nº 11.414/2023.

21E4 Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima

Lei nº 12.187, de 29/12/2009; Lei nº 13.153, de 30/07/2015; Decreto Legislativo nº 1, de 03/02/1994; Decreto Legislativo nº 2.652, de 1/07/1998; Decreto Legislativo nº 144, de 20/06/2002; Decreto Legislativo nº 5.445, de 12/05/2005; Decreto Legislativo nº 140, de 16/08/2016; Decreto Legislativo nº 9.073, de 05/06/ 2017; Decreto Legislativo nº 95, de 2022; Decreto nº 99.280, de 06/06/1990; Decreto nº 9.578 de 22/11/2018; Decreto nº 10.531, de 26/10/20; Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 11.550, de 5 de junho de 2023; Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023; Decreto nº 11.549, de 5 de junho de 2023.

21F1 Desenvolvimento da Bioeconomia

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo VI, art. 225;

Lei n.º 13.123, de 20 de maio de 2015;
Lei n.º 11.959, de 29 de julho de 2009;
Lei n.º 14.119, de 13 de janeiro de 2021;

Decreto n.º 2.519, de 16 de março de 1998;
Decreto n.º 8.772, de 11 de maio de 2016;
Decreto n.º 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

21F2 Gestão Socioambiental dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

- Constituição Federal de 1988, Art. 225;

- Lei n.º 6.001, de 19/12/1973;
- Lei n.º 6.938, de 31/08/1981;
- Lei n.º 9.433, de 08/01/1997;
- Lei n.º 11.326, de 24/07/2006;
- Lei n.º 11.771, de 17/09/2008;
- Lei n.º 11.775, de 17/09/2008;
- Lei n.º 12.188, 11/01/2010;
- Lei n.º 12.651, de 25/05/2012;
- Lei n.º 14.021, de 07/07/2020;
- Lei n.º 14.119, de 13/01/2021;

- Decreto n.º 4.887, de 20/11/2003;
- Decreto n.º 6.040 de 07/02/2007;
- Decreto n.º 7.747, de 05/06/2012 (PNGATI);
- Decreto nº 7.794, de 20/08/2012 (PNAPO);
- Decreto n.º 8.750, de 09/05/2016;
- Decreto n.º 9.334, de 05/04/2018;
- Decreto n.º 10.088 de 05/11/2019, que promulga todas as Convenções e Recomendações da OIT. Anexo LXIII - Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais;
- Decreto n.º 11.349/2023 - Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- Decreto n.º 11.421/2023;
- Decreto n.º 11.451/2023;
- Decreto n.º 11.452/2023.

- Portaria MDA/MDS/MMA n.º 239, de 21/07/2009.

21F3 Implementação de Políticas para Biodiversidade, Vegetação Nativa e Áreas Protegidas

Constituição Federal, Art. 225;
Lei Complementar nº 140/2011;

Lei nº 5.197/1967;
Lei nº 6.938/1981;
Lei nº 7.643/1987;
Lei nº 7.661/1988;
Lei nº 9.433/1997;
Lei nº 9.605/1998;
Lei nº 9.985/2000;
Lei nº 11.959/2009;
Lei nº 12.187/2009;
Lei nº 12.651/2012;
Lei nº 12.854/2013;
Lei nº 13.123/2015;
Decreto nº 92.446/1986;
Decreto nº 1.905/1996;
Decreto nº 2.519/1998;
Decreto nº 3.420/2000;
Decreto nº 3.842/2001;
Decreto nº 4.339/2002;
Decreto nº 4.340/2002;
Decreto nº 4.703/2003;
Decreto nº 5.092/2004;
Decreto nº 5.377/2005;
Decreto nº 5.758/2006;
Decreto nº 6.321/2007;
Decreto nº 6.753/2009;
Decreto nº 7.794/2012;
Decreto nº 7.830/2012;
Decreto nº 8.235/2014;
Decreto nº 8.505/2015;
Decreto nº 8.772/2016;
Decreto nº 8.972/2017;
Decreto nº 9.080/2017;
Decreto nº 9.578/2018;
Decreto nº 9.763/2019;
Decreto nº 9.932/2019;
Decreto nº 9.935/2019;
Decreto nº 10.141/2019;
Decreto nº 11.349/2023;
Decreto Legislativo nº 54/1975;
Decreto Legislativo nº 56/1975;
Decreto Legislativo nº 2/1994;
Decreto Legislativo nº 88/1995;
Portaria Interministerial nº 230/2017;
Portaria MB nº 318/2006;
Portaria MMA nº 72/2010;
Portaria MMA nº 443/2014.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Portaria MMA nº 444/2014;
Portaria MMA nº 445/2014;
Portaria MMA nº 365/2015;
Portaria MMA nº 3/2018;
Portaria MMA nº 444/2018;
Portaria MMA nº 445/2018;
Portaria MMA nº 463/2018;
Portaria MB nº 230/2019, e
Portaria MMA nº 148/2022.

21F4 Formulação e Implementação de Políticas, Estratégias e Iniciativas para o Controle do Desmatamento, Incêndios Florestais e o Ordenamento Ambiental Territorial

Art. 225 da Constituição Federal de 1988;

Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011;

Lei nº 6.938, de 31/08/1981;
Lei nº 9.605, de 12/02/1998;
Lei nº 9.985, de 18/07/2000;
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (PNMC);
Lei nº 12.651, de 25/05/2012;
Lei nº 12.854, de 26/08/2013;
Lei nº 13.844, de 18/06/2019;

Decreto nº 2.519, de 16/03/1998;
Decreto nº 4.339, de 22/08/2002;
Decreto nº 4.340, de 22/08/2002;
Decreto nº 4.703, de 21/05/2003;
Decreto nº 5.092, de 21/05/2004;
Decreto nº 5.758, de 13/04/2006 (PNAP);
Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007 (Municípios Prioritários);
Decreto nº 7.794, de 20/08/2012;
Decreto nº 7.830, de 17/10/2012;
Decreto nº 8.235, de 05/05/2014;
Decreto nº 8.505, de 20/08/2015 (Programa ARPA);
Decreto nº 8.972 de 23 de janeiro de 2017 (Planavég);
Decreto nº 9.578 de 22 de novembro de 2018 (Decreto PNMC);
Decreto nº 10.142 de 28 de novembro de 2019 (Conavég);
Decreto nº 10.144 de 28 de novembro de 2019 (CONAREDD+);
Decreto nº 11.367, de 1º.1.2023
Decreto nº 11.368, de 1º.1.2023

Portaria nº 09, de 23/01/2007. (Recuperação da Cobertura Vegetal Nativa);
Portaria MMA nº 365, de 27 novembro de 2015;

Portaria Conjunta nº 442, de 18 de abril de 2023
Portaria Conjunta nº 443, de 18 de abril de 2023
Portaria Conjunta nº 444, de 18 de abril de 2023

2E87 Implementação da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-Estar e Direitos Animais

Constituição Federal, art. 225;
Lei Complementar nº 140/2011;
Lei nº 9.605/1998;
LDO 2024;
Decreto nº 11.349/2023; e
Portaria GM/MMA nº 288/2022.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019;
Decreto nº 10.827, 30 de setembro de 2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Arts. 60-A a 60-E;
Decreto nº 11.349, DE 1º de janeiro de 2023; e
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021 e
Orientação Normativa nº 10, de 24 de abril de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

21F5 Gestão de Florestas

Constituição Federal de 1988;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000;
Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000;
Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007;
Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;
Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012;
Decreto nº 8.235, de 05 de maio de 2014;
Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018;
Decreto nº 11.349, de 1 de janeiro de 2023;
Instrução Normativa - IN MMA nº 02, de 05 de maio de 2014 - SICAR;
Instrução Normativa - IN MMA nº 03, de 18 de dezembro de 2014 e
Resolução do Serviço Florestal Brasileiro nº 3, de 27 de agosto de 2018.

44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20WH Controle de Substâncias, Produtos, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais

Constituição Federal, Arts. 170, inciso VI, e 225; Lei nº 6.938/1981;
Lei nº 8.723/1993;
Lei nº 9.605/1998;
Lei nº 12.305/2010;
Decreto nº 97.634/1989;
Decreto nº 99.280/1990;
Decreto nº 875/1993;
Decreto nº 6.514/2008;
Decreto nº 9.470/2018;
Decreto nº 10.936/2022;
Resolução CONAMA nº 18/1986;
Resolução CONAMA nº 1/1988;
Resolução CONAMA nº 08/1993;
Resolução CONAMA nº 20/1994;
Resolução CONAMA nº 362/2005;
Resolução CONAMA nº 401/2008;
Resolução CONAMA nº 403/2008;
Resolução CONAMA nº 415/2009;
Resolução CONAMA nº 416/2009;
Resolução CONAMA nº 418/2009;
Resolução CONAMA nº 420/2009;
Resolução CONAMA nº 432/2011;
Resolução CONAMA nº 433/2011;
Resolução CONAMA nº 452/2012;
Resolução CONAMA nº 490/2018;
Resolução CONAMA nº 492/2018;
Resolução CONAMA nº 493/2019;

214M Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias

Constituição Federal, Art. 225;
Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989;
Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989;
Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998;
Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
Lei nº 13.668, de 2018, que alterou a lei 7.957, de 20 de dezembro de 1989;
Decreto nº 2661, de 8 de julho de 1998;
Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008;
Decreto nº 8914, de 24 de novembro de 2016,
Decreto nº 10.728, de 23 de junho de 2021;
Decreto nº 11.085 de 13 de junho de 2022;
Portaria Ibama nº 30 de 5 de julho de 2022;
Portarias anuais do Ministério da Economia e/ou Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – autorização de contratação dos brigadistas; e
Portarias anuais do Ministério do Meio Ambiente – período e regiões em emergência ambiental.
Portarias anuais do Ibama com detalhamento do Programa de Brigadas Federais.

214N Controle e Fiscalização Ambiental

Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011;
Lei nº 5.197, de 03/01/1967;
Lei nº 6.938, de 31/08/1981;
Lei nº 7.735, de 22/02/1989;
Lei nº 9.478, de 06/08/1997;
Lei nº 9.605, de 12/02/1998;
Lei nº 9.636, de 15/05/1998;
Lei nº 9.960, de 28/01/2000;
Lei nº 9.966, de 28/04/2000;
Lei nº 9.985, de 18/07/2000;
Lei nº 10.406, de 10/01/2002;
Lei nº 10.650, de 16/04/2003;
Lei nº 11.481, de 31/05/2007;
Lei nº 11.516, de 28/08/2007;
Lei nº 11.959, de 29/06/2009;
Lei nº 12.334, de 20/09/2010;
Lei nº 12.651, de 25/05/2012;
Lei nº 13.123, de 20/05/2015;
Decreto nº 4.136, de 22/02/2002;
Decreto nº 4.340, de 22/08/2002;
Decreto nº 4.871, de 06/11/2003;
Decreto nº 5.098, de 03/06/2004;
Decreto nº 6.040, de 07/02/2007;
Decreto nº 6.514, de 22/07/2008;
Decreto nº 7.515, de 08/07/2011;
Decreto nº 8.772, de 11/05/2016;
Decreto nº 10.950, de 27/01/2022.

214O Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental

Constituição Federal, Arts. 20, 23, 24 e 225;
Lei Complementar nº 140/2011;
Lei nº 5.197/1967;
Lei nº 6.938/1981;
Lei nº 7.735/1989;
Lei nº 9.605/1998;
Lei nº 11.284/2006;
Lei nº 11.428/2006;
Lei nº 12.187/2009;
Lei nº 12.651/2012;
Lei nº 12.727/2012;
Lei nº 13.844/2019;
Decreto Legislativo nº 54/1975;
Decreto Legislativo nº 2 de 1994;
Decreto nº 76.623/1975;
Decreto nº 92.446/1986;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 2.519/1998;

Decreto nº 3.607/2000;

Decreto nº 4.339/2002;

Decreto nº 4.703/2003;

Decreto nº 5.975/2006;

Decreto nº 6.063/2007;

Decreto nº 6.514/2008;

Decreto nº 6.660/2008;

Decreto nº 8.973/2017;

Decreto nº 9.760/2019;

Resolução CONAMA nº 369/2006;

Resolução CONAMA nº 379/2006;

Resolução CONAMA nº 394/2007;

Resolução CONAMA nº 406/2009;

Resolução CONAMA nº 487/2018;

Resolução CONAMA nº 489/2018;

Resolução CONAMA nº 496/2020;

Resolução CONAMA nº 497/2020; e

Portaria Ibama nº 92, de 14 de setembro de 2022.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Lei nº 13.328, de 29.07.2016

Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10.06.2021

Instrução Normativa SEGRT/IMI nº 10, de 29.03.2023

Orientação Normativa SGP nº 10, de 24.04.2013.

Documento nº 04500.003473/2009-25 SRH/MPOG, de 27.03.2009

218R Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental

Constituição Federal, Art. 225;

Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011;

Lei nº 6.938, de 31/08/1981;

Lei nº 7.735, de 22/02/1989;

Lei nº 9.605, de 12/02/1998;

Lei nº 9.966, de 28/04/2000;

Lei nº 10.650, de 16/04/2003;

Lei nº 11.516, de 28/08/2007;

Lei nº 12.187, de 29/12/2009;

Lei nº 12.651, de 25/05/2012;

Decreto nº 96.044, de 18/05/1988;

Decreto nº 98.973, de 21/02/1990;

Decreto nº 2.661, de 08/07/1998;

Decreto nº 4.136, de 20/02/2002;

Decreto nº 4.871, de 06/11/2003;

Decreto nº 5.098, de 03/06/2004;

Decreto nº 5.577, de 08/11/2005;

Decreto nº 6.514, de 22/07/2008;

Decreto nº 6.666, de 27/11/2008;

Decreto nº 8.127, de 22/10/2013;

Decreto nº 8.777, de 11/05/2016;

Decreto nº 8.973, de 24/10/2017;

Resolução ANTT nº 420/2004;

Resolução CONAMA nº 398/2008.

21AB Avaliação e Gestão de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos para Proteção da Biodiversidade

Constituição Federal, Arts. 170, inciso VI e 225;

Lei nº 6.938/1981;

Lei nº 7.802/1989;

Lei nº 9.605/1998;

Lei nº 9.966/2000;

Decreto nº 96.044/1988;

Decreto nº 4.074/2002;

Decreto nº 5.360/2005;

Decreto nº 5.472/2005;

Decreto nº 6.514/2008;

Decreto nº 10.833/2021;

Resolução CONAMA nº 1/1988;

Resolução CONAMA nº 463/2014;

Resolução CONAMA nº 467/2015; e

Resolução CONAMA nº 472/2015.

6925 Licenciamento Ambiental Federal

Constituição Federal, Art. 177 e 225;

Lei Complementar nº 140, de 08/12/11;

Lei nº 6.938, de 31/08/81;

Lei nº 9.966, de 28/04/00;

Lei nº 9.985, de 18/07/00;

Lei nº 11.428, de 22/12/06;

Lei nº 12.651, de 25/05/12;

Lei nº 13.668, de 28/05/18;

Decreto nº 4.340, de 22/08/02;

Decreto nº 6.640, de 07/11/08;

Decreto nº 6.848, de 14/05/09;

Decreto nº 8.437, de 22/04/15;

Decreto nº 10.223, de 5/02/20;

Portaria Conjunta MMA/Ibama/ICMBio Nº 225, de 30/06/11;

Portaria MMA nº 422, de 26/10/11;

Portaria MMA nº 424, de 26/10/11;

Portaria Interministerial MMA/SEP/PR Nº 425, de 26/10/11;

Portaria MMA nº 421, de 26/10/11;

Portaria Interministerial nº 60, de 24/03/15;

Portaria Interministerial MF/MMA Nº 812, de 29/09/15;

Portaria Interministerial nº 1, de 04/11/20;

Resolução Conama nº 001, de 23/01/86;

Resolução Conama nº 006, de 24/01/86;

Resolução Conama nº 006, de 16/09/87;

Resolução Conama nº 009, de 03/12/87;

Resolução Conama nº 005/1988;

Resolução Conama nº 023, de 07/12/94;

Resolução Conama nº 010/1996;

Resolução Conama nº 237, de 19/12/97;

Resolução Conama nº 273/2000;

Resolução Conama nº 279, de 27/06/01;

Resolução Conama nº 281, de 12/07/01;

Resolução Conama nº 284, de 30/08/01;

Resolução Conama nº 286, de 30/08/01;

Resolução Conama nº 312/2002;

Resolução Conama nº 350, de 06/07/04;

Resolução Conama nº 371, de 05/04/06;

Resolução Conama nº 377, de 09/10/06;

Resolução Conama nº 385/2006;

Resolução Conama nº 404/2008;

Resolução Conama nº 413/2009;

Resolução Conama nº 428, de 17/12/10;

Resolução Conama nº 458/2013;

Resolução Conama nº 462, de 24/07/14;

Resolução Conama nº 470, de 27/08/15;

Resolução Conama nº 479, de 15/03/17.

44206 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal, 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20WK Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001;

Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003;

Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966;

Decreto nº 76.623, de novembro de 1975;

Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002;

Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004;

Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008;

Decreto nº 8.841, de 25 de agosto de 2016.

Decreto Legislativo nº 2, de 8 de fevereiro de 1994;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

219K Gestão da Coleção Viva, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001;

Decreto nº 8.841, de 25 de agosto de 2016.

4909 Funcionamento de Programas de Pós-Graduação e Demais Atividades Educativas em Botânica e Meio Ambiente e Campos Afins

Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001;

Decreto nº 11.199, de 15 de setembro de 2022.

44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Lei nº 8.112/1990; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 9.991/2019.

20WM Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Lei nº 6.938, de 31/08/81;

Lei nº 9.478, de 06/08/1997;

Lei nº 9.605, de 12/02/98;

Lei nº 9.636, de 15/05/1998;

Lei nº 9.960, de 28/01/2000;

Lei nº 9.985, de 18/07/2000;

Lei nº 10.406/2002;

Lei nº 11.481, de 31/05/2007;

Lei nº 11.516, de 28/08/07;

Lei nº 12.651, de 25/05/12;

Lei nº 13.668, de 28/05/18;

Lei nº 11.284, de 02/03/2006;

Lei 11.428/2006

Decreto Lei nº 3.365/1941;

Decreto-Lei nº 271, de 28/02/1967;

Decreto-Lei nº 3.365/1941

Lei nº 4.132/1962

Lei 8.629/1993

Decreto nº 93.240/1985;

Decreto nº 4.339, de 22/08/2002;

Decreto nº 4.340, de 22/08/2002;

Decreto nº 5.746, de 05/04/2006

Decreto nº 6.040 de 07/02/2007;

Decreto nº 8.235/2014;

Decreto nº 10.224, de 05/02/2020;

Decreto nº 10.234, de 11/02/20;

Portaria nº 486 de 2 de setembro de 2013;

Portaria nº 1.162, de 27 de dezembro de 2018;

Portaria nº 948, de 15 de setembro de 2020;

Acórdãos nº 1.853/2013 e nº 1.004/2016 do Tribunal de Contas da União;

Instrução Normativa nº 77 de 23 de agosto de 2013;

Instrução Normativa 05 de 20/05/2016;

Instrução Normativa ICMBio nº 04/2020;

Resolução CONAMA nº 371/2006; e

Norma de Execução nº 107 de 23 de agosto de 2013; e

Norma Execução nº 02 de fevereiro de 2018.

Instrução Normativa ICMBio nº 28/2012;

Instrução Normativa ICMBio nº 05/2022;

Instrução Normativa ICMBio nº 3/2022;

Instrução Normativa ICMBio nº 07/2017

Portaria ICMBio nº 289/2021.

20WN Execução de Pesquisa, Monitoramento e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei Complementar 140, de 2011;
Lei nº 12.651, de 25/05/12;
Lei nº 5.197/67;
Lei nº 6.938, de 31/08/81;
Lei nº 7.735, de 22/02/89;
Lei nº 7.797/89;
Lei nº 9.478, de 06/08/1997;
Lei nº 9.605, de 12/02/98;
Lei nº 9.985/00;
Lei nº 11.516/2007;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 2.519, de 16/03/98;
Decreto nº 6.514, de 22/07/08;
Decreto nº 4.340/02;
Decreto nº 4.339/02;
Decreto nº 4.703/03;
Decreto nº 10.224, de 05/02/2020;
Decreto nº 10.234, de 11/02/2020;
Decreto nº 11.193, de 2022; e
Resolução CONABIO nº 07 de 29 de maio de 2018.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 23, VI, Art. 225, em especial, inciso VI, Art. 213, § 2º da Constituição Federal;
Art. 4º, incisos X e XII, Art. 5º, inciso IV, Art. 11, Art. 20, § 5º, II, Art. 21, § 2º, II e Art. 41 da Lei nº 9.985/2000;
Art. 1º, inciso III da Lei nº 11.516/2007 e
Anexo I, Art. 1º, inciso III e Art. 2º, inciso VI do Decreto nº 8.974/2017.

214P Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Lei nº 6.938, de 31/08/81;
Lei nº 9.605, de 12/02/98;
Lei nº 9.883, de 7/12/99;
Lei nº 9.985, de 18/07/00;
Lei nº 11.516, de 28/08/07;
Lei nº 12.608 de 10/04/12
Lei nº 12.651, de 25/05/12;
Lei nº 12.727, de 17/10/2012;
Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002
Decreto nº 6.514, de 22/07/08;
Decreto nº 10.759, de 30 de julho de 2021
Decreto nº 11.373 de 01/01/2023
Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 1, de 12/04/2021;
Portaria nº 95 de 05/09/2012;
Portaria ICMBio nº 1.150 de 06/12/2022.
Portaria Nº 1.269, de 29 de dezembro de 2022.
Portaria nº 1.270, de 29 de dezembro de 2022

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.
Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990;
Decreto nº 980, de 1991;
Decreto nº 6.054, de 1º de março de 2007;
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.

44901 Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA

00UD Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente

Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020; e Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 e Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

44902 Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 e Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

20G4 Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima

Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; Decreto 9.578, de 22 de novembro de 2018; e Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

46101 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos- Administração Direta

00IO Inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND (Extinto pela Lei nº 12.431, de 2011)

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, art. 23; e
Decreto nº 9.052, de 15 de maio de 2017 - processo de inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados

Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE;
Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

00QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais

Lei nº 10.559, de 2002, art. 12, e parágrafo 4º; e
Recurso Extraordinário - RE 553710/STF

2000 Administração da Unidade

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes;
Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e
Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

20U1 Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

20U4 Governança do Patrimônio Imobiliário da União

Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 - Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 - Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 - regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União;
Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos;
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 - Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana;
Lei nº 13.813, de 2019 - transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União;
Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020 - Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; e
Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

216Q Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
Lei nº 8.745, 9 de dezembro de 1993 - contrato por tempo determinado;
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações;
Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017 - Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN);
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 - Regras e instrumentos para o Governo Digital;
Decreto nº 67.326, de 05 de outubro de 1970 - Dispõe sobre o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal e dá outras providências;
Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009 - Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor;
Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012 - Dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal;
Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, que institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento;
Decreto nº 10.715, de 8 de junho de 2021 - Institui os Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal;
Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023. Aprova a Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

21CQ Gestão do Governo Digital

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações;
Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017 - Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN);
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 - Regras e instrumentos para o Governo Digital;
Lei nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023, determinando que o número do Cadastro da Pessoa Física (CPF) seja adotado como único número do registro geral (RG) no Brasil.
Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011 - dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo federal;
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal;
Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 - Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
Decreto nº 9.319 de 21 de março de 2018 - Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital;
Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação;
Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019 - Institui o portal único "gov.br" e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal;
Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados;
Decreto nº 10.543, de 15 de novembro de 2020 - Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal;
Decreto nº 10.609, de 20 de janeiro de 2021 - Institui a Política Nacional de Modernização do Estado e cria o Fórum Nacional de Modernização do Estado;
Decreto nº 10.900, de 17 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre o Serviço de Identificação do Cidadão e a governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

21FJ Gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Art. 29 - Cria o Cadastro Ambiental Rural - CAR;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Gestão do CAR passa para o MGI;
Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012 - Finalidades do Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR; e
Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Cota de Reserva Ambiental.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

4743 Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 173 - exploração direta de atividade econômica pelo Estado quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo;
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 2º, III - Conclui a empresa estatal dependente para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal;
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Lei das Estatais;
Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001 - Diretrizes aplicáveis às empresas estatais federais;
Decreto nº 6.021, de 22 de janeiro de 2007 - Cria a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CCGPAR;
Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

8690 Fiscalização e Controle do Uso e Ocupação de Imóveis da União

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Art. 20. Trata dos bens da União;
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 - Dispõe sobre os bens imóveis da União;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 - foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 - regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos.

46102 Arquivo Nacional

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2810 Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional

Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações;

Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012 - Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos;

Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002 - Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;

Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal;

Decreto nº 10.148, de 02 de dezembro de 2019 - Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal;

Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020 - Regulamenta o disposto no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais; e

Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

46201 Fundação Escola Nacional de Administração Pública

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

20U9 Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;

Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas;

Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Enap;

Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

216R Desenvolvimento de Iniciativas de Inovação, Estudos, Pesquisas e Publicações

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;

Decreto nº 9.834, de 12 de junho de 2019 - institui o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas;

Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - aprova o Estatuto da Enap

Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

47101 Ministério do Planejamento e Orçamento - Administração Direta

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

21FK Aprimoramento de Planejamento Nacional, Orçamento Federal, Avaliação de Políticas Públicas e de Revisão de Gastos e de Articulação Internacional

Constituição Federal de 1988, arts. 3º, 21, inciso IX e 165, § 1º;

Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

8861 Sustentação da Tecnologia da Informação do Sistema de Planejamento Nacional e do Orçamento Federal

Constituição Federal de 1988, arts. 3º, 21, inciso IX e 165, § 1º;

Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências;

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento.

47204 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

00M6 Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica

Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967 - Institui a Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA) e aprova respectivos Estatutos;

Decreto nº 11.194, de 8 de setembro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento.

4727 Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro

Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967 - Institui a Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA) e aprova respectivos Estatutos;

Decreto nº 11.194, de 8 de setembro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento.

47205 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967 - institui a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973 - dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Decreto nº 11.353 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Planejamento e Orçamento.

20U5 Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

Lei nº 5.878, de 1973, Art. 2º, § 2º - Serão mantidos pelo IBGE para atendimento das suas próprias necessidades e das dos usuários de informações, os cursos de graduação e de treinamento de profissionais e especialistas nas atividades correspondentes à sua área de competência, podendo também ser promovida a realização de outros cursos de formação relacionados com essa mesma área; e

Decreto nº 11.177, de 18 de agosto de 2022, anexo I capítulo I, Art. 4º, inciso I - manter cursos de pós-graduação, de graduação e de treinamento profissional, desde que em áreas correspondentes àquelas de competência da Fundação IBGE e afins, observada a legislação educacional vigente.

20U6 Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos

Constituição Federal, de 1988, Art. 21, inciso IX e XV - Competências da União;

Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, Art. 2º e 3º inciso II -estatísticas derivadas, III - pesquisas, análises e estudos estatísticos, demográficos, geográficos, geodésicos e cartográficos, IV - Levantamentos geodésicos e topográficos, mapeamento e outras atividades cartográficas, e V - sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais com referência a sua ocorrência, distribuição e frequência;

Decreto nº 77.624, de 17 de maio de 1976 - dispõe sobre a utilização, pelo IBGE, de dados informativos de origem governamental na produção de informações e estudos de interesse do planejamento econômico e social e da segurança nacional; e

Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 - institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE.

20U7 Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico

Constituição Federal, de 1988, art. 21, incisos IX e XV - Competências da União;

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Art.91 e 92 - Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios;

Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, art. 3º, inciso I - estatísticas primárias;

Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991 - Dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos e dá outras providências.

49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta

00GV Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, incisos II, III e IV; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, art. 3º e Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001.

0359 Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)

Lei nº 10.420, de 2002 e suas alterações; e

Decreto nº 4.962, de 2004 e suas alterações.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988;

Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal; e

Lei nº 13.844, de 18 de Junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

210R Monitoramento de Conflitos Agrários e Pacificação no Campo

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, art. 565;

Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;

Instrução Normativa nº 104, de 29 de janeiro de 2021;

Portaria Nº 531, de 23 de março de 2020.

210V Estruturação Produtiva, Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia

Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária;

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações - MIROSC;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

Decreto Nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO.

210W Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais

CF de 1988, art. 189;

Lei nº 10.406, de 2002;

Lei nº 11.340, de 2006;

Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher;

Portaria INCRA/P nº 981, de 2003;

Instrução Normativa Incri nº 38, de 2007;

Decreto 11.452 de 22 de março de 2023.

210X Apoio ao Desenvolvimento Territorial Sustentável à Inclusão Produtiva e à Infraestrutura Rural

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal de 1988, arts. 3º, 21, 43

Lei nº 5.764, de 1971

Lei nº 8.171, de 1991

Lei nº 8.427, de 1992

Lei nº 9.394, de 1996

Lei Complementar nº 101, de 2000

Lei nº 10.172, de 2001

Lei nº 11.326, de 2006

Lei nº 13.019, de 2014

Lei nº 10.246 de 2001

Lei nº 13.123, de 2015

Lei nº 14.119, de 2021

Decreto-Lei nº 79, de 1966

Decreto nº 5.154, de 2004

Decreto nº 6.040, de 2007

Decreto DNN 11503, de 2008

Decreto nº 7.352, de 2010, art. 11-18

Decreto nº 7.747, de 2012

Decreto nº 10.088, de 2019

Decreto nº 11.396, de 2023

Portaria MAPA 121, de 2019.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021 - Estrutura Regimental do MAPA;

Instrução Normativa nº 57, de 10 de junho de 2021, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

21B6 Assistência Técnica e Extensão Rural

Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências;

Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio;

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;

Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso XXX - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências;

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações - Institui o Código Civil;

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;

Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;

Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013 - Criação da ANATER;

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações - MROSC;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979).

Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;

Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, art. 3º - Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências;

Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;

Decreto nº 7.747, 05 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências;

Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014 - Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater;

Decreto nº 9.784, de 07 de maio de 2019 - Decreto de Revogação dos órgãos colegiados de participação social;

Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 - Decreto de Revogação de Decretos.

Portaria INCRA/P nº 981, de 2003;

Portaria MDA nº 063, de 2004;

Portaria MDA nº 25, de 2006;

Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010;

Portaria/INCRA/P/Nº 581, de 2010;

Portaria MAPA nº 193, de 16 de junho de 2020;

Portaria SAF nº 95, de 17 de junho de 2020.

Nota Técnica Conjunta/DD e DA/INCRA/Nº01, de 2011.

21B9 Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, e do Acesso aos Mercados para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992 - Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural;

Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 - altera a Lei 8.427/92;

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;

Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

Decreto nº 11.476, de 02 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; e

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2003 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

21G7 Governança e Regularização Fundiária Nacional

Lei nº 11.952, de 2009;

Lei nº 10.267, de 2001;

Lei nº 6.383, de 1976;

Lei nº 6.015, de 1973;

Decreto nº 10.592, de 2020;

Decreto nº 4.449, de 2002;

Manual de Crédito Rural, Capítulo 4: Finalidades e Instrumentos de Política Agrícola, Seção 7: Fundo de Terras e da Reforma Agrária Mais (MCR 4-7);

Portaria SAF/MDA nº 122, de 23 de março de 2021, que aprova o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, com nova redação dada pela Portaria SAF/MDA nº 197, de 31 de agosto de 2021;

Portaria SAF/MDA nº 123, de 23 de março de 2021, que Aprova o Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil;

Contrato SAT-BB, e

Contrato SAT-BNB.

21GB Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento e Acesso à Terra e ao Território dos Povos e Comunidades Tradicionais e Quilombolas

Constituição de 1988;

Lei Complementar nº 101, de 2000;

Lei nº 5.764, de 1971;

Lei nº 6.001, de dezembro de 1973;

Lei 10.246 de 2001;

Lei 11.097, de 2005;

Lei nº 11.116, de 2005;

Lei nº 11.326, de 2006;

Lei nº 11.488, de 2007;

Lei nº 13.019, de 2014;

Lei nº 13.033, de 2014;

Lei nº 13.123, de 2015;

Lei nº 13.263, de 2016;

Lei nº 13.971, de 2019;

Lei nº 14.144 de 2021;

Decreto nº 5.297 de 2004;

Decreto nº 6.040, de 2007;

Decreto nº 7.747, de 2012;

Decreto nº 10.088, de 2019;

Decreto nº 10.253, de 2020;

Decreto nº 10.257, de 2020;

Resolução II CNPE, de 2016; e

Resolução CMN nº 4.828, de 2020.

21GC Fortalecimento da Agricultura Familiar Brasileira no Cenário Internacional

Artigo 11 do Decreto nº 11.396, de 21/1/2023 (Atribuições da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, conforme Decreto que estabelece a Estrutura Regimental do MDA)

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;

Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;

2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;

3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

8622 Promoção do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para o Desenvolvimento Agropecuário e da Agricultura Familiar

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992 - Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural;

Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 - altera a Lei 8.427/92;

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;

Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021;

Decreto nº 11.476, de 02 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; e

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2003 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

49201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;

Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;

Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

Lei 13.844, de 18 de junho de 2019;

Lei Nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019;

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - LAL

Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;

Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020;

Portaria nº 1225, de 03 de julho de 2020;

Instrução Normativa SGM/ME nº 01, de 04 de abril de 2019.

210R Monitoramento de Conflitos Agrários e Pacificação no Campo

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, art. 565;

Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;

Portaria Nº 531, de 23 de março de 2020;

Instrução Normativa nº 119, de 10 de junho de 2022;

Instrução Normativa nº 117, de 12 de maio de 2022.

210T Promoção da Educação e Cultura do Campo

Constituição Federal de 1988, arts. 205, 206 e 207;

Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Lei nº 11.947 - Art.33, de 16 de junho de 2009;

Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012;

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004;

Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, art. 11-18;

Decreto nº 6.672, de 02 de novembro de 2008, art. 1º, § 1º;

Decreto nº 9.699, de 08 de fevereiro de 2019;

Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023;

Portaria Inca nº 563, de 23 de outubro de 2015;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002;
Resolução CNE/CEB nº 01, de 31 de janeiro de 2006;
Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008;
Instrução Normativa nº 84, de 29 de março de 2016;
Instrução Normativa nº 115, de 30 de março de 2022.

210Z Identificação, Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;
Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019;
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003;
Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;
Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007;
Decreto nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019;
Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019;
Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;
Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020;
Portaria Interministerial nº 210, de 13 de junho de 2014;
Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015;
Portaria INCRA nº 175, de 19 de abril de 2016;
Portaria INCRA nº 531, de 23 de março de 2020.
Instrução Normativa/INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009;
Instrução normativa nº 111, de 22 de dezembro de 2021.

211A Desenvolvimento e Gestão Ambiental para o Público da Reforma Agrária

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993;
Lei Complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996;
Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
Lei nº 5.954, de 03 de dezembro de 1973;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
Lei nº 10.279, de 12 de setembro de 2001, Art. 1º;
Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017;
Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;
Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010;
Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012;
Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013;
Decreto nº 8.235, de 05 de maio de 2014;
Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018;
Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018;
Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29 de maio de 2008;
Portaria Incra nº 215, de 06 de junho de 2006;
Portaria Incra nº 175, de 19 de abril de 2016;
Portaria Incra nº 49, de 31 de janeiro de 2017;
Instrução Normativa Incra nº 38, de 13 de março de 2007;
Instrução Normativa MMA nº 02, de 06 de maio de 2014;
Instrução Normativa Incra nº 99, de 30 de dezembro de 2019;
Instrução Normativa Incra nº 101, de 30 de setembro de 2020;
Instrução Normativa Incra nº 102, de 07 de dezembro de 2020;
Instrução Normativa Incra nº 103, de 28 de dezembro de 2020;
Instrução Normativa Incra nº 107, de 18 de outubro de 2021;
Instrução Normativa Incra nº 112, de 22 de dezembro de 2021.
Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro de 2011; Nota Técnica/INCRA/DD nº 3, de 21 de julho de 2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei nº 10.621, de 05 de fevereiro de 2021, art. 12, inciso XXIV;
Decreto nº 4.004, de 08 de novembro 2001;
Orientação Normativa nº 03/MPOG, de 15 de fevereiro de 2013.

21B6 Assistência Técnica e Extensão Rural

Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências;
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso XXX - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações - Institui o Código Civil;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013 - Criação da ANATER;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações - MROSC;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979).
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;
Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, art. 3º - Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências;
Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa

Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Decreto nº 7.747, 05 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências;
Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014 - Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater;
Decreto nº 9.784, de 07 de maio de 2019 - Decreto de Revogação dos órgãos colegiados de participação social;
Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 - Decreto de Revogação de Decretos.
Portaria INCRA/P nº 981, de 2003;
Portaria MDA nº 063, de 2004;
Portaria MDA nº 25, de 2006;
Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010,
Portaria/INCRA/P nº 581, de 2010;
Portaria MAPA nº 193, de 16 de junho de 2020,
Portaria SAF nº 95, de 17 de junho de 2020.

21GD Reforma Agrária e Governança Fundiária

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e Artigo 68 do ADCT;
Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966;
Decreto-Lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982;
Decreto-Lei nº 1.989, de 28 de dezembro de 1982;
Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993;
Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
Lei nº 4.947, de 06 de abril de 1966;
Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966;
Lei nº 5.433, de 08 de maio de 1968;
Lei nº 5.709, de 07 de outubro de 1971;
Lei nº 5.866, de 12 de dezembro de 1972;
Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976;
Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979;
Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979;
Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994;
Lei nº 8.935, de 29 de setembro de 1994;
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009;
Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 13.178 de 22 de outubro de 2015;
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017;
Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
Decreto nº 55.891, de 31 de março de 1965;
Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;
Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966;
Decreto nº 62.504, de 08 de abril de 1968;
Decreto nº 72.106, de 18 de abril de 1973;
Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974;
Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980;
Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980;
Decreto nº 89.817, de 20 de julho de 1984;
Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992;
Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996;
Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002;
Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005;
Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008;
Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010;
Decreto nº 7.620, de 21 de novembro de 2011;
Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018;
Decreto nº 10.166, de 10 de dezembro de 2019;
Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;
Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020;
Portaria nº 486 de 02 de setembro de 2013;
Portaria Interministerial AGU/MDA nº 04, de 25 de fevereiro de 2014;
Portaria Conjunta AGU/MDA nº 12, de 21 de maio de 2014;
Portaria Incra nº 486, de 02 de setembro de 2013;
Portaria INCRA nº 531, de 23 de março de 2020;
Portaria DF nº 1540, DE 27 de julho de 2022;
Instrução Especial Incra nº 5, de 29 de julho de 2022
Instrução Normativa Conjunta Incra /RFB nº 1.968, de 22 de julho de 2020;
Instrução Normativa nº 104, de 29 de janeiro de 2021;
Instrução Normativa Conjunta RFB/INCRA nº 2.025, de 07 de maio de 2021;
Instrução Normativa Incra nº 11, de 04 de abril de 2003;
Instrução Normativa Incra nº 77, de 23 de agosto de 2013;
Instrução Normativa Incra nº 82, de 27 de março de 2015;
Instrução Normativa Incra nº 88, de 13 de dezembro de 2017;
Instrução Normativa Incra nº 90, de 03 de abril de 2018;
Instrução Normativa nº 113, de 22 de dezembro de 2021;
Instrução Normativa nº 124, de 26 de julho de 2022;
Instrução Normativa nº 126, de 28 de julho de 2022;
Instrução Normativa nº 127, de 23 de agosto de 2022;
Instrução Normativa nº 120, de 10 de junho de 2023.
Acordo de Cooperação Técnica Incra/RFB, de 2015;
Parecer AGU nº LA- 01, de 10 de fevereiro de 2010.

49202 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;
Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
Lei nº 13.844, de 18 de Junho de 2019.

20Y7 Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966;
Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei n.º 13.303 de 30 de junho de 2016;
Decreto nº 3.855, de 3 de julho de 2001;
Recomendação do TCU, Decisão 581/93 - Plenário - Ata 64, de 1993 - D.O.U. 31/12/1993.

2130 Formação de Estoques Públicos - AGF

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966;
Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei n.º 13.303 de 30 de junho de 2016;
Lei nº 14.293, de 4 de janeiro de 2022;
Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 9 de março de 2004.

2137 Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966;
Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei n.º 13.303 de 30 de junho de 2016.

21B9 Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, e do Acesso aos Mercados para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 13.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e
Decreto nº 11.476, de 06 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
Lei Nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;
Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

51101 Ministério do Esporte - Administração Direta

00R4 Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA

Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 - LDO-2023, Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.
Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008 - Promulga a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005.

00SL Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e Lazer

Constituição Federal de 1988 - Art.217- fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um;
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - diretrizes e bases da educação nacional;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e alterações - arts. 2º, 3º e 7º (modificado pela Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003) - dispõe sobre o desporto;
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Termo de Execução Descentralizada - TED;
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
Portaria Interministerial MP/MF-CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016;
Portaria Nº 1.381, de 31 de julho de 2019 (Manual de Procedimentos para Implantação, Monitoramento e Gestão de Infraestrutura de Esporte relativas ao Programa e Ações no âmbito da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania);
Resoluções do Conselho Nacional de Esporte nº 05, de 14 de junho de 2005 e nº 10, de 7 de março de 2006, em consonância com o estabelecido na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.
Lei Geral do Esporte

00SM Apoio à Implantação de Infraestrutura Esportiva de Alto Rendimento

Constituição Federal de 1988, Art. 217, inciso II - Destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
Portaria nº 14, de fevereiro de 2013 - Instituir processo de seleção de propostas para a implantação de Centro de Iniciação ao Esporte (CIE);
Portaria Interministerial MP-MF-CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Portaria ME nº 253, de 10 de setembro de 2015 - Alteração do cronograma de referência Programa Centro de Iniciação ao Esporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2);
Portaria ME nº 483, de 13 de dezembro de 2015 - Alteração do cronograma de referência - Programa Centro de Iniciação ao Esporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2);
Portaria MP nº 348, de 14 de novembro de 2016 - Diretrizes para a retomada e a execução dos empreendimentos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;
Portaria ME nº 88, de 30 de março de 2017 - Alteração do cronograma de referência - Programa Centro de Iniciação ao Esporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2);
Portaria ME nº 204, de 28 de junho de 2017 - Alteração do cronograma de referência - Programa Centro de Iniciação ao Esporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2);
Portaria ME nº 331, 6 de dezembro de 2017 - Alteração do cronograma de referência - Programa Centro de Iniciação ao Esporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2);

Portaria MC nº 876, de 15 de maio de 2019 - Alteração do nome do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) para "Estação Cidadania - Cultura" e do nome do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) para "Estação Cidadania - Esporte";
Portaria MC nº 1.823, de 20 de setembro de 2019 - Critérios e procedimentos para a formalização de Termo de Execução Descentralizada (TED) no âmbito do Ministério da Cidadania.
Portaria MC nº 653, de 2 de setembro de 2021 - Prorroga o prazo previsto na Portaria/MC nº 548, de 07 de dezembro 2020, para conclusão das obras de que trata a Portaria AME nº 298, de 10 de novembro de 2013.
Portaria MC nº 660, de 15 de setembro de 2021 - Estabelece critérios e procedimentos para a formalização de Termo de Execução Descentralizada (TED) no âmbito do Ministério da Cidadania.
Lei Geral do Esporte

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, LDO-2023, artigo 12, inciso XV; e
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte.

09HW Concessão de Bolsa a Atletas

Constituição Federal de 1988, Art. 217;
Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 - Bolsa-Atleta;
Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva;
Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005 - Regulamenta a Bolsa-Atleta;
Portaria ME nº 67, de 4 de abril de 2013 - Procedimentos para seleção de atletas no Programa Atleta Pódio; modelo e critérios gerais para a elaboração do Plano Esportivo.
Portaria MC nº 593, de 19 de janeiro de 2021 - Dispõe sobre Critérios para indicação de eventos esportivos e os critérios objetivos para concessão da Bolsa-Atleta;
Lei 14.614, 3 de julho de 2023, para garantir às atletas gestantes ou puérperas a concessão da bolsa neste estágio da vida
Lei Geral do Esporte

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Organização da Administração Federal; diretrizes para a Reforma Administrativa;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

20JO Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Feminino e Masculino e à Defesa dos Direitos do Torcedor

Constituição Federal de 1988 – artigos 6º e 217;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e suas alterações - Institui normas gerais sobre o desporto;
Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto de Defesa do Torcedor e alterações (Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010);
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).
Decreto nº 6.795, de 16 de março de 2009, que regulamenta o art. 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Controle das condições sanitárias e de segurança dos estádios esportivos;
Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016 - Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, criada pela Lei nº 13.155, 4 de agosto de 2015 e suas alterações (Decreto nº 10.093 de 06 de novembro de 2019);
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Termo de Execução Descentralizada - TED;
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse e suas alterações.
Lei Geral do Esporte
Decreto 11.458, de 30 de março de 2023, que institui a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino.

20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social

Constituição Federal de 1988 – artigos 6º e 217;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Normas para licitações e contratos da Administração Pública;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto (artigos 2º, 3º e 7º);
Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015) - Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil;
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013 - Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil;
Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Termo de Execução Descentralizada - TED;
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse e suas alterações; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e dá outras providências;
Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 - Aprova a Política Nacional de Esporte;
Resolução CNE nº 10, de 7 de março de 2006 - Políticas Setoriais de Esporte de Alto Rendimento, de Esporte Educacional e de Esporte Recreativo e de Lazer.
Lei Geral do Esporte

20JQ Apoio a Realização de Eventos de Esporte Amador, Educacional, de Lazer e Inclusão Social

Constituição Federal de 1988 – artigos 6º e 217;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Normas para licitações e contratos da Administração Pública;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto (artigos 2º, 3º e 7º);
Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

comuns;

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015) - Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil;

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;

Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013 - Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;

Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil;

Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Termo de Execução Descentralizada – TED;

Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;

Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse e suas alterações; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e dá outras providências;

Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 – Aprova a Política Nacional de Esporte;

Resolução CNE nº 10, de 7 de março de 2006 - Políticas Setoriais de Esporte de Alto Rendimento, de Esporte Educacional e de Esporte Recreativo e de Lazer.

20YA Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Especialização e Aperfeiçoamento

Constituição Federal de 1988, Art. 217, inciso II - II - Destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto;

Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil;

Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;

Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil;

Portaria Interministerial MP-MF-CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020. - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada

Lei Geral do Esporte

211Z Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamento o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências;

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei nº 13.322, de 28 de julho de 2016 - Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes a realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e 8.010, de 29 de março de 1990; e dá outras providências;

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008 - Promulga a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005;

Decreto nº 8.692, de 16 de março de 2016 - Regulamenta o controle de dopagem a que se refere a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto;

Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada;

Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Esporte e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Portaria ABCD nº 1, de 16 de março de 2016 - Institui o Código Brasileiro Antidopagem;

Resolução CNE nº 59, de 10 de outubro de 2018 - Altera o Código Brasileiro Antidopagem – CBA;

Resolução ABCD nº 01/2020 de 16 de julho de 2020 - Estabelece os procedimentos para certificação, credenciamento e a forma de pagamento dos oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue;

Resolução nº 05 de 23 de fevereiro de 2022 - Altera a Resolução ABCD nº 01, de 16 de julho de 2020, que estabelece os procedimentos para certificação, credenciamento e a forma de pagamento dos oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue.

Lei Geral do Esporte

216T Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Alto Rendimento e Transição de Carreira

Constituição Federal de 1988 - Art. 217, inciso II - destinatários recursos para o desporto;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e alterações - normas sobre desporto;

Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva;

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;

Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020. - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada;

Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 – dispõe sobre transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e celebração de acordos de cooperação técnica e acordos de adesão;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada.

Lei Geral do Esporte

218F Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paralímpico

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de

termo de execução descentralizada;

Portaria MC nº 660, de 15 de setembro de 2021 - Estabelece critérios e procedimentos para a formalização de Termo de Execução Descentralizada (TED) no âmbito do Ministério da Cidadania. Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte*

Lei Geral do Esporte

21CK Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional

Constituição Federal - Art. 217 - fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre desporto;

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Termo de Execução Descentralizada – TED;

Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;

Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse e suas alterações.

Lei Geral do Esporte

21FV Apoio a Projetos Especiais da Rede de Desenvolvimento do Esporte

Constituição Federal de 1988, Art. 217;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto;

Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;

Portaria MC nº 1.823, de 20 de setembro de 2019 - Critérios e procedimentos para a formalização de Termo de Execução Descentralizada (TED) no âmbito do Ministério da Cidadania.

Portaria MC nº 660, de 15 de setembro de 2021 - Estabelece critérios e procedimentos para a formalização de Termo de Execução Descentralizada (TED) no âmbito do Ministério da Cidadania.

Lei Geral do Esporte

21FW Implementação do Sistema Nacional de Esporte

Lei Geral do Esporte

Lei de Incentivo ao Esporte - Lei 11.438/2006

Lei Pelé - Lei 9.615, de 24 de março de 1998

21FX Funcionamento do Conselho Nacional do Esporte

Decreto 4.201, de 18 de abril de 2002

Lei Geral do Esporte

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Lei nº 4.680, de 18 junho de 1965 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário;

Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019;

Portaria do Ministério das Comunicações nº 3.948, de 26 de outubro de 2021;

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;

2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;

3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

52101 Ministério da Defesa - Administração Direta

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

123J Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008; Decreto nº 7.974, de 01 de abril de 2013; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Decreto nº 6.011, de 05 de janeiro de 2007; Portaria Interministerial MDIC/MD nº 1.068, de 21 de julho de 2008; e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa).

147F Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.884, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Diretriz Ministerial nº 014/2009 de 9 de novembro de 2009 – Integração e Coordenação dos Setores Estratégicos da Defesa e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Portaria Normativa nº 3.389/MD, de 21 de dezembro de 2012 - Política Cibernética da Defesa; Portaria Normativa nº 3.010/MD, de 18 de novembro de 2014 – Doutrina Militar de Defesa Cibernética; Portaria Normativa nº 84/GM-MD, de 15 de setembro de 2020 – Doutrina de Operações Conjuntas; Portaria nº 3.781/GM-MD, de 17 de novembro de 2020 – Criação do Sistema Militar de Defesa Cibernética, Portaria nº 1.478/CEX, de 22 de fevereiro de 2021 – Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Defesa Cibernética do Exército.

151S Implantação e Desenvolvimento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)

Constituição Federal de 1988, Art. 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; Decreto nº 9.637, de 2018; Decreto nº 10.641, de 02 de março de 2021; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada pela Portaria 393/GC4, de 20 de março de 2020; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 313/SC3, de 31 de agosto de 2012, publicado no BGA 175, de 12 de setembro de 2012; Portaria Normativa 41/GM-MD, de 30 de julho de 2018.

15LR Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 21, Inciso XV, e Art. 22, Inciso III; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria GM-MD nº 2.582, de 15 de junho de 2021; e Portaria GM-MD nº 2.445, de 1º de julho de 2021.

15W4 Aquisição de Helicópteros Leves (Projeto TH-X)

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008; Decreto nº 7.974, de 01 de abril de 2013; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Decreto nº 6.011, de 05 de janeiro de

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

2007; Portaria Interministerial MDIC/MD nº 1.068, de 21 de julho de 2008; e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa).

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. E determina que ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022: I - os art. 1º a art. 7º; e II - o Anexo I a V.

201G Apoio ao Programa Forças no Esporte (PROFESP) e Projeto João do Pulo (PJP)

1) Decreto Presidencial nº 10.085/2019, de 05 de novembro de 2019 - Dispõe sobre o Programa Forças no Esporte - Programa Segundo Tempo (PROFESP-PST) e o Projeto João do Pulo (PJP); e
2) Decreto nº 11.337, de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

2014 Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa

Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012; Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013; e Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018.

201X Participação Brasileira em Operações Internacionais

Incisos III, IV, VI e VII do art. 4º da Constituição Federal de 1988; Inciso II do art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Capítulos 4, 5, 6 e 7 do Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, e suas alterações; art. 1º da Lei nº 2.953/1956; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019; Decreto Legislativo nº 179, de 14 de dezembro de 2018 - Atualiza PND, END e LBDN; e Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

2013 Mobilização e Logística para a Defesa Nacional

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 22; Incisos III e XXVIII, e Art. 84, Inciso XIX; Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007; Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008; e Decreto nº 7.294, de 6 de setembro de 2010.

2014 Manutenção e aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM

Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

2015 Operações de Comando e Controle da Defesa Nacional

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019; Decreto Legislativo nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBD.

2016 Adequação e Manutenção de Unidades Militares para a Soberania e Integridade Nacional na Região do Calha Norte

CF, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, Exposição de motivos/PR nº 770 de 19/12/1985 e Exposição de motivos nº 00502/MD de 15 de dezembro de 2015.

2017 Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa; Decreto Legislativo nº 373, de 2013; Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022; Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023; Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 14 de fevereiro de 2019 - Regimento Interno do MD.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Resolução nº 1 de 2015 do Comitê Gestor do Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional para Ensino e Pesquisa.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.

218X Operações de Garantia da Lei e da Ordem

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput e § 1º; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 14 de fevereiro de 2019 - Regimento Interno do MD; Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001; Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022; Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

219C Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras

Constituição Federal de 1988 (Art. 142, caput); Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Capítulos V e VI); Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa); Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018; Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018 e Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021

219W Integração dos Sistemas de Comunicações de Defesa

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019; Decreto Legislativo nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBDN.

21BI Difusão do Conhecimento sobre Defesa Nacional à Sociedade Brasileira e Interação do Ensino Militar

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN;
- Lei de Ensino da Marinha do Brasil; Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.883, de 25 de junho de 2009;
- Lei de Ensino do Exército Brasileiro; Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 9.171, de 17 de outubro de 2017;
- Lei de Ensino da Força Aérea Brasileira; Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011;
- Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, Art. 31;
- Resolução nº 2/CONSUG/MD, de 25 de novembro de 2019;
- Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPg, relativo ao período 2011-2020 e 2021-2030;
- Portaria nº 1.381, de 4 de setembro de 2019, aprova a Diretriz para Preservação das Tradições das Organizações Militares do Exército Brasileiro (EB-10-D20.007);
- Portaria-EME/CEX nº 743, de 27 de maio de 2022, aprova as Normas para a Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural do Exército Brasileiro - Edição 02 (2022);
- Portaria nº 167-DECEX, de 12 de setembro de 2016, aprova as Normas para Elaboração, Aprovação e Execução de Projetos Culturais de Interesse do Exército (EB60-N10.001), 1ª Edição, 2016;
- Normas para Gestão de Bens Culturais da Marinha do Brasil – SGM-501, 5ª revisão, de 14 de janeiro de 2021;
- Portaria INCAER nº 13/DIR, de 25 de agosto de 2014, aprova a edição do Manual relativo ao Thesaurus do Patrimônio Cultural do Comando da Aeronáutica; e
- Portaria INCAER Nº 28/SPCM, DE 17 DE AGOSTO DE 2016, aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural do Comando da Aeronáutica.

21BJ Desenvolvimento do Desporto Nacional e Militar

a. Art. 217 da Constituição Federal de 1988 – fomento das práticas desportivas formais e não-formais;
b. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – institui normas gerais sobre desporto;

c. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas;
d. Portaria Normativa nº 71/GM-MD, de 14 de agosto de 2019 – dispõe sobre o serviço militar temporário (SMT) prestado por voluntários com habilitação em desporto de alto rendimento para o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR);
e. Portaria Normativa nº 107/GM-MD, de 02 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre as normas e procedimentos para os eventos esportivos das Forças Armadas;
f. Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;
g. Acordo de Cooperação/MD-CPB/Nº 001/2023, de 4 de abril de 2023 – Acordo de cooperação que entre si celebram o Ministério da Defesa (MD) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); e
h. Decreto nº 7984, de 8 de abril de 2013 – Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, quanto à destinação de recursos de loterias às entidades desportivas.

21BK Manutenção das estruturas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

Constituição Federal de 1988, Art 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; Decreto nº 9.637, de 2018; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/SCS3, de 31 de agosto de 2012, Publicado nº BCA 175, de 12 de setembro de 2012; Portaria Normativa 41/GM-MD, de 30 julho 2018.

21E7 Manutenção da Capacidade Operativa dos Meios Aéreos das Forças Armadas

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.

21GO Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações.

2866 Ações de Caráter Sigiloso

Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010; Portaria Normativa GM/MD nº 1.079, de 02 de março de 2021; e Decreto nº 11.337, de 2023.

2828 Apoio ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional

Leis Complementares nºs 97 e 117; Portaria normativa nº 2624/MD, de 7 de dezembro de 2015, que aprova a Política Setorial de Defesa; Decreto nº 7.974, de 2013, que estabelece a competência do Ministério da Defesa para, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial da Secretaria de Defesa (SEPROD/DECTI), fomentar e acompanhar o desenvolvimento, industrialização e produção de novos produtos e de tecnologia na área de defesa; Portaria Normativa 564/MD de 12 de março de 2014, que aprova os regimentos internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MD.

2D55 Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa

Lei Complementar nº 97, de 1999, Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, e Decreto Legislativo nº 373, de 2013, que aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.

6557 Formação Cívico-Profissional de Jovens vinculados ao Serviço Militar - Soldado Cidadão

1) Caput, art. 142, Constituição Federal;
2) Lei Complementar nº 97, de 1999; - Lei nº 4375, de 1964;
3) Decreto nº 57.654, de 1966; e
4) Decreto nº 11.337, de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

8425 Apoio ao Projeto Rondon

1) Decreto nº 9.848, de 25 de junho de 2019 - dispõe sobre o Comitê de Orientação e Supervisão do Projeto Rondon;
2) Decreto nº 11.337, de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa; e
3) Portaria GM-MD Nº 4.580, de 26 de agosto de 2022 - aprova a Diretriz Estratégico-Operacional do Projeto Rondon no âmbito do Ministério da Defesa.

52111 Comando da Aeronáutica

00QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais

Lei nº 10.559, de 2002, art. 12, e parágrafo 4º; e
Recurso Extraordinário - RE 553710/STF

0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Constituição Federal/1988, Artigo 52.
Incisos V e VII. Resolução de Senado Federal Nº 50/1993

14T0 Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2

Art. 142, Caput, da Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 09/06/99; Lei Complementar nº 117, de 02/09/2004; Decreto 6.801/2008; Decreto 6.703/2008; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

14XJ Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 400-6/2007), aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007 e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2010-2031 (PCA 11-47/2010), aprovado pela Portaria nº C-15/GC3, de 09 de setembro de 2010.

162M Conversão das aeronaves AIRBUS 330-200

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, e Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

201H Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

2014 Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 ; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012; Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013; e Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018.

2120 Movimentação de Militares

Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.

217W Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra

Constituição Federal de 1988, Art. 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; ; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/3SC3, de 31 de agosto de 2012. Publicado no BCA nº 175, de 12 de setembro de 2012.; Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, regulamentado pelo Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997 e Portaria Normativa 953/MD, de 16 de abril de 2014.

219D Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

2865 Suprimento de Fardamento

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64.

2866 Ações de Caráter Sigiloso

Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.

52121 Comando do Exército

13DB Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, art. 142, caput.
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
- Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004.
- Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.
- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END)
- Decreto Legislativo nº 179, de 2018 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)
- Decreto nº 11.337, de 2023
- LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

147F Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional

Decreto nº 11.337 de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

14LW Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004;
Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa;
Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

14T4 Implantação do Projeto Forças Blindadas

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa. Lei nº 11.317, de 05/07/2008;
Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023

14T5 Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON

- Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução;
- Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013 - Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional;
- Decreto nº 85.064, de 26 de Agosto de 1980 - Regulamenta a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; e Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências;

156M Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro

Constituição Federal Brasileira de 1988, Art 142;
Lei Complementar nº 97/99;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004,
Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993;
Decreto nº 4.828, de 03 de setembro de 2003;
Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005;
Decreto 6.513, de 22 de julho de 2008;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.Plano Estratégico do Exército 2024/2027 (PEEX); e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

15W6 Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA)

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.
- Emenda Constitucional nº 95/2016 – Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União por 20 exercícios financeiros.
- Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 – institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
- Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004 – Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.
- Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 - Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as

normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.

- Decreto nº 373, de 25 de setembro de 2013 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).
- Portaria nº 346-Cmt Ex, de 29 de maio de 2007 – Aprova a Diretriz para o Reaparelhamento do Exército.
- Portaria nº 508-Cmt Ex, de 25 de junho de 2013 – Aprova as Instruções Gerais do Ciclo de Vida de Software (EB10-IG-01.006).
- Portaria nº 233-Cmt Ex, de 15 de março de 2016 – Aprova as Instruções Gerais para a Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (EB10-IG-01.018).
- Portaria nº 054-Cmt Ex, de 30 de janeiro de 2017 – Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro (NEGAPORT-EB).
- Portaria Nr 253-Cmt Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Imagens e Informações Geográficas do Exército (EB10-D-01.014) e dá outras providências.
- Portaria Nr 254-Cmt Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova as Normas para Gestão do Pessoal do Sistema de Inteligência do Exército (NGPSIE) (EB10-N-01.008), 1ª Edição, 2020.
- Portaria Nr 255-Cmt Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Informações Operacionais Terrestres (EB10-D-01.010).
- Portaria nº 176-EME, de 29 de agosto de 2013 – Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (NEGAPET).
- Portaria nº 100-EME, de 21 de maio de 2014 – Aprova a Diretriz de Implantação do Projeto LUCERNA.
- Portaria nº 031-EME, de 23 de fevereiro de 2015 – Aprova o Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre (EB20-MF-10.107).
- Portaria nº 272-EME, de 12 de julho de 2017 – Aprova a Diretriz de Iniciação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA e constitui a equipe que confeccionará o Estudo de Viabilidade do Programa.
- Portaria nº 330-EME, de 4 de novembro de 2019 – Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002)
- Portaria do Estado-Maior do Exército nº 097, de 18 de maio de 2020 - Aprova a inclusão do Anexo J às Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002), 1ª Edição, 2019.
- Portaria do Estado-Maior do Exército nº 140, de 7 de julho de 2020 – Aprova a Diretriz de Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA.

162N Implantação do Complexo de Saúde General-de-Brigada Médico João Severiano da Fonseca

a. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.
b. Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período de 2020-2023 – Plano Estratégico do Exército (PEEX 2020-2023) – SIPLEx-5.
c. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999
d. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.
e. Resolução RDC nº 11, de 26 de janeiro de 2006, da ANVISA – Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Funcionamento de Serviços que prestam Atenção Domiciliar.
f. Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004, da ANVISA – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
g. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
h. Resolução RDC nº 51, de 6 de outubro de 2011, da ANVISA – Dispõe sobre os requisitos mínimos para análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e das outras providências.
i. Portaria nº 008-DEC, de 31 de janeiro de 2019 – Aprova as Instruções Reguladoras para Elaboração, Alteração e Atualização de Planos Diretores de Organização Militar do Exército e de Planos Diretores de Guarnição (EB50-IR-03.006), 1ª Edição, 2019.
j. Norma Brasileira ABNT NBR 9050, de 31 de maio de 2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.
l. Portaria nº 727, de 7 de outubro de 2009 – Aprova a classificação das organizações militares de saúde e dá outras providências.
k. Portaria nº 457, de 15 de julho de 2009 – Aprova a Diretriz para Implantação do Plano de Revitalização do Serviço de Saúde do Exército.
m. Portaria nº 422, de 19 de junho de 2008 – Aprova as Instruções Gerais da Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército Brasileiro (IG 30-18).
n. Portaria Nº 493 de 19 de maio de 2020 – Aprova as Instruções Gerais para o Fundo de Saúde do Exército – FUSEX (EB10-IG-02.032).
o. Portaria nº 073, de 27 de fevereiro de 2003 – Aprova as Instruções Gerais para o Planejamento e Execução de Obras Militares no Exército (IG 50-03).
p. Portaria nº 759, de 20 de dezembro de 2002 – Aprova as Normas para Implantação e Funcionamento das Comissões de Ética Médica, de Revisão de Prontuário Médico, de Lisura de Contas Médicas e de Controle de Infecção Hospitalar em Organizações Militares de Saúde do Exército.
q. Portaria nº 244-DGP, de 17 de novembro de 2010 – Aprova as Normas Técnicas para o Funcionamento da Hotelaria Hospitalar nas Organizações Militares de Saúde do Exército.
r. Portaria nº 048-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 – Aprova as Instruções Reguladoras para a Assistência Médico-Hospitalar aos Beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (IR 30-38).
s. Portaria nº 207-DGP, de 17 de dezembro de 2003 – Aprova as Normas para Implantação da Ficha de Informações Gerenciais das Organizações Militares de Saúde.
t. Portaria nº 091-DGP, 10 de outubro de 2001 – Aprova as Normas Gerais para o Programa de Planejamento Familiar no Âmbito das Organizações Militares de Saúde do Exército.
u. Portaria nº 155-DGP, de 29 de fevereiro de 2016 – Aprova o Regulamento do Departamento-Geral do Pessoal (EB 10-R-02.001).
v. Portaria nº 004-Cmt EB, de 3 de janeiro de 2019 – Aprova a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro-2ª Edição, 2018.
w. Portaria nº 176-EME, de 29 de agosto de 2013 – Aprova as Normas para a Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (EB20-N-08.001).
y. Plano de Gestão do DGP 2018-2022 (Cadernos I e II).
y. Estudo de Viabilidade do Projeto Novo HMAB realizado pelo Comando Militar do Planalto, de 25 de abril de 2021.
z. Portaria DGP/C Ex nº 099, de 23 de abril de 2021 – Aprova a Diretriz de Iniciação do Projeto do novo Hospital Militar de Área de Brasília (HMAB) e dá outras providências.

162O Implantação da Escola de Sargentos do Exército

Constituição Federal/1988, Art 142; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993; Lei nº 6.636, de 15 de maio de 1998; Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999; Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988;
Decreto Lei 200/1967;
PPA 2024 - 2027; e
Plano Estratégico do Exército (PEEX) 2024-2027.

20XE Manutenção e Modernização de Sistemas de Comando e Controle do Exército

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa;
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;
Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023; e
Planejamento Estratégico do Exército 2024.

20XH Realização de Ações de Cooperação do Exército

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003;
Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993;
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

20XJ Desenvolvimento Tecnológico do Exército

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.
Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;
Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018;
Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 e
Planejamento Estratégico do Exército 2024-2027.

2120 Movimentação de Militares

Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Lei nº 13.954, de 16/12/2019; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002;
Decreto nº 11.020 de 30/03/2022; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.

219D Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

21A0 Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa;
Decreto nº 11.337, de 2023; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

21D1 Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaérea

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, art. 142, caput.
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
- Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004.
- Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.
- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END)
- Decreto Legislativo nº 179, de 2018 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).
- Decreto nº 11.337, de 2023; e
- LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

21D3 Modernização e Adequação do Sistema de Aviação do Exército

- Constituição Federal, Caput, art. 142;
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
- Medida Provisória nº 1.154 de 1º de Janeiro de 2023;
- Decreto nº 11.337 de 1º de Janeiro de 2023;
- Resolução do Senado nº 43, de 7 de junho de 2000;
- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END);
- Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

2865 Suprimento de Fardamento

Constituição Federal, art. 142.
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50;
Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016;
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º;
Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64;
Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

2866 Ações de Caráter Sigiloso

Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7364, de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.

2900 Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade

Caput, art. 142, Constituição Federal;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003; e
Lei nº 4.375/64; Lei nº 5.292/67; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

3138 Implantação do Sistema de Aviação do Exército

Constituição Federal, art. 142, Caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Decreto nº 11.337 de 1º de Janeiro de 2023;
Resolução do Senado nº 43, de 7 de junho de 2000;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END);
Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN); e
Lei nº 14.600, de 19 de Junho de 2023.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder

Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

7XN4 Implantação do Colégio Militar de São Paulo (CMSP)

- Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988;
- Lei nr 9.394, de 20 DEZ96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nr 9.786, de 08FEV99 – Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro;
- Portaria nr 73-Cmt Ex, de 27FEV03 – Aprova a Instrução Geral (IG 50-03) para Planejamento e Execução de Obras Militares no Exército;
- Portaria nr 1.694-Cmt Ex, de 08OUT18 – Cria o Colégio Militar de São Paulo e dá outras providências; e
- Portaria nr 205-EME, de 17JUL19 – Aprova a Diretriz para Implantação do Colégio Militar de São Paulo e dá outras providências.
- Plano Estratégico do Exército 2024/2027 (PEEX).

7XT4 Ampliação e Adequação do Hospital Geral de Salvador (HGeS)

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa e Lei Nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.
Plano Estratégico do Exército 2024/2027 (PEEX); e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

8965 Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa e Decreto nº 3.162, de 23 de Setembro de 1999.

52131 Comando da Marinha

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 50.962, de 17 de julho de 1961.

0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Constituição Federal/1988, Artigo 52, Incisos V e VII. Resolução de Senado Federal Nº 50/1993.

123G Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa;
Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.

123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear

Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa;
Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.

123I Construção de Submarinos Convencionais

Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa;
Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.

1417 Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha

Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); e Decreto nº 11.337, de 01/01/2023.

157M Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ)

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Decreto nº 4.735 de 11/06/2003; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; e Decreto nº 7.364 de 23/11/2010.

1N56 Desenvolvimento de Missil Nacional Antinavio

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

20T4 Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa

Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012; Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013; e Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018.

20XO Desenvolvimento Tecnológico da Marinha

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003 (Redação dada pelo Decreto nº 11.337, de 01/01/2023).

2120 Movimentação de Militares

Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.

219D Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

21CL Recomposição do Núcleo do Poder Naval

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; Decreto Legislativo nº 179, de 14/12/2018; Decreto nº 11.337, de 01/01/2023; e Portaria Normativa nº 9/GAP-MD de 13/01/2016 do Ministério da Defesa.

2865 Suprimento de Fardamento

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 (Redação dada pelo Decreto nº 11.020 de 30 de março de 2022); e Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 (Redação dada pelo Decreto nº 11.337, de 01/01/2023).

2866 Ações de Caráter Sigiloso

Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7364, de 2010 (revogado pelo Decreto nº 11.337, de 01/01/2023); Decreto nº 7.974, de 2013; e Portaria GM-MD nº 3.939, de 19 de julho de 2022.

52133 Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

14ML Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz

Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Decreto nº 75.963 de 11 de julho de 1975 (promulga o Tratado Antártico); Decreto nº 94.401 de 03 de junho de 1987 (aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos - POLANTAR); e Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001 (Revogado pelo Decreto nº 9.858 de 25 de junho de 2019).

2345 Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica

Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências); Decreto nº 75.963 de 11 de 07 de 1975 (promulga o Tratado Antártico); Decreto nº 84.324 de 19 de dezembro de 1979 (institui a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM); Decreto nº 86.829 de 12 de janeiro de 1982 (cria a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos - CONANTAR); Decreto nº 86.830 de 12 de janeiro de 1982 (atribui à CIRM a elaboração do projeto do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR); Decreto nº 94.401 de 03 de junho de 1987 (aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos - POLANTAR); e Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001 (dispõe sobre a CIRM e dá outras providências).

2518 Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul

Constituição Federal de 1988, art. 20 e 21; Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988; Lei nº 8.617 de 04 de janeiro de 1993; Lei nº 10.638 de 28 de maio de 2003 (Revogada pela Lei nº 13.502, de 2017); Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1982; Decreto nº 96.000 de 02 de maio de 1988; Decreto nº 98.145 de 15 de setembro de 1989; Decreto nº 98.145 de 15 de novembro de 1989; Decreto s/n, de 05 de janeiro de 1994; Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995 (alterado pelo Decreto 10.475, de 27 de agosto de 2020); Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001; Decreto nº 5.300 de 07 de dezembro de 2004; Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005; Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019 (Redação dada pelo Decreto nº 10.475, de 27 de agosto de 2020); Decreto Presidencial nº 6.678 de 08 de dezembro de 2008 (Revogado pelo Decreto nº 10.544, de 16 de novembro de 2020); Decreto Legislativo nº 5/1997; Resolução da CIRM nº 1 de 30 de abril de 1997; Resolução da CIRM nº 5 de 03 de dezembro de 1997; Resolução da CIRM nº 1, de 25 de agosto de 1998; Resolução da CIRM nº 7 de 05 de dezembro de 2005; e Portaria nº 129/MB de 15 de maio de 2007.

2E97 Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ)

Constituição Federal, art. 142 (das Forças Armadas); Lei nº 6.938, de 31/08/1981 (dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA); Lei nº 7.661, de 16/05/1988 (institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC); Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (dispõe sobre o preparo e emprego das Forças Armadas (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010)); Decreto nº 5.377, de 23/02/2005 (aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM); Lei nº 13.243, de 11/01/2016 (dispõe sobre desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação); Decreto nº 9.858, de 25/06/2019 (dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM (Redação dada pelo Decreto nº 10.475, de 27 de agosto de 2020)); Resolução CIRM nº 01/2020 (Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar - PSMR 2020-2023).

52211 Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

00UF Aquisição de terrenos e construção de unidades habitacionais destinadas à moradia do pessoal da Aeronáutica

Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979, e Decreto nº 84.457, de 31 de janeiro de 1980.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

4528 Produção de Material de Emprego Militar

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa; e LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

52222 Fundação Osório

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

20XS Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório

Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Decreto nº 14.856, de 1º de junho de 1921, Decreto Legislativo nº 4.235, de 4 de janeiro de 1921; Decreto nº 16.392, de 27 de fevereiro de 1924; Decreto nº 8.917, de 26 de janeiro de 1946; Lei nº 9.026, de 10 de abril de 1995.

52232 Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

00M5 Aquisição de terrenos e construção de unidades habitacionais destinadas à moradia do pessoal da Marinha

Lei nº 188 de 15 de janeiro de 1936 e Decreto nº 2.013 de 26 de setembro de 1996.

0283 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna

Portarias MF nºs 89/96, 192/96, 168/97 e 364/00.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

52233 Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

211D Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL

Lei nº 12.706 de 08/08/2012 e Decreto nº 7.898 de 01/02/2013.

52901 Fundo do Ministério da Defesa

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

52902 Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

20XT Prestação de Serviços Médicos Hospitalares e Desenvolvimento de Pesquisa Médicas do Hospital das Forças Armadas

Decreto nº 1.310, de 08 de agosto de 1962; Constituição Federal, art. 142; Lei nº 9.238, de 22 de dezembro de 1995; Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1997; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004; Decreto nº 8.422, de 20 de março de 2015; Portaria nº 99/MD, de 11 de janeiro de 2018; Portaria Interministerial nº 3.073, de 15 de setembro de 2020; e Portaria GMMD nº 6.064, de 15 de dezembro de 2022.

52903 Fundo do Serviço Militar

2872 Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório

Base legal: Arts. 142 e 143 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Organização, Preparo e Emprego das Forças Armadas); Lei nº 4.375/64 (Lei do Serviço Militar); Decreto nº 54.654/66 (Regulamento da Lei do Serviço Militar); Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MD).

52911 Fundo Aeronáutico

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 - Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica; Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - Promulga a Convenção sobre Aviação Civil Internacional; Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945 - Promulga a Carta das Nações Unidas; Memorando de Entendimento entre as Nações Unidas (Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior) e o Governo Brasileiro (Força Aérea Brasileira), de 24 de novembro de 2020, item 5; e Carta Constitutiva do Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (SICOFAA), de 07 de maio de 1965, art. 36 - Fundo SICOFAA.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

2048 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.

20SA Manutenção de Sistemas de Informações Militares da Força Aérea

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

20XB Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial

Constituição Federal de 1988, caput, art. 142 e 218; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Decreto 7.970, de 28 de março de 2013; Decreto 8.122, de 16 de outubro de 2013; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013; Portaria nº 899/MD, de 19 de julho de 2005; Portaria nº 777/MD, de 31 de maio de 2007; PORTARIA Nº 2.640/MD, DE 10.09.2013; PORTARIA NORMATIVA Nº 61/GM-MD, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018; PCA 11-47.

20XV Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 e Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 6.834, de 2009 e suas alterações; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A, 60-B, 60-D e 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972 e Art. 45-A e Art. 45-C da lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.

21A0 Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 e Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações.

21CM Recomposição dos Meios da Força Aérea Brasileira

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

21D0 Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares

Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GO Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações.

21GP Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GQ Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

2868 Combustíveis e Lubrificantes de Aviação

Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

2913 Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos

Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto 9.540 de 25 de out de 2018; Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; e Lei nº 12.970, de 08 de maio de 2014.

52921 Fundo do Exército

15F1 Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares

Caput, art. 142, Constituição Federal;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
PPA 2024 - 2027; e
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988;
Decreto Lei 200/1967;
PPA 2024-2027; e
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

21D0 Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares

Constituição Federal 1988;
Decreto Lei 200/1967;
PPA 2024 - 2024;
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024 - 2027; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

21D2 Recomposição da Capacidade e dos Meios da Força Terrestre

Constituição Federal de 1988, Art. 142, Caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Lei Nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993;
Lei nº 11.317, de 05/07/2006;
Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa;
Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018;
PPA 2024-2027; e
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999; Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto no 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Decreto no 3.182, de 23 de Setembro de 1999.

21GO Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações. Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar no 117, de 02 de setembro de 2004; Decreto no 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa. Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998. Lei no 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996; Decreto no 11.337, de 1o de janeiro de 2023 e Planejamento Estratégico do Exército 2024-2027.

21GP Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999; Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; Decreto no 3.182, de 23 de setembro de 1999 e Portaria 53 – DECEX, de 18 de maio de 2016 (Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil).

21GQ Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999; Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto no 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Decreto no 3.182, de 23 de Setembro de 1999.

2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos

Constituição Federal de 1988, Título VIII, Capítulo II, Seção II;
Art. 142, Caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004;
PPA 2024-2027; e
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

2919 Registro e Fiscalização de Produtos Controlados

Caput, art. 142, Constituição Federal;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;

Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965;
Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
Decreto 10.030, de 30 de setembro de 2019;
PPA 2024-2027;
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

52931 Fundo Naval

1N47 Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t)

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 13.971 de 27 de dezembro de 2019; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; Decreto nº 7.364 de 23/11/2010; Decreto nº 10.998 de 15 de março de 2022; e Decreto nº 11.337, de 01/01/2023.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

20XR Capacitação Profissional da Marinha

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 4.375 de 17/08/1964; Lei nº 11.279 de 09/02/2006; Decreto nº 57.654 de 20/01/1966; Decreto nº 4.780 de 15/07/2003; e Decreto nº 6.883 de 25/06/2009.

21A0 Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa.

21BY Fiscalização da Navegação Aquaviária

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Lei nº 9.537 de 11/12/1997; Lei nº 13.844 de 18/06/2019; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; Decreto nº 2.596 de 18/05/1998; Decreto nº 5.129 de 06/07/2004; e Decreto nº 11.337, de 01/01/2023).

21BZ Prestação de Auxílios à Navegação

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Lei nº 4.202 de 06/02/1963; Lei nº 9.537 de 11/12/1997; Lei nº 13.844 de 18/06/2019; Decreto-Lei nº 243 de 28/02/1967; Decreto-Lei nº 1.023 de 21/10/1969; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; Decreto nº 70.092 de 02/02/1972; Decreto nº 70.198 de 24/02/1972; e Decreto nº 8.978 de 01/02/2017.

21D0 Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares

Caput, art. 142, Constituição Federal; e Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010).

21E9 Manutenção da capacidade operativa dos Submarinos S-BR "Classe Riachuelo" desenvolvidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)

Constituição Federal, arts. 1, 3 e 4 (dos Princípios Fundamentais) e 142 (das Forças Armadas); Leis Complementares nº 97 de 09/06/1999, nº 117 de 02/09/2004 e nº 136 de 25/08/2010 (dispõem sobre o preparo e emprego das Forças Armadas); Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 (Estratégia Nacional de Defesa - END); Lei nº 13.971 de 27/12/2019 (PPA 2020-2023); Instrução Normativa nº 1/ EMCFA-MD, de 10/01/2020 (aprova Manual de Boas Práticas para Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa – MD40-M-01); Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; e Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa.

21EA Manutenção da capacidade operativa das Fragatas "Classe Tamandaré" desenvolvidas no âmbito do Programa Fragata Classe Tamandaré (PFCT)

Constituição Federal, Arts. 1º, 3º e 4º (dos Princípios Fundamentais) e 142 (das Forças Armadas); Leis Complementares nº 97 de 09/06/1999, nº 117 de 02/09/2004 e nº 136 de 25/08/2010 (dispõem sobre o preparo e emprego das Forças Armadas); Decreto Legislativo nº 179, de 14/12/2018 (Política Nacional de Defesa – PND, Estratégia Nacional de Defesa – END e Livro Branco da Defesa Nacional); Instrução Normativa nº 1/ EMCFA-MD, de 10/01/2020 (aprova Manual de Boas Práticas para Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa – MD40-M-01) e Parceria Estratégica entre a Marinha do Brasil (MB) e a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON).

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GO Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações.

21GP Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GQ Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

52932 Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

2510 Prestação de Ensino Profissional Marítimo

Constituição Federal, caput e art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Decreto-Lei nº 828 de 05/09/1969; Decreto nº 968 de 29/10/1993; e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003.

53101 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

00SX Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

CRFB de 1988, art. 23, inciso VIII (fomentar a produção agropecuária); Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - Regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 -

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Instituto do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 – Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Instituto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MDR nº 299, de 4 de fevereiro de 2022 - Estabelece as Rotas de Integração Nacional.

0075 Apoio à Realização de Estudos, Projetos e Obras dos Entes Federados para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 11.445, de 5/01/2007, art. 2º, inciso V e art. 48, incisos V, VII, VIII e XIII;

0076 Apoio à Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

0077 Apoio à Implantação da Adutora do Agreste

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso V; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

0078 Apoio à Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso V; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

0079 Apoio à Implantação do Cinturão das Águas do Ceará

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso V; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

007A Apoio à Gestão e Implantação de Sistemas de Purificação e de Dessalinização de Águas Continentais e Marinhas e Rede de Distribuição Associada

Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, Lei nº 10.204, de 22/02/2001, art. 1º; Lei nº 11.346, de 15/09/2006, art. 4º, inciso I; Lei nº 11.445, de 5/01/2007, art. 2º, inciso V e art. 48, incisos V, VII, VIII e XIII; Lei nº 13.019, de 31/07/2014, art. 5º, inciso VIII; Lei nº 13.971, de 27/12/2019, art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 7.217, de 21/06/2010, art. 3º, inciso V, art. 53, inciso II e art. 68; Decreto nº 7.492, de 2/06/2011, art. 3º, incisos II e III e art. 4º, incisos II e III; Decreto nº 7.535, de 26/07/2011, art. 2º, inciso III; Decreto nº 8.726, de 27/04/2016; Portaria Interministerial nº 169, de 23/04/2012; Portaria Interministerial nº 130, de 23/04/2013, art. 1º, Parágrafo único, inciso I; Portaria Interministerial nº 239, de 03/07/2013; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016;

007B Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica

Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 10.638, de 06/01/2003, art. 1º e art. 2º, inciso I; Lei nº 12.334, de 20/09/2010, art. 3º, incisos I e II e art. 17; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Lei nº 10.204, de 22/02/2001, art. 1º; Lei nº 11.346, de 15/09/2006, art. 4º, inciso I; Lei nº 11.445, de 5/01/2007, art. 2º, inciso V e art. 48, incisos V, VII, VIII e XIII; Lei nº 13.019, de 31/07/2014, art. 5º, inciso VIII; Lei nº 13.971, de 27/12/2019, art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 7.217, de 21/06/2010, art. 3º, inciso V, art. 53, inciso IX e art. 68; Decreto nº 7.492, de 2/06/2011, art. 3º, incisos II e III e art. 4º, incisos II e III; Decreto nº 7.535, de 26/07/2011, art. 2º, inciso III; Decreto nº 8.726, de 27/04/2016; Portaria Interministerial nº 169, de 23/04/2012; Portaria Interministerial nº 130, de 23/04/2013, art. 1º, Parágrafo único, inciso I; Portaria Interministerial nº 239, de 03/07/2013; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016.

007D Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada

CRFB, art. 43, § 3º, art. 187, VII, CRFB – ADCT, art. 42, I, II, e parágrafo único; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 – Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 – Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022 - Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Regional; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019 – Estabelece a iniciativa Polos de Agricultura Irrigada.

007E Apoio à Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

CRFB, art. 43, § 3º, art. 187, VII, CRFB – ADCT, art. 42, I, parágrafo único; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 – Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 – Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Instituto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022 - Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Regional; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019 – Estabelece a iniciativa Polos de Agricultura Irrigada.

007F Apoio à Implantação de Infraestrutura Produtiva e Complementar na Faixa de Fronteira

CRFB de 1988, art. 20, § 2º; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - Regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 – Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Instituto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019 – Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 – Descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MDR nº 299, de 4 de fevereiro de 2022 - Estabelece as Rotas de Integração Nacional.

007A Apoio à Implantação de Tecnologias de Acesso à Água

Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001 – Altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências; Lei nº 10.638, de 6 de janeiro de 2003 – Institui o Programa Permanente de Combate à Seca (PROSECA); Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 – Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

12EP Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso I; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

14RL Apoio à execução de estudos, planos, projetos e obras de prevenção e proteção à erosão costeira em áreas urbanizadas

Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012;

Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010;

Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001;

Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

Decreto n. 11.219, de 5 de outubro de 2022;

Decreto n. 10.593, de 24 de dezembro de 2020.

14UX Aperfeiçoamento das Ações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010; Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022; Decreto nº 10.689, de 27 de abril de 2021; Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; e Resolução CONDEC nº 2, de 12 de dezembro de 1994.

152D Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19/12/2006, art. 1º, § 2º e Art. 4º, incisos IV e V; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

152X Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art. 1º, § 2º e art. 4º, incisos IV e V; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

152K Implantação do Projeto Seridó

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019.

20VR Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas

Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX, e art. 225, § 1º, incisos I e VI; Lei nº 6.938, de 31/08/1981, art. 2º, incisos II, VI, VIII e X, art. 4º, inciso VI; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 1º, incisos V e VI, art. 29, inciso IV, art. 30, inciso IV e art. 31; Lei nº 9.795, de 27/04/1999, art. 3º, inciso I e art. 8º; Lei nº 9.984, de 17/07/2000, art. 2º, art. 3º, incisos XI, XV e XVII; Lei nº 9.985, de 18/07/2000, art. 2º, incisos XI e XIII; Lei nº 12.651, de 25/05/2012, art. 61-A, § 13 e § 17; Lei nº 13.971, de 27/12/2019, art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 8.834, de 9/08/2016, art. 1º e art. 2º; Decreto nº 11.065, de 6/05/2022, art. 19, incisos X, XI e XII e art. 22, incisos X, XI, XII e XIII

20VS Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 1º, incisos IV e VI, art. 35, incisos I, VI, VII e IX e art. 45; Lei nº 13.971, de 27/12/2019, art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 10.000, de 03/09/2019, art. 1º, incisos I, II, VIII e IX; Decreto nº 11.065, de 6/05/2022, art. 19, incisos III e VII e art. 22, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII; Resolução nº 22, de 24/03/2020, art. 18, incisos III e IX e art. 21, incisos I, II e VIII; Resolução n. 22, de 24/05/2002; Resolução n. 58, de 30/01/2006; Resolução n. 67, de 07/12/2006; Resolução n. 69, de 19/03/2007; Resolução n. 80, de 10/12/2007; Resolução n. 99, de 26/03/2009; Resolução n. 135, de 14/12/2011; Resolução n. 145, de 12/12/2012; Resolução n. 148, de 13/12/2012; Resolução n. 181, de 07/12/2016; Resolução n. 232 de 22/3/2022.

20WQ Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 10.544, de 16 de novembro 2020 - Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar; Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MDR nº 3.149, de 27 de dezembro de 2019 - Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Portaria MDR nº 1.628, de 8 de maio de 2023 - Dispõe sobre o funcionamento e as competências específicas do Núcleo de Inteligência Regional; Portaria MDR nº 1.642, de 9 de maio de 2023 - Institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR).

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Constituição Federal de 1988, art. 23, inciso VIII (fomentar a produção agropecuária); Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 – Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; e Portaria MDR nº 299, de 4 de fevereiro de 2022.

214T Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 10.638, de 06/01/2003, art. 1º, incisos I e IV e art. 2º, inciso I; Lei nº 6.088, de 16/07/1974, art. 9º, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19/12/2006, art. 1º, § 2º, art. 3º, inciso IV, Art. 4º, incisos IV e V, art. 12, art. 13 e art. 14; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2023.

219H Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 81.351, de 17 de fevereiro de 1978 - Que promulga o Tratado de Cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim; Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994; Decreto nº 4.258, de 4 de junho de 2002 - Aprova o Regulamento Interno da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (SB/CLM); Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022 - Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Regional.

21DD Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

21DE Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 12.334, de 20/09/2010, art. 3º, incisos I e II e art. 17; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV;

21DF Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, incisos I e V; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19; , incisos I e II; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

22BO Ações de Proteção e Defesa Civil

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010; Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022; Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto nº 5.125, de 1º de julho de 2004; Portaria MDR nº 3646, de 2 de fevereiro de 2022; Portaria MDR nº 260, de 2 de fevereiro de 2022; Portaria MDR nº 998, de 5 de abril de 2022; Portaria MDR nº 3.033, de 4 de dezembro de 2020; Portaria interministerial MI/MD nº 1, de 25 de julho de 2012 e alterações posteriores; Resolução CONDEC nº 2, de 12 de dezembro de 1994.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

5900 Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso I; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II.

8172 Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINCDEC

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010; Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022; Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Resolução CONDEC nº 2, de 12 de dezembro de 1994

8348 Apoio a Obras Emergenciais de Mitigação para Redução de Desastres

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022; Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Portaria MDR nº 3.033, de 4 de dezembro de 2020; Resolução CONDEC nº 2, de 12 de dezembro de 1994.

53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

00TD Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022
Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.

00UM Apoio à Implantação, Ampliação, Manutenção, Melhorou ou Adequação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Lei 13.507, de 17 de novembro de 2017; Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

00UN Apoio à Implantação, Ampliação, Melhorias ou Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas de Atuação da Codevasf

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997; Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020

00UO Sistema Integrado de Abastecimento de Água no município de Balsas no Estado do Maranhão

Lei 13.971/2019: Art. 8º

00VB Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Centro-Oeste

Art. 42, I – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõe que a União aplicará 20% dos recursos destinados à irrigação no Centro-Oeste.

12FT Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013

140C Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.

14VI Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

15XT Implantação de Sistemas Adutores para Abastecimento de Água do Canal do Sertão Alagoano

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

15XV Construção de Sistema Integrado de Abastecimento de Água - Adutora da Fé

Lei 13.971/2019 - Art. 8º

15XW Implantação da Barragem Tinguís

Lei 13.971/2019: Art. 8º

162K Implantação do Canal do Sertão Baiano

Lei n.º 6.088 de 16 de julho e 1974 e demais atualizações.

1851 Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

20EY Operação e Manutenção de Projetos Públicos de Irrigação de Interesse Social

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; e Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013

20N4 Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

212M Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013;
Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013;
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017.

214T Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997;
Lei nº 10.638, de 06 de janeiro de 2003;
Decreto nº 5.995/2006, alterado pelo Decreto nº 8.207/2014.

21DD Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

21DE Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 12.334, de 20/09/2010, art. 3º, incisos I e II e art. 17; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV;

21DG Recuperação Hidroambiental nas Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 e
Lei 13.507, de 17 de novembro de 2017.

21DI Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966;
Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013;
Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002;
Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005;
Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986;
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

21DJ Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013

21DK Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.

2819 Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017

2869 Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias

Lei nº 6.088, de 16/07/74 e demais alterações.

4786 Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017.

5260 Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013

5308 Construção da Barragem Jequitai

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010

5314 Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixo de Irecê

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013

7G88 Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.

7X91 Implantação do Canal do Xingó

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010

53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

00TB Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei Complementar nº 124/2007 (Lei de Instituição da Sudam).

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.

20WQ Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial

Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; e Decreto Nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIII, do PLDO-2023.

4542 Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica

Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 10.053, de 9 de outubro de 2019, art. 3º, inciso II.

53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.

20WQ Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; e Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022.

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2023.

4640 Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 9.810, DE 30 de maio 2019.

8340 Inovação para o Desenvolvimento Regional

Art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007; § 2º, art. 3º da MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, alterado pelo art. 19 da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, e inciso II, art. 3º do Decreto nº 7.838, de 09 de novembro de 2012.

8917 Fortalecimento das Administrações Locais

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; e, Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007.

53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

00TG Apoio à Construção da Barragem Oiticica

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a" do Art. 41)

11AA Construção da Barragem Fronteiras

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a" do Art. 41).

14VI Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019; Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a", do Art. 41)

1N64 Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a", do Art. 41)

1O21 Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; inciso V do Art. 56 da Portaria 43/DNOCS/DG/GAB/ 2017 - Regimento do DNOCS.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963 e Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001

20N4 Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a", do Art. 41)

21DD Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a" do Art. 41).

21DI Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, Lei nº 9.497, de 6 de abril de 1966, Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974, Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002; Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, inciso V do Art. 56 da Portaria 43/DNOCS/DG/GAB/ 2017 - Regimento do DNOCS.

21DK Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

ei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001 e Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013. Itens V e IX do Art. 1º da Portaria nº 43/DNOCS/DG/GAB/2017 - Regimento do DNOCS

2819 Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aqüicultura

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001.
Lei 11.959/2009 - Política de Desenvolvimento Sustentável de Aqüicultura e Pesca
Art. 57 da Portaria DNOCS/DG/GAB nº 43, de 31 de janeiro de 2017

5320X Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

00SX Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

CRFB de 1988, art. 23, inciso VIII (fomentar a produção agropecuária); Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - Regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MDR nº 299, de 4 de fevereiro de 2022 - Estabelece as Rotas de Integração Nacional.

00TD Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022
Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.

00TF Apoio à Implantação de Infraestrutura Produtiva e Complementar na Faixa de Fronteira

CRFB de 1988, art. 20, § 2º; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - Regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MDR nº 299, de 4 de fevereiro de 2022 - Estabelece as Rotas de Integração Nacional.

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.

20WQ Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial

Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009;

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019;
Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019;
Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022;
Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional

Constituição Federal de 1988, art 23, inciso VIII (fomentar a produção agropecuária); Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.347, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; e Portaria MDR nº 299, de 4 de fevereiro de 2022.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

53210 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA

00LX Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004)

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em especial a seção IV; Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em especial o § 6º do art. 4º; e Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, em especial o § 1º do art. 4º; Lei nº 14.026/2020.

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20WI Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Constituição Federal 1988; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 12.058/2009; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 3.692/2000; Decreto nº 7.402/2010; e Portaria ANA nº 62, de 2013.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2023.

219R Melhoria da Qualidade Regulatória do Setor de Saneamento

Constituição Federal 1988; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 10.768/2003; Lei nº 11.445/2007; e Lei nº 14.026/2020.

2378 Operação da Rede Hidrometeorológica

Constituição Federal 1988; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 12.058/2009; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 3.692/2000; Decreto nº 7.402/2010; e Portaria ANA nº 62, de 2013.

4926 Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 12.058/2009; Lei nº 12.334/2010; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 3.692/2000; Decreto nº 4.024/2001; Decreto nº 7.402/2010; Portaria ANA nº 62, de 2013; e Resolução ANA nº 2020/2014.

54101 Ministério do Turismo - Administração Direta

10V0 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.416, de 16 de fevereiro de 2023; e Decreto 11.531, de 16 de maio de 2023; Portaria nº 59, de 2022.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

CF 1988, Lei nº 14.600, de 2023; Decreto-Lei 200, de 1967; Decreto nº 11.416, de 2023.

20Y3 Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei nº 14.600, de 2023; Decreto nº 11.416, de 2023; Portaria MTur nº 59, de 2022.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

21DB Estruturação e Ordenamento dos Destinos Turísticos Brasileiros

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 11.416, de 16 de fevereiro de 2023; Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019.

21FN Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo

Lei nº 14.600, de 2023; Lei nº 11.771, de 2008; Decreto nº 11.416, de 2023; Decreto nº 9.763, de 2019; Portaria nº 59, de 2022.

21FO Planejamento, Inteligência, Inovação e Competitividade no Turismo

Lei nº 14.600, de 2023; Lei nº 11.771, de 2008; Decreto nº 11.416, de 2023; Decreto nº 9.763, de 2019; Portaria nº 59, de 2022.

2C01 Promoção de Investimentos Privados, Financiamento, Parcerias e Concessões no Setor de Turismo

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 11.416, de 16 de fevereiro de 2023; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023

55101 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta

00US Apoio aos Entes Federados por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – IGD

MPV 1.164, de 2 de março de 2023.

163M Preparação do Brasil no Âmbito dos Assuntos de Seguridade Social para o Exercício da Presidência do G20

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988;

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Organização da Administração Federal; diretrizes para a Reforma Administrativa; Lei nº 14.600, de 19 de junho 2023. Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

20GD Inclusão Produtiva Rural

Constituição Federal de 1988 - Artigos 6º, 203, 215, 216, 225 e 231;

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - Art. 6º;

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de outubro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social;

Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais;

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Agricultura Familiar;

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 - Institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;

Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER; Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 – Anexo LXXII – Consolida a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989; aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002; depositado o instrumento de ratificação junto ao Diretor Executivo da OIT em 25 de julho de 2002; entrada em vigor internacional em 5 de setembro de 1991, e, para o Brasil, em 25 de julho de 2003, nos termos de seu art. 38; e promulgada em 19 de abril de 2004);

Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Decreto 6.273, de 23 de novembro de 2007 - Cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do SISAN;

Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008 - Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.

Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamento o SISAN;

Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2017 - Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;

Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI;

Portaria MC nº 783, de 9 de junho de 2022.

20GG Promoção da Inclusão Socioeconômica de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade

*Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Organização da Assistência Social;

Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003 - Operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores;

Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, artigos 15-A e 15-B - Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbana para beneficiar os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico que exerçam atividade produtiva de pequeno porte formalizada, na qualidade de Microempreendedor Individual – MEI;

Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 - Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; e dá outras providências. Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023 - Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento. Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023 - Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento.

Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017 - Plano Progridir;

Decreto nº 11.496, de 19 de abril de 2023 - Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, a Comissão Tripartite Paritária Permanente, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fórum Nacional de Microcrédito

Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017 - Institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social;

Portaria MDS nº 490, de 28 de dezembro de 2017 - Altera a Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017, que institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social;

Portaria MDS nº 1.321, de 26 de março de 2018 - Altera a Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017, que institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social para as ações realizadas no âmbito do Plano Progridir, do Ministério do Desenvolvimento Social.*

215I Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social;

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

Decreto 6.273, de 23 de novembro de 2007 - Cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do SISAN;

Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN;

Decreto nº 10.085, de 5 de novembro de 2019 - Dispõe sobre o Programa Forças no Esporte - Segundo Tempo e o Projeto João do Pulo.

Decreto n. 11.421 de 28 de fevereiro de 2023 - altera o Decreto 6272/ 2007 que dispõe sobre as competências e funcionamento do Consea Nacional;

Decreto n. 11.422 de 28 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan Nacional.

Resolução CAISAN nº 9, de 13 de dezembro de 2011 - Procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao SISAN.

Medida Provisória n.º 1154/ 2023 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Orientação Normativa nº 10, de 2013, que dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, para a concessão do auxílio-moradia.

21CP Operacionalização do Auxílio Emergencial para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19)

Emenda Constitucional n.109 de 2021 (Artigo 3º); Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020; Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020; Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021; Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020; Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020.

21DV Auxílio Gás dos Brasileiros

Lei nº 14.237, 19 de novembro de 2021.

21EL Gestão, Administração e Operacionalização do Programa Bolsa Família

MPV 1.164, de 2 de março de 2023.

21FQ Apoio à Formulação e Gestão da Política Nacional de Cuidados

Constituição Federal

Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei Complementar Nº 150, de 1º de junho de 2015 - Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico

Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância

Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa

Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência

Decreto Nº 19.841, de 22 de outubro de 1945 - Cartas das Nações Unidas

Decreto Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 - Convenção sobre os Direitos da Criança

Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo

Decreto Nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Decreto Nº 3.321, de 30 de dezembro de 1999 - Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador"

Convenção Nº 189 da OIT sobre trabalho doméstico

Convenção Nº 103 da OIT sobre o Amparo à Maternidade

Convenção Nº 111 da OIT sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação

Convenção Nº 100 da OIT sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher

21FR Apoio e Acolhimento Objetivando a Reinserção de Usuários e Dependentes de Álcool e Drogas

Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 13.840, de junho de 2019, Nova Lei de Drogas; Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013 – Dispõe sobre certificação das entidades beneficentes de assistência social; Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social; Decreto nº 6.117/2007 – Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, que aprova a Política Nacional sobre Drogas; Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; Decreto nº 11.480, de 6 de abril de 2023 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021 – Regulamenta a doação, com encargos, de imóveis recebidos do Fundo nacional Antidrogas – FUNAD, Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que altera a Portaria MC 2.368/2019 - aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 625, de 6 de abril de 2021 - institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 - Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas; Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020 – Regulamenta no âmbito do SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, em regime residencial e transitório

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021 – Regulamenta a doação, com encargos, de imóveis recebidos do Fundo nacional Antidrogas – FUNAD, Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que altera a Portaria MC 2.368/2019 - aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 625, de 6 de abril de 2021 - institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 - Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas; Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020 – Regulamenta no âmbito do SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, em regime residencial e transitório

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021 – Regulamenta a doação, com encargos, de imóveis recebidos do Fundo nacional Antidrogas – FUNAD, Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que altera a Portaria MC 2.368/2019 - aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 625, de 6 de abril de 2021 - institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 - Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas; Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020 – Regulamenta no âmbito do SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, em regime residencial e transitório

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021 – Regulamenta a doação, com encargos, de imóveis recebidos do Fundo nacional Antidrogas – FUNAD, Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que altera a Portaria MC 2.368/2019 - aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 625, de 6 de abril de 2021 - institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 - Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas; Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020 – Regulamenta no âmbito do SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, em regime residencial e transitório

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021 – Regulamenta a doação, com encargos, de imóveis recebidos do Fundo nacional Antidrogas – FUNAD, Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que altera a Portaria MC 2.368/2019 - aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 625, de 6 de abril de 2021 - institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 - Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas; Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020 – Regulamenta no âmbito do SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, em regime residencial e transitório

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021 – Regulamenta a doação, com encargos, de imóveis recebidos do Fundo nacional Antidrogas – FUNAD, Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que altera a Portaria MC 2.368/2019 - aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 625, de 6 de abril de 2021 - institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 - Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas; Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020 – Regulamenta no âmbito do SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, em regime residencial e transitório

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021 – Regulamenta a doação, com encargos, de imóveis recebidos do Fundo nacional Antidrogas – FUNAD, Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que altera a Portaria MC 2.368/2019 - aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 625, de 6 de abril de 2021 - institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 - Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas; Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020 – Regulamenta no âmbito do SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, em regime residencial e transitório

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021 – Regulamenta a doação, com encargos, de imóveis recebidos do Fundo nacional Antidrogas – FUNAD, Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que altera a Portaria MC 2.368/2019 - aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 625, de 6 de abril de 2021 - institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 - Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas; Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020 – Regulamenta no âmbito do SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, em regime residencial e transitório

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021 – Regulamenta a doação, com encargos, de imóveis recebidos do Fundo nacional Antidrogas – FUNAD, Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que altera a Portaria MC 2.368/2019 - aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 625, de 6 de abril de 2021 - institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 - Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas; Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020 – Regulamenta no âmbito do SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, em regime residencial e transitório

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021 – Regulamenta a doação, com encargos, de imóveis recebidos do Fundo nacional Antidrogas – FUNAD, Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que altera a Portaria MC 2.368/2019 - aprova o Planejamento Estratégico do Ministério da Cidadania; Portaria MC nº 625, de 6 de abril de 2021 - institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas; Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 - Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária; Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas; Resolução nº 3, de 24 de julho de 2020 – Regulamenta no âmbito do SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, em regime residencial e transitório

Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e outras necessidades; Portaria nº 563, de 19 de março de 2019, que cria cadastro de credenciamento das comunidades terapêuticas; Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020 - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD; Portaria nº 721, de 21 de dezembro de 2021 – Regulamenta a doação, com encargos, de imóveis recebidos do Fundo nacional Antidrogas – FUNAD, Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021 - Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório; Portaria MC nº 608, de 12 de fevereiro de 2021, que alter

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Portaria MC nº 843/2022; Portaria MC nº 826/2022

2798 Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN; Medida Provisória n. 1.166, de 22 de março de 2023 que institui o Programa de Aquisição de Alimentos Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.346/2006 que cria o SISAN; Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, que regulamenta o PAA e institui o Grupo Gestor do PAA e seu Comitê de Assessoramento. Resoluções do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos e as ainda vigentes do Programa Alimentar Brasil

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991, de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.506, de 2020, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 4.680, de 18 junho de 1965 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário; Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019; Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023; Portaria do Ministério das Comunicações nº 3.948, de 26 de outubro de 2021; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

4907 Ouvidoria Geral do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome

Constituição Federal 1988 (art. 203 e 204) - Objetivos da Assistência Social; Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993 - organização da Assistência Social; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações; Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - dispõe sobre o tratamento de dados pessoais; Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos e institui a Carta de Serviços ao Usuário; Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal; Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019, para dispor sobre a proteção ao denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta; Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021, que institui o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal; e Decreto nº 10.890, de 9 de dezembro de 2021, que altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018; Portaria nº 581, de 9 de março de 2021, que estabelece orientações para o exercício das competências das unidades do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal; e Instrução Normativa Conjunta CRG/ OGU nº 7, de 17 de setembro de 2018 que dispõe sobre o recebimento e tratamento de denúncias e outras comunicações de irregularidade, e estabelece diretrizes para a salvaguarda da identidade do manifestante; (Decreto nº 11.339, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Portaria MDS nº 859, de 9 fevereiro de 2023 - Dispõe sobre o detalhamento das unidades administrativas constantes do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança da estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS ; Decreto nº 10.889, de 09 de dezembro de 2021 - Regulamenta o inciso VI do caput do art. 5º e o art. 11 da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e a participação de agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo Federal, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por agente privado, e institui o Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal - e-Agendas; Decreto nº 10.411, de 30 de julho de 2020 - Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 10.160, de 09 de dezembro de 2019 - Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto; Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 - Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao equilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 - Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; Portaria MC nº 761, de 8 de abril de 2022 - Institui a Política Geral de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade no âmbito do Ministério da Cidadania; Portaria nº 2.873, de 03 de dezembro de 2021 - Designa os membros do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e seus respectivos suplentes; Portaria MC nº 670 de 01 de outubro de 2021 - Dispõe sobre a organização do atendimento da Central de Relacionamento da Ouvidoria, e de Transparência e Acesso à Informação, e norteia as diretrizes para o atendimento das demandas relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito do Ministério da Cidadania).

4923 Produção e Disseminação de Dados para Gestão de Políticas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204) - objetivos da Assistência Social, e §16 do Art. 37; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e transforma e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Portaria nº 2.527, de 10 de outubro de 2018 - Dispõe sobre Política de Monitoramento no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social; Portaria nº 2.227, de 6 de junho de 2018 - Dispõe sobre os princípios para as ações de avaliação realizadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e cria o selo de qualidade técnica da SAGI; Portaria nº 541, de 23 de novembro de 2020 - Institui a Política Nacional de Formação para Agentes Públicos e Sociais no âmbito do Ministério da Cidadania e dá outras providências.

6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único

Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204) - Objetivos da Assistência Social; Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, atualizada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - organização da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.462, de 8 de agosto de 2018 - Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007; Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022 - Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; Portaria nº 864, de 2 de março de 2023 - Estabelece os processos de Averiguação Cadastral e de Revisão Cadastral para o biênio 2023 e 2024, altera a Portaria MC nº 747, de 10 de fevereiro de 2022, e a Portaria MDS nº 94, de 4 de setembro de 2013, e dá outras providências; Instrução Normativa

Conjunta SAGICAD/SENARC/SNAS/MDS Nº 3, de 11 de abril de 2023 - Altera o cronograma de repercussões nos programas sociais relativos à Ação de Qualificação do Cadastro Único de 2023.

8249 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social

Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social); Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Resoluções CNAS nºs 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social), 269, de 13/12/2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, NOB-RH/SUAS) e 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica, NOB-SUAS).

8442 Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família

MPV 1.164, de 2 de março de 2023.

8458 Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada; Portaria MDS nº 467, de 7 de fevereiro de 2018 - Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

8993 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS); Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011 (IGDSUAS); Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamenta o FNAS); Portarias nº 7, de 30/01/2012 (IGDSUAS); nº 113, de 10/12/2015 (cofinanciamento federal do SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo); Portaria SNAS nº 143, de 08/08/2017 (Pronário Eletrônico do SUAS); Resoluções CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social - PNAS); nº 269, de 13/12/2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS); nº 109, de 11/11/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais) e nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS).

8929 Apoio aos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN; Decreto 6.273, de 23 de novembro de 2007 - Cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do SISAN; Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN; Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020 - Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos; Resolução CAISAN nº 9, de 13 de dezembro de 2011 - Procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao SISAN. Medida Provisória nº 1154/ 2023 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome Decreto n. 11.421 de 28 de fevereiro de 2023 - altera o Decreto 6272/ 2007 que dispõe sobre as competências e funcionamento do Conselho Nacional; Decreto n. 11.422 de 28 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan Nacional;

8948 Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural

Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 - Trata nos artigos 11 a 16 da Instituição do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil; Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta o Programa Cisternas; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;

55901 Fundo Nacional de Assistência Social

00H5 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade

Arts. 203 e 204 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 6.179/1974 (Renda Mensal Vitalícia); Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS); Leis nº 12.435/2011 (Lei do SUAS) e nº 12.470/2011 (que altera dispositivos da LOAS); Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Decretos nº 6.214/07; nº 6.564/08; nº 7.617/2011; nº 7.888/2012 (regulamenta o FNAS); e nº 8.805/2016.

00IN Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez

Arts 203 e 204 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 6.179/1974 (Renda Mensal Vitalícia); Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS); Leis nº 12.435/2011 (Lei do SUAS) e nº 12.470/2011 (que altera dispositivos da LOAS); Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Decretos nº 6.214/2007; nº 6.564/2008; nº 7.617/2011; nº 7.888/2012 (regulamenta o FNAS); e nº 8.805/2016.

00T2 Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência (Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021)

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 – LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL; ART. 94 DA LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA; LEI Nº 14.176, DE 22 DE JUNHO DE 2021 – DISPÕE SOBRE O AUXÍLIO INCLUSÃO

217M Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz

Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Lei nº 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância (em especial o art. 14); Decreto nº 9.579/2018 – atos que dispõem sobre lactente, criança e adolescente e aprendiz; Portaria Interministerial nº 1, de 4 de abril de 2018 – intersetorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz; Portaria MDSA nº 958/2018 – Regimento interno do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz; Portaria MC nº 664/2021 – consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz.

219E Ações de Proteção Social Básica

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social); Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998 (prestação de contas de aplicação de recursos da LOAS); Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS);

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004 (define as ações continuadas de assistência social);
Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamenta o FNAS);
Portarias MDS nº 303, de 08/11/2011 (cofinanciamento dos serviços de proteção social básica e ações executadas por equipe volante do CRAS); MDS nº 44, de 09/05/2013 (Lanchas da Assistência Social), alterada pelas Portarias MDS nº 135/2013, 30/2015 e MC nº 310/2021; MDS nº 116, de 22/10/2013 (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias – PAIF); MDS nº 134, de 28/11/2013 (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV); MDS nº 113, de 10/12/2015 (regulamento o cofinanciamento federal do SUAS); SNAS nº 2.601, de 06/11/2018 (utilização de recursos transferidos fundo a fundo para o incremento temporário e a estruturação da rede no âmbito do SUAS); MC nº 2.362, de 20/12/2019 (equalização do cofinanciamento federal do SUAS à LDO e LOA); e SNAS nº 112, de 23/09/2021;
Resoluções CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS); nº 109, de 11/11/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais); nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS); nº 17, de 05/06/2014 (estabelece critérios de partilha do cofinanciamento federal); nº 27, de 14/10/2014 (Acessuas Trabalho); nº 25, de 25/12/2016 (Acessuas Trabalho); nº 03, de 19/04/2017 (Acessuas Trabalho); nº 19, de 24/11/2017 (Acessuas Trabalho); Resoluções CIT nº 06, de 01/06/2008 (acompanhamento da implementação do PAIF nos CRAS); nº 7, de 19/08/2008 (altera o MDS nº 06/2008); nº 10, 05/11/2009 (cofinanciamento de serviços de proteção social básica); nº 03, de 03/03/2010 (oferta de serviços com recursos do piso básico de transição – PBT); nº 11, de 01/09/2010 (altera a resolução nº 10/2009); nº 01, de 07/02/2013 (reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV).

219F Ações de Proteção Social Especial

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei Nº 8.742/1993 (LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social); Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa); Lei Nº 12.435/2011 (Lei do SUAS); Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Lei Nº 13.445/2017 (Lei de Imigração); Lei Nº 13.684/2018 (medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária); Decreto nº 7.053/2009 (Política Nacional para a População em Situação de Rua - art. 7º e 8º); Decreto nº 7.612/2011 (Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência); Decreto nº 7.788/2012 (Regulamento o FNAS); Decreto nº 9.285/2018 (reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório da Venezuela); e normativas específicas relativas ao cofinanciamento de serviços da Proteção Social Especial; Portarias MDS nº 440/2005 e suas alterações (Pisos da Proteção Social Especial); nº 666/2005 e suas alterações (Integração Programa Bolsa-Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); nº 460/2007 e suas alterações (repasso de recursos dos Pisos de Alta Complexidade I e Fixo de Média Complexidade); nº 10/2014 (cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Especial; Portarias MDS nº 440/2005 e suas alterações (Pisos da Proteção Social Especial); nº 666/2005 e suas alterações (Integração Programa Bolsa-Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); nº 460/2007 e suas alterações (repasso de recursos dos Pisos de Alta Complexidade I e Fixo de Média Complexidade); nº 10/2014 (cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Especial; Portarias MDS nº 440/2005 e suas alterações (Pisos da Proteção Social Especial); nº 666/2005 e suas alterações (Integração Programa Bolsa-Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); nº 460/2007 e suas alterações (repasso de recursos dos Pisos de Alta Complexidade I e Fixo de Média Complexidade); nº 90/2013 (cofinanciamento Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências); nº 5/2014 (cofinanciamento Piso de Alta Complexidade I - PAC I: Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos de idade); nº 70/2014 (cofinanciamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias por meio do Piso de Alta Complexidade II - PAC II); e nº 122/2016 (cofinanciamento Centro de Promoção Social do Abrigo do Cristo Redentor); Portaria MDSA nº 318/2016 (normas gerais e funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI); Portarias MC nº 2.362/2019 (equalização do cofinanciamento federal do SUAS à LDO e à LOA); nº 109/2020 (Regulamenta a averiguação dos requisitos do art. 30 da Lei nº 8.742/1993); Portarias SNAS nº 65/2018 (Dispõe sobre os procedimentos para a unificação dos Blocos de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade); nº 112/2021 (Dispõe sobre a Emergência Socioassistencial e a Salvaguarda Social); Resoluções CNAS nº 145/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS); nº 33/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS); nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais); nº 08/2013 e suas alterações (Ações estratégicas do PETI); nº 12/2013 (cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências); nº 31/2013 e suas alterações (cofinanciamento regionalização PAEFI e Acolhimento de Crianças e Adolescentes); nº 10/2014 (cofinanciamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI); Resoluções CNAS nº 2/2019 (cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergências) e Resolução CIT nº 3/2021 (prorrogação do prazo para a demonstração da implantação da oferta regionalizada da Proteção Social Especial).

219G Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Constituição Federal de 1988 - art. 203 e 204; Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS; Lei nº 8.604, de 5 de fevereiro de 1998 - prestação de contas de aplicação de recursos referidos na Lei nº 8.742; Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 - altera a Lei nº 8.742; LOAS; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 - regulamenta o FNAS; Decreto nº 11.531, de 18 de maio de 2023; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; Portaria MDS nº 2.600, 06 de novembro de 2018 - Estrutura de Mobilidade no SUAS; Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015; Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020 - transferências de recursos na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do SUAS; Resoluções CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 - Política Nacional de Assistência Social; nº 109, de 11 de novembro de 2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; nº 33, de 12 de dezembro de 2012 - Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS).

21DT Operacionalização do Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência

Lei Nº 8.742, de 07/12/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Art.94 da Lei Nº 13.146, de 06/07/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência; Lei Nº 14.176, de 22/06/2021 – Auxílio Inclusão.

2583 Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei Nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974 (Renda Mensal Vitalícia); Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social); Lei Nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso); Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Nº 12.470, de 31 de agosto de 2011 (que altera a LOAS); Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 (Regulamenta o BPC), alterado pelos Decretos nº 6.564, de 12 de setembro de 2008, nº 7.617, de 17 de novembro de 2011 e nº 8.805, de 7 de julho de 2016; Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamenta o FNAS); Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020 (altera o Regulamento da Previdência Social); Resoluções CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS), nº 130, de 15/07/2005 (Norma Operacional Básica de Assistência Social); nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS).

2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei Nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974 (Renda Mensal Vitalícia); Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social); Lei Nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso); Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Nº 12.470, de 31 de agosto de 2011 (que altera a LOAS); Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 (Regulamenta o BPC), alterado pelos Decretos nº 6.564, de 12 de setembro de 2008, nº 7.617, de 17 de novembro de 2011 e nº 8.805, de 7 de julho de 2016; Decreto nº 7.612, de 17/11/2011 (Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite); Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamenta o FNAS); Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020 (altera o Regulamento da Previdência Social); Portaria Interministerial nº 2, de 07/07/2016 (altera o regulamento do BPC); Portaria Conjunta nº 1, de 03/01/2017 (regra e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC); Resoluções CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS), nº 130, de 15/07/2005 (Norma Operacional Básica de Assistência Social); nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS).

8893 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204); Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS); Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS); Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011 (IGDSUAS); Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamenta o FNAS); Portarias nº 7, de 30/01/2012 (IGDSUAS); nº 113, de 10/12/2015 (cofinanciamento federal do SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo); Portaria SNAS nº 143, de 08/08/2017 (Prontuário Eletrônico do SUAS); Resoluções CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS); nº 269, de 13/12/2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS); nº 109, de 11/11/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais) e nº 33, de 12/12/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS).

56101 Ministério das Cidades - Administração Direta

00AF Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR

CF/88, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001-Estatuto das Cidades; Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 12.693, de 24 de julho de 2012; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Portaria Interministerial nº 99, de 30 de março de 2016 e Portaria nº 114, de 09 de fevereiro de 2018; Portaria nº 526, de 23 de fevereiro de 2022.

00CW Subvenção econômica destinada à ampliação do acesso ao financiamento habitacional

CF/88, art. 21 e art. 23; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023; Decreto nº 10.600, de 14 de janeiro de 2021; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS.

00CX Subvenção econômica destinada a Implementação de projetos de Interesse social em áreas rurais

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001-Estatuto das Cidades; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Portaria MCID n. 366, de 7 de junho de 2018

00CY Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020; Resolução do Conselho Curador do FDS nº 214, de 15 de dezembro de 2016; Instrução Normativa (MOCIDADES) nº 12, de 07 de junho de 2018; Instrução Normativa (MDR) nº 2 de 21 de janeiro de 2021. Portaria MCID nº 146, de 7 de março de 2023

00SW Apoio à Regularização Fundiária Urbana

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018, Decreto Nº 11.468, de 5 de abril de 2023.

00SY Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seus artigos 21, com seu inciso XX; 23, com seus incisos II, VI, IX e X; 24, com seus incisos I e VII; 25, com seu § 3º; 30, com seus incisos II, VIII e IX; 170, com seus incisos II, VI e VII; 182; 183; e 216, com seus incisos IV e V e § 1º; Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que “dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências”; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”; Decreto 11.468 de 05 de abril de 2023, com suas alterações; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, com suas alterações, denominada Estatuto da Cidade; Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que “dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, com suas alterações; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, com suas alterações; Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que “dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências”; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de julho de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que “institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências”, com suas alterações; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”, com suas alterações, inclusive sua Lei de Conversão; Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que “dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências”, com suas alterações; Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que “promulga o Acordo de Paris sob a Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016”; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que “institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional”; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, que “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança”; Instrução Normativa nº 33, de 18 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, que “regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas”; Instrução Normativa n. 35, de 17 de setembro de 2021 que altera e consolida a Instrução Normativa n. 28 e suas alterações advindas da Instrução Normativa n. 20, de 28 de julho de 2020, que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades) instituído pela Resolução n. 897, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Curador do FGTS.; Portaria nº 3.242, de 9 de novembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que “aprova as diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifunilaritário – CTM, nos Municípios brasileiros”.

00SZ Apoio ao Transporte Não Motorizado

CRFB, art. 21, XII e XX; 22, IX, XI, XII; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; DECRETO Nº 11.468, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021).

00TO Apoio a Planos de Mobilidade Urbana Locais

CRFB, art. 6º, art. 21, XX, art. 22 - IX e XI, art. 23, II e VI, e art. 230 § 2º; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 – Estrutura Regimental do Ministério das Cidades; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021); Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações; Manual Específico do Programa Mobilidade Urbana - Portaria nº 1.147, de 12/04/2022; e Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 – Normas gerais de Consórcios Públicos.

00T1 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Urbana

CRFB de 1988, arts. 21 e 23; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública; Decreto nº 5.236, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; DECRETO Nº 11.468, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades ; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021).

00T2 Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários

CFR8, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Portaria MDR n. 1.266, de 28 de abril de 2022; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023

00T3 Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano

CRFB, art. 21, XII-E e XX; 22, IX, XI; 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública; Decreto nº 5.236, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; DECRETO Nº 11.468, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021).

00TK Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos

i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
ii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
iii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
iv. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
v. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
vi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
vii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
viii. Portaria MDR nº 2.311, de 26 de julho de 2022 - Aprova o Manual Técnico da Ação 00TK;
ix. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
x. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.

00TM Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado

i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
ii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
iii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
iv. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
v. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
vi. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
vii. Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023 - Estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário;
viii. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
ix. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
x. Portaria MDR nº 3.328, de 21 de novembro de 2022 - Aprova o Manual Técnico da Ação 00TM;
xi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
xii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
xiii. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição;
xiv. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
xv. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR;
xvi. Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 1, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos;
xvii. Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TN Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água

i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
ii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta o Marco Legal do Saneamento;
iii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
iv. Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023 - Estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário;
v. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
vi. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
vii. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
viii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
ix. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição;
x. Portaria MDR nº 952, de 30 de março de 2022 - Aprova o Manual Técnico das Ações 00TN, 00TO e 00TL;
xi. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
xii. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR;
xiii. Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TO Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário

i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
ii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
iii. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
iv. Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023 - Estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário;
v. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;

vi. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
vii. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
viii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
ix. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição;
x. Portaria MDR nº 952, de 30 de março de 2022 - Aprova o Manual Técnico das Ações 00TN, 00TO e 00TL;
xi. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
xii. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR;
xiii. Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TP Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento Básico

i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
ii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
iii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
iv. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
v. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
vi. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
vii. Decreto nº 11.466, de 5 de abril de 2023 - Estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário;
viii. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
ix. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
x. Portaria MDR nº 3.329, de 21 de novembro de 2022 - Aprova o Manual Técnico da Ação 00TP
xi. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
xii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
xiii. Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição;
xiv. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
xv. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR;
xvi. Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 1, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos;
xvii. Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TQ Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
ii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
iii. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
iv. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
v. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
vi. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
vii. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
ix. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;
xi. Portaria MCidades nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental;
xii. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
xiii. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
xiv. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;
xv. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR;
xvi. Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 1, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.

00VC Apoio à Implementação de Soluções Baseadas Natureza (SbN) para Adaptação Inclusiva das Periferias Urbanas às Mudanças Climáticas

Constituição Federal de 1988
Lei 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima)
Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade)
Lei 11.445/07 (Lei do Saneamento Básico)
Lei 12.608/12 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil)

00VD Apoio ao Desenvolvimento e Implementação de Ações Estratégicas do Programa Periferia Viva

Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 11.468, de 05 de abril de 2023; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023.

00VJ Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços de Saneamento Básico em Áreas Rurais

i. Constituição Federal de 1988;
ii. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
iii. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
iv. Lei 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico;
v. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
vi. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
vii. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
viii. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
ix. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico;
x. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;
xi. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e alterações; e
xiii. Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 1, para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

00VK Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos para Melhorias da Cadeia Produtiva de Apoio aos Catadores de Materiais Recicláveis

i. Constituição Federal de 1988;
ii. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;
iii. Lei 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico;
iv. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
v. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;
vi. Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015 - Institui o Estatuto da Metrôpole.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

vii. Decreto 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

2000 Administração da Unidade

Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023

2029 Apoio à competitividade e à modernização da construção civil com sustentabilidade ambiental

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2006; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21GR Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico

i. Constituição Federal de 1988;

ii. Lei n. 11.445/2007

iii. Lei n. 14.026/2020;

iv. Lei n. 10.257/01;

v. Lei n. 11.107/2005;

vi. Lei n. 13.019/2014;

vii. Decreto n. 7.217/2010;

viii. Decreto n. 10.426/2020

ix. Decreto n. 11.466/2023;

x. Decreto n. 11.467/2023;

xi. Decreto n. 11.468/2023;

xii. Plansab;

xiii. PNSR;

xiv. Lei n. 13.089/2015.

2D49 Estudos, Projetos e Desenvolvimento Institucional no Setor da Mobilidade Urbana

CRFB, art. 6º, art. 21 - XX, art. 22 - IX e XI, art. 23, II e VI, e art. 230 § 2º; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 – Estrutura Regimental do Ministério das Cidades; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações; Manual Específico do Programa Mobilidade Urbana - Portaria nº 1.147, de 12/04/2022; e Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 – Normas gerais de Consórcios Públicos.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

- Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
- Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

8865 Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010;

8872 Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seus artigos 21, com seu inciso XX; 23, com seus incisos II, VI, IX e X; 24, com seus incisos I e VII; 25, com seu § 3º; 30, com seus incisos II, VIII e IX; 170, com seus incisos II, VI e VII; 182; 183; e 216, com seus incisos IV e V e § 1º; Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que “dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências”; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”; Decreto 11.468 de 05 de abril de 2023, com suas alterações; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, com suas alterações, denominada Estatuto da Cidade; Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que “dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, com suas alterações; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, com suas alterações; Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que “dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências”; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que “institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências”, com suas alterações; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”, com suas alterações, inclusive sua Lei de Conversão; Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que “dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências”, com suas alterações; Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que “promulga o Acordo de Paris sob a Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016”; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que “institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional”; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, que “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança”; Instrução Normativa nº 33, de 18 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, que “regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas”; Instrução Normativa n. 35, de 17 de setembro de 2021 que altera e consolida a Instrução Normativa n. 28 e suas alterações advindas da Instrução Normativa n. 20, de 28 de julho de 2020, que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades) instituído pela Resolução n. 897, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Curador do FGTS.; Portaria nº 3.242, de 9 de novembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que “aprova as diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM, nos Municípios brasileiros”.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seus artigos 21, com seu inciso XX; 23, com seus incisos II, VI, IX e X; 24, com seus incisos I e VII; 25, com seu § 3º; 30, com seus incisos II, VIII e IX; 170, com seus incisos II, VI e VII; 182; 183; e 216, com seus incisos IV e V e § 1º; Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que “dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências”; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”; Decreto 11.468 de 05 de abril de 2023, com suas alterações; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, com suas alterações, denominada Estatuto da Cidade; Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que “dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, com suas alterações; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, com suas alterações; Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que “dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências”; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que “institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências”, com suas alterações; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”, com suas alterações, inclusive sua Lei de Conversão; Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que “dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências”, com suas alterações; Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que “promulga o Acordo de Paris sob a Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016”; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que “institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional”; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, que “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança”; Instrução Normativa nº 33, de 18 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, que “regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas”; Instrução Normativa n. 35, de 17 de setembro de 2021 que altera e consolida a Instrução Normativa n. 28 e suas alterações advindas da Instrução Normativa n. 20, de 28 de julho de 2020, que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades) instituído pela Resolução n. 897, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Curador do FGTS.; Portaria nº 3.242, de 9 de novembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que “aprova as diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM, nos Municípios brasileiros”.

8874 Apoio ao Planejamento e à Gestão Urbana Municipal e Interfederativa

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seus artigos 21, com seu inciso XX; 23, com seus incisos II, VI, IX e X; 24, com seus incisos I e VII; 25, com seu § 3º; 30, com seus incisos II, VIII e IX; 170, com seus incisos II, VI e VII; 182; 183; e 216, com seus incisos IV e V e § 1º; Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que “dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências”; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”; Decreto 11.468 de 05 de abril de 2023, com suas alterações; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta

os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, com suas alterações, denominada Estatuto da Cidade; Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que “dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, com suas alterações; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, com suas alterações; Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que “dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências”; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que “institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências”, com suas alterações; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”, com suas alterações, inclusive sua Lei de Conversão; Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que “dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências”, com suas alterações; Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que “promulga o Acordo de Paris sob a Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016”; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que “institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional”; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, que “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança”; Instrução Normativa nº 33, de 18 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, que “regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas”; Instrução Normativa n. 35, de 17 de setembro de 2021 que altera e consolida a Instrução Normativa n. 28 e suas alterações advindas da Instrução Normativa n. 20, de 28 de julho de 2020, que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades) instituído pela Resolução n. 897, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Curador do FGTS.; Portaria nº 3.242, de 9 de novembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que “aprova as diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM, nos Municípios brasileiros”.

56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB

2000 Administração da Unidade

Lei nº 8.693, de 03 de agosto de 1993; Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2843 Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

CF Artigo 21, Inciso VI, IX, XI, XII e XX.

Lei nº 3.115 de 16/03/1957

Lei nº 10.257 de 10/07/2001

Lei nº 12.587 de 03/01/2012

Lei nº 13.971 de 27/12/2019

Decreto nº 84.640 de 17/04/1980

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

- Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
- Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

6438 Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos

Lei nº 8.693, de 03 de agosto de 1993; Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980; Decreto nº 89.396, de 22 de fevereiro de 1984; Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007; Estatuto social da TRENSURB, capítulo II, art. 4º, que tem por objetivo “a contratação, implantação e exploração de um serviço de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, no Estado do Rio Grande do Sul, e a exploração de atividades conexas ou complementares às escritas na alínea anterior”. Estatuto social da CBTU, art. 4º.

56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, Decreto nº 4.566, de 01 de janeiro de 2003.

2843 Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

CF Artigo 21, Inciso VI, IX, XI, XII e XX; Lei nº 3.115 de 16/03/1957; Lei nº 10.257 de 10/07/2001; Lei nº 12.587 de 03/01/2012; Lei nº 13.971 de 27/12/2019; Decreto nº 84.640 de 17/04/1980.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

- Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
- Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

6438 Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos

Lei nº 8.693, de 03/08/93; Lei nº 10.257, de 10/07/2001; Decreto nº 6.129, de 20/06/2007; Decreto nº 84.640, de 17/04/1980; Decreto nº 89.396, de 22/02/1984; Estatuto social da CBTU, art. 4º.

56902 Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS

00TH Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de julho de 2011; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Portaria MDR n. 1.266, de 28 de abril de 2022; Decreto Nº 11.468, de 5 de abril de 2023.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00TI Apoio à produção habitacional de interesse social

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Portaria MDR nº 1.266, de 28 de abril de 2021.

00TJ Apoio à Melhoria Habitacional e Urbana

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022; Portaria MDR nº 3.248, de 29 de dezembro de 2020; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023.

00VM Subvenção econômica destinada à habitação de interesse social em cidades com menos de 80.000 Habitantes – Oferta Pública (Lei nº 14.620, de 2023)

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023; Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023.

8873 Apoio ao fortalecimento Institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023.

58101 Ministério da Pesca e Aquicultura- Administração Direta

0080 Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021;
Decreto nº 7077 de 26 de janeiro de 2010;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.332, de 01/01/2023.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal; e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20Y0 Desenvolvimento da Aquicultura

Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009;
Dec. Nº 8.425, de 31 de março de 2015
LEI Nº 14.436, DE 9 DE AGOSTO DE 2022 - LDO - 2023;
Decreto nº 5.231 de 6 de outubro de 2004;
Decreto nº 10.576, de 14 de dezembro de 2020.

20Y1 Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal

*Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
PLDO 2024;
Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;
Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021;
Decreto nº 11.352, de 1º de janeiro de 2023 e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.*

20Y2 Registro, Monitoramento, Pesquisa e Estatística da atividade pesqueira

Constituição Federal de 05 de outubro 1988;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.332, de 01/01/2023.

213F Funcionamento dos Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade e Administração da União

Constituição Federativa de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009;
Lei nº 14.194, de 20 de Agosto de 2021.
Decreto nº 5.231 de 6 de outubro de 2004.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.332, de 01/01/2023.

21GE Fomento ao Desenvolvimento da Cadeia da Indústria do Pescado e da Pesca Industrial, Ornamental, Amadora e Esportiva

*Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 11.352, de 1º de janeiro de 2023.*

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; Lei Nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;
Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo

Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

59101 Conselho Nacional do Ministério Público

15V7 Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF

Constituição da República: Art. 130-A e Art.167, Inc. I, II e VI);
PPA 2020-2023 - Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, art. 6º.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 227, da LC nº 75/93; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 1990; Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; art. 50, II da Lei nº 8.625/93 - LONMP; Resolução CNMP nº 114/2014 e nº 194/2018.

2191 Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Lei de Diretrizes Orçamentárias. Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional

Lei de Diretrizes Orçamentárias. Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013.

8010 Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público

Constituição da República Federativa do Brasil - artigo 130-A; Lei nº 11.372, de 28/11/2006; Lei nº 11.883, de 23/12/2008; Lei nº 11.967, de 6/07/2009; Lei nº 12.412, de 31/05/2011; Lei nº 13.316, de 20/07/2016; Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do CNMP).

60101 Gabinete da Vice-Presidência da República

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 1967; e LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

63101 Advocacia-Geral da União

162I Construção de Edifício-Sede da AGU em Fortaleza - CE

CF/88, art.131; Lei Complementar nº 73/93; Lei nº 9.028/95; MP nº 1.154, DE 1º de Janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 - LDO-2017.

218Y Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas

Art. 131, CF; Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993; Lei 9.028, de 12 de abril, de 1995; Lei 10.480, de 20 de julho de 2002, além da Súmula 232 do STJ, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

2674 Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais

CF/88, art.131; Lei Complementar nº 73/93; Lei nº 9.028/95; Lei nº 10.480/02.

65101 Ministério das Mulheres - Administração Direta

00SN Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira

Constituição Federal - Art. 226 Constituição Federal/88; Lei nº 11.340/2006; Lei nº 13.104/2015; Decreto nº 11.431/2023; Decreto nº 1.973/1996.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e Decreto nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLDO 2024).

21GF Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

Constituição Federal - Art. 226; Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); Lei nº 13.104/2015; Decreto nº 11.431, de 08 de março de 2023; Decreto nº 1.973, de 01 de agosto de 1996; e Decreto nº 11.351, de 1 de janeiro de 2023; Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013; Lei complementar nº 119 de 19 de outubro de 2005; Portaria Interministerial nº 210 de 16 de janeiro de 2014; Decreto nº 10.906, 20 de dezembro de 2021; Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021; Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023; Projeto de Lei nº 1085 de 2023.

21GG Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres

Constituição Federal - Art. 226; Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); Lei nº 13.104/2015; Decreto nº 11.431, de 08 de março de 2023; Decreto nº 1.973, de 01 de agosto de 1996; e Decreto nº 11.351, de 1 de janeiro de 2023; Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013; Lei complementar nº 119 de 19 de outubro de 2005; Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014; Decreto nº 10.906, 20 de dezembro de 2021; Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021; Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023; Decreto nº 1.973, 01 de agosto de 1996; Decreto nº 4.377, de 13 setembro de 2002; Constituição Federal - Art.204; Projeto de Lei nº 1085/2023.

21GH Atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Decreto nº 11.431, de 08 de março de 2023; Decreto nº 1.973, de 1 de agosto de 1996; Decreto nº 4.377, de 13 setembro de 2002; Constituição Federal - Art. 226; Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); Lei nº 13.104/20; Decreto nº 11.351, de 1 de janeiro de 2023; Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013; Lei complementar nº 119 de 19 de outubro de 2005; Portaria Interministerial nº 210 de 16 de janeiro de 2014; Decreto nº 10.906, 20 de dezembro de 2021; Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021; Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023; Projeto de Lei nº 1085 de 2023.

21GI Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)

Constituição Federal - Art. 226; Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); Lei nº 13.104/2015; Decreto nº 11.431, de 08 de março de 2023; Decreto nº 1.973, de 01 de agosto de 1996; Decreto nº 11.351, de 1 de janeiro de 2023; Decreto

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

nº 7.959 de 13 de março de 2013; Lei complementar nº 119 de 19 de outubro de 2005; Portaria Interministerial nº 210 de 16 de janeiro de 2014; Decreto nº 10.906, 20 de dezembro de 2021; Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021; Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002; Constituição Federal - Art.204; Decreto Nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010.

21GJ Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Constituição Federal - artigo 1º, parágrafo único, artigo 5º, inciso I, artigo 37, §3º; artigo 204; artigo 226, §8º; Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); Lei 13.104, de 9 de março de 2015; Decreto nº 11.431, de 08 de março de 2023; Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996 (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher); Decreto nº 11.351, de 1º de agosto de 2023; Lei nº 119, de 19 de outubro de 2005; Decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021; Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021; Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher); Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017; Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014; Portaria CGU nº 581, de 9 de março de 2021.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º, inciso III, do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal; Lei nº 13.844, de 2019.

67101 Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

CF/1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 9.673/2019. Decreto 11346/2023 – que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial; Lei 14.600/2023- que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, que estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNPD de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal; Instrução Normativa SECOM nº 4, de 20

de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de comunicação corporativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; Instrução Normativa SECOM nº7, de 24 de outubro de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de promoção dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; Decreto nº 4.888 de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.

21FB Fomento das políticas de Ações Afirmativas

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.990/2014 (Lei de Cotas no Serviço Público); Lei nº 10.639/2003 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional); Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas no Ensino Superior e Técnico de Nível Médio); Lei nº 7.716/1989 (Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor); Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial); Lei nº 13.146/2015 (proibe a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa); Lei nº 14.553/2023 (Regulamenta a coleta de informações sobre a distribuição dos segmentos raciais e étnicos no mercado de trabalho); Decreto 9.427/2018 (Reserva aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional); Decreto nº 65.810/1969 (Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial); Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009 (Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR); Decreto nº 10.932/2022 (Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância); Decreto nº 11.442/2023 (Institui Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas); Decreto nº 11.443/2023 (prevê o preenchimento dos cargos em comissão e funções de confiança em no mínimo 30% por pessoas negras); Portaria 14.635/2021.

21FC Monitoramento, aperfeiçoamento, articulação e estruturação de políticas de promoção da igualdade racial no âmbito do SINAPIR

Lei nº 12.288, de 20 de julho 2010, Estatuto da Igualdade Racial; Decreto nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969, que promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022, que ratifica a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância; Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013, que aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir; Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009, que aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento, alterado pelo Decreto n. 10.087/2019, que extingue o Comitê de Articulação e Monitoramento do Planapir.

21FD Fortalecimento e Desenvolvimento de Políticas para o Enfrentamento ao Racismo

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.288, de 20 de julho 2010; Lei nº 12.888/2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003; Lei nº 10.639/2003 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; Lei nº 11.645/2008 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018 - Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais, e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins; Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte; Lei Complementar nº 140/2011, a qual fixou normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do art. 23 da CF/88, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum na esfera ambiental; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências; Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; Lei 14.532/2023, publicada em janeiro deste ano, equipara a injúria racial ao crime de racismo. Decreto nº 65.810 de 08 de dezembro de 1969, que promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022, que ratifica a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância; Decreto nº 10.890, de 9 de dezembro de 2021 - Altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, e o Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019, para dispor sobre a proteção ao denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta; Decreto nº 10.228, de 5 de fevereiro de 2020 - Altera o Decreto n. 9.492, de 5 de setembro de 2018, que regulamenta a Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017, para dispor sobre o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal e instituir os conselhos de usuários dos serviços públicos no âmbito da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal; Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019 - Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

Portaria nº 34, de 16 de junho de 2023 - Institui Grupo de Trabalho Técnico com a finalidade de elaborar um plano de ação do governo federal para o combate ao racismo nas áreas de esporte e lazer; Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009 - Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

21FE Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos

Constituição Federal de 1988; art. 3º, 5º, 215 e 216; Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; Art.8º, 12, 18, 31 a 34, da Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que trata de procedimento diferenciado para a colocação de crianças quilombolas em família substituta; Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Decreto nº 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Art. 2º, LXXII -Anexo LXXII, do Decreto nº 10.088/2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil; Art. 22, do Decreto nº 11.346/2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Decreto nº 11.447/2023, que institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor.

21FF Fortalecimento de Políticas em prol da Vida e do Bem Viver da Juventude Negra

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.888/2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003; Lei nº 10.639/2003 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; Lei nº 11.645/2008 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVÉ; Decreto nº 11.444/2023 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da proposta do Plano Juventude Negra Viva.

21FG Apoio no Funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; Medida Provisória nº 1154, de 2023, organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.346, de 1º de janeiro 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências; Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º, inciso III, do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal; Lei nº 13.844, de 2019.

68101 Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta

00QP Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR

Decreto nº 9.265, de 10 de janeiro de 2018; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e art. 41 da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023.

00TV Apoio à Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 -Lei nº 14.273, de 23.12.2021; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

00UJ Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Constituição Federal, artigo 21, inciso I e XII; Lei nº 14.600, de 19.06.2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

00VA Participação da União no Capital da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CODERN

Lei nº 14.600, de 19.06.2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

00V6 Participação da União no Capital da Portos Rio - CDRJ - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela Portos Rio

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

00V7 Participação da União no Capital da Companhia Docas do Pará - CDP - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CDP

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

123M Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

127G Construção de Terminais Fluviais

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações;
Lei nº 12.815, de 5 junho de 2013.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

13LO Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 81 e 82; Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

14MZ Adequação do Terminal Fluvial de São Raimundo em Manaus/AM

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e alterações posteriores; Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

15CX Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza (CE)

Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

15P7 Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Lei nº 13.844, de 18 de julho de 2019, arts. 35 e 36; Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020; Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021; Portaria nº124, de 21 de agosto de 2020; Portaria nº 55, de 25 de março de 2021; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

161Y Manutenção e Reforço do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba/SC

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

161Z Dragagem e Readequação da Infraestrutura Aquaviária do Porto do Recife/PE

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

162A Adequação e Ampliação da Capacidade do Porto de Santana/AP

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

162B Modernização - Recuperação e Ampliação da Capacidade – Porto de Suape/PE - Dragagem do Canal Interno

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

162C Modernização - Recuperação e Ampliação da Capacidade – Porto de Suape/PE - Recuperação do Molhe 4

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

162D Execução dos Serviços de Dragagem e Sinalização Náutica da Lagoa Mirim

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

162E Modernização, Ampliação e Restauração de Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres – Nacional

Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

162J Remoção e desencilhe de embarcações em vias navegáveis e em canais de navegação portuários – Nacional

Constituição Federal de 1988 e Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

1C93 Construção de Terminal Fluvial - no Município de São Raimundo - no Estado do Amazonas

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 81 e 82; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

2000 Administração da Unidade

Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023 e Lei nº 14.600, de 19.06.2023.

20LN Operação de Terminais Hidroviários

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

20LO Operação de Eclusas

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - publicada no DOU de 18 de maio de 2012.
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - publicada na Edição Extra do DOU de 18 de junho de 2019.
Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - publicado no DOU de 5 de junho de 2013;
Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020 - publicado na Edição Extra do DOU de 22 de maio de 2020;
Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - publicado no DOU de 27 de outubro de 2020; e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47; Decreto nº 7.579, de 11 e outubro de 2011; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020; Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023; Portaria nº 124, de 21 de agosto de 2020; e Portaria nº 55, de 25 de março de 2021.

218S Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura

Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Constituição Federal de 1988, art 37; Lei nº 14.600, de 19.06.2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

219Z Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

21GV Estudo, Projetos, Planejamento e Gestão de Infraestrutura de Transportes Aquaviário

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - publicada no DOU de 18 de maio de 2012.
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - publicada na Edição Extra do DOU de 18 de junho de 2019.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - publicado no DOU de 5 de junho de 2013;
Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020 - publicado na Edição Extra do DOU de 22 de maio de 2020;
Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - publicado no DOU de 27 de outubro de 2020; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, art. 37; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, arts. 35 e 36; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021 e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

68201 Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 27, inciso X; Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988;
Decreto-Lei 200/1967;
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

2088 Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário

Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, Art. 20, inciso II.

2090 Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 20, inciso II.

20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

68213 Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988;
Decreto-Lei 200, de 1967;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.
Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício, Capítulos "Estrutura e Organização dos Orçamentos" e "Diretrizes para Elaboração e Execução dos Orçamentos da União", no que trata das vedações para a transferências de recursos.

2912 Regulação e Fiscalização da Aviação Civil

Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, Art. 8º;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, Art. 19, inciso VIII e Art. 35, inciso X;
Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006.
Lei nº 7.565, de 19 de Dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica)

68901 Fundo da Marinha Mercante - FMM

0095 Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação

Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, Art. 17;
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004;
Lei nº 14.301 de 7 janeiro de 2022 - BR do Mar, Art. 24.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

09FC Incentivo às Empresas Brasileiras conforme Lei nº 10.893, de 2004

Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, Art. 38; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

09JF Subvenção Econômica sobre o Prêmio Seguro-Garantia ou sobre os Custos de Carta de Fiança aos Mutuários do Fundo da Marinha Mercante (Lei nº 10.893, de 2004)

Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, Art. 31;
Decreto nº 5.140, de 13 de julho de 2004;
Decreto nº 5.560, de 7 de outubro de 2005.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Constituição Federal de 1988, art 37; Lei nº 14.600, de 19.06.2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

68902 Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

00TW Pagamento de Indenização à Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil; Lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017 - Lei de Relicitação; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.957, de 06 de agosto de 2019 - Decreto de Relicitação; Decreto nº 10.472, de 247 de agosto de 2020 - Decreto de qualificação do ASGA para Relicitação; e Decreto nº 10.788, 6 de setembro de 2021 e Decreto nº 11.354 de 01/01/2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

00UE Pagamento de Indenização à Concessionária do Aeroporto de Viracopos/SP

Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 -
Lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017 - Lei de Relicitação;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013

Decreto nº 9.957, de 06 de agosto de 2019 - Decreto de Relicitação;

Decreto nº 10.427, de 16 de julho de 2020 - Decreto de qualificação do Aeroporto de Viracopos para relicitação e Decreto nº 11.354 de 01/01/2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança e a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023

00V8 Pagamento de indenização à Concessionária do Aeroporto Internacional do Galeão/RJ

Lei de Relicitação (Lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017); Decreto de Relicitação (Decreto nº 9.957, de 06 de agosto de 2019); Decreto de qualificação do Aeroporto Internacional do Galeão para Relicitação (Decreto nº 11.171, de 11 de agosto de 2022); Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023.

00V9 Desapropriação de áreas necessárias à expansão da infraestrutura aeroportuária

Lei de concessões (Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995); Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações; Regulamento do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC (Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013); Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986); Sistema Nacional de Viação - SNV (Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011); Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 e na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

14UB Reforma e Reparelamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações - Lei de Licitações e contratos

Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil

Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências (Revogado a partir de 1º de janeiro de 2024)

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências

Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil

Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada

Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos

Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão

Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências, e alterações

Portaria MINFRA nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional

Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospecção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais

Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil

Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

15UW Reforma e Reparelamento do Aeroporto de Maringá/PR, de Propriedade da União

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações - Lei de Licitações e contratos

Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil

Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências (Revogado a partir de 1º de janeiro de 2024)

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências

Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil

Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada

Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos

Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão

Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências, e alterações

Portaria MINFRA nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional

Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospecção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais

Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil

Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

15UX Reforma e Reparelamento do Aeroporto de Coari/AM, de Propriedade da União

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações - Lei de Licitações e contratos

Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil

Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências (Revogado a partir de 1º de janeiro de 2024)

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências

Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil

Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada

Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos

Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão

Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências, e alterações

Portaria MINFRA nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional

Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospecção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais

Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil

Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

15UY Construção do Novo Aeroporto Regional da Serra Gaúcha/RS de Propriedade da União

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações - Lei de Licitações e contratos

Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil

Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências (Revogado a partir de 1º de janeiro de 2024)

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências

Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil

Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada

Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos

Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão

Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências, e alterações

Portaria MINFRA nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional

Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospecção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais

Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil

Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

15V1 Instalação de equipamentos de auxílios à navegação Aérea

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações - Lei de Licitações e contratos

Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil

Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências (Revogado a partir de 1º de janeiro de 2024)

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências

Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil

Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada

Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos

Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão

Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências, e alterações

Portaria MINFRA nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional

Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospecção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais

Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Aviação Civil

Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 – Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

15YT Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Dourados/MS, de Propriedade da União

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações – Lei de Licitações e contratos

Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil

Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências (Revogado a partir de 1º de janeiro de 2024)

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências

Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina o conteúdo do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil

Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal

Decreto nº 10.426, de 16 de junho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada

Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos

Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão

Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências, e alterações

Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional

Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospecção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais

Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil

Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 – Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

163P Implantação de espaços multisensoriais voltados ao público diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista – TEA, nos Aeroportos e Aeródromos Regionais de Propriedade da União

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil; e Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos

20SW Formação e Capacitação para a Aviação Civil

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e alterações - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;

Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (ATAERO), Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 (PROFAA), Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999 (Recolhimento da Tarifa de Embarque Internacional), Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011 (Institui o RDC e cria a SAC), Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (Dispõe sobre utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea), e Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972 (Institui a INFRAERO) publicada no DOU de 18 de maio de 2012.

Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 – Altera a Lei de criação do FNAC e a Lei de criação do PROFAA - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios

Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - Convenção sobre Aviação Civil Internacional, publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 – Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil, publicado no DOU de 5 de junho de 2013;

Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, publicado no DOU de 27 de outubro de 2020;

Decreto nº 11.354 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional.

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e alterações - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;

Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (ATAERO), Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 (PROFAA), Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999 (Recolhimento da Tarifa de Embarque Internacional), Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011 (Institui o RDC e cria a SAC), Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (Dispõe sobre utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea), e Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972 (Institui a INFRAERO) publicada no DOU de 18 de maio de 2012.

Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 – Altera a Lei de criação do FNAC e a Lei de criação do PROFAA - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios

Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - Convenção sobre Aviação Civil Internacional, publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 – Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil, publicado no DOU de 5 de junho de 2013;

Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, publicado no DOU de 27 de outubro de 2020;

Decreto nº 11.354 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

210F Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão)

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e alterações - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;

Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (ATAERO), Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 (PROFAA), Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999 (Recolhimento da Tarifa de Embarque Internacional), Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011 (Institui o RDC e cria a SAC), Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (Dispõe sobre utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea), e Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972 (Institui a INFRAERO) publicada no DOU de 18 de maio de 2012.

Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 – Altera a Lei de criação do FNAC e a Lei de criação do PROFAA - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios

Lei nº 5.862, de 21 de dezembro de 1972 (lei de criação da Infraero)

Decreto nº 8.756, de 10 de maio de 2016 (dispõe sobre a atribuição de aeroportos à Infraero)

Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - Convenção sobre Aviação Civil Internacional, publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 – Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil, publicado no DOU de 5 de junho de 2013;

Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, publicado no DOU de 27 de outubro de 2020;

Decreto nº 11.354 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

21GW Desenvolvimento e incremento da aviação civil (Não PAC)

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;

Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - publicada no DOU de 18 de maio de 2012.

Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - publicada na Edição Extra do DOU de 18 de junho de 2019.

Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - publicado no DOU de 5 de junho de 2013;

Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020 - publicado na Edição Extra do DOU de 22 de maio de 2020;

Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - publicado no DOU de 27 de outubro de 2020;

Decreto nº 11.354 de 01/01/2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

21GX Gestão de Aeroportos Cíveis Públicos de Interesse da União

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e alterações - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;

Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (ATAERO), Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 (PROFAA), Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999 (Recolhimento da Tarifa de Embarque Internacional), Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011 (Institui o RDC e cria a SAC), Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (Dispõe sobre utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea), e Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972 (Institui a INFRAERO) publicada no DOU de 18 de maio de 2012.

Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 – Altera a Lei de criação do FNAC e a Lei de criação do PROFAA - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios

Lei nº 5.862, de 21 de dezembro de 1972 (lei de criação da Infraero)

Decreto nº 8.756, de 10 de maio de 2016 (dispõe sobre a atribuição de aeroportos à Infraero)

Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - Convenção sobre Aviação Civil Internacional, publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 – Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;

Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil, publicado no DOU de 5 de junho de 2013; Decreto 8.756/2016 - Dispõe sobre a contratação da Infraero para exploração de infraestrutura aeroportuária

Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, publicado no DOU de 27 de outubro de 2020;

Decreto nº 11.354 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

000K Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011)

Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, art. 4º.

00EE Integralização de Cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)

Lei nº 12.087, de 11 novembro de 2009

Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020

Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020

Lei nº 14.045, de 20 de agosto de 2020

Lei nº 14.115, de 29 de dezembro de 2020

Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021

00M3 Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)

Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, art. 13.

00V3 Ressarcimento das Contas do PIS/PASEP (ADCT, art. 121)

Art. 121, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

0265 Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, art. 59 a 66-A e Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

71102 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento

0007 Contribuição à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM (MDIC)

- Decreto Legislativo nº 57, de 27 de julho de 1953, que aprova a Convenção Internacional do Metro.
- Decreto nº 36.878, de 4 de fevereiro de 1955, promulga a Convenção Internacional do Metro.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 20 do Regulamento anexo à Convenção:

*ART. 20

1. L'échelle des contributions, dont il est question à l'article 9 de la Convention, est établie, pour la partie fixe, sur la base de la dotation indiquée par l'article 6 du présent Règlement, et sur celle de la population; la contribution normale de chaque État ne peut être inférieure à 5 pour 1 000, ni supérieure à 15 pour 100 de la dotation totale, quel que soit le chiffre de la population.*

0017 Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA)

- Decreto Legislativo nº 806, de 20 de dezembro de 2010, que aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2007, assinado pelo Brasil em 19 de maio de 2008.
- Decreto nº 7.811, de 20 de setembro de 2012, que promulga o Acordo Internacional do Café de 2007, firmado pelo Brasil em 19 de maio de 2008.

Cap. VIII
Finanças e Administração

Art. 20:

- 1) Durante o segundo semestre de cada exercício financeiro, o Conselho aprovará o Orçamento Administrativo da Organização para o exercício financeiro seguinte e fixará a contribuição de cada Membro a esse Orçamento. [...]
- 2) A contribuição de cada Membro ao Orçamento Administrativo de cada exercício financeiro será proporcional à relação que existe, na data em que for aprovado o Orçamento Administrativo para o exercício em apreço, entre o número de seus votos e o total dos votos de todos os Membros. [...]

0057 Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC)

Cota Obrigatória:

- Decreto Legislativo nº 97, de 25 de setembro 1980, que aprova o texto do Convênio de Santo Domingo (Ata de Registro dos Estatutos da Organização de Educação Ibero-Americana - OEI) assinado em 31 de outubro de 1957 e ratificado em 26 de maio de 1999; e

- Decreto n.º 7.503, de 24 de junho de 2011, que promulga o Convênio de Santo Domingo (Ata de Registro dos Estatutos da Organização de Educação Ibero-Americana - OEI).

A contribuição financeira encontra-se prevista no Art. XVIII dos Estatutos da OEI, conforme transcrito abaixo:

*ARTIGO XVIII

O patrimônio da Organização de Educação Ibero-Americana estará constituído por:

- a) as subvenções ou contribuições dos Membros e das entidades oficiais ou privadas que contribuem para sua manutenção; [...]

Manutenção do Escritório:

- Decreto Legislativo n.º 336, de 24 de julho de 2003, que aprova o Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a OEI; e
- Decreto n.º 5.128, de 6 de julho de 2004, que promulga o Acordo de Sede entre o Brasil e a OEI.

Esta contribuição financeira encontra-se prevista no art. 33 do Acordo, conforme transcrito abaixo:

*ARTIGO 33

A República Federativa do Brasil proporcionará à Organização o espaço físico necessário para o normal e eficaz desenvolvimento da missão, ou uma contribuição equivalente à quantia necessária para arrendar o mesmo. Do mesmo modo, de acordo com o Diretor, e dentro das suas possibilidades, dotará a Sede do pessoal local razoavelmente necessário para o desenvolvimento de suas atividades.*

0069 Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - PANAFTOSA (MAPA)

- Decreto Legislativo nº 66, de 7 de novembro de 1952: Aprova o Convênio celebrado entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-americana;

- Decreto nº 32.180, de 31 de janeiro de 1953: Promulga o Convênio para a Organização e Funcionamento no Brasil, do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, firmado no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951;

O Decreto Legislativo nº 66/52 aprovou o Convênio celebrado entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-Americana. O mesmo foi promulgado pelo Decreto 32.180, de 31 de janeiro de 1953. A previsão da contribuição financeira ao Instituto encontra-se no artigo 11 do Decreto 32.180/53.

ARTIGO 11 O Governo compromete-se a contribuir com uma importância a ser fixada anualmente no orçamento do Ministério da Agricultura, destinada exclusivamente às despesas dos salários do pessoal de manutenção de Centro e dos trabalhadores, de conformidade com o Programa anexo (I, 6 letras a, b e c).

0070 Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA)

- Decreto nº 86.365, de 15 de setembro de 1981, Promulga a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura;

- Decreto Legislativo nº 60, de 28 de junho de 1980, aprovou a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura;

O Decreto Legislativo 60/80 aprovou a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. O mesmo foi promulgado pelo Decreto 86.365/81, de 15 de setembro de 1981. A previsão da contribuição financeira ao Instituto encontra-se no artigo 23 do Decreto 86.365/81.

Artigo 23 Os Estados Membros contribuirão para a manutenção do Instituto mediante cotas anuais fixadas pela Junta, de acordo com o sistema de cálculo de cotas da Organização dos Estados Americanos.

0073 Contribuição à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE (MAPA)

- Decreto nº 5.511, de 07 de agosto de 1928, que aprova o acordo sobre a Repartição Internacional de Epizootias.

- Decreto nº 18.642, de 12 de março de 1928, que promulga o Acordo internacional para a criação de uma Repartição Internacional de Epizootias, concluído em Paris a 25 de janeiro de 1924.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo terceiro do referido Acordo:

ARTIGO TERCEIRO - As despesas de instalação, assim como os gastos anuais para o funcionamento e manutenção da Repartição, serão pagos pelas contribuições dos Estados contratantes, estabelecidas de acordo com as condições previstas pelos estatutos orgânicos, mencionados no artigo segundo.

Ainda, o artigo 11 dos Estatutos Orgânicos, que se encontram anexos ao Acordo e aprovados pelos Decretos, supracitados, dispõe que:

*ARTIGO 11 - As despesas necessárias para o funcionamento da Repartição serão cobertos pelos Estados signatários ao Acordo, e pelos que aderirem futuramente, sendo a contribuição estabelecida conforme as seguintes categorias:

- 1a. categoria, à razão de25 unidades
 - 2a. "20
 - 3a. "15
 - 4a. "10
 - 5a. "5
 - 6a. "3
- sobre a base de 500 francos por unidade.

A cada Estado é livre a escolha da categoria a que deseje pertencer. Ser-lhe-á facultada, em qualquer tempo, a posterior inscrição em categoria superior.*

- Resolução nº 7, denominada "Contribuciones financieras de los Países Miembros de la OIE para 2014" da 81ª SGI/IF - Paris, maio de 2013.

0074 Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE)

- Decreto Legislativo nº 21, de 23 de julho de 1964, que aprova o texto da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

- Decreto nº 7.752, de 14 de junho de 2012, que promulga a Constituição da FAO.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo XVII da referida Constituição:

*Artigo XVII

Orçamento e Contribuições

(...)

2. Cada País-Membro e Membro Associado compromete-se a contribuir anualmente para o orçamento da Organização com a quota que lhe for atribuída pela Conferência. Esta deverá levar em consideração a diferença de status entre Países-Membros e Membros Associados, ao determinar as respectivas contribuições.*

0087 Contribuição à União Postal Universal - UPU (MCT)

- Decreto Legislativo nº 72, de 29 de novembro de 1978, que aprova os textos dos Atos Finais do Congresso da União Postal Universal, do acordo Relativo às Cartas com Valor Declarado e do Acordo Relativo às Encomendas Postais, assinados em Lausanne, em 1974.

- Decreto nº 84.774, de 06 de junho de 1980, que promulga o Segundo Protocolo Adicional à Constituição da UPU, o Regulamento Geral da UPU e a Convenção Postal Universal.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 1, parágrafo 3 do referido Protocolo Adicional:

*Artigo 1.

3. As despesas da União, incluindo quando aplicável as despesas previstas no §2, serão custeadas conjuntamente pelos seus países-membros. Para este efeito, cada país membro deverá escolher a categoria de contribuição em que deseja ser incluído. As categorias de contribuição deverão estar previstas no Regulamento Geral.*

0089 Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (ANATEL)

- Decreto Legislativo nº 67, de 1998: Aprova os textos (*) dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional da União Internacional de Telecomunicações - UIT, aprovados pelos países membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e dos "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários" da União Internacional de Telecomunicações - UIT, aprovados pelos países membros, em Quioto, em 13 de outubro de 1994.

- Decreto nº 2.962, de 24 de Fevereiro de 1999: Promulga a Constituição e a Convenção da União Internacional de Telecomunicações, concluídas em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e seu instrumento de Emenda aprovado em Quioto, em 14 de outubro de 1994.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 28, capítulo V, da referida Convenção:

Os gastos da União serão cobertos com as contribuições dos Membros, das entidades e das organizações autorizadas a participar das atividades da União, de conformidade com as disposições pertinentes da Convenção, mediante rateio do número de unidades correspondentes à classe contributiva escolhida por cada Membro e por cada entidade ou organização autorizada segundo estabelecido nas disposições pertinentes da Convenção.

O Congresso Nacional Brasileiro ratificou o tratado que aprovou a Constituição (CS) e Convenção (CV) da UIT pelo Decreto Legislativo nº34, de 11 de Abril de 2002.

00AQ Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (MJSP)

- Decreto Legislativo nº 566, de 2010, que aprova a Ata de Fundação da OIJ, concluída em Buenos Aires, em 1º de agosto de 1996
 - Decreto nº 7.895, de 1º de fevereiro de 2013, que promulga a Ata.
- Art. 3º da referida Ata (Disposições Financeiras).

00AT Contribuição ao Protocolo de Kioto (MCTI)

- Decreto Legislativo n.º 144, de 20 de junho de 2002, que aprova o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

- Decreto n.º 5.445, de 12 de maio de 2005, que promulga o referido Protocolo.

O Protocolo dispõe que suas regras financeiras serão as mesmas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Esta, por sua vez, prevê que as contribuições serão efetuadas pelos Estados-Membros anualmente. Reproduz-se, abaixo, parágrafo 5º do artigo 13 do Protocolo de Quioto, 5, "As regras de procedimento da Conferência das Partes e os procedimentos financeiros aplicados sob a Convenção devem ser aplicados "mutatis mutandis" sob este Protocolo, exceto quando decidido de outra forma por consenso pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo.*

A Decisão 15/CP.1, de 7 de abril de 1995, estabelece, em seu anexo I, a repartição dos gastos entre os membros:

Decisão 15/CP.1

Procedimentos Financeiros

ANEXO 1

7. Os recursos da Conferência das Partes englobam:

- a) Contribuições feitas a cada ano pelas Partes, na base de uma escala indicativa, adotada por consenso pela Conferência das Partes (...).

00B7 Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MRE)

- Decreto Legislativo nº 64, de 7 de dezembro de 1949, que aprova a Carta da Organização dos Estados Americanos; e
- Decreto nº 30.544, de 14 de fevereiro de 1952, que promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos.

A previsão de contribuição financeira está contida no artigo 55 da Carta:

Artigo 55. A Assembléia Geral estabelece as bases para a fixação da quota com que deve cada um dos governos contribuir para a manutenção da Organização, levando em conta a capacidade de pagamento dos respectivos países e a determinação dos mesmos de contribuir de forma equitativa. Para que possam ser tomadas decisões sobre assuntos orçamentários, é necessária a aprovação de dois terços dos Estados-membros.

00BA Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE)

- Decreto-Lei nº 9.290, de 24 de maio de 1945, que aprova a Convenção que cria uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas;

- Decreto nº 22.024, de 05 de novembro de 1946, que promulga a Convenção que cria uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, firmada em Londres, a 16 de novembro de 1945.

A previsão de contribuição financeira dos Estados-Partes está contida no artigo IX da Convenção, reproduzido a seguir:

*Artigo IX

ORÇAMENTO

1. O orçamento será elaborado pela Organização.

2. A Conferência-Geral aprovará definitivamente o orçamento e fixará a participação financeira de cada um dos Estados-Membros, de acordo com as disposições a serem previstas nesta matéria pela Convenção concluída com a Organização das Nações Unidas, conforme o Artigo X da presente Convenção.*

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00BC Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE)

- Decreto Legislativo nº 221, de 11 de dezembro de 1991, que aprova o Acordo para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear;

- Decreto nº 439, de 3 de fevereiro de 1992, que promulga o Decreto Legislativo acima.

A previsão de contribuição financeira está contida no Artigo XVI do referido Acordo.
As Partes proverão de forma equitativa os fundos necessários à operação do SCC e da ABACC.

00BG Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE)

- Decreto Legislativo nº 64, de 02 de julho de 1998, que aprova o texto do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBT;

- Carta de Ratificação do CTBT depositada pelo Governo brasileiro junto ao Secretariado da ONU em 24 de julho de 1998.

O CTBT, tal como a FAO, não possui decreto do Poder Executivo que o promulga. Todavia, tendo em vista as peculiaridades deste processo, a CONJUR emitiu PARECER/MP/CONJUR/FNF/Nº 0755-1.16/2009, de 30 de junho de 2009, em que opina pela viabilidade jurídica de realizar o pagamento das contribuições à CTBTO, conforme definido na resolução dos signatários.

As contribuições dos membros estão previstas no art. II, itens 9 e 10, do referido Tratado:

*ARTIGO II - A Organização.

A. Dispositivos Gerais:

1.

...9. Os custos das atividades da Organização serão pagos anualmente pelos Estados-Partes, de acordo com a escala de contribuições das Nações Unidas, ajustada de forma a levar em consideração diferenças de participação entre as Nações Unidas e a Organização.

10. As contribuições financeiras dos Estados-Partes para a Comissão Preparatória serão deduzidas de uma maneira adequada de suas contribuições para o orçamento regular.*

00BU Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MRE)

- Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, concluído em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982;

- Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995, que promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

O artigo 318 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar dispõe que:

*ARTIGO 318 - Estatuto dos Anexos

Os Anexos são parte integrante da presente Convenção e, salvo disposição expressa em contrário, uma referência à presente Convenção ou a uma das suas Partes constitui uma referência aos Anexos correspondentes.*

Logo, conforme o artigo 318, o Estatuto do Direito do Mar, que corresponde ao anexo IV da Convenção, foi aprovado e promulgado pela República Federativa do Brasil.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 19 do referido Estatuto:

*ARTIGO 19 - Despesas do Tribunal

1. As despesas do Tribunal serão custeadas pelos Estados-Partes e pela Autoridade, nos termos e condições a determinar em reuniões dos Estados-Partes.*

00DN Contribuição ao Centro-Sul - CS (MRE)

- Decreto Legislativo nº 347, de 2009, aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994;

- Decreto nº 7.917, de 12/2013, que promulga o Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.

No Artigo X do Acordo para o Estabelecimento do Centro-Sul, preveem-se as contribuições voluntárias por parte dos países membros.

Artigo X - Finanças

2. Estados-Membros estão convidados a fazer contribuições voluntárias para financiar o Centro. O Centro também terá poderes para aceitar contribuições de outras fontes governamentais ou não-governamentais, predominantemente do Sul, incluindo fontes internacionais, regionais e sub-regionais e do setor empresarial. Fundos adicionais poderão ser buscados para projetos ou programas específicos.

3. Uma parte apropriada das contribuições será destinada a um fundo de capital que será estabelecido com o objetivo de gerar renda para apoiar as atividades do Centro. Este fundo será administrado pelo Diretor Executivo, que será responsável por assegurar a gestão profissional apropriada do fundo e será responsável por ele perante o Presidente e, através dele, perante a Junta e o Conselho. As contas de tal fundo de capital serão submetidas a uma auditoria anual independente, assim como todas as outras contas do Centro, que serão aprovadas pela Junta e submetidas a revisão do Conselho em suas sessões regulares. Não há previsão de sanções políticas e financeiras no Acórdão em questão.

00E8 Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MJSP)

- Decreto Legislativo nº 302, de 24 de outubro de 2011, que aprova o texto da Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações - OIM, bem como o texto da Constituição dessa organização internacional.

- Decreto nº 8.101, de 6 de setembro de 2013, que promulga a Resolução nº 1.105, que aprova a Constituição da OIM.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 25 da referida Constituição:

*ARTIGO 25

1. Os recursos necessários para sufragar os gastos da Organização serão obtidos:

(a) no que diz respeito à parcela da Administração no Orçamento, mediante as contribuições em espécie dos Estados Membros, que serão pagas ao início do correspondente exercício anual e deverão fazer-se efetivas sem demora;*

00ES Contribuição ao Fundo Índia-Brasil-África do Sul de Combate à Fome e à Pobreza - IBAS (MRE)

Trata-se de contribuição de caráter regular. O Acordo sobre o Fundo IBAS para o Alívio da Pobreza foi assinado em 2017. Encontra-se em tramitação processo de coleta de assinaturas, para encaminhamento à Casa Civil e posterior envio ao Congresso.

Acordo disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/acordo-entre-o-governo-da-republica-da-india-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-da-africa-do-sul-sobre-o-fundo-ibas-para-o-alivio-da-pobreza-e-da-fome

O Artigo 2 do acordo trata das Contribuições

"1. O capital do Fundo IBAS será constituído, inter alia, pelas contribuições anuais feitas pelas Partes.

2. Contribuições anuais a serem realizadas pelas Partes serão fixados no patamar de US\$ 1 milhão e as contribuições serão realizadas antes do final do primeiro semestre de cada ano.*

Artigo 6 - Entrada em Vigor, Ratificação e Duração

"1. O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação pela qual cada Parte informa as demais da conclusão de seus respectivos procedimentos internos necessários para a entrada em vigor do presente Acordo.*

00F4 Contribuição ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal (MRE)

Decreto Legislativo nº 91, de 15 de dezembro de 1989, que aprova os textos da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio;

Decreto nº 99.280, de 06 de junho de 1990, que promulga a Convenção e o Protocolo;

Artigo 13 do Protocolo (Disposições Financeiras).

00GT Contribuição ao Parlamento do Mercosul - PARLASUL (MRE)

Decreto Legislativo nº 408, de 12 de setembro de 2006, que aprova o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;

Decreto nº 6.105, de 30 de abril de 2007, que promulga o Protocolo;

Artigo 20 do Protocolo (Orçamento).

00HE Contribuição ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFAA (MRE)

- Decreto Legislativo nº 70, de 2006 que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002. - Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008 que promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em 3 de novembro de 2001, e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002, o qual prevê, nos Artigos 18 e 19, do Tratado, que: "18.1 As Partes Contratantes se comprometem a implementar uma estratégia de financiamento para a implementação do presente Tratado (...). 18.2 Os objetivos da estratégia de financiamento serão os de aumentar a disponibilidade, transparência, eficiência e eficácia do fornecimento de recursos financeiros para a implementação de atividades no âmbito do presente Tratado." "19.1 Um Órgão Gestor composto de todas as Partes Contratantes fica estabelecido para o presente Tratado. (...) 19.3 O órgão gestor tem por função (...): (...) (d) adotar o orçamento do presente Tratado." O atendimento a este item foi consolidado durante a 4ª Reunião do Órgão Gestor do TIRFAA, ocorrida em Bali, Indonésia, de 14 a 18 de março de 2011, com a edição do Relatório IT/GB-4/11 que, em seu Apêndice A.1, Artigo V, dispõe: "5.1 Os recursos do Tratado compreenderão: (...) b) contribuições voluntárias das Partes Contratantes para o orçamento administrativo principal. Não há previsão de sanções políticas e financeiras no Tratado em questão.

00LQ Contribuição ao Fundo Internacional para a Diversidade Cultural - FIDC (MINC)

- Decreto Legislativo nº 485 de 20/12/2006, que aprova o texto da Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005; e - Decreto nº 6.177 de 1/08/2007, que promulga a Convenção.

O artigo 18 da referida Convenção trata especificamente do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, conforme os termos a seguir: "Artigo 18 - Fundo Internacional para a Diversidade Cultural 1. Fica instituído um Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, doravante denominado o "Fundo". 2. O Fundo estará constituído por fundos fiduciários, em conformidade com o Regulamento Financeiro da UNESCO. 3. Os recursos do Fundo serão constituídos por: a) contribuições voluntárias das Partes; b) recursos financeiros que a Conferência-Geral da UNESCO designe para tal fim; c) contribuições, doações ou legados feitos por outros Estados, organismos e programas do sistema das Nações Unidas, organizações regionais ou internacionais; entidades públicas ou privadas e pessoas físicas; d) juros sobre os recursos do Fundo; e) o produto das coletas e receitas de eventos organizados em benefício do Fundo; f) quaisquer outros recursos autorizados pelo regulamento do Fundo.* Não há previsão de sanções políticas e financeiras na Convenção em questão.

00LS Contribuição à Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco - CQCT FCCT (MS)

Decreto Legislativo nº 1.012, de 2005, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco; e Decreto nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006, que promulga a Convenção; Artigo 26 do Estatuto (Contribuição Financeira).

00OP Integralização de Cotas em Rodadas Específicas de Capital de Bancos Internacionais

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento

00Q1 Contribuição ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul - IPPDH (MRE)

Decreto Legislativo nº 88, de 16 de junho de 2017 que aprova a Decisão MERCOSUL/CMC nº 12/10;

Decreto nº 9.184, de 30 de outubro de 2017 que promulga o mencionado texto;

ESTRUTURA DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS - Art. 5º O funcionamento do IPPDH será financiado com contribuições a cargo dos órgãos/repartições governamentais de cada Estado Parte competentes na matéria. A definição da instância governamental, bem como o montante de cada contribuição será determinado na decisão que aprovar o orçamento anual. O IPPDH poderá utilizar também recursos provenientes de contribuições de Organizações Não Governamentais e/ou de Cooperação Internacional, nos termos e sob os procedimentos estabelecidos pela normativa MERCOSUL na matéria.

00QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais

Lei nº 10.559, de 2002, art. 12, e parágrafo 4º; e

Recurso Extraordinário - RE 553710/STF

00RM Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA)

Decreto Legislativo nº 28, de 1997, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

Decreto nº 2.741, de 20 de agosto de 1998, que promulga a Convenção acima.

O artigo 22, item 2, "e", da Convenção estabelece que a Conferência das Partes deverá acordar e aprovar, por consenso, suas regras de gestão financeira, conforme reproduzido abaixo:

"Artigo 22

2. A Conferência das Partes é o órgão supremo da Convenção e, de acordo com o seu mandato, tomará as decisões necessárias a sua efetiva implementação. Em particular, deverá: e) Acordar e aprovar, por consenso, o seu regulamento interno e as suas regras de gestão financeira, bem como os dos seus órgãos subsidiários;"

Por conseguinte, nos termos da Decisão 2/COP1, de 1997, as Partes devem pagar suas contribuições até 1º de janeiro de cada ano, com base em uma escala indicativa aprovada pela COP. Veja-se:

Contribuições

12. Os recursos da Conferência das Partes compreenderão: a) Contribuições realizadas anualmente pelas Partes com base em uma escala indicativa aprovada pela COP.*

00RN Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT (MTUR)

Base Legal:

Decreto Legislativo nº 56, de 18 de setembro de 1972, que aprova o texto dos Estatutos da OMT, aprovados em reunião realizada na Cidade do México, de 17 a 28 de setembro de 1970.;

Decreto nº 75.102, de 20 de dezembro de 1974, que promulga o estatuto da OMT.

Destacamos, ainda, a previsão contida no artigo 25º do referido estatuto:

"Artigo 25º. O orçamento da Organização abrangerá suas atividades administrativas e de programa geral e será custeada pelas contribuições dos Membros Eletivos, Associados e Filialdos segundo escala de rateio de despesa aceita pela Assembleia e por outras fontes eventuais de receita da Organização, conforme as disposições de Regulamento de Financiamento anexo aos presentes Estatutos dos quais formam parte integrante.*

00RO Contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA (MRE)

Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995, que promulga a Convenção;

Artigo 171 da Convenção (Disposições Financeiras).

00UT Contribuições Regulares a Organismos de Direito Internacional Público sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XV.

00UY Contribuição ao Protocolo para Eliminar o Comércio Ilicite de Produtos do Tabaco (MS)

Decreto Legislativo nº 185, de 12 de dezembro de 2017; e

Decreto de Promulgação nº 9.516 de 1º de outubro de 2018.

Artigo 33

6. A Reunião das Partes deverá decidir sobre a escala e o mecanismo de contribuições assinaladas de caráter voluntário das Partes destinadas ao funcionamento do presente Protocolo, assim como outros possíveis recursos necessários para sua aplicação.

7. Em cada período de sessões ordinário, a Reunião das Partes deverá adotar, por consenso, um orçamento e um plano de trabalho para o exercício financeiro até o período de sessões ordinário seguinte, os quais serão distintos do orçamento e do plano de trabalho da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco.

00V2 Recomposição a Fundos Internacionais

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento

0113 Contribuição ao Fundo de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA FCT (MRE)

- Decreto Legislativo n.º 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);
- Decreto n.º 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto da AIEA.

"(...) Artigo XIV Disposições Financeiras (...) D. A Junta de Governadores repartirá entre os membros da Agência as despesas previstas (...), de acordo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral. Ao fixar a escala, a Conferência Geral se guiará pelos princípios adotados pelas Nações Unidas no tocante às contribuições dos Estados-membros para o orçamento ordinário daquela organização. (...)".

Destaca-se, ainda, a previsão contida no artigo XIV do referido Estatuto. Nela dispõe-se que as despesas da Agência são divididas em duas categorias: a) despesas administrativas e b) outras despesas. O Artigo XIV, B1, que trata das Disposições Financeiras prevê que as despesas administrativas deverão incluir:

"a) Despesas com o pessoal da Agência, excetuadas as relativas ao pessoal cujo emprego esteja relacionado com os materiais, serviços, equipamento e instalações referidos no subparágrafo B-2 seguinte; as despesas com reuniões; e as despesas necessárias à preparação de projetos da Agência e à distribuição de informação;

b) As despesas decorrentes da aplicação das salvaguardas previstas no Artigo XII em relação aos projetos da Agência ou, no subparágrafo A-5 do Artigo III, em relação aos acordos bilaterais ou multilaterais, assim como as despesas de manipulação e armazenagem pela Agência de material fissionável especial, que não sejam as despesas de armazenagem e manipulação a que se refere o parágrafo E deste artigo;"

A Junta de Governadores da AIEA, conforme disposto no Artigo XIV, C, repartirá entre os membros da Agência as despesas acima mencionadas de acordo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral.

A categoria de outras despesas está prevista no Artigo XIV, Z:

"As despesas, além das previstas no subparágrafo 1 do presente parágrafo, relativas a materiais, instalações, estabelecimentos e equipamento, adquiridos ou instituídos pela Agência no exercício de suas atribuições, assim como as relativas ao custo dos materiais, serviços, equipamento e instalações que a Agência proporcionar em virtude de acordo com um ou mais de seus membros."

As outras despesas, de acordo com o Artigo XIV, E, deverão ser pagas com o lucro, recebido pela AIEA, da aplicação do uso de taxas para armazenagem e manipulação, aplicáveis aos materiais, serviços, equipamentos e instalações fornecidos pela Agência aos seus Membros.

As taxas seriam calculadas por uma escala pela Junta de Governadores de maneira a fornecer uma renda suficiente para cobrir as despesas e custos das despesas acima referidas, deduzida de qualquer contribuição voluntária que a Junta de Governadores decida utilizar para esse fim.

As quantias obtidas com a aplicação dessa escala se destinariam a um fundo especial chamado Fundo Geral, o qual abrange três outros fundos: i) Fundo de Cooperação Técnica; ii) Fundo do Programa Extra-orçamentário; iii) Fundo de Cooperação Técnica Extra-orçamentário, e poderiam ser usados da maneira que a Junta de Governadores entendesse, conforme Artigo XIV, F:

"Os excedentes de renda a que se refere o parágrafo E s bore as despesas e custos que ele se mencionam, assim como as contribuições voluntárias feitas   Agência, serão colocados em um fundo geral que poderá ser usado na forma que determinar, a Junta de Governadores com a aprovação da Conferência Geral."

As contribuições voluntárias ao Fundo Geral foram solicitadas pela Resolução adotada durante a 150ª reunião plenária da Conferência Geral (GC(XV)/RES/286), em 27 de setembro de 1971, a qual emenda a Resolução adotada durante a 62ª reunião plenária da Conferência Geral (GC(VI)/RES/100), em 06 de outubro de 1961.

O Estatuto da AIEA não prevê aplicação de sanções em caso de atraso no pagamento das contribuições.

0123 Contribuição   Organização Marítima Internacional - IMO (MD)

Decreto Legislativo n.º 53, de 07 de junho de 1977, que aprova o texto da Resolução n.º 358, da IX Assembléia Geral da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (OMCI), que aprovou Emendas   Convenção da Organização;

Decreto n.º 87.458, de 16 de agosto de 1982, que promulga a Resolução;

Artigo 41 da Convenção (Contribuição Financeira).

0128 Contribuição   Organização das Nações Unidas - ONU (MRE)

Decreto-lei n.º 7.935, de 3 de setembro de 1945, que aprova a Carta das Nações Unidas;

Decreto n.º 19.841, de 22 de outubro de 1945, que promulga a Carta;

Artigo 17 da Carta (Disposições Financeiras).

0146 Contribuição ao Fundo do Patrimônio Mundial - FPM (MINC)

Decreto Legislativo n.º 74, de 1977, que aprova o texto da Convenção Relativa   Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural;

Decreto n.º 80.978, de 12 de Dezembro de 1977, que promulga a Convenção;

Artigo 15 da Convenção (Disposições Financeiras): "3. Os Recursos do Fundo serão constituídos: a) pelas contribuições obrigatórias e pelas contribuições voluntárias dos Estados-Partes na presente Convenção";

Como o Brasil fez ressoava ao Artigo 16, 1,   própria Convenção prevê que: "2. [...] qualquer dos estados a que se refere o artigo 31 ou o artigo 32 da presente Convenção poderá, no momento do depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação ou adesão, declarar que não se obriga pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo. [...] 4. Para que o Comitê esteja em condições de prever suas operações de maneira eficaz, as contribuições dos Estados-Partes na presente Convenção que houverem feito a declaração mencionada no parágrafo 2 do presente artigo ter o de ser entregues de modo regular, pelo menos de dois em dois anos, e não deverão ser inferiores às contribuições que teriam de pagar se tivessem se obrigado pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo."

0186 Contribuição   Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (MTPA)

Decreto-Lei n.º 7.952, de 11 de setembro de 1945, que aprova a Convenção sobre Aviação Civil Internacional;

Decreto n.º 21.713, de 27 de agosto de 1946, que promulga a Convenção;

Artigo 61 da Convenção (Orçamento e repartição de gastos).

0190 Contribuição   Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanç a do Clima - UNFCCC (MCTI)

Decreto Legislativo n.º 1, de 3 de fevereiro de 1994, que aprova a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanç a do Clima;

Decreto n.º 2.652, de 1 de julho de 1998, que promulga a Convenção-Quadro;

Artigo 7º da Convenção (Conferência das Partes). 1. Uma Conferência das Partes é estabelecida por esta Convenção. 2. Como  rg o supremo desta Convenção... deve: i) Definir e adotar, por consenso, suas regras de procedimento e regulamento financeiro bem como os de seus órgãos subsidiários."

Embora a Convenção não apresente regras de contribuição financeira dos Estados-Partes, traz a previsão de que a Conferência das Partes será responsável por tal regulamento.

"Decisão 15/CP.1 - Procedimentos Financeiros - Anexo 1 - 7. Os recursos da Conferência das Partes englobam: a) Contribuições feitas a cada ano pelas Partes, na base de uma escala indicativa, adotada por consenso pela Conferência das Partes..."

0218 Contribuição   Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS)

Decreto n. 5.693, de 13 de agosto de 1929, que aprova o Código Sanitário Pan-Americano;

Decreto n.º 19.238, de 10 de junho de 1930, que promulga o Código Sanitário;

Artigo 60 do Código Sanitário (Disposições Financeiras);

Paracer/MP/CONJUR/FNF/N.º 1245 - 1.10/2009: "Ante o exposto, em resposta   consulta formulada pela Secretaria de Assuntos Internacionais desta Pasta, concluo que: (i) o art. 60 do Código Sanitário Pan-Americano, aprovado na Convenção de Havana, em 1924, e promulgado por meio do Decreto n.º 19.238, de 1930, pode ser considerado como base legal suficiente para respaldar o pagamento de contribuições regulares para a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS; e (ii) que não há necessidade de submeter ao Congresso Nacional a constituição da OPAS".

0221 Contribuição   Organização Mundial de Saúde - OMS (MS)

Decreto Legislativo n.º 6, de 14 de fevereiro de 1948, que aprova os Atos concluídos na Conferência Internacional de Saúde;

Decreto n.º 26.042, de 17 de dezembro de 1948, que promulga os Atos;

Artigo 7º da Constituição da OMS (Disposições Financeiras).

0287 Contribuição   Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico - ICCAT (MPA)

Decreto Legislativo n.º 478, de 27 de fevereiro de 1969, que aprova a Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico;

Decreto n.º 65.026, de 20 de agosto de 1969: Promulga a Convenção Internacional para a Conservação do Atum e afins do Atlântico.

O Decreto n.º 65.026/69, promulgou a Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins no Atlântico, a qual havia sido previamente aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 478/69. A previsão da contribuição financeira por parte do Brasil encontra-se no art. X, alínea 1. e 2.

"Artigo X

1. A Comissão aprovará um orçamento das despesas comuns da Comissão para o biênio que se seguir a cada sessão ordinária.

2.) Cada Parte Contratante contribuir  anualmente para o orçamento da Comissão com uma quantia correspondente a:

a) US\$ 1.000,00 (mil dólares americanos) como membro da Comissão;

b) US\$ 1.000,00 (mil dólares americanos) por cada uma das subcomissões de que for parte;

c) caso o orçamento proposto para as despesas comuns de um biênio ultrapassar o total das contribuições feitas pelas Partes Contratantes segundo as disposições das alíneas (a) e (b) deste parágrafo, um terço do montante deste excesso será repartido entre as Partes Contratantes proporcionalmente às suas contribuições feitas segundo as mencionadas alíneas (a) e (b) deste parágrafo.

i) a soma do peso vivo do resultado da pesca do atum e afins do Atlântico e do peso líquido da produção de conservas destes peixes para cada Parte Contratante.

ii) a soma total dos elementos contidos no inciso (i) acima, para o conjunto das Partes Contratantes.

Cada Parte Contratante contribuir , quanto aos dois terços restantes, proporcionalmente   relação que existe entre seu total particular previsto no inciso (i) acima e o total geral previsto no inciso (ii) acima. A parte do orçamento a que se refere a presente alínea será fixada com a aprovação de todas as Partes Contratantes presentes e com direito a voto".

0344 Contribuição   Organização Mundial das Aduanas - OMA (MF)

Decreto Legislativo n.º 129, de 2 de dezembro de 1980, que aprova o texto do Convênio de Criação de um Conselho de Cooperação Aduaneira;

Decreto n.º 85.801, de 10 de março de 1981, que promulga o Convênio;

Artigo XII, inciso b, do Convênio (Disposições Financeiras).

0420 Contribuição   Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA)

Decreto Legislativo n.º 11, de 23 de maio de 1949, que aprova a Convenção da Organização Meteorológica Mundial;

Decreto n.º 28.074, de 04 de maio de 1950, que promulga a Convenção;

Artigo 24 da Convenção (Disposiç es Financeiras).

0483 Contribuição   Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (MMA)

Decreto Legislativo n.º 02, de 03 de fevereiro de 1994, que aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Decreto n.º 2.519, de 16 de março de 1998, que promulga a Convenção;

- Decreto n.º 5.705, de 16 de fevereiro de 2016, que promulga o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica

Artigo 23, 3 da Convenção (Disposições Financeiras).

0539 Contribuição ao Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN (MPO)

- Decreto Legislativo n.º 329, de 18 de julho de 2012, que aprova os Convênios Constitutivo e de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos II - FUMIN II.

- Decreto n.º 7.982, de 8 de abril de 2013, que promulga o Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II.

Destacam-se as alíneas b e c do Artigo II - Contribuições ao Fundo:

"Artigo II Contribuições ao Fundo

(...)

2. Cada País Membro e Membro Associado compromete-se a contribuir anualmente para o orçamento da Organização com a quota que lhe for atribuída pela Conferência. Esta deverá levar em consideração a diferença de status entre Países Membros e Membros Associados, ao determinar as respectivas contribuições."

0867 Contribuição   Secretaria do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (MRE)

Decreto Legislativo n.º 188, de 15 de dezembro de 1995, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul - Protocolo de Ouro Preto;

Decreto n.º 1.901, de 9 de maio de 1996, que promulga o Protocolo;

Artigo 45 do Protocolo (Disposições Financeiras).

0868 Contribuição   Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA (MRE)

Decreto Legislativo n.º 69, de 18 de outubro de 1978, que aprova o texto do Tratado de Cooperação Amaz nica;

Decreto n.º 85.050, de 18 de agosto de 1980, que promulga o Tratado;

Decreto Legislativo n.º 102, de 28 de outubro de 1999, que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amaz nica (TCA);

Decreto n.º 4.387, de 25 de setembro de 2002, que promulga o Protocolo de Emenda ao TCA;

Decreto Legislativo n.º 44, de 12 de abril de 2006, que aprova o texto do Acordo de Sede entre o Brasil e a OTCA;

Decreto n.º 5.819, de 26 de junho de 2006, que promulga o Acordo de Sede;

Artigo II do Protocolo de Emenda ao TCA (Disposiç es Financeiras).

0869 Contribuição   Ag ncia Internacional de Energia At mica - AIEA (MRE)

Decreto Legislativo n.º 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Ag ncia Internacional de Energia At mica;

Decreto n.º 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto;

Artigo XIV do Estatuto (Disposições Financeiras).

0870 Contribuição   Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (MRE)

Decreto Legislativo n.º 8, de 12 de fevereiro de 1998, que aprova os textos da Declaração Constitutiva e dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

Decreto n.º 5.002, de 3 de março de 2004, que promulga a Declaração Constitutiva e os Estatutos;

Artigo 17 dos Estatutos (Disposiç es Financeiras).

0872 Contribuição   Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE)

Decreto Legislativo n.º 30, de 15 de dezembro de 1994, que aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociaç es Comerciais Multilaterais do GATT, as listas de concess es do Brasil na área tarif ria (Lista III) e no setor de serviç os e o texto do Acordo Plurilateral sobre Carne Bovina;

Decreto n.º 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final;

Artigo VII do Acordo Constitutivo da OMC, contido na Ata Final (Disposiç es Financeiras).

0873 Contribuição   Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE)

Decreto Legislativo n.º 5, de 26 de agosto de 1947, que ratifica os textos da nova Constituição da Organização Internacional do Trabalho e da Convenção sobre a Revisão dos Artigos Finais;

Decreto 25.696, de 20 de outubro de 1948, que promulga a Constituição da OIT e a Convenção sobre a Revisão dos Artigos Finais;

Artigo 13, n.º 3 da Constituição da OIT (Disposições Financeiras).

0864 Contribuição   Associação Latino-Americana de Integração - ALADI (MRE)

Decreto Legislativo n.º 66, de 16 de novembro de 1981, que aprova o texto do Tratado de Montevideu de 1980;

Decreto n.º 87.054, de 23 de março de 1982, que promulga o Tratado;

Artigo 35 do Tratado (Disposições Financeiras).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

0B66 Contribuição à Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB (MRE)

Decreto Legislativo nº 23, de 1º de fevereiro de 2006, que aprova o texto do Acordo de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana;

Decreto nº 6.659, de 20 de novembro de 2008, que promulga o Acordo;

Artigo 7º do Acordo (Disposições Financeiras).

0B73 Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO (MRE)

Decreto nº 92.662, de 16 de maio de 1986, que promulga a Constituição da UNIDO;

Decreto Legislativo nº 109, de 04 de novembro de 1980, que aprova a Constituição da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial;

Artigo 15 da Constituição da UNIDO (Disposições Financeiras).

0B74 Contribuição à Organização para a Proibição das Armas Químicas - OPAQ (MRE)

Decreto Legislativo nº 9, de 1996, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo;

Decreto nº 2.977, de 1 de março de 1999, que promulga a Convenção;

Artigo VIII da Convenção (Disposições Financeiras).

0B75 Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE)

Decreto Legislativo nº 112, de 6 de junho de 2002, que aprova o texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional;

Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, que promulga o Estatuto;

Artigo 115 do Estatuto (Disposições Financeiras).

0C37 Contribuição à Convenção sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes - Convenção de Estocolmo (MRE)

Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004, que aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes;

Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005, que promulga a Convenção;

Artigo 19 da Convenção prevê a criação de regras financeiras;

Regra 5 do Financial Rules (Disposições Financeiras).

0C39 Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT (MMA)

Decreto Legislativo nº 325, de 14/08/2013 - Aprova o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais.

Decreto de Promulgação nº 8.330, de 5/11/2014 - Promulga o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais firmado pela RFB em Genebra, em 27 de janeiro de 2006.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 19 do Acordo, reproduzido a seguir:

*Artigo 19

1. As despesas necessárias para a administração deste Acordo serão efetuadas pela Conta de Gestão e atendidas por contribuições anuais pagas pelos membros, de acordo com seus respectivos procedimentos constitucionais e institucionais, as quais serão fixadas conforme os parágrafos 3, 4 e 5 deste Artigo*.

71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

00M4 Remuneração a Agentes Financeiros

Decreto nº 8.535, de 1º de outubro de 2015 - Dispõe sobre a contratação de serviços de instituições financeiras pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

71903 Fundo Social - FS

00JG Operacionalização do Fundo Social - FS

Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

00JJ Promoção de Investimentos no Brasil e no Exterior: Fundo Social - FS

Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

71904 Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

0026 Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural

Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - regulamento da SUSEP;

Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 - art.38, § 5º, designa a ABGF como administradora do FERS;

Resolução CNSP nº 404, de 26 de março de 2021 - dispõe sobre o Seguro Rural e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR.

216G Operacionalização do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR

Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - regulamento da SUSEP;

Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 - art.38, § 5º, designa a ABGF como administradora do FERS;

Decreto nº 9.078, de 12 de junho de 2017 - define a remuneração da ABGF;

Resolução CNSP nº 404, de 26 de março de 2021 - dispõe sobre o Seguro Rural e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR.

71905 Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

0027 Pagamentos no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação

Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979 - dispõe sobre o seguro de crédito à exportação;

Lei nº 9.665, de 19 de junho de 1998 - renegociação de créditos externos da União;

Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999 - cria o Fundo de Garantia à Exportação e dá outras providências;

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro, Art. 770 - revisão do prêmio por alteração no risco;

Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006 - autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União;

Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001 - regulamenta a Lei nº 6.704;

Decreto nº 11.344 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

71906 Fundo Especial de Financiamento de Campanhas

0E8B Financiamento de Campanha Eleitoral

LEI Nº 13.487, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017, QUE INCLUIU O ARTIGO 16-C À LEI Nº 9.504/97

73101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

005E Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei Complementar nº 176/2020

Lei Complementar nº 176 de 29 de dezembro de 2020 (Instituiu transferências obrigatórias da União para os estados, o Distrito

Federal e os municípios, por prazo ou fato determinado, e declarou atendida a regra de cessação contida no § 2º do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

00VP Transferência Temporária aos Estados e ao Distrito Federal a Título de Compensação pelos Efeitos da Lei Complementar nº 194, de 2022

Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, art. 3º e art. 14; Projeto de Lei Complementar nº 136, de 2023, art. 2º.

73113 Recursos sob Supervisão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

8567 Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65)

Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 65 - remuneração dos militares do Distrito Federal;

Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

73120 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

00UV Implementação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura

Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.

74101 Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

00QM Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992; Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, art. 16; Lei nº 10.186, de 12 de Fevereiro de 2001, art. 5; e Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, arts. 7º e 7º-A.

00RW Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Lei nº 13.986, de 2020)

Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, art. 47 a 50.

0267 Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)

Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro 2001, art. 2º; Decreto nº 7.710, de 3 de abril de 2012; Resolução nº 2.575, de 17 de dezembro de 1998 e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.063, de 12 de abril de 2012.

0281 Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965; Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 5º; Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001; Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001; Decreto 5.996, de 20 de dezembro de 2006; Decreto 11.029, de 1º de abril de 2022 e Decreto 11.530, de 16 de maio de 2023.

0294 Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 e Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º, II, 4º, 5º e 7º-B.

0297 Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995)

Lei nº 8.427 de 1992, Lei nº 9.126 de 1995 e Lei nº 11.775 de 2008.

0298 Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965 e Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º, II, 4º, 5º e 7º- B.

0301 Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei 4.829, de 5 de novembro 1965, e Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º, II, 4º, 5º e 7º- B.

0611 Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 10.437, de 2002)

Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, art. 5º a 8º; MPV nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, art. 2º §3º; Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, art. 4º §1º e Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, nº 2.666, de 11 de novembro de 1999, nº 2.963, de 28 de maio de 2002, e suas respectivas alterações.

0A81 Financiamento de Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)

Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965; Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 e Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001.

0A84 Financiamento de Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)

Lei nº 10.184 de 12 de fevereiro de 2001 e Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 2.575, de 17 de dezembro de 1998 e nº 4.335, de 26 de maio 2014.

0E85 Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012)

Lei nº 12.613, de 18 de abril de 2012.

74102 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

0021 Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, art. 64 - estabelece que a União prestará assistência e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das suas normas.

Resolução do Senado Federal nº 17, de 10 de setembro de 2001 - dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM;

74201 Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP - M. Fazenda

0461 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Lei Complementar nº 101 (LRF), de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - art. 26 - destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou jurídicas de pessoas jurídicas;

Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 - Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

74202 Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS

0354 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)

Lei nº 9.961/2000.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

RN 300/2012; RN 394/2015; RN 316/2012; RN 401/2016; RN 417/2016.

74203 Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-MDA

0427 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
Lei nº 13.001, de 25 de fevereiro de 2014;
Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;
Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018;
Instrução Normativa Incra nº 101, de 30 de setembro de 2020.

74204 Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

00GY Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha

Lei nº 188 de 15 de janeiro de 1936 e Decreto nº 2.013 de 26 de setembro de 1996.

74205 Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

00JE Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica

Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979 e Decreto nº 84.457, de 31 de janeiro de 1980.

74901 Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - M. Agric. e Pec.

0012 Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)

Constituição da República Federativa do Brasil, Parágrafo único do artigo 70;
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
Lei nº 9.239, de 22 de dezembro de 1995 - Ratifica o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ;
Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Art. 6º Estabelece que os financiamentos com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, a que se refere o art. 7º do Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, serão concedidos segundo condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986 - Isenta do imposto de exportação as vendas de café para o exterior;
Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987 - Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé;
Decreto nº 10.071, de 17 de outubro de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café;
Resoluções do Conselho Monetário Nacional - Estabelecem as condições para concessão de financiamentos com recursos do Funcafé; e
Manual de Crédito Rural-MCR - Capítulo 9 - Consolida as condições específicas para concessão de operações de crédito amparadas com Recursos do Funcafé.

0A27 Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992 - Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural;
Lei nº 9.239, de 22 de dezembro de 1995 - Ratifica o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto 94.874 de 15 de setembro de 1987 - Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé;
Decreto nº 10.071, de 17 de outubro de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café;
Resoluções do Conselho Monetário Nacional - Estabelecem o percentual de remuneração dos agentes financeiros do Funcafé; e
Manual de Crédito Rural-MCR - Capítulo 9 - Consolida as condições específicas para concessão de operações de crédito amparadas com Recursos do Funcafé.

74902 Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação

00IG Concessão de Financiamento Estudantil - FIES (Lei nº 10.260, de 2001)

CF/88, Título VIII, Capítulo III, seção I; Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014; LDB - Lei nº 9.394/96; Lei nº 10.260/2001 e demais atos normativos do MEC e do FNDE de regulamentação do Programa.

00M2 Integralização de Cotas em Fundos de Garantia de Operações de Crédito Educativo

Lei nº 10.260/2001; Lei nº 12.087/2009, com a redação dada pela Lei nº 12.385/2011; Lei nº 13.530/2017; Portaria Normativa MEC nº 001/2010, com a redação dada pela Portaria Normativa MEC nº 21/2010.

20RZ Administração do Financiamento Estudantil - FIES

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.715/1998; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.260/2001; Lei nº 12.202/2010; Lei nº 12.513/2011; Lei 13.530/2017; Lei nº 14.133/2020; Portaria Interministerial MF/MEC nº 309, de 04/05/2010; e Portaria MEC nº 505, de 16/04/2010.

74904 Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - M. de Portos e Aeroportos

0118 Financiamentos à Infraestrutura Aquaviária, Portuária e Construção/Manutenção Naval

Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004;
Lei nº 14.301, de 07 de janeiro de 2022;
Resolução CMN nº 4.919 de 24/6/2021;
Resolução CDFMM nº 185 de 04 de abril de 2022;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

74905 Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das Telecommunic./FUNTEL-M.Comunicações

0505 Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações

Lei nº 10.052, de 2000; Lei nº 10.973, de 2004; Decreto nº 3.737, de 2001; Resolução CGF nº 66, de 2010.

74906 Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MDA

0061 Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras

Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998 e suas alterações - Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003 - Regulamenta o Fundo de Terras e da Reforma Agrária;
Resolução nº 3231, de 31 de agosto de 2004 e suas alterações - Define as condições aplicáveis aos financiamentos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária;
Resolução CMN nº 3861, de 27 de maio de 2010 - Dispõe sobre a autorização antecipada para prorrogação de operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

74908 Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo

0454 Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei 14.476, de 14 de dezembro de 2022; Decreto nº 11.416, de 16 de fevereiro de 2023; e Lei 14.600, de 19 de junho de 2023;

74910 Recursos sob Sup. do Fundo Nac. de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-M.Ciência, Tecnol. e Inov.

0A37 Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Lei nº 11.540, de 2007)

Constituição Federal, art. 218.

74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

006C Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)

Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007.

20ZK Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007.

74916 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - MMA

00J4 Financiamento Reembolsável de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima

Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018; e Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023.

74917 Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - MDR

0353 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007)

Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007;
MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001;
Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012;
Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;
Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017;
Lei 13.682, de 19 de junho de 2018;
Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007;
Decreto nº 7.839, de 9 de novembro de 2012;
Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014;
Decreto nº 10.053, de 09 de outubro de 2019;

74918 Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - MDR

0355 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007)

Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001; Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 9.810, 30 de maio de 2019; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Decreto nº 7.838, de 9 de novembro de 2012; Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018.

74919 Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - MDR

0E83 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)

Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018; Decreto n. 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019; Decreto nº 11.057, de 9 de novembro de 2022; Portaria Interministerial MDR/ME nº 2, de 22 de junho de 2021; Resolução CONDEL/SUDECO nº 114, de 9 de novembro de 2021.

2F03 Apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)

Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019, Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022, Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, Resolução Condel/Sudeco nº 124, de 15 de junho de 2022, Resolução Condel/Sudeco nº 125, de 15 de junho de 2022.

74920 Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST - M. Comunicações

00TT Financiamento a Projetos de Expansão, Uso e Melhoria da Qualidade das Redes e dos Serviços de Telecomunicações

Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022; e Resolução CG-FUST nº 2, de 8 de agosto de 2022.

00V1 Ampliação do Acesso ao Crédito para Investimentos em Redes de Telecomunicações (Programa ACESSA Crédito Telecom)

Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022; Resolução CG-FUST nº 2, de 8 de agosto de 2022; Resolução Cofevex nº 4, de 9 de maio de 2023.

75101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

00Q3 Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS

Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, art. 44 e Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001.

00QE Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União

• Constituição Federal - Arts.13 e 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, de 5 de outubro de 1988; Lei nº 7.862 de 30 de outubro de 1989; Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.897, de 27 de junho de 1994; Lei nº 9.138 de 29 de

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

novembro de 1995; Lei nº 9.617, de 2 de abril de 1998; Lei nº 9.866 de 9 de novembro de 1999; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002; Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007; Leis que geraram e/ou transferiram obrigações financeiras para a União;

- Medida Provisória nº 2.208, de 29 de agosto de 2001; e outras que autorizem a assunção, pela União, de obrigações financeiras;
- Regulamentos: Decreto nº 1.647, de 26 de setembro de 1995; e Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007

0243 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e Resoluções do Senado Federal nº 96, de 15 de dezembro de 1989; 57, de 10 de novembro de 1995; 69, de 12 de setembro de 1996; 51, de 10 de junho de 1997; 23, de 29 de junho de 1999.

0272 Refinanciamento pela União de Dívidas Internas Contratuais das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 8.727, de 1993)

Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 e Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

0365 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, MP nº 2.192, de 24 de agosto de 2001 e Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

0425 Serviços da Dívida Pública Federal Externa

Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984.

Resoluções do Senado Federal nº 96, de 15 de dezembro de 1989; 57, de 10 de novembro de 1995; 69, de 12 de setembro de 1996; 51, de 10 de junho de 1997 e 23, de 29 de junho de 1999.

0455 Serviços da Dívida Pública Federal Interna

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; MP nº 2.192, de 24 de agosto de 2001; Decreto nº 578 de 24 de junho de 1992 e Decreto nº 9.292 de 23 de fevereiro de 2018.

0669 Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil

Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); Lei Complementar nº 179/2021; MP nº 2.179-36/2001; Lei nº 11803/2008 e Lei nº 13820/2019.

81101 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta

0083 Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)

Lei nº 9.140/95, Lei nº 10.536/02 e Lei nº 10.875/04.

0734 Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraiadas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos

Constituição Federal - art. 5º, § 2º; Decreto nº 678/92; Decreto nº 4.463/02; e Decreto nº 4.388/02.

162G Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023

2000 Administração da Unidade

CF/1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 9.673/2019.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

21FZ Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Constituição Federal de 1988. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Lei nº 8.842, de 1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III). Decreto nº 10.133 de 2019. Decreto 10.604 de 2021 (Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa). Decreto nº 10.816/2021.

21G0 Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Declaração Universal dos direitos da criança; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança; Lei nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016; Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014; Lei nº 14.548, de 13 de abril de 2023; Lei 12.594 de 2012; e Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

21G1 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Constituição Federal de 1988. Decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Decreto nº 8.954, de 10 de janeiro de 2017. Portaria interministerial nº 1, de 12 de janeiro de 2017. Lei nº 10.048 de 2000. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

21G2 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Constituição Federal de 1988; Portaria GM/MS nº 2836/2011 (Política Nacional de Saúde Integral LGBT); Decreto Presidencial nº 8.727/2016; Portaria MDH nº 202/2018 (Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTQIbica); Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275/2018; Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/Distrito Federal (ADO nº 26/DF) e do Mandato de Injunção nº 4.733/Distrito Federal (MI nº 4.733/DF), em 13 de junho de 2019, que equiparou os atos de LGBTQIA+ à proibição ao conceito jurídico de racismo, previsto na Lei nº 7.716/1989; Acórdãos nº 553 e 554/2023, do Tribunal de Contas da União (TCU).

21G3 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Ruas das Catadoras de Materiais Recicláveis

Constituição Federal de 1988. Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (Política Nacional para a População em Situação de Rua). Decreto nº 11.472, de 6 de abril de 2023. Portaria nº 2.927, de 26 de agosto de 2021. Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto, de 2015, do Conselho de Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas. Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023. Resolução CNJ nº 425/2021.

21G4 Apoio ao funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014.

21G5 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações

Constituição Federal de 1988. Lei nº 9807 de 1999. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013. Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013. Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007. Decreto nº 9.937 de 24 de julho de 2019. Decreto nº 10.815, de 27 de setembro de 2021. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro

de 1940, Código Penal. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 (Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências). Decreto nº 9.887, de 2019. Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. Lei nº 13.445 de 2017. Portaria nº 177 de 22 de março de 2023. Decreto nº 10.063 de 2019. Decreto nº 9.929, de 2019. Decreto nº 11.341, de 2023. Lei nº 12.662 de 05 de junho de 2012. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Portaria Ministério da Saúde nº 248, de 2 de fevereiro de 2018, Portaria nº 938, de 20 de maio de 2002, Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º, inciso III, do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal; Lei nº 13.844, de 2019.

81901 Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA

21G0 Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Declaração Universal dos direitos da criança; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança; Lei nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016; Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014; Lei nº 14.548, de 13 de abril de 2023; Lei 12.594 de 2012; e Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

81902 Fundo Nacional do Idoso - FNI

21FZ Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Constituição Federal de 1988. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Lei nº 8.842, de 1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III). Decreto nº 10.133 de 2019. Decreto 10.604 de 2021 (Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa). Decreto nº 10.816/2021.

83201 Banco Central do Brasil - BACEN

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.

00UJ Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XV.

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 - define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20ZA Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária

Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 que define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Portaria BCB 111.606, de 30 de setembro de 2021 - estabelece procedimentos a serem observados na gestão de projetos, programas e portfólio corporativos do Banco Central do Brasil.

Resolução BCB 143, de 23 de setembro de 2021 - divulga o Regulamento de Gestão de Projetos, Programas e Portfólio Corporativos do Banco Central do Brasil (RGP-BC).

Resolução BCB 71, de 11 de fevereiro de 2021 - constitui o Comitê de Gestão Estratégica do Banco Central do Brasil.

Acórdão TCU nº 1.448/2012 - determinação para execução dos programas do Bacen via OGU.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 18 DE MARÇO DE 2020 - Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 84, DE 22 DE ABRIL DE 2020 - Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente.

DECRETO PRESIDENCIAL Nº 9203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12, 18 e 109

21AY Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo

Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências;

Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 - Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências;

Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;

Decreto nº 9.663, de 1º de janeiro de 2019 - Aprova o Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf; e

Portaria MF nº 330/98 - Aprova o Regimento Interno do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

21B1 Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 - Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências;

Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 16 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 - define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022;

Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946 - Dispõe sobre as operações de câmbio, regulamentação e retorno de capitais estrangeiros e dá outras providências.

Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 - Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2024, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 - Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências;
Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 - Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento;
Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 - Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências;
Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986 - Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências;
Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987 - Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências;
Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências;
Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001 - Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro, e dá outras providências;
Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 - Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários;
Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 - Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.
Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008 - Dispõe sobre o Sistema de Consórcio;
Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 - Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que específica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis nºs 11.941, de 27 de maio de 2009, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nºs 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências;
Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017 - Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários;
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019);
Lei nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.

84101 Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta

2000 Administração da Unidade

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes;
Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e
Decreto nº 11.355 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério dos Povos Indígenas.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 60-A a 60-E
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18

21FL Gestão de Políticas para Povos Indígenas

Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura do Ministério dos Povos Indígenas

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

84201 Fundação Nacional do Índio - FUNAI

155L Construção de Unidades Administrativas da Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022 - estatuto FUNAI;
Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - vinculação das entidades da administração pública federal indireta

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022 - estatuto FUNAI;
Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

20UF Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas

Constituição Federal de 1988
Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT;
Lei nº 5.371/1967 - Fundação Nacional do Índio;
Lei nº 6.001/1973 - Estatuto do Índio;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;
Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007 - plano de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação;
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Política Nacional sobre Mudança do Clima;
Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária;
Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - proteção da vegetação nativa;
Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - regulamentação a Convenção sobre Diversidade Biológica;
Lei nº 14.119/2021 - Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais;
Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
Decreto nº 86.173, de 02 de julho de 1981 - limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros;
Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1998 - procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas;
Decreto nº 1905, de 16 de maio de 1996 - Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional;

Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Convenção sobre Diversidade Biológica;
Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998 - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;
Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Política Nacional da Biodiversidade;
Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002 - atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas;
Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 - procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais;
Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;
Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008 - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura;
Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;
Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI;
Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016 - dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade;
Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017 - Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;
Decreto nº 11.509, de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Política Indígenista.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 60-A a 60-E
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18

21BO Direitos Pluriétnico-Culturais e Sociais dos Povos Indígenas

Constituição Federal de 1988: Arts. 4, 5, 6, 20, inciso XI, Art. 23, Incisos II, IV e V; Art. 24, Inciso VII; Arts. 203, 204, inciso II; Art. 210, § 2º; Art. 215, § 1º, § 2º, § 3º, alíneas I, II, III, IV e V; Art. 216, Incisos I, II, III, IV e V; Arts. 225, 227, 231 e 232;
Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra;
Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 - Autoriza a instituição da Fundação Nacional dos Povos Indígenas;
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 - Estatuto dos Povos Indígenas;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;
Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983 - Assegura validade nacional as Carteiras de Identidade;
Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde;
Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Política nacional de arquivos públicos;
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social;
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 26-A, § 1º e § 2º - Diretrizes e bases da educação nacional;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999 - Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004 - Institui a renda básica de cidadania;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha;
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;
Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Ensino obrigatório de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas;
Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 - Estatuto de Museus;
Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV;
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMCM;
Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER;
Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica;
Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 - Plano Nacional de Cultura;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
Lei nº 12.687, de 18 de julho de 2012 - Torna gratuita a emissão de carteira de identidade;
Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - Proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético;
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância;
Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952 - Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio;
Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985 - Regulamenta a profissão de Museólogo;
Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992 - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica);

Decreto nº 1905, de 16 de maio de 1996 - Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional;
Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica;
Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998 - Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;
Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade;
Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002 - Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas;
Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 - Dispõe sobre cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados;
Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006 - Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;
Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 - Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP;
Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007 - Convenção sobre a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;
Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009 - institui os Territórios Etnoeducacionais;
Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3;
Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;
Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 - Inventário Nacional da Diversidade Linguística;
Decreto nº 7.613, de 13 de outubro de 2011 - Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica;
Decreto nº 7.816, de 17 de novembro de 2011 - Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN;
Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI;
Decreto nº 8.124, de 18 de outubro de 2013 - Regulamenta a Lei nº 11.904/2009, denominada Estatuto de Museus;
Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017 - Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;
Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 - Convenções e recomendações da OIT;
Decreto nº 11.111, de 29 de junho de 2022 - Amplia a vigência dos Programas Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia.
Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos da Fundação Nacional do Índio - Funai;
Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023 - Medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami;
Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos;
Decreto nº 11.509, de 28 de abril de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Política Indígenista;